JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Cotriguaçu 5
Camara Municipal de Diamantino 6
Câmara Municipal de Nova Guarita 12
Camara Municipal de Paranatinga 13
Camara Municipal de Porto Estrela 13
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 13
Camara Municipal de Tangará da Serra 14
Camara Municipal de Várzea Grande 15
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 16
Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Arinos - CINDVALE 16
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 16
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 17
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 17
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 18
Prefeitura Municipal de Acorizal 19
Prefeitura Municipal de Água Boa 20
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 22
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 35
Prefeitura Municipal de Araguaiana 36
Prefeitura Municipal de Araguainha 37
Prefeitura Municipal de Araputanga 38
Prefeitura Municipal de Arenápolis 42
Prefeitura Municipal de Aripuanã 42
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 49
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 53
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 59
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 59
Prefeitura Municipal de Brasnorte 67
Prefeitura Municipal de Cáceres 67
Prefeitura Municipal de Campinápolis 91
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 92
Prefeitura Municipal de Campo Verde 93
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 103
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 104
Prefeitura Municipal de Canarana 116
Prefeitura Municipal de Carlinda 147
Prefeitura Municipal de Castanheira 155
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 156
Prefeitura Municipal de Cláudia 157
Prefeitura Municipal de Cocalinho 159
Prefeitura Municipal de Colíder 159
Prefeitura Municipal de Colniza 162
Prefeitura Municipal de Comodoro 164
Prefeitura Municipal de Confresa 170
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 174
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 175
Prefeitura Municipal de Cuiabá 176
Prefeitura Municipal de Curvelândia 177

Prefeitura Municipal de Diamantino 178
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 181
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 181
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 182
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 183
Prefeitura Municipal de Indiavaí 184
Prefeitura Municipal de Itanhangá 187
Prefeitura Municipal de Itiquira 235
Prefeitura Municipal de Jaciara 236
Prefeitura Municipal de Jauru 236
Prefeitura Municipal de Juara 247
Prefeitura Municipal de Juruena 301
Prefeitura Municipal de Juscimeira 303
Prefeitura Municipal de Luciara 306
Prefeitura Municipal de Marcelândia 306
Prefeitura Municipal de Matupá 315
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 328
Prefeitura Municipal de Nobres 331
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 332
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 333
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 334
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 337
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 337
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 338
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 339
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 342
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 359
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 360
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 362
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 364
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 364
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 365
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 367
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 368
Prefeitura Municipal de Paranatinga 368
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 369
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 374
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 375
Prefeitura Municipal de Poconé 375
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 387
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 388
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 389
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 390
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 401
Prefeitura Municipal de Poxoréu 401
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 406
Prefeitura Municipal de Rondolândia 407
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 408
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 409
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 409
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 409
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 410
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 411
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 411
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 413
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 416
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 416
Prefeitura Municipal de São José do Povo 424
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 431
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 436
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 437
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 438
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 439

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 442
Prefeitura Municipal de Tesouro 443
Prefeitura Municipal de Torixoréu 444
Prefeitura Municipal de União do Sul 446
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 447
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 448
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 462
Prefeitura Municipal de Vila Rica 462

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 013/2022

"Nomeia Comissão de Avaliação e Desempenho Funcional dos servidores efetivos".

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas.

Art. 1º - Nomeia a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, Conforme o Art. 30° da Lei Complementar 109, na forma abaixo, sob a Presidência do primeiro:

a) **Senhor Alceu Penteado Junior, Secretário Geral, como Gestor imediato;**

b) **Servidora Claudia Paixão, matricula nº 000018, portadora do RG nº 986205 SSP/MT e CPF nº** *622196341-91, lotado na Secretaria Geral no cargo de Agente Administrativo, como representante dos Servidores Efetivos;*

c) **Vereadora Cleide Maria Maschião Aleixo**, *Primeira Secretária, como membro representante da Mesa Diretora;*

d) **Vereador Adelar Fusinato**, **como membro representante dos Vereadores;**

Art. 2º - O prazo de mandato da respectiva Comissão, será até 31 de dezembro de 2022, quando deverá ser nomeada nova comissão, cabendo a recondução total de seus membros.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 18 de maio de 2022.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CleideMaria Maschião Aleixo

1º – Secretária

Alceu Penteado Junior

Secretário Geral

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 012/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: RCMAIS AGÊNCIA DIGITAL E MARKETING EIRELI

CNPJ: 19.279.583/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E AÇÕES, REALIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022.

VALOR TOTAL: R$ 19.500,00 (DEZENOVE MIL E QUINHENTOS REAIS).

INÍCIO: 03/05/2022 **TÉRMINO:** 31/12/2022

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT., 03 DE MAIO DE 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 013/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: THIAGO BERTELI MARIN ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 31.594.383/0001-05

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO/CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS, PROJETOS COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022.

VALOR TOTAL: R$ 89.000,00 (OITENTA E NOVE MIL REAIS)

INÍCIO: 16/05/2022 **TÉRMINO:** 15/05/2023

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT., 16 DE MAIO DE 2022.

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 018/2022

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 05(cinco) dias, computados a partir do dia 16 de maio de 2022, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIA	PERÍODO AQUISITIVO
ALDA SOUZA DA SILVA BORECK	04	01/12/2019 a 30/11/2020
ALDA SOUZA DA SILVA BORECK	01	01/12/2020 a 30/11/2021

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 16 de maio de 2022.

FABIANE DIAS FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se,

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 016/2022

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 08(oito) dias, computados a partir do dia 06 de maio de 2022, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIA	PERÍODO AQUISITIVO
ROSELI INES LUSA	08	27/11/2020 a 26/11/2021

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 06 de maio de 2022.

FABIANE DIAS FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 017/2022

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 01(um) dia, computado no dia 16 de maio de 2022, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIA	PERÍODO AQUISITIVO
MARINEIDE KRIESER VIEIRA	01	02/09/2018 a 01/09/2019

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 16 de maio de 2022.

FABIANE DIAS FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ATA REGISTRO DE PREÇOS 02/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2022

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT** através da **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT**, situada na Av. J.P. F. MENDES, 2345 inscrita no CNPJ: 03.932.753/0001-23, neste ato representada pelo seu Presidente Vereador, Sr. Ranielli Patrick Arruda Lima, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Diamantino/MT, portador do RG n. 21269297 SSP/MT e CPF n. 032.280.111-78, considerando o julgamento da Licitação na modalidade de **Pregão Presencial Nº. 003/2022**, para Registro de Preços, avisos publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, resolve Registrar os Preços da Empresa **MARIA CLEIDE DE OLIVEIRA EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº. 02.774.709/0001-70, com sede na Rod. Senador Roberto Campos, s/n, Km 1,8 margem esquerda Novo Diamantino – Diamantino/MT, representada por Maria Cleide de Oliveira**,** brasileira, solteira, comerciante, residente Rua Vilmaro Rodrigues Fontes, s/n, Bairro da Ponte – Diamantino-MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 736.193 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 486.839.061-91, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal Nº. 10.520/2002, Lei Federal Nº. 8.666/1993, Decreto Municipal nº. 33/2015, consolidada, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade assegurar o Registro de Preços para possível contratação entre a Câmara Municipal de Diamantino e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente ao **Pregão Presencial Nº. 003/2022**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para aquisição de garrafas de água mineral natural sem gás de aproximadamente 497 ml, garrafões de 20 litros de água natural, gás de cozinha 13 kg, barras de gelos, e serviços de locações de tendas, cadeiras, mesas, toalhas e caixa térmica**, conforme especificações do **Anexo I** do referido Pregão, constituindo assim em documento vinculativo e obrigacional às partes, e serão divididos da seguinte fora:

Item	Codigo	Nome	Unid de Fornecimento	Marca	Quant	Vlr. Unitário	Total
01	5492	CARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - PARA COZINHA (GLP - RESIDENCIAL), ACONDICIONADO EM BOTIJAO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, RETORNAVEL Detalhamento: CARGA DE GAS PARA COZINHA 13 KG, RETORNAVEL	UNIDADE	COPAGAZ	2	140,0000	280,00
02	5493	ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, INODORA, INSÍPIDA, ACONDICIONADA EM GALÕES PLÁSTICOS, LACRADOS POR CAPA PLÁSTICA PROTETORA, CONTENDO 20 (VINTE) LITROS Detalhamento: ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, GALÕES PLÁSTICOS, 20 (VINTE) LITROS	UNIDADE	VITANI	180	11,8000	2.124,00
03	5494	ÁGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET, TAMPA C/ROSCA E LACRE, CONTENDO APROXIMADAMENTE 497ML PACOTE COM 12(DOZE) UNIDADES Detalhamento: ÁGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, PET, 497ML PACOTE COM 12(DOZE) UNIDADES	PACOTE 12,000 UNIDADE	LEBRINHA	90	15,5500	1.399,50
04	4717	BARRAS DE GELO 9,5 KG Detalhamento: BARRAS DE GELO 9,5 KG, ACONDICONADO EM SACOS PLÁSTICOS.	SACO 12,000 QUILO	GELO CUBO	20	10,6000	212,00

05	4719	LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS EM TECIDO NO MÍNIMO 2.80X 2.80 Detalhamento: LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS EM TECIDO NAS CORES BRANCA, VERDE VERMELHA OU ROSA MEDINDO NO MÍNIMO 2.80X 2.80	UNIDADE	BEBFEST	20	9,9000	198,00
06	2154	LOCAÇÃO DE TOALHAS QUADRADAS Detalhamento: LOCAÇÃO DE TOALHAS QUADRADAS EM TECIDO NAS CORES BEGE, VERDE MUSGO OU ROSA, MEDINDO NO MÍNIMO 1.20X 1.20	UNIDADE	BEBFEST	100	5,9000	590,00
07	2152	LOCAÇÃO DE CADEIRA PLÁSTICA Detalhamento: LOCAÇÃO DE CADEIRA PLÁSTICA MONOBLOCO ESTRUTURA DE 4 PÉS E SEM BRAÇO.COM CAPACIDADE DE 120 A 140 KG	UNIDADE	TRAMONTINA	1000	1,8000	1.800,00
08	2153	LOCAÇÃO DE MESA PLÁSTICA QUADRADA BRANCA PARA 04 LUGARES Detalhamento: LOCAÇÃO DE MESA PLÁSTICA QUADRADA BRANCA PARA 04 LUGARES, NO FORMATO QUADRADO, COM 4 PÉS. ALTURA (725MM) COMPRIMENTO (720MM) LARGURA (720MM)	UNIDADE	TRAMONTINA	100	2,5000	250,00
09	4718	LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA PEQUENA (107 LITROS) Detalhamento: LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA PEQUENA (107 LITROS)	UNIDADE	BUCHOLZ	10	25,0000	250,00
10	4241	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 10X10 Detalhamento: LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 10X10 - (ESTRUTURA + COBERTURA), MEDINDO NO MÍNIMO 5MX5M. DIÁRIA POR EVENTO (24HORAS).	UNIDADE	BEBFEST	6	1.110,0000	6.660,00

Total Fornecedor: 13.763,5000

Total Geral: 13.763,5000

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 - A partir da publicação ficam registrados os preços propostos pelos Fornecedores para cada um dos itens observada a ordem de classificação do Pregão Presencial Nº. 003/2022.

2.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 - Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência do registro, admitida a sua revisão em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e considerados os preços de mercado.

2.4 – Conforme Art. 6º, V, do Decreto Municipal 33/2015, o preço registrado é R$ 13.763,50 (treze mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) ao passo que o preço balizado foi R$ 13.986,58 (treze mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), assim, a diferença percentual do preço registro para o preço de mercado é de 1,62 %.

2.5 – Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, conforme Termo de Referência Anexo I;

2.6 – Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no art. 21 do Decreto Municipal nº 33/2015.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão gerenciador será a **Câmara Municipal de Diamantino**.

3.2 – Não há órgãos participantes.

3.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

3.4 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no portal da Internet

https://www.gp.srv.br/transparencia_diamantinocm/s...

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA

4.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 meses,contadosa partir de sua publicação.

4.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Câmara Municipal de Diamantino não será obrigada a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência no fornecimento objeto licitado em igualdade de condições, na forma do art. 11, *caput,* do Decreto Municipal nº 33/2015.

4.3 - O exercício do direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á quando a Administração optar por realizar a aquisição por outro meio legalmente permitido, caso o preço cotado seja igual ou superior ao registrado, hipótese em que o detentor do registro terá assegurado o direito de fornecer o objeto na forma do art. 11, Parágrafo único*,* do Decreto Municipal nº 33/2015

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666, de 1993, conforme dispõe o art. 17 do Decreto Municipal 33/2015.

5.2 – O fornecedor que mantiver preços registrados fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas nesta Ata, o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas para a concorrência de registro de preços.

5.3 - O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Artigo 65 da Lei Federal Nº. 8.666/1993, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos Fornecedores.

5.4 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) - Convocar o Fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) - Frustrada a negociação, liberar o Fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

c) - Convocar os demais Fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

5.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá, na forma do art. 17, §3º, do Decreto Municipal nº 33/2015:

a) - Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) - Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

5.6 - A cada pedido de revisão de preço deverá o Fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

5.7 - Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, e comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

5.8 - É vedado ao Fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do Fornecedor prevista nesta Ata de Registro de Preços.

5.9 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do Artigo 19 do Decreto Federal Nº. 7.892/2013.

5.10 - É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1 - O preço registrado será cancelado, nas hipóteses previstas na Lei 8.666/93, e em especial:

I - Unilateralmente pela Administração quando:

a) o fornecedor deixar de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;

b) o fornecedor não atender à convocação para assinatura da Ata decorrente de registro de preços, não retirar ou não aceitar a autorização de fornecimento ou ordem de serviço no prazo estabelecido, sem justificativa por escrito aceita pela Administração;

c) o fornecedor der causa à rescisão, especialmente se deixar de cumprir ou executar compromissos firmados na Ata de Registro de Preços ou qualquer de suas cláusulas ou condições;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução, total ou parcial da Ata decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores ao praticados no mercado e o fornecedor se recusar a baixá-los na forma prevista no edital que deu origem ao registro de preços ou de cumprir as cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; e

f) por razões de interesse público, mediante despacho motivado e devidamente justificado;.

6.2 - O cancelamento de registro previsto no item 6.1, I, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.3 - O (s) fornecedor (es) registrado (s) poderá (ao) solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

6.4 - Para o cancelamento de seus preços o fornecedor deverá encaminhar formalmente ao Pregoeiro oficial da Câmara Municipal de Diamantino, com antecedência de 30 (trinta) dias, requerimento de cancelamento de registro de preços acompanhado de documentos que venham demonstrar impossibilidade de executar os serviços no preço registrado na ATA, sendo facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ATA.

6.5 - A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada pela Administração:

a) - Unilateralmente nos termos da legislação pertinente e, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no Artigo 78 da Lei Federal Nº. 8.666/1993;

b) – Amigavelmente, nos termos do art. 18, §1º, II, do Decreto Municipal nº 33/2015;

c) - Judicialmente nos termos da legislação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1 - A contratação com o Fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante:

a) - Instrumento contratual;

b) - Emissão de Nota de Empenho de despesa;

c) - Autorização de Execução; ou outro instrumento similar, conforme disposto no Artigo 62 da Lei Federal Nº. 8.666/1993.

7.2 - O órgão convocará o Fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

a) - Efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou

b) - Assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.3 - Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do Fornecedor e aceita pela Administração.

7.4 - Previamente à formalização de cada contratação, a Câmara Municipal de Diamantino realizará consulta que entender necessário para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público Municipal e verificar a manutenção das condições de habilitação.

7.5 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços.

7.6 - O Fornecedor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1 - O prazo de vigência do Contrato terá início no dia subsequente a publicação do resumo do Contrato no Diário Oficial do Município, que deverá ocorrer na forma estabelecida no Artigo 61 da Lei Federal Nº. 8.666/1993 e, seu término se dará em XXXXXXXXXX, ou até que se esgote o objeto, caso isto ocorra antes do prazo cujo mencionado.

8.2 - A vigência contratual obedecerá ao exercício financeiro de cada ano.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1 - **–** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irreajustáveis, sendo permitido apenas o reajuste do preço pactuado no Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, aplicando-se com base para eventual reajuste o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, ou outro indicador que o venha a substituir, observados os procedimentos estabelecidos no edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 - A empresa fornecedora deverá efetuar o fornecimento dos itens licitados conforme solicitação do órgão gerenciador através de Autorização de Execução devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho solicitados, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, nos quantitativos necessários, sob as condições estipuladas e demais documentos integrantes deste Edital, obedecendo rigorosamente os prazos estipulados, podendo ser modificado, desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência do Legislativo Municipal.

10.2 – O fornecimento dos itens licitados ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada por este a mão de obra necessária.

10.3 - Efetuado o fornecimento, esse será recebido na forma do Artigo 73, inciso II da Lei Federal Nº. 8.666/1993.

a) - O aceite / aprovação do fornecimento pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no Artigo 18 da Lei Nº. 8.078/1990 (proteção e defesa do consumidor).

b) - Os valores referentes aos itens licitados que tenham apresentado problemas por ocasião do recebimento provisório somente serão adimplidos depois de sanadas as desconformidades, sem que isso gere direito ao fornecedor de reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade a Câmara Municipal de Diamantino.

10.4 - Caso os itens licitados sejam fornecidos em desacordo com as especificações exigidas no edital e seus anexos ou verificada qualquer tipo de irregularidade, fica a licitante obrigada a substituir imediatamente, sem ônus para o município, e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei Federal Nº. 10.520/2002 e Lei Federal Nº. 8.666/1993.

10.4.1 - Caso o prazo estipulado no caput deste item seja insuficiente para substituição, dadas as suas particularidades, a Câmara poderá estipular novo e razoável prazo.

10.5 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se ao fornecimento do objeto licitado, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, de acordo com o disposto no Artigo 4º, Inciso XVI e XXIII da Lei Federal Nº. 10.520/2002, independentemente da cominação prevista no Artigo 7º da Lei Federal Nº. 10.520/2002.

10.6 – Prestado o serviço, esse será recebido na forma do art. 73, I, da Lei 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1 - Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para a perfeita execução do objeto Licitado.

11.2 - Notificar ao Fornecedor, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do objeto, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

11.3 - Efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, na forma estabelecida na Décima Quinta desta Ata de Registro de Preços.

11.4 - Rejeitar no todo ou em parte o que estiver fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas pelo Fornecedor.

11.5 - Designar, formalmente, um servidor para acompanhar, conferir, receber e fiscalizar a execução do objeto fornecido, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

11.6 - Atestar e receber o objeto de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Anexo I do instrumento convocatório.

11.7 - Demais obrigações constantes no instrumento convocatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

12.1 - Executar o objeto Licitado nas condições previstas no edital.

12.2 - Manter e cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Instrumento.

12.3 - Executar o objeto obedecendo às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas desta Ata de Registro de Preços, às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos.

12.4 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados em razão da execução do objeto.

12.5 - Cumprir, satisfatoriamente e em consonância com as regras desta Ata de Registro de Preços e legislação vigente, a execução do objeto adjudicado.

12.6 - Executar o objeto da Licitação de acordo com o prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, os quais serão recebidos pelo (s) servidor (es) a ser (em) designado (s) pela Administração.

12.7 - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços, nos termos do Artigo 71 da Lei Federal Nº. 8.666/1993, consolidada.

12.8 - Todas as despesas com pessoal correrão por conta do Fornecedor.

12.9 - O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação, inclusive aquelas relativas às especificações.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A administração designará um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços ou qualquer instrumento compatível.

13.2 - O fornecimento dos produtos deverá ser acompanhado pelo servidor designado pela administração para fiscalização da Ata de Registro de Preços ou qualquer instrumento compatível, nos termos do Artigo 67 da Lei Federal Nº. 8.666/1993, que deverá atestar a entrega dos produtos, para o cumprimento das normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei Nº. 4.320/1964.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, o Órgão Gerenciador poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções:

a) - Advertência;

b) - Multa de 10% (dez por cento), no caso de **inexecução total**, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

c) - Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando o Fornecedor, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo Órgão Gerenciador, **deixar de atender totalmente** à solicitação ou à Autorização de Execução, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

d) - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando o Fornecedor, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo Órgão Gerenciador, **atender parcialmente** à solicitação ou à Autorização de Execução, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

e) - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por até 02 anos.

14.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o Fornecedor que:

a) - Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;

b) - Não mantiver a proposta, injustificadamente;

c) - Comportar-se de modo inidôneo;

d) - Fizer declaração falsa;

e) - Cometer fraude fiscal;

f) - Falhar ou fraudar na execução do objeto contratado.

14.3 - O FORNECEDOR estará sujeita às penalidades acima por:

a) - Não se manter em situação regular no decorrer da execução do objeto;

b) - Descumprir os prazos e condições previstas no presente Termo de Referência.

14.4 - Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador, em relação a um dos eventos relacionados acima, o Fornecedor ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.5 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração, podem ser aplicadas ao Fornecedor, juntamente com a multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO

15.1 – A Câmara Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à empresa adjudicatária em até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da Nota Fiscal correspondente à execução dos serviços objeto do presente certame, devidamente aceita e atestada pelo órgão competente, pelo preço da proposta adjudicada e homologada.

15.2 - Na respectiva nota fiscal deverão constar, para compor o processo de prestação de contas, as informações referentes à origem dos recursos que financiam a contratação referente ao objeto deste edital, as quais estarão disponíveis na nota de empenho.

15.3 - Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (is), o (s) mesmo (s) será (ão) devolvido (s) à adjudicatária para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

15.4 - A Câmara Municipal de Diamantino poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela adjudicatária.

15.5 - O pagamento somente será efetuado mediante:

a) - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual do domicílio ou sede da Empresa e Municipal (onde for sediada a empresa e a do Município de Diamantino, quando a sede não for deste Município), através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

b) - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

c) - Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei Nº. 11.440/2011;

d) - Prova de situação regular perante o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, através da apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.

15.6 - O pagamento será efetivado mediante depósito em conta corrente, em qualquer agência da rede bancária indicada pela Empresa. O CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:

a) - De empresas associadas;

b) - De matriz para filial;

c) - De filial para matriz;

d) - De sócio;

e) - De representante;

f) - De procurador, sob qualquer condição.

15.7 - É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.

15.8 - Nenhum pagamento será efetuado a adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

15.9 - A Empresa arcará com todos os custos referentes à mão de obra direta e / ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à Prestação de Serviços objeto deste edital.

15.10 - Os preços pactuados serão fixos e irreajustáveis.

15.11 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT

AVENIDA DESEMBARGADOR JOAQUIM PERERIRA FERREIRA MENDES, 2.345 – JD ELDORADO – DIAMANTINO-MT - CEP: 78.400-000.

CNPJ Nº. 03.932.753/0001-23

15.12 - A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada na Ata de Registro de Preços para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

15.12.1 - Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100) / 365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência, se houver.

16.2 - Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência, se houver e, a proposta da empresa.

16.3 - Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal Nº. 8.666/1993, Decreto Federal Nº. 7.892/2013, da Lei Complementar Nº. 123/2006, Lei Complementar Nº. 147/2014, Lei Federal Nº. 10.520/2002, e do Decreto Municipal nº 33/2015.

16.4 - O foro para dirimir questões relativas a presente Ata de Registro de Preços será o de Diamantino - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.5 - E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições contidas na presente Ata de Registro de Preços, assinam este instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Diamantino - MT, 08 de maio de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima - Presidente

EMPRESA FORNECEDORA: Maria Cleide de Oliveira EIRELI

Maria Cleide de Oliveira

Testemunhas:

Carmelita Sardanha de Souza Luiz Carlos Rodrigues De Almeida

CPF: 016.569.711-35 CPF: 571.705.921-34

RG: 1564253-4 SSP/MT RG: 929729 SSP/MT

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2022

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços Nº. 002/2022, celebrada entre a **CÂMARA DE DIAMANTINO** e a empresa, cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Presencial Nº. 03/2022**:

Item	Codigo	Nome	Unid de Fornecimento	Marca	Quant	Vlr. Unitário	Total
01	5492	CARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - PARA COZINHA (GLP - RESIDENCIAL), ACONDICIONADO EM BOTIJAO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, RETORNAVEL Detalhamento: CARGA DE GAS PARA COZINHA 13 KG, RETORNAVEL	UNIDADE	COPAGAZ	2	140,0000	280,00
02	5493	ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, INODORA, INSÍPIDA, ACONDICIONADA EM GALÕES PLÁSTICOS, LACRADOS POR CAPA PLÁSTICA PROTETORA, CONTENDO 20 (VINTE) LITROS Detalhamento: ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, GALÕES PLÁSTICOS, 20 (VINTE) LITROS	UNIDADE	VITANI	180	11,8000	2.124,00
03	5494	ÁGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET, TAMPA C/ROSCA E LACRE, CONTENDO APROXIMADAMENTE 497ML PACOTE COM 12(DOZE) UNIDADES Detalhamento: ÁGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, PET, 497ML PACOTE COM 12(DOZE) UNIDADES	PACOTE 12,000 UNIDADE	LEBRINHA	90	15,5500	1.399,50
04	4717	BARRAS DE GELO 9,5 KG Detalhamento: BARRAS DE GELO 9,5 KG, ACONDICONADO EM SACOS PLÁSTICOS.	SACO 12,000 QUILO	GELO CUBO	20	10,6000	212,00
05	4719	LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS EM TECIDO NO MÍNIMO 2.80X 2.80 Detalhamento: LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS EM TECIDO NAS CORES BRANCA, VERDE VERMELHA OU ROSA MEDINDO NO MÍNIMO 2.80X 2.80	UNIDADE	BEBFEST	20	9,9000	198,00
06	2154	LOCAÇÃO DE TOALHAS QUADRADAS Detalhamento: LOCAÇÃO DE TOALHAS QUADRADAS EM TECIDO NAS CORES BEGE, VERDE MUSGO OU ROSA, MEDINDO NO MINIMO 1.20X 1.20	UNIDADE	BEBFEST	100	5,9000	590,00
07	2152	LOCAÇÃO DE CADEIRA PLÁSTICA Detalhamento: LOCAÇÃO DE CADEIRA PLÁSTICA MONOBLOCO ESTRUTURA DE 4 PÉS E SEM BRAÇO.COM CAPACIDADE DE 120 A 140 KG	UNIDADE	TRAMONTINA	1000	1,8000	1.800,00
08	2153	LOCAÇÃO DE MESA PLÁSTICA QUADRADA BRANCA PARA 04 LUGARES Detalhamento: LOCAÇÃO DE MESA PLÁSTICA QUADRADA BRANCA PARA 04 LUGARES, NO FORMATO QUADRADO, COM 4 PÉS. ALTURA (725MM) COMPRIMENTO (720MM) LARGURA (720MM)	UNIDADE	TRAMONTINA	100	2,5000	250,00
09	4718	LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA PEQUENA (107 LITROS) Detalhamento: LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA PEQUENA (107 LITROS)	UNIDADE	BUCHOLZ	10	25,0000	250,00
10	4241	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 10X10 Detalhamento: LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 10X10 - (ESTRUTURA + COBERTURA), MEDINDO NO MÍNIMO 5MX5M. DIÁRIA POR EVENTO (24HORAS).	UNIDADE	BEBFEST	6	1.110,0000	6.660,00

Total Fornecedor: 13.763,5000

Total Geral: 13.763,5000

Diamantino, 18 de maio de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima - Presidente

EMPRESA FORNECEDORA

Maria Cleide de Oliveira EIRELI

Maria Cleide de Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

PORTARIA Nº 027/2022/GP/CMNG - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

PORTARIA Nº 027/2022/GP/CMNG

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DOS SERVIRORES DA CÂMARA MUNICIPAL – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Sr. **HEITOR BALESTRIN**, Presidente da Câmara Municipal, de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Artigo 20 § 1º e Artigo 31 da Lei Municipal n.º 885/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **Criada** a Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Guarita – MT.

Art. 2º - A Comissão mencionada no *Caput* do artigo anterior, tem como finalidade Avaliar o Desenvolvimento Funcional dos Servidores efetivos.

Art. 3º - A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Débora Salles Micheletti

II – Rosangela de Souza Lovison

III – Divino Pereira Gomes

IV – Geane Fátima Boschetti Bueno

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costumes.

Gabinete do Presidente, aos dezoito dias do mês de mio do ano de dois mil e vinte e dois.

HEITOR BALESTRIN

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

PORTARIA Nº 028/2022/GP/CMNG - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

PORTARIA Nº 028/2022/GP/CMNG

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES DA Câmara municipal – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Sr. **HEITOR BALESTRIN**, Presidente da Câmara Municipal, de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Artigo 12 e Artigo 31 da Lei Municipal n.º 885/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **Criada** a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da Câmara Municipal de Nova Guarita – MT.

Art. 2º - A Comissão mencionada no *Caput* do artigo anterior, tem como finalidade Avaliar o Servidor em Estágio Probatório funcional dos Servidores efetivos.

Art. 3º - A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Clarice Damas Machado Filipini

II – Ana Carla Dill Paiano

III – Geane Fátima Boschetti Bueno

IV - Divino Pereira Gomes

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costumes.

Gabinete do Presidente, aos dezoito dias do mês de mio do ano de dois mil e vinte e dois.

HEITOR BALESTRIN

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PORTARIA Nº 041/2022 - EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 041/2022, DE 16 DE MAIO DE 2022.

CLEITON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga/MT, no uso e gozo das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerado do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, o Senhor **GIOVANI BUENO**, a pedido do servidor conforme REQUERIMENTO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Paranatinga/MT, 16 de maio de 2022

Gabinete do Presidente;

CLEITON RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

BIÊNIO 2021/2022

Publique-se

Cumpra-se

Afixa-a

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
EDITAL N°. 002/2022 PARA CONHECIMENTO AO PÚBLICO GERAL.

EDITAL N°. 002/2022

PARA CONHECIMENTO AO PÚBLICO GERAL.

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara *Municipal* de Porto Estrela Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que conferidas por lei.

FAZ SABER:

A Câmara Municipal dos Vereadores do Município de Porto Estrela – MT, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal, art. 209 da Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, COMUNICA que a partir da presente data, as CONTAS ANUAIS DE GESTÃO e BALANÇO GERAL referente ao exercício Financeiro de 2022 sob responsabilidade do Presidente **Daniel Santi da Silva**, estão à disposição para exame e apreciação dos interessados, na sede da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT.

Fixado no lugar de costume, e publicado em jornal de circulação do Município.

Câmara Municipal de Porto Estrela – MT, 18 de Maio de 2022

Ver. Daniel Santi da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 002/2022 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.

PORTARIA Nº. 002/2022 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.

"**SÚMULA:** CONCEDER GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA ***DIANA MARTINZ CEZARIO***, CONFORME LEI ORDINARIA Nº. 583/2018 PELA FUNÇÃO GE - *08 - FISCAL DE CONTRATOS* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **WANDERSON PEREIRA DIAS**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º- Conceder gratificação para a servidora **DIANA MARTINS CEZÁRIO,** portadora do RG: 23715626 SSP/MT, inscrita no CPF nº 031.593.

781-52, conforme Lei Ordinária Nº. 583/2018 pela função GE 08 -Fiscal de Contratos.

Art. 2º - A servidora receberá a gratificação pela desempenho nas funções corretas das funções fiscal de contrato;

I - Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

II - Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

III - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

VIII - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

IX - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

X - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

XI - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

XII - Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

XIII - Sugerir, ao Presidente, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

XIV - Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

XV - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

XVI - Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

XVII - Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

XVIII - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

XIX - Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

XX - Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

XXXI - Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento, não deve atestar serviços não realizados, proceder ao pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXII- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

XXXIII - Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

XXXIV - Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Parágrafo único - A servidora está ciente que poderá responder mediante devido processo legal, pelas responsabilidades a ele atribuídas.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor a partir do dia 11 de janeiro de 2022, revogando a Portaria nº001/2022 de 13 de janeiro de 2022.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato-MT, 01 de fevereiro de 2022.

WANDERSON PEREIRA DIAS

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 01.02.2022

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA Nº 056, DE 17 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE UMA REFERÊNCIA PARA A SERVIDORA BERNARDETE GENESSI DE OLIVEIRA.

O Vereador **FÁBIO BRITO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 §1 Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009 e Lei Complementar n° 252, de 07 de Maio de 2021.

RESOLVE:

Art.1º – Conceder a progressão de uma referência a Servidora **BERNARDETE GENESSI DE OLIVEIRA**, cargo efetivo de **RECEPCIONISTA**, **Classe C-04** para a **Classe C-05** conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009, referente ao anuênio de 18/05/2021 a 18/05/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 18/05/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos dezesete dias do mês de maio de 2022.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PORTARIA Nº 058 DE 17 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DE DUAS REFERÊNCIAS PARA A SERVIDORAMARCIELA DI DOMENICO

O Vereador **FÁBIO BRITO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17, §1 da Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009 e Lei Complementar n° 252, de 07 de Maio de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a progressão na razão de duas referências a servidora **MARCIELA DI DOMENICO**, cargo efetivo de **Auxiliar de Departamento**, **classe C-13** para **Classe C-15**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009,** referente ao anuênio **de 19/05/2021 a 19/05/2022.**

Art. 2º –. Esta Portaria entrará em vigor na data de 19/05/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos dezessete dias do mês de maio de 2022.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PORTARIA Nº 057, DE 17 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE DUAS REFERÊNCIAS PARA A SERVIDORA LUCIANA DUARTE FELISBERTO

O Vereador **FÁBIO BRITO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 §1 Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009 e Lei Complementar n° 252, de 07 de Maio de 2021.

RESOLVE:

Art.1º – Conceder a progressão de duas referências a Servidora **LUCIANA DUARTE FELISBERTO**, cargo efetivo de **Controlador Interno**, **classe C-11** para **Classe C-13**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009,** referente ao anuênio de **18/05/2021 a 18/05/2022**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 18/05/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos dezessete dias do mês de maio de 2022.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 148/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR o servidor Leandro Manduca, CPF:001.888.191-26, do cargo de Assessor Especial de Imprensa.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir do dia 17/05/2022.

Gabinete da Presidência, 18 de maio de 2022.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 87/2022

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA- GRANDENSE AO TEN. CEL. PM ALESSANDRO SOUZA SOARES.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. TEN. CEL. PM ALESSANDRO SOUZA SOARES, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 17 de maio de 2022.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Rios

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 69/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Incluir no assessoramento da Comissão de Loteamento; o servidor Gilson Piovezan, Mat.4587-1;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 02/05/2022.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 18 de maio de 2022.

Vereador Fabio Jose Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 176/2022

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO, EXERCÍCIO DE 2020.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - Ficam aprovadas as **Contas do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício de 2020**, de conformidade com o Parecer Favorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 17 de maio de 2022.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Rios

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 147/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR a servidora ALICE MORAES ZANIN, CPF.: 069.581. 651-95 para o cargo em comissão de Assessor Técnico Parlamentar I.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir de 17/05/2022.

Gabinete da Presidência, 18 de maio de 2022.

Vereador Fabio José Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 102/2022

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA- GRANDENSE AO SR. ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - Art. 1.º - É concedido ao Sr. ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2022.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Rios

1.º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 01/2022

A Comissão Permanente de Licitação do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Guaporé, torna público aos interessados a contratação;

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços em levantamento de dados para futura elaboração de projeto de manutenção e conservação de rodovias estaduais não pavimentadas dos municípios que fazem parte do Cidesa Vale do Guaporé.

FAVORECIDO: CBC PROJETOS LTDA R$ R$ 33.495,00 (Trinta e Três Mil Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações

Nova Lacerda- MT 18 de maio de 2022.

Uilson Jose da Silva

Presidente Cidesa

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ARINOS - CINDVALE

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO ARINOS – CINDVALE

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 09:00 hs no Gabinete do Poder Executivo Municipal de Juara/MT, sito a Rua Niterói, 81-N, Centro, Juara/MT, estiveram presentes os Prefeitos dos municípios de **JUARA/MT - CARLOS AMADEU SIRENA**, Prefeito do Município de Juara/MT, brasileiro, casado, portador do RG n° 2.181.389-3, expedido pela SESP/PR, inscrito no CPF sob o n° 578.160. 189-91, Rua Araçuai, nº 909, Centro, Juara/MT, com endereço funcional sito à Rua Niterói, nº 81 – N, Centro, CEP 78.875-000, Juara/MT, email: carlos.sirena@hotmail.com **; PORTO DOS GAÚCHOS/MT – VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 893.514.361-87, portador do RG nº 11735317, SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Minervino Cecílio dos Santos, s/n, Bairro da Creche, Porto dos Gaúchos, e endereço profissional na Rua Dona Alvina, s/nº, Centro, Porto dos Gaúchos/MT, email: gabinete@portodosgaúchos.com.br **; NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT – SILVANO PEREIRA NEVES**, brasileiro, casado, Comerciante, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, inscrito no CPF/MF sob o nº 503.521.641-15, portador do RG nº 625916-2, SSP/MT, residente e domiciliado à Avenida Vereador Amadeu Ribeiro Borges, nº, 684, quadra 38, lote 09, centro, Novo Horizonte do Norte, com endereço profissional à Avenida Brasilia, nº 684, bairro Centro, Novo Horizonte do Norte/MT, email: silvano.neves26@gmail.com ; e **TABAPORÃ/MT – SIRINEU MOLETA**, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Tabaporã, inscrito no CPF/MF sob o nº 505.657.109-15, portador do RG nº 3417708-6, SESP/MT, residente e domiciliado na Rua Wilson Geovedi, s/n, centro, Tabaporã/MT, endereço profissional na Rua Jose Carlos Moreira, s/n Bairro Centro, Tabaporã/MT**,** email: sirineumoleta@hotmail.com, todos da região do Vale do Rio Arinos, reunidos para tratar sobre o afastamento do Sr. CARLOS AMADEU SIRENA como presidente do Consórcio Cindvale, que se ausentará do cargo por 49 (quarenta e nove) dias, para tratar de assuntos particulares, no período de 17/05/2022 a 04/07/2022. Desta forma, toma Posse como Presidente Interino do Consórcio o Vice Presidente **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, prefeito do município de Porto dos Gaúchos, pelo mesmo período, em concordância com o Art. 20 – Paragrafo 2º do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Assembléia ás 09:40 horas, sendo lavrada esta Ata, que após lida, foi aprovada e assinada por todos os Prefeitos presentes nesta reunião.

Juara/MT – Carlos Amadeu Sirena

Novo Horizonte do Norte – Silvano Pereira Neves

Porto dos Gaúchos– Vanderlei Antônio de Abreu

Tabaporã – Sirineu Moleta

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.833. 348/0001-07, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 003/2022, cujo objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E DIAGNOSTICOS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas pelo Edital e Termo de Referência Anexo I. Credenciou a empresa: **ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA - AFIP**, instituição beneficente sem fins lucrativos estabelecida nesta Capital, na Rua Napoleão de Barros, 925, Vila Clementino, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 47.673.793/0001-73, com filial em Cuiabá, Avenida Dom Aquino, 291 – Bairro Dom Aquino, CEP 78015-200, para atender os procedimentos abaixo:

ITEM	SIGTAP	PROCEDIMENTO	DEMANDA	V.CIS-VARC
1	206010010	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE	400	R$ 86,76
2	206010028	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CONTRASTE	200	R$ 101,10
3	206010036	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA C/ OU S/ CONTRASTE	200	R$ 86,76
4	206010044	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	200	R$ 86,75
5	206010052	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO	150	R$ 86,75
6	206010060	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	150	R$ 97,44
7	206010079	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	200	R$ 97,44
8	206020015	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	300	R$ 86,75
9	206020023	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	200	R$ 86,75
10	206020031	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	400	R$ 136,41
11	206030010	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	200	R$ 138,63
12	206030029	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	300	R$ 86,75
13	206030037	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA / ABDOMEN INFERIOR	200	R$ 138,63

Cuiabá/MT, 09 de maio de 2022.

Magna Neves Bonfim Paelo

Presidente da CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 056/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 056/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 080/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA.

CONTRATADO: W.R. DE ALMEIDA EIRELI.

OBJETO:" Credenciamento de Pessoa Jurídica na Área da Saúde, de natureza pública ou privada, para prestação de serviços em CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E SERVIÇOS DE APOIO, SERVIÇOS HOSPITALARES E PEQUENOS PROCEDIMENTO CIRÚRGICOS".

VALOR GLOBAL: R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais);

VIGÊNCIA: 18/05/2022 a 31/12/2022

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 18 de maio de 2022.

_____

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretária Executiva – CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 122/2021

Pelo presente termo,o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO – ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.997.711/0001-08, com sede a Rua Teotônio Vilela, nº 645, Salas 2 e 3, Bairro Centro, CEP: 78.530-000, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, Sr. PASCOAL ALBERTON, brasileiro, casado, empresário, portador da CIRG n° 3700571-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 502.469.339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, nº 161, Bairro Centro Novo, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a **CURE TRATAMETOS EM SAÚDE LTDA**,inscrita no CNPJ/MF nº 26.560.068/0001-19, Inscrição Estadual nº 13200789709, com sua sede à Rua Helena Cardoso, n° 420, Sala B, Bairro Santa Etelvina, CEP 69.059-290, na Cidade de Manaus/AM, telefone: (62) 39971669 – (62) 98152-9211, e-mail: **curetratamentos@hotmail.com**, neste ato representado pelo seu Representante Legal, RAQUEL GUERRA GARCIA,

brasileira, casada, sócia administradora, portador da Cédula de Identidade RG nº 6381914 e do CPF nº 957.290.701-87, residente na Rua 13 n° 80, Apto. 1303 Ed. Maison Vitória, Setor Aeroporto, CEP 74.075-140, na Cidade de Goiânia/GO, doravante denominada de CONTRATADA, que de comum acordo resolvem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Aditivo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS, MEDICAMENTOS, INSUMOS FARMACÊUTICOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE UTI E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE INTENSIVISTA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA ESSA DEMANDA E OUTROS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DE 10 (DEZ) LEITOS TIPO ADULTO DE (UTI) UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA, no âmbito do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, sob gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

As partes em comum acordo resolvem **ADITAR O VALOR** DA DIÁRIA/LEITO UTI/COVID DE **R$ 1.850,00** (**UM MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS),** para **DIÁRIA/LEITO OCUPADO CONVENCIONAL** no valor de **R$ 2.000,00 (dois mil reais),** conforme repasse do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto no exercício de 2022, a seguir:

Órgão	01	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto	
Unidade	001	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto	
Função	10	Saúde	
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	0038	Administração Financeira	
Proj./Ativ.	2009	Manutenção das Atividades do Hospital Regional do Convênio 002/2015	
Dotação		33.90.39	Outros serviços de terceiros P. Juridica
Reduzida	65		

FONTE: 1633 – TRANSF. CONV. SAUDE – PREV. DE EXERCICIO DE RECEITAS ESPECIFICA DO COVID-19.

CLÁUSULA QUARTA – DA SESSÃO DE HEMODIÁLISE

As sessões de hemodiálise serão pagas de forma complementar,consoante comprovação de realização da mesma, eis que há o repasse de valor determinado pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria GM/MS 3.741 de 21/12/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE PAGAMENTO MÍNIMO

O Consório de Saúde/Hospital Regional, assume a garantia de efetuar pagamento, de no mínimo 60% de ocupação (média/mês), devido ao aumento dos custos fixos e varáveis suportados pela contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS EXAMES

O Consórcio de Saúde/Hospital Regional, assume a realização de todos os exames laboratoriais e radiológicos necessários aos pacientes internados na UTI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUSPENSÃO E DO REINÍCIO DAS ATIVIDADES

7.1. A prestação de serviços foi suspensa de 12/05/2022 até o dia 31/05/2022 para efetuar as reformas e alterações estruturais necessárias na Unidade de Terapia Intensiva para poder adequar-se as exigencias da UTI ADULTO CONVENCIONAL.

7.2. O reinício da prestação de serviço será no dia 01/06/2022, após a liberação dos leitos pelo Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA OITAVA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 122/2021 DE 30 DE JUNHO DE 2021**, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 17 de maio de 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO O VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

CONTRATANTE

CURE TRATAMENTOS EM SAUDE LTDA

CNPJ: 26.560.068/0001-19

RAQUEL GUERRA GARCIA

SÓCIA PROPRIETÁRIA

CONTRATADA

42 AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

42 AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

INSCRIÇÃO N° 0042/2022

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa, **NEURO CENTER CLINICA MEDICA EIRELI com CNPJ nº 32.621556/0001-91**, fora julgada **APTA e HABILITADA** ao **EDITAL N° 015/2022 DA CHAMADA PÚBLICA N° 009/2022** para os serviços médicos, no segmento de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE NEUROLOGIA** do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 18 de maio de 2022.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO - Presidente - CPL

MAX ALEI GOULART - Secretário Executivo–CISRVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia CNPJ: 02.427.361/0001-44, torna público que realizará “PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/

2022" **com Registro de Preços para futura Eventual Aquisição de Enxoval. Prazo de acolhimento das propostas eletrônicas e documentos de habilitação: A partir das 08:00 horas do dia 19/05/2022 até as 08:00 horas do dia 07/06/2022. Inicio da disputa: Dia 07/06/2022 às 09:00 horas (horário de Brasília - DF).**

Edital disponível no link:

http://portalcisma.ddns.net:8079/comprasedital e www.bnc.org.br (Bolsa Nacional de Compras).

Informações adicionais, pelo www.bnc.org.br

Água Boa – MT, 18 de maio de 2022

Aldair Luiz Zandoná

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 015/2022.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORACAO E EXECUCAO DE PROJETO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO E PANICO PARA EVENTO, INCLUSO TODOS OS PREVENTIVOS NECESSARIOS E BRIGADISTAS, PARA ATENDER O EVENTO EM REALIZAÇÃO DO 7° FESTIVAL DE PESCA DO MUNICIPIO DE ACORIZAL-MT.
VALOR: R$ 16. 999,83 (DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS)
PRAZO: 19/06/2022
CONTRATADO: M. FONTES MALHEIROS-ME
CNPJ Nº 11.185.232/0001-88
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL /MT.
ACORIZAL /MT, 19 DE MAIO DE 2021.

TERMO RATIFICAÇÃO DE INEGIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022.

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ACORIZAL-MT, PREVACORIZAL, Sr. **ARCILIO JESUS DA CRUZ**, torna público que, considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022**, autorizando assim a contratação da empresa **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDENCIA – DATAPREV S.A.,** Inscrita no **CNPJ Nº 42.422.253/0001-01,** objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ACORIZAL-MT, PREVACORIZAL**, pelo valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais)**,** a serem pagos mensalmente em parcelas de R$ 100,00 (cem reais), conforme disposição do Artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, RATIFICA a justificativa apresentada. Ademais, ordeno a sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Acorizal/MT, 18 de Maio de 2022.

ARCILIO JESUS DA CRUZ

GESTOR DA PREVACORIZAL

RETIFICAÇÃO DISPENSA LICITAÇÃO

Termo de Retificação de Dispensa de Licitação Nº 008/2022.

A Prefeitura Municipal de Acorizal – Estado de Mato Grosso, Inscrita no CNPJ/MF nº 03.507.571/0001-05, localizada na Avenida Nossa Senhora de Brotas, S/N, Bairro Nova Acorizal, em Acorizal/MT, CEP 78. 480-000, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. Diego Ewerton Figueiredo Taques, no uso das atribuições que lhes são conferidas, torna público o processo de contratação direta da Empresa: **M. FONTES MALHEIROS-ME,** Inscrita no **CNPJ Nº 11.185.232/0001-88**, objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORACAO E EXECUCAO DE PROJETO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO E PANICO PARA EVENTO, INCLUSO TODOS OS PREVENTIVOS NECESSARIOS E BRIGADISTAS, PARA ATENDER O EVENTO EM REALIZAÇÃO DO 7° FESTIVAL DE PESCA DO MUNICIPIO DE ACORIZAL-MT**, mediante de valor total de R$ 16. 999,83 (dezesseis mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos). Onde formulou-se expediente de **Dispensa de Licitação Nº 008/2022**, com base no disposto do art. 24, inciso I, no o art. 26 da Lei Federal 8.666/93, no que couber o Decreto Federal Nº 9.412/2018, Ratifica o Presente Processo e autorizo a execução do serviço.

Acorizal – MT, 18 de Maio de 2022.

Diego Ewerton Figueiredo Taques
Prefeito Municipal

PORTARIA 51

PORTARIA Nº 51, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SR. JULIO CEZAR DE ARRUDA, PARA SER FISCAL DE CONTRATO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACORIZAL-MT, Sr. DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **Júlio Cezar de Arruda**, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO N° 015/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORACAO E EXECUCAO DE PROJETO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO E PANICO PARA EVENTO, INCLUSO TODOS OS PREVENTIVOS NECESSARIOS E BRIGADISTAS, PARA ATENDER O EVENTO EM REALIZAÇÃO DO 7° FESTIVAL DE PESCA DO MUNICIPIO DE ACORIZAL-MT.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°022/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°008/2022

VALOR: R$ 16. 999,83 (DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS)

PRAZO: 19/06/2022

CONTRATADO: M. FONTES MALHEIROS-ME

CNPJ Nº 11.185.232/0001-88

Registre-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2022.

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 23/2022.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 3768/2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 023/2022.

OBJETO: Futuras e Eventuais aquisição de aparelho tomógrafo para o município de Agua Boa, de acordo Termo de Referência.

DATA: 03/06/2022.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08:30 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.bll.org.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 18 maio de 2022.

LILIAN BITENCOURT Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo administrativo 093/2022.

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

OBJETO: Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, para o período compreendendo o ano letivo de 2022.

REALIZAÇÃO: 06/06/2022.

HORAS: 08h30min.

HORÁRIO DE BRASILIA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 18 de maio de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão de Licitação.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 074/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 060/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GUIA TIPO ALFA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de diversos serviços gráficos para a Prefeitura Municipal de Prefeitura de Água Boa-MT.

Valor Total R$ 72.954,32 (Setenta e dois e novecentos e cinquenta e quatro mil e trinta e dois reais).

DATA: 12 de maio de 2022.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/09/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 075/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 060/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: A P DE OLIVEIRA CALIXTO

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de diversos serviços gráficos para a Prefeitura Municipal de Prefeitura de Água Boa-MT.

Valor Total R$ 41.711,80 (Quarenta e um mil e setecentos e onze reais e oitenta centavos).

DATA: 12 de maio de 2022.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/09/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOLICITO A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DOS PROJETOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT.
Favorecido	NAJAH ABDEL KARIM SAFA LTDA CNPJ: 05.315.313/0004-03
Valor Global	R$ 10.908,90 (dez mil novecentos e oito reais).
Prazo	Imediato
Fundamento Legal	Art. 24, inciso II da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 032/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 032/2022, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 18 de maio de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 078/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 086/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 029/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: REVEMAR CAMPO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA

OBJETO: Aquisição de Trator Agrícola, conforme convênio N° 1678/20211 processo 252992/2021 da Secretaria de Estado de MATO GROSSO.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3965079	TRATOR AGRÍCOLA NOVO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 115 CV.	UND	MASSEY FERGUSON	1,00	318.000,00	318.000,00

Valor Total R$ 318.000,00 (Trezentos e dezoito mil reais).

DATA: 17 de maio de 2022.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/05/2023

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 076/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 087/2022

ADESÃO Nº. 007/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: TS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDO PARA PLAYGROUND PARA INSTALAÇÃO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA - MT.

Valor Total R$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).

DATA: 17 de maio de 2022.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/05/2023

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

RESOLUÇÃO INTERNA

O Presidente da Associação dos Amigos de Água Boa, Estado de Mato Grosso, CNPJ: 00.964.676/0001-03, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, resolve:

Nomear as seguintes pessoas abaixo designadas para comporem a Comissão Permanente de Licitação da 29ª Expovale:

Presidente: Talyson Garcia Abreu

Secretário: John Lucian Bohnen Carneiro

Membro: Marcos Liell

Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Água Boa, 18 de maio de 2022.

Deivis Mendel

Presidente da 29ª Expovale

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 004 AO CONTRATO Nº. 069/2018

TERMO ADITIVO Nº. 004, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e G K R M SERVIÇOS MEDICOS SS, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Sexta – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA; fica prorrogado a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses válido até 14 de maio de 2023.

VALOR TOTAL: R$ 208.00,00 (Duzentos e oito mil reais).

Água Boa-MT, 13 de maio de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 022 de 10/01/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER, CULTURA E TURISMO NOS JOGOS REGIONAIS DE SELEÇOES MUNICIPAIS A SEREM REALIZADOS DE 01 A 06/07/2022 .,** sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os itens a seguir: ITENS 6, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 63, 64, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 92 – J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 14.437.315/0001-05, com o valor total de R$ 94.598,20 (noventa e quatro mil e quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos), ITENS 44, 50, 51 – NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, inscrita no CNPJ sob o n° 06.372.763/0001-40, com o valor total de R$ 13.460,00 (treze mil e quatrocentos e sessenta reais), ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 45, 47, 48, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60,

62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 85, 86, 87, 89, 91, 93 – SUPERMERCADO JDGM LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.490.157/0001-30, com o valor total de R$ 261.789,15 (duzentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e nove reais e quinze centavos). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: compras@altogarcas.mt.gov.br. Alto Garças – MT, 18 de fevereiro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer-Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018 /2.022.

O Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Claudinei Singolano, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, da Lei 292/1990 e suas alterações posteriores:

CONSIDERANDO, o resultado final do Concurso Público 001/2018 em vigência e sua devida homologação, segundo a ordem de classificação das vagas ofertadas, e, ante a elevada demanda no setor de Arrecadação, Fiscalização e Tributos, bem como a DESISTENCIA FORMAL da candidata **Nilvania Braga Marcheto** e o esgotamento do prazo para apresentação do candidato convocado regularmente no Edital de **convocação nº 010/2.022,** o **Sr. Hercules de Paula Carvalho**, surgindo assim a vacância destas vagas serem preenchidas com a convocação dos próximos (as) aprovados (as), ante a necessidade e urgência dada a natureza das funções ininterruptas prestados pela Administração Publica, para fim de atender as necessidades do setor fiscal do munícipio.

O Sr. CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2018, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, no Horário das 12:00 às 18:00 horas, no prazo de **30 (trinta**) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, para admissão e posse no serviço público, munidos dos documentos constantes do Edital, **sob pena de ser considerado desistente**, ocasionando a perda da respectiva vaga:

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS (AS) CONVOCADOS (AS):

CARGO: 013 – Fiscal de Tributos.

INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASCIMENTO	COLOCAÇAO
000001004	WAGNA ALVES DE OLIVEIRA	25/06/1985	8º
000001836	EDICLEIA BATISTA DIAS GAVIRAGHI	10/06/1982	9º

Alto Garças- MT, 16 de Maio de 2.022

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 229/2021

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 229/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **JOLIETH CONCEICAO RODRIGUES LEITE ,** RG n.º 12440329 **SSP/**MT e inscrita no CPF sob o n.º **910.058.921-72,** residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, n. 70, Bairro Centro em ALTO PARAGUAI MT, CEP 78410-000, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as clausulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 229/2021, a partir da data do dia 16/05/2022.

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 229/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 18 de Maio de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	JOLIETH CONCEICAO RODRIGUES LEITE
Prefeito Municipal	Contratada

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

ATA DA SESSÃO PÚBLICA REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO 006/2022

Aos (18) dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, reuniram-se na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, o Presidente da comissão permanente de licitação e os membros, designados pela Portaria nº 043/2022 para o recebimento do ENVELOPE 02 – referente ao Processo Licitatório REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO nº 006/2022 que tem por objeto: "CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES OBJETO DO CONVÊNIO /SECEL/Nº 1307/2021DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT", para analisar os documentos de habilitação da empresa LEANDRO ARAUJO DO NASCIMENTO-ME, inscrita no CNPJ nº 40.502.873/0001-17, que registrou o menor lance na sessão pública realizada no dia 12 de maio de 2022. A referida empresa cumpriu o prazo estabelecido no edital, protocolando na prefeitura os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação. Após análise verificou-se que a empresa apresentou todos os documentos da habilitação jurídica, fiscal e capacidade técnica de acordo com o edital, apresentando a planilha realinhada, o cronograma físico financeiro e a composição de preço unitário, sendo o valor da proposta de R$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais). Desta forma, tendo a empresa cumprido todos os requisitos de habilitação a comissão torna a empresa habilitada e vencedora do certame. A comissão alerta a empresa quanto ao cumprimento das cláusulas do edital, bem como, do prazo para assinatura do contrato e apresentação da garantia da obra. Nada mais havendo a constar, o Presidente da comissão permanente de licitação encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que vai assinada pelo Presidente da comissão permanente de licitação e pelos membros. Desde então os autos do processo ficam a disposição dos interessados no departamento de licitação.
Alto Paraguai - MT, 18 de maio de 2022

Wisley Ribeiro do Amaral
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Zuleide Leite Rocha
Secretário
Maria Aparecida de Almeida Oliveira
Suplente

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022

1.1 Em vista das razões apresentadas pela Secretaria municipal de Educação Creche Vovonezinha, bem como a justificativa de preço apresentado no processo, através do balizamento, considerando o valor da prestação de serviços a ser oferecido a um valor compatível com o mercado, para a administração pública e aprovação do orçamento disponível para contratação e atestado de exclusividade apresentado pela empresa, RATIFICO a dispensa de Licitação, para o objeto: Contratação de empresa para construção de 1 (um) Conjunto playground tipo parquinho de madeira de eucalipto tratado no formato de Aldeota de eucalipto simples com balanço duplo e o outro com Aldeota de eucalipto 2 decks com fornecimento de materiais e serviços de acordo com o convenio 1905/2021 SEDUC, diretamente com a Empresa: "LEANDRO ARAUJO DO NASCIMENTO CNPJ: 40.502.873/0001-17", VALOR OFERTADO: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).Verifica-se a justificativa no processo, consta no processo a comprovação de que a contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Por estas razões, justifica-se a formalização do processo e contratação da empresa, Dispensando a Licitação enquadrada na lei nº 14.133, de 1 de Abril de 2021, que dispõe sobre o

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;".

Publique-se.

Alto Paraguai/MT, 18 de maio de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal de Alto Paraguai /MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa fornecedora de óleos, lubrificantes e graxas, para atender a demanda das secretarias municipais, pelo período de 12 (doze) meses., de acordo com anexo I. Abertura às **08h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **03/06/2022.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 18 de Maio de 2022.

Thais Regina Bender de Souza

Pregoeira

LEI N° 1295/2022

"Dispõe sobre a autorização para pagamento de premiação aos participantes do Projeto PROVA BRASIL/SAEB - " INTERVENÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, na pessoa da Sra. Marilda Garofolo Sperandio , no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, o pagamento de premiações para os alunos destaque e professores atuantes, na execução do "Projeto, (**PROVA BRASIL/SAEB**-" **INTERVENÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO")** com a finalidade de melhoria dos índices da educação básica**,** direcionado aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental das escolas públicas municipais tendo como referência os indicadores das avaliações externas, totalizando o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a qual será distribuída da seguinte forma:

I - PREMIAÇÃO:

Educação Infantil – Nível V

CLASSIFICAÇÃO POR SALA	PREMIAÇÃO – MÊS DE NOVEMBRO	VALOR
1º LUGAR	BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS	R$ 4.000,00
2º LUGAR	BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS	R$ 2.000,00
3º LUGAR	BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS	R$ 1.500,00
PROFESSORES	1 TABLET PARA SORTEIO TROFÉUS PARA CADA PROFESSOR	R$ 2.000,00

Turmas do 1º ao 3º Ano

TURMA EM DESTAQUE	PREMIAÇÃO – MÊS DE NOVEMBRO	VALOR
1º LUGAR	BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS	R$ 10.000,00
2º LUGAR	BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS	R$ 8.000,00
3º LUGAR	BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS	R$ 6.000,00
PROFESSORES DAS TURMAS EM DESTAQUES	1 TABLET PARA SORTEIO TROFÉUS PARA CADA PROFESSOR	R$ 2.000,00

Turmas do 4º ano

CLASSIFICAÇÃO	PREMIAÇÃO – MÊS DE NOVEMBRO	VALOR
1º LUGAR	NOTEBOOK + TROFÉU	R$ 3.500,00
2º LUGAR	TABLET + TROFÉU	R$ 1.500,00
3º LUGAR	BICICLETA + TROFÉU	R$ 1.200,00
PROFESSORES	1 TABLET PARA SORTEIO TROFÉUS PARA CADA PROFESSOR	R$ 2.000,00

Turmas do 5º ANO

CLASSIFICAÇÃO	PREMIAÇÃO – MÊS DE NOVEMBRO	VALOR
1º LUGAR	TABLET + TROFÉU	R$ 1.500,00
2º LUGAR	BICICLETA + TROFÉU	R$ 1.200,00
3º LUGAR	BICICLETA + TROFÉU	R$ 1.200,00
PROFESSORES	1 TABLET PARA SORTEIO TROFÉUS PARA CADA PROFESSOR	R$ 2.000,00

Turmas do 6 º ANO

CLASSIFICAÇÃO	PREMIAÇÃO MÊS DE NOVEMBRO	VALOR
1º LUGAR	TABLET + TROFÉU	R$ 1.500,00
2º LUGAR	BICICLETA + TROFÉU	R$ 1.200,00
3º LUGAR	BICICLETA + TROFÉU	R$ 1.200,00
PROFESSORES	1 TABLET PARA SORTEIO TROFÉUS PARA CADA PROFESSOR	R$ 2.000,00

Turmas do 4º, 5º e 6º ano (Aproximadamente 480 alunos)

CLASSIFICAÇÃO	PREMIAÇÃO – MÊS DE JUNHO E NOVEMBRO	VALOR
DESTAQUES	MEDALHAS	R$ 4.500,00

II – VALOR GASTO NO PROJETO R$ 60.000,00

Artigo 2° - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente:

Órgão 02.006 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ATIVIDADE: 2032 – MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO: 02.006.12.361.8010.2032.3.3.90.31.00.00

NATUREZA: 3390310000 – PREMIAÇÕES CULTURAIS ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS.

Artigo 3°- As avaliações dos alunos para fins desta lei obedecerão aos critérios dispostos no Anexo Único.

Parágrafo Único – os equipamentos eletrônicos oferecidos como premiação, serão adquiridos por meio de processo licitatório oportunamente.

Artigo 4°- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 03 de maio de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022.

Ao dezesseis dias do mês de Maio de dois mil e vinte e dois, às 08h46min (horário Mato Grosso), na Sede da Prefeitura Municipal de Alto Taquari MT, na sala de reuniões, reuniram-se a Presidente de Sessão e membros da CPL composta pelos senhores: Como Pregoeira Srª Thaís Regina Bender de Souza, Rudimar José Lang e Jeferson Mateus Alves Brann, como membros, nomeados pela Portaria 060/2022, para verificar e analisar as propostas e documentações do Pregão Presencial 010/2022, que **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT.** Estando presente na sessão a Secretária de Compras e Licitação Renta Fermino de Oliveira, CPF 452.1139.251-20, a Nutricionista Jéssica Natana Batista Dias, CPF: 037.010.371-83 e a Controladora do Município Josieli Froes Briancini da Silva, CPF: 038.901.361-76. Devidamente publicado seu Edital Resumido no jornal oficial dos municípios no dia 02 de Maio de 2022 na pág. 34, no jornal de grande circulação no dia 02 de Maio de 2022 na pág. 7 dos classificados e no Diário Oficial de Contas no dia 02 de Maio de 2022 na pág. 33. Apesar de ter feito todas as publicações, disponibilizado o edital no site oficial do Município, compareceu somente as empresas: **1) CARLA GUTIERREZ PINHEIRO,** CNPJ: 32. 851.019/0001-38, representada pelo Sr. Diego Rodrigo Favero, CPF:999. 161.341-20; 2**) TRIVELATO & MAGRI LTDA** CNPJ:11.285.151/0001-50, representada por Osmair Oliveira Trivelato, CPF 277.839.048-07.A Pregoeira cumprimentou todos os presentes, apresentou a equipe de apoio e perguntou se alguém gostaria de manifestar-se ou fazer alguma pergunta referente ao certame. Nenhuma manifestação. Verifica-se então os documentos de credenciamento das empresas acima qualificadas, passa a todos os presentes para vistos. Verificou que as empresas cumpriram com as exigências do credenciamento e ficaram legalmente credenciadas, podendo estas, manifestarem e ofertar lances através de seus representantes. A Pregoeira verifica os fechos dos envelopes, os vista e passa a todos os membros da Equipe de Apoio e aos representantes das empresas. Tudo nos conformes abre-se o envelope de proposta das empresas: A empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** a apresentou proposta no valor total dos itens cotados de **R$ 1.378.470,94** (Um milhão, trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e quatro centavos). A empresa **CARLA GUTIERREZ PINHEIRO,** a qual apresentou proposta no valor total dos itens cotados de **R$ 1.560.378,41** (Um milhão quinhentos e sessenta mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e um centavos). Abre-se a fase de lances, onde as empresas foram dando lances sucessivos e decrescentes. As 11:30h a sessão foi suspensa para intervalo de almoço, retornando às 13: 12h. As empresas continuaram com os lances através de seus representantes chegando aos seguintes valores totais dos itens ganhos por empresa. A empresa **CARLA GUTIERREZ PINHEIRO,** no valor total dos itens ganhos de **R$ 933.810,86** (Novecentos e trinta e três mil, oitocentos e dez reais e oitenta e seis centavos). A empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** no valor total dos itens ganhos de **R$ 532.668,56(Quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).**Em ato contínuo foi verificado documentos de habilitação das empresas participantes, onde verificou que todas cumpriram fielmente com a apresentação dos documentos e foram declaradas **HABILITADAS**. A pregoeira indaga novamente aos licitantes, sobre algum outro questionamento e interesse de interposição de recurso, onde todos se negam. A Pregoeira então adjudica o certame as empresas **CARLA GUTIERREZ PINHEIRO,** no valor total de **R$ 933.810,86** (Novecentos e trinta e três mil, oitocentos e dez reais e oitenta e seis centavos); e a empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** no valor total de **R$ 532. 668,56(Quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).**Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrado a sessão. Eu **Jeferson Mateus Alves Brann**, Secretariei a presente sessão e lavrei a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por mim, pela equipe de apoio e representantes presentes.

Thaís Regina Bender de Souza Jeferson Mateus Alves Brann

Pregoeira Equipe de Apoio

Rudimar José Lang

Equipe de Apoio

CARLA GUTIERREZ PINHEIRO

Diego Rodrigo Favero

TRIVELATO & MAGRI LTDA

Osmair Oliveira Trivelato

Jéssica Natana Batista Dias

NUTRICIONISTA

Renata Fermino de Oliveira

SECRETÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Josieli Froes Briancini da Silva

CONTROLADORA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 123/2022

DECRETO Nº 123/2022

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenadora de Industria e Comércio** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal d e Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **COORDENADORA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO**, aSenhora **QUELI DAIANA DA CAMPO VARGAS** , CPF/MF – 824.861.740-87, de acordo com a Lei n.° 1284/2021.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 18 de maio de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

LEI Nº 1291/2022

"Disciplina sobre a criação, construção, funcionamento e reforma de cemitérios públicos e particulares no município de Alto Taquari e dá outras providências."

O Município de Alto Taquari representado pela Prefeita Municipal **MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – Princípios Gerais Fundamentais

Seção I - Disposições Preliminares

Art. 1º- Esta Lei disciplina a criação, construção, funcionamento e reforma de cemitérios públicos e particulares dos tipos tradicional, parque e vertical, estabelece normas para seu funcionamento e administração no município de Alto Taquari e dá outras providências.

Art. 2º - O Município incumbir-se-á de:

I – tomar medidas tendentes ao melhoramento dos serviços funerários e da administração dos cemitérios públicos;

II – fiscalizar os cemitérios particulares, zelando pela observância das normas legais e regulamentos sobre a matéria;

III – administrar os cemitérios públicos e fixar as tarifas dos serviços neles prestados;

IV – fiscalizar as empresas funerárias.

Seção II - Dos Conceitos

Art. 3º - Para os efeitos legais são adotadas as seguintes definições:

I - cemitério: área destinada a sepultamentos;

a) cemitério horizontal: é aquele localizado em área descoberta compreendendo os tradicionais e o do tipo parque ou jardim;

b) cemitério parque ou jardim: é aquele predominantemente recoberto por jardins, isento de construções tumulares, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões;

c) cemitério vertical: é um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos;

d) cemitério misto: é aquele com características de cemitério horizontal e vertical; e,

e) cemitérios de animais: cemitérios destinados a sepultamentos de animais;

II - sepultar ou inumar: é o ato de colocar pessoa falecida, membros amputados, restos mortais e animais mortos em local adequado;

III - sepultura: é o jazigo sem revestimento lateral, que poderá ter tamanhos distintos para adultos e infantes;

IV - construção tumular: é uma construção erigida em uma sepultura, dotada ou não de compartimentos para sepultamento, compreendendo-se:

a) jazigo: é o compartimento destinado a sepultamento contido, ou seja, é o local onde se enterra a urna mortuária, com o fundo constituído pelo terreno natural;

b) cova rasa: jazigo sem carneira ou gaveta, em trecho plano do cemitério com profundidade mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros), sejam para adultos, adolescentes ou infantis.

c) carneira ou gaveta: é o jazigo com revestimento lateral, tendo internamente as dimensões das sepulturas, constituindo uma unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular;

§ Único. Carneiras geminadas são duas carneiras e mais o terreno entre eles existente, formando um único jazigo;

d) cripta ou mausoléu: compartimento destinado a sepultamento no interior de edificações, templos ou suas dependências.

V - lóculo: é o compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical;

VI - produto da coliquação ou necrochorume: é o líquido biodegradável oriundo do processo de decomposição dos corpos ou partes;

VII – inumar: sepultar, isto é, introduzir a pessoa falecida ou seus restos mortais. Poderá ocorrer a inumação de membros humanos decepados ou amputados;

VIII - exumar: retirar a pessoa falecida, partes ou restos mortais do local em que se acha sepultado;

IX - reinumar: reintroduzir a pessoa falecida ou seus restos mortais, após exumação, na mesma sepultura ou em outra;

X - urna, caixão, ataúde ou esquife: é a caixa com formato adequado para conter pessoa falecida ou partes;

XI - urna ossuária: é o recipiente de tamanho adequado para conter ossos ou partes de corpos exumados;

XII - urna cinerária: é o recipiente destinado a cinzas de corpos cremados;

XIII - ossuário ou ossário: é o local para acomodação de ossos, contidos ou não em urna ossuária, de ossos retirados de sepulturas;

XIV - cinerário: é o local para acomodação de urnas cinerárias;

XV - columbário: é o local, constituído de depósito individualizado, para guardar urnas e cinzas funerárias, dispostos horizontal e verticalmente, com acesso coberto ou não, adjacente ao fundo, com um muro ou outro conjunto de jazigos;

XVI - nicho: é o compartimento individual do columbário;

XVII – cenotáfio: é um memorial fúnebre erguido para homenagear alguma pessoa ou grupo de pessoas cujos restos mortais estão em outro local ou estão em local desconhecido;

XVIII – câmara ardente: compartimento destinado à exposição de cadáver até à hora do funeral; e,

XIX - translado: ato de remover pessoa falecida ou restos mortais de um lugar para outro.

Parágrafo Único - O Executivo fixará, em decreto, as dimensões das sepulturas bem como as dimensões externas das carneiras.

Seção III - Normas Gerais

Art. 4º - É vedado criar restrições ao sepultamento com fundamento em crença religiosa, por discriminação de raça, sexo, cor, condição social ou econômica ou por convicções políticas.

Parágrafo Único. É permitida a todas as confissões de fé a prática de seus ritos nos cemitérios municipais, respeitadas as normas de ordem e segurança pública.

Art. 5º - Nos cemitérios não se permitirá a perturbação da ordem e tranquilidade, o desrespeito aos sentimentos alheios e a credos religiosos ou qualquer outro comportamento ou ato que fira os princípios éticos e atente contra os costumes.

Art. 6º - Os titulares de direitos sobre sepulturas ficam sujeitos à disciplina legal e regulamentar referente à decência, segurança e salubridade aplicáveis às construções funerárias.

I - as construções e reformas funerárias só poderão ser executadas após a expedição do alvará de licença, mediante requerimento do interessado à Secretaria de Engenharia, Obras e Planejamento, aprovação do projeto e pagamento das taxas devidas.

II - o município não intervirá nas obras de construção e melhoramento das construções funerárias, salvo quando desconformes com a legislação pertinente, prejudiciais à higiene e segurança pública e agressivas ao meio ambiente.

III - sobras de materiais de obras, conservação e limpeza das sepulturas devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis, sob pena de multa de 10 UFPM do Município de Alto Taquari.

Art. 7º - No setor de serviço dos cemitérios devem ser expostas, para consulta pública, planta geral com a identificação das quadras ou setores, de modo a serem facilmente feitas identificação e localização de cada sepultura, com os seus respectivos números.

Seção IV - Das Sepulturas

Art. 8º - As sepulturas do Cemitério Municipal são bens públicos de uso, sob a forma de concessão, como regulamenta esta lei.

I - A sepultura cujo titular de direitos seja pessoa física destinar-se-á ao sepultamento do cadáver deste, das pessoas por ele indicadas a qualquer tempo ou por disposição legal;

II - A transferência da titularidade do direito de concessão sobre sepultura localizada em cemitérios públicos será livre, desde que se encontre a sepultura desocupada, mas somente após comunicação à administração do cemitério se considerará a transferência concluída e válida;

Art. 9º - As sepulturas localizadas em cemitérios públicos poderão ser temporárias ou perpétuas.

Art. 10 - Para os fins previstos no artigo 9º, considera-se:

I - Concessão temporária: aquela firmada pelo prazo de 5 (quatro) anos, renováveis, uma vez, por, no máximo, 3 (três) anos;

II - Concessão perpétua: aquela firmada por prazo indeterminado.

§ 1º- É condição de renovação da concessão temporária a boa conservação da sepultura pelo concessionário;

§ 2º- Encerrando o prazo inicial da concessão temporária de uso sobre a sepultura ou carneira, a Administração Pública conferirá o título de condição perpétua desde que utilizada para fins de sepultamento de familiares no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias o concessionário manifeste interesse.

§ 3º- Em não havendo renovação da concessão, as sepulturas ou carneiras serão abertos e os restos mortais existentes serão removidos para o ossuário, devidamente identificados;

§ 4º- Os hipossuficientes serão colocados em sepulturas ou carneiras gratuitos pelo prazo de 4 (quatro) anos, não se admitindo prorrogação ou perpetuação.

Art. 11 - A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, revogar a concessão de uso da sepultura ou carneira, da concessão temporária, em ato fundamentado.

Art. 12 - Nenhum concessionário de sepultura ou carneira poderá, a qualquer título, dispor de seu direito, respeitados, contudo, os direitos decorrentes de disposições de última vontade ou de sucessão legítima.

Art. 13 - O concessionário de sepultura ou carneira, assim como seu representante, é obrigado a mantê-lo limpo e a realizar as obras de conservação e reparação do que tiver construído e que, a critério do Município, forem necessárias para a estética, segurança, salubridade e higiene pública.

Art. 14 - Na falta de limpeza, conservação e reparação julgadas necessárias, as sepulturas ou carneiras serão consideradas em abandono e/ou ruína.

I - Consideradas as sepulturas ou carneiras em abandono e/ou ruína, seus concessionários serão convocados, através de Edital de Notificação, publicado em jornal de circulação local ou em diário Oficial do Município, para que procedam os serviços necessários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias;

II - Esgotado o prazo estabelecido no inciso primeiro deste artigo, as sepulturas em abandono e/ou ruína serão demolidas e, assim como as carneiras, desocupadas, com a transladação dos mesmos para o ossuário, salvo nos casos em que ainda não tiver decorrido os prazos previstos nesta Lei.

Art. 15 – Para a construção de novas sepulturas deverá existir um espaço livre de, no mínimo, quarenta centímetros (0,40 m) e, entre a cabeceira de uma e a de outra, oitenta centímetros (0,80 m).

Parágrafo único. No caso de concessão perpétua de duas sepulturas contíguas, pelo mesmo concessionário, este poderá ocupar o espaço livre entre as mesmas, formando uma sepultura geminada, que será considerada como espaço único para sepultamento de familiares.

Art. 16 - Não se admitirá a existência de mais de um titular de direitos sobre cada sepultura.

Art. 17 - Nos cemitérios com características de parque predominarão as áreas livres em relação às destinadas as exumações ou construções de qualquer tipo.

Art. 19 - Os sepultamentos nos cemitérios tipo tradicional em gavetas, consolos ou prateleiras, abaixo ou acima do nível do terreno, somente serão permitidos em construções definitivas, desde que tais construções possuam instalações, previamente aprovadas pela autoridade municipal, que permitam enterramento em condições sanitárias e de higiene satisfatórias.

Art. 20 - Salvo a cova rasa, nos novos cemitérios particulares, toda sepultura será obrigatoriamente revestida, constituindo carneira.

Parágrafo Único - Excluem-se dessa disposição as gavetas, os consolos, as prateleiras e as sepulturas integrantes de cemitério do tipo vertical.

Art. 21 - Somente nos cemitérios a cargo da administração pública serão permitidos os chamados sepultamentos em cova rasa.

Parágrafo único - Admitir-se-á, excepcionalmente, a existência de sepultamento em cova rasa em cemitério particular, desde que decorrente de imperativo religioso e o cemitério se destine exclusivamente a membros de associação religiosa permissionária.

CAPÍTULO II – DOS TIPOS DE CEMITÉRIO

Seção I - Dos Cemitérios Públicos

Art. 22 - Os cemitérios públicos, que são os pertencentes ao domínio municipal, terão caráter secular e poderão ser administrados pela Prefeitura, por autarquia municipal ou entregues à iniciativa privada, mediante concessão.

I - A concessão para a exploração de cemitérios públicos será precedida de concorrência pública.

II - O termo de concessão deverá prever obrigatoriamente o dever do concessionário de realizar a manutenção das áreas do cemitério onde as sepulturas já estejam em uso quando do início da concessão.

Art. 23 - A implantação de novos cemitérios de administração pública dependerá de Decreto do Poder Executivo.

Art. 24 - Aplicam-se aos cemitérios de administração pública as disposições desta Lei, bem como as especificações técnicas aplicáveis aos cemitérios particulares tipos tradicional, parque e vertical.

Parágrafo único. Os cemitérios públicos explorados mediante concessão deverão se adequar às exigências técnicas desta Lei.

Art. 25 - Os cemitérios públicos administrados por concessionários deverão obrigatoriamente reservar área para o sepultamento de indigentes e destinatários da assistência social.

Seção II - Dos Cemitérios Particulares

Art. 26 - A aprovação de projetos para construção de cemitérios particulares é da competência do Município, obedecidos os seguintes critérios:

I – prova de propriedade do imóvel, devendo o terreno ser de no mínimo 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

II – prova de inexistência de ônus gravando o imóvel;

III – apresentação de planta cotada do terreno e edifícios, em escala máxima de 1/1000, com indicação clara e precisa de suas confrontações e sua situação em relação a logradouros e estradas já existentes;

IV – apresentação de Memorial Descritivo;

V – declaração de atendimento às exigências da Resolução n.º 335, publicada em 28 de maio de 2003, com as alterações das Resoluções nº 368/

06 e nº 402/08, todas do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ou outras que vierem a substituí-la, com a apresentação, desde já, da anuência do órgão competente do Município e da devida Licença Prévia e Licença de Instalação fornecida pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 27 - Além dos requisitos estabelecidos no artigo anterior, só serão aprovados os projetos que destinem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total das sepulturas ou terrenos nele existentes, ao Município, para atendimento social.

§ 1º - Só será permitida a construção de 1 (um) cemitério, no prazo de 20 anos, respeitando o crescimento do índice demográfico do Município.

§ 2º - Só será permitido a construção de cemitério particular a empresas que exercem atividades de serviços funerários ou de administração de cemitérios há no mínimo 2 (dois) anos no Município.

Seção III – Disposições Gerais a Todos os Cemitérios

Art. 28 - Todos os novos cemitérios, públicos ou particulares, serão inteiramente cercados com muro de, no mínimo, 2 (dois)metros de altura, e no seu interior serão destinadas áreas para ruas e avenidas, além de reservados espaços para a instalação da administração, construção de capelas, sanitários, e área de estacionamento.

I - Os novos cemitérios públicos e particulares deverão, ainda, reservar espaço para a instalação de ossário, sepultamento de carentes e forno para a queima dos restos de material (madeira, vestes, etc.), retirados das sepulturas;

II - O cercamento previsto no *caput* deste artigo poderá ser de tela ou arame, quando o cemitério se localizar na área rural do município ou que por sua localização afastada do centro urbano não acarretará incômodos à vizinhança.

CAPÍTULO III - Da Administração Dos Cemitérios

Seção I - Normas Gerais

Art. 29 - Em cada cemitério público objeto de concessão ou cemitério particular haverá um administrador responsável indicado pela concessionária ou permissionária a quem a autoridade Municipal poderá dirigir-se, no exercício do seu poder de fiscalização e intimar para as providências concernentes a regularidade dos serviços, segurança e conservação do cemitério.

§ 1º- Fica proibida aos proprietários dos cemitérios particulares a sublocação dos serviços para empresas que não exercem a atividade típica de administração de cemitérios.

§ 2º - No caso de cemitério público o administrador será um servidor público vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Viação e Transportes.

Art. 30 - Competirá ao administrador, além das disposições expressas nas normas reguladoras internas;

I - fiscalizar o pessoal administrativo e os trabalhadores serviçais do cemitério;

II - fiscalizar o pessoal encarregado das construções funerárias, bem como dos serviços contratados com empreiteiros e tarefeiros.

III - manter a ordem e a regularidade nos serviços, cumprindo as normas em vigor;

IV - atender às requisições das autoridades públicas;

V - exercer rigoroso controle sobre os sepultamentos, exumações, cremações e demais atividades funerárias.

VI - responsabilizar-se pelo material distribuído ao cemitério;

VII - enviar ao órgão competente, no primeiro dia útil seguinte ao encerramento do exercício, relatório das atividades.

Art. 31 - O administrador velará para que não trabalhe nos cemitérios, menores de 18 anos ou que se encontre em condição irregular.

Seção II - Da Escrituração Dos Cemitérios

Art. 32 – São obrigações comuns da administração dos cemitérios particulares ou públicos:

I – manter um registro geral com numeração e mapeamento de todas as sepulturas, jazigos e nichos existentes;

II – manter livro geral para registro de sepultamento, com colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem;

b) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;

c) data e lugar do óbito;

d) número do registro de óbito, página, livro, nome do cartório e do lugar onde está situado;

e) espécie de sepultura (temporária ou perpétua);

f) categoria de sepultura (carneira ou jazigo);

g) data ou motivo da exumação;

h) pagamentos de taxas e emolumentos;

i) número, página e data do talão e importância paga.

III – livro para registro de carneiras ou jazigos, contendo colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem do registro do livro geral;

b) número de ordem do sepultamento da espécie perpétua;

c) data do sepultamento;

d) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;

e) número da quadra e da carneira ou jazigo;

f) nome de quem assinou a concessão;

g) patronímico das famílias beneficiadas pela perpetuidade;

h) pagamento da concessão;

i) número, página, data do talão e importância paga;

IV – livro para registro de concessão de nicho destinado ao depósito de ossos ou restos mortais decorrentes de exumação, contendo colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem do registro no livro geral;

b) data do sepultamento;

c) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;

d) número do nicho;

e) data da concessão, número e página do livro;

f) data da exumação;

g) número e/ou localização da sepultura anterior.

V – livro para registro de depósito de ossos no ossário, contendo colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem do registro no livro geral;

b) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido.

c) data do sepultamento;

d) data da exumação.

Art. 33 - A administração de cemitério será obrigada a manter os registros de ocorrências nas melhores condições de guarda e conservação, encadernados e guardados em cofres que ofereçam os necessários requisitos de segurança, principalmente contra incêndio e furto.

Art. 34 - No livro de registro de sepultamento, exumações, ossuários e cremações serão anotadas todas as ocorrências que lhes são inerentes, observando-se a ordem rigorosa de hora, dia, mês e ano.

Parágrafo Único - Para a devida identificação da pessoa e do local onde foram efetuados sepultamentos, exumações, enterramento de ossos e cremações, por ocasião do respectivo registro será, criteriosamente, relacionado o seguinte:

a) nome, sobrenome e apelido do falecido, bem como outros dados constantes da documentação apresentada;

b) características e indicações do local onde ocorreram os sepultamentos, enterramento de ossos e exumações, respectivamente, a cada caso;

c) a documentação apresentada (atestado de óbito, certidões, guias, etc.).

Art. 35 - Os livros de registro de sepultamento, exumações, ossuários serão escritos por extenso, sem abreviações, sem algarismos, neles não devendo haver emendas, rasuras, borrões ou substituições de qualquer natureza.

Art. 36 - No livro de registro das sepulturas indicar-se-ão aquelas sobre as quais já se constituírem direitos, com o nome, qualificação e endereço de seu titular, bem como se anotarão as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda poderá autorizar, a seu juízo, e mediante requerimento da administração do cemitério, a substituição deste livro por fichário próprio, cujas fichas serão por ele igualmente aprovadas e autenticadas.

Art. 37 - As concessionárias de cemitérios públicos e as permissionárias de cemitérios particulares deverão emitir notas fiscais dos serviços prestados, cujos talões deverão ter seus modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 38 - O livro de registro de sugestões e observações deverá ficar à disposição do público, em lugar visível, com indicação de sua existência e servirá para anotação das deficiências na prestação dos serviços apontados pelos usuários.

CAPÍTULO IV - Do Funcionamento Dos Cemitérios

Seção I - Normas Gerais

Art. 39 - Os cemitérios e sua respectiva administração estarão abertos diariamente ao público, no período das 07:00 às 18:00 horas, excetuados os casos excepcionais de sepultamento urgente e ocorrências similares. No mesmo período serão atendidos os traslados, inumações e exumações, bem como os assuntos concernentes à concessão de jazigos e congêneres.

Parágrafo único. Para o atendimento dos casos excepcionais, deverá a administração do cemitério disponibilizar, em local de fácil visibilidade, o nome, endereço e número de telefone do plantonista.

Art. 40 - É expressamente proibido nos cemitérios:

I - praticar atos que, de qualquer modo, prejudiquem ou danifiquem os túmulos, canalizações, sarjetas, pisos ou quaisquer outras partes do cemitério, ou que atentem contra a sua boa conservação e manutenção;

II - lançar papéis, folhas, flores, pedras, objetos servidos ou quaisquer outros detritos nas passagens, ruas, avenidas e outros locais, devendo, para isso, serem utilizados os depósitos de lixo distribuídos nessas áreas;

III - pregar anúncios, quadros ou o que quer que seja nos muros e nas portas;

IV - formar depósito de materiais, de qualquer espécie ou natureza;

V - prejudicar, danificar ou sujar as sepulturas vizinhas daquela de cuja conservação estiver alguém cuidando ou construindo;

VI - gravar inscrições ou epitáfios nas sepulturas sem autorização da administração.

Seção II - Das Inumações

Art. 41 - Nenhum sepultamento será feito sem a respectiva certidão de óbito extraída pela autoridade competente, ou documentação legal que a substitua.

I - Na falta de qualquer documento e até sua exibição, o cadáver ficará depositado, concedendo-se à parte responsável, o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação do mesmo;

II - Não sendo apresentada a certidão de óbito, o administrador, logo que termine aquele prazo, comunicará o fato à autoridade policial.

Art. 42 - Quando o administrador suspeitar da existência de vícios nos documentos, falta de concordância entre estes e o cadáver ou por qualquer outra irregularidade, fará imediata comunicação à autoridade policial.

Art. 43 - Quando se tratar de cadáveres trazidos de fora do Estado será exigido atestado da autoridade competente do local do falecimento, em que se declara constatada a identidade do morto e a respectiva "causa-mortis".

Art. 44 - Os sepultamentos não poderão ocorrer antes de decorridas 06 (seis) horas do falecimento, salvo:

I - se a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - se o cadáver apresentar sinais inequívocos de putrefação; ou,

III - se o cadáver houver sido submetido a autópsia.

Art. 45 - Em cada sepultura só se enterrará um cadáver de cada vez em cada divisão, salvo o de natimorto com o da sua mãe ou pai.

Art. 46 - Os cadáveres que tiverem sido autopsiados serão conduzidos aos cemitérios em caixão de zinco ou em folhas de flandres, quando necessário.

Art. 47 - Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto nos cemitérios decorridas 36 (trinta e seis) horas do momento em que se tenha dado a morte, salvo se o corpo estiver devidamente embalsamado ou se houver neste sentido ordem expressa de autoridade judicial competente.

Art. 48 - Entre duas inumações sucessivas no mesmo jazigo intermediará prazo mínimo de 4 (quatro) anos, se a última foi de adulto, e de 3 (três) anos, se menor de 12 (doze) anos.

Seção III – Das Inumações de partes do corpo humano

Art. 49 - Nos cemitérios poderá existir área destinada ao sepultamento de partes do corpo humano, resultante de amputações de qualquer natureza ou de estudos anatômicos realizados por estabelecimentos científicos.

Art. 50 - As sepulturas destinadas ao sepultamento de partes do corpo humano terão as mesmas condições exigidas para as comuns, exceto no tocante às dimensões.

Seção IV - Das Exumações

Art. 51 - Poderá haver exumação:

I - quando requisitada, por escrito e na forma da Lei, por autoridade competente ou pelos familiares;

II - quando se tratar de cadáver sepultado como indigente;

III - a requerimento de pessoa habilitada em se tratando de cadáveres sepultados em sepultura perpétua.

§ 1º - A exumação obedecerá aos prazos mínimos de 4 (quatro) anos para adultos e de 3 (três) anos para menores de 12 (doze) anos;

§ 2º - O jazigo não poderá ser reaberto antes de decorridos os prazos do artigo anterior, salvo exumação por motivo de:

a) pedido da família do *de cujus*;

b) investigação policial ou determinação judicial;

c) transferência dos despojos por desativação da necrópole.

I - No caso da alínea "a", a exumação dependerá de prévio pagamento do preço correspondente e autorização do administrador da necrópole, além do atendimento às regras sanitárias;

§ 3º - Quando a exumação não se der a pedido da família do *de cujus*, será ela comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por edital em diário oficial do municipio ou oficio se conhecido seu endereço.

Art. 52 - A exumação, nas condições previstas no parágrafo 3º do artigo anterior, será requerida por escrito à administração do cemitério pelo interessado que provará:

I - qualidade que autoriza tal pedido;

II - a razão do pedido;

III - a causa da morte;

IV - consentimento da autoridade policial se a exumação for feita para transladação do cadáver para outro local;

V - consentimento da autoridade consular respectiva se for feita para transladação do cadáver para país estrangeiro.

Art. 53 - Quando a exumação for feita para a transladação de cadáveres para outro cemitério, dentro ou fora do município de Alto Taquari, o interessado deverá apresentar previamente o caixão para tal fim.

Parágrafo Único - O caixão será sempre de madeira, ou material similar, e será revestido inteiramente de zinco ou folha de flandres, perfeitamente soldados, de modo a não permitir escapamento de gases.

Art. 54 - O administrador do cemitério assistirá à exumação para verificar se foram satisfeitas as condições previstas em Lei.

Art. 55 - O administrador de cemitério fornecerá certidão de exumação, sempre que requerida, em qualquer circunstância, mantendo sob sua guarda cópia devidamente recebida pelo requerente.

Art. 56 - As requisições de exumações para diligências no interesse da justiça podem ser feitas diretamente ao administrador do cemitério, por escrito, com menção de todos os característicos.

I - O administrador providenciará a indicação de sepultura, a respectiva abertura, o transporte de cadáver para a sala de necropsias e o novo sepultamento imediatamente após terem terminado as diligências requisitadas;

II - Todos esses atos se farão na presença da autoridade que houver requisitado a diligência ou por alguém por ele indicado;

III - Se as diligências requisitadas forem feitas em virtude de requerimento de parte, deverá esta pagar todas as despesas ocasionadas com a exumação.

Art. 57 - Salvo as exumações requisitadas no interesse da justiça, nenhuma será feita em tempo de epidemia.

Art. 58 - Nos terrenos em que forem feitas exumações poderão ser feitos novos sepultamentos.

Art. 59- A exumação pelo decurso do prazo dos restos mortais de pessoa falecida de moléstia contagiosa, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde com anuência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Seção V - Dos Restos Mortais

Art. 60- Os ossos poderão ser requisitados pelas pessoas autorizadas a requerer a exumação para serem depositados em ossário situado em local próprio do cemitério.

I - Não sendo os ossos reclamados, poderá a administração do cemitério incinerá-los ou, se o preferir, enterrá-los em ossário público existente no cemitério;

II - Igual destino poderá dar a administração do cemitério aos restos mortais retirados das sepulturas que tenham permanecido, sem conservação, pelo período de 10 (dez) anos, observado nos termos do artigo 13 e 14;

Art. 61 - As pessoas legalmente habilitadas a requerer a exumação poderão também solicitar sejam-lhes entregues as cinzas, em caso de incineração de ossos.

Parágrafo Único - As cinzas só poderão ser enterradas ou depositadas nos cemitérios em local apropriado, com destinação específica ou em sepulturas, jazigos, mausoléus e nichos.

Art. 62 - Nos cemitérios, mediante o pagamento da tarifa devida, existirão depósitos em que as ossadas poderão ser conservadas temporariamente, por solicitação dos interessados, enquanto constituem os jazigos a que devem ser recolhidos ou decidam o seu destino, não podendo esse depósito temporário exceder de seis meses, findo os quais, serão os ossos recolhidos ao ossário geral ou incinerados.

Art. 63 - Nos cemitérios poderão existir nichos perpétuos em columbário para depósito de ossadas exumadas.

Seção VI - Das Transladações

Art. 64 - As transladações de despojos de um para outro sepulcro dependerão de requerimento dos interessados à Administração do cemitério, acompanhado da certidão de óbito do *de cujus*, comprovação da disponibilidade do local para onde será feito o translado, e pagamento de taxa especial.

Parágrafo Único: o traslado dos ossos deverá ser feito em urna de zinco.

CAPÍTULO V - Da Manutenção E Conservação Dos Cemitérios

Art. 65 - Os serviços de embelezamento de sepulturas, bem como construções de mausoléus, jazigos, ornamentos fixos ou obras de arte sobre a pedra tumular, só poderão ser executados após a anuência da administração do cemitério.

Art. 66 - A administração do cemitério público ou particular, que constatar a existência de sepultura que não atenda aos preceitos de decência, segurança e salubridade, fará comunicação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Saúde que procederão à vistoria sobre o estado da construção.

Art. 67 - Feitas as vistorias e constatada a infração, a administração do cemitério notificará imediatamente o titular de direitos sobre a sepultura, para, no prazo assinalado no laudo de vistoria, que não poderá exceder a 30 (trinta) dias, executar as obras necessárias.

Art. 68- A notificação a que se refere o artigo anterior far-se-á nos termos do Código de Processo Civil, inclusive por editais quando não havendo indicação de titular vivo, dirigida aos eventuais herdeiros ou sucessores dos últimos sepultamentos ou terceiros interessados.

Parágrafo Único: Todos os possíveis interessados comunicarão à administração do cemitério qualquer alteração ocorrida na titularidade de direitos sobre as sepulturas, atualizando, inclusive, os respectivos endereços, sob pena de a notificação ser efetuada na forma do *caput*.

Art. 69 - Decorrido o prazo previsto na notificação sem que sejam executadas as obras indicadas no laudo de vistoria, a administração do cemitério, público ou particular, comunicará a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Viação e Transportes que a sepultura se encontra sem conservação, devendo a administração do cemitério, quando imprescindível à preservação da dependência ou nos casos de perigo iminente para a segurança e saúde pública, realizar obras provisórias mesmo em desacordo como o plano artístico ou arquitetônico de conservação funerária, cobrando-as posteriormente do titular de direitos sobre a sepultura.

Parágrafo Único: Permanecendo uma sepultura sem conservação pelo prazo de 10 (dez) anos, a administração do cemitério providenciará a declaração de caducidade dos direitos.

Art. 70 - Declarada a caducidade ou o cancelamento dos direitos à sepultura, a administração do cemitério, se não o fizerem os interessados no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá, em igual e sucessivo prazo, retirar os materiais da sepultura e os restos mortais nela existentes, conforme disposto nesta Lei, após o que poderá se constituir novo direito sobre a sepultura.

CAPÍTULO V - Das Penalidades E Da Extinção Da Concessão

Art. 71 - A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades abaixo elencadas, sem prejuízo das de natureza civil e penal, além das constantes nos Códigos de Postura, Tributário, Sanitário, Ambiental e nas normas técnicas pertinentes:

I - notificação;

II - multa;

III - interdição;

IV - cancelamento da licença;

V - caducidade da concessão.

Art. 72- Será expedida notificação prévia ao infrator para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tomar as providências necessárias para regularizar a situação perante a repartição municipal competente.

I - Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação, a Notificação será convertida em Auto de Infração, independentemente de nova intimação, podendo, nesse caso, o autuado impugnar a exigência no prazo de 15 (quinze) dias;

II - A Notificação e o Auto de Infração e Multa serão objetos de um único instrumento lavrado por servidor competente, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras.

CAPÍTULO VII - Dos Serviços Funerários

Seção I – Normas Gerais

Art. 73 - Os serviços funerários, que não digam respeito diretamente à inumação, sejam prestados por si ou por empresas que indiquem, é de livre escolha.

Art. 74 - O serviço de sepultamento só poderá ser efetuado por empresas prestadoras de serviços funerários, que deverão ser, previamente, credenciadas junto ao Município.

I – Os serviços funerários prestados aos hipossuficientes e aos indigentes deverão ser realizados por empresa devidamente credenciada, que preste tais serviços, com sede no Município de Alto Taquari, e em atividade de, no mínimo, há mais de 02(dois) anos.

a) Os pagamentos pelos serviços funerários de que trata o inciso I desse artigo, serão promovidos pelo Poder Executivo Municipal, conforme dotação orçamentária própria.

Art. 75 - Para os efeitos do artigo anterior consideram-se serviços funerários:

I - o fornecimento de urnas e caixões mortuários;

II - a remoção dos mortos, salvo nos casos em que o transporte deva ser feito pela polícia;

III - instalação de câmara ardente;

IV - transporte de esquife, exclusivamente em veículo fúnebre;

V - instalação de luto nos portais do local onde estiver instalada a câmara ardente;

VI - a instalação e a manutenção dos velórios;

VII - outras atividades diretamente inerentes aos serviços funerários.

Parágrafo Único - A enumeração do caput é meramente exemplificativa, podendo ser ampliada tendo em vista as modificações dos serviços funerários em razão de aspectos técnicos e dos usos e costumes.

Seção II - Das Empresas Funerárias

Art. 76 - Os serviços funerários, no âmbito do Município de Alto Taquari, são considerados de interesse público, podendo ser realizados pela Administração Municipal ou pela iniciativa privada, mediante licença e fiscalização da Administração Municipal e reger-se-ão por esta Lei, decretos, portarias, normas e demais atos expedidos pelos poderes competentes.

Art. 77 - As empresas que prestem os serviços funerários, compreendendo o fornecimento de urnas funerárias e pompas fúnebres, para obterem licença de localização e funcionamento, além de atenderem à legislação relativa ao meio ambiente, código de posturas e de obras e o plano diretor, deverão fazer prova de disponibilidade dos seguintes bens de capital:

I – área construída de, no mínimo, 50m² (50 metros quadrados);

II – um veículo adaptado para o transporte digno de cadáveres;

Parágrafo único. As empresas licenciadas deverão manter plantão de 24 (vinte e quatro) horas, diariamente, mediante rodízio, para o atendimento público e realização das pompas fúnebres.

Art. 78 - As empresas que fornecerem as urnas funerárias e organizarem as pompas fúnebres ficam obrigadas a oferecer, no mínimo, dois padrões de urnas e serviços:

a) padrão I: simples;

b) padrão II: especial.

§ 1º. É livre a criação de outros padrões;

§ 2°. Os preços das urnas e dos serviços tipo padrão I serão acompanhados pela Administração Municipal, que poderá fixar os valores máximos a serem praticados, sempre que for constatado o seu avultamento em relação aos custos dos insumos que os componham.

Art. 79 - É vedado às empresas que prestem os serviços funerários:

I – efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais e de cadáveres, bem como manter plantão e oferecer serviços em delegacias de polícia e órgãos afins, até um raio de 75 m (setenta e cinco metros), por si ou por pessoas interpostas, incluindo-se nesta proibição os atos de contratação, quaisquer que sejam suas extensões, devendo tais procedimentos terem curso nas empresas, diretamente e por livre escolha dos interessados na contratação;

II – Efetuar sepultamento sem acompanhamento de servidor público responsável pelo cemitério, nos cemitérios públicos;

III – realizar inumação e exumação sem a autorização necessária e o pagamento da respectiva taxa.

Parágrafo Único – Não se aplicam às instituições filantrópicas e Públicas, que prestem serviços funerários, às vedações de que trata o inciso I, salvo quanto a oferecer serviços em delegacias de polícia e órgãos afins.

Capítulo IV - Dos Velórios

Art. 80 - Serão construídos velórios para a vigília de pessoa falecida e demonstração de pesar e solidariedade aos familiares do morto.

Parágrafo único - Em toda nova necrópole deverá ser instalado um velório, podendo o Executivo fixar outros locais para a sua construção.

Art. 81 - Cada novo velório deverá ter pelo menos:

I - 2 (dois) cômodos de vigília;

II - 2 (dois) sanitários, um para cada sexo;

III - 1 (um) espaço reservado a atividades religiosas, sem distinção de credo;

IV – 1 (um) sanitário para portadores de necessidades especiais.

Art. 82 - Os espaços exteriores aos cômodos de vigília e ao espaço destinado a atividades religiosas poderão ser utilizados para fins de publicidade, respeitadas as normas pertinentes.

Art. 83 - É permitida a instalação no velório, em local que respeite a vigília nos cômodos próprios e a realização das atividades religiosas, de lanchonetes e de lojas que comercializem produtos compatíveis com a natureza do local, a critério do Executivo.

CAPÍTULO V - Do Cemitério para Animais

Art. 84 - O Município poderá instalar ou permitir que se instalem cemitérios destinados à inumação de animais.

Parágrafo único - O terreno onde for instalado o cemitério de que trata este artigo não poderá ter área inferior a 5.000m2 (cinco mil metros quadrados), nem superior a 30.000m2 (trinta mil metros quadrados).

Art. 85 - A inumação será feita em sepultura, vedada a construção sobre ela, admitindo-se a colocação de lápide ou placa, na qual poderá constar o nome do adquirente da concessão e o do animal.

Parágrafo único - Decorridos 5 (cinco) anos da inumação, os ossos poderão ser retirados e colocados em nichos ou ossuários, com a indicação de que trata o *caput*.

Art. 86 - O adquirente deverá pagar os preços correspondentes à inumação e à conservação da sepultura, este último feito anualmente, no caso de cemitério de animais municipais.

Parágrafo único - A falta do pagamento do preço de conservação por 3 (três) anos, consecutivos ou alternados, implicará a caducidade da concessão e consequente retirada dos ossos da sepultura, dando-se lhe o destino usual dos animais mortos no Município.

Art. 87 - No caso de delegação de cemitério para animais, o delegatário é obrigado a cumprir o disposto no *caput* do art. 40.

CAPITULO VI - Das Disposições Finais

Art. 88 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que for pertinente.

Art. 90 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 11 de maio de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

LEI Nº 1292/2022

"Dispõe sobre a criação de ossário no Cemitério Municipal Neuza da Silva Araújo do Município de Alto Taquari-MT e dá outras providencias".

O Município de Alto Taquari representado pela Prefeita Municipal **MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar Ossário no Cemitério Municipal Neuza da Silva Araújo para remanejamento de restos mortais.

Parágrafo único. Para efeitos dessa lei, denomina-se ossário a estrutura vertical edificadas junto ao Cemitério Municipal, destinadas à realocação de ossos proveniente de sepulturas que se encontrem em uma das seguintes situações:

I - Que não estejam identificadas;

II - Consideradas abandonadas e em ruínas por período superior a 05 (cinco) anos.

II - Provenientes de doações realizadas a tempo igual ou superior a 05 (cinco) anos, excetuando-se os casos em que haja a regularização do terreno cedido.

III - As que os familiares e/ou interessados, espontaneamente, desejarem realocar os restos mortais de sepultamentos realizados há mais de 05 (cinco) anos, para fins de desocupação total da sepultura.

Art. 2º- O Ossário contará com um livro de registros no qual serão registradas e numeradas as realocações realizadas.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo determinará a Secretaria competente para guarda e responsabilidade quanto ao registro previsto neste artigo.

Art. 3º- Os nomes constantes nos livros e/ou meios eletrônicos de registros de ossários serão escritos por extenso e sem abreviações.

Parágrafo único. As identificações mencionadas neste artigo, não deverão conter emendas, rasuras, borrões ou situações de qualquer natureza que prejudiquem a legibilidade.

Art. 4º- Atendidas qualquer das condições constantes nos incisos do artigo 1º da presente lei, a administração publicará Edital no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal dando prazo de 60 (noventa) dias para os interessados regularizarem a situação, procederem com a manutenção e reparos necessários, em caso de inércia, deverá a administração efetuar a demolição e exumação permitindo-se nova ocupação da sepultura.

Art. 5º- As exumações deverão ocorrer diante da presença de servidor público específico (coveiro), que comprovará o estado de abandono da sepultura.

Parágrafo único. Não ocorrendo a exumação no prazo estabelecido, fica a critério do poder público municipal realizá-la, destinando os restos mortais depositados na sepultura de concessão assistencial, para o ossário público. A administração Municipal publicará durante três dias, pela imprensa oficial e uma em jornal de grande circulação, edital com prazo de trinta dias, contados da última publicação, para os interessados reclamarem, mediante requerimento, os restos mortais de seus entes.

Art. 6º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º- Havendo interesse em reaproveitar o jazigo de um ente querido para guardar os ossos exumados, será cobrado uma taxa correspondente à 8,0 UFPM (Unidade Fiscal Padrão Municipal).

Art. 8º- Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por Decreto o que se fizer necessário para a aplicação legal desta Lei, normas para a regularização da situação de cada sepultura encontrada em estado de abandono, e as espontaneamente desocupadas.

Art. 9º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 03 de maio de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

LEI Nº 1293/2022

"Autoriza o Poder Executivo a desafetar imóveis que especifica e dá outras providencias."

O Município de Alto Taquari representado pela Prefeita Municipal **MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar do uso comum do povo passando para bem dominical com fins de agrupamento de área objetivando a ampliação do Cemitério Municipal Neuza da Silva Araújo, faixa de terra com as seguintes medidas e confrontações:

ÁREA 01 – CEMITÉRIO – ÁREA ATUAL

Lote de terra sob nº 01 da Quadra 47, no Loteamento denominado "Bairro Centro", no Município de Alto Taquari - MT, na quadra formada pelos Logradouros, Av. Angélica, Rua Carrijos, Av. Coronel Macário Subtil de Oliveira e Rua Fortunato Rodrigues, de formato irregular, abrangendo uma área de 5.693,02 m².

Para quem de dentro do lote 01 olha para a frente da Av. Angélica, inicia-se a descrição no ponto P1, na coordenada (E: 258.089,52 N: 8. 026.456,3600), com uma distância de 60,76 m até o ponto P2, coordenada (E: 258.118,9100 N: 8.026.403,1800), inicia-se a direita uma curva medindo 2,09 m até o ponto P3 (E: 258.118,1400 N: 8.026.401,2300), deste segue à direita com uma distância de 30,89 m do até o ponto P4 coordenada (E: 258.026,2900 N: 8.026.453,9100), continua confrontando com a Rua Carrijos até o ponto P5 (E: 258.030,5400 N: 8.026. 368,6600) com uma distância 62,58 m, deste defletem a direita até o ponte P6 (E: 258.026,2900 N: 8.026.453,9100) com uma distância de 85,35 m, deflete a direita até o ponto P7 (E: 258.089,52 N: 8.026. 456,3600) com a distância de 9,39 m com um pequena declividade a direita até o ponto P1 (E: 258.089,52 N: 8.026.456,3600), fechando o polígono irregular, com área de 5.693,02 m².

ÁREA 02 – ÁREA DESAFETADA - LOGRADOURO PÚBLICO- RUA FORTUNATO RODRIGUES

Inicia-se a descrição no ponto P1, na coordenada (E: 258.089,52 N: 8. 026.456,3600), com uma distância de 9,39 m até o ponto P7, coordenada (E: 258.089,52 N: 8.026.456,3600), continua-se em frente até o ponto P6 (E: 258.026,2900 N: 8.026.453,9100), com a distância de 53,94 m, deste deflete a direita até ao ponto P8 (E: 258.025,9600 N: 8.026.467,3400) com uma distância de 13,44 m, deflete a direita e segue confrontando com o limite da quadra a uma distância de 54,78 m até o ponto P9 (E: 258. 080,6800 N: 8.026.470,1500), neste ponto deflete a direita uma distância de 16,43 m até o ponto P1 (E: 258.089,52 N: 8.026.456,3600), fechando o polígono irregular, com área de 790,05 m².

Art. 2º - A área desafetada de uso comum do povo para bem dominical agrupada a área atual do Cemitério Municipal, faixa de terra passará a conter as seguintes medidas de confrontações:

ÁREA AGRUPADA: ÁREA 01 + ÁREA 02

Inicia-se a descrição no ponto P1, na coordenada (E: 258.089,52 N: 8.026. 456,3600), com uma distância de 60,76 m até o ponto P2, coordenada (E: 258.118,9100 N: 8.026.403,1800), inicia-se a direita uma curva medindo 2,09 m até o ponto P3 (E: 258.118,1400 N: 8.026.401,2300), deste segue à direita com uma distância de 30,89 m do até o ponto P4 coordenada (E: 258.026,2900 N: 8.026.453,9100), continua confrontando com a Rua Carrijos até o ponto P5 (E: 258.030,5400 N: 8.026.368,6600) com uma distância 62,58 m, deste defletem a direita até o ponte P6 (E: 258.026,2900 N: 8.026.453,9100) com uma distância de 85,35 m, continua em frente até o ponto P8 (E: 258.025,9600 N: 8.026.467,3400) com uma distância de 13,44 m, deflete a direita e segue confrontando com o limite da quadra a uma distância de 54,78 m até o ponto P9 (E: 258.080,6800 N: 8.026. 470,1500), neste ponto deflete a direita uma distância de 16,43 m até o ponto P1 (E: 258.089,52 N: 8.026.456,3600), fechando o polígono irregular onde teve início essa descrição, **totalizando uma área de 6.483,07 M².**

Art. 3º- A desafetação de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei destinam-se a regularização de áreas objetivando ampliação do Cemitério Municipal Neuza da Silva Araújo.

Art. 4º- Consta em Anexo Único Memorial Descritivo da área desafetada e agrupada.

Art. 4 º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 03 de maio de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 02/2022/PMAT/MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

AO EDITAL N.º 01/2022/PMAT/MT

Dispõe sobre divulgação do RESULTADO PRELIMINAR do Processo Seletivo Simplificado Emergencial para contratação temporária de Apoio Pedagógico substitutos de excepcional interesse público.

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Sra. Marilda Garofolo Sperandio, no uso de suas atribuições legais, torna pública o RESULTADO PRELIMINAR do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Auxiliar de Desenvolvimento, Monitor de Educação Infantil, Inspetor de Alunos e Facilitador de Oficinas, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado pela Lei Municipal de nº. 1287, de 19 de Abril de 2022, por meio da Comissão de Processo Seletivo, instituída pela Portaria de n° 162 de 06 de Abril de 2022, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT:

CARGO: FACILITADOR DE OFICINAS

N.º	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	TOTAL	RESULTADO FINAL
01	NILDA PEREIRA DA SILVA	06/11/1974	9,0	CLASSIFICADA
02	ROZENILDA LUCINDA DA SILVA	16/06/1978	3,5	CLASSIFICADA
03	LAUDENIZE DOS SANTOS DA SILVA	25/08/1987	3,0	CLASSIFICADA
04	NUCINEIDE DE JESUS MENCKE	15/08/1975	0,5	CLASSIFICADA
05	KEILA PRISCILA SOARES JARDIM DE LIMA	22/04/1977	0,1	CLASSIFICADA

CARGO: INSPETOR DE ALUNOS

N.º	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	TOTAL	RESULTADO FINAL
01	JOEL SCOTT DE FREITAS VIEIRA	27/11/1994	5,0	CLASSIFICADO
02	LENILDA MARIA DE OLIVEIRA	11/10/1970	3,0	CLASSIFICADA
03	DOVAL NERES DA SILVA	30/11/1972	3,0	CLASSIFICADO
04	SUMAIA MENEZES DAVID SILVA	08/05/1987	3,0	CLASSIFICADA
05	ETIENE ALVES DO NASCIMENTO	15/05/1987	3,0	CLASSIFICADA
06	GEILZA DE ALMEIDA	26/05/1987	3,0	CLASSIFICADA
07	ELISELDA MARIA DA SILVA	05/11/1987	3,0	CLASSIFICADA
08	MARILZA PENHA DO NASCIMENTO	06/07/1989	3,0	CLASSIFICADA
09	SELMA PINTO AZEVEDO ARAUJO	16/09/1990	3,0	CLASSIFICADA
10	DANIELA RAMOS DA SILVA MOTA	07/10/1992	3,0	CLASSIFICADA
11	VALQUIRIA DOS SANTOS ALMEIDA	05/12/1992	3,0	CLASSIFICADA
12	SHIRLENE MARIA SANTANA CRUZ	02/06/1993	3,0	CLASSIFICADA
13	LUANA VIEIRA DOS SANTOS	27/06/1995	3,0	CLASSIFICADA
14	LAYANE PEREIRA VANES	19/09/1995	3,0	CLASSIFICADA
15	ARIANE APARECIDA BRITO DA SILVA	28/12/1996	3,0	CLASSIFICADA
16	ALINE FRAZÃO MONTELO	01/05/1997	3,0	CLASSIFICADA
17	ADRIELE LOPES DE SOUSA	17/02/1999	3,0	CLASSIFICADA
18	GETULIO CAIO VIANA	11/08/2000	3,0	CLASSIFICADO
19	JOSÉ VICTOR ALESSANDRO DE LIMA SILVA	14/10/2002	3,0	CLASSIFICADO
20	KAIQUE GABRIEL PEREIRA DOS SANTOS	22/02/2003	2,5	CLASSIFICADO
21	LUIZ RAFAEL DE LIMA GARCIA	08/04/1998	2,1	CLASSIFICADO

22	RUAN FELIPE FAVARO CRUZ	29/12/1995	1,6	CLASSIFICADO
23	MARIA JOSÉ DA SILVA SANTOS	02/11/1993	1,0	CLASSIFICADA
24	ANA PAULA ALVES DA SILVA	23/12/2000	-	-
25	CARINE DA SILVA BARBOSA	24/07/1989	-	-
26	ELAIRES SOUSA MENDES	28/12/1988	-	-
27	JOÃO PEDRO OLIVEIRA SIQUEIRA	20/07/2000	-	-
28	LARICE SOARES DE SOUZA	20/02/1996	-	-
29	MARIA DE JESUS COSTA DOS SANTOS	22/06/1990	-	-
30	ROBSON DA SILVA RAMOS	28/08/2003	-	-
31	SEBASTIANA LIBANO FERREIRA	20/11/1963	-	-
32	VIVIANE FERREIRA DOS SANTOS	25/10/1989	-	-

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO

N.º	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	TOTAL	RESULTADO FINAL
01	MAISA CRISTINE SILVA ARAÚJO MUNIZ	24/12/1989	10,0	CLASSIFICADA
02	JIVONETE RIBEIRO GOMES	25/12/1985	9,8	CLASSIFICADA
03	ISABEL PERES DE SOUSA	28/05/1972	9,5	CLASSIFICADA
04	ELIANE RAMOS BISPO	29/11/1972	9,0	CLASSIFICADA
05	ROSILEY CAVALCANTE MELO	26/05/1973	9,0	CLASSIFICADA
06	CHIRLIANE MARIA DA SILVA	26/10/1975	9,0	CLASSIFICADA
07	SILMARA CRISTEFANY ALVES DE MORAES	12/04/1992	9,0	CLASSIFICADA
08	JEANNINNE DE FÁTIMA MARTINS	20/05/1992	9,0	CLASSIFICADA
09	VERA CAROLINE GOMES BERTONI	13/04/1992	8,0	CLASSIFICADA
10	MARIA GOMES DE CARVALHO DA SILVA	24/10/1963	5,5	CLASSIFICADA
11	PATRICIA MELO DOS SANTOS CARRIJO	05/03/1985	5,0	CLASSIFICADA
12	SIMONE LIMA BARBALHO	07/01/1986	5,0	CLASSIFICADA
13	NAIZA ALVES DOS ANJOS	27/11/1995	4,6	CLASSIFICADA
14	MARIA VANDELMA B. SILVA CARVALHO	17/10/1975	4,0	CLASSIFICADA
15	DANIELY POLIANE FERREIRA DOS SANTOS	16/10/1986	4,0	CLASSIFICADA
16	EDJANE DA SILVA SANTOS	27/07/1990	4,0	CLASSIFICADA
17	LARA LUANA GOUVEIA	31/08/1996	4,0	CLASSIFICADA
18	LAURA TAWANY ARAUJO RODRIGUES	31/05/2002	3,0	CLASSIFICADA
19	MICHELLY LOPES A.DOS SANTOS	08/09/1995	3,0	CLASSIFICADA
20	NATIELY NAIARA RODRIGUES DE CAMPOS	10/12/2003	3,0	CLASSIFICADA
21	PATRICIA DA SILVA PEREIRA	06/06/2001	3,0	CLASSIFICADA
22	ELIZABETE BEZERRA DOS SANTOS	23/06/1989	2,5	CLASSIFICADA
23	LILIAN SOUZA XAVIER	07/09/1979	2,0	CLASSIFICADA
24	JOIZE DAS GRAÇAS CAMPELO ANDRADE	24/03/1998	1,0	CLASSIFICADA
25	MATHEUS FELIPE DOS SANTOS SILVA	15/09/1997	0,5	CLASSIFICADA
26	JAMILLY LAURENTINO GUIMARÃES	16/04/2002	-	-
27	JAQUEELI FERREIRA BARBOSA	10/09/1991	-	-

Em obediência ao disposto no § 1º do artigo 21º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, serão destinadas as pessoas com necessidades especiais 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado, conforme relação abaixo:

N.º	NOME	DATA NASC	TOTAL	RESULTADO FINAL
01	VERA CAROLINE GOMES BERTONI	13/04/1992	**8,0**	**CLASSIFICADA**

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

N.º	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	TOTAL	RESULTADO FINAL
01	ROZINEIDE OLIVEIRA DA SILVA	03/10/1977	9,0	CLASSIFICADA
02	DEUZIENE BENTA DE REZENDE DA SILVA	04/12/1981	8,0	CLASSIFICADA
03	ROSILENE SOARES DE SOUZA FAUSTO	19/12/1986	8,0	CLASSIFICADA
04	WIVIANE LOPES VENÂNCIO	11/01/1987	8,0	CLASSIFICADA
05	ANDREIA BANKS VIEIRA	30/11/1992	8,0	CLASSIFICADA
06	FABIELE AUGUSTA STEFFENS DE MELO	01/04/1998	8,0	CLASSIFICADA
07	MICHELE MARIA DOS SANTOS	17/06/1999	8,0	CLASSIFICADA
08	SIMONE MARIA DA SILVA	03/03/1983	6,4	CLASSIFICADA
09	DINAIR DE FREITAS GOMES DE BRITO	23/11/1976	6,3	CLASSIFICADA
10	EDNA MARQUES DA SILVEIRA	05/05/1984	5,5	CLASSIFICADA
11	ERICA ZILDA DA CRUZ	08/11/1986	5,0	CLASSIFICADA
12	ALCIONE MARIA DOS SANTOS	25/05/1976	3,0	CLASSIFICADA
13	MARIA MADALENA DA SILVA	11/06/1976	3,0	CLASSIFICADA
14	LISLENE ANTONIA DE REZENDE	16/01/1979	3,0	CLASSIFICADA
15	MAGNEIDE BARBOSA MADUREIRA SOUZA	26/06/1980	3,0	CLASSIFICADA
16	MARIA DOS REMÉDIOS DE JESUS	09/09/1983	3,0	CLASSIFICADA
17	SANDRIANE DE SOUSA	23/01/1984	3,0	CLASSIFICADA
18	AREDES APª RIBEIRO SANTOS	26/05/1985	3,0	CLASSIFICADA
19	ALOANE MIRANDA SOUZA	27/05/1985	3,0	CLASSIFICADA
20	DINEFRÃ FERREIRA DOS REIS	20/08/1985	3,0	CLASSIFICADA
21	LUCIANA RIBEIRO LICZKOVSKI	20/08/1986	3,0	CLASSIFICADA
22	CLAUDIA DE CARVALHO	02/12/1986	3,0	CLASSIFICADA
23	KAUANA SOARES DA SILVA	28/08/1989	3,0	CLASSIFICADA
24	CLAUDILEIA SILVA LIMA	27/09/1991	3,0	CLASSIFICADA
25	ALRIENE ELIAS DA SILVA	25/11/1991	3,0	CLASSIFICADA
26	RAILENE SOARES DE SOUZA	26/01/1994	3,0	CLASSIFICADA
27	ROSELI DA SILVA MARTINS	30/08/1994	3,0	CLASSIFICADA
28	AURICÉLIA YARA BARBOSA R. MONTEIRO	21/05/1995	3,0	CLASSIFICADA
29	WAGHATTA MYCAELLY MARTINS FIGUEIREDO	14/04/1996	3,0	CLASSIFICADA
30	RAYLLE APARECIDA CAMPOS DE OLIVEIRA	11/07/1996	3,0	CLASSIFICADA
31	RAQUEL MIRANDA SOUZA	04/09/1996	3,0	CLASSIFICADA
32	JULIANA CARVALHO	12/10/1996	3,0	CLASSIFICADA
33	LUDIMILLA SANCHES OLIVEIRA	22/01/1997	3,0	CLASSIFICADA
34	GABRIELLY BARBOSA DA SILVA	15/10/1999	3,0	CLASSIFICADA
35	NATALY SILVA SANTOS ALVES	10/12/1999	3,0	CLASSIFICADA
36	THIELE ANDRADE DE OLIVEIRA	04/03/2000	3,0	CLASSIFICADA
37	KÉSIA RODRIGUES DE QUEIROZ	21/02/2001	3,0	CLASSIFICADA
38	AMANDA REZENDE DA SILVA	27/05/2001	3,0	CLASSIFICADA
39	MAYURI KAWARI SOUZA MAGALHÃES	02/07/2001	3,0	CLASSIFICADA
40	VITOR BERNARDO DA SILVA	04/09/2002	3,0	CLASSIFICADA

41	PRISCILA ELIAS DA SILVA	23/03/2003	3,0	CLASSIFICADA
42	RANYELLE ANDRADE BATISTA	27/05/2003	3,0	CLASSIFICADA
43	LAURA DE OLIVEIRA CARREIRA	20/04/2004	2,5	CLASSIFICADA
44	NEILA LOPES DA SILVA	22/04/2022	2,5	CLASSIFICADA
45	RAFAELA FERREIRA LOPES DA SILVA	12/04/1998	2,4	CLASSIFICADA
46	JAQUELINE FERNANDES DA SILVA	26/08/1988	2,0	CLASSIFICADA
47	JOANA DARC ALVES DA SILVA	04/04/1973	2,0	CLASSIFICADA
48	MILENA DE MORAIS SIMÕES	08/01/2001	2,0	CLASSIFICADA
49	ANA LÚCIA DA SILVA GARCEZ	22/06/1983	1,5	CLASSIFICADA
50	NAIARA DA SILVA	10/11/1993	1,2	CLASSIFICADA
51	DARCILENE DA SILVA COUTINHO	30/03/1987	0,8	CLASSIFICADA
52	NATALIA DE LIMA PEREIRA	24/02/1989	0,7	CLASSIFICADA
53	MARIA SABRINA RIBEIRO DA SILVA	22/08/1978	0,1	CLASSIFICADA
54	ANA PAULA CZAIKA GONÇALVES	27/04/2000	-	-
55	CÍCERA MARIA SILVA	20/02/1985	-	-
56	DILMA JUSTINO PRATES LOPES	11/10/1970	-	-
57	EDNA GOMES DA ROCHA EDUARDO	24/07/1975	-	-
58	ELISANGELA MARIA PEREIRA DA SILVA	08/02/1979	-	-
59	GABRIELA DA SILVA DA LUZ	24/07/2001	-	-
60	JACIANE MARIA DA SILVA	27/12/1987	-	-
61	JESSICA GONÇALVES DA SILVA	02/03/1991	-	-
62	JOYCE CLAIR LOPES RIOBEIRO	23/07/1989	-	-
63	KACIA MILENA CARNEIRO LOPES	08/11/1986	-	-
64	MARIA JOSÉ REGO MORAIS	14/10/1988	-	-
65	MAYARA FRANÇOSO DE SOUZA	24/07/1991	-	-
66	MONIQUE LUZIA VASCONCELO SILVA	05/04/1992	-	-
67	RAFAELA COSTA DA SILVA	19/02/1997	-	-
68	REILA ALVES SOUZA	06/06/1986	-	-
69	TATIANE BARBOSA DA SILVA	17/06/2022	-	-

2 - Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

Alto Taquari, 10 de Maio de 2022

_____

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

LEI Nº 1294/2022

"Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para celebrar Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil (OSC), denominada Sociedade Beneficente e Hospitalar Alto Taquari, de caráter privado, sem fins lucrativos, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT, **MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a repassar a título de cooperação financeira, através de Contribuições, Auxílios e Subvenções Sociais à entidade, sem fins lucrativos, de caráter privado, definida pelo sistema OSC (Organização da Sociedade Civil), denominada de SOCIEDADE BENEFICENTE E HOSPITALAR ALTO TAQUARI, via funcionamento do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Alto Taquari, com sede à Rua Vereador Itamir Martins Cardoso, s/n, Centro, Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP 78.785-000, inscrita no CNPJ sob nº 43.624.036/0001-59, constituída em 30/08/2021, com respectivo registro sob o nº 268, Protocolo nº 4813, no Cartório de Pessoa Jurídica de Alto Taquari-MT, que envolva a transferência de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas no Orçamento Anual, serão efetivados por meio de Termo de Colaboração ou instrumentos congêneres, nos termos da Lei e seus regulamentos.

Art. 2°- O valor do repasse será de até R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) mensais, a contar da data da assinatura do presente Termo de Colaboração considerando ainda as metas previstas no Plano de Trabalho.

Art. 3°. O recurso referente a este repasse, serão utilizados na cobertura dos serviços hospitalares gerais do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida de Alto Taquari, conforme Plano de Trabalho aprovado em comum acordo entre a Administração Municipal e a Sociedade Beneficente e Hospitalar Alto Taquari.

§ 1°- A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos previstos nesta Lei, no prazo de até 90 (sessenta) dias após o recebimento.

§ 2°- Não sendo comprovada a aplicação dos recursos correspondente as metas qualitativas trimestral ou 5 (cinco) meses intercalados, desde que não atinja 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos nos termos desta Lei, a entidade beneficiada ficará sujeita a devolução dos valores recebidos, corrigidos pelo IPCA.

Art. 4º - O presente Termo de Colaboração poderá ser prorrogado e aditivado no interesse da Administração Municipal, através de ato normativo do Poder Executivo sem a necessidade de nova autorização legislativa.

Art. 5°. As despesas decorrentes desta Lei decorrerão de dotação orçamentária própria, obedecendo à seguinte classificação:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

013 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.7020.2.097- MANTER A ASSISTENCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC

3.3.50.43.00.00 - Subvenções sociais

Art. 6°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Taquari-MT, 17 de maio de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 227/2022

PORTARIA Nº. 227/2022

"Dispõe sobre **Redução de carga horária,** de Servidor que menciona e das outras providências".

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

CONSIDERANDO a necessidade de se realizar a regularização funcional da servidora pública junto ao município, fica reduzida a jornada de trabalho para 20 horas, com autorização expressa do gestor, amparado em parecer jurídico de lavra da Assessoria Jurídica do Município;

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Fica alterada a carga horaria da servidora **ELISABETE PEREIRA MALHEIRO**, ocupante do cargo de **Técnica em Farmácia**, nomeada em 10 de março de 2017, de acordo com a Lei n.º 1039/2020.

Artigo 2°- A redução da carga horária que se trata o artigo 1º, será de 40 horas para 20 horas semanais, com redução também de sua remuneração.

Artigo 3º - A alteração da carga horária poderá ser revogada a qualquer tempo, por necessidade e/ou conveniência da Administração, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal n.º 1039/2020.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2019.

Artigo 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ALTO TAQUARI, 02 DE MAIO DE 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2022

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofolo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso I, art. 75 da Lei 14.133/21, com a empresa EMPRESA: empresa **IDEAL MÓVEIS PLANEJADOS,** CNPJ: **12.782.031/0001-20**, no valor total de **R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS.**Contudo resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72 Parágrafo Único do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 18 de Maio de 2022. **Marilda Garofolo Sperandio** Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 007/2022 - HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que o resultado da **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022**cujo objeto é a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI-MT.** Sagrou-se vencedora a empresa **M. A. FONTES VANO, CNPJ: 03. 836.007/0002-17,** com sua proposta no valor total de **R$ 1.234.594,91 (Um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos).** Como não houve manifestação de recurso, será encaminhado a Prefeita Municipal para adjudicação e homologação. Maiores informações na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471.

Alto Taquari – MT, 18 de Maio de 2022.

Rudimar José Lang

Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 273/2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Aditivar o contrato de Prestação de Serviços nº. 133/2022 da servidora Srta. **ELIUDE DOS SANTOS DE SOUSA,** portadora da cédula de identidade nº 2416943-9 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 058.942. 451-33,ocupantedo cargo de **Técnica em Enfermagem**, **conforme previsto no Art. 1º, § 1º da Lei Municipal nº 1.281/2022**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/05/2022 à 04/05/2023.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 18 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- JOÃO A. POSSANI OINASKI ENGENHARIA-ME

CONTRATO N° 048/2022

OBJETO- SEGUNDO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO

ELABORAÇÃO DO PROJETO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO

PRAZO DE VIGENCIA PRORROGADO EM 90 DIAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 149/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o **Sr. JEAN SOUZA DEMETRIO,** portador da cédula de identidade nº 2313109-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 064.082. 621-04, do cargo de **CHEFE DE SETOR II,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 18 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO DA PORTARIA 019/2022

Portaria Nº 019/2022 de 04 de Maio de 2022

Retifica-se a publicação da Portaria nº 019/2022, realizada no Diário Oficial da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM em 05 de Maio de 2022, nos seguintes termos:

1.Onde se Lê:

SUMULA – **Súmula: "Dispõe sobre a baixa do patrimônio com placaS de tombamentos números 300 e 304 registrados no Sistema Informatizado da Câmara sob os números 163 e 313, mediante termo de doação nº 002/2022 sem encargos para A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, e dá outras providências".**

Considerando, que em reunião realizada nesta casa legislativa no dia 04/05/2022, restou aprovado por todos os membros da mesa Diretora, a doação de **02 ares condicionados Split 30.000 Btus, com placas de tombamento nº 300 e 304, registrados no Sistema Informatizado da Câmara sob o número 163 e 313**

1.2 - 01 (um) Ar Condicionado Split 30.000 Btus, com placa de tombamento nº 304, registrada no Sistema Informatizado da Câmara sob o número 313.

2. Lê-se:

SUMULA – **Súmula: "Dispõe sobre a baixa do patrimônio com placas de tombamento número 300 e 321, registrados no Sistema Informatizado da Câmara sob o número 163 e 488, mediante termo de doação nº 002/2022 sem encargos para A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, e dá outras providências".**

Considerando, que em reunião realizada nesta casa legislativa no dia 04/05/2022, restou aprovado por todos os membros da mesa Diretora, a doação de **01 ar condicionado Split 30.000 Btus, com placas de tombamento nº 300, registrado no Sistema Informatizado da Câmara sob o número 163 e 01 ar condicionado Split 12.000 Btus, com placa de tombamento nº 321 e registrado no Sistema Informatizado da Câmara sob o número 488.**

1.2 - 01 (um) Ar Condicionado Split 12.000 Btus, com placa de tombamento nº 321, registrada no Sistema Informatizado da Câmara sob o número 488.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 18 de Maio de 2022.

Leilson Balduíno Feitosa

Presidente

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 272/2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora:

Nome: (109) MÁRCIA FREIESLEBEM

Cargo Efetivo: (442) Agente Administrativo Incorporado

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 03/09/2006 à 02/09/2011.

Período de Concessão: 16/05/2022 à 13/08/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 16 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/2022

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- A O DE SOUSA EIRELI – ME

ELABORAÇÃO DE PROJETOS

OBJETO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO EM 90 DIAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2022

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATADA – ELIUDE DOS SANTOS DE SOUSA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE TECNICA EM ENFERMAGEM

VALOR MENSAL: R$ 1.741, (Um mil e setecentos e quarenta e um reais e nove centavos)

VIGÊNCIA – 18/05/2022 à 04/05/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 943 DE 2022

ARAGUAIANA/MT, 18 de Maio de 2022.

"Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2022, e LDO/2022, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial para criação de novo projeto no orçamento vigente no valor de R$ 115.000,00 (Cento e Quinze Mil Reais), sendo as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02.06 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Função:13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Cultural

Programa: 0048 Cultura

Projeto: 2093 – REALIZAÇÃO I ENCONTRO DE VIOLEIROS 100% RAIZ DO ARAGUAIA

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 90.000,00 - Fonte: 1.701

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 25.000,00 - Fonte: 2.500

Art. 2º - Os recursos para cobertura da Abertura do Crédito Especial do artigo anterior virão da fonte de Excesso de Arrecadação no valor de R$ 90.000,00, pela Fonte de Recursos 1.701 e a contrapartida por Superavit Financeiro apurado no Balanço Anterior Fonte de Recursos (1.00) 2.500 no valor de R$ 25.000,00, conforme §1º, inciso I e II, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a primeiro de maio do corrente ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, 18 de Maio de 2022

_____

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 942 DE 2022

ARAGUAIANA/MT, 18 de Maio de 2022.

"Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2022, e LDO/2022, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial para criação de novo projeto no orçamento vigente no valor de R$ 372.783,33 (Trezentos e Setenta e Dois Mil e Setecentos e Oitenta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), sendo as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Função: 20 - Agricultura

SubFunção: 605 - Abastecimento

Programa 0010 - Abastecimento

Projeto: 1060 – AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA DE TRATOR AGRÍCOLA, GRADE NIVELADORA E CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE

Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 320.919,00- Fonte: 1.1.700

Elemento da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 51.864,33 Fonte: 1.2.500

Art. 2º - Os recursos para cobertura da Abertura do Crédito Especial do artigo anterior virão da fonte do Excesso de Arrecadação no valor de R$ 320.919,00 e por Superavit Financeiro apurado no Balanço Anterior Fonte de Recursos no valor de R$ 51.864,33, conforme §1º, inciso I e II, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, 18 de Maio de 2022

_____

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 010621/2022.P

NUMERO DO CONTRATO: N.º **010621/2022.P**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARAGUAINHA – ARAGUAI-PREVI

CONTRATADO: **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO DA PREVIDÊNCIA-DATAPREV S.A**

OBJETO: prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV á CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no anexo I (Modelo de Negócio), visando atender os objetivos estratégicos da CONTRATANTE.

PRAZO: 60 MESES

VALOR DO CONTRATO: *R$ 6.000,00* (seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2022.

VIGENCIA: 13/04/2022 a 13/04/2027.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL 004/2022

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados que fará realizar no dia **01/06/2022**, ás **10h00mim** (horário de Brasília), na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 430 - Centro, Licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL **004/2022**, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE CIMENTO PARA PAVIMENTACAO EM CONCRETO E PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE DE CARGA (CIMENTO), CONFORME TERMO DE CONVENIO 0861-2021 - SINFRA/MT E PROJETO BASICO, ANEXO I DO EDITAL**. Poderão participar do Certame, todos os profissionais do ramo, que manifestarem interesse até 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone: **(66) 3476-1210** – e por e-mail: licitacao@araguainha.mt.gov.br.

Araguainha - MT, 18 de Maio de 2022.

JOSE CARLOS NAVES GONÇALVES

Pregoeiro

REQUERIMENTO DE LICENCA AMBIENTAL

PUBLICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Araguainha/MT CNPJ nº 03.947.926/0001-87 vem através de este informar que requer junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA-MT Licença por Adesão e Compromisso para Construção, revitalização, reforma e/ou substituição de pontilhões, pontes, e demais obras de arte nos cursos d'agua: Ponte da Avuadeira, Ponte da Matula, Ponte do Barreirão.

REQUERIMENTO DE LICENCA AMBIENTAL

PUBLICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Araguainha/MT CNPJ nº 03.947.926/0001-87 vem através de este informar que requer junto a Secretaria de Estado de

Meio Ambiente SEMA-MT Licença por Adesão e Compromisso para Construção, revitalização, reforma e/ou substituição de pontilhões, pontes, e demais obras de arte nos cursos d'agua: Ponte da Avuadeira, Ponte da Matula, Ponte do Barreirão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 264/2022

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.061/2022, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILMES PARA RAIO X, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2022, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2022, com a empresa IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, inscrita no CNPJ: 33.255.787/0001-91

Art. 2º - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Fiscal Titular: **Ênio Gonçalves da Silva** - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Fiscal Suplente: **Hugo Humberto Pereira Batista** - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.531/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.531/2022

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 135/1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o §2º do Art. 101 da Lei Municipal nº 135/1992, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 101 – (...)

(...)

§2º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.532/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.532/2022

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um **Crédito Adicional Especial** no montante de R$ 9.478,00 (nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

15 – URBANISMO

451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

1071 – REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, GLAREIAS PLUVIAIS

Fonte de Recursos: 1.2.700 – Convênio União

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Juridica.R$ 9.478,00

TOTAL.....R$ 9.478,00

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes nos termos do Artigo 43 e seu parágrafos da Lei n. 4.320/64.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA Nº 17/2022-DRH

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de Licença Maternidade a servidora **ANA PAULA ALVAREZ DOS REIS,** Diretora Escolar, da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, do dia **05/05/2022 à 31/10/2022.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20/04/2022, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 18/05/2022

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 2479, Portaria 87/2021

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 263/2022

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 206/2022, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2022, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE CAVALETES E INTERLIGAÇÃO DA REDE DE ÁGUA DO CENTRO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA- SMAE.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato Administrativo nº. 206/2022, oriundo da Dispensa de Licitação nº. 014/2022,** com a empresa **AAGUA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAS HIDRAULICOS EIRELI** inscrita no CNPJ Nº**. 09.237. 525/0001-10**

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores Sr. **Leandro da Rocha de Souza**, como fiscal titular, e o Sr. **Alessandro Félix Pascoincomo fiscal suplente, para** acompanhar e fiscalizaros objetos requisitados pela Secretaria Municipal, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Sr. Enilson de Araújo Rios, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo **Secretário Municipal de Administração** e emissão de Parecer Jurídico favorável à aquisição nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de **Aquisição de Material Hidráulico para Serviços de Manutenção, remoção e instalação de cavaletes e Interligação da Rede de Água do Centro, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e infraestrutura- SMAE,** mediante o valor total de **R$ 19.752,80 (dezenove mil e setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)**,no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação n°. 014/2022, fulcrada nas disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal n°. 14.133/2021, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 18 de maio de 2022.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 354/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Cama Infantil e Material Lúdico Pedagógico, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A realização do certame será no dia 03 de junho de 2022, às 09h30min (horário de Brasília).O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 18 de maio de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da PREGOEIRA, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado no dia 18/05/2022, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de Motoniveladora Articulada Nova, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural, por meio do Convênio INCRA nº 59/2021 e de contrapartida com recursos próprios, resultou fracassado.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 18 de maio de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.533/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.533/2022

DISPÕE SOBRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ENTIDADES EDUCACIONAIS, ALTERANDO A LEI 1.494/2021 (LDO 2022), A LEI 1.495/2021 (LOA 2022) E A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado na lei 1493/2021 (PPA) Plano Plurianual para o exercício de 2022 o seguinte projeto/atividade:

08 – SECRETARIA DE SAÚDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BASICA

0001 – GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE

2169 – MANUTENÇÃO COM PROJETO LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA

2022	
META FÍSICA	META FINANCEIRA
1	R$ 102.201,26

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir a Projeto / Atividade elencada no Art. 1º no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 1.494/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2022.

Art. 3° - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir as seguintes Atividades na Lei 1.495/2021 – Lei Orçamentária Anual para o Exercício 2022.

08 – SECRETARIA DE SAÚDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BASICA

0001 – GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE

2169 – MANUTENÇÃO COM PROJETO LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Fonte: 1.2.600 – Saúde União - Custeio

3.3.90.30 – Material de Consumo . . . . . R$ 22.969,71

3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita . . . . . R$ 25.800,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica . . . . . R$ 42.322,31

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente . . . . . R$ 11.109,24

Art. 4º - Os recursos disponíveis necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto em conformidade com o artigo anterior, serão suportados em conformidade aos termos do Artigo 43, § 1º, da Lei n. 4.320/64

Art. 5° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.530/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.530/2022

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO JUNTO AO ROTARY CLUB DE ARAPUTANGA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de apoio financeiro com o Rotary Club de Araputanga – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 34.370.909/0001-53 e reconhecida como de utilidade pública através da Lei Municipal nº 1.365/2019, repassando a importância mensal de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fomentando a realização de projetos sociais em prol da sociedade araputanguense.

Parágrafo Único: Objetiva-se com o convênio a manutenção e utilização do Clube Olímpico de Araputanga, de responsabilidade do Rotary Club de Araputanga, pelas diversas Secretarias Municipais e seus respectivos programas e projetos.

Art. 2º - Caberá a diretoria da Conveniada realizar a prestação de contas das despesas realizadas com a finalidade estabelecida no artigo anterior nos moldes do exposto na Lei Municipal nº 1.443/2021.

Parágrafo Único: A assinatura do Convênio autorizado por esta Lei fica condicionada a total prestação de contas referentes a Convênios anteriores eventualmente firmados.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. Enilson de Araújo Rios, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e emissão de Parecer Jurídico favorável à aquisição nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de Aquisição de Materiais para Serviços Dreno ser utilizado nas Seguintes Ruas Antenor Mamedes no Bairro Santo Antônio, Rua Cáceres, Bairro Jardim do Brás, Rua Alagoas, Bairro São Luiz, conforme a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, mediante o valor total de R$ 11.042,50 (onze mil e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação n°. 015/2022, fulcrada nas disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal n°. 14.133/2021, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 18 de maio de 2022.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.534/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.534/2022

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um **Crédito Adicional Especial** no montante de R$ 276.500,00 (duzentos e setenta e seis mil e quinhentos reais), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

06 – SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA – ESPORTE, LAZER E TURISMO

27 – DESPORTO E LAZER

812 – DESPORTO COMUNITÁRIO

1010 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

1024 – MANUTENÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAMPOS SOCIETY

Fonte de Recursos: 1.2.500 – Recursos Ordinários

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações..... ..... R$ 276.500,00

TOTAL..... .....R$ 276.500,00

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes nos termos do Artigo 43 e seu parágrafos da Lei n. 4.320/64.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º251/2022

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 23 de setembro de 2021;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 22 de novembro de 2021;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 127/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 29 de novembro de 2021;

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Comunicado Interno nº. 077/2022/SMEC/PMA;

Considerando, a Lei Municipal 699/2006, em seus Art,2º. V; VI; IX; X, Art. 4º. VI e Parágrafo único.

RESOLVE:

Art. 1.º - Convocar o candidato classificado, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

MONITOR DE CRECHE

CLASS	INSC	NOME	NOTA FINAL
72°	449	LUANA LOURENÇO FURTADO	44

Art. 2.º - Exigindo desde o momento, o **comparecimento do candidato na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º - Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos onze (11) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 252/2022

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 23 de setembro de 2021;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 22 de novembro de 2021;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 127/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 29 de novembro de 2021;

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do Comunicado Interno nº. 80/2022;

Considerando, a Lei Municipal 699/2006, em seus Art, 2º. V; VI; IX; X, Art. 4º. VI e Parágrafo único.

RESOLVE:

Art. 1.º- Convocar os candidatos classificados, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

MÉDICO PSF

CLASS	INSC	NOME	NOTA FINAL
5°.	519	ROZENILDA MENDES CARDOSO	44

Art. 2.º - Exigindo desde o momento, o **comparecimento do candidato na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º-Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos onze dias (11) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.535/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.535/2022

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, RATIFICA AS ALTERAÇÕES NO CONTRATO CONSÓRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Araputanga/MT, ente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, conforme determinação do Artigo 12 da Lei Federal nº 11.107/2005 e Artigo 29 do Decreto Federal Nº 6.017/2007, ratifica as alterações no Contrato Consórcio provocadas pela Resolução Normativa Nº 84/2022 que altera a redação da "CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – AUTORIZAÇÃO", do Contrato Consórcio, Resolução Normativa Nº 029, DE 08 de fevereiro de 2016, re-ratifica alterações anteriores ao Contrato Consórcio e dá outras providências, devidamente aprovada na Assembleia Geral Ordinária do Consórcio do dia 13 de abril de 2022.

Art. 2º - A Resolução Normativa Nº 84, de 13 de Abril de 2022, editada e aprovada pela Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal é parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 001/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS CONTENDO DUAS CARRETAS TANQUE E UM DISTRIBUIDOR DE ADUBO E SEMENTES, CONFORME O CONVENIO PLATAFORMA + BRASIL Nº 914769/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE E DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO ANEXO I DO EDITAL.

EMPRESAS VENCEDORAS**: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI- EPP,** inscrita no CNPJ nº 17.542.364/0001-04. **ITEM 01- CARRETA TANQUE 10.000 LTS,** no valor de **R$ 94.850,00** (noventa e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais) e no no **ITEM 02- CARRETA TANQUE 6.000 LTS,** no valor de **R$ 52.850,00** (cinquenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais) e a empresa **AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP,** inscrita no **CNPJ Nº 20.963.380/00001-77,** vencedora no **ITEM 003- DISTRIBUIDOR DE ADUBO E SEMENTES 600 LTS, no valor de R$ 9.550,00 (nove mil e quinhentos e cinquenta reais).**

Arenápolis- MT, 16 de Maio de 2022.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO 2 ADITIVO AO CONTRATO N° 314/2022

EXTRATO DO 2 ADITIVO AO CONTRATO N° 314/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA:29/04/2022 até 31/10/2022

DATA DA ASSINATURA:29/04/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.474/2022

PORTARIA Nº 14.474/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o pedido do servidor;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Sr. **RENNAN PAIVA DA SILVA CAMPOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº 2471225-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 034.942.891-31, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador Jurídico do Município – COOJUR, DAS – 01**, a partir do dia 23/05/2022, tornando sem efeito a Portaria n° 13.473/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.475/2022

PORTARIA Nº 14.475/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 658/2022 e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **05 (cinco) dias por motivo de doença em pessoas da família**, para a servidora Sra. **MILENE SUELEM PEU**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1264598 SSP/RO e do CPF nº. 025.660.752-47, ocupante do Cargo de Carreira de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 26/04/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 64/2022 AO CONTRATO Nº. 103/2021.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALAMBRADO COM MOURÃO E AMPLIAÇÃO NA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO BAIRRO JARDIM PLANALTO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA DE ACORDO COM PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; SUPRESSÃO DE VALOR: R$ 61.701,36 (SESSENTA E UM MIL E SETECENTOS E UM REAL E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.476/2022

PORTARIA Nº 14.476/2022

"CONSTITUI *COMISSÃO* INCUMBIDA DE *AVALIAR* E ESTABELECER O *VALOR DOS LOTES URBANOS PARA FINS DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL CONFORME LEI MUNICIPAL*"

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº 1.995 de 12 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

Artigo 1° -NOMEAR os servidores **FLAVIA MARIA COSTA, FABIANA GOMES DE OLIVEIRA** e **DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES,** para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Avaliação para fins de empreendimento imobiliário visando a construção de aproximadamente 284 (duzentos e oitenta e quatro) unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, ou outro que vier a substitui-lo.

Artigo 2° - A avaliação deverá ser realizada naárea remanescente do Lote 01 da Quadra 21, com área de 99.478,10 m², devidamente registrada sob a Matrícula 1053, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, devendo ser atribuído o valor por lote.

Artigo 3° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO N° 69/2022 AO CONTRATO Nº. 103/2021.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ALAMBRADO COM MOURÃO E AMPLIAÇÃO NA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO BAIRRO JARDIM PLANALTO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA DE ACORDO COM PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; ACRÉSCIMO DE VALOR: R$146.359,97 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4.452/2022

DECRETO Nº 4.452/2022

SÚMULA:

"APROVA O LOTEAMENTO URBANO DENOMINADO 'LOTEAMENTO URBANO JARDIM PAULO FERNANDES I'."

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no usa das atribuições legais, em especial no art. 69, V, art. 169, ambos da Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 52/2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o loteamento urbano denominado "Loteamento Urbano Jardim Paulo Fernandes I", localizado na Área Urbana deste Munícipio Aripuanã-MT, com área total de 99.142,00m² e perímetro total de 1.391,42m, formada anteriormente pela Chácara de n° 72, de propriedade da empresa Empreendimentos Imobiliários Paraná LTDA., inscrita no CNPJ n.º 10.620.693./0001-79, imóvel este registrado sob a matricula n° 4609, pagina 01, folha 01 do livro 02 no Cartório de Registro de Imóveis do 1° Oficio de Aripuanã, com área total de 99.142,00 m² (noventa e nove mil, cento e quarenta e dois metros quadrados), assim distribuídos:

I - Área total dos lotes – 54.402,66m²;

II - Área de equipamentos comunitários. (Área Institucional) – 4. 394,00m²;

III - Área verde – 5.364,45m²;

IV - Área destinada para ruas e avenidas. (Área de Arruamento) – 34. 980,89m²;

V - Total da área loteada – 99.142,00m².

Art. 2º Inicia-se a descrição do Perímetro no Vértice M-01, deste segue-se confrontando com o a Estrada Vicinal (Avenida Francisco Remoaldo Barroso), Através do Azimute 321°47'36", e distância de 200,00m, até o Vértice M-02, que dali segue-se confrontando com a área Remanescente em nome da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, registrada sob a matrícula de n° 1122, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Oficio desta Cidade de Aripuanã/MT, através do azimute 47°23'45", e distância de 495,71m até o Vértice M-03, que deste segue-se Confrontando com a referida Chácara n°77, registrada sob a matrícula de n°1220, do Cartório de Registro de Imóveis de 1° Oficio desta Cidade de Aripuanã/MT, através do azimute 321°47'36" e distância de 200,00m até o Vértice M-04, que dali confronta-se com a referida Chácara n°73, inscrita no título definitivo de n°168, pendente de registro imobiliário, através do azimute 47°23'45" e distância de 495,71m até o Vértice M-01, Vértice inicial desta descrição fechando assim o perímetro total do Imóvel.

Art. 3º Faz parte integrante deste decreto Termo de Compromisso (anexo único).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 4.277/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 15 dias do mês de março de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 4.452, DE 15 DE MARÇO DE 2022.

TERMO DE COMPROMISSO

Aos dez dias do mês de setembro de 2021, nesta cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Aripuanã, o **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ,** representado pela Prefeita Municipal **SELUIR PEI-**

XER REGHIN, e a empresa **EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 10. 620.693./0001-79, com sede na Rua Francisco Romualdo Barroso, s/n.º, Aripuanã, por seu representante legal Paulo Fernandes Garcia, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF n.º 258.634.019-15 e portador do RG n.º 8492093/SESP-PR, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis, s/nº, Bairro Jardim Paraná, em Aripuanã/MT, firmaram o seguinte ajuste:

A Loteadora acima identificada é proprietária de um imóvel com área total de 99.142,00m² e perímetro total de 1.391,42m, formada anteriormente pela chácara de n° 72, matriculado sob o nº 4609 do CRI de Aripuanã, tendo solicitado à Prefeitura Municipal de Aripuanã a aprovação de um Loteamento, com área total de 99.142,00m² (noventa e nove, centos e quarenta e dois metros quadrados), que recebeu a denominação de "Loteamento Urbano Jardim Paulo Fernandes I". Por este **TERMO** a Loteadora compromete-se, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal Complementar nº 052/2011 e Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979, a dar fiel cumprimento às seguintes obrigações estabelecidas nas cláusulas a saber:

Cláusula Primeira: A Loteadora compromete-se a transferir para o patrimônio municipal, sem qualquer ônus para os cofres públicos, as áreas indicadas no projeto como área verde e área institucional, num total de 9. 758,45m²(nove mil, setecentos e cinquenta e oito metros quadrados e quarenta e cinco centímetros quadrados), bem como as áreas destinadas ao sistema viário do Loteamento, num total de 34.980,89m² (trinta e quatro mil, novecentos e oitenta metros quadrados e oitenta e nove centímetros quadrados), e isso tão logo esteja ele devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis competente.

Cláusula Segunda: A Loteadora compromete-se a executar, às próprias custas, tudo de acordo com os projetos apresentados perante a Prefeitura Municipal, em estrita conformidade com o "cronograma físico financeiro em anexo", as seguintes obras de infraestrutura:

2.1. Implantação da rede de água potável, no prazo máximo de 6 meses, contados da aprovação do loteamento;

2.2. Implantação de arborização no loteamento, no prazo máximo de 3 meses, contados da implantação da rede de água potável;

2.3. Implantação da rede de energia elétrica de baixa e alta tensão, no prazo máximo de 3 meses contados da implantação da implantação da arborização; e

2.4. Implantação da pavimentação asfáltica, meio-fio, sarjetas e do sistema de drenagem pluvial, no prazo máximo de 4 (quatro) anos, contados da aprovação do loteamento.

Cláusula Terceira: Para garantia da execução das obras de infraestrutura de que trata a cláusula segunda, a Loteadora caucionará à Prefeitura Municipal de Aripuanã os seguintes imóveis, os quais serão objeto de escritura pública de caução mediante garantia hipotecária, lavrada no prazo de 30(trinta) dias após o registro do loteamento:

3.1. Lotes Urbanos n° 01 e 02 da Quadra n° 09 do Loteamento Urbano Jardim Paulo Fernandes I para garantir a implantação da rede de água potável e a implantação da arborização;

3.2. Lotes Urbanos n° 03, 04, 05 e 06 da Quadra n° 09 do Loteamento Urbano Jardim Paulo Fernandes I para garantir a implantação da rede de energia elétrica de baixa e alta tensão de acordo com normas da Energisa;

3.3. Lotes Urbanos n° 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 17 da Quadra n° 09 do Loteamento Urbano Jardim Paulo Fernandes I para garantir a execução da pavimentação asfáltica, meio-fio, sarjetas e do sistema de drenagem pluvial.

Parágrafo único. Será determinada a baixa da caução, assim que houver a verificação da conclusão das respectivas infraestruturas.

Cláusula Quarta: A Loteadora compromete-se, cível e criminalmente, a registrar o referido loteamento e a abrir as matrículas dos respectivos lotes no cartório competente.

Estando assim justos e compromissados, assinam o presente Termo na presença de duas testemunhas, maiores, capazes, aqui domiciliadas e residentes.

SELUIR PEIXER REGHIN Prefeita Municipal	**EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS PARANÁ LTDA.** Loteadora
Testemunhas: Nome_____ CPF_____	Nome_____ CPF_____

DELIC
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.039/2022, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 1.392/2008 e nº. 3.259/2018 e, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Aquisição de 1 (uma) farinheira móvel, conforme Convênio Plataforma + Brasil nº. 913094/2021 – SUDECO, em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, deste Município de Aripuanã/MT.** Recebimento das Propostas: a partir do dia 16/05/2022 às 07:00 horas (Horário de Brasília - DF); do Encerramento das Propostas: dia 31/05/2022 às 17:00 horas (Horário de Brasília - DF); Data de Início da Sessão: dia 01/06/2022 às 09:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 01/06/2022 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF). Endereço Eletrônico: https://bllcompras.com. O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.aripuana.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo site: http://www.aripuana.mt.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã-MT, 13 de maio de 2022.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.477/2022

PORTARIA Nº 14.477/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 014/2022**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social,conforme Memorando nº 155/2022/ SEMUAS.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Eziquiel Leandro de Sousa - Presidente

2. Silvia Esteves Grapiuna - Secretária

3. Aldicreia da Silva Galindo- Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.478/2022

PORTARIA Nº 14.478/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 015/2022**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,conforme Ofício nº 014/2022/GP Legislativo que encaminha denúncia da Ouvidoria.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Silvio Lacerda Gomes - Presidente

2. Simone Saldanha de Jesus - Secretária

3. Jurandir Ambrósio- Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMAM

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**, CNPJ n° 03.50.498/0001-71, torna público que requereu junto a SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Licença de Operação para a atividade de Extração de Cascalho no Município de Aripuanã/MT.

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.244/2022

LEI Nº. 2.244/2022.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores vinculados no valor de R$ 848.780,00 (oitocentos e quarenta e oito mil e setecentos e oitenta reais) no orçamento vigente, Lei n°. 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, com amparo no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, com classificação orçamentária:

08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da Logística Rodoviária

3390.3000 – Material de consumo – R$ 235.772,60 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos);

3390.3900 – Outros serviços de terceiros – P. Jurídica – R$ 613.007,40 (seiscentos e treze mil, sete mil e quarenta centavos).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de excessos de arrecadação e superávit financeiro de exercícios anteriores, assim especificados:

I – R$ 235.772,60 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), sob a fonte de recursos 2.711.000000 – Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas;

II – R$ 613.007,40 (seiscentos e treze mil, sete mil e quarenta centavos), sob a fonte de recursos 2.500.000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 3º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei n. º 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.148 de 20 de outubro de 2.021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.022, e na Lei Municipal nº. 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 072/2022 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 04 de maio de 1.964.

Onde o crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei nº 2178/2021 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Programa 0009 – PRO Estradas - Projeto 2054 – Manutenção da Logística Rodoviária

O crédito adicional especial tem por objeto a execução das ações:

Manutenção e conservação das estradas do município compreendendo Aripuanã/Lontra e seus ramais de aproximadamente 116 km, conforme detalhado no Plano de Trabalho nº 013/2022.

Aquisição de locação de maquinários para manutenção e conservação das estradas do município compreendendo Aripuanã/Lontra e seus ramais de aproximadamente 116 km, conforme detalhado no Plano de Trabalho 013/2022.

Onde o crédito adicional especial se vincula a recursos financeiros assim dispostos:

1. no valor de R$ 235.772,60 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) na conta bancária de n.º 283.141-4, agência n.º 1471-0 do Banco do Brasil;

2. no valor de R$ 613.007,40 (seiscentos e treze mil, sete reais e quarenta centavos), na conta bancária de n.º 11.805-2, agência n.º 1471-0 do Banco do Brasil.

Assim, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial, a título de superávit financeiro, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 052 ASSEORP

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.243/2022

LEI Nº. 2.243/2022.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores vinculados no valor de R$ 951.220,00 (novecentos e cinquenta e um mil e duzentos e vinte reais) no orçamento vigente, Lei n°. 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, com amparo no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, com classificação orçamentária:

08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da Logística Rodoviária

3390.3000 – Material de consumo – R$ 264.229,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais);

3390.3900 – Outros serviços de terceiros – P. Jurídica – R$ 686.991,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e novecentos e noventa e um reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de excessos de arrecadação e superávit financeiro de exercícios anteriores, assim especificados:

I – R$ 264.229,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais), sob a fonte de recursos 2.711.000000 – Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas;

II – R$ 686.991,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e novecentos e noventa e um reais), sob a fonte de recursos 2.500.000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 3º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei n. º 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.148 de 20 de outubro de 2.021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.022, e na Lei Municipal nº. 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 071/2022 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 04 de maio de 1.964.

Onde o crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei nº 2178/2021 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Programa 0009 – PRO Estradas - Projeto 2054 – Manutenção da Logística Rodoviária

O crédito adicional especial tem por objeto a execução das ações:

Manutenção e conservação das estradas do município compreendendo Aripuanã/Rio Guariba MT 208, reabertura, patrolamento e cascalhamento de aproximadamente 130 km, conforme detalhado no Plano de Trabalho nº 014/2022;

Aquisição de locação de maquinários para manutenção e conservação das estradas do município compreendendo Aripuanã/Rio Guariba MT 208, reabertura, patrolamento e cascalhamento de aproximadamente 130 km, conforme detalhado no Plano de Trabalho 014/2022.

Onde o crédito adicional especial se vincula a recursos financeiros assim dispostos:

1. no valor de R$ 264.229,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e duzentos e vinte e nove reais), na conta bancária de n.º 283.141-4, agência n.º 1471-0 do Banco do Brasil;

2. no valor de R$ 686.991,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e novecentos e noventa e um reais), na conta bancária de n.º 11.805-2, agência n.º 1471-0 do Banco do Brasil.

Assim, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial, a título de superávit financeiro, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o

presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 053 ASSEORP

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.242/2022

LEI Nº. 2.242/2022.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no orçamento vigente, Lei n°. 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, com amparo no Artigo 43 da Lei 4. 320/64, com classificação orçamentária:

07.002.12.361.0006.2025 – Alimentação escolar – Ens. Fundamental

3390.3000 – Material de consumo – R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

07.002.12.365.0006.2039 – Alimentação Escolar

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 100.000,00 (cem mil reais);

07.002.12.365.0006.2040 – Alimentação Escolar – Pré-Escola

3390.3000 – Material de consumo – R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de superávit financeiro de exercícios anteriores, sob a fonte de recursos 2.500.000000 – Recursos de Exercícios Anteriores, Recursos não vinculados.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei n. º 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.148 de 20 de outubro de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.022, e na Lei Municipal nº. 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 070/2022 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 04 de maio de 1.964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.021, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que seguem:

1. Programa 0006 – Ensino para transformação

1.1 Atividade 2025 – Man. e desenvolvimento do ensino fundamental;

1.2 Atividade 2039 – Alimentação Escolar – CRECHE;

1.3 Atividade 2040 – Alimentação Escolar – Pré- Escola;

Os créditos adicionais especiais solicitados, tem destinação especifica para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, conforme detalhado no plano de trabalho nº 008/2022, anexo.

O reforço orçamentário vem de encontro ao acréscimo no número de alunos na rede municipal de ensino nas ações destinadas a finalidade especifica.

O recurso financeiro disponível, vincula-se a agência do Banco do Brasil n. º 1471-0, conta bancária n. º 13.004-4 - sob a fonte de recursos 2.500. 000000 – Recursos de Exercícios Anteriores, Recursos não vinculados.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial referente a recursos de livre investimento a título de superávit financeiro, em observação a disposição normativa referente a aplicação de recursos na alimentação escolar não ser computada como despesa com educação, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 048 ASSEORP

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.241/2022

LEI Nº. 2.241/2022.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais) no orçamento vigente, Lei n°. 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, com amparo no Artigo 43 da Lei 4.320/64, com classificação orçamentária:

09.002.10.301.0013.2062 – Manutenção das ações das APS

3390.9200 – Despesas de exercícios anteriores – R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais;

09.002.10.302.0015.2065 – Manutenção das ações do atendimento Hosp. /Amb. de Emerg.

3390.9200 - Despesas de exercícios anteriores – R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais);

09.002.10.302.0015.2066 – Manutenção TFD

3390.9200 - Despesas de exercícios anteriores – R$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais);

09.002.10.302.0015.2069 – Manutenção da Unidade Descentralizada de Reabilitação

3390.9200 - Despesas de exercícios anteriores – R$ 167.900,00 (cento e sessenta e sete mil e novecentos reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de superávit financeiro de exercícios anteriores, sob a fonte de recursos 2.500.100200 – Recursos de Exercícios Anteriores, Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei n. º 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.148 de 20 de outubro de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.022, e na Lei Municipal nº. 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 69/2022 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 04 de maio de 1.964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 2178/2021 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.022, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o programa e atividade, assim especificados:

1. Programa 0013 – Atenção Básica

1.1 Atividade 2062 – Manutenção das ações das APS;

2. **Programa 0015 – Assistência de Média e Alta Complexidade**;

2.1 Atividade 2065 – Manutenção das ações do atend. Hosp./Amb. de Emerg.;

2.2 Atividade 2066 – Manutenção do TFD;

2.3 Atividade 2069 – Manutenção da unidade descentralizada de reabilitação.

Os créditos adicionais especiais solicitados visa indenizar os prestadores dos serviços e despesas com instalações físicas, sem que fosse precedida a fase inicial de empenho, sendo detalhado os serviços em:

Despesas com transporte aéreo;

Despesa com pagamento de aluguel de sala para Posto de Saúde na Ar-02;

Despesas com aquisição de salgados para a Campanha do "Outubro Rosa" nas Unidade de Saúde e Centro de Educação Continuada;

Despesas com serviços médicos Dr. Helder Wagner Barros Saraiva, no mês de novembro e dezembro, que prestou serviços médicos no Hospital sem contrato;

Despesas com tratamento de pacientes através de práticas integrativas e complementares em ozônio terapia.

Sendo as despesas atestadas como efetivadas pelo órgão gestor, e embasadas sua restituição por parecer favorável da procuradoria jurídica do munícipio, sendo as despesas melhor detalhamento no Plano de Trabalho de nº 008/2022, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, em anexo.

Onde o crédito adicional especial se vincula ao recurso financeiro disponível na conta bancária n. º 13.033-8, agência bancária do Banco do Brasil de n. º 1471-0, sob fonte de recursos 2.500.100200 – Recursos de Exercícios Anteriores, Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial referente a recursos próprios vinculados às disposições de investimento constitucional em saúde, a título de superávit financeiro, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 047 ASSEORP

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.240/2022

LEI Nº. 2.240/2022

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) no orçamento vigente, Lei n°. 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, com amparo no Artigo 43 da Lei 4.320/64, com classificação orçamentária:

09.002.10.301.0013.2062 – Manutenção das ações das APS

3390.3000 – Material de consumo – R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

3390.3900 – Outros serviços de terceiros – P. Jurídica – R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

09.002.10.302.0015.2065 – Manutenção das ações do atend. Hosp./Amb. de Emerg.

3390.3900 – Outros serviços de terceiros – P. Jurídica – R$ 1.200.0000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de superávit financeiro de exercícios anteriores, sob

a fonte de recursos 2.500.100200 – Recursos de Exercícios Anteriores, Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei n. º 2.178 de 09 de dezembro de 2.021, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.148 de 20 de outubro de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.022, e na Lei Municipal nº. 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 068/2022 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 04 de maio de 1.964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei n.º 2178/2021 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.022, na Secretaria Municipal de Saúde, nos programas e ações, especificados:

1. Programa 0013 – Atenção Básica

1.1 Atividade 2062 – Manutenção das ações das APS;

2. Programa 0015 – Assistência de Média e Alta Complexidade

2.1 Atividade 2065 – Manutenção das ações do atend. Hosp./Amb. de emerg.

Os créditos adicionais especiais solicitados visam a recomposição de saldos orçamentários remanejados para suprir aditivos contratuais em despesas com serviços médicos no Hospital Municipal.

Assim, o objeto do crédito se destina a manutenção das despesas de caráter continuado nas respectivas ações, detalhado ainda, no plano de trabalho de n.º 10/2022, em anexo.

Onde o crédito adicional especial se vincula ao recurso financeiro disponível na conta bancária n. º 13.033-8, agência bancária do Banco do Brasil de n. º 1471-0, em fonte de recursos 2.500.100200 – Recursos de Exercícios Anteriores, Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial referente a recursos próprios vinculados às disposições de investimento constitucional em saúde, a título de superávit financeiro, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 18 de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 049 ASSEORP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

LEI Nº 592/2021, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

"Dispõe sobre à adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de Barão de Melgaço – BARÃO-PREVI em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional n.º 103/2019 e Altera a redação da Lei Municipal n. 340, de 03 de julho de 2009, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barão de Melgaço/MT e, dá outras providências. "

APrefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, **MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal, aprova e ela **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica referendado no âmbito da legislação previdenciária do Município de Barão de Melgaço, as alterações promovidas no artigo 149 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 2º - A redação da Lei Municipal n. 340, de 03 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do BARÃO-PREVI serão aposentados:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:

a) a incapacidade total e permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do BARÃO-PREVI e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao BARÃO-PREVI já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

(...)

§ 4º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta deste Regime Próprio de Previdência Social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social, como previsto na nova redação do art. 40, § 6 º da Constituição Federal.

(...)

§ 6º O segurado aposentado por incapacidade permanente para o trabalho está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do BARÃO-PREVI, a realizarem-se anualmente.

Art. 12-A. Os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n. 41, de 31 de dezembro de 2.003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na

forma da lei, não se aplicando os dispostos nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e nem o artigo 35 desta Lei Municipal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no *caput* deste artigo o disposto no art. 84 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade ao *caput* deste artigo.

Art. 28. A pensão por morte será concedida ao dependente de segurado equivalente a uma cota familiar de 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

§ 1º As cotas por dependentes cessarão com a perda da qualidade e serão reversíveis para os demais dependentes.

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput* será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II – SUPRIMIDA;

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no caput e no § 1º deste artigo.

§ 4º O tempo de duração do benefício de pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos no artigo 32 desta Lei.

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Art. 29. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 30. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 5º Ajuizada ação para reconhecimento da condição de dependente, poderá ser requerida a habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.

§ 6º Julgada improcedente a ação prevista no § 5º deste artigo, o valor retido será pago de forma proporcional aos demais dependentes, sem qualquer atualização, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 7º Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão concessor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

Art. 31. A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do BARÃO-PREVI, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente superveniente à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo BARÃO-PREVI.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

Art. 32. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente incapazes, assim declarados judicialmente;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 22 (vinte e dois) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 22 (vinte e dois) e 27 (vinte e sete) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 28 (vinte e oito) e 30 (trinta) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 31 (trinta e um) e 41 (quarenta e um) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 42 (quarenta e dois) e 44 (quarenta e quatro) anos de idade;

6) vitalícia, com 45 (quarenta e cinco) ou mais anos de idade.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea "a" ou os prazos previstos na alínea "c", ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, serão fixadas via decreto, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso V do *caput*, em ato do Governo Federal, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição a outro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso V do § 1º.

Art. 33. Havendo a extinção de parcela(s) de pensão, em razão da perda da qualidade de dependente na forma **desta lei**, não será realizado novo rateio da pensão em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 36. O abono anual será devido àquele que, durante o ano tiver recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo RPPS.

Art. 42. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 43. Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

§ 1º O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

§ 2º Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta Lei receberão do órgão instituidor (BARÃO-PREVI), todo o provento integral da aposentadoria, independentemente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 48.....
.....

I - das contribuições mensais dos seguros ativos, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos servidores que não superarem o valor de R$ 5.000,00 (cinto mil reais) e 14% (quatorze por cento) calculadas sobre a parcela dos proventos e pensões que superarem o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II – REVOGADO;

III – das contribuições mensais do segurado inativo e dos pensionistas, não haverá descontos;

IV - das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 28,22% (vinte e oito inteiros e vinte e dois centésimos por cento), calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:

a) 15,55% (quinze inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) relativo ao custo normal, neste incluso 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) referente taxa de custeio administrativo e

b) 12,67% (doze inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) relativo ao custo especial, escalonados nos termos do Anexo I desta Lei.

(...)

XI - Constituem, também, fonte de receita do BARÃO-PREVI, as contribuições previdenciárias previstas legalmente, incidentes sobre os benefícios estatutários, decorrentes das licenças temporárias para trabalho, e, nos casos de licença gestacional.

Art. 58.....
.....

Parágrafo Único. Os recursos do BARÃO-PREVI poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e nos atos administrativos disciplinadores desta modalidade de aplicação, a serem editados pelo Município de Barão de Melgaço.

Art. 67. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária e não poderá ultrapassar o limite estabelecido no § 1º deste artigo.

§ 1º A taxa de administração prevista no caput deste artigo será de 3,0% (três por cento) da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao BARÃO-PREVI, apurado no exercício financeiro anterior, observando-se que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do regime próprio;

II – na verificação do limite definido no caput deste parágrafo, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, inclusive as decorrentes dos tributos incidentes sobre os seus rendimentos;

III - os recursos da Taxa de Administração deverão ser administrados pela unidade orçamentária do BARÃO-PREVI em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios;

IV – o BARÃO-PREVI constituirá reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

§ 2º Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

§ 3º Fica autorizada a reversão das sobras do custeio administrativo e seus rendimentos, na totalidade ou em parte, para pagamento dos benefícios do BARÃO-PREVI, desde que aprovada pelo conselho deliberativo, vedada a devolução dos recursos ao ente federativo.

§ 4º Fica autorizada a utilização dos recursos da Reserva Administrativa, desde que não prejudique as finalidades de que trata o caput, somente para:

a) aquisição, construção, reforma ou melhorias de imóveis destinados a uso próprio do órgão ou entidade gestora nas atividades de administração, gerenciamento e operacionalização do BARÃO-PREVI;

b) reforma ou melhorias de bens vinculados ao BARÃO-PREVI e destinados a investimentos, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante verificação por meio de análise de viabilidade econômico-financeira.

§ 5º Fica autorizada, desde que por meio de alíquota de contribuição incluída no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS, a elevação em 20% (vinte por cento) do limite para despesa administrativa, passando para 4,32% (quatro inteiros e trinta e dois centésimos por cento) o limite estabelecido no *caput* deste artigo, desde que os recursos adicionais sejam destinados exclusivamente para o custeio de despesas administrativas relacionadas a:

I - obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, podendo os recursos ser utilizados, entre outros, com gastos relacionados a:

a) preparação para a auditoria de certificação;

b) elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS;

c) cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários;

d) auditoria de certificação, procedimentos periódicos de auto avaliação e auditoria de supervisão; e

e) processo de renovação ou de alteração do nível de certificação.

II - atendimento dos requisitos mínimos relativos à certificação para nomeação e permanência de dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, do responsável pela gestão dos recursos e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos, conforme previsto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, e regulação específica, contemplando, entre outros, gastos relacionados a:

a) preparação, obtenção e renovação da certificação; e

b) capacitação e atualização dos gestores e membros dos conselhos e comitê.

§ 6º A elevação da Taxa de Administração de que trata o parágrafo anterior observará os seguintes parâmetros:

I - deverá ser aplicada a partir do início do exercício subsequente ao da publicação desta Lei Municipal, condicionada à prévia formalização da adesão ao Pró-Gestão - RPPS;

II - deixará de ser aplicada se, no prazo de dois anos, contado a partir da data prevista no inciso I, o BARÃO-PREVI não obtiver a certificação institucional em um dos níveis de aderência estabelecidos no Pró-Gestão RPPS;

III - voltará a ser aplicada, no exercício subsequente àquele em que o BARÃO-PREVI vier a obter a certificação institucional, se esta se der após o prazo de que trata o inciso II.

Art. 90. O Prefeito Municipal instituirá por meio de Portaria a junta médica para emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

Art. 3º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2021.

Art. 4º - O rol de benefícios a ser concedido pelo BARÃO-PREVI fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Parágrafo Único. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo órgão ou poder ao qual o servidor está vinculado, desde que tais benefícios estejam previstos no estatuto dos servidores públicos municipais.

Art. 5º - É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, no âmbito deste regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º- Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de outro Regime Próprio de Previdência Social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - de aposentadoria concedida no âmbito deste Regime Próprio de Previdência Social com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 2º - Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos e;

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

§ 3º - A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º- As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/2019.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, os §§ 1º e 2º do art. 48, § 3º do art. 49; art. 54, inciso II do parágrafo único do art. 59, todos estes pertencentes a Lei Municipal n. 340, de 03 de julho de 2009, com atualizações.

Art. 7º - Fica o BARÃO-PREVI autorizado celebrar acordo que vise à execução de programas de trabalho, atividades sistêmicas e operacionais de interesse recíproco da Administração Pública Municipal, em regime de mútua cooperação, devendo respeitar, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e das demais normas que regulem a situação específica objeto.

Parágrafo Único. As disposições contidas no *caput* dizem a operacionalização dos benefícios temporários do auxílio doença, salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, por meio de termo de cooperação técnica.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor:

I - no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto às alterações nos incisos I, III e IV do art. 48 da Lei Municipal n. 340, de 03 de julho de 2009;

II – em 1º de janeiro de 2022, quanto a alteração do art. 67 da Lei Municipal n.º 340, de 03 de julho de 2009;

III – retroage os efeitos a 1º de janeiro de 2021, quanto a alteração da alínea "c" do inciso V do § 1º do art. 32 da Lei Municipal n.º 340, de 03 de julho de 2009;

IV - nos demais casos, na data de sua publicação.

Barão de Melgaço – MT, 17 de dezembro de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES PORTARIA Nº018/2022

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sr. JUAREZ DE OLIVEIRA**, servidor efetivo deste município."

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar nesta Prefeitura para fins de aposentadoria o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pelo servidor **Sr. JUAREZ DE OLIVEIRA**, portador do RG n.º 0324702-3 SESP/MT e inscrito no CPF sob n.º 206.454.221-34, **conforme** Certidões de Tempo de Contribuições original do INSS Nº. 10001330.1.00012/167e Certidão de tempo de Contribuição expedida pelo Ministério da Defesa sob nº 64054.004481/2022-2. 448, perfazendo um total de 2.448 dias líquidos, ou seja, 06(seis) anos e 08(oito) meses e 18(dezoito) dias de tempo de contribuição**.**

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 18 de maio de 2022.

MARCIA APARECIDA DE OLIVEIRA GUERRA

Diretora Executiva do BARRA-PREVI

Homologo:

Maria Azenilda Pereira

Prefeita Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES PORTARIA Nº019/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. ***Juarez de Oliveira****"*

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando art. 3º, incisos I, II, III da Emenda Constitucional n.º 47/2005 c/c Art. 87-A, incisos I, II e III e § único da Lei Municipal nº 1.777/2008 que alterou a LeiMunicipal n.º 1.554 de 04 de julho de 2005, que rege a previdência municipal, lei complementar nº 052/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Vencimento e Carreira dos servidores municipais e Lei municipal nº 2.502/2022, que dispõe sobre Revisão Geral dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT da outras providencias;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao Sr. **Juarez de Oliveira**, brasileiro, portador do RG n.º 0324702-3 SESP/MT e inscrito no CPF sob n.º 206.454.221-34, servidor efetivo no cargo de Agente Operacional, Nível, "15", Classe "B", com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipalde Administração, devidamente matriculado sob n.º 0066, contando com 36 (trinta e seis) anos, 11 (onze) meses e 04(quatro) dias, de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º **2022.04.00004P**, a partir da data de **01/05/2022**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos legais a data de 01 de maio de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 18 de maio de 2022.

MARCIA APARECIDA DE OLIVEIRA GUERRA

Diretora Executiva do BARRA-PREVI

Homologo:

Maria Azenilda Pereira

Prefeita Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES PORTARIA Nº017/2022

"Dispõe sobre o **cancelamento** da Portaria nº 014/2022 de concessão do benefício **Aposentadoria por Tempo de Contribuição,** ao servidor **Sr. Osmar Neves Schwartz**"

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º CANCELAR a Portaria nº 014/2022, publicada em 17/05/2022 no Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição Ano XVII, Edição Nº 3.982 que concedeu o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor, **SR. Osmar Neves Schwartz**, brasileiro, portador do RG n.º 0517324-8 SEJUSP/MT e do CPF n.º 378.480.621-04, residente e domiciliado no Município de Barra do Bugres, servidor Efetivo, no cargo de Professor, com carga horária de 30 horas semanais, Classe "C", Nível "12", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contando com 37 (trinta e sete) anos, 04 (quatro) meses e 08 (oito) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais**, conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º **2022.04.00008P**, a partir da data de 01/05/2022, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os efeitos legais a data de 01 de maio de 2022,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 16 de maio de 2022.

Márcia Aparecida de Oliveira Guerra

Diretora Executiva do Barra-Previ

Homologo:

Maria Azenilda Pereira

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: MD COMERCIO PECAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.855.519/0001-12.

DO OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2022** – **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOSDAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BARRA DO BUGRES/MT".**

ITEM	QUANTIDADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
00002	90	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS SAE 15W 40 TURBO DIESEL TEC. SINTÉTICA (20 LTS)	PANTHER	469,00	42.210,00
00004	90	L	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS-SAE 15W40 API-SL/CF SEMI-SINTÉTICO, DIESEL, FRASCO (01 LTS)	PANTHER	38,76	3.488,40
00007	70	BD	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS- SAE 85W140 API-GL5 (GALÃO 20 LTS)	PANTHER	426,00	29.820,00
00014	120	UN	OLEO 10W30 API-SN COM TECNOLOGIA SINTÉTICA	PANTHER	40,38	4.845,60
00016	90	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MICRO ONIBUS VOLARE MOTOR CUMMIS 4 CIL. N° 5262313 LF16352 (01 VEICULO)	AMX	123,75	11.137,50
00026	80	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA MICRO ONIBUS VOLARE MOTOR CUMMIS 4 CIL. N° 6007001744001 (01 VEICULO)	AMX	161,00	12.880,00
00031	90	UN	FILTRO DE AR INTERNO ÔNIBUS VW 15/190 MWM 4 CIL 2SO.129.620 A CA5626SVSY	AMX	103,00	9.270,00
00033	130	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE W-8 /W-9	AMX	76,00	9.880,00
00035	60	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA ONIBUS VW 15/190 OD MAN COMOM 4 CIL CA 5626 PU (05 VEICULOS)	AMX	88,00	5.280,00
00039	30	UN	FILTRO SEPARADOR DE AGUA PARA MICRO ONIBUS VOLARE W-8 /W-9/ V8L	AMX	174,00	5.220,00
00044	60	UN	FILTRO LUBRIFICANTE PSL962	AMX	115,00	6.900,00
00047	70	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC491	AMX	105,00	7.350,00
00050	80	UN	FILTRO DE AR ASR839	AMX	157,00	12.560,00
00055	40	UN	FILTRO LUBRIFICANTE PSL55	AMX	52,00	2.080,00
00059	40	UN	FILTRO DE AR 907	AMX	138,00	5.520,00
00068	40	UN	ADITIVO ARLA 32 - AGENDE REDUTOR LIQUIDO DE NOX - BALDE DE 20 LITROS	RADNAC	99,00	3.960,00
00071	40	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS VW 15/190 OD MAN COMOM 4 CIL MAN 51055017160 (05 VEICULOS)	AMX	94,00	3.760,00
00074	30	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA ONIBUS VW 15/190 OD MAN COMOM 4 CIL CA 5626 PU (05 VEICULOS)	AMX	102,00	3.060,00
00081	30	UN	FILTRO LUBRIFICANTE W1160	AMX	171,00	5.130,00
00084	40	UN	FILTRO SEPARADOR PSD970/1	AMX	223,00	8.920,00
00091	10	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA TRATOR MASSEY FERGUSON 275 4X4	AMX	75,00	750,00
00095	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA TRATOR DE PNEU MF265-295	AMX	108,00	1.080,00
00098	30	UN	FILTRO RESERVATORIO DE DIREÇÃO HIDRAULICA PARA VEICULOS MARCA (FORD, VO-LARE, MERCEDES BENZ, VOLVO, MITSUBISHI, VW, TOYOTA)	AMX	57,40	1.722,00
00102	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL SEDIMENTADOR TRATOR AGRIC. MF 265/295	AMX	222,00	2.220,00
00105	5	UN	FILTRO DE AR INTERNO MOTONIVELADORA 1 GD-655	AMX	408,00	2.040,00
00108	20	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA MOTONIVELADORA 2 GD-655	AMX	128,00	2.560,00
00111	10	UN	FILTRO AR CONDICIONADO MOTONIVELADORA 1 GD-655	AMX	188,00	1.880,00
TOTAL DO CREDOR						**205.523,50**

DO VALOR: O VALOR total da ATA DE REGISTRO a ser paga pelo CONTRATANTE é de R$ 205.523,50 (DUZENTOS E CINCO MIL E QUINHENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

Barra do Bugres – MT, 18 de maio de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

MD COMERCIO PECAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHÕES LTDA

HUELYTON JUNIOR DE OLIVEIRA

FORNECEDOR REGISTRADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: W. F. OLIVEIRA COMERCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.875.998/0001-61.

DO OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2022** – **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOSDAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BARRA DO BUGRES/MT".**

ITEM	QUANTIDADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
00003	316	L	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS-SAE 5W30 API-SN/CF, ALCOOL/ GASOLINA, 100% SINTÉTICO, FRASCO (01 LTS)	HEXLUB	30,00	9.480,00
00008	23	UN	OLEO HIDRAULICO - OLEO ATF TIPO A (20 LTS)	HEXLUB	450,00	10. 350,00
00009	120	L	OLEO HIDRAULICO - OLEO ATF III (1 LITRO)	HEXLUB	29,25	3.510,00
00010	125	UN	FLUIDO - OLEO FLUIDO DE FREIO DOT 4 COM 500ML	RADNAQ	18,85	2.356,25
00013	170	UN	ÓLEO PARA MOTOR 2 TEMPOS 8017- H PROPORÇAO 500ML PARA 25-LTROS DE GASO-LINA (500-ML)	HEXLUB	23,20	3.944,00
00025	50	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA MOTONIVELADORA 1 GD-655	TECFIL	216,55	10. 827,50
00030	80	UN	FILTRO DE AR INTERNO MICRO ONIBUS VOLARE W-8 /W-9/V 8L	TECFIL	114,00	9.120,00
00032	203	UN	FILTRO DE AR INTERNO ONIBUS VW 15/190 OD MAN COMOM 4 CIL CA 5626 PU (05 VEI-CULOS)	TECFIL	115,00	23. 353,63
00034	90	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE V 8L	TECFIL	74,00	6.660,00
00040	40	UN	FILTRO SEPARADOR DE AGUA PARA MICRO ONIBUS VOLARE MOTOR CUMMIS 4 CIL. N° FS 1015	TECFIL	105,00	4.200,00
00045	90	UN	FILTRO LUBRIFICANTE PSL283	TECFIL	63,00	5.670,00
00048	50	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FF5706 OU PSC706	TECFIL	197,00	9.850,00
00051	70	UN	FILTRO DE AR ASR203 OU ARS3003	TECFIL	92,00	6.440,00
00056	40	UN	FILTRO LUBRIFICANTE PSL148	TECFIL	72,00	2.880,00
00060	15	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA GM-S-10-FLEX	TECFIL	124,00	1.860,00
00065	250	UN	ADITIVO PARA RADIADOR SAE J-1034 CONCENTRADO A BASE DE MONOETILENO GLI-COL PARA TODOS OS TIPOS DE VEICULOS (500-ML)	RADNAQ	63,00	15. 750,00
00070	10	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS MERCEDES BENZ 1113 - 1986/1986	TECFIL	84,00	840,00
00073	40	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA ÔNIBUS VW 15/190 MWM 4 CIL 2SO.129.620CA5626PU (03 VEICULO) 2011/12	TECFIL	108,00	4.320,00
00077	80	UN	FILTRO DE TOMADA FORÇA PU-COMPRESSOR DE AR CAMINHÃO MARCA MERCEDES BENZ	TECFIL	326,00	26. 080,00
00082	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL RC828	TECFIL	243,00	1.215,00
00085	30	UN	FILTRO SEPARADOR PSD 530/1	TECFIL	156,00	4.680,00
00089	15	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA CAMINHÃO PIPA MB. / L 1113	TECFIL	70,00	1.050,00
00092	10	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA ÔNIBUS VW 15/190 MWM 4 CIL W962 (03 VEICU-LO) 2011/12	TECFIL	57,40	574,00
00096	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA TRATOR MASSEY FERGUSON 283	TECFIL	135,00	1.350,00
00099	10	UN	FILTRO RESERVATORIO DE DIREÇÃO HIDRAULICA CAMINHÃO VW 8.160	TECFIL	105,00	1.050,00
00101	30	BD	ÓLEO ISO VG 68 (20 LTS)	HEXLUB	490,00	14. 700,00
00103	20	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA CAMINHÃO VOLVO 260	TECFIL	68,00	1.360,00
00106	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA CAMINHÃO VOLVO 260	TECFIL	155,00	1.550,00
00109	10	UN	FILTRO HIDRAULICO MOTONIVELADORA 1 GD-655	TECFIL	187,00	1.870,00
TOTAL DO CREDOR						**186. 890,38**

DO VALOR: O VALOR total da **ATA DE REGISTRO** a ser paga pelo **CONTRATANTE** é de **R$ 186.890,38 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL E OITO-CENTOS E NOVENTA REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).**

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

Barra do Bugres – MT, 18 de maio de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

W. F. OLIVEIRA COMERCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

WESLEY FRANCO OLIVEIRA

FORNECEDOR REGISTRADO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 2.516/2022

LEI MUNICIPAL N° 2.516/2022

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, a **ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ÁGUA DOCE,** inscrita no CNPJ sob o nº 23.751. 713/0001-92,situada na Rod MT 343, KM 35, estrada Barra do Bugres a Porto Estrela, s/n, Zona Rural – CEP: 78.390-000, registrada sob nº 805 - do Livro A-1, fls 01/09, do 2º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Barra do Bugres – MT, no dia primeiro de setembro do ano de dois mil e quinze, cujos documentos de constituição passam a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 16 de maio de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

Autoria:

Vereador: Lennon Ferreira Corezomaé

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº016/2022

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Incapacidade permanente** ao servidor **Sr. Luiz Ferreira Mendes**."*

A **Diretora Executiva do Fundo** Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e; e fundamentado no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c com Art. 12, inciso I e Art. 14 da Lei Municipal n.º 1.554 de 04 de julho de 2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Bugres/MT, n° 055/2013 que dispõe sobre a carreira dos profissionais da Educação Pública do Município de Barra do Bugres; e Lei municipal n.º 2.490/2022, que dispõe sobre Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipal e da outras providencias;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Incapacidade Permanente** ao servidor **Sr. LUIZ FERREIRA MENDES**, portador do RG n. º 0318622-9 SESP/MT e do CPF n.º 253.063.241-34, residente e domiciliado no Município de Barra do Bugres/MT, servidor efetivo, no cargo de Agente de Vigilancia - 40 horas, classe "A", nível "07", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculada sob o n. º 001245, contando com 28 (vinte e oito) anos 08 (oito) mês e 13 (treze) dias de tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo doBARRA-PREVI, n.º **2021.03.00088P**, a partir da data de **02/05/2022**, até posterior deliberação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 16 de maio de 2022.

Márcia Aparecida de Oliveira Guerra

Diretora Executiva do Barra-Previ

Homologo:

Maria Azenilda Pereira

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: BEIRA RIO CENTER AUTOMOTIVO BARRA DO BUGRES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.539.730/0001-30.

DO OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOSDAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BARRA DO BUGRES/MT".**

ITEM	QUANTIDADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
00001	210	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS SAE 15W40 API-CI-4 (20 LTS)	MONTANA	420,00	88. 200,00
00005	150	L	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS-SAE 10W30 4 TEMPO API-SL/ JASO MA-2 SEMI-SINTÉTICO, GASOLINA, FRASCO (01 LTS)	IPIRANGA	35,00	5. 250,00
00011	165	UN	FLUIDO - OLEO FLUIDO DE FREIO DOT 4 COM 500ML	COBREQ	24,00	3. 960,00
00017	132	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA FIAT 1.6 / 1.8 MOTOR E-TORK	TECFIL	20,67	2. 728,44
00018	173	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VEICULOS LEVE MARCA (GM, FIAT) 1.0/1.3/1.4	TECFIL	17,67	3. 056,91
00019	80	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VEICULOS LEVE MARCA VW (SAVEIRO 1.6, SAVEIRO 1.8 GASOLINA, SANTANA 1.8 GASOLINA)	TECFIL	22,33	1. 786,40
00020	100	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VW KOMBI	TECFIL	26,70	2. 670,00
00023	62	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA GM S-10-DIESEL 2001	TECFIL	94,00	5. 828,00

00041	60	UN	FILTRO AR CONDICIONADO VEICULOS LEVE MARCA (FIAT, GM, VW)	TECFIL	25,33	1.519,80
00043	140	L	OLEO LUBRIFICANTE SAE 5W30 SINTETICO DIESEL	IPIRANGA	60,00	8.400,00
00053	40	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL MANN BFU 700X	TECFIL	94,27	3.770,80
00058	40	UN	FILTRO LUBRIFICANTE LB55	VOX	60,00	2.400,00
00062	78	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULOS MARCA FIAT	TECFIL	17,67	1.378,26
00066	50	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VEICULOS LEVE MARCA (FORD)	TECFIL	28,73	1.436,50
00076	15	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE MOTOR CUMMIS 4 CIL. N° 5262311	TECFIL	174,13	2.611,95
00080	320	UN	ADITIVO ARLA 32 - AGENDE REDUTOR LIQUIDO DE NOX	IPIRANGA	132,00	42.240,00
00088	35	UN	ÓLEO 10W30 P/ TRANSMISSÃO VOLVO WB-101/CATERPILLAR TO-2 (20 LTS)	IPIRANGA	570,00	19.950,00
00093	10	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA TRATOR DE PNEU MF265- 295	TECFIL	179,20	1.792,00
00112	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL SEDIMENTADOR CAMINHÃO VOLVO 260	TECFIL	350,00	3.500,00
TOTAL DO CREDOR						**R$ 202.479,06**

DO VALOR: O VALOR total da **ATA DE REGISTRO** a ser paga pelo **CONTRATANTE** é de **R$ 202.479,06 (DUZENTOS E DOIS MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SEIS CENTAVOS).**

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

Barra do Bugres – MT, 18 de maio de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

BEIRA RIO CENTER AUTOMOTIVO BARRA DO BUGRES LTDA

JOSE ADAUTO NUNES DE ALMEIDA

FORNECEDOR REGISTRADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SMEC/2022 - EDITAL Nº 036/2022

CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SMEC/2022 - EDITAL Nº 036/2022

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, do município de Barra do Bugres – MT, Prof.ª **Bernadete Fernandes Gregolin**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o **Decreto nº 111/2021,** Lei Municipal n.º 2.469/2021, Decreto nº 112/2021 e Lei nº 2.468/2021, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SMEC/2022 - EDITAL Nº 036/2022, conforme apresentado abaixo:

1) Ficam **CONVOCADOS** os classificados no resultado final cuja homologação ocorreu no dia 17/03/2022, para que compareçam na sessão de atribuição de jornada e local de lotação, conforme cronograma abaixo: **DIA 19/05/2022 – 07:30 HORAS – SALA DE REUNIÕES DA SMEC**

PROFESSOR PEDAGOGO SEDE: CRECHE, PRÉ-ESCOLA E ANOS INICIAIS			
N° INSC.	**NOME**	**COLOC.**	**SITUAÇÃO**
790	INEZ APARECIDA CUNHA SILVA	120º	CLASSIFICADA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Barra do Bugres/MT, 18 de maio de 2022.

Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura - SMEC

Portaria nº 547/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: VG AUTO PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.177.269/0001-10.

DO OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2022** – **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOSDAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BARRA DO BUGRES/MT".**

ITEM	QUANTIDADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
00006	160	L	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS-SAE 20W50 4T API SL/JASO MA-2 SEMI-SINTÉTICO, GASOLINA, FRASCO (01 LTS)	SPEEDY	19,00	3.040,00
00012	360	UN	ADITIVO PARA RADIADOR SAE J-1034 CONCENTRADO A BASE DE MONOETILENO GLICOL (01 LTS)	DEKKO	10,00	3.600,00
00015	80	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MICRO ONIBUS VOLARE W-8 (11 VEICULO)-2006/2006	WEGA	38,80	3.104,00
00021	62	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MB SPRINTER	TECFIL	65,00	4.030,00
00022	50	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA GM - S-10-2008 FLEX	WEGA	45,00	2.250,00
00024	70	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA RENAULT MASTER 2011	WEGA	46,00	3.220,00
00027	143	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA VEICULOS LEVE MARCA (GM, FIAT) 1.0/1.3/1.4	WEGA	18,00	2.574,00
00028	60	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA VW KOMBI	WEGA	90,00	5.400,00
00029	52	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA GM - S-10 - DIESEL	TECFIL	126,80	6.593,60
00036	40	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VW KOMBI	WEGA	27,00	1.080,00
00037	32	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VAN- MB SPRINTER	WEGA	320,00	10.240,00
00038	62	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA GM S-10-DIESEL	WEGA	182,90	11.339,80
00042	40	UN	FILTRO AR CONDICIONADO MICRO ONIBUS VOLARE W-8 /W-9	TECFIL	87,70	3.508,00
00046	70	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PU1059X	FLEETGUARD	119,90	8.393,00
00049	60	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL WK962/13 OU PSC353	TECFIL	156,90	9.414,00
00052	40	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL G 104/7	TECFIL	66,00	2.640,00
00054	30	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL G 1607	TECFIL	38,90	1.167,00
00057	40	UN	FILTRO LUBRIFICANTE PL442	TECFIL	90,00	3.600,00
00061	12	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA MB (I/M.BENZ 311 CDI SPRINTERF CMT 5,00T/ 109C-2002/2002, MB SPRINTER)	TECFIL	139,90	1.678,80
00063	17	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA GM - S-10 FLEX-	WEGA	18,90	321,30
00064	30	UN	OLEO HIDRAULICO - OLEO ATF TIPO A (01 LTS)	FORT OIL	26,40	792,00
00067	25	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA VEICULOS LEVE MARCA VW (SAVEIRO 1.6, SAVEIRO 1.8 GASOLINA)	TECFIL	28,00	700,00
00069	7	UN	GRAXA AZUL MP-2 ESPECIAL-1ª LINHA (170-KG)	INCOL LUB	4.699,00	32.893,00
00072	30	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA MICRO ONIBUS VOLARE W-8 (11 VEICULO)2006/2006	TURBO	131,90	3.957,00
00075	30	UN	FILTRO DE AR INTERNO MICRO ONIBUS VOLARE MOTOR CUMMIS 4 CIL. 6007001743003	TURBO	137,90	4.137,00
00078	13	UN	ESTOPA DE PANO COSTURADO (FARDO COM 20)	SO ESTOPAS	192,00	2.496,00
00079	45	L	OLEO DE TRANSMISSÃO 80W	FORT OIL	26,90	1.210,50
00083	40	UN	FILTRO SEPARADOR R120L J - 10M	PAKER	155,90	6.236,00
00086	15	UN	FILTRO SEPARADOR FS19551	FLEETGUARD	209,90	3.148,50
00087	20	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA VEICULOS-SAE 80W90 API-GL5 (GALÃO 20 LTS)	INCOL LUB	420,00	8.400,00
00090	10	UN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA TRATOR DE PNEU (MF265-295)	TECFIL	77,90	779,00
00094	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA CAMINHÃO VW 8.160	TECFIL	116,90	1.169,00
00097	10	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA TRATOR MASSEY FERGUSON 275	TECFIL	139,90	1.399,00
00100	10	UN	FILTRO HIDRAULICO CAMINHÃO (FORD CARGO / MB)	WEGA	72,90	729,00
00104	5	UN	FILTRO DE AR EXTERNO PARA CAMINHÃO VOLVO 260	TECFIL	269,90	1.349,50
00107	20	UN	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA MOTONIVELADORA 1 GD-655	TECFIL	134,90	2.698,00
00110	10	UN	FILTRO TRANSMISSÃO MOTONIVELADORA 1 GD-655	TURBO	299,90	2.999,00
TOTAL DO CREDOR						**162.286,00**

DO VALOR: O VALOR total da **ATA DE REGISTRO** a ser paga pelo **CONTRATANTE** é de **R$ 162.286,00 (CENTO E SESSENTA E DOIS MIL E DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).**

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

Barra do Bugres – MT, 18 de maio de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

VG AUTO PEÇAS LTDA

ADRIANO DOS REIS

FORNECEDOR REGISTRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006/ 2022.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2022

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da CPL, comunica aos interessados que para efeitos de readequação das planilhas orçamentárias e adequação do edital, fica **SUSPENSA** a licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 006/2022, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada, para **Execução da Pavimentação Asfáltica em TSD, em vias Urbanas no Distrito de Taba Azul**.

Para maiores informações através dos e-mails licitacao@barradogarcas.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3402-2000 ramal 2045/2052.

Barra do Garças -MT, 18 de maio de 2022.

Marcos da Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022
Processo de Licitação: 43/2022 **Data do Processo: 03/05/2022**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 43/2022

b) Licitação nº: 11/2022

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 18/05/2022

e) Data Adjudicação: 17/05/2022

f) Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

g) Fornecedores Vencedores:

Item	209 Código	VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME CNPJ: 03.266.383/0001-32 AV PRINCIPAL, 00 - CNETRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: (66) 3538-1252 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	003.006.069	AÇUCAR PCT 2 KG	PACT	2000	8,99	17.980,00
2	003.005.002	AGUA MINERAL COM GAS GARRAFA DE 500ML	UN	500	2,99	1.495,00
3	003.005.003	AGUA MINERAL SEM GAS GARAFA DE 500ML	UN	2000	2,00	4.000,00
4	003.006.025	ARROZ TIPO 1 PCT 5KG	UN	200	24,00	4.800,00
5	068.001.001	BALA FRUTAS MOLE PACOTE DE 700G	PACT	100	10,99	1.099,00
6	003.004.019	BANANA	KG	100	6,99	699,00

7	003.006.068	BOLACHA AGUA E SAL 400 G	PACT	200	5,99	1.198,00
8	003.006.005	BOLACHA DE DOCE ROSQUINHA 700GR	PACT	200	9,99	1.998,00
9	003.006.182	BOLACHA RECHEADA	UN	50	2,00	100,00
10	003.006.079	CAFE TORRADO E MOIDO POTE DE 500GR	UN	2000	22,00	44.000,00
11	003.006.153	CANELA DE CAULE OU EM PÓ 60 GR	UN	400	7,99	3.196,00
12	003.005.014	CHÁ DE ERVA DOCE	UN	400	7,99	3.196,00
13	026.002.008	COADOR DE PANO MEDIO	UN	100	7,99	799,00
14	003.006.082	CREME DE LEITE CX 200 G	UN	50	3,99	199,50
15	003.006.037	EXTRATO DE TOMATE LATA 850GR	UN	100	9,99	999,00
16	003.006.104	FARINHA DE MANDIOCA	KG	200	9,99	1.998,00
17	003.006.007	FARINHA DE TRIGO 1KG	UN	200	5,99	1.198,00
18	003.006.133	FEIJAO TIPO 1 PCT 1KG	UN	200	8,99	1.798,00
19	003.006.155	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GR	UN	30	3,99	119,70
20	008.015.182	GALÃO DE ÁGUA 20 LITROS	UN	800	14,99	11.992,00
21	003.006.044	IOGURTE BANDEJA C/6 UIND	KG	50	5,99	299,50
22	003.004.014	LARANJA	KG	50	3,25	162,50
23	003.001.007	LEITE CONDENSADO CX DE 395 G	UN	50	5,99	299,50
24	003.006.157	LEITE INTEGRAL 1 LT	LT	200	6,99	1.398,00
25	003.004.015	MAÇÃ	KG	50	9,99	499,50
26	003.001.009	MACARRAO PCT DE 500 GRAMAS	PACT	100	4,99	499,00
27	003.006.009	MARGARINA 1 KG	UN	200	19,99	3.998,00
28	003.004.010	MELANCIA	KG	100	3,75	375,00
29	003.006.189	MELAO - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME.	KG	50	7,99	399,50
30	003.006.010	MILHARINA 500GR	UN	100	2,99	299,00
31	003.006.053	MILHO DE CANJICA PCT 500 G	UN	100	5,99	599,00
32	003.006.067	MILHO DE PIPOCA 500G	UN	100	4,99	499,00
33	003.006.139	OLEO DE SOJA	UN	50	13,99	699,50
34	003.004.004	PERA	KG	50	16,99	849,50
35	003.006.008	POLVILHO DOCE 1KG	PACT	150	5,99	898,50
36	003.003.004	PRESUNTO	KG	100	28,90	2.890,00

37	003.006.013	QUEIJO MUSSARELA	KG	100	46,00	4.600,00
38	003.006.063	SAL	KG	24	2,00	48,00
39	003.004.006	UVA	KG	50	19,99	999,50
		Total do Proponente				123.176,70

Ficando negociado o valor total de R$ 123.176,70 (Cento e vinte e três mil, cento e setenta e seis reais e setenta centavos).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 18 de Maio de 2022.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2022

PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2022
PROCESSO 43/2022

Pelo presente instrumento O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, S/N, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP/GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar o preço da empresa **VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME, CNPJ: 03.266.383/0001-32** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Federal 7.892/13, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se a presente ARP nos termos da Lei nº 8.666/93 bem como no Decreto Federal 7.892/13, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA

3.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial 11/2022 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520 e nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. O prazo de fornecimento de todo objeto aqui licitado, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado caso haja necessidade, interesse e à critério da Administração Municipal, obedecendo aos limites previstos na Lei 8.666/93

3.3. Os fornecimentos ocorrerão de forma fracionada/parcelada no decorrer do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, limitados aos quantitativos máximos especificados.

3.4. A Município de Bom Jesus do Araguaia – MT não está obrigado a adquirir o quantitativo total do anexo I, sendo certo que somente pagará o que efetivamente for fornecido, servindo os quantitativos do anexo I e o valor global da ARP apenas como parâmetros de limites máximos para aquisição e pagamento durante a vigência da ARP.

3.5. Os fornecimentos deverão ser realizados, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas na proposta vencedora e na respectiva ARP, implicando a não observância dessa condição na recusa dos mesmos, não se responsabilizando a Prefeitura de Bom Jesus do Araguaia - MT por qualquer indenização.

3.6. Deverá ser submetida à apreciação e à aprovação prévia da Prefeitura de Bom Jesus do Araguaia - MT qualquer medida que implique alteração dos serviços contratados.

3.7. Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações e normas em vigor (sujeitas a exames de qualidade) pela licitante vencedora, sendo que o Município poderá também examiná-las durante o recebimento. Em razão dos produtos serem perecíveis, sua entrega deverá ocorrer no **prazo de até 3 dias** contados **após recebimento da NPC (Nota de Pedido de Compra)** sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas neste Termo.

3.8. Os produtos entregues e que não satisfaçam as especificações, serão imediatamente substituídos por outros que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensas da empresa responsável pelo fornecimento.

4. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresas Vencedoras:

Item	209 Código	VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME CNPJ: 03.266.383/0001-32 AV PRINCIPAL, 00 - CNETRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: (66) 3538-1252 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	003.006.069	AÇUCAR PCT 2 KG	PACT	2000	8,99	17.980,00
2	003.005.002	AGUA MINERAL COM GAS GARRAFA DE 500ML	UN	500	2,99	1.495,00
3	003.005.003	AGUA MINERAL SEM GAS GARAFA DE 500ML	UN	2000	2,00	4.000,00
4	003.006.025	ARROZ TIPO 1 PCT 5KG	UN	200	24,00	4.800,00
5	068.001.001	BALA FRUTAS MOLE PACOTE DE 700G	PACT	100	10,99	1.099,00
6	003.004.019	BANANA	KG	100	6,99	699,00
7	003.006.068	BOLACHA AGUA E SAL 400 G	PACT	200	5,99	1.198,00
8	003.006.005	BOLACHA DE DOCE ROSQUINHA 700GR	PACT	200	9,99	1.998,00
9	003.006.182	BOLACHA RECHEADA	UN	50	2,00	100,00
10	003.006.079	CAFE TORRADO E MOIDO POTE DE 500GR	UN	2000	22,00	44.000,00
11	003.006.153	CANELA DE CAULE OU EM PÓ 60 GR	UN	400	7,99	3.196,00
12	003.005.014	CHÁ DE ERVA DOCE	UN	400	7,99	3.196,00
13	026.002.008	COADOR DE PANO MEDIO	UN	100	7,99	799,00
14	003.006.082	CREME DE LEITE CX 200 G	UN	50	3,99	199,50
15	003.006.037	EXTRATO DE TOMATE LATA 850GR	UN	100	9,99	999,00
16	003.006.104	FARINHA DE MANDIOCA	KG	200	9,99	1.998,00
17	003.006.007	FARINHA DE TRIGO 1KG	UN	200	5,99	1.198,00
18	003.006.133	FEIJAO TIPO 1 PCT 1KG	UN	200	8,99	1.798,00
19	003.006.155	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GR	UN	30	3,99	119,70
20	008.015.182	GALÃO DE ÁGUA 20 LITROS	UN	800	14,99	11.992,00
21	003.006.044	IOGURTE BANDEJA C/6 UIND	KG	50	5,99	299,50
22	003.004.014	LARANJA	KG	50	3,25	162,50
23	003.001.007	LEITE CONDENSADO CX DE 395 G	UN	50	5,99	299,50
24	003.006.157	LEITE INTEGRAL 1 LT	LT	200	6,99	1.398,00
25	003.004.015	MAÇÃ	KG	50	9,99	499,50

26	003.001.009	MACARRAO PCT DE 500 GRAMAS	PACT	100	4,99	499,00
27	003.006.009	MARGARINA 1 KG	UN	200	19,99	3.998,00
28	003.004.010	MELANCIA	KG	100	3,75	375,00
29	003.006.189	MELAO - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME.	KG	50	7,99	399,50
30	003.006.010	MILHARINA 500GR	UN	100	2,99	299,00
31	003.006.053	MILHO DE CANJICA PCT 500 G	UN	100	5,99	599,00
32	003.006.067	MILHO DE PIPOCA 500G	UN	100	4,99	499,00
33	003.006.139	OLEO DE SOJA	UN	50	13,99	699,50
34	003.004.004	PERA	KG	50	16,99	849,50
35	003.006.008	POLVILHO DOCE 1KG	PACT	150	5,99	898,50
36	003.003.004	PRESUNTO	KG	100	28,90	2.890,00
37	003.006.013	QUEIJO MUSSARELA	KG	100	46,00	4.600,00
38	003.006.063	SAL	KG	24	2,00	48,00
39	003.004.006	UVA	KG	50	19,99	999,50
		Total do Proponente				123.176,70

Ficando negociado o valor total de R$ 123.176,70 (Cento e vinte e três mil, cento e setenta e seis reais e setenta centavos).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2022.

Ficha: **57**

Unidade: **020301** GABINETE DA SECRETARIA DE ADM. PLANEJAMENTO

Funcional: **04.122.0002.2009.0000** "Manutenção e Encargos das Atividades da Sec. de Administração e Departamentos"

Catec. Econ.: **3.3.90.30.07** GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Entregar os serviçosapós a solicitação através da NPC – Nota de Pedido de Compra, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas nesta Ata.

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 11/2022, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, **poderá contratar** concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas, após protocolado em até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.2. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.3. Se recusar a entregar, no prazo estabelecido, os produtos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

13.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima, será formalizado pelo Gestor Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

13.4.1. Por razão de interesse público; ou

13.4.2. A pedido do fornecedor.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.13. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. **Na aplicação das sanções será observado o que preceitua os artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021.**

14.4 Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 11/2022 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17 – USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Federal nº 7.892/2013, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

17.2. As Contratações por órgãos ou entidades "caronas" **não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, cabendo ao fornecedor adjudicatário da Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

17.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013, art. 22, § 4º, **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 18 de Maio de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME

CNPJ: 03.266.383/0001-32

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022

AVISO DE RESULTADO

Processo Administrativo nº 068/2022

Pregão Presencial Nº 022/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação com modalidade Pregão Presencial nº 022/2022 realizada dia 02 de maio de 2022 às 08:00 horas (horário local) que teve reabertura no dia 12 de maio de 2022, onde reuniram-se o Sr. Pregoeiro e a Equipe de apoio, nomeados pela portaria 010/2022, tendo como Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de aplicação e remoção de película de proteção solar insulfilme, para atender as demandas das secretarias municipais de Brasnorte - MT. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Quantidade de itens: 4 (quatro). Teve como vencedor as empresas: JAYNE NAYANE GUALBERTO DE SOUZA 04738875175 arrematou o item 2 com valor total final de R$ 64.260,00 (sessenta e quatro mil e duzentos e sessenta reais), e D P DA SILVA GRAFICA LTDA arrematou os itens 1, 3 e 4 com valor total final de R$ 45.482,50 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Brasnorte - MT, 18 de maio de 2022.

Adjudico a presente licitação, David Eduardo Caeron Magrini, pregoeiro.

Homologo a presente licitação, Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito.

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022

AVISO DE RESULTADO

Pregão Eletrônico Nº 005/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação com modalidade Pregão Eletrônico Nº 005/2022 realizada em 05 de maio de 2022 às 15:00 horas (horário de Brasília), onde reuniram-se o Sr. Pregoeiro e a Equipe de apoio, nomeados pela portaria 010/2022, tendo como objeto "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de material cirúrgico para atender as necessidades do hospital municipal e unidades básicas de saúde do município de Brasnorte-MT, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital." Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Quantidade de itens: 63 (sessenta e três). Teve como vencedoras as empresas **MAXLAB PRODUTOS PARADIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 04.724.729/0001-61**, arrematou os itens **1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 -11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 -18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 24 - 25 -26 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 -34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 -42 - 43 - 44 - 48 - 49 - 50 - 51 -52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 59 -63** com valor total final de **R$ R$17.063,54** (dezessete mil, e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), e **E DA PASCOA ASSIS**, inscrita no **CNPJ: 21.573.367/0001-74**, arrematou os itens **23 - 41 - 45 - 46 - 47 - 58 - 61 -62** com valor total final de **R$ R$9. 173,52** (nove mil, cento e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos). Os itens **27** e **60** foram declarados Fracassados.

Brasnorte/MT, 18 de maio de 2022.

Adjudico a presente licitação, David Eduardo Caeron Magrini, pregoeiro.

Homologo a presente licitação, Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 351 DE 17 DE MAIO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 17.786, de 17 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o servidor **ADILSON AIRES ROCCA**, para responder pelo cargo em Comissão de **Gerência de Compras** da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, em substituição ao servidor **MARCOS LEIZ DE OLIVEIRA NERY** que se encontra de gozo de férias a partir de 16 de maio de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de maio de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

CLAÚDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 284 DE 17 DE MAIO DE 2022.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 16.953 de 10 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora**MARINETE HURTADO DIONISIO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação 90 (noventa) dias de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2011/2016, no período de 16 de maio de 2022 a 15 de agosto de 2022.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **revogando-se as disposições em contrário.**

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de maio de 2022.

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 283 DE 16 DE MAIO DE 2022.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 8.598, de 10 de março de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras ora indicadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato Administrativo.

Titular: Camila Rangel Ortiz

Suplente: Jeisy Anne Christie Paizano Neves

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
057/ 2022	G. V. DE ABREU SILVA EIRELI	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em EQUIPAMENTO DE CLIMATIZAÇÃO (ar -condicionado de janela e Split) e APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO, com fornecimento de peças quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.	13/05/ 2022	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Assistência Social e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de maio de 2022.

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal de Assistência

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 371/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ROSIANE DE SILVA LEITE PRIMO,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Passos, S/N, Bairro Rodeio, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2332707-3 SEJUSP-MT e CPF Nº 045.256.731-92, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ROSIANE DE SILVA LEITE PRIMO,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, atendendo os alunos com necessidades educacionais especiais no turma do Pré I, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser alterada a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.450,80 (Mil Quatrocentos e Cinquenta e oitenta centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria

06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 15 de março de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 129/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ALICE CRISTIANE DELUQUE DE SOUZA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Coqueiros. N°174, Bairro Santa Cruz Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG Nº 1991250-1 SSP-MT e CPF Nº 046.666.331-54, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **ALICE CRISTIANE DELUQUE DE SOUZA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** a contratação justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **28 de Abril de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.450,80 (Um mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar

recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 28 de Abril de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ NOME:_____

RG Nº:_____ RG Nº:_____

CPF Nº:_____ CPF Nº:_____

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2022

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Licitação através de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE INFORMÁTICA, visando atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 35/2022

EMPRESA: SCORPION INFORMATICA EIRELLI – CNPJ: 04.567.265/0001-27

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
067	**ROTULADOR ELETRONICO** – LARGURA DAS FITAS SUPORTADAS: 9MM, 12MMCORTADOR: MANUAL FAMÍLIA DA FITA: PORTÁTIL (M)NÚMERO DE FONTES (LETRAS): 1ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AAA VISOR LCD: SIM. GARANTIA DE 12 MESES	UN	02	BROTHER	R$244,37	R$488,74
VALOR TOTAL: R$488,74 (QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAISE SETENTA E QUATRO CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 36-2022

EASY TECH INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA ME CNPJ: 05.462.543/0001-44

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
03	**BATERIAPORTATILNÃO RECARREGAVEL** – CR 2032, 3 V, PADRAO	UM	500	MAXPRINT	R$1,48	R$740,00
49	**MULTIMETRO** – DIGITAL COM ALICATE AMPERIMETRO TENSAO DC 1000V, TENSAO AC 750V, CORRENTE AC 1000ª, RESISTENCIA 200KOHM TESTE DE CONTÍNUIDADE DISPLAY LCD 3” DIGITOS (1999) DISPLAY COM ILUMINACAO TAMANHO MAXIMO DOCONDUTOR 42MM ACOMPANHA ESTOJO, BATERIA E PONTAS DE PROVA LEC 1010 CATEGORIA II. GARANTIA DE 12 MESES	UM	05	VINIK	R$154,20	R$771,00
56	**ALCOOL ISOPROPILICO** – ISOPROPANOL, COM GRAU DE PUREZA 70% E 99,8%, DENSIDADE20/20°C:0,785 – 0,787, ACIDEZ COMO ACIDO ACETICO, %M/M0, MAXIMO:0,002, FAIXA DE DESTILACAO A 760 MMHG, (°C): 81,5 83,0, AGUA, (%M/M), MAXIMO:0,10, DENSIDADE DO LIQUIDO 20/20°C: 0,7837, DENSIDADE DO VAPOR (AR = 1): 2,1, PRESSAO DE VAPOR: 4,444KPA (20°C), SOLUBILIDADE EM AGUA: COMPLETA, LIMITE DE EXPLOSIVIDADE O AR INFERIOR 2% / SUPERIOR 12% (V/V), FRASCO COM BICO APLICADOR, MINIMO DE 110ML.	UN	70	IMPLASTEC	R$6,32	R$442,40
VALOR TOTAL: R$1.953,40 (HUM MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E QUARENTA CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 37-2022

ELETROQUIP COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA CNPJ:05.854.663/0001-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
39	**CABO DE ALIMENTACAO ELETRICA** – CABO DE FORCA PARA MICROCOMPUTADOR, TIPO: 2P + T. PADRÃO PC /MONITOR. MEDINDO 3.0M COMPRIMENTO	UN	472	ENGETECH	R$15,85	R$7.481,20
66	**CABO DE ALIMENTACAO ELETRICA** – CABO DE FORCA PARA MICROCOMPUTADOR, TIPO: 2P + T. PADRÃO PC/MONITOR. MEDINDO 1.2M COMPRIMENTO	UN	218	ENGETECH	R$10,00	R$2.180,00
VALOR TOTAL: R$9.661,20 (NOVE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38-2022

VIGUI’ST INFORMATICA LTDA CNPJ:06.032.137/0001-04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
17	**BATERIA PARA NO-BREAK** – PARA NOBREAK 12 VOLTS (V) E 7 (A) ESPECIFICACOES MINIMAS: CONECTOR TERMINAL FASTON F187 COM POSICAO D; RESISTENTE A ELEVADAS TAXAS DE DESCARGA; OPERA EM LARGA FAIXA DE TEMPERATURA; OPERAR EM VARIAS POSICOES; TIPO DE TERMINAL: FASTON F187; POSICAO DOS TERMINAIS: D; TENSAO DA BATERIA: 12 V; CAPACIDADE NOMINAL: 7 AH; RESISTENCIA INTERNA: 24 MO (PLENA CARGA A 25°C); CORRENTE DE CURTO CIRCUITO: 130.0 A; CORRENTE MAXIMA DE DESCARGA (A/5S): 65.0 A; DIMENSOES: 6,5 / 15,1 / 10 CM (PROF / LARG / ALT) CAPACIDADE: 20 HORAS – 0,35 A – 10,5 V: 7.0 AH;	UN	150	MULTILASER POWERTEK	R$89,70	R$13.455,00

	10 HORAS – 0,64 A – 10,5 V: 6.4 AH; 5 HORAS – 1,20 A – 10,5 V: 6.0 AH; 1 HORA – 4,20 A – 9,6 V: 4.2 AH; AUTO-DESCARGA 25°C: CAPACIDADE RESIDUAL ISSO 3 MESES: 91 %; CAPACIDADE RESIDUAL ISSO 6 MESES: 82 %; CAPACIDADE RESIDUAL ISSO 12 MESES: 64 % CARGA DE TENSAO CONSTANTE 25°C: CORRENTE INICIAL (CICLICO): 1,75 A; TENSAO (CICLICO): 14,1 A 14,4 V; TENSAO (FLUTUACAO): 13,5 A 13,8 V. GARANTIA DE 12 MESES.					
VALOR TOTAL: R$13.455,00 (TREZA MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 39-2022

PREVENTIVA INFORMATICA COMERCIAL LTDA CNPJ:07.688.388/0001-04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
34	**TECLADO COM FIO USB PARA MICROCOMPUTADOR** – DESENHO ERGONOMICO, PADRAO ABNT 2, COM TODOS CARACTERES DA LINGUA PORTUGUESA, COM FILEIRAS DE IDENTIFICACAO DAS TECLAS COM SERIGRAFIA A QUENTE, EM BAIXO OU ALTO RELEVO, COM 107 TECLAS, CONFORME O FABRICANTE A GARANTIA DEVE SER DE 1 ANOS.	UN	804	BRIGHT	R$26,91	R$21.635,64
35	**TECLADO COM FIO USB PARA MICROCOMPUTADOR – DESENHO ERGONOMICO, PADRAO ABNT 2, COM TODOS CARACTERES DA LINGUA PORTUGUESA, COM FILEIRAS DE IDENTIFICACAO DAS TECLAS COM SERIGRAFIA A QUENTE, EM BAIXO OU ALTO RELEVO, COM 107 TECLAS, CONFORME O -FABRICANTE A GARANTIA DEVE SER DE 1 ANOS. COMPATIBILIDADE: WINDOWS 2000/XP/VISTA/7/8 E 10 - COMPATÍVEL COM IB PC - PADRÃO ABNT2 (PT-BR), COM TECLA Ç. GARANTIA DE 12 MESES**	UN	312	MYMAX	R$29,95	R$9.344,40
VALOR TOTAL: R$30.980,04 (TRINTA MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS E QUATRO CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 40-2022

ONLY STYLE COMERCIAL DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA CNPJ: 07.835.442/0001-05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
29	**MEMORIA RAM** – MODULO DE MEMORIA TIPO I, DDR3L, 1600 MHZ, CAPACIDADE: 8GB, PARA COMPUTADOR COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.GARANTIA DE 12 MESES	UM	60	OXYBR	R$218,00	R$13.080,00
VALOR TOTAL: R$13.080,00 (TREZE MIL E OITENTA REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41-2022

M. ALCIONE DOS SANTOS GONÇALVES CNPJ: 10.934.762/0001-19

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
22	**CABO VGA DE 1,35 MTS** ESPECIFICAÇÕES:- COMPRIMENTO: 1.5 METROS- ESTE CABO É UTILIZADO PARA TRANSMITIR IMAGENS DE EQUIPAMENTOS COM SAÍDA 15 PINOS (HDB15 OU VGA) PARA MONITORES OU TELEVISORES COM ENTRADA DE 15 PINOS (HDB15 OU VGA). - CABOS COM ESTA CONEXÃO SÃO UTILIZADOS PARA TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM DE UM EQUIPAMENTO PARA UM MONITOR EM SINAL ANALÓGICO (QUALIDADE EM BAIXA RESOLUÇÃO). - ESTE CABO É UTILIZADO APENAS PARA TRANSMISSÃO DE IMAGEM. - O SOM NÃO É TRANSMITIDO COM ELE. GARANTIA DE 12 MESES	UN	280	STORM	R$10,00	R$2.800,00
24	**ADAPTADOR DE CONECTOR VGA PARA HDMI** – DO TIPO CONVERSOR DE “VGA-M” PARA “HDMI-FC/ AUDIO” (VGA X HDMI), CARACTERISTICAS: VGA-MACHO X HDMI-FEMEA + CABO AUDIO P2 + CABO CARREGADOR USB.GARANTIA DE 12 MESES	UN	276	EXBOM	R$42,00	R$11.592,00
37	**PLACA DE REDE LOCAL** – PADRAO ETHERNET PCI EXPRESS X1, 10/100/1000 (INTELBRAS, DLINK, TPLINK). GARANTIA DE 12 MESES	UN	40	MYMAX	R$42,00	R$1.680,00
40	**ALICATE – TIPO ALICATE COM CATRACA PARA CRIMPAR CONECTOR** MODULAR PLUG RJ45(8X8) CAT.5, CAT.5 E CAT.6 BLINDADO, RJ11 + RJ12(6X2 / 6X4 / 6X6), CABOS: CAT5,5E,6, APTO PARA CONECTORES: RJ 11, RJ 12, RJ 45, CONSTRUIDO EM METAL COM CABOS DE BORRACHA, MODELO AMP USO PROFISSIONAL HT-2810-R. CORTA E DECAPA O CABO LAN. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UN	10	NAZDA	R$60,00	R$600,00
47	**TESTADOR DE CABO DE REDE** – TIPO: **KIT LOCALIZADOR DE CABO:** RASTREAMENTO DE FIO TELEFÔNICO E CABO LAN - - IDENTIFICA FIOS EM SISTEMAS ELÉTRICOS VERIFICA CONDIÇÃO DE CABO LAN - TESTE DE CONTINUIDADE - SONDA DE TENSÃO DC - FLASH LED - DESIGN ERGONÔMICO E PRÁTICO - FERRAMENTA CONFIÁVEL E ECONÔMICA - FÁCIL UTILIZAÇÃO - SELEÇÃO DE AJUSTE DE VELOCIDADE, FUNÇÃO TESTE DE VELOCIDADE - TESTE RÁPIDO E FUNÇÃO DE MUDANÇA DE ÁUDIO - ACOMPANHA FONE DE OUVIDO PARA SER USADO EM AMBIENTES COM MUITO BARULHO - MAIOR PROTEÇÃO DE TESTE EM CABOS DESENCAPADOS – RJ45 / RJ11. GARANTIA DE 12 MESES	UN	05	EXBOM	R$170,00	R$850,00
52	**CABO – CABO HDMI** (HIGH DEFINITION MULTIMEDIA INTERFACE) 2.0 4K ULTRA HD, TIPO HDMI MACHO X MACHO, PARA TRANSMISSAO DE DADOS DE VIDEO DIGITAL E AUDIO DIGITAL MULTI-CANAL DE ALTA DEFINIÇÃO 2 METROS	UN	351	PIX	R$13,00	R$4.563,00
78	**MINI CONVERSOR HD VÍDEO HDMI X VGA HDMI2VGA HDMI PARA VGA** CONECTOR DE ENTRADA: HDMI CONECTOR DE SAÍDA: VGA QUANTIDADE DE CONECTORES DE ENTRADA: 1QUANTIDADE DE CONECTORES DE SAÍDA: 1 RESOLUÇÃO MÁXIMA SUPORTADA: HD. GARANTIA DE 12 MESES	UN	184	LEHMOX	R$28,00	R$5.152,00
VALOR TOTAL: R$27.237,00 (VINTE E SETE MIL DUZENTOS E TRINTA E SETE REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 42-2022

COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI CNPJ: 10.942.831/0001-36

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
10	**ESTILETE** – USO PROFISSIONAL, CORPO EM PLASTICO ABS COM GUIA DE ACO INOX, LÂMINA PARA CORTE LARGA 18MM, COM TRAVA DA LÂMINA E DISPOSITIVO PARA SUBSTITUIR AS LÂMINAS COM SEGURANCA.	UN	20	TRAMONTINA	R$16,19	R$323,80
VALOR TOTAL: R$323,80 (TREZENTOS E VINTE E TRES REAIS E OITENTA CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 43-2022

LICITAMIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 13.201.732/0001-91

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	**FITAADESIVA –** EM SILICONE VHB, DUPLA FACE, MEDINDO12,00MMX20,00MM	UM	150	ADEREMAX	R$25,80	R$3.870,00
08	**CONVERSOR –** CONVERSOR **DE MIDIA DE FIBRA OPTICA** MONOMODO, ALCANCE DE 20 KM PARA O MODO SINGLE-FIBRA, PAR A/B, COM FONTE. CONVERTER SINAL ÓPTICO-ELETRICO (ETHERNET) ENTRE 10/100/1000 MB UTP (UNSHIELDED TWISTED PAIRED) INTERFACE (TX) E 1000 MB FIBRA OPTICA FX, ATRAVES DEUM CONECTOR DE FIBRA OPTICA SIMPLES (UM PARA TRANSMISSÃO-TX E OUTRO PARA RECEPÇÃO-RX) E UM CONECTOR RJ-45 COMPATIVEL COM IEEE802 3U 100BASE-TX E IEEE802 3U 100BASE-FX, AUTO MDI/MDIX, MULTIPLEXAÇAO WDM, CONECTOR SC FEMEAPARA FIBRAS MONOMODO, PORTA RJ45 COM DETECÇAO AUTOMATICA DE VELOCIDADE, 6 DISPLAY LED PARA PWR / FDX/COL /FX(LINK/ACT) / TX(LINK/ACT) / FX1000 /TX1000.GARANTIA DE 12 MESES.	UN	35	HO LINK	R$205,00	R$7.175,00
46	**SUPORTE TELA COM REGULAGEM DE ALTURA** - PÉS DESMONTÁVEIS - ACABAMENTO BLACK PIANO - FORMATO: QUADRADO PARA MONITOR COM - POSSUI 4 NÍVEIS DE AJUSTE - ALTAMENTE RESISTENTE, SUPORTA MAIS DE 40KG. - MELHOR POSTURA E MENOS LESÕES CORPORAIS. - IDEAL PARA QUALQUER TIPO DE MONITOR: LCD OU CONVENCIONAL. - AJUSTE DE ALTURA: GARANTIA DE 12 MESES	UN	771	MULTILASER	R$72,97	R$56.259,87
53	**LIMPA CONTATO** – LIMPEZA DE CONTATOS ELETRO-ELETRONICOS PLACAS E COMPONENTES, TUBO SPRAY COM CANUDO EXTENSOR, CONTENDO 250ML	UN	200	MUNDIAL PRIME	R$12,22	R$2.444,00
55	**PECAS DE REPOSICAO PARA FONTE DE ALIMENTACAO**FUSIVEL VIDROPARA NOBREAK 5X20MM 10 AMPERES 250V	UN	200	GREEN	R$0,67	R$134,00
61	FONTE PARA THIN CLIENT 19V 3,42 A (Dell/HP/Wise) GARANTIA DE 12 MESES	UN	20	FSSMART 5V 3A	R$125,00	R$2.500,00
62	**FONTE PARATHIN CLIENT 5V 3 A (Multi User)** GARANTIA DE 12 MESES	UN	20	FSSMART 5V 3A	R$153,00	R$3.060,00
63	**FONTE PARA THIN CLIENT 12V 3 A (Supera)** GARANTIA DE 12 MESES	UN	20	FSSMART 12V 3A	R$132,00	R$2.640,00
72	**COOLER UNIVERSAL** DESENVOLVIDO COM UM DISSIPADOR DE CALOR RADIAL COM MAIOR EFICIÊNCIA E AINDA COM FÁCIL INSTALAÇÃO COM PINOS DE PRESSÃO, O COOLER TEM A SOLUÇÃO TÉRMICA CERTA PARA INTEL LGA775, LGA1155 E LGA115X. CARACTERÍSTICAS COOLER PARA INTEL UNIVERSAL. GARANTIA DE 12 MESES	UN	50	DEEPCOOL	R$45,97	R$2.298,50
79	**ROTEADOR DUAL BAND, 6X ANTENAS** FIXAS – WI-FI 6, GIGABIT, 2.4/5Ghz USB 3.0, ONE MESH PADRÃO PLACA DE CONEXÃO SEM FIO 802,11N 802.11ax, 802.11b, 802.11ª, 802.11ac ANTENA 04 PORTA DE REDE 10/100/1000mbps E 01 WAN PORT 10/100/1000. GIGABIT WIFI PARA 8K STREAMING – 5400 MBPS WIFI PARA NAVEGAÇÃO. **GARANTIA DE 12 MESES**	UN	40	TP LINK	R$921,03	R$36.841,20
82	**ESTANHO EM FIO TUBINHO -** PARA SOLDA DE NO MÍNIMO 1MM DE COM QUANTIDADE MÍNIMA DE 25G	UN	15	ENERBAS	R$21,97	R$329,55
83	**ALICATE INSERÇÃO -** PUNCH DOWN IMPACTO RJ45	UN	10	KOKAY	R$33,97	R$339,70
97	**SUPORTE AJUSTAVEL PARA GABINETE CPU –** ELABORADO EM PLASTICO POLIPROPILENO PINTURA EM PVC PRETO, COM TRATAMENTOANTI-CORROSIVO, COM SUPORTE DE APOIO PARA CPU COM 04 RODIZIOS AJUSTAVEL, FORRADO EM BORRACHA. GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	330	MASTICMOL	R$44,97	R$14.840,10
103	**MICROFONE PROFISSIONAL** CONDENSADOROMNIDIRECIONAL COM RAIO DE ALCANCE DE NO MINIMO 2 METROS, INTERFACE E ALIMENTAÇÃO VIA USB 2.0, COMPRIMENTO DO CABO USB DE NOMINIMO 1.8 METROS COMPATIBILIDADE PLUG AND PLAY COM OS SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS 7/8/10 ESENSIBILIDADE DE CAPTAÇÃO DE AUDIO,MECANISMO DE BLOQUEIO DE RUIDOS E ELIMINIAÇÃO DE ECO, GARANTIA MINIMA 12MESES	UN	03	SKP POD-CAST400U	R$524,97	R$1.574,91
106	**TELA DE PROJEÇÃO RETRATIL** – 120 POLEGADAS, FORMATO DE PROJEÇÃO 16:9 MEDIDA DE AREA DE PROJEÇÃO: 180(C) X 180 (A) CM OU SUPERIOR. GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	03	SUMAY	R$620,00	R$1.860,00
VALOR TOTAL: R$136.166,83 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL CENTO E SESSENTA E SEIS REAIS E OITENTA E TRES CENTAVOS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 44-2022

J.G.L ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA CNPJ: 14.661.578/0001-01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
89	**FONE DE OUVIDO - HEADPHONE**, COM HASTE DOBRAVEL, COMPOSTO POR MICROFONE UNIDIRECIONAL EMBUTIDOCOM MOVIMENTACAO EM ATE 180 GRAUS, COM CANCELAMENTO DE RUIDO, CONTROLE DE VOLUME NO FIO SAIDA/PLUG USB 2.0, ACOLCHOADO EM COURO SINTETICO OU SIMILAR **GARANTIA DE 12 MESES**	UN	210	3ATECH	R$95,00	R$19.950,00
96	**PROJETOR – LCD 1920X1080** P FHD OU SUPERIOR, COM BRILHO DE 3500 LUMENS OUSUPERIOR E FORMATO: 16:9(110''). GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	06	BYINTEK	R$1.900,00	R$11.400,00
VALOR TOTAL: R$31.350,00 (TRINTA E HUM MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 45-2022

QUALITY ATACADO EIRELLI CNPJ: 14.661.578/0001-01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	**CAIXA DE PONTO DE REDE** – TIPO EXTERNA, CONECTORES FEMEA RJ45 CAT6.GARANTIA DE 12 MESES	UN	782	MILTITOC	R$21,97	R$17.180,54
25	**DOCK STATION** – DOCK STATION 3 HD SATA E IDE 3,5 E 2,5 USB – SUPORTA SATA I / II (1.5G / 3.0G) – SUPORTA SATA 2.5' E 3.5' SATA E IDE; DISCOS RIGIDOS SEM QUAISQUER ADAPTADORES; SUPORTA USB 2.0 -VELOCIDADE (480MBPS) E VELOCIDADE MINIMA DE OPERACAO (12MBPS); SUPORTA UM BOTAO DE COPIA DE DISCO (FUNCAO DE CLONE); INTERFACE DE SAIDA: USB2.0 OTC CLONE OFF-LINE 2-3 PORTA SATA; HDD 2 PORTA USB2.0; HUB SLOTS LEITOR DE CARTAO HDD COMPATIVEL: ALL 2.5 ´OU 3.5´ ´SATA HDD POTENCIA DE ENTRADA: 100-240V 50 / 60HZ PARA COLOCAR: 12V.GARANTIA DE 12 MESES	UN	04	DOCK	R$178,05	R$712,20
51	**CABO – CABO HDMI** (HIGH DEFINITION MULTIMEDIA INTERFACE) 2.0 4K ULTRA HD, TIPO HDMI MACHO X MACHO, PARA TRANSMISSAO DE DADOS DE VIDEO DIGITAL E AUDIO DIGITAL MULTI-CANAL DE ALTA DEFINIÇÃO 10 METROS. GARANTIA DE 12 MESES	UN	143	QUALITY	R$50,04	R$7.155,72
75	**CONECTOR FÊMEA CAT.6** ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA ANSI/TIA-568-C.2 ISO/IEC 11801EN 50173-1IEC 60603-7FCC PARTE 68 NBR 14565	UN	450	LINK +	R$11,40	R$5.130,00
91	**APRESENTADOR SEM FIO** - INTERFACE DO HARDWARE USB 2.0, PADRÃO DE CONEXÃO SEM FIO DE FREQUÊNCIA DE RÁDIO DE 2.4 GHZ	UN	15	PRESENTER	R$50,00	R$750,00
98	**CAPA PROTETORA –** PARA NOTEBOOK EMPOLIURETANO 15.6 GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	108	CASE	R$36,97	R$3.992,76
VALOR TOTAL: R$34.921,22 (TRINTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 46-2022

CINECON DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 18.199.200/0001-80

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
30	**MEMORIARAM**– MODULO DE MEMORIA TIPO III, DDR4, 2133 MHZ, CAPACIDADE 8GB, PARA COMPUTADOR COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES. GARANTIA DE 12 MESES	UN	50	MC-GHT	R$190,00	R$9.500,00
31	**MEMORIA RAM –** PARA NOTEBOOK CAPACIDADE 8 GB, PINO TIPO DDR3 GARANTIA DE 6 MESES E COM NO MINIMO 1600 MHZ. GARANTIA DE 12 MESES	UN	30	MC-GHT	R$159,80	R$4.794,00
32	**MEMORIA RAM –** PARA NOTEBOOK CAPACIDADE 8 GB, PINO TIPO DDR4 GARANTIA DE 6 MESES E COM NO MINIMO 2133 MHZ. GARANTIA DE 12 MESES	UN	40	MC-GHT	R$194,50	R$7.780,00
VALOR TOTAL: R$22.074,00 (VINTE E DOIS MIL SETENTA E QUATRO REAIS))						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 47-2022

ILMA CHAVES PEREIRA 74191209604 - CNPJ: 19.026.964/0001-37

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	**WEBCAM** – RESOLUCAO FULL HD 1080P; PLUG AND PLAY; MICROFONE INCORPORADO; RESOLUCAO DE NO MINIMO 5 MEGAPIXEIS COM INTERFACE USB.GARANTIA 12 MESES	UN	164	WC	R$51,08	R$8.377,12
VALOR TOTAL: R$8.377,12 (OITO MIL TREZENTOS E SETENTE E SETE REAIS E DOZE CENTAVOS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 48-2022

DKSA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 28.360.435/0001-66

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
101	**TELA DE PROJEÇÃO** – RETRATIL ALTURAVARIAVEL FUNDO COM NAPA PRETA E SUPERFICIE DE PROJEÇÃO BRANCA E FORNECIDA COM TRIPE EM AÇO TELAMEDINDO (1,80X2,40) M GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	04	NARDELLI	R$1.190,00	R$4.760,00
VALOR TOTAL: R$4.760,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 49-2022

IVANETE APARECIDA MIRANDA - CNPJ: 31.722.206/0001-59

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
50	**FILTRO DE LINHA** COM MINIMO 8 TOMADAS PADRAO FEMEA; CHAVE LIGA/DESLIGA COM GRAVACAO 0 E 1 E LED INDICATIVA DE LIGADO/DESLIGADO; PORTA FUSIVEL COM UNIDADE RESERVA; CABO DE ALIMENTACAO 1,5 METROS DE COMPRIMENTO COM PLUGUE PADRAO; FILTRO CONTRA INTERFERENCIA EMI/RFI; VARISTOR DE OXIDO METALICO; BIVOLT (110 A 220). GARANTIA DE 12 MESES	UN	784	LUMIVALLY	R$40,89	R$32.057,76
VALOR TOTAL: R$32.057,76 (TRINTA E DOIS MIL CINQUENTA E SETE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50-2022

EGC COMERCIO E ATACADISTA DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS EIRELLI - CNPJ: 31.768.037/0001-98

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**SWITCH** GIGABIT GERENCIÁVEL L2 COM 48 PORTAS 10/100/1000, PPOE + 4 SLOTS SFP PARA REDE LOCAL, CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO DE 104Gbps. GARANTIA 12 MESES	UN	28	TP-LINK TL	R$5.902,16	R$165.260,48
02	**SWITCH** GIGABIT GERENCIÁVEL L2 COM 24 PORTAS 10/100/1000, PPOE + 4 SLOTS SFP PARA REDE LOCAL, CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO DE 56Gbps. GARANTIA 12 MESES	UN		TENDA	R$2.562,81	20.502,48
VALOR TOTAL: R$185.762,96 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 51-2022

B. TEC COMERCIO ELETRONICO LTDA- CNPJ: 32.368.800/0001-56

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44	**PEN DRIVE** – 8GB, MINIMO VELOCIDADE 10MB/SEG. LEITURA E 5MB/SEG GRAVACAO. PLUG AND PLAY, USB 3.0, CONECTOR ISSO RETRATIL. GARANTIA DE 12 MESES	UN	409	MULTILASER	R$17,99	R$7.357,91
VALOR TOTAL: R$7.357,91 (SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 52-2022

VIZZEN COMERCIO E SERVIÇO EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA- CNPJ: 32.986.160/0001-48

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
28	**NOBREAK 800 VA – BIVOLT** O NOBREAK 800 VA TEM QUE POSSUI 06 TOMADAS, RUÍDO DA REDE ELÉTRICA, SOBRETENSÃO DE REDE ELÉTRICA, SUBTENSÃO DE REDE ELÉTRICA, SURTOS DE TENSÃO NA REDE E CORREÇÃO DE VARIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA POR DEGRAU. PARA MAIOR QUALIDADE E VIDA ÚTIL DA BATERIA, O NOBREAK TEM QUE OFERECE O AUTODIAGNÓSTICO DE BATERIA QUE INFORMA O MOMENTO IDEAL PARA A TROCA DA BATERIA QUE EVITA SURPRESAS NO MOMENTO QUE MAIS PRECISAR DO NOBREAK. **GARANTIA DE 12 MESES**	UM	513	VLP	R$480,00	R$246.240,00
VALOR TOTAL: R$246.240,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 53-2022

I.R COMERCIO E MATERIAIS ELETRONICOS EIRELI – CNPJ: 33.149.502/0001-38

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42	**FITA ISOLANTE** – DE PLASTICO, MEDINDO 20 M	UNID	60	ADELBRAS	7,16	429,60
59	**PATCH CORD** – CONEXAO DE MICROCOMPUTADOR A REDE DE 1,5MT, CABO UTP/CAT 6/568-A COM CONECTORES RJ-45 MACHO COR VERMELHA. GARANTIA DE 12 MESES	UNID	300	SECCON	8,87	2.661,00
70	**PATCH PANEL 48 PORTAS CAT-6** C/ GUIA TRASEIRO CARACTERÍSTICAS POSSUI DENTIFICAÇÃO COM NUMERO DAPOSIÇÃO NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA.PERMITE O USO DE FERRAMENTA PUNCH-DOWN NA CONEXÃO DOS CONDUTORES NAS TERMINAÇÕES 110 IDC TRASEIRAS. PRODUTO QUE ATENDE POLÍTICAS DE RESPEITO AO MEIO AMBIENTE. ESPECIFICAÇÕES MATERIAL: FORNECIDO EM AÇO COM PINTURA EPÓXI, RESISTENTE A CORROSÃO E RISCOS.CATEGORIA: CAT6 POSIÇÕES: 48 POSIÇÕES LARGURA: 19 POLEGADAS, CONFORME REQUISITOS DA NORMA ANSI/TIA/EIA-310D. ALTURA: 1U OU 44,45 MM TERMINAIS: CONEXÃO EM BRONZE FOSFOROSO ESTANHADO, PADRÃO 110 IDC, PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG.CONTEÚDO: PATCH PANEL 48 PORTAS, KIT PORCA GAIOLA, ABRAÇADEIRAS DE PLÁSTICO. GARANTIA DE 12 MESES	UNID	30	SECCON	342,17	10.265,10
86	**ORGANIZADOR DE CABOS -** CABOS ESPIRAL 1/2 PRETO – COM NO MÍNIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO.	UNID	350	LBRX	14,43	5.050,50
99	**ORGANIZADOR DE CABOS** – EM POLIETILENO, DIAMENTRO: ¾ DE POLEGADAS COR PRETA DE5 METROS	UNID	75	LBRX	26,01	1.950,75
100	**PEN DRIVE – 16GB,** MINIMO VELOCIDADE 10MB/SEG. LEITURA E 5MB/SEG. GRAVAÇÃOPLUG AND PLAY, USB 3.0, CONECTOR ISSO RETRATIL GARANTIA MINIMA 12 MESES	UNID	30	MULTILASER	37,96	1.138,80
VALOR TOTAL: R$ 21.495,75 (VINTE E UM MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 54-2022

FRANCO & OLIVEIRA LTDA – CNPJ: 34.049.507/0001-51

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	**COLA – COLA BASTAO** PARA PISTOLA DE 7mm, PARA PISTOLA HF-042 -40W/60HZ.	UNID	50	KAZ	4,14	207,00
VALOR TOTAL: R$ 207,00 (DUZENTOS E SETE REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 55-2022

INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI – CNPJ: 35.646.099/0001-88

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
65	**DISCO RIGIDO** 6TB 3,5 **NAS PARA STORAGE EX4100 –** DE" SATA MEMÓRIA CACHE: 256 MB ATUAÇÃO - INTERFACE: SATA III (6 GB / S)	UNID	5	SEAGATE ST6000DM003	1.175,25	5.876,25
73	**HD EXTERNO – 6.000GB (6TB) / USB 3.0 –** COMPATIBILIDADE RETROATIVA COM A PORTA USB 2.0, COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO CAPACIDADE 6 TB TECNOLOGIA DE CONEXÃO USB, COMPATIVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 OU SUPERIOR, MAC OS GARANTIA DE 12 MESES	UNID	5	SEAGATE STEL6000100	1.282,82	6.414,10
VALOR TOTAL: R$ 12.290,35 (DOZE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 56-2022

PLENITUDE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI– CNPJ: 36.828.236/0001-49

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
68	**NOBREAK 1500 VA – BIVOLT** O NOBREAK 1500 VA TEM QUE POSSUI 06 TOMADAS, QUEDA DE REDE (BLACKOUT), RUÍDO DA REDE ELETRICA, SOBRETENSÃO DE REDE ELETRICA, SUBTENSÃO DE REDE ELETRICA, SURTOS DE TENSÃO NA REDE E CORREÇÃO DE VARIAÇÃO DA REDE ELETRICA POR DE-GRAU. PARA MAIOR QUALIDADE E VIDA ÚTIL DA BATERIAL, O NOBREAK TEM QUE OFERECE O AUTODIAGNÓSTICO DE BATERIA QUE INFORMA O MOMENTO IDEAL PARA A TROCA DA BATERIA QUE EVITA SURPRESAS NO MOMENTO QUE MAIS PRECISAR DO NOBREAK. GARANTIA DE 12 MESES	UNID	15	RAGTECH NOBREAK NEW EASY WAY 1500VA – COD: 4176	858,00	12. 870,00
90	**COMPUTADOR DE MAO - TIPO TABLET**, PROCESSADOR DE NUCLEO DUPLO OU SUPERIOR, FREQUENCIA MINIMA DE 1.4 GHZ, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO MINIMA DE 64 GB, TELA DE 10 POLEGADAS OU SUPERIOR, TELA RETINA DISPLAY, RESOLUCAO MINIMA DE 2048X1635, CAMERA 5 MEGAPIXELS,NAO REQUER DEFINICAO DE EXPANSAO, BLUETOOTH, WIFI + 4G,SISTEMA OPERACIONAL NAO DEFINIDO, COMPATIBILIDADE UNIVERSAL PARA COLETA DE INFORMACOES, BATERIA COM CAPACIDADE MINIMA DE 4.800 MAH, , APLICATIVOS: NAVEGADOR VISUALIZADOR DE FOTOS, AGENDA DE CONTATOS, EDITOR DE NOTAS, ACOMPANHA: CARREGADOR, CABO USB, FONE DE OUVIDO., GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UNID	30	POSITIVO TAB Q10	1.348,16	40. 444,80
VALOR TOTAL: R$ 53.314,80 (CINQUENTA E TRÊS MIL E TREZENTOS E QUATORZE REAIS E OITENTA CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 57-2022

WS INFORTEC COMERCIO LTDA – CNPJ: 36.924.105/0001-84

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
48	**DISCO RÍGIDO SSD 480 GB 2,5".** É UTIL PARA SALVAR PROGRAMAS E DOCUMENTOS COM A SUA CAPACIDADE DE 480 GB. RESISTENTE AOS CHOQUES FORTES. TAMANHO DE 2.5 ". INTERFACE DE CONEXÃO: SATA III. ADEQUADO PARA PC E NOTEBOOK. GARANTIA DE 12 MESES	UNID	20	SOMNAMBULIST H650 480GB	300,00	6.000,00
VALOR TOTAL: R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 58-2022

VANESCA SILVA BATISTA 06867568513– CNPJ: 37.261.083/0001-82

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	**CONECTORES RJ45** – PARA CONFECCAO DE CABOS, MODELO RJ45, MACHO CAT6	UNID	3000	IMPORT	0,60	1.800,00
VALOR TOTAL: R$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 59-2022

DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA – CNPJ: 40.223.106/0001-79

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	**PAD MOUSE COM APOIO ERGONÔMICO**. GARANTIA 12 MESES.	UNID	1192	DLH MP-ERG-PU(PA00005)	10,05	11.979,60
69	**APOIO ERGONOMICO PARA PÉS** ALTURA: 19.5 CM COMPRIMENTO: 47 CM LARGURA: 41 CM SUPORTA ATÉ 15 KG APOIO ERGONÔMICO PARA OS PÉS EM MDF REGULAGEM DE INCLINAÇÃO ATENDE A NR17 ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO E APOIO EM MDF PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA	UNID	892	DLH AP-RI-MDF(PA00004)	47,95	42.771,40
VALOR TOTAL: R$ 54.751,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 60-2022

OLMI INFORMATICA LTDA CNPJ Nº 00.789.321/0001-17

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
58	**MICROCOMPUTADOR** – DESKTOP, COM PROCESSADOR DE 6 NUCLEO, CACHE 12MB COM FREQUENCIA DE 2.9 GHz, PLACA MAE COMPATÍVEL, PCI EXPRESS DDR5, MEMORIA RAM DE 8.00 GB, HD 1 TERA, FONTE ATX 450 W, GABINETE DE 4 BAIAS, TECLADO/MOUSE E CABO DE FORÇA, WINDOWS 10 PRO 64 BITS COM LICENÇA ORIGINAL PERPETUA. GARANTIA DE 12 MESES.	UN	359	PC BRASIL PCB-103L	R$2. 649,00	R$950. 991,00
VALOR TOTAL: R$ 950. 991,00(NOVECENTOS E CINQUENTA MIL NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 61-2022

LEILA ALVES CORDEIRO LUSA – CNPJ: 44.227.505/0001-69

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	**ADAPTADOR DE CONECTOR HDMI PARA VGA** – TIPO CONVERSOR DE HDMI PARA VGA PORTATIL, ENTRADA HDMI E SAIDA VGA, MAIS SAIDA DE AUDIO STERREO, CIRCUITO ELETRONICO	UNID	275	KNUP KP-AD115	21,44	5. 896,00

	INTERNO RESISTENTE A IMPACTOS.GARANTIA DE 12 MESES.					
36	**MOUSE USB** – DE SENSOR OPTICO COM RESOLUCAO DE PELO MENOS 1500 DPI, DOIS BOTOES ALEM DE MECANISMO PARA ROLAGEM DE DOCUMENTOS, FIO E CONECTOR USB 2.0, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES. UNIDADE	UNID	1155	KNUP KP-V14	18,92	21.852,60
38	**FONTE DE ALIMENTACAO** PARA MICROCOMPUTADOR – FONTE ATX110/220V 24 PINOS, POTENCIA 200W REAL TENSAO COM CABO. GARANTIA DE 12 MESES	UNID	300	KNUP KP517	72,85	21.855,00
77	**FONTE DE ALIMENTACAO** PARA MICROCOMPUTADOR FONTE ATX110/220V 24 PINOS, POTENCIA 650W REAL TENSAO COM CABO. GARANTIA DE 12 MESES	UNID	15	PC YES ELECV2PTO650W	422,99	6.344,85
VALOR TOTAL: R$ 55.948,45 (CINQUENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS);						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 62-2022

REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA– CNPJ: 65.149.197/0002-51

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	**MONITOR DE VIDEO** – LED 23,8" OU SUPERIOR POLEGADAS; 1920 X 1080; DISPLAY PORT E VGA E HDMI, TEMPO DE RESPOSTA 5MS; INTENSIDADE DE COR, BRILHO, CONTRASTE; FONTE DE ALIMENTACAO: INTEGRADA AO MONİTOR AC 100 – 240V, 50 – 60HZ, SELECAO AUTOMATICA; **AJUSTE DE ALTURA E ROTACAO. GARANTIA DE 12 MESES.**	UNID	510	AOC 24P1U	1.390,00	708.900,00
VALOR TOTAL: R$ 708.900,00(SETECENTOS E OITO MIL E NOVECENTOS REAIS);						

Cáceres MT 18 de maio de 2022.

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE CÁCERES – MT

Secretário Municipal de Assuntos Estratégicos

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

CPF nº 035.592.251-75

RG nº 1863567-9

CONTRATADA:

_____

SCORPION INFORMATICA EIRELLI

CNPJ: 04.567.265/0001-27

REPRESENTANTE: MARCIO ROGÉRIO DOMINGUES

RG: 4.513.829-1

CPF: 633.803.079-04

EASY TECH INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 05.462.543/0001-44

REPRESENTANTE: ROBERTO SILVA QUERINO

RG: 3.620481 SSP/DF

CPF: 633.803.079-04

_____

ELETROQUIP COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA

CNPJ:05.854.663/0001-97

REPRESENTANTE: LETICIA CAROLINI LIMÃO

RG: 37.047.758-3

CPF:440.361.268-73

VIGUI'ST INFORMATICA LTDA

CNPJ:06.032.137/0001-04

REPRESENTANTE: MURILO STRAZER

RG: 15.969.583 SSP/SP

CPF:059.399.728-02

PREVENTIVA INFORMATICA COMERCIAL LTDA

CNPJ:07.688.388/0001-04

REPRESENTANTE: CARLOS ANDRADE DE SANTANA

RG: 08.274.829-4

CPF:016.590.947/12

ONLY STYLE COMERCIAL DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.835.442/0001-05

REPRESENTANTE: DJOCARLI JOEL LELLING

CPF:706.011.600-10

M. ALCIONE DOS SANTOS GONÇALVES

CNPJ: 10.934.762/0001-19

REPRESENTANTE: MARIA ALCIONE DOS SANTOS GONÇALVES

CPF: 033.244.963-73

RG: 035.816.142.008-9 SSP/MA

COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI

CNPJ: 10.942.831/0001-36

REPRESENTANTE: EDSON CAMILO

CPF: 039.334.289-12

RG: 3.964.332 SSP-SC

J.G.L ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 14.661.578/0001-01

REPRESENTANTE: RICARDO JUAREZ DE ALMEIDA

CPF: 004.433.699-33

RG: 6.498.319-9

QUALITY ATACADO EIRELLI

CNPJ: 14.661.578/0001-01

REPRESENTANTE: ROGERIO RAMOS ALVES

CPF: 072.641.666-51

CINECON DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 18.199.200/0001-80

REPRESENTANTE: LETICIA ALVES DE ANDREIA

CPF: 075.341.309-48

RG: 10.514.622-1

ILMA CHAVES PEREIRA 74191209604

CNPJ: 19.026.964/0001-37

REPRESENTANTE: ILMA CHAVES PEREIRA

CPF: 741.912.096-04

RG: M-5.018.422 – SSP/MG

DKSA COMERCIAL LTDA

CNPJ: 28.360.435/0001-66

REPRESENTANTE: GERALDO CARDOSO GUITTI

CPF: 795.859.148-91

RG: 7.999.558-5

IVANETE APARECIDA MIRANDA

CNPJ: 31.722.206/0001-59

REPRESENTANTE: IVANETE APARECIDA MIRANDA

CPF: 136.876.718-44

RG: 23.090.303-4

EGC COMERCIO E ATACADISTA

DE

INFORMATICA E ELETROELETRONICOS EIRELLI

CNPJ: 31.768.037/0001-98

REPRESENTANTE: GUSTAVO LUIZ WANDERLEY COSTA

CPF: 030.619.074-59

RG: 5.086.810 SSP/PE

B. TEC COMERCIO ELETRONICO LTDA

CNPJ: 32.368.800/0001-56

REPRESENTANTE: CRISTIAN CLISMAN LIMA DE OLIVEIRA

CPF: 006.097.172-00

RG: 144411-AP

VIZZEN COMERCIO E SERVIÇO

EM

EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 32.986.160/0001-48

REPRESENTANTE: VIVIAN MASSIGNANI MENDES PEZZIN

CPF: 802.059.410-87

RG: 7075474341

I.R COMERCIO E MATERIAIS ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 33.149.502/0001-38

REPRESENTANTE: ROSEMEIRE BICALHO DE LIMA GRAVINO

RG: MG-10.078.568

CPF: 045.160.616-78

FRANCO & OLIVEIRA LTDA

CNPJ: 34.049.507/0001-51

_____

REPRESENTANTE: DANILO SILVA OLIVEIRA

RG: 1228207 SSP/MS

CPF: 343.616.468-21

_____

INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ: 35.646.099/0001-88

_____

REPRESENTANTE: ALVIO SVAIGEN DA SILVA

RG: 5.823.406-0

CPF: 020.684.669-02

PLENITUDE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI

CNPJ: 36.828.236/0001-49

REPRESENTANTE: JAQUELINE GRACIELA HOFFMANN

RG: 19242573, SSP MT,

CPF: 020.733.621-09

WS INFORTEC COMERCIO LTDA

CNPJ: 36.924.105/0001-84

_____

REPRESENTANTE: WALERIA SILVA ARAUJO PINA

CPF: 044.804.105-70

VANESCA SILVA BATISTA 06867568513

CNPJ: 37.261.083/0001-82

_____

REPRESENTANTE: VANESCA SILVA BATISTA

CPF: 068.675.685-13

DARLU INDUSTRIA TÊXTIL LTDA

CNPJ: 40.223.106/0001-79

_____

REPRESENTANTE: LIGIANE PAULA G.I HAIDUKI

CPF: 015.919.100-99

OLMI INFORMATICA LTDA

CNPJ Nº 00.789.321/0001-17

REPRESENTANTE: ANDREY RICARDO IORIS

CPF: 907.910.101-04

RG: 1210787-5 SJ/MT

LEILA ALVES CORDEIRO LUSA ME

CNPJ: 44.227.505/0001-69

REPRESENTANTE: LEILA ALVES CORDEIRO LUSA

CPF: 023.239.261-79

RG: 1921330-1 SSP-MT

REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA

CNPJ: 65.149.197/0002-51

REPRESENTANTE: LEANDRO FIGUEIREDO DE CASTRO

CPF: 013.371.746-10

RG: MG-11.454.362-SSP/MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001 10 DE MAIO DE 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
HELIO DE FREITAS MAFRA	659.186.068-15	9047/00051/2021
ADEVAIR DE OLIVEIRA	037.413.608-48	9047/00158/2021
PAULO PENHA	352.719.571-87	9047/00194/2021
ADIBE ARANGE	547.206.218-72	9047/00195/2021
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00216/2021
ERNANI DA SILVA LARA (ESPÓLIO DE)	008.688.331-34	9047/00231/2021
JOSE LUIZ DA COSTA	352.461.701-87	9047/00255/2021
MANOEL BISPO DO CARMO	070.151.001-34	9047/00020/2022
FLAVIO AUGUSTO LEMES DE OLIVEIRA	531.414.151-53	9047/00023/2022
FERNANDO GABRIEL FELIPE	572.184.631-34	9047/00034/2022
SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA	460.413.111-20	9047/00035/2022
ARNALDO VALERIANO TRALDI	590.307.718-87	9047/00040/2022
ANA GILZA LEITE FONTES	184.999.961-91	9047/00053/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 10/05/2022

Data de desafixação: 25/05/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº350, DE 17/05/2022. TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.042/2022.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transferidas** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3042, de 28 de março de 2022 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 17 DE MAIO DE 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha: 698 08.122.1008.2074.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 11 03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMD

Ficha: 855 08.243.1008.2097.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 15.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha: 703 08.122.1008.2074.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOL -10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 11 03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMD

Ficha: 857 08.243.1008.2097.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOL -5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

TOTAL DAS ANULAÇÕES -

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 022/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE AO EDITAL 03/ 2021 PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 2021.

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os Decretos nº 609/2021 e 392/2021.

Informa a convocação dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado 03/2021.

Os candidatos classificados (as) deveram comparecer a Secretaria Municipal de Assistência Social para entrega de documentações para compor o quadro de vagas nas datas de 19, 20 e 23/05/2022.

CANDIDATOS (AS) CONVOCADOS (AS)

Cargo: Auxiliar de Cuidador		
Ordem	**Nome**	**RG**
41	Janilson Cachui Torres	25009087
42	Marta Vieira da Silva Souza	39072631
43	Juscilei Rufino	743282

rgo: Educador/Orientador Social		
Ordem	**Nome**	**RG**
8	Nézia Maria da Silva	12586102

Isso é que nos cabe informar

Cáceres - MT, 18 de Maio de 2022

Fabíola Campos Lucas

Secretária Mun.de Assistência Social

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 136/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LETICIA MARIA COUTO SOUZA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Bilbau. N°18, Bairro Jardim Imperial Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG Nº 2907760-5 SSP-MT e CPF Nº 037.279. 451-33, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **LETICIA MARIA COUTO SOUZA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Irene Coelho Cruz na turma Creche III A, **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** a contratação justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **05 de Maio de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.450,80 (Um mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de Maio de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ **NOME:**_____

RG Nº:_____ **RG Nº:**_____

CPF Nº:_____ **CPF Nº:**_____

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2022-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n.º 055/2022-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: J FREITAS ROCHA EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de alambrado e calçada pública da Cozinha Comunitária, no município de Cáceres – MT, localizado na Rua Rozauro A. Suzano, Bairro Maracanãzinho no município de Cáceres**.** O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 67.596,28 (sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos)**. O prazo de sua **Vigência** está estipulado em **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 18 de maio de 2022.

Fabíola Campos Lucas

Secretária Mun. De Assistência Social

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2022 - CONTRATO - N° 306/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 306 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2021.

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ODIR DE CAMPOS SILVA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor Licenciado em Educação Física, para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves .

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Conforme deliberação no memorando n° 734/2022, considerando que a Secretaria de Educação está no aguardo da finalização das analises de remoção e a lotação dos professores que virão do estado para o município, por este motivo se faz necessária à prorrogação do referido contrato.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 07/01/2022, com termo final alterado para 31/01/2022.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 25 Janeiro de 2022.

_____

_____

Liamara Rodrigues da Silva

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____ | CPF Nº: _____ CPF Nº_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 123/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CARLA CRISTINA ROCHA DE OLIVEIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Comunidade Corixa BR 070, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG Nº 2817236-1 SSP-MT e CPF Nº 061.487. 301-03, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **CARLA CRISTINA ROCHA DE OLIVEIRA,**no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Núcleo Sapiquá- Marechal Rondon, **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** a contratação justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **19 de Abril de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.450,80 (Um mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de Abril de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ **NOME:**_____

RG Nº:_____ **RG Nº:**_____

CPF Nº:_____ **CPF Nº:**_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 124/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JANAINA APARECIDA SILVA CHAVES,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Nossa Senhora de Fatima S/N , Distrito Caramujo Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG Nº 2769388-0 SSP-MT e CPF Nº 063.445.511-78, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **JANAINA APARECIDA SILVA CHAVES,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo , **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** a contratação justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **25 de Abril de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.450,80 (Um mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 25 de Abril de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ **NOME:**_____

RG Nº:_____ **RG Nº:**_____

CPF Nº:_____ **CPF Nº:**_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001 DE 10 DE MAIO DE 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
NILTON DIVINO LIMA	273.262. 846-87	9047 /00102/2021
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 10/05/2022

Data de desafixação: 25/05/2022

TERMO ADITIVO Nº 028/2022 – SMS

TERMO ADITIVO Nº 028/2022 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 1º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 161/2021

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, de ora em diante denominado (a) simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **RONIELLY BOTELHO SILVA** Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Avenida José Pinto Arruda Nº 2404, Junco, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 25332252 SSP/ MT e CPF n° 051.574.101-90, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005 e processo seletivo simplificado 002/2021.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **RONIELLY BOTELHO SILVA**, no cargo de Enfermeira, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de Pronto Atendimento-UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter o **início em 03 de Junho de 2022 e o término em 02 de Janeiro de 2023.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Maio de 2022.

_____

RONIELLY BOTELHO SILVA

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
ERRATA N° 024 /2022 – DECRETO Nº246 DE 12 DE ABRIL DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, torna pública e oficializa a presente "ERRATA" retificando o Decreto Nº246 de 12 de abril de 2022; e:

ONDE SE LÊ:

ANEXO I					
NOME	**HABILITAÇÃO**	**LOCAL DE TRABALHO**	**HORAS SEMANAIS**	**PERÍODO**	**JUSTIFICATIVA**
IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO	PROFESSORA	EM.PROF EDUARDO BENEVIDES LINDOTE	ACRESCENTAR 20 HS	DE 23/ 02/2022 À 25/05/ 2022	EM SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ADAIELE PEREIRA DE ALMEIDA, QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA MATERNIDADE.
ISTERIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. MADRE MARIA ESTEVÃO	ACRESCENTAR 20 HS	DE 24/ 02/2022 A 15/03/ 2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA SUELI DOS SANTOS DA SILVA, DA TURMA DA CRECHE III- A MATUTINO
JULIA MARIA ALVES	PROFESSORA	EMEI BRINCANDO E APRENDENDO	ACRESCENTAR 05HS	DE 14/ 02/2022 A 23/12/ 2022	HORA DO SONO
JULIANA TIRELLI QUINTO	PROFESSORA PEDAGOGA	E. M. DUQUE DE CAXIAS	ACRESCENTAR 20 HS	DE 11/ 03/2022 À 09/04/ 2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA CLEIDE DE ALCANTARA SILVA QUE SE ENCONTRA EM FÉRIAS
KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. GOTINHAS DO SABER	ACRESCENTAR 20 HS	DE 14/ 02/2022 À 18/02/ 2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA NO PERIODO DE 5 DIAS QUE ESTA DE ATESTADO MEDICO.

MARILENE CEBALHO	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M. SANTOS DO DUMONT	ACRESCENTAR 20 HS	DE 17/02/2022 Á 21/02/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA CONTRATADA DIVINA RODRIGUES DA SILVA, QUE SE AUSENTOU POR UM PERÍODO DE 05 DIAS POR ESTAR COM SUSPEITA DE COVID.
ROMILDA BARROS ARAUJO	PROFESSORA PEDAGOGA	EMEI PEQUENO SABIO	ACRESCENTAR 20 HORAS	DE 15/03/2022 A 15/05/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA MARJORIE GOMES TIRELI, QUE ESTÁ DE LICENÇA PRÊMIO.
SANDRA REGINA DE ARRUDA BARROS	PROFESSORA PEDAGOGA	EM DESENBARGADOR GABRIEL PINTO DE ARRUDA	ACRESCENTAR 20HS	DE 21/02/2022 Á 25/02/2022	PERÍODO VESPERTINO, EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA MARIA MARGARETH, PEDAGOGA, EFETIVA, LOTADA NO 2º ANO A, PERÍODO MATUTINO
SIMONE DUARTE DA SILVA	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. FAZENDO ARTE	ACRESCENTAR 20 HS	DE 17/02/2022 Á 30/04/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A NAYHARA MIRELLI MORAES DA SILVA LOTADA NA TURMA CRECHE II INTEGRAL, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR.
SIMONE DUARTE DA SILVA	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. FAZENDO ARTE	ACRESCENTAR 20 HS	DE 11/03/2022 A 30/04/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A NAYHARA MIRELLI MORAES DA SILVA LOTADA NA TURMA CRECHE II INTEGRAL, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR.

LEIA-SE:

ANEXO I					
NOME	**HABILITAÇÃO**	**LOCAL DE TRABALHO**	**HORAS SEMANAIS**	**PERÍODO**	**JUSTIFICATIVA**
IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO	PROFESSORA	EM.PROF EDUARDO BENEVIDES LINDOTE	ACRESCENTAR 20 HS	**DE 15/03/2022 Á 22/05/2022**	EM SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ADAIELE PEREIRA DE ALMEIDA, QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA MATERNIDADE.
ISTERIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. MADRE MARIA ESTEVÃO	ACRESCENTAR 20 HS	DE 24/02/2022 A 15/03/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA **SUELI APARECIDA DOS SANTOS SILVA**, DA TURMA DA CRECHE III- A MATUTINO
JULIA MARIA ALVES	PROFESSORA	EMEI BRINCANDO E APRENDENDO	ACRESCENTAR 05HS	**DE 14/02/2022 Á 31/03/2022**	HORA DO SONO
JULIANA TIRELLI QUINTO	PROFESSORA PEDAGOGA	E. M. DUQUE DE CAXIAS	ACRESCENTAR 20 HS	DE 11/03/2022 Á **16/03/2022**	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA CLEIDE DE ALCANTARA SILVA QUE SE ENCONTRA EM FÉRIAS
KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. GOTINHAS DO SABER	ACRESCENTAR 20 HS	DE 14/02/2022 Á 18/02/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA **LAURA ALEXSANDRA NEVES MONTEIRO SILVEIRA** NO PERÍODO DE 5 DIAS QUE ESTÁ DE LICENÇA MÉDICA.
MARILENE CEBALHO **DE SOUZA**	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M. SANTOS DO DUMONT	ACRESCENTAR 20 HS	DE 17/02/2022 Á 21/02/2022	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA CONTRATADA DIVINA RODRIGUES DA SILVA, QUE SE AUSENTOU POR UM PERÍODO DE 05 DIAS POR ESTAR COM SUSPEITA DE COVID.
ROMILDA BARROS ARAUJO	PROFESSORA PEDAGOGA	EMEI PEQUENO SABIO	ACRESCENTAR 20 HORAS	DE 15/03/2022 A **13/05/2022**	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA MARJORIE GOMES TIRELI, QUE ESTÁ DE LICENÇA PRÊMIO.
SANDRA REGINA DE ARRUDA BARROS	PROFESSORA PEDAGOGA	EM DESENBARGADOR GABRIEL PINTO DE ARRUDA	ACRESCENTAR 20HS	DE 21/02/2022 Á **24/02/2022**	PERÍODO VESPERTINO, EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA MARIA MARGARETH, PEDAGOGA, EFETIVA, LOTADA NO 2º ANO A, PERÍODO MATUTINO
SIMONE DUARTE DA SILVA	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. FAZENDO ARTE	ACRESCENTAR 20 HS	DE 17/02/2022 Á **16/03/2022**	EM SUBSTITUIÇÃO A NAYHARA MIRELLI MORAES DA SILVA LOTADA NA TURMA CRECHE II INTEGRAL, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR.
SIMONE DUARTE DA SILVA	PROFESSORA PEDAGOGA	E.M.E.I. FAZENDO ARTE	ACRESCENTAR 20 HS	DE **17/03/2022 A 30/03/2022**	EM SUBSTITUIÇÃO A NAYHARA MIRELLI MORAES DA SILVA LOTADA NA TURMA CRECHE II INTEGRAL, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR.

Cáceres-MT, 17 maio de 2022.

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cácer

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053/2022-PGM

ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n.º 053/2022-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: DUNAS COMERCIAL EIRELI - EPP

Objeto: Aquisição de equipamento agrícola para a Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, através da Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria Ministério do Desenvolvimento Regional a proposta nº 029455/2021. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 35.427,36 (trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos)**. O prazo de sua **Vigência** está estipulado em **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, contados a partir da data de sua assinatura e a **Entrega** do Objeto fica estipulado o prazo de **40 (quarenta)** dias, contados a partir da entrega da **Ordem de Fornecimento**.

Cáceres – MT, 18 de maio de 2022.

Vilson Sato

Secretário Mun. De Agricultura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº348, DE 17/05/2022. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.016/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$730.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1118 10.302.1003.2025.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA 230.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1600.

02 06 03 FUNDO MUN MAN E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO D

1106 12.361.1004.2058.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DO ENSINO FUNDAMENTAL (30%) 500.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1540.

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

323 10.302.1003.2034.0000MAN E ENC C/AS ATIV DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -230.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1600.

02 06 03 FUNDO MUN MAN E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO D

520 12.365.1004.2060.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA EDUCAÇÃO INFANTIL (30%) -500.000,00

3.3.90.34.00 OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ. F.R. Grupo: 1540.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 17 DE MAIO DE 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022-SRP

O Município de Campinápolis – MT torna público que no Pregão Presencial nº 018/2022, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, para a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DE PACIENTES EM TRATAMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA AGUA BOA – MT. CONFORME O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. sagrou-se vencedora a empresa: LEDIR GALERA SCHERER - ME CNPJ 28.119.434/0001-24 – no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Campinápolis-MT, 18 de maio de 2022. Daniele Lorrani Cardoso da Silva - Pregoeira.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 303 DE 02 DE MAIO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AFASTAMENTO À SERVIDORA **PATRICIA MARIA DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do atestado médico apresentado pela servidora de 31.03.2022.

RESOLVE:

I – Conceder na forma dos dispositivos legais supramencionados, o afastamento a servidora **PATRICIA MARIA DE SOUZA** para acompanhar tratamento em pessoa da família conforme atestados apresentados **no período de 01.04.2022 a 04.05.2022.**

II – Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

III _ Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal.

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2022.

O Município de Campinápolis - MT por meio de sua Pregoeira, torna público que no **dia** 06 **de Junho de 2022** às **14h 00min (Horário de Brasília)** realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço Por Item, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COMERCIALIZAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital completo no site www.campinapolis.mt.gov.br. E **www.licitanet.com.br.** Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 18 de maio de 2022.

DANIELE LORRANI CARDOSO DA SILVA

Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 317 DE 12 DE MAIO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AFASTAMENTO À SERVIDORA **MONICA APARECIDA RODRIGUES** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do atestado médico apresentado pela servidora datado de 09.05.2022

RESOLVE:

I – Conceder na forma dos dispositivos legais supramencionados, o afastamento a servidora **MONICA APARECIDA RODRIGUES** para acompanhar tratamento em pessoa da família conforme atestado apresentado no período de 09.05.2022 a 08.07.2022.

II – Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

III _ Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA | Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE
LICENÇAS AMBIENTAIS

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA torna pública a seguinte licença emitida.

Protocolo	Nº Licença	Empreendimento	Razão Social	Atividade Licenciada	Município
00300/2022	LP N°00600/2022, LI N°00601/2022	CONDOMINIO DE LOTES ORQUIDEAS II	JOSÉ ADÃO NAITZEL CPF: 047.451.859-10	LOTEAMENTO URBANOS - HORIZONTAL	Campo Novo do Parecis/MT
00305/2022	LP N°00602/2022, LI N°00603/2022, LO N°00604/2022	REALIZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CONDOMÍNIO DE LOTES BELA VISTA)	MICHELLE SATURNO RODRIGUES LACONECPF: 010.793.391-83	LOTEAMENTO URBANOS - HORIZONTAL	Campo Novo do Parecis/MT

Atenciosamente,

Campo Novo do Parecis, 18 de maio de 2022

DHONATAN DIEGO PESSI

Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente

Portaria 1006/2021

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 575, DE 17 DE MAIO DE 2022.

DESIGNA O SERVIDOR JONAS FERREIRA DE ALMEIDA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO 049/2022.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 574, DE 16 DE MAIO DE 2022.

EXONERA A SENHORA **MILENE DUARTE** DO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE GESTÃO DE AERÓDROMO**.

Exonerar,a partir de 16 de maio de 2022, a senhora **Milene Duarte**, portadora do CPF sob nº 002.847.861-44, do cargo em comissão de **Chefe de Gestão de Aeródromo**.

AVISO DE LICITAÇÃO PE 041/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 041/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 19 de maio de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 02 de junho de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 02 de junho de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 02 de junho de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de terrenos baldios, com remoção dos entulhos até o aterro sanitário com distância aproximadamente de 15 km.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de maio de 2022.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0145/2022 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 0145/2022

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Ilza Rodrigues de Souza

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o Professor(a) 30H, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20075.3190040000

Valor Mensal: R$ 4.474,03 correspondente a 30 horas/semanais

Prazo: 18/04/2022 a 14/12/2022

Data: 18/04/2022

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 019/2022, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021; o Edital de Convocação nº 015 de 12 de abril de 2022; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 48 2022

Contrato nº 48/2022

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X SAVANA REPRESENTACOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ sob o n.° 11.783.569/0001-97

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização de show artístico com a Banda Flor de Liz, que será realizado na Praça Odenir Ortolan nos

dias 03 e 04 de junho de 2022, no Arraial do Chapadão conforme calendário de eventos instituído no município de Campo Novo do Parecis.

Valor: R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais)

Prazo: 60 dias, a partir da data de sua publicação.

Dotações Orçamentárias

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 002 – Departamento de Cultura

Programática: 05.002.13.392.0020.20023.3390390000

Fonte de Recurso: 1.50.00.000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Data: 12/05/2022

Processo Licitatório: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2022

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 116, DE 16 DE MAIO DE 2022.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O falecimento da Servidora **ELENI TEIXEIRA BELAI**, ocorrido no dia 16 de maio de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Em decorrência do falecimento da servidora **ELENI TEIXEIRA BELAI**, ocorrido na data 16 de maio de 2022, fica decretado Luto Oficial no Município de Campo Novo do Parecis, nos dias 16,17,18 de maio de 2022.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 16 dias do mês de maio de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretario Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PE 040/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 040/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 19 de maio de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 01 de junho de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 01 de junho de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 01 de junho de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de pintura de paredes, forros, esquadrias e madeiras, aplicação de massa corrida, grafiato e textura**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de maio de 2022**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0144/2022 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 0144/2022

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Leila Mara Maders Borges

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o Professor(a) 30H, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20075.3190040000

Valor Mensal: R$ 4.474,03 correspondente a 30 horas/semanais

Prazo: 18/04/2022 a 14/12/2022

Data: 18/04/2022

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 019/2022, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021; o Edital de Convocação nº 015 de 12 de abril de 2022; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 024/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS**

CNPJ: 05.774.463/0001-24

Endereço: Av. Mato Grosso, B. Araes, Cuiabá - mT.

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n°. 124/2022; 133/2022; 152/2022, oriunda do Processo Licitatório n°. 675/2022; 920/2022; 924/2022 – Pregão Presencial n°. 34/2022; 41/2022; 43/2022, respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de materiais de expedientes e materiais de higiene e limpeza**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública;

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo:

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
5019/2022	34/2022	Educação	11/04/2022 – parcial	212,00
5591/2022	43/2022	Des. Econômico	27/04/2022	14,00
5753/2022	43/2022	Fazenda	27/04/2022 – parcial	68,00
5718/2022	43/2022	Saúde	29/04/2022 – parcial	758,00
5713/2022	34/2022	Saúde	05/05/2022	1.135,20
6186/2022	43/2022	Educação	05/05/2022	2.685,12 NF parcial parada por falta de alguns itens e por desvio de mercadoria pela transportadora.
6223/2022	41/2022	Educação	05/05/2022	183,60
6260/2022	43/2022	Saúde	05/05/2022	49,00

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde/MT, 18 de Maio de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
DECRETO Nº. 069, DE 18 DE MAIO DE 2022.

DECRETO Nº. 069, DE 18 DE MAIO DE 2022.

DISPOE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO VERDE-MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, no uso de suas atribuições previstas no Art. 75 e seus parágrafos, e da Lei Municipal 152/1992, de 19 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º. Os valores das diárias dos servidores municipais de Campo Verde obedecerão, a seguinte tabela:

CARGO(S)	DESCRIÇÃO	DIÁRIA NORMAL	CAPITAL DO ESTADO DE MT	FORA DO ESTADO DE MT
PREFEITO E VICE-PREFEITO	Alimentação	-	-	**372,60**
	Pousada	-	-	**662,40**
	Total	-	-	**1.035,00**
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, CHEFE DE GABINETE E PROCURADORES	Alimentação	-	-	**189,00**
	Pousada	-	-	**336,00**
	Total	-	-	**525,00**
DEMAIS SERVIDORES	Alimentação	**126,00**	**157,50**	**189,00**
	Pousada	**224,00**	**280,00**	**336,00**
	Total	**350,00**	**437,50**	**525,00**

I - Nos casos em que o deslocamento dentro do estado de Mato Grosso não exija pernoite fora da sede mas exija pelo menos duas refeições, as diárias serão pagas no valor de R$ 126,00 (cento e vinte e seis reais);

II - Deslocamentos para fora do estado de Mato Grosso cujo espaço temporal seja de mais de 15 (quinze) horas, as diárias serão pagas em sua totalidade;

III - Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procuradores, não fazem jus ao pagamento de diárias dentro do estado de Mato Grosso, conforme dispõe a Lei Municipal nº. 1889/2013;

Art. 2º. As despesas com passagem serão custeadas em separado, através do regime de adiantamento ou empenho, que deverão ser obrigatoriamente comprovadas.

Art. 3º. Os valores serão revistos, pelo Executivo Municipal, sempre que houver necessidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 26/2013.

Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, em 18 de maio de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇAO DE EMPRESA Nº 023/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI**

CNPJ: 26.148.070/0001-85

Endereço: Rua Capitão Costa, B. Centro Sul, Várzea Grande - MT.

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n°. 135/2022; 155/2022, oriunda do Processo Licitatório n°. 920/2022; 924/2022 – Pregão Presencial n°. 41/2022; 43/2022, respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de materiais de expedientes**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública;

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo:

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
5595/2022	43/2022	Des. Econômico	27/04/2022	350,76
5770/2022	43/2022	Fazenda	27/04/2022	350,70
5841/2022	43/2022	Assistência Social	27/04/2022	43,20
5720/2022	43/2022	Saúde	29/04/2022	7.621,45
5980/2022	43/2022	Saúde	29/04/2022	48,88
6193/2022	43/2022	Assistência Social	04/05/2022	183,30
6204/2022	43/2022	Educação	05/05/2022	40.653,03
6230/2022	41/2022	Educação	05/05/20252	5.761,46
6243/2022	43/2022	Assistência Social	05/05/2022	73,40
6261/2022	43/2022	Saúde	05/05/2022	1.161,42

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde/MT, 18 de Maio de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

JURÍDICO
LEI Nº. 2837, DE 16 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO GREENVILLE II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Dispõe sobre a denominação de rua localizada no Loteamento Greenville II, conforme segue:

LOTEAMENTO GREENVILLE II	
SITUAÇÃO ATUAL	**SITUAÇÃO DA PROPOSTA**
RUA **A1**	RUA **NEUZA PEREIRA DA SILVA**

Art. 2º - Fica oficializada a denominação de "RUA NEUZA PEREIRA DA SILVA", a RUA A1, do Loteamento Greenville II, nesta cidade**;**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 16 de maio de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUSICAIS, BARRAS E TAPETES PARA DANÇA**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 065/2022** a se realizar no dia **30 de Maio de 2022 às 08h30min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 18 de Maio de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

JURÍDICO
LEI Nº. 2838, DE 17 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.783/2021) Créditos Adicionais Especiais no valor de R$

493.918,60 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e dezoito reais e sessenta centavos), na seguinte classificação orçamentária:

Órgão:	**07**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE**
Unidade:	**001**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE**
Função:	**20**	**AGRICULTURA**
Sub-função:	**605**	**ABASTECIMENTO**
Programa:	**0024**	**INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**
Projeto/ Atividade/ Ação:	**20068**	**MANUTENÇÃO DE FEIRAS MUNICIPAIS**
Elemento de Despesa:	**4.4.90.52.00.00**	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**
Fonte de recurso:	**25000000000**	**RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**
Valor:	**R$ 493.918,60**	**QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES MIL, NOVECENTOS E DEZOITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS**

Art. 2º - Para dar cobertura aos Créditos em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, dispostos no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Art. 3º - Ficam incluídos na Lei nº. 2.727, de 20 de setembro de 2021 (Plano Plurianual – PPA), os elementos de despesa e fontes de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Ficam incluídos na Lei nº. 2.726, de 20 de setembro de 2021, (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), os elementos de despesa e fontes de recursos nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de maio de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emenda.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANO

JURÍDICO
DECRETO Nº 062, DE 10 DE MAIO DE 2022.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 06/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a Instrução Normativa – SCI Nº. 06/2022, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas da Ouvidoria do Poder Executivo do Município de Campo Verde.

Art. 2º. Todas as unidades do Poder Executivo Municipal, no âmbito das administrações direta e indireta no que couber, observarão o disposto na Instrução Normativa.

Art. 3º. Caberá à Ouvidoria do Poder Executivo com apoio técnico da Unidade de Controle Interno – UCI, prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação das disposições da Instrução Normativa.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 10 de maio de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI – 06/2022

Versão: 01

Aprovada em:

Ato de Aprovação:

SCI – Sistema de Controle Interno

Unidade Responsável: Ouvidoria do Poder Executivo

Unidades Executoras: Unidades Administrativas e Secretarias do Poder Executivo Municipal

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E ROTINAS DA OUVIDORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CAPÍTULO I – DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Instrução Normativa visa estabelecer os procedimentos e rotinas para a atividade de Ouvidoria a fim de conferir efetividade aos procedimentos de atendimento ao cidadão, propiciando um canal de comunicação com a Prefeitura de Campo Verde; garantir a participação popular; contribuir para uma atuação coordenada e integrada de toda a Administração Pública, estimulando a busca permanente pela eficiência, eficácia e efetividade do serviço público; e fazer da atividade de Ouvidoria um instrumento de controle de qualidade do serviço público.

CAPÍTULO II – DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Abrange todas as Unidades Administrativas e Secretarias no âmbito do Poder Executivo Municipal de Campo Verde, seja da Administração Direta e/ou Indireta.

CAPÍTULO III – DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – usuário - pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

II – serviço público - atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;

III – administração pública - órgão ou entidade integrante da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública;

IV – agente público - quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração;

V – manifestações - reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

VI – sugestão - proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela Administração Pública Municipal;

VII – elogio – demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;

VIII – solicitação – requerimento de adoção de providências por parte da Administração Pública Municipal;

IX – reclamação – demonstração de insatisfação relativa a serviço público;

X – denúncia – comunicação de prática ilícita cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo;

XI – pedido de acesso à informação – acesso à informação pública ou geral;

XII – dúvida – incerteza relacionada a alguma informa de interesse público ou prestação de serviço público;

XIII – solicitação de serviços – requerimento de resolução de problema relacionado a serviços públicos.

CAPÍTULO IV – BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Art. 4º. Esta Resolução Normativa regulamenta, no âmbito da Prefeitura Municipal de Campo Verde, a atividade de ouvidoria, em conformidade com a legislação que segue:

Lei Nº. 13.460/2017, capítulos III e IV;

Lei Nº. 13.608/2018, artigo 4º-A;

Decreto Nº. 108/2020, artigos 13, 14, 15 e 16; e

Lei Nº. 1.892/2013.

CAPÍTULO V – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. Compete à ouvidoria:

I – receber e dar tratamento a:

a) Manifestações de usuários de serviços públicos a que se refere a Lei Nº. 13.460/2017; b) Relatos de informações a que se refere o artigo 4º da Lei Nº. 13.608/2018; c) Petições destinadas ao exercício dos direitos do titular de dados pessoais perante o Poder Público referidos no artigo 18º da Lei Nº. 13.709/2018. II – adotar as medidas necessárias ao cumprimento dos prazos legais e/ou estabelecidos internamente e da qualidade das respostas às manifestações de usuários de serviços públicos recebidas; III – Formular, executar e avaliar ações e projetos relacionados às atividades de ouvidoria da respectiva área de atuação; IV – coletar, ativa ou passivamente, dados acerca da qualidade e da satisfação dos usuários com a prestação de serviços públicos; V – analisar dados recebidos ou coletados a fim de produzir informações com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços e à correção de falhas; VI – zelar pela adequação, atualidade e qualidade das informações constantes na Carta de Serviços ao Usuário do Poder Executivo Municipal; VII – assessorar o Prefeito Municipal nos temas sob sua competência; VIII – difundir amplamente os direitos individuais e de cidadania, bem como as finalidades da ouvidoria e os meios de se recorrer a este órgão; IX – estabelecer meio de interação permanente do cidadão com o poder público, visando ao controle social da Administração Pública; X – elaborar relatórios mensais a serem apresentados ao Prefeito Municipal e à Unidade de Controle Interno Municipal; **§1º** Sempre que outra unidade da Prefeitura realize o disposto no inciso I, esta deverá encaminhar as informações coletadas imediatamente à ouvidoria, vedada a manutenção de cópias na unidade recebedora. **§2º** Incluem-se na alínea "a" do inciso I as manifestações recebidas de agentes públicos que atuem em nome da Prefeitura Municipal. **Art. 6º.** A Ouvidoria deve ainda no exercício de suas reponsabilidades: I – adotar ferramentas de solução pacífica de conflitos entre usuários de serviços públicos e órgãos de entidades públicas, bem como entre agentes públicos, no âmbito interno, com a finalidade de qualificar o diálogo entre as partes e tornar mais efetiva a resolução do conflito, quando cabível; II – realizar a articulação: a) Com instâncias e mecanismos de participação social, em especial com o Conselho de Usuário de Serviços Públicos, previsto no Capítulo V da Lei Nº. 13.460/2017; b) Com os demais órgãos e entidades encarregados de promover a defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, tais como ouvidoria de outros entes e Poderes, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas; c) Com as demais unidades e Secretarias da Prefeitura Municipal para a adequada execução de suas competências; III – exercer a supervisão técnica de outros canais de relacionamento com os usuários de serviços públicos, quanto ao cumprimento do disposto nos artigos 13 (treze) e 14 (catorze) da Lei Nº. 13.460/2017; IV – produzir anualmente o relatório de gestão, nos termos dos artigos 14 (catorze) e 15 (quinze) da Lei Nº. 13.460/2017, que será encaminhado ao Prefeito Municipal e disponibilizado integralmente no *site* oficial da prefeitura; V – elaborar o planejamento das ações da ouvidoria por meio de plano de trabalho anual a ser aprovado pelo Prefeito Municipal e encaminhado ao Conselho de Usuários para ciência e acompanhamento das ações; e expedir recomendações aos setores responsáveis pela prestação de serviços públicos, visando a proteção dos direitos dos usuários e sua melhoria. Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não afasta as competências estabelecidas no Capítulo II da Lei Nº. 13.140/2015. **Art. 7º.** São responsabilidades das Unidades Administrativas e Secretarias do Poder Executivo Municipal: I – Atender às demandas da Ouvidoria quanto à solicitação de informações, providências e recomendações; II – Monitorar o cumprimento dos prazos internos e/ou estabelecidos em lei; III – Cumprir fielmente as determinações da presente Instrução Normativa, em especial quanto à padronização dos procedimentos das demandas dos documentos, dados e informações; IV - Enviar mensalmente para a Ouvidoria Geral do Município – OGM, relatórios sobre o *"status"* em que se encontram as demandas encaminhadas por esse setor.

CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA

Art. 8º. A Ouvidoria contará com a seguinte estrutura:

I – quantidade de servidores compatível com a demanda de tratamento de manifestações para cumprimento dos prazos internos e/ou legais;

II – local de fácil acesso para atendimento presencial, que disponha de condições que permitam a discrição e a manutenção do sigilo da identidade do manifestante e do conteúdo das manifestações apresentadas oralmente;

III – sistema informatizado para gestão de informações e processos, que permita o registro digital das manifestações, bem como o seu tratamento no âmbito da unidade, acessível por meio de link disponibilizado a cada demanda registrada;

IV – número de telefone, endereço de correio eletrônico de uso exclusivo da Ouvidoria, aplicativo Ouvidoria BR, além do link disponibilizado no *site* da Prefeitura Municipal, no espaço "Ouvidoria Cidadã";

§1º Ao realizar o atendimento presencial ou telefônico, a Ouvidoria observará as seguintes diretrizes:

I – atendimento personalizado e acessível, com foco no indivíduo;

II – resiliência no trato de situações não previstas;

III – respeito às capacidades cognitivas e físicas do usuário; e

IV – respeito às regras de pontualidade, cordialidade, discrição, polidez e sigilo quando for dar tratamento a assuntos com restrição de acesso.

§2º Os meios de contato com a Ouvidoria, aplicativo, endereço do formulário eletrônico e telefone devem ser divulgados nos balcões e locais de atendimento presencial aos cidadãos, e na página oficial da Prefeitura Municipal na internet, em local de fácil acesso.

§3º O horário de funcionamento da Ouvidoria para atendimento presencial ou telefônico, salvo força maior, será de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 9º. O cargo de Ouvidor Municipal será de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração. Para tanto, o ocupante da função deverá possuir no mínimo o nível médio de escolaridade e não possuir antecedentes criminais que desabonem a sua reputação.

Art. 10. O titular da Ouvidoria buscará a cooperação e sinergia de esforços entre os diversos setores da Prefeitura Municipal, com foco na melhoria e na qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e, para cumprimento desse objetivo poderá:

I – desenvolver pesquisas de avaliação dos serviços públicos prestados aos usuários;

II – sugerir ações de gestão para a melhoria dos processos de atendimento às manifestações e representar aos órgãos de apuração contra situações de omissão, retardamento deliberado ou prestação de informação incorreta por servidor ou setor,

III - propor a revisão de normas internas para a solução de demandas recorrentes recebidas pela Ouvidoria.

Art. 11. A Ouvidoria manterá plano de capacitação dos servidores que garanta o treinamento, mediante levantamento prévio de competências desejáveis, que deverão oferecer conteúdo mínimo de:

I – gestão em ouvidoria;

II – atendimento ao público;

III - acesso à informação;

IV – privacidade e proteção de dados pessoais; e

V – tratamento de denúncias.

CAPÍTULO VII – DO RECEBIMENTO, ANÁLISE E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES E AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 12. O tratamento de manifestações realizado pela Ouvidoria compreende:

I – recebimento da manifestação;

II – registro da manifestação no sistema informatizado da Ouvidoria;

III – triagem;

IV – encaminhamento de manifestações para outra unidade, quando couber;

V – análise preliminar da manifestação;

VI – solicitação de complementação de informações aos manifestantes, quando couber;

VII – trâmite à unidade ou unidades responsáveis pelo assunto ou serviço objeto de manifestação;

VIII – consolidação, elaboração e envio da resposta conclusiva ao usuário;

IX – avaliação do atendimento prestado pela Ouvidoria e resolutividade da demanda pela instituição.

§1º Quando couber, consideram-se etapas específicas de tratamento da manifestação de ouvidoria:

I – pseudonimização da denúncia para trâmite às unidades de apuração ou para encaminhamento a órgão apuratório competente, neste último caso, quando não tenha sido colhido o consentimento prévio do denunciante para a realização de tal encaminhamento;

II – adoção de procedimentos de solução pacífica de conflitos;

III – acompanhamento de encaminhamentos decorrentes da resposta conclusiva enviada, abertura de nova manifestação e complementação com novas informações relevantes.

§2º A Ouvidoria deverá cumprir todos os procedimentos de tratamento previstos nos incisos I a VIII do *caput* no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

Art. 13. Caso a Ouvidoria receba manifestação que não esteja relacionada às suas competências, deverá:

I - no caso de o órgão competente utilizar o mesmo sistema e base de dados informatizada, encaminhar a manifestação diretamente ao órgão responsável;

II – no caso de o órgão responsável não utilizar o mesmo sistema de base de dados, indicar ao cidadão os canais de atendimento do órgão competente.

Art. 14. As manifestações colhidas verbalmente serão reduzidas a termo.

§1º Na transcrição de manifestações a que se refere o *caput*, a Ouvidoria observará as seguintes diretrizes:

I – registro completo, fidedigno e integral da manifestação;

II – desmembramento adequado da demanda quando for necessário, efetuando registros distintos para manifestações com tipologias, assuntos ou órgãos e entidades destinatários diversos.

§2º No ato do registro da manifestação, cabe à Ouvidoria informar ao manifestante o número de protocolo e informações para acesso e acompanhamento dos procedimentos relacionados ao tratamento de sua manifestação, salvo nos casos de comunicado de irregularidade/denúncia anônima.

Art. 15. Na análise preliminar das manifestações, deverão ser coletados elementos necessários para atuação da Ouvidoria, e realizada a adequação, quando cabível, da tipologia e do assunto ou serviço indicado pelo manifestante.

§1º Na análise preliminar de denúncias deverá ser avaliada a existência de requisitos mínimos que amparem a sua apuração.

§2º A denúncia será considerada habilitada quando existirem os requisitos a que se refere o §1º.

§3º A denúncia poderá ser encerrada pela ouvidoria quando os fatos relatados forem de competência de órgão não subordinado à Prefeitura Municipal.

Art. 16. Se as informações existentes na manifestação forem insuficientes para o seu tratamento, a Ouvidoria deverá solicitar ao usuário a complementação de informações.

§1º Não serão admitidas complementações sucessivas, exceto se referentes a situação surgida com a nova documentação ou com as informações apresentadas.

§2º A solicitação de complementação de informações suspende, por uma única vez, o prazo previsto para a resposta, que será retomado a partir da data de resposta do usuário.

§3º A falta de complementação das informações pelo usuário de serviços públicos no prazo de 10 (dez) dias, acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 17. A Ouvidoria solicitará informações aos órgãos e unidades administrativas, incluindo os secretários municipais, responsáveis pela execução de serviços ou por tomada de providências, as quais devem responder dentro do prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento no setor, prorrogáveis por igual período mediante justificativa expressa.

§1º As unidades ou servidores aos quais a Ouvidoria solicitar esclarecimentos, atenderão o que for solicitado, instruindo a resposta por meio eletrônico, utilizando-se do link enviado para cada protocolo gerado, observando rigorosamente os prazos legais e/ou estabelecidos internamente.

§2º Todas as manifestações da Ouvidoria deverão ser submetidas ao crivo do Secretário Municipal, ainda que sejam de competência de outro servidor a sua apreciação, caso em que aquele deverá designar este por meio de ofício a ser protocolado junto à ouvidoria.

§3º Os esclarecimentos solicitados pela ouvidoria por meio eletrônico terão caráter oficial, a exemplo da comunicação interna ou qualquer outro documento oficial.

§4º As unidades administrativas e Secretarias sempre informarão o e-mail institucional para o qual as demandas registradas na ouvidoria deverão ser encaminhadas.

§5º Caso o servidor designado para responder as demandas da ouvidoria não o faça no prazo estabelecido interno e/ou legal, a ouvidoria imediatamente cientificará o Secretário da pasta acerca da inércia.

Art. 18. A Ouvidoria deverá comunicar-se com os manifestantes em linguagem clara, objetiva e acessível, observando as seguintes orientações:

I – utilização de termos e expressões compreensíveis pelo manifestante, evitando-se expressões em língua estrangeira ou o uso de siglas que não sejam de uso corrente;

II – estruturação de textos que privilegiem a resposta ao fato relatado na manifestação em primeiro lugar, que deixem informações complementares, explicativas ou institucionais para o final da comunicação.

Art. 19. Na elaboração das respostas conclusivas às manifestações, a Ouvidoria observará o seguinte conteúdo mínimo:

I – no caso de elogio, informação sobre o seu encaminhamento e cientificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado, e à sua chefia imediata;

II – no caso de reclamação, informação objetiva acerca da análise do fato apontado;

III – no caso de solicitação, informação sobre a possibilidade, a forma e o meio de atendimento ao que foi solicitado;

IV – no caso de sugestão, manifestação do gestor sobre a possibilidade de sua adoção, com informação sobre o período estimado de tempo necessário à sua implementação, quando couber;

V – no caso de denúncia, informação sobre o seu encaminhamento às unidade apuratórias;

VI – no caso de pedido de informação, apresentação dos dados solicitados pelo usuário e que estão em posse do Poder Executivo Municipal, desde que sejam públicas e gerais;

VII - no caso de dúvida, informação que esclareça a incerteza apontada pelo usuário;

VIII - no caso de solicitação de serviços, informação acerca do atendimento da manifestação ou da programação para a execução do serviço público requerido.

Art. 20. A Ouvidoria deverá oferecer mecanismo de avaliação do atendimento prestado e da resolutividade apresentada pela instituição a cada demanda, após o encaminhamento da resposta conclusiva.

Art. 21. A Ouvidoria exigirá certificação de identidade sempre que o tratamento e a resposta à manifestação implicar entrega de informações pessoais ao próprio manifestante ou a terceiros por ele autorizados.

§1º a certificação da identidade de que trata o *caput* ocorrerá:

I – virtualmente, caso o manifestante possua identidade ou certificação digital; ou

II - presencialmente, por meio de conferência de documento físico com foto, apresentado pelo manifestante junto à Ouvidoria.

§2º Excepcionalmente, a Ouvidoria poderá adotar meios alternativos de certificação de identidade por meio da conferência das informações inseridas em seu cadastro com informações disponíveis em outras fontes constantes de bases públicas.

Art. 22. A identidade dos manifestantes é informação protegida nos termos do artigo 10, §7º, da Lei Nº. 13.460/2017, e do artigo 4º-B, da lei Nº. 13. 608/2018, e demais normas que tratam da proteção de dados pessoais.

§1º A proteção de que trata o *caput* estende-se à identidade e aos elementos de identificação do manifestante, os quais compreendem, dentre outros, dados cadastrais, atributos genéticos, atributos biométricos, e dados biográficos.

§2º O acesso às informações de que trata o *caput* será restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e com a necessidade de conhecê-las, os quais estarão sujeitos à responsabilização por seu uso indevido nos termos do artigo 32 da lei Nº. 12.527/11.

Art. 23. A denúncia recebida será conhecida caso tenha elementos mínimos descritivos da irregularidade ou indícios que permitam a unidade de apuração chegar a tais elementos.

§1º Considera-se unidade de apuração aquela que detenha competência normativa para a apuração de denúncias.

§2º As unidades de apuração da Prefeitura Municipal encaminharão à Ouvidoria o resultado final, a fim de dar conhecimento ao manifestante acerca dos desdobramentos de sua manifestação.

§3º Caso a denúncia não contenha os requisitos mínimos para habilitação, deverá ser mantido registro de justificativa para a sua inabilitação e, quando identificado, o denunciante deve receber resposta fundamentada.

§4º As denúncias que versem sobre ilegalidades serão encaminhadas para a Controladoria Interna do Município.

Art. 24. Desde o recebimento da denúncia, a Ouvidoria adotará as medidas necessárias à salvaguarda da identidade do denunciante e à proteção das informações recebidas, nos termos da Lei Nº. 13.608/2018.

§1º A proteção à identidade do denunciante se dará pelo prazo de cem anos, por meio da adoção de salvaguardas de acesso ao seus dados, que deverão estar restritos aos agentes públicos com necessidade de conhecer.

§2º A necessidade de conhecer será declarada pelo agente público com competência para executar o processo apuratório, quando for indispensável à análise dos fatos narrados na denúncia.

Art. 25. Será dado tratamento de denúncia à comunicação de irregularidade, dispensada a produção de resposta conclusiva.

Parágrafo único. A ausência de resposta conclusiva não dispensa a Ouvidoria de registrar o encaminhamento à unidade de apuração e dos seus resultados, além de motivar o seu arquivamento no sistema institucional de tratamento de manifestações.

Art. 26. Serão tratadas como manifestações de Ouvidoria de tipologia "requisição" as petições de titulares de dados pessoais que visem exercer os direitos previstos nos incisos III, IV, VI e IX do artigo 18 e artigo 20 da lei Nº. 13.709/18.

Parágrafo único. As petições de titulares de dados pessoais que visem a exercer os direitos previstos no artigo 18, incisos I, II, VII e VIII da Lei Nº. 13.709/18, observarão os prazos legais e/ou internos e os procedimentos previstos pela Lei Nº. 12.527/11.

CAPÍTULO VIII – DA CARTA DE SERVIÇOS

Art. 27. Na elaboração da Carta de Serviços ao Usuário, a Ouvidoria assegurará que estejam disponíveis as informações relativas:

I – ao nome do serviço oferecido;

II – aos requisitos, formas, locais e aos documentos necessários para acessar o serviço;

III – às etapas para processamento e mecanismo de consulta das etapas do serviço;

IV – ao prazo para a prestação do serviço;

V – à forma de comunicação com o solicitante do serviço;

VI – aos usuários que farão jus à prioridade no atendimento;

VII – ao tempo de espera para o atendimento.

Art. 28. Sem prejuízo da adoção de outras formas de publicidade, a Ouvidoria deverá adotar medidas para manter atualizada a Carta de Serviços no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal

Art. 29. A Ouvidoria deverá promover a revisão da Carta de Serviços periodicamente e orientar as áreas responsáveis a proceder com as alterações das informações de cada serviço, bem como em caso de descontinuidade ou criação de novo serviço.

CAPÍTULO IX – DA RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

Art. 30. Cabe à Ouvidoria disseminar boas práticas e métodos de resolução pacífica de conflitos entre o usuário e o Poder Executivo Municipal, seja da Administração Direta e/ou Indireta, dentre eles a mediação e a conciliação, como previsto no inciso VII do artigo 13 da Lei Nº. 13.460/17, bem como prestar atendimento e orientação aos usuários sobre tais instrumentos, observados os seguintes princípios:

I – empatia;

II – imparcialidade;

III – isonomia entre as partes;

IV – autonomia da vontade das partes;

V – busca do consenso;

VI – boa-fé;

VII – proporcionalidade entre os meios e fins;

VIII – respeito à ordem pública e às leis vigentes.

Parágrafo único. As ações relacionadas à resolução pacífica de conflitos serão executadas por agente público devidamente capacitado para sua realização, por meio de procedimento regulamentado no âmbito da Prefeitura Municipal.

Art. 31. A Ouvidoria poderá utilizar meios de resolução pacífica de conflitos, em especial para a solução de controvérsias nas quais seja importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.

Parágrafo único. Os meios de resolução pacífica de conflitos não serão elegíveis quando:

I – as partes no conflito não tenham consentido no uso da metodologia de resolução pacífica de conflitos;

II – o objeto do conflito seja um direito indisponível;

III – a resolução implicar na transigência sobre:

a) Aplicação de ato normativo; ou

b) Conduta passível de responsabilização de agente público;

IV – quando decorrente de denúncia.

Art. 32. Caberá ao responsável pelo processo de resolução de conflitos:

I – assegurar às partes igualdade de tratamento;

II – assegurar às partes o acesso às informações necessárias à tomada de decisão livre e informada;

III – zelar pela rápida solução do conflito;

IV – aproximar as partes para que elas negociem diretamente a solução desejada de sua divergência;

V – manter registros de todo o processo de resolução pacífica de conflito, colhendo os compromissos das partes, quando cabível;

VI – adotar as medidas necessárias à formalização do acordo entre as partes.

Art. 33. A Ouvidoria poderá propor o uso de meios de resolução pacífica de conflitos de ofício ou a pedido do usuário ou gestor.

CAPÍTULO X – DA ESTATÍSTICA E DO MAPEAMENTO

Art. 34. O responsável pela Ouvidoria manterá estatística de reclamações, elogios, sugestões, solicitações gerais, denúncias, pedidos de informação e dúvidas e por secretaria para mapeamento permanente.

Art. 35. As estatísticas tratadas no artigo anterior serão separadas da seguinte forma:

I – gerais, com demonstrações gráficas de:

a) Total de demandas: recebidas, respondidas, atendidas e em atraso; b) Tipo de manifestações: reclamações, elogios, sugestões, solicitações gerais, denúncias, pedidos de informação, dúvidas e requisições; c) Origem das manifestações: presencial, telefônica, e-mail, aplicativo ou website; d) Tipo de finalização: respondida, atendida ou indeferida II – Por Unidade/ Secretaria, com demonstrações gráficas de: a) Unidades mais demandadas da Prefeitura Municipal de Campo Verde; b) Quantitativo de manifestações abertas por setor; c) Quantitativo de tempo médio para o encerramento dos protocolos. **Parágrafo único.** As estatísticas referidas no presente artigo serão apresentadas mensalmente ao Gabinete do Prefeito e à Controladoria Interna do Município através de e-mail institucional. **Art. 36.** É dever da Ouvidoria manter o Sistema do Controle Interno informado de todas as irregularidades verificadas nos respectivos setores.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. É dever de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, atender com presteza, pedidos de informação ou requisições formuladas pela Ouvidoria do Município.

Art. 38. Os procedimentos aqui estabelecidos e o desemprenho da Ouvidoria serão periodicamente avaliados, com a finalidade de aferir sua eficácia e relevância, bem como para que sejam efetuadas as revisões que se fizerem necessárias.

Art. 39. Os esclarecimentos adicionais ou omissão gerada por esta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto à Ouvidoria e Controladoria Geral do Município, órgãos que aferirão a fiel observância de seus dispositivos.

Art. 40. Na hipótese da Ouvidoria não lograr êxito em seu trabalho devido à morosidade ou inércia das Unidades Administrativas e Secretarias, o Controle Interno do Município intervirá nos limites de suas atribuições, a fim de garantir a efetividade das ações e o cumprimento das obrigações inerentes ao Poder Executivo Municipal.

CAPITULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, em 10 de maio de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atendendo o que dispõe o Art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a finalidade de proporcionar a transparência necessária *do* ***montante e fontes de recursos aplicados no período***, bem como a ***oferta e produção de serviços de saúde prestados pelo Município,***a Secretaria de Municipal de Saúde de Campo Verde-MT torna público que será realizada às **14:00 horas do dia 31 de maio de 2022** a AUDIÊNCIA PÚBLICA da prestação de contas do **PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2022** no **Plenarinho da Câmara**, convidando os interessados e a população do Município.

Campo Verde -MT,17 de maio de 2022.

Edna Queiróz da Silva

Secretária Municipal de Saúde

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇAO DE EMPRESA PROCESSO Nº 022/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **L.F. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**

CNPJ: 22.328.534/0001-84

Endereço: Rua Duzentos, Jardim Imperial, Cuiabá – MT.

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n°. 138/2021; 249/2021; 127/2021; 336/2021; 78/2021; 208/2021; 140/2022, oriunda do Processo Licitatório n°. 1060/2021; 1666/2021; 1960/2021; 823/2021; 1485/2021; 958/2022 – Pregão Eletrônico n°. 62/2021; 101/2021; 127/2021; 37/2021; 96/2021; 45/2022, respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de equipamentos e eletrodomésticos**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública;

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo:

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
13116/2021	62/2021	Educação	15/12/2021	2.390,00
3847/2022	101/2021	Agricultura	21/03/2022	4.384,60
3942/2022	127/2021	Saúde	24/03/2022	291,00
4229/2022	127/2021	Finanças	28/03/2022	468,00
4517/2022	127/2021	Gabinete/Procuradoria	31/03/2022	2.063,00
4719/2022	37/2021	Educação	05/04/2022	592,00
5697/2022	96/2021	Des. Econômico	28/04/2022	1.889,00
5734/2022	96/2021	Obras	02/05/2022	1.744,00
6003/2022	45/2022	Obas	02/05/2022	2.578,72
6084/2022	45/2022	Agricultura	02/05/2022	531,74
6224/2022	127/2021	Saúde	05/05/2022	1.837,00
6221/2022	45/2022	Finanças	05/05/2022	265,87

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde/MT, 18 de Maio de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR N°. 160, DE 17 DE MAIO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE IPTU, ISSQN, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, TAXAS E DEMAIS DÉBITOS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou, e ele promulga e sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1°. Fica instituído, o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Campo Verde - PRF, o qual abrangerá os seguintes créditos tributários:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II – Taxas em geral;

III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV – Contribuição de Melhoria;

V – Contribuição de Iluminação Pública;

VI – Concessões em geral;

VII – Alienações;

VIII *– Penalidades;*

IX *– Parcelamentos Imobiliários.*

Art. 2°. O Programa de Recuperação Fiscal – PRF, destina-se a promover a regularização dos créditos vencidos do Município de Campo Verde, decorrentes de Débitos de pessoas jurídicas e físicas, de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, relativos aos créditos delineados no artigo 1º desta lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, bem como, os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriormente, não integralmente quitados.

Art. 3°. O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Campo Verde – PRF, se dará por opção do sujeito passivo (pessoa física ou Jurídica), mediante o qual fará *jus* ao regime especial de consolidações previstos nesta Lei.

§1°. O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Campo Verde – PRF implica na inclusão dos débitos relativos aos tributos e demais créditos mencionados no artigo 1°, de responsabilidade do optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa e juros, previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§2°. O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à atualização monetária, multas e aos juros de mora.

§3°. A administração do Programa será desempenhada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a qual compete implementar os procedimentos necessários à sua execução, inclusive mediante ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pelo pagamento na forma do art. 7°, desta Lei, dentro do prazo nela definido.

Art. 4°. Ao aderir ao PRF, o sujeito passivo deverá optar por liquidar os créditos tributários relativos aos tributos mencionados no art. 1°, na forma que determina o art. 7° desta Lei.

Art. 5°. A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Campo Verde – PRF não exclui as outras possibilidades de parcelamento dos débitos previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 6°. Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis para a adesão ao PRF:

I – a desistência de eventuais embargos opostos à execução fiscal, exceção de pré-executividade e/ou demais procedimentos judiciais, com a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação;

§ 1°. Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do programa, o pagamento de despesas Cartoriais em caso de débitos protestados e, se os débitos estiverem em fase de Execução Fiscal, honorários sucumbenciais de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, além das custas processuais.

§ 2°. Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, a inclusão no Programa dos respectivos débitos, fica condicionada à extinção do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial.

§ 3°. Requerida a desistência da ação judicial, com renuncia ao direito sobre o qual se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em pagamento parcial ou total do tributo, permitida inclusão no programa de eventual saldo devedor.

Art. 7°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia limitada aos juros e multas referentes aos tributos mencionados no artigo 1° da presente Lei, observadas as seguintes condições:

I – Para pagamento à vista:

PRAZO PARA ADESÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
Até 22/12/2022	100% DAS MULTAS E 100% DOS JUROS

II – Para pagamento parcelado:

PRAZO PARA ADESÃO	QUANTIDADE DE PARCELAS	PERCENTUAL DE DESCONTO
Até 22/12/2022	03 (três)	80% DAS MULTAS E 80% DOS JUROS
Até 22/12/2022	10 (dez)	60% DAS MULTAS E 60% DOS JUROS

III - Ressalvada a primeira parcela, o pagamento das demais parcelas serão realizadas mensais e sucessivas, respeitando sempre o intervalo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Termo de Adesão, obedecendo o valor mínimo das parcelas, conforme o dispõe o inciso I do art. 132 da Lei Complementar n°. 045/2014;

Art. 8°. A opção pelo PRF obriga ao sujeito passivo a:

I - A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso no Programa instituído por esta Lei Complementar;

II - Ao pagamento integral do débito consolidado;

III- Assinatura do Termo de Adesão ao parcelamento até o prazo de 22/12/2022.

Art. 9°. A exclusão do contribuinte ou responsável, do Programa, acarretará:

I - O restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos;

II - A inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito;

III - A propositura de execução judicial ou extrajudicial, caso já esteja inscrito;

IV - O prosseguimento da execução na hipótese de se encontrar ajuizado.

Art. 10. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do PRF, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 12. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 13. As anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 14. Os efeitos da presente Lei passam a integrar o Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais, no que tange a renúncia de receitas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei serão levadas à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 16. Faz parte da presente Lei, a Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro, conforme prescreve o inciso I, do art. 14 da Lei de Responsabilidades Fiscal.

Art. 17. O chefe do Poder Executivo poderá, mediante decreto, regulamentar esta lei no que couber.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de maio de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono e promulgo a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

JURÍDICO
DECRETO Nº 065/2022, DE 17 DE MAIO DE 2022.

FICA ACRESCIDO AO ANEXO I DO DECRETO Nº 067/2011, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011, O CONTRIBUINTE NOMEADO COMO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde-MT, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o constante na Lei Complementar nº 045/2014, de 19 de Dezembro de 2014.

DECRETA

ARTIGO 1º: Fica acrescido ao Anexo I do Decreto nº 067/2011 que regulamenta a responsabilidade tributária pela retenção do ISSQN, o contribuinte:

CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA
04.476.442/0009-17 FILIAL	13.819.006-2	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE	COOPERFIBRA GRAOS CAMPO VERDE

ARTIGO 2º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, 17 de Maio de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registra-se, Publique-se.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATO Nº 137/2022.

CONTRATANTE: Município de Campos de Júlio.

CONTRATADO (A): IONE OXEXOKAIRON

OBJETO: Cozinheira de Nutrição Indígena

Onde lê –se:

08 – Secretaria de Educação – CC 8100

Proj./Ativ.: 2.074

DOT 462 - 3.1.90.11.01.0500 – Vencimentos e Vantagens Fixas

DOT 455 – 3.1.90.13.01.0500 – Obrigações Patronais

Retifica-se e passa a lê-se:

08 – Secretaria de Educação

Proj./Ativ.: 1.074

DOT 754 – 3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0753 Vencimentos e Vantagens Fixas

DOT 755 – 3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0753 Obrigações Patronais

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2022.

ESPÉCIE: Execução de obra.

OBJETO: Obra de reforma e ampliação da Academia da Saúde - Espaço Bem-estar, neste Município de Campos de Júlio – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 91.545,30.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde; Centro de Custo: 61202 – Academia da Saúde; Código da Dotação: 06.01.1.052.4.4.90.51.99.00.00.00 – Obras e Instalações; Despesa: 673/2022 - Reforma e Ampliação do Polo da Academia "Bem Estar".

VIGÊNCIA: 16/05/2022 a 15/05/2023.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias.

VINCULAÇÃO: Tomada de Preços nº 02/2022, Processo Administrativo nº 76/2022 e Processo de Compra nº 71/2022.

ASSINAM: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT / CONTRATANTE, e CONSTRUTORA MM LTDA, CNPJ nº 18.204.777/0001-33 / CONTRATADO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO**:** Credenciar pessoas jurídicas para prestação de serviços de procedimento médico do tipo parto normal e cesárea de forma complementar ao SUS, nas condições estabelecidas no Edital.

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Saúde;

Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde;

Centro de Custo: 61254;

Dotação orçamentaria:309;

Elemento de despesa: 33.90.39.50.00.00.00 – Serviços Médicos Hospitalar;

Item	Código Betha	Código TCE/MT	Descrição	Unid.	Quant	Preço unitário Estipulado
01	04-08-4022	00010107	O parto normal é aquele em que se observa o nascimento da criança de maneira espontânea, entre 38 e 42 semana, pela via vaginal.	Serviço	200	R$ 3.370,00
02	04-08-4023	0005147	A cesariana é um tipo de parto que consiste na realização de um corte na região abdominal, sob anestesia aplicada na coluna vertebral da mulher, para retirada do bebê.	Serviço	400	R$ 4.990,00
03	04-08-2322	432523-0	Diárias extras para puérpera e RN se necessário.	Diárias	24	R$ 1.500,00

VIGÊNCIA: 09/05/2022 a 08/05/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 14/2021, Processo Administrativo nº 118/2021 e Processo de Compra nº 114/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE, e **CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA**, **CNPJ/MF nº 60.742.616/0021-03**/ CONTRATADO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 194.2021

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS

OBJETO: Rescinde o Contrato Temporário de Prestação de Serviços de nº 194.2021, amigavelmente a partir de 14/05/2022.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e E.B. BERTOLINI CPF: 039.293.561-98 / RESCINDIDO

Solange R. L. Souza / Fiscal de Contratos.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 048/2020

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços de telefonia móvel pós-pago.

DO OBJETO: Aditivo de prorrogação de vigência contratual.

No titulo da publicação onde lê-se : Extrato do PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato n° 048/2020

Retifica-se e passa a ler-se : Extrato do SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato n° 048/2020

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE e TELEFÔNICA BRASIL S.A, CNPJ 02.558.157/0001-62 / CONTRATADO.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 185.2021

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS

OBJETO: Rescinde o Contrato Temporário de Prestação de Serviços de nº 185.2021, amigavelmente a partir de 14/05/2022.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e E.B. BERTOLINICNPJ: 43.562.168/0001-01/ RESCINDIDO.

Solange R. L. Souza / Fiscal de Contratos.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 151/2021

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços.

DO OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de internet por meio de Link com acesso via fibra óptica.

No titulo da publicação onde lê-se : Extrato do TERCEIRO Termo Aditivo ao Contrato n° 151/2021

Retifica-se e passa a ler-se : Extrato do PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato n° 151/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI– Prefeito/ CONTRATANTE, e a empresa AGILE SEGURANÇA ELETRONICA E INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 22.845.900/0001-72/ CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADA a licitação na modalidade Tomada de Preços, autuada sob o nº 01/2022, do tipo Menor Preço Global, que tem por objetivo selecionar proposta de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica, drenagem superficial e profunda, calçamento e sinalização de vias urbanas, conforme projeto executivo e seus elementos constitutivos, em atendimento ao Convênio nº 889292/2019, firmado com Ministério do Desenvolvimento Regional.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 18 de maio de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 32/2022

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATO Nº 136/2022.

CONTRATANTE: Município de Campos de Júlio.

CONTRATADO (A): ELIELZA CARDOSO DE MATOS

OBJETO: Professora Indígena

Onde lê –se:

08 – Secretaria de Educação – CC 8100

Proj./Ativ.: 2074

DOT 462 - 3.1.90.11.01.0500 – Vencimentos e Vantagens Fixas

DOT 455 – 3.1.90.13.01.0500 – Obrigações Patronais

Retifica-se e passa a lê-se:

08 – Secretaria de Educação

Proj./Ativ.: 1.074

DOT 754 – 3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0753 Vencimentos e Vantagens Fixas

DOT 755 – 3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0753 Obrigações Patronais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA - CP**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO.**

DO OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para confecção de próteses dentárias dentro do Programa Brasil Sorridente, de acordo com a Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme o de Referência.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 07 de Junho de 2022, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim –S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade ou no site da Prefeitura Municipal http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia/licitacoes.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação@canabravadonorte.org e/ou pelo telefone (66) 3577-1226 citando o nº do edital em questão. Todos os licitantes deverão estar de máscaras e evitar a proximidade com outras pessoas.

Canabrava do Norte-MT, 17 de Maio de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

Portaria nº 051/2022

RH/GABINETE
PORTARIA N. 328, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 328, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **ALTAMIRO JOSE DE OLIVEIRA,** matrícula n.502 ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/01/2020 Á 31/12/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 327, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 327, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **REGINA LOURENÇO DA SILVA FIAIS,** matrícula n. 1774 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/08/2020 Á 31/07/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 326, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 326, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **VANDERLEI TESTONI,** matrícula n.1867, ocupante do cargo devigilante, lotado na Secretaria Municipal de Saúde..

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
05/10/2020 Á 04/10/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 325, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 325, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sra. **DIOMAR ALVES CORREIA,** matrícula n. 455, ocupante do cargo de agente comunitário de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/06/2019 Á 31/05/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2022

Processo: 00001052/2022

Ata de Registro de Preços n.º 087/2022

Assinada em 18/05/2022

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: Rádio Top FM 903 LTDA - ME

CNPJ: 33.255.030/0001-06

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de emissora de rádio FM com alcance em toda extensão territorial do município de Canabrava do Norte/MT, para veiculação de notícias, avisos, comunicados, campanhas e programas informativos para atender diversas secretarias municipais da prefeitura municipal de Canabrava do Norte, sendo: de 03 (três) a 07 (sete) inserções diárias de 30" cada, de segunda a sexta, para avisos, comunicados e campanhas pelo período de 12 meses.

Valor total estimado: R$ **78.870,00 (setenta e oito mil, oitocentos e setenta reais);**

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 18 de maio de 2022.

Modalidade: Pregão Presencial

Nº do Certame: 023/2022

Data da Publicação no DOC: 19/05/2022

RH/GABINETE
PORTARIA N. 324, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 324, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **TULIO CESAR DE SOUZA FREITAS,** matrícula n.1837 ocupante do cargo de odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
15/05/2021 Á 14/05/2022
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 323, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 323, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **ABIGAIL JOSE ARRUDA,** matrícula n. 730, ocupante do cargo de motorista de maquinas pesadas, lotado na Secretaria Municipal de infra- estrutura, serviços e urbanismo

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/02/2021 Á 31/01/2022
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 334, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 334, DE 18 DE MAIO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, **LUCAS RAFAEL PEREIRA,** matrícula funcional n. 2329 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. 032.338.971-62, com e-mail lucasrafaelp@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato CPL n. 037/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **TWI TECNOLOGIA E GESTÃO DE SISTEMAS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.601.924/0001-60, O objeto do presente contratação de empresa para o fornecimento de software integrado para gestão de saúde pública municipal, sendo a Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, Regulação, Assistência Farmacêutica, Controle e Avaliação e Vigilância em Saúde, dentre outras necessidades inerentes ao suporte da Gestão de Saúde do Município de Canabrava do Norte-MT, devendo possuir mecanismos para integrar os sistemas disponibilizados pelo Ministério da Saúde (E-SUS/SISAB, CADWEB, BPA MAGNÉTICO, CNES, SIA, SI-PNI, BNDASAF, SIGTAP, RPOM, RAAS), e rodar sobre servidores de páginas de internet (on-line) e intranet (off-line), conforme especificações e condições necessárias**;**, oriundo do Processo administrativo n**.** 1054/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**, ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional n. 336 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 545.687.731-72, com e-mail: alexandrecondutor@outlook.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LUCAS RAFAEL PEREIRA

ADMINISTRAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO N. 010/2022

ATO AUTORIZATIVO N. 010/2022

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe

são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO, o estabelecido na Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que o art. 268º, § 1º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que compete ao chefe do poder executivo municipal, dar provimento e regulamentar as leis municipais.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder a verba indenizatória, estabelecida no art. 268º, § 1º e § 2º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências, conforme abaixo elencados:

I. LAZARO BORGES DOS ANJOS, portador da matricula funcional n. 2362, ocupante do cargo de **ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ESTUDOS E PROJETOS**,lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, no valor de até R$ 900,00;

§ 1º. A verba será paga mensalmente aos Secretários(as) Municipais, o(a) Chefe de gabinete do Prefeito(a), o(a) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, aos Secretários(as) Adjuntos, o(a) Tesoureiro(a) Municipal, aos Secretários(as) Executivos, aos gerentes, aos Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, aos Assessores(as) Técnicos e ao Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários(as) Municipais, do(da) Chefe de gabinete do Prefeito(a), do(da) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, dos Secretários(as) Adjuntos, do Tesoureiro(a) Municipal, os Secretários(as) Executivos, dos(das) gerentes, dos(das) Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, dos(das) Assessores(as) Técnicos e do(da) Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura, e viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§2º. A prestação de contas do benefício se dará com apresentação de relatório, dispensável documentos fiscais, justificando as despesas, a partir do dia 25 do mês em exercício, até o último dia útil de cada mês.

§ 3º. Para as viagens para Cuiabá e fora do Estado, custear-se-á as despesas de transporte e hospedagem por meio de verbas não previstas na presente Lei.

Art. 3º. Não será concedido verba indenizatória aos Secretários(as) Municipais, o(a) Chefe de gabinete do Prefeito(a), o(a) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, aos Secretários(as) Adjuntos, o(a) Tesoureiro(a) Municipal, aos Secretários(as) Executivos, aos gerentes, aos Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, aos Assessores(as) Técnicos e ao Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura que deixar de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições.

Art. 4º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 5º. Este Ato entra em Vigor na data de sua expedição e de acordo com as datas de vínculo para os servidores com admissão posterior a esta data, devendo ser encaminhada a Gerência de Recursos Humanos, para providencias e arquivamentos.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 28 de Abril de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 335, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 335, DE 18 DE MAIO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional nº 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n.770.870.891.53, com e-mail: nega.73@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 080/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **A P BRITO MADUREIRA - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 22.029.999/0001-34, O objeto da presente Ata é o registro de preços para possível e eventual aquisição de peças e componentes para manutenção e reparo de condicionadores de ar, para atender a demanda das Secretarias Municipais, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;; pelo período de 12 meses, oriundo do Processo Licitatório n. 0304/2022.

Art. 2º. Designaro servidor**, ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional n. 336 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 545.687.731-72, com e-mail: alexandrecondutor@outlook.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

JUCERLEI BONATTO

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 052/2021 de 07 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo será o **MENOR PREÇO**, na forma de Execução direta, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa o fornecimento de equipamentos para implantação de academia ao ar livre, com fornecimento dos aparelhos e instalação dos mesmos no Distrito de Primavera do Fontoura em Canabrava do Norte/MT, conforme convênio 1113-2021;

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 20/05/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 13/06/2022 às 07h30min. (Horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir do dia 13/06/2022 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 13/06/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://licitanet.com.br;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia e https://licitanet.com.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 17 de Maio de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 052/2022

RH/GABINETE
PORTARIA N. 336, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 336, DE 18 DE MAIO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regulariza-

ção das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional nº 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n.770.870.891.53, com e-mail: nega.73@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 081/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **DIEGO CASTRO OLIVEIRA 72045353168,** inscrita no CNPJ sob o nº 43.535.493/0001-77, O objeto da presente Ata é o registro de preços para possível e eventual aquisição de peças e componentes para manutenção e reparo de condicionadores de ar, para atender a demanda das Secretarias Municipais, junto ao município de Canabrava do Norte - MT**;** pelo período de 12 meses, oriundo do Processo Licitatório n. 0304/2022.

Art. 2º. Designaro servidor**, ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional n. 336 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 545.687.731-72, com e-mail: alexandrecondutor@outlook.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

JUCERLEI BONATTO

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2022

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 051/2022 de 07 de Janeiro de 2022, torna público o Resultado do Pregão Presencial 025/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa para o fornecimento de cartuchos de toners e cilindros para impressoras por um período de 12 meses, junto ao município de Canabrava do Norte - MT, onde a Empresa **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 15.259,00 (quinze mil, duzentos e cinquenta e nove reais); e a empresa **MARCOS S. BIUDES - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.257.279/0001-03, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 61.584,00 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais);

Canabrava do Norte-MT, 18 de Maio de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 051/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - E PRORROGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação nomeado pela Portaria 050/2022, vem a público divulgar para o conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento da Tomada de Preço nº. 002/2022, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção do Barracão de Cursos do CRAS, conforme projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, termo de referência e minuta de contrato, anexos que fazem parte do edital, com abertura no dia 18/05/2022, às 08h30min, restou **DESERTA**. E que no uso de suas atribuições, determina a **PRORROGAÇÃO** do certame, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, sendo o dia 14 de junho de 2022, ás 08h30min, horário Brasília, na sala de licitações desta Prefeitura. E sendo mantidas as demais disposições editalícias. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.canabravadonorte.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@canabravadonorte.org, ou pelo telefone (066) 3577-1226.

Canabrava do Norte – MT, 18 de maio de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Presidente da Comissão de Licitação

ADMINISTRAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO N. 009/2022

ATO AUTORIZATIVO N. 009/2022

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO, o estabelecido na Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que o art. 268º, § 1º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que compete ao chefe do poder executivo municipal, dar provimento e regulamentar as leis municipais.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder a verba indenizatória, estabelecida no art. 268º, § 1º e § 2º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências, conforme abaixo elencados:

I. ALMIVAN PEREIRA GUIMARAES, portador da matricula funcional n. 2356, ocupante do cargo de **GERENTE DE CONSTRUÇÃO E REPARO PREDIAL E DE VIAS PÚBLICAS**,lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, no valor de até R$ 900,00;

§ 1º. A verba será paga mensalmente aos Secretários(as) Municipais, o(a) Chefe de gabinete do Prefeito(a), o(a) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, aos Secretários(as) Adjuntos, o(a) Tesoureiro(a) Municipal, aos Secretários(as) Executivos, aos gerentes, aos Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, aos Assessores(as) Técnicos e ao Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários(as) Municipais, do(da) Chefe de gabinete do Prefeito(a), do(da) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, dos Secretários(as) Adjuntos, do Tesoureiro(a) Municipal, os Secretários(as) Executivos, dos(das) gerentes, dos(das) Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, dos(das) Assessores(as) Técnicos e do(da) Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura, e viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§2º. A prestação de contas do benefício se dará com apresentação de relatório, dispensável documentos fiscais, justificando as despesas, a partir do dia 25 do mês em exercício, até o último dia útil de cada mês.

§ 3º. Para as viagens para Cuiabá e fora do Estado, custear-se-á as despesas de transporte e hospedagem por meio de verbas não previstas na presente Lei.

Art. 3º. Não será concedido verba indenizatória aos Secretários(as) Municipais, o(a) Chefe de gabinete do Prefeito(a), o(a) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, aos Secretários(as) Adjuntos, o(a) Tesoureiro(a) Municipal, aos Secretários(as) Executivos, aos gerentes, aos Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, aos Assessores(as) Técnicos e ao Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura que deixar de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições.

Art. 4º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 5º. Este Ato entra em Vigor na data de sua expedição e de acordo com as datas de vínculo para os servidores com admissão posterior a esta data, devendo ser encaminhada a Gerência de Recursos Humanos, para providencias e arquivamentos.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 25 de Abril de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO REVOGATÓRIO N. 002/2022

ATO REVOGATÓRIO N. 002/2022

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO o teor dos **ATO AUTORIZATIVO N. 001/2022** que concedeu verba indenizatória, conforme estabelecido no art. 268º, § 1º e § 2º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1°. Revogar a verba indenizatória, estabelecida na Lei n. 1067/2020 anteriormente concedida aos seguintes servidores:

I. FELIPE DA SILVA FERRO, portador da matrícula funcional n. 2281, ocupante do cargo de Gerente de Recursos Humanos, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no valor de até R$ 900,00.

Art. 2º. A revogação do presente Ato Autorizativo não exime o referido servidor de realizar a prestação de contas do benefício anteriormente concedido, consistente na apresentação de relatório, dispensáveis documentos fiscais, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

Art. 3º. A verba indenizatória concedida não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 4º. Este Ato Revogatório entra em Vigor na data de sua expedição, devendo ser encaminhada a Gerência de Administração, para providências e arquivamentos**.**

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO REVOGATÓRIO N. 003/2022

ATO REVOGATÓRIO N. 003/2022

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO o teor dos **ATO AUTORIZATIVO N. 001/2022** que concedeu verba indenizatória, conforme estabelecido no art. 268º, § 1º e § 2º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1°. Revogar a verba indenizatória, estabelecida na Lei n. 1067/2020 anteriormente concedida aos seguintes servidores:

I. DANDARA LUZ BRITO, portadora da matricula funcional n. 2305, ocupante do cargo de Gerente de pesquisa de mercadolotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no valor de até R$ 900,00;

Art. 2º. A revogação do presente Ato Autorizativo não exime o referido servidor de realizar a prestação de contas do benefício anteriormente concedido, consistente na apresentação de relatório, dispensáveis documentos fiscais, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

Art. 3º. A verba indenizatória concedida não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 4º. Este Ato Revogatório entra em Vigor na data de sua expedição, devendo ser encaminhada a Gerência de Administração, para providências e arquivamentos**.**

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 007/2022/GAPRE - DE 17 DE MAIO 2022.

ATO DE DESIGNAÇÃO 007/2022/GAPRE - DE 17 DE MAIO 2022.

DESIGNA SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELEM DA SILVA NUNES, Secretária chefe deGabinete, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal, **ALINE MURIEL DA SILVA SOARES**, matrícula funcional nº 2295 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 754.219.091-15, para receber, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **ZANATA & LIMA ZANATA LTDA ZANATA AUTO PECAS E SERVIÇOS**, CNPJ: **26.548.172/0001-98**, aquisição de peças e serviço de mão de obra no conserto da camionete traiblazer, para atender as demandas do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal, **LUIZ ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO**, matrícula funcional nº 2300 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 486.994.031.00, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa: **ZANATA & LIMA ZANATA LTDA ZANATA AUTO PECAS E SERVIÇOS**, CNPJ: **26.548.172/0001-98**, aquisição de peças e serviço de mão de obra no conserto da camionete traiblazer, para atender as demandas do Gabinete do Prefeito.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2022.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

HELEM SILVA NUNES

Secretaria chefe de Gabinete

Portaria nº 030/2021

RH/GABINETE
PORTARIA N. 329, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 329, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA,** matrícula n.336 ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
03/01/2019 Á 02/01/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 330, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 330, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **FRANCISCA COELHO DA LUZ,** matrícula n. 354, ocupante do cargo de agente comunitário de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
02/06/2020 Á 01/06/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 331, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 331, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **TATYELHEM FERREIRA DIAS,** matrícula n.1809, ocupante do cargo de Aux. Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
06/02/2021 Á 05/02/2022
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO N. 011/2022

ATO AUTORIZATIVO N. 011/2022

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO, o estabelecido na Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que o art. 268º, § 1º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que compete ao chefe do poder executivo municipal, dar provimento e regulamentar as leis municipais.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder a verba indenizatória, estabelecida no art. 268º, § 1º e § 2º da Lei n. 1067/2020, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências, conforme abaixo elencados:

I. FELIPE DA SILVA FERRO, portador da matricula funcional n. 2358, ocupante do cargo de **GERENTE DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS**,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no valor de até R$ 900,00;

II. ERENILDA MARIA DE OLIVEIRA MENEZES, portadora da matricula funcional n. 2360, ocupante do cargo de **SECRETARIA ADJUNTA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS**,lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, no valor de até R$ 1.200,00;

III. ANDREIA MARIOT, portadora da matricula funcional n. 2359, ocupante do cargo de **GERENTE DE RECURSOS HUMANOS**,lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no valor de até R$ 900,00.

IV. WANDERSON MARTINS DOS SANTOS, portador da matricula funcional n. 2361, ocupante do cargo de **GERENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA ORLA**,lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, no valor de até R$ 900,00.

§ 1º. A verba será paga mensalmente aos Secretários(as) Municipais, o(a) Chefe de gabinete do Prefeito(a), o(a) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, aos Secretários(as) Adjuntos, o(a) Tesoureiro(a) Municipal, aos Secretários(as) Executivos, aos gerentes, aos Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, aos Assessores(as) Técnicos e ao Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários(as) Municipais, do(da) Chefe de gabinete do Prefeito(a), do(da) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, dos Secretários(as) Adjuntos, do Tesoureiro(a) Municipal, os Secretários(as) Executivos, dos(das) gerentes, dos(das) Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, dos(das) Assessores(as) Técnicos e do(da) Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura, e viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§2º. A prestação de contas do benefício se dará com apresentação de relatório, dispensável documentos fiscais, justificando as despesas, a partir do dia 25 do mês em exercício, até o último dia útil de cada mês.

§ 3º. Para as viagens para Cuiabá e fora do Estado, custear-se-á as despesas de transporte e hospedagem por meio de verbas não previstas na presente Lei.

Art. 3º. Não será concedido verba indenizatória aos Secretários(as) Municipais, o(a) Chefe de gabinete do Prefeito(a), o(a) Analista de Licitações e Elaboração de Contratos, aos Secretários(as) Adjuntos, o(a) Tesoureiro(a) Municipal, aos Secretários(as) Executivos, aos gerentes, aos Assessores(as) de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, aos Assessores(as) Técnicos e ao Subprefeito(a) da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura que deixar de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições.

Art. 4º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 5º. Este Ato entra em Vigor na data de sua expedição e de acordo com as datas de vínculo para os servidores com admissão posterior a esta data, devendo ser encaminhada a Gerência de Recursos Humanos, para providencias e arquivamentos.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 02 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 332, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 332, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto ao Servidor Público Municipal, Sr. **GLEISON MORAIS VIDA,** matrícula n. 522 ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
24/02/2021 Á 23/02/2022
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/06/2022 Á 30/06/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 333, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 333, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, **LUCAS RAFAEL PEREIRA,** matrícula funcional n. 2329 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. 032.338.971-62, com e-mail lucasrafaelp@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato CPL n. 034/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a pessoa jurídica **OLGA APARECIDA CORDEIRO 703505751100**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.852.276/0001-73, O objeto do presente Contratação de empresa especializada em transporte terrestre, para transportar pacientes do Município de Canabrava do Norte/MT para a cidade de Água Boa/MT para a realização de exames de imagens (Mamografias), oriundo do Processo administrativo n**.** 2528/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**, ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional n. 336 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 545.687.731-72, com e-mail: alexandrecondutor@outlook.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 18 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LUCAS RAFAEL PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA N°362/2022

Portaria n°362/2022

De 13 de maio de 2022**.**

Conceder Férias a Servidora Pública **Raquel Ferla** e da Outras Providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Raquel Ferla,** por um período de 30 dias a serem gozadas nos seguintes períodos:

• O primeiro período, 10 dias, 11 de julho de 2022 a 20 de julho de 2022; e,

• O último período, 20 dias, 26 de dezembro de 2022 a 14 de janeiro de 2023;

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/02/2021 a 02/02/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 13 de maio de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN
PORTARIA Nº. 05/2022/PREVICAN

"Dispõe sobre a Nomeação dos Membros dos Conselhos Curador e Conselho Fiscal, Eleitos em Assembléia para o Biênio 2022/2023. "

A Diretora Executiva do PREVICAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º Nomear os Membros dos Conselhos Curador e Conselho Fiscal, eleitos em Assembléia dos Servidores Municipais realizada em 05/04/2022, para o Biênio 2022/2023, quais sejam:

Conselho Curador:

Adão Joris Josendi dos Santos (Presidente);

Liane laroszczniski;(Vice-Presidente);

Sheila Cristina Pasqualotti (secretária);

Membros:

Dimitri Melo Menucci;

Nair Evane Bernades;

Marilene Larroque;

Eliane Marques Benedito;

Cleidiane dos Santos;

Nilce Ledi Koester;

Suplentes:

Cleunir Praxedes Peixoto;

Matilde Doehl;

Cleivânia Souza Oliveira;

Conselho Fiscal:

Nielson Guimarães Silva (Presidente);

Maria Jose Araújo (Secretária);

Membros:

Fernando de Souza;

Odailton Rezende Santeiro;

Allynny Martini;

Suplentes:

Maria Auxiliadora de Oliveira;

Maria Estela Gomes da Silva;

Lana Mariuza Pereira Barbosa;

Poliana Martins da Mata;

Valéria Silva Cortez;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data 10/05/2022** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Canarana - MT, 18 de maio de 2022.

Edirce Eunes de Andrade

Diretora Executiva do PREVICAN

Homologo:

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILA Nº. 001/2022 - CONTRATO Nº: 054/2022

TERMO DE APOSTILA Nº. 001/2022

PROCESSO Nº 051/2022

CONTRATO Nº 054/2022

CONVITE Nº 002/2022

VIGÊNCIA: 09/10/2022

Através do presente termo de apostila, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, **RESOLVE** formalizar o presente **termo de apostila** com a empresa **MARCUS PAULO SILVA ROCHA AGUIAR**, portador do CREA 8676/D CREA/DF SSP/MT e CPF nº 996.269.851-00, doravante denominada de **CONTRATADA**, e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº 051/2022**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **CONVITE Nº 002/2022**, de acordo com o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente **APOSTILAMENTO** tem por objeto a **inclusão de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica incluídas na clausula quinta do contrario originário as dotações orçamentárias abaixo mencionadas:

ÓRGÃO: Secretaria de Obras, Estradas e Rodagens

UNIDADE: 01

FUNCIONAL: 04.122..0003.2.058

DOTAÇÃO: 261 – 3.3.90.00 – aplicações diretas

FONTE DE RECURSO: 0500

2.2 – As demais dotações orçamentárias constantes no contrato originário permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente Apostilamento ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93 e ainda clausula primeira, parágrafo único do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 02 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

CONTRATANTE

MP INOVAÇÕES LTDA

MARCUS PAULO SILVA ROCHA AGUIAR

CPF nº 996.269.851-00

CONTRATADA

ENSIO MELATO

Portaria nº 229/2022 de 31/03/2022

FISCAL DO CONTRATO

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

Portaria nº 229/2022 de 31/03/2022

FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**116.215.170,06**	**116.965.170,06**	**22.644.249,38**	**19,36**	**42.755.310,76**	**36,55**	**74.209.859,30**
RECEITAS CORRENTES	**113.503.670,06**	**113.953.670,06**	**22.594.249,38**	**19,83**	**42.668.455,76**	**37,44**	**71.285.214,30**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.370.377,53	23.370.377,53	5.818.138,40	24,90	9.981.351,18	42,71	13.389.026,35
IMPOSTOS	21.581.177,53	21.581.177,53	4.730.878,81	21,92	8.240.958,18	38,19	13.340.219,35
TAXAS	1.584.450,00	1.584.450,00	1.084.261,94	68,43	1.733.895,93	109,43	-149.445,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	204.750,00	204.750,00	2.997,65	1,46	6.497,07	3,17	198.252,93
CONTRIBUIÇÕES	5.529.052,99	5.529.052,99	1.097.591,75	19,85	1.930.805,15	34,92	3.598.247,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.211.673,59	3.211.673,59	758.167,81	23,61	1.233.031,51	38,39	1.978.642,08
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB	2.264.879,40	2.264.879,40	339.423,94	14,99	697.773,64	30,81	1.567.105,76
RECEITA PATRIMONIAL	3.684.150,00	4.134.150,00	136.154,27	3,29	284.481,61	6,88	3.849.668,39
VALORES MOBILIÁRIOS	3.684.150,00	4.134.150,00	136.154,27	3,29	284.481,61	6,88	3.849.668,39
RECEITA DE SERVIÇOS	71.191,28	71.191,28	0,00	0,00	0,00	0,00	71.191,28
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	71.191,28	71.191,28	0,00	0,00	0,00	0,00	71.191,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.661.998,26	80.661.998,26	15.511.246,54	19,23	30.423.387,61	37,72	50.238.610,65
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	26.779.215,80	26.779.215,80	4.160.361,36	15,54	9.232.042,20	34,47	17.547.173,60
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	38.306.664,35	38.306.664,35	8.389.359,65	21,90	15.293.582,94	39,92	23.013.081,41
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	15.576.118,11	15.576.118,11	2.961.525,53	19,01	5.897.762,47	37,86	9.678.355,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.900,00	186.900,00	31.118,42	16,65	48.430,21	25,91	138.469,79
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00	774,11	2,63	28.625,89
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBI	0,00	0,00	12.900,66	0,00	12.900,66	0,00	-12.900,66
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	157.500,00	157.500,00	18.217,76	11,57	34.755,44	22,07	122.744,56
RECEITAS DE CAPITAL	**2.711.500,00**	**3.011.500,00**	**50.000,00**	**1,66**	**86.855,00**	**2,88**	**2.924.645,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.701.000,00	3.001.000,00	50.000,00	1,67	86.855,00	2,89	2.914.145,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.913.500,00	1.913.500,00	0,00	0,00	36.855,00	1,93	1.876.645,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	787.500,00	1.087.500,00	50.000,00	4,60	50.000,00	4,60	1.037.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**5.451.279,29**	**5.451.279,29**	**1.120.354,74**	**20,55**	**1.815.494,00**	**33,30**	**3.635.785,29**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**121.666.449,35**	**122.416.449,35**	**23.764.604,12**	**19,41**	**44.570.804,76**	**36,41**	**77.845.644,59**

Continua 1/4

Município de CANARANA - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**121.666.449,35**	**122.416.449,35**	**23.764.604,12**	**19,41**	**44.570.804,76**	**36,41**	**77.845.644,59**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	9.575.680,99	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	121.666.449,35	122.416.449,35	23.764.604,12	19,41	54.146.485,75	44,23	—
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	630.000,00	—	—	630.000,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	630.000,00	—	—	630.000,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**107.152.781,35**	**109.508.595,35**	**25.727.274,96**	**54.832.688,39**	**54.675.906,96**	**25.731.421,61**	**52.096.785,13**	**57.411.810,22**	**42.893.590,83**
DESPESAS CORRENTES	**98.240.006,35**	**100.183.820,35**	**23.922.435,29**	**51.994.280,50**	**48.189.539,85**	**23.992.857,98**	**49.815.329,10**	**50.368.491,25**	**41.409.530,74**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.508.182,68	50.081.182,68	10.651.934,13	20.816.727,28	29.264.455,40	10.651.934,13	20.816.621,41	29.264.561,27	20.232.393,03
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	330.000,00	580.000,00	236.284,05	466.238,01	113.761,99	236.284,05	466.238,01	113.761,99	466.238,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.401.823,67	49.522.637,67	13.034.217,11	30.711.315,21	18.811.322,46	13.104.639,80	28.532.469,68	20.990.167,99	20.710.899,70
DESPESAS DE CAPITAL	**8.012.775,00**	**8.424.775,00**	**1.804.839,67**	**2.838.407,89**	**5.586.367,11**	**1.738.563,63**	**2.281.456,03**	**6.143.318,97**	**1.484.060,09**
INVESTIMENTOS	7.012.775,00	8.127.775,00	1.804.839,67	2.838.407,89	5.289.367,11	1.738.563,63	2.281.456,03	5.846.318,97	1.484.060,09
AMORTIZACAO DE DIVIDA	1.000.000,00	297.000,00	0,00	0,00	297.000,00	0,00	0,00	297.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**900.000,00**	**900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**900.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**5.681.115,12**	**5.681.115,12**	**1.004.086,61**	**2.052.313,57**	**3.628.801,55**	**1.001.473,66**	**2.049.700,62**	**3.631.414,50**	**1.565.842,94**

Continua 2/4

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**5.681.115,12**	**5.681.115,12**	**1.004.086,61**	**2.052.313,57**	**3.628.801,55**	**1.001.473,66**	**2.049.700,62**	**3.631.414,50**	**1.565.842,94**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**112.833.896,47**	**115.189.710,47**	**26.731.361,57**	**56.885.001,96**	**58.304.708,51**	**26.732.895,27**	**54.146.485,75**	**61.043.224,72**	**44.459.433,77**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**112.833.896,47**	**115.189.710,47**	**26.731.361,57**	**56.885.001,96**	**58.304.708,51**	**26.732.895,27**	**54.146.485,75**	**61.043.224,72**	**44.459.433,77**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	111.370,99
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	112.833.896,47	115.189.710,47	26.731.361,57	56.885.001,96	—	26.732.895,27	54.146.485,75	—	44.570.804,76
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**5.451.279,29**	**5.451.279,29**	**1.120.354,74**	**20,55**	**1.815.494,00**	**33,30**	**3.635.785,29**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**5.451.279,29**	**5.451.279,29**	**1.120.354,74**	**20,55**	**1.815.494,00**	**33,30**	**3.635.785,29**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.923.529,29	3.923.529,29	784.886,82	20,00	1.272.247,40	32,43	2.651.281,89
Contribuições Sociais	3.923.529,29	3.923.529,29	784.886,82	20,00	1.272.247,40	32,43	2.651.281,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.527.750,00	1.527.750,00	335.467,92	21,96	543.246,60	35,56	984.503,40
Demais Receitas Correntes	1.527.750,00	1.527.750,00	335.467,92	21,96	543.246,60	35,56	984.503,40

Continua 3/4

Município de CANARANA - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**5.681.115,12**	**5.681.115,12**	**1.004.086,61**	**2.052.313,57**	**3.628.801,55**	**1.001.473,66**	**2.049.700,62**	**3.631.414,50**	**1.565.842,94**
DESPESAS CORRENTES	5.681.115,12	5.681.115,12	1.004.086,61	2.052.313,57	3.628.801,55	1.001.473,66	2.049.700,62	3.631.414,50	1.565.842,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.681.115,12	5.681.115,12	1.004.086,61	2.052.313,57	3.628.801,55	1.001.473,66	2.049.700,62	3.631.414,50	1.565.842,94
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 112.583,45

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	115.985.334,23	118.341.148,23	25.727.274,96	54.832.688,39	96,39	63.508.459,84	25.731.421,61	52.096.785,13	96,21	66.244.363,10
Legislativa	4.350.000,00	4.350.000,00	734.653,87	1.501.324,67	2,64	2.848.675,33	698.119,71	1.307.512,99	2,41	3.042.487,01
Ação Legislativa	4.350.000,00	4.350.000,00	734.653,87	1.501.324,67	2,64	2.848.675,33	698.119,71	1.307.512,99	2,41	3.042.487,01
Administração	16.239.237,65	17.052.737,65	3.705.108,75	10.998.932,08	19,34	6.053.805,57	3.622.986,52	10.533.983,05	19,45	6.518.754,60
Administração Geral	15.059.237,65	15.909.937,65	3.253.428,73	10.174.689,14	17,89	5.735.248,51	3.174.891,90	9.714.525,71	17,94	6.195.411,94
Administração Financeira	965.000,00	927.800,00	410.931,60	743.293,02	1,31	184.506,98	407.346,20	738.507,42	1,36	189.292,58
Controle Interno	215.000,00	215.000,00	40.748,42	80.949,92	0,14	134.050,08	40.748,42	80.949,92	0,15	134.050,08
Assistência Social	5.228.100,00	5.036.100,00	1.045.474,81	2.283.118,74	4,01	2.752.981,26	1.071.096,96	2.202.602,94	4,07	2.833.497,06
Administração Geral	3.700.000,00	3.598.000,00	927.134,67	1.998.114,89	3,51	1.599.885,11	966.655,82	1.936.604,09	3,58	1.661.395,91
Assistência ao Idoso	20.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	257.500,00	230.500,00	21.920,73	58.559,67	0,10	171.940,33	21.920,73	58.559,67	0,11	171.940,33
Assistência Comunitária	1.250.600,00	1.199.600,00	96.419,41	226.444,18	0,40	973.155,82	82.520,41	207.439,18	0,38	992.160,82
Previdência Social	12.447.552,88	12.447.552,88	1.091.492,16	2.374.179,95	4,17	10.073.372,93	1.132.102,03	2.222.122,29	4,10	10.225.430,59
Previdência do Regime Estatutário	12.447.552,88	12.447.552,88	1.091.492,16	2.374.179,95	4,17	10.073.372,93	1.132.102,03	2.222.122,29	4,10	10.225.430,59
Saúde	26.862.991,75	28.100.491,75	7.282.516,07	13.978.423,96	24,57	14.122.067,79	6.770.476,26	12.913.960,71	23,85	15.186.531,04
Administração Geral	2.170.000,00	2.929.500,00	977.264,21	1.754.687,91	3,08	1.174.812,09	672.776,81	1.408.172,21	2,60	1.521.327,79
Atenção Básica	5.793.500,00	6.697.000,00	1.692.706,05	3.519.704,72	6,19	3.177.295,28	1.682.991,41	3.376.297,76	6,24	3.320.702,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.059.491,75	14.755.991,75	4.087.265,35	7.684.024,67	13,51	7.071.967,08	3.879.884,29	7.142.184,60	13,19	7.613.807,15
Suporte Profilático e Terapêutico	1.990.000,00	1.920.000,00	296.213,70	565.467,50	0,99	1.354.532,50	307.116,01	553.638,00	1,02	1.366.362,00
Vigilância Sanitária	1.425.000,00	1.373.000,00	194.345,26	365.777,86	0,64	1.007.222,14	192.986,24	344.906,84	0,64	1.028.093,16
Vigilância Epidemiológica	425.000,00	425.000,00	34.721,50	88.761,30	0,16	336.238,70	34.721,50	88.761,30	0,16	336.238,70
Trabalho	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Educação	26.869.273,11	27.744.273,11	5.868.190,56	11.203.593,00	19,70	16.540.680,11	6.628.365,15	11.117.228,15	20,53	16.627.044,96
Alimentação e Nutrição	403.650,00	403.650,00	128.850,98	140.414,95	0,25	263.235,05	128.850,98	140.414,95	0,26	263.235,05
Ensino Fundamental	19.649.240,43	20.424.240,43	4.112.324,82	7.843.385,83	13,79	12.580.854,60	4.635.559,27	7.774.460,98	14,36	12.649.779,45
Ensino Superior	70.000,00	70.000,00	672,08	893,43	0,00	69.106,57	672,08	893,43	0,00	69.106,57
Educação Infantil	6.746.382,68	6.846.382,68	1.626.342,68	3.218.898,79	5,66	3.627.483,89	1.863.282,82	3.201.458,79	5,91	3.644.923,89
Cultura	865.500,00	833.814,00	91.992,45	349.696,78	0,61	484.117,22	82.559,67	327.196,78	0,60	506.617,22
Difusão Cultural	865.500,00	833.814,00	91.992,45	349.696,78	0,61	484.117,22	82.559,67	327.196,78	0,60	506.617,22
Urbanismo	1.800.500,00	2.131.500,00	481.177,58	1.166.136,36	2,05	965.363,64	481.177,58	1.166.136,36	2,15	965.363,64
Defesa Naval	30.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Serviços Urbanos	1.770.500,00	2.111.500,00	481.177,58	1.166.136,36	2,05	945.363,64	481.177,58	1.166.136,36	2,15	945.363,64

Continua 1/4

Município de CANARANA - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	115.985.334,23	118.341.148,23	25.727.274,96	54.832.688,39	96,39	63.508.459,84	25.731.421,61	52.096.785,13	96,21	66.244.363,10
Habitação	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Habitação Urbana	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Saneamento	1.700.000,00	1.433.500,00	673.739,08	1.249.149,22	2,20	184.350,78	530.402,22	1.105.812,36	2,04	327.687,64
Saneamento Básico Urbano	1.700.000,00	1.433.500,00	673.739,08	1.249.149,22	2,20	184.350,78	530.402,22	1.105.812,36	2,04	327.687,64
Gestão Ambiental	30.000,00	30.000,00	16.389,29	16.399,27	0,03	13.600,73	16.389,29	16.399,27	0,03	13.600,73
Preservação e Conservação Ambiental	30.000,00	30.000,00	16.389,29	16.399,27	0,03	13.600,73	16.389,29	16.399,27	0,03	13.600,73
Agricultura	1.830.000,00	1.770.000,00	446.666,50	947.689,38	1,67	822.310,62	437.308,50	932.879,38	1,72	837.120,62
Administração Geral	1.420.000,00	1.420.000,00	431.492,20	863.939,48	1,52	556.060,52	422.134,20	849.129,48	1,57	570.870,52
Extensão Rural	410.000,00	350.000,00	15.174,30	83.749,90	0,15	266.250,10	15.174,30	83.749,90	0,15	266.250,10
Indústria	60.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
Promoção Industrial	60.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
Comércio e Serviços	1.240.000,00	1.272.000,00	181.089,46	395.591,05	0,70	876.408,95	168.008,35	380.493,94	0,70	891.506,06
Promoção Comercial	620.000,00	659.000,00	112.356,08	320.304,06	0,56	338.695,94	99.274,97	305.206,95	0,56	353.793,05
Turismo	620.000,00	613.000,00	68.733,38	75.286,99	0,13	537.713,01	68.733,38	75.286,99	0,14	537.713,01
Energia	2.315.404,40	2.774.404,40	366.228,36	1.121.237,58	1,97	1.653.166,82	617.156,86	1.121.237,58	2,07	1.653.166,82
Conservação de Energia	2.275.404,40	2.265.404,40	289.536,78	644.275,75	1,13	1.621.128,65	289.536,78	644.275,75	1,19	1.621.128,65
Energia Elétrica	40.000,00	509.000,00	76.691,58	476.961,83	0,84	32.038,17	327.620,08	476.961,83	0,88	32.038,17
Transporte	8.981.774,44	7.895.774,44	2.776.721,39	5.308.269,44	9,33	2.587.505,00	2.383.127,27	4.825.719,81	8,91	3.070.054,63
Transporte Aéreo	150.000,00	155.000,00	56.946,99	98.145,99	0,17	56.854,01	56.946,99	98.145,99	0,18	56.854,01
Transporte Rodoviário	8.831.774,44	7.740.774,44	2.719.774,40	5.210.123,45	9,16	2.530.650,99	2.326.180,28	4.727.573,82	8,73	3.013.200,62
Desporto e Lazer	2.260.000,00	2.506.000,00	729.550,58	1.472.708,90	2,59	1.033.291,10	855.861,19	1.457.261,51	2,69	1.048.738,49
Desporto Comunitário	2.260.000,00	2.506.000,00	729.550,58	1.472.708,90	2,59	1.033.291,10	855.861,19	1.457.261,51	2,69	1.048.738,49
Encargos Especiais	780.000,00	780.000,00	236.284,05	466.238,01	0,82	313.761,99	236.284,05	466.238,01	0,86	313.761,99
Serviço da Dívida Interna	780.000,00	780.000,00	236.284,05	466.238,01	0,82	313.761,99	236.284,05	466.238,01	0,86	313.761,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.681.115,12	5.681.115,12	1.004.086,61	2.052.313,57	3,61	3.628.801,55	1.001.473,66	2.049.700,62	3,79	3.631.414,50
Legislativa	250.000,00	250.000,00	33.290,11	76.012,00	0,13	173.988,00	33.290,11	76.012,00	0,14	173.988,00
Ação Legislativa	250.000,00	250.000,00	33.290,11	76.012,00	0,13	173.988,00	33.290,11	76.012,00	0,14	173.988,00
Administração	796.000,00	796.000,00	137.964,93	288.092,68	0,51	507.907,32	137.964,93	288.092,68	0,53	507.907,32
Administração Geral	756.000,00	756.000,00	130.247,09	272.649,45	0,48	483.350,55	130.247,09	272.649,45	0,50	483.350,55
Controle Interno	40.000,00	40.000,00	7.717,84	15.443,23	0,03	24.556,77	7.717,84	15.443,23	0,03	24.556,77

Continua 2/4

Município de CANARANA - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.681.115,12	5.681.115,12	1.004.086,61	2.052.313,57	3,61	3.628.801,55	1.001.473,66	2.049.700,62	3,79	3.631.414,50
Assistência Social	175.000,00	175.000,00	19.109,82	41.626,06	0,07	133.373,94	19.109,82	41.626,06	0,08	133.373,94
Administração Geral	160.000,00	160.000,00	19.109,82	41.626,06	0,07	118.373,94	19.109,82	41.626,06	0,08	118.373,94
Assistência à Criança e ao Adolescente	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Previdência Social	8.000,00	8.000,00	2.479,10	4.800,46	0,01	3.199,54	2.479,10	4.800,46	0,01	3.199,54
Previdência do Regime Estatutário	8.000,00	8.000,00	2.479,10	4.800,46	0,01	3.199,54	2.479,10	4.800,46	0,01	3.199,54
Saúde	1.900.000,00	1.900.000,00	391.392,33	800.819,10	1,41	1.099.180,90	388.779,38	798.206,15	1,47	1.101.793,85
Administração Geral	110.000,00	110.000,00	39.252,51	88.904,90	0,16	21.095,10	39.252,51	88.904,90	0,16	21.095,10
Atenção Básica	670.000,00	670.000,00	111.168,77	239.496,70	0,42	430.503,30	111.168,77	239.496,70	0,44	430.503,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	810.000,00	810.000,00	194.279,87	382.679,42	0,67	427.320,58	194.279,87	382.679,42	0,71	427.320,58
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	100.000,00	19.478,56	38.241,44	0,07	61.758,56	19.478,56	38.241,44	0,07	61.758,56
Vigilância Sanitária	160.000,00	160.000,00	21.936,86	40.591,56	0,07	119.408,44	19.323,91	37.978,61	0,07	122.021,39
Vigilância Epidemiológica	50.000,00	50.000,00	5.275,76	10.905,08	0,02	39.094,92	5.275,76	10.905,08	0,02	39.094,92
Educação	2.341.615,12	2.341.615,12	392.868,05	784.062,00	1,38	1.557.553,12	392.868,05	784.062,00	1,45	1.557.553,12
Ensino Fundamental	1.436.615,12	1.436.615,12	201.577,00	410.857,85	0,72	1.025.757,27	201.577,00	410.857,85	0,76	1.025.757,27
Educação Infantil	905.000,00	905.000,00	191.291,05	373.204,15	0,66	531.795,85	191.291,05	373.204,15	0,69	531.795,85
Cultura	30.000,00	30.000,00	4.146,00	9.144,69	0,02	20.855,31	4.146,00	9.144,69	0,02	20.855,31
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	4.146,00	9.144,69	0,02	20.855,31	4.146,00	9.144,69	0,02	20.855,31
Agricultura	80.000,00	80.000,00	13.275,71	27.735,31	0,05	52.264,69	13.275,71	27.735,31	0,05	52.264,69
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	13.275,71	27.735,31	0,05	52.264,69	13.275,71	27.735,31	0,05	52.264,69
Comércio e Serviços	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Promoção Comercial	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00

Continua 3/4

Município de CANARANA - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.681.115,12	5.681.115,12	1.004.086,61	2.052.313,57	3,61	3.628.801,55	1.001.473,66	2.049.700,62	3,79	3.631.414,50
Desporto e Lazer	100.000,00	100.000,00	9.560,56	20.021,27	0,04	79.978,73	9.560,56	20.021,27	0,04	79.978,73
Desporto Comunitário	100.000,00	100.000,00	9.560,56	20.021,27	0,04	79.978,73	9.560,56	20.021,27	0,04	79.978,73
TOTAL **(III) = (I + II)**	121.666.449,35	124.022.263,35	26.731.361,57	56.885.001,96	100,00	67.137.261,39	26.732.895,27	54.146.485,75	100,00	69.875.777,60

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Assinado Digitalmente

Município de CANARANA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2021 A ABRIL/2022

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2022
	Mai/2021	Jun/2021	Jul/2021	Ago/2021	Set/2021	Out/2021	Nov/2021	Dez/2021	Jan/2022	Fev/2022	Mar/2022	Abr/2022	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**9.712.173,59**	**12.426.610,57**	**10.392.822,09**	**13.800.439,77**	**13.816.113,87**	**16.562.199,82**	**10.978.380,85**	**14.715.699,76**	**10.473.439,12**	**11.604.534,48**	**12.461.739,52**	**11.866.266,17**	**148.810.419,61**	**118.866.515,95**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.054.177,48	4.489.265,38	1.794.512,75	4.802.005,92	3.507.872,86	2.198.109,84	1.969.494,89	2.504.826,02	1.686.105,14	2.477.107,64	2.832.927,18	2.985.211,22	33.301.716,32	23.381.927,53
IPTU	613.220,91	2.428.900,76	346.218,11	276.978,77	150.759,86	119.442,32	128.003,42	95.994,50	144.871,60	199.021,28	387.456,41	474.574,15	5.365.442,09	4.638.041,07
ISS	612.899,45	676.191,55	948.095,77	916.432,31	1.079.522,93	1.116.581,66	981.915,97	1.206.749,14	210.819,47	240.595,14	321.413,22	338.399,02	8.649.615,63	6.004.321,05
ITBI	292.315,72	835.058,60	117.374,97	3.127.701,75	1.835.561,07	558.110,54	427.585,53	736.035,15	342.152,32	854.518,28	187.775,41	682.605,45	9.996.794,79	4.522.875,00
IRRF	353.283,73	335.829,15	284.756,15	342.399,86	323.820,27	284.761,61	370.515,21	381.183,77	18.241,91	245.716,17	395.454,71	510.620,83	3.846.583,37	3.964.092,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	182.457,67	213.285,32	98.067,75	138.493,23	118.308,73	119.213,71	61.474,76	84.863,46	970.019,84	937.256,77	1.540.827,43	979.011,77	5.443.280,44	4.252.597,67
Contribuições	155.594,93	173.076,12	164.158,87	176.877,67	175.451,21	181.516,52	191.066,07	191.807,08	178.283,57	180.066,13	147.689,65	191.734,29	2.107.322,11	2.317.379,40
Receita Patrimonial	119.939,61	29.912,20	18.123,58	25.001,99	30.919,85	41.677,21	79.583,96	148.886,67	64.577,84	64.369,00	70.222,33	47.862,45	741.076,69	500.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	119.939,61	29.912,20	18.123,58	25.001,99	30.919,85	41.677,21	79.583,96	148.886,67	64.577,84	64.369,00	70.222,33	47.862,45	741.076,69	500.100,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	6.508,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.508,94	71.191,28
Transferências Correntes	7.281.397,23	7.723.942,75	8.402.948,99	8.795.757,69	10.097.780,51	14.133.438,70	8.690.501,06	11.851.312,37	8.544.472,57	8.882.563,95	9.410.900,36	8.628.557,55	112.443.573,73	92.567.567,74
Cota-Parte do FPM	1.609.708,76	1.392.148,14	1.902.205,29	1.520.873,84	1.194.399,11	1.330.959,18	1.728.552,17	2.573.287,48	1.787.716,57	2.495.501,58	1.512.874,33	1.793.291,78	20.841.518,23	16.273.685,78
Cota-Parte do ICMS	2.862.772,35	3.684.606,93	3.766.931,52	4.237.046,04	3.994.654,63	4.987.071,21	4.389.093,80	4.065.980,55	3.926.448,02	3.642.909,24	4.538.241,97	3.493.645,90	47.589.402,16	37.443.845,88
Cota-Parte do IPVA	214.141,92	240.778,16	338.538,22	315.124,22	372.874,72	382.984,53	278.447,77	214.425,05	196.275,70	250.260,04	565.698,61	675.231,34	4.044.780,28	3.675.000,00
Cota-Parte do ITR	23.703,53	6.743,50	7.426,00	48.117,79	414.017,31	2.525.214,43	288.172,23	329.027,22	249.171,14	26.196,19	29.149,70	32.924,54	3.979.863,58	4.541.283,81
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Transferências da LC 61/1989	21.023,31	21.751,01	23.389,48	19.072,33	23.878,94	24.748,50	20.751,56	23.125,32	28.076,42	19.973,55	10.085,03	34.118,81	269.994,26	168.000,00
Transferências do FUNDEB	1.306.203,84	1.451.853,51	1.455.516,12	1.654.473,25	1.536.699,98	1.963.246,79	1.747.403,46	1.668.463,33	1.452.171,61	1.484.065,33	1.583.155,49	1.378.370,04	18.681.622,75	15.576.118,11
Outras Transferências Correntes	1.243.843,52	926.061,50	908.942,36	1.001.050,22	2.561.255,82	2.919.214,06	238.080,07	2.977.003,42	904.613,11	963.658,02	1.171.695,23	1.220.975,14	17.036.392,47	14.837.134,16
Outras Receitas Correntes	101.064,34	10.414,12	6.568,96	796,50	3.989,44	7.457,55	47.734,87	18.867,62	0,00	427,76	0,00	12.900,66	210.221,82	28.350,00
DEDUÇÕES (II)	**1.052.515,67**	**1.080.493,04**	**1.067.247,72**	**1.226.942,27**	**1.197.527,37**	**1.855.140,74**	**1.372.190,52**	**1.387.814,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.239.871,44**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.815,21	8.268,84	16.537,68	0,00	0,00	0,00	0,00	31.621,73	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	110.450,54	15.637,83	1.870,24	2.710,04	2.338,36	3.079,74	27.552,49	90.068,07	0,00	0,00	0,00	0,00	253.707,31	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	942.065,13	1.064.855,21	1.065.377,48	1.224.232,23	1.195.189,01	1.845.245,79	1.336.369,19	1.281.208,36	0,00	0,00	0,00	0,00	9.954.542,40	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**8.659.657,92**	**11.346.117,53**	**9.325.574,37**	**12.573.497,50**	**12.618.586,50**	**14.707.059,08**	**9.606.190,33**	**13.327.885,65**	**10.473.439,12**	**11.604.534,48**	**12.461.739,52**	**11.866.266,17**	**138.570.548,17**	**118.866.515,95**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**8.659.657,92**	**11.346.117,53**	**9.325.574,37**	**12.573.497,50**	**12.618.586,50**	**14.707.059,08**	**9.606.190,33**	**13.327.885,65**	**10.473.439,12**	**11.604.534,48**	**12.461.739,52**	**11.866.266,17**	**138.570.548,17**	**118.866.515,95**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	**8.659.657,92**	**11.346.117,53**	**9.325.574,37**	**12.573.497,50**	**12.618.586,50**	**14.707.059,08**	**9.606.190,33**	**13.327.885,65**	**10.473.439,12**	**11.604.534,48**	**12.461.739,52**	**11.866.266,17**	**138.570.548,17**	**118.866.515,95**

Fonte:

CANARANA, 17/05/2022

Município de CANARANA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2022 (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	12.448.202,88	3.120.705,90
Receita de Contribuições dos Segurados	3.206.423,59	1.233.031,51
Ativo	3.206.423,59	1.233.031,51
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.922.479,29	1.272.247,40
Ativo	3.922.479,29	1.272.247,40
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.633.000,00	37.078,60
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.633.000,00	37.078,60
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.686.300,00	578.348,39
Compensação Financeira entre os regimes	157.500,00	34.755,44
Receita de Aportes Periód. para Amort. de Déficit Atuarial do RPPS(II)	1.527.750,00	543.246,60
Demais Receitas Correntes	1.050,00	346,35
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**10.920.452,88**	**2.577.459,30**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre/2022 (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre/2022 (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre/2022 (f)
Benefícios	0,00	333.103,34	333.103,34	333.103,34
Aposentadorias	0,00	32.286,51	32.286,51	32.286,51
Pensões por Morte	0,00	300.816,83	300.816,83	300.816,83
Outras Despesas Previdenciárias	258.000,00	1.833.020,88	1.833.020,88	1.832.889,07
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	258.000,00	1.833.020,88	1.833.020,88	1.832.889,07
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**258.000,00**	**2.166.124,22**	**2.166.124,22**	**2.165.992,41**

Continua 1/3

Assinado Digitalmente

Município de CANARANA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	**10.662.452,88**	**411.335,08**	**411.335,08**	**411.466,89**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	8.832.552,88

APORTES DE RECURSOS FARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PERÍODO DE REFERÊNCIA
	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.227.828,93
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2022 (b)
RECEITAS CORRENTES	1.050,00	371,39
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	**1.050,00**	**371,39**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre/2022 (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre/2022 (e)	DESPESAS FAGAS Até o Bimestre/2022 (f)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Assinado Digitalmente

Município de CANARANA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre/2022 (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre/2022 (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre/2022 (f)
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	**1.050,00**	**371,39**	**371,39**	**371,39**

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA
	2022
Caixa e equivalentes de caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2022 (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre/2022 (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre/2022 (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre/2022 (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX)=(XVII-XVI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	113.953.670,06	42.668.455,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.370.377,53	9.981.351,18
I.P.T.U.	4.634.891,07	1.205.923,44
I.S.S.	6.001.171,05	1.111.226,85
I.T.B.I.	4.519.725,00	2.067.051,46
I.R.R.F.	3.964.092,74	1.170.033,62
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.250.497,67	4.427.115,81
Contribuições	5.529.052,99	1.930.805,15
Receita Patrimonial	4.134.150,00	284.481,61
Aplicações Financeiras(II)	4.134.150,00	284.481,61
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	80.661.998,26	30.423.387,61
Cota-Parte do FPM	13.310.642,24	6.071.507,49
Cota-Parte do ICMS	29.955.076,70	12.480.996,19
Cota-Parte do IPVA	2.940.000,00	1.349.972,85
Cota-Parte do ITR	3.633.027,05	269.953,30
Transferências da LC 87/1996	42.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	168.000,00	92.253,81
Transferências do FUNDEB	15.576.118,11	5.897.762,47
Outras Transferências Correntes	15.037.134,16	4.260.941,50
Demais Receitas Correntes	258.091,28	48.430,21
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	258.091,28	48.430,21
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	109.819.520,06	42.383.974,15
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.011.500,00	86.855,00
Operação de Crédito(VI)	10.500,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.001.000,00	86.855,00
Convênios	1.087.500,00	50.000,00
Outras Transferências de Capital	1.913.500,00	36.855,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	3.001.000,00	86.855,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**112.820.520,06**	**42.470.829,15**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	100.183.820,35	51.994.280,50	49.815.329,10	41.409.530,74	738.566,84	37.723,20	34.843,20
Pessoal e Encargos Sociais	50.081.182,68	20.816.727,28	20.816.621,41	20.232.393,03	157.246,78	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	580.000,00	466.238,01	466.238,01	466.238,01	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	49.522.637,67	30.711.315,21	28.532.469,68	20.710.899,70	581.320,06	37.723,20	34.843,20
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	49.522.637,67	30.711.315,21	28.532.469,68	20.710.899,70	581.320,06	37.723,20	34.843,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	99.603.820,35	51.528.042,49	49.349.091,09	40.943.292,73	738.566,84	37.723,20	34.843,20
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.424.775,00	2.838.407,89	2.281.456,03	1.484.060,09	1.516.500,00	0,00	0,00
Investimentos	8.127.775,00	2.838.407,89	2.281.456,03	1.484.060,09	1.516.500,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	297.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.127.775,00	2.838.407,89	2.281.456,03	1.484.060,09	1.516.500,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**108.631.595,35**	**54.366.450,38**	**51.630.547,12**	**42.427.352,82**	**2.255.066,84**	**37.723,20**	**34.843,20**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**-2.246.433,71**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	6.697.738,71

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2022
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	247.031,62
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	476.308,38
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**-2.475.710,47**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	10.051.888,71

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA	
	SALDO	
	Em 31 Dez 2021(a)	Até o Bimestre/2022(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	21.080.613,31	21.080.613,31
DEDUÇÕES (XXIX)	10.530.221,06	-680.167,33
Disponibilidade de Caixa	10.530.221,06	-680.167,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.252.023,00	11.175.861,75
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	2.721.801,94	9.892.705,53
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	1.963.323,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	10.550.392,25	21.760.780,64

Continua 3/4

Assinado Digitalmente

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2021(a)	Até o Bimestre/2022(b)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	**-11.210.388,39**	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2022
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-7.170.903,59
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**-4.039.484,80**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	**-3.810.208,04**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	630.000,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	630.000,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2021 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	121.183,59	2.350.081,55	2.255.086,84	-	216.198,30	437.434,96	594.500,11	37.723,20	34.843,20	-	997.091,87	1.213.290,17
EXECUTIVO	121.183,59	2.350.081,55	2.255.066,84	0,00	216.198,30	437.434,96	594.500,11	37.723,20	34.843,20	0,00	997.091,87	1.213.290,17
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	120.950,77	2.349.831,55	2.254.816,84	0,00	215.965,48	435.056,18	584.468,28	32.178,28	29.298,28	0,00	990.226,18	1.206.191,66
SECRETARIA DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	696,00	0,00	0,00	0,00	696,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	696,00
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	725,00	14.461,21	14.461,21	0,00	725,00	0,00	7.510,00	5.760,00	2.880,00	0,00	4.630,00	5.355,00
SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERV. (	463,08	0,00	0,00	0,00	463,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463,08
SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇ	18,00	15.913,01	15.913,01	0,00	18,00	0,00	2.240,00	1.680,00	1.680,00	0,00	560,00	578,00
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMB	0,00	2.045,36	2.045,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	450,00	29.051,67	28.651,67	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00
SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMIC	0,22	7.292,04	7.292,04	0,00	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22
SECRETARIA MUN. OBRAS ESTRADAS E RODAGE	7.536,36	0,00	0,00	0,00	7.536,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.536,36
SECRETARIA MUNICIFAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE EDUCAÇÃO E CULTU	16.761,51	1.936.375,23	1.936.375,23	0,00	16.761,51	0,00	9.325,00	9.325,00	9.325,00	0,00	0,00	16.761,51
SECRETARIA MUNICIFAL DE ESPORTES E LAZER	772,68	0,00	0,00	0,00	772,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772,68
SECRETARIA MUNICIFAL DE FINANÇAS	8.793,52	125.663,24	125.663,24	0,00	8.793,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.793,52
SECRETARIA MUNICIFAL DE JUVENTUDE ESPORT	568,00	6.177,97	6.177,97	0,00	568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE OBRAS, ESTRADAS E	66.935,68	177.492,46	84.212,25	0,00	160.215,89	381.627,94	290.030,00	0,00	0,00	0,00	671.657,94	831.873,83
SECRETARIA MUNICIFAL DE SAÚDE E SANEAMEN	13.144,63	35.359,36	34.024,86	0,00	14.479,13	53.428,24	275.363,28	15.413,28	15.413,28	0,00	313.378,24	327.857,37
SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.686,09	0,00	0,00	0,00	3.686,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.686,09
PREVICAN-FUNDO MUN. PREV. SERV. CANARANA	232,82	250,00	250,00	0,00	232,82	2.378,78	10.031,83	5.544,92	5.544,92	0,00	6.865,69	7.098,51
PREVICAN - FUNDO MUN. PREV. SERV. CANARAN/	232,82	0,00	0,00	0,00	232,82	2.378,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.378,78	2.611,60
PREVICAN-FUNDO MUN. PREV. SERV. CANARANA	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	10.031,83	5.544,92	5.544,92	0,00	4.486,91	4.486,91
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	29,31	250.990,31	250.990,31	-	29,31	-	-	-	-	-	-	29,31
EXECUTIVO	29,31	250.990,31	250.990,31	0,00	29,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,31
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	29,31	250.990,31	250.990,31	0,00	29,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,31
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	12.018,74	12.018,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇ	0,00	8.812,99	8.812,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMB	0,00	5.156,19	5.156,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	7.683,03	7.683,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	29,31	0,00	0,00	0,00	29,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,31
SECRETARIA MUNICIFAL DE EDUCAÇÃO E CULTU	0,00	16.006,59	16.006,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE FINANÇAS	0,00	16.669,02	16.669,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE JUVENTUDE ESPORT	0,00	3.143,36	3.143,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE OBRAS, ESTRADAS E	0,00	22.878,78	22.878,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIFAL DE SAÚDE E SANEAMEN	0,00	158.621,61	158.621,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**121.212,90**	**2.601.071,86**	**2.506.057,15**	**0,00**	**216.227,61**	**437.434,96**	**594.500,11**	**37.723,20**	**34.843,20**	**0,00**	**997.091,87**	**1.213.319,48**

FONTE:

Município de CANARANA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**10.500,00**	**0,00**	**10.500,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.424.775,00	2.838.407,89	5.586.367,11
__ Investimentos	8.127.775,00	2.838.407,89	5.289.367,11
__ Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
__ Amortização de Dívida	297.000,00	0,00	297.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**8.424.775,00**	**2.838.407,89**	**5.586.367,11**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**8.414.275,00**	**2.838.407,89**	**5.575.867,11**

FONTE:

Município de CANARANA - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	121.666.449,35
Previsão Atualizada	122.416.449,35
Receitas Realizadas	44.570.804,76
Déficit Orçamentário	9.575.680,99
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	630.000,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	121.666.449,35
Dotação Atualizada	124.022.263,35
Despesas Empenhadas	56.885.001,96
Despesas Liquidadas	54.146.485,75
Despesas pagas	44.459.433,77
Superavit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	56.885.001,96
Despesas Liquidadas	54.146.485,75

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	138.570.548,17
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	138.570.548,17
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	138.570.548,17

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
_ Receitas Previdenciárias Realizadas	2.577.459,30
_ Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.166.124,22
_ Despesas Previdenciárias Liquidadas	2.166.124,22
_ Despesas Previdenciárias Pagas	2.165.992,41
_ Resultado Previdenciário	411.335,08
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
_ Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
_ Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
_ Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
_ Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
_ Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	-2.475.710,47	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	-2.246.433,71	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.031.935,07	0,00	34.843,20	997.091,87
EXECUTIVO	1.031.935,07	0,00	34.843,20	997.091,87
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.722.284,76	0,00	2.506.057,15	216.227,61
EXECUTIVO	2.722.284,76	0,00	2.506.057,15	216.227,61
TOTAL:	**3.754.219,83**	**0,00**	**2.540.900,35**	**1.213.319,48**

Continua 1/2

Município de CANARANA - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2022/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.829.722,98	25%	32,25
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.908.304,58	70%	99,44
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	10.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.838.407,89	5.586.367,11

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2022	2032	2042	2057
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	850,57	-850,57
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	13.583.720,61	15,00	223,05

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTARIA N°363/2022

Portaria n°363/2022

De 13 de maio de 2022.

Conceder Férias a Servidora Pública **Liliane Ferreira Lima** e da Outras Providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com

o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Liliane Ferreira Lima,** por um período de 30 dias a serem gozadas nos seguintes períodos:

• O primeiro período, 20 dias, 13 de junho de 2022 a 02 de julho de 2022; e,

• O último período, 10 dias, 18 de julho de 2022 a 27 de julho de 2022;

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 13/10/2018 a 12/10/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 13 de maio de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 05/2022 - RREO, REFERENTE AO 2º BIMESTRE

EDITAL Nº 05/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 165 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 67 §3º, LRF ART. 52.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO a Prestação de Contas do RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referente ao 2º BIMESTRE, do exercício financeiro de 2022, inclusive com a publicação no mural da Prefeitura e através do site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, e www.canarana.mt.gov.br.

A Prestação de Contas ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana – MT., para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, a mesma será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.

Publique-se,

_____

FÁBIO MARCOS PEREIRA FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

Município de CANARANA - MT - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2021 A ABRIL/2022

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	Mai/2021	Jun/2021	Jul/2021	Ago/2021	Set/2021	Out/2021	Nov/2021	Dez/2021	Jan/2022	Fev/2022	Mar/2022	Abr/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.479.929,30	4.577.136,86	4.509.995,66	4.547.039,68	4.538.404,25	4.504.443,50	4.738.158,49	6.699.123,04	4.430.814,87	6.152.343,22	5.474.387,86	5.528.167,66	60.179.944,39	0,00
Pessoal Ativo	4.049.968,02	4.155.868,51	4.079.057,24	4.132.722,23	4.113.004,09	4.083.233,71	4.306.494,46	5.977.633,33	3.981.716,04	5.573.141,13	4.951.193,76	4.995.452,72	54.399.485,24	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.473.834,15	3.571.896,88	3.494.181,61	3.545.218,43	3.523.193,32	3.494.939,25	3.689.357,77	5.174.758,96	3.441.223,19	4.762.787,82	4.234.881,94	4.289.064,51	46.695.367,83	0,00
Obrigações Patronais	576.133,87	583.971,63	584.875,63	587.503,80	589.810,77	588.294,46	617.136,69	802.874,37	540.492,85	810.353,31	716.311,82	706.388,21	7.704.117,41	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	429.961,28	421.268,35	430.938,42	414.317,45	425.400,16	421.209,79	431.664,03	721.489,71	449.098,83	579.202,09	523.194,10	532.714,94	5.780.459,15	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	368.093,27	359.400,34	363.680,59	351.349,44	362.432,15	358.241,78	368.696,02	596.852,03	387.230,82	500.714,03	440.349,49	455.098,79	4.912.138,75	0,00
Pensões	61.868,01	61.868,01	67.257,83	62.968,01	62.968,01	62.968,01	62.968,01	124.637,68	61.868,01	78.488,06	82.844,61	77.616,15	868.320,40	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Forma Indireta (§ 1° do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.241,82	129.015,50	109.227,40	175.660,00	536.144,72	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.241,82	129.015,50	109.227,40	175.660,00	536.144,72	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**4.479.929,30**	**4.577.136,86**	**4.509.995,66**	**4.547.039,68**	**4.538.404,25**	**4.504.443,50**	**4.738.158,49**	**6.699.123,04**	**4.308.573,05**	**6.023.327,72**	**5.365.160,46**	**5.352.507,66**	**59.643.799,67**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	138.570.548,17	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	138.570.548,17	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (a + b)	**59.643.799,67**	**43,04**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	74.828.096,01	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	71.086.691,21	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	67.345.286,41	48,60

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANARANA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2022

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**21.080.613,31**	**21.080.613,31**	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
___ De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
___ De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	8.312.375,60	8.312.375,60	0,00	0,00
Outras Dívidas	12.768.237,71	12.768.237,71	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**10.530.221,06**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Disponibilidade de Caixa	10.530.221,06	0,00	0,00	0,00
___ Disponibilidade de Caixa Bruta	13.252.023,00	10.996.142,05	0,00	0,00
___ (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.721.801,94	9.881.772,65	0,00	0,00
___ (-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	0,00	1.833.494,63	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**10.550.392,25**	**21.080.613,31**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**126.451.934,27**	**138.570.548,17**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**126.451.934,27**	**138.570.548,17**	**0,00**	**0,00**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**16,67%**	**15,21%**	**0,00%**	**0,00%**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**8,34%**	**15,21%**	**0,00%**	**0,00%**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**151.742.321,12**	**166.284.657,80**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**136.568.089,01**	**149.656.192,02**	**0,00**	**0,00**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	2.129.091,57	2.129.091,57	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	597.969,60	1.834.720,68	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	1.019.524,46	3.379.993,05	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CANARANA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2022

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANARANA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2022

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	**126.451.934,27**	**138.570.548,17**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**126.451.934,27**	**138.570.548,17**	**0,00**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**27.819.425,54**	**30.485.520,60**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	**25.037.482,99**	**27.436.968,54**	**0,00**	**0,00**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANARANA - MT - PODER EXECUTIVOPREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2022/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**138.570.548,17**	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**0,00**	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**138.570.548,17**	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	**0,00**	**0,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	**0,00**	**0,00**
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	**22.171.287,71**	**16,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	**19.954.158,94**	**14,40**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**9.699.938,37**	**7,00**

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Notas:

MUNICÍPIO DE CANARANA - MT - PODER EXECUTIVOPREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2022/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

MUNICÍPIO DE CANARANA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2022

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	138.570.548,17
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	138.570.548,17
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	138.570.548,17

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	60.004.924,67	43,30
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	74.828.096,01	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	71.086.691,21	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) - <%>	67.345.286,41	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	21.080.613,31	15,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	166.284.657,80	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	30.485.520,60	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	22.171.287,71	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9.699.938,37	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

EDITAL Nº 06 /2022 1º QUADRIMESTRE DO LRF

EDITAL Nº 06 /2022

DE 17 DE MAIO DE 2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LRF ART. 54.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º Quadrimestre do LRF, do Exercício Financeiro de 2022, inclusive com a publicação no mural da prefeitura, no www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, e www.canarana.mt.gov.br.

O R**elatório de Gestão Fiscal ficará à disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana, para exames e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.**

Publique-se

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2022

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 078/2022

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 037/2022

RATIFICO o ato da Comissão de Contratação, que dispensou licitação com fundamento no **art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021**, para a contratação da empresa **PRADO SERVIÇOS COMBINADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.453.754/0001-53, estabelecida na Rua Quarenta e cinco, nº 08, QD 11 LT 08, Morada da Serra, Cuiaba-MT, para **aquisição de Luminárias de LED para a Iluminação publica**, na Cidade de Canarana-MT**, ao custo t**otal **R$ 53.874,00 (Cinquenta e três mil oitocentos e setenta e quatro reais),** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens, nos termos Artigo 72, § único da Lei nº 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2022, seguinte classificação: Dotação: 3.3.90.00 - aplicações diretas.

Publique-se.

Canarana-MT, 18 de Maio de 2022.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE
DECRETO Nº 110/2022

SUMULA: "DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRA PROVIDENCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo. 1º - Fica **APROVADA** alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Carlinda-MT, anexo, conforme Resolução N° 001/2022 do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo- COMMEAT.

Artigo. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

Em, 18 de maio de 2022

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2022

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – COMMEAT, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1.155/2019, reeditada pela Lei nº 1.343/2022, com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária nº 01/2022 do COMMEAT, realizada no dia 13 de maio de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR as alterações realizadas no Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – COMMEAT, nos termos da Lei nº 1.343/2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Carlinda/MT, 16 de maio de 2022.

Julio César Borges de Souza

Presidente do COMMEAT

REGIMENTO INTERNO DO

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE CARLINDA-MT

CAPITULO I

DA INSTITUIÇÃO

Artigo 1º – O presente instrumento regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo - COMMEAT, criado pela Lei Municipal nº 1.155/2019, reeditado pela Lei nº 1.343/2022.

CAPITULO II

DA FINALIDADE

Artigo 2º – O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – COMMEAT, órgão colegiado, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo, consultivo e normativo no âmbito de sua competência, tem como objetivos básicos:

I. Assessorar, estudar e propor as instâncias do Governo Municipal, diretrizes de políticas governamentais para o Meio Ambiente, Turismo e recursos Ambientais;

II. Deliberar sobre normas e padrões compatíveis com o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III. Garantir dispositivos de informação audiência pública a comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas e regulamentos ambientais;

IV. Propor ao poder executivo e/ou ao legislativo, projetos de lei, decretos e regulamentações referentes a proteção e conservação ambiental no Município de Carlinda;

V. Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, de pesquisas e de atuação na proteção do meio ambiente;

VI. Apreciar em segunda instância administrativa os recursos interpostos em razão de aplicação de penalidades baseadas em normas ambientais;

VII. Promover programas de Educação Ambiental e de sensibilização ambiental da sociedade;

VIII. Coordenar, incentivar, promover e executar ações pertinentes ao desenvolvimento do turismo no município;

IX. Sugerir e orientar à Administração Municipal, ações relacionadas à criação e preservação dos pontos turísticos do município;

X. Agregar o maior número de Entidades de cada segmento para trabalharem em conjunto na divulgação e promoção do turismo no município;

XI. Captar recursos para os programas, projetos e ações para as atividades turísticas;

XII. Desenvolver ações e campanhas de conscientização turística para a população em geral.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º – O COMMEAT será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada a saber:

1º Seis representantes do Poder Público;

2º Seis representantes da Sociedade Civil.

CAPITULO IV

DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DE SEUS MEMBROS

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – COMMEAT, tem a seguinte estrutura:

I. Plenário;

II. Presidência;

III. Vice-Presidência;

IV. 1ª Secretaria;

V. 2ª Secretaria.

Artigo 5º - A diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, eleitos pelo plenário, dentre os membros do comitê, podendo haver somente uma reeleição.

Artigo 6º - Em casos de ausência ou impedimento temporário do titular do cargo de Presidente, o mesmo será substituído observando-se a seguinte ordem: Vice-Presidente; Primeiro Secretário; Segundo Secretário.

Artigo 7º - Para o exercício de suas funções, o conselho poderá constituir câmaras técnicas e grupos trabalho.

Seção I - Do Plenário

Artigo 8º - O plenário é o órgão de deliberação máxima, configurado pela Reunião Ordinária e/ou Extraordinária dos membros do COMMEAT, que cumpra os requisitos de funcionamento estabelecido neste Regimento.

Artigo 9º – Aos Conselheiros e suplentes, no exercício da titularidade, compete:

I. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelo plenário;

II. Comparecer as plenárias e as câmaras, relatar os processos, proferir os votos e pareceres e manifestar-se a respeito da matéria em discussão;

III. Desempenhar outras atribuições que lhes forem designadas pelo plenário;

IV. Propor criação de comissões;

V. Requer votação de matéria em regime de urgência;

VI. Apresentar por escrito identificado seu proponente, moções e posições sobre o assunto de interesse para o meio ambiente e turismo;

VII. Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços do meio ambiente e turismo, tendo acesso a todas informações necessárias para tal, dando ciência ao plenário;

VIII. Contribuir para esclarecimento da comunidade sobre as atividades do COMMEAT.

IX. Coletar informações de interesse ambiental para discussão entre os conselheiros.

X. Aprovar o regimento interno do Conselho;

XI. Constituir câmaras técnicas.

Artigo 10º - A sequência dos trabalhos do plenário será a seguinte:

I. Abertura da sessão e verificação de presença e quórum;

II. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

III. Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia;

IV. Relato, pela Secretaria, dos assuntos a deliberar;

V. Discussões, votações e deliberações;

VI. Assuntos pautados;

VII. Encerramento.

Parágrafo Único – A constituição de cada câmara técnica será feita através de resoluções específicas que explicaram seus objetivos e finalidades, bem como a nomeação de seus componentes, atribuições e demais regras que identifiquem claramente a sua natureza e funcionamento.

Artigo 11º - A câmara técnica é um órgão consultivo e normativo, encarregada de analisar e compatibilizar planos, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas que regem a espécie, no âmbito de suas competências comuns e de suas competências especificas.

Artigo 12º – A câmara técnica será coordenada por um de seus integrantes, eleito dentre os membros que a compõe.

Artigo 13º – O coordenador da câmara técnica será eleito na primeira reunião ordinária da respectiva câmara, por maioria de seus integrantes, para o período de dois (02) anos, permitida a reeleição.

Artigo 14º – A câmara técnica será composta ou dissolvida por resolução especifica com a função principal de assessorar o COMMEAT em suas decisões e terá como atribuições:

I. Propor políticas de conservação e preservação para o meio ambiente, os recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável;

II. Propor normas e padrões e conservação do meio ambiente no âmbito de sua especialidade e observada à legislação vigente;

III. Responder as consultas formuladas sobre matéria de sua competência;

IV. Submeter a apreciação do plenário, assuntos de política ambiental que entenderem necessários ou convenientes;

V. Exercer outras competências previstas neste regimento;

VI. Dar parecer sobre as proposições e demais assuntos a elas distribuídos;

VII. Promover estudos e pesquisas sobre assuntos de sua competência específica;

VIII. Acompanhar as atividades dos órgãos públicos e privados relacionados com a matéria de sua especialização;

IX. Elaborar e apresentar ao plenário, relatórios sobre as proposições ligadas a sua área de atuação;

X. Os profissionais que, no exercício de suas atribuições legais, assinarem pareceres de analise técnica dos estudos mencionados neste artigo serão responsáveis perante seus respectivos conselhos regionais;

XI. Estabelecer, se necessário e mediante aprovação em plenário, os grupos de trabalho.

Seção II – Da Presidência e Vice-Presidência

Artigo 15º – Ao presidente do COMMEAT, compete:

I. Presidir as reuniões do plenário;

II. Cumprir e fazer cumprir este regimento interno;

III. Representar o COMMEAT, visando o fiel cumprimento de suas deliberações e determinações;

IV. Dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do COMMEAT;

V. Providenciar as publicações das resoluções, normas e regulamentos definidos pelo COMMEAT.

VI. Conceder voz aos conselheiros e/ou convidados;

VII. Anunciar a ordem do dia e submeter à votação a matéria nela contida, intervindo para manter a ordem dos trabalhos;

VIII. Receber e propor questões de ordem, encaminhamento ou esclarecimento;

IX. Receber e despachar as proposições;

X. Determinar a publicação de informações, notas e quaisquer documentos que digam respeito às atividades do COMMEAT e que devem ser divulgados;

XI. Manter contatos com outras autoridades representando o COMMEAT;

XII. Executar as deliberações do plenário;

XIII. Dar andamento aos recursos interpostos;

XIV. Dar conhecimento ao plenário do relatório final dos trabalhos realizados bimestralmente.

Seção III – Da Secretaria

Artigo 16º – Compete ao 1º Secretário:

I. Encaminhar a convocação de reuniões ordinárias e extraordinárias do plenário;

II. Organizar as pastas das reuniões do COMMEAT;

III. Registrar e remeter cópias das atas a seus membros;

IV. Dar ciência, em plenário de todas as correspondências expedidas e recebidas;

V. Auxiliar os serviços da câmara técnica;

VI. Secretariar as reuniões;

VII. Responsabilizar-se pelos livros atas e outros documentos a serem discutidos nas reuniões;

VIII. Proceder ao controle de falta dos conselheiros;

IX. Ler as justificativas de ausências dos conselheiros às sessões;

X. Proceder à chamada verificando a presença dos conselheiros;

XI. Dar conhecimento ao plenário dos papeis, correspondência e proposições;

XII. Distribuir as proposições, processos e documentos as câmaras técnicas;

XIII. Observar e fazer observar os prazos regimentais.

Artigo 17º – O exercício das funções de membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo terá um período de 2 (dois) anos, sem remuneração e será considerado relevante ao serviço publico.

Parágrafo Único – Aos conselheiros é vetada manifestações em nome do conselho de assuntos não deliberados em plenário.

CAPITULO V

DO FUNCIONAMENTO

Artigo 18º – O plenário do COMMEAT reunir-se-á em dependências que lhe forem destinadas pela presidência em reuniões ordinárias com periodicidade semestral.

Artigo 19º – O COMMEAT reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes quando houver.

a) Convocação formal feita pelo presidente do COMMEAT ou pelo Prefeito Municipal;

b) Convocação formal feita por, no mínimo, 1/2 (metade) de seus membros no exercício da titularidade.

Parágrafo Primeiro – A convocação formal deverá ser efetuada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo – Em caso de emergências ambientais poderá haver convocação emergencial, efetuada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Artigo 20º - O COMMEAT reunir-se-á, em primeira convocação com a presença da maioria absoluta de seus membros, considerando-se os suplentes no exercício da titularidade.

Parágrafo Primeiro – Não havendo quórum para a realização da reunião em primeira convocação, a segunda convocação será realizada em 15 minutos após, com os membros presentes, garantido o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo Segundo – Não havendo quórum para a realização da reunião do COMMEAT será convocado novamente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com a presença de, no mínimo, a maioria simples de seus membros.

Artigo 21º – Cada membro efetivo, ou suplente, no exercício da titularidade, terá direito a um voto.

Parágrafo Único – Os membros suplentes terão assegurado o direito à voz, mesmo na presença de seus titulares.

Artigo 22º – O COMMEAT poderá deliberar, havendo quórum mínimo da maioria simples (metade mais um) dos Conselheiros, quando de matérias gerais.

Parágrafo Primeiro – Para casos de matérias especiais (Plano Municipal de meio Ambiente e alterações do presente regimento) será exigido o quórum mínimo de 2/3 (dois terços).

Parágrafo Segundo - Nas reuniões do COMMEAT, é assegurado o direito de manifestação sobre os assuntos em discussão, porém, uma vez encaminhado para a votação. O mesmo não poderá voltar a ser discutido no seu mérito.

Artigo 23º – o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo deliberará sobre sua participação e representação em eventos e outras atividades. As despesas serão fixadas em reuniões regimentais.

Artigo 24º – As reuniões serão publicadas, exceto quando a plenária decidir em contrário.

Artigo 25º – O COMMEAT poderá convidar, para suas reuniões e atividades técnicas, personalidades ou representantes de instituições e entidades que achar pertinente.

Artigo 26º - O conselheiro que, por motivo justo, não comparecer à reunião devidamente convocada, deverá entregar a pauta dos trabalhos a seu suplente e fazer a comunicação ao secretário.

Artigo 27º – O Conselheiro que não comparecer a determinada reunião devidamente convocada, deverá justificar-se por escrito, por mensagem eletrônica ou por intermédio de outro conselheiro, até 3 (três) dias úteis após a realização da reunião.

Parágrafo Primeiro – A justificativa de falta apresentada ao COMMEAT e não havendo quem queira discutir, será dada como aprovada.

Parágrafo Segundo – Não havendo encaminhamento de justificativa, ou se a justificativa não for aceita pela maioria dos presentes a falta será dada como não-justificada.

Artigo 28º - Perderá o mandato, o Conselheiro titular que:

I. Desvincular-se de seu segmento, de sua entidade ou de órgão de representação no COMMEAT;

II. Ausentar-se de 03 (três) reuniões consecutivas, sem substituição pelo suplente ou sem justificativa, durante o mesmo mandato;

III. Apresentar renúncia, por escrito ao presidente do COMMEAT;

IV. For condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

V. For substituído pela sua entidade representativa, mediante ofício e justificativa apresentada e aprovada pela Plenária.

Parágrafo Único – A substituição de um conselheiro, a sua revelia, se dará por decisão da maioria absoluta dos conselhos, em procedimento iniciado mediante convocação para este fim, assegurada ampla defesa.

Artigo 29º - O segmento que não se fizer presente será notificado pelo COMMEAT, quando os titulares, se ausentarem sem justificativa e sem a substituição por seu suplente.

Artigo 30º – A cada plenária os conselhos registram presença em livro próprio, uma cópia da ata da reunião a ser aprovada deverá estar disponível aos conselheiros junto com a ordem do dia, com 05 (cinco) dias de antecedência para a reunião ordinária. A disposição se dará através da mensagem eletrônica e na secretaria do COMMEAT.

Artigo 31º - As deliberações do COMMEAT, em sua plenária, podem ser de natureza normativa, recomendativa e investigativas e observadas às disposições legais.

Artigo 32º – As deliberações do plenário não havendo impedimento de ordem legal, ou técnica serão transformadas em resoluções que passarão a ter vigência após a publicação em edital do município.

Parágrafo-Único - As matérias apreciadas pela câmara técnica e com sugestões de alterações por motivos de ordem jurídica ou técnica, serão expostas para o plenário e será submetida à deliberação final.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33º – Para efeito de quórum será contabilizada a presença do presidente do COMMEAT.

Artigo 34º - Em caso de empate nas votações o presidente do COMMEAT, terá o voto de desempate.

Artigo 35º - No inicio das discussões, será fixado pelos conselheiros presentes, o tempo de fala dos membros e presidente.

Artigo 36º - A câmara técnica poderá iniciar seus trabalhos com a presença de seu coordenador, definindo em resolução específica, e na maioria simples de seus membros.

Artigo 37º - A leitura integral da ata poderá ser dispensada apenas quando sua cópia estiver sido distribuída aos conselheiros, neste caso, serão contemplados apenas os destaques.

Artigo 38º - As correspondências e todos os demais documentos recebidos ou expedidos serão mantidos pelo sistema de arquivos, em local especialmente determinado para este fim, não podendo ser retirado sem autorização oficial da presidência do COMMEAT, sendo sua responsabilidade direta, guarda e manutenção destes documentos.

Artigo 39º – Este regimento interno do COMMEAT entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Carlinda – MT, 16 de maio de 2022.

_____

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho Júlio César Borges de Souza

Prefeita Municipal Presidente do COMMEAT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 299 DE 18 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria de Educação, na data 17 de Maio de 2022, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula Servidor Cargo Ente Familiar Período da Licença Total

Inicio Termino Dia

4213 Tatiana dos Santos Professora Mãe: Maria Francisca dos Santos Ribeiro 13/05/2022 13/05/2022 01

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 300 DE 18 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora CLAUDIA AVANCI BELIDO matricula nº 4537, cargo de Professora, na data 17 de maio de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 17 de maio de 2022 ao dia 20 de maio de 2022, totalizando 04 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ERRATA - **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2021**

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE FORMA INDIRETA QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA E A EMPRESA: EMPRESA EDUARDO DA SILVA FERNANDES EIRELI, NA FORMA A SEGUIR:

A Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.619.852/0001-24, com sede na Rua das Adálias, nº 646, Centro, Carlinda - MT, CEP: 78.587-000, neste ato representada pelo Sr. **José Henrique Bertipaglia**, Presidente da Câmara Municipal, brasileiro, casado, portador do documento de identidade RG nº 27.657.363-8 SSP/SP e CPF nº 274.641.448-13, residente e domiciliada na Av. Tancredo Neves nº 115, centro, Carlinda, Estado de Mato Grosso, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a

empresa **EDUARDO DA SILVA FERNANDES EIRELI**, CNPJ n.° 22.303.601/0001-06, estabelecida na cidade de Alta Floresta MT, na Av. Mirante do Lago, n° 290, Bairro Mirante dos Lagos, Alta Floresta MT, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr **Eduardo da Silva Fernandes**, portador do RG nº 6583003 expedida pela PC PA, e CPF 887.558.945-34, brasileiro, solteiro, construtor civil, residente e domiciliado em Alta Floresta MT, em conformidade com registro na junta comercial, que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica, um instrumento de Contrato para execução de obra, conforme quadro demonstrativo e de acordo com projeto básico e planilha anexas ao edital da T.P. 002/2021, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Ajustes na construção para Ampliação da sede da Câmara de Vereadores do Município de Carlinda, conforme Projeto Básico, Orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e custos unitários, Cronograma executivo e Memorial descritivo, constantes no Processo Licitatório Tomada de Preços n°. 002/2022 e proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, **conforme a seguir:**

Ampliação e reestruturação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, distribuídos numa área de 92,01m² conforme segue:

Bloco 1: de atendimento (Recepção e sala de atendimento) Construção 55,38 m²;

Bloco 2: de serviço (Almoxarifado, cozinha e garagem) Construção 36,63 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA PARA O ADITAMENTO

2.1 - O regime de execução da obra é o de empreitada por lote e preço global, nos termos do artigo 6º, VIII, “a” da Lei n.º 8.666/93. Todavia, torna-se necessário o aditamento em função das melhorias introduzidas, conforme planilha e cronograma de desembolso anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Para a execução do Aditivo aos lotes 01 e 02 à obra foi incrementado alterações na estrutura contratada ao preço global com **acréscimo de R$ 16. 578,02** (dezesseis mil quinhentos e setenta e oito reais e dois centavos) e **supressão no valor de R$ 6.336,44**,(seis mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos) devendo ser pago a título de 1° termo aditivo de valor à empresa contratado a monta de **R$ 10.241,58** (dez mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), ou seja, **4,70%** por cento, do valor global da obra, proposto nos ajustes elaborados pelo serviço de engenharia contratado por esta Câmara de Vereadores, seguindo a tabela SINAPI abril de 2021, conforme Planilha e Cronograma de desembolso anexo.

3.2 – O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta, conjugado na composição de preços dos valores básicos de cada item tendo como referência a tabela SINAPI.

3.3 – Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Cronograma Físico Financeiro, depois da realização das medições que serão elaboradas conforme a execução da obra, e/ou ainda de acordo com a sistemática exigida pelo órgão repassador dos recursos.

3.3.1 – As medições da obra executada serão procedidas por Engenheiro Civil designado como Fiscal pela CONTRATANTE.

3.4 – Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da CONTRATANTE, após o recebimento do serviço, e com suas respectivas notas fiscais, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento das etapas concluídas.

3.4.1. O pagamento será liberado com as certidões abaixo relacionadas dentro do prazo de validade anexo à nota, com emissão por conta da contratada:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante, incluindo a Dívida Ativa;

d) Certidão Negativa de Regularidade junto ao FGTS;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.5 - A impressão das certidões é de responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

4.1 – A despesa orçamentária correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda

001 – Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda

01 – Legislativa

031 – Ação Legislativa

0009 – Gestão do Poder Legislativo

1.002 – Reestruturação do Prédio da Câmara de Vereadores

4.4.90.51–00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA QUINTA – DA DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Alta Floresta/MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Carlinda/MT, 14 de abril de 2022.

Câmara Municipal de Carlinda

Sr. José Henrique Bertipaglia

Presidente da Câmara de Vereadores

CONTRATANTE

EDUARDO DA SILVA FERNANDES EIRELI

Sr. Eduardo da Silva Fernandes

Sócio Administrador

CONTRATADA

Testemunhas: _____ NOME CPF Nº	_____ NOME CPF Nº

_____

Reginaldo de Souza Silva

Advogado OAB-MT nº 27.472/O

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ERRATA - **TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA**

TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT E A UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, Órgão Público Municipal, inscrita no C.N.P.J. sob nº 01.619.852/0001-24, com sede na Rua das Adálias, nº 646, Centro, Carlinda - MT, CEP: 78.587-000, neste ato presentada por seu presidente Sr. **José Henrique Bertipaglia**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade RG nº 27.657. 363-8 SSP/SP e CPF nº 274.641.448-13, residente e domiciliada na Av. Tancredo Neves nº 115, centro, Carlinda, Estado de Mato Grosso e a **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33. 003.757/0001 -98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá-MT, representado por seu presidente, Sr. Marcos Eduardo Ribeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 20590466 SSP/MT e inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º 029. 396.831-40, de comum acordo, resolvem celebrar o presente Termo de Filiação, mediante cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a filiação da Câmara Municipal de Carlinda/MT, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT, e por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA UCMMAT

2.1. A União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso deverá:

I- Zelar pelo cumprimento das disposições contidas em seu estatuto e no presente termo de filiação;

II- Promover o intercâmbio de experiências legislativas, através de seminários, congressos, simpósios, propiciando a capacitação dos Agentes Públicos Municipais;

III- Promover a divulgação, difusão e publicação dos conhecimentos acumulados através dos meios que se fizerem necessários;

IV- Atuar em defesa dos interesses de seus membros como um todo e exercer a representatividade dos Vereadores e das Câmaras Municipais no Estado de Mato Grosso e no país;

V- Oferecer apoio logístico e suporte técnico, jurídico, administrativo e contábil, além de orientação legislativa ao Poder Legislativo do Município de Carlinda/MT

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS

OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

3.1. A Câmara Municipal do Município de Carlinda/MT deverá:

I- Efetuar, mensalmente, o pagamento da contribuição associativa.

II- Sugerir à UCMMAT, medidas de interesses do Poder Legislativo;

III- Disponibilizar, sempre que possível, dados para serem utilizados no desenvolvimento do intercâmbio de informações e da integração das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso;

IV- Cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a UCMMAT;

V- Evitar fazer compromissos e fazer declarações públicas em nome da UCMMAT, sem que, para isso esteja autorizado por escrito pela Diretoria Executiva.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

4.1. O valor global da contribuição para o exercício de 2022 é de R$ 4. 050,00 (quatro mil e cinquenta reais) que serão pagos em 09 (nove) parcelas mensais e iguais de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) a título de contribuição associativa.

I- O repasse da contribuição associativa deverá ser feito até o dia 05 do mês subsequente, por meio de RECIBOS à contratada, através de depósito/Transferências bancárias, dados: Banco do Brasil, Agência 3325-1, Conta Corrente 10.647-X – nominal a UCMMAT – União das Câmaras Municipal do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSLULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSO

5.1. As despesas decorrentes da assinatura deste Termo de Filiação serão custeadas com recursos próprios da Câmara Municipal do Município de

Carlinda/MT previstos no Orçamento Anual, na seguinte rubrica orçamentária: 001.01.031.0009.2001.337041000000 – Contribuição.

5.2. Em caso de prorrogação da vigência da filiação, os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DEMAIS ALTERAÇÕES

6.1. O prazo de vigência do presente instrumento de filiação é de 09 (nove) meses, tendo início em 04/04/2022 e término em 31/12/2022.

I- O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante manifestação expressa de ambas as partes, desde que haja interesse público e conveniência econômico-financeira por parte da Câmara Municipal do Município de Carlinda/MT.

6.2. O presente instrumento poderá ser alterado em comum acordo entre as partes, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, nos casos previstos na Lei 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente termo de filiação poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que a parte interessada comunique a outra parte sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

I- A rescisão não importará em qualquer indenização para a União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso –UCMMAT, todavia, caso a rescisão seja requerida pela associada, esta deverá pagar uma multa no percentual de 5% do valor das contribuições associativas remanescentes, salvo se a UCMMAT tiver dado causa à rescisão, ocasião em que nenhuma multa será devida.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos neste Instrumento, detectados durante sua execução, serão resolvidos pelas partes, através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta/MT, com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Termo de Filiação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÃO FINAL E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que surtam seus efeitos legais.

Carlinda/MT, 05 de abril de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

José Henrique Bertipaglia

Presidente

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

MARCOS EDUARDO RIBEIRO

PRESIDENTE

TESTEMUNHA 01:

RG Nº.

CPF Nº.

TESTEMUNHA 01:

RG Nº.

CPF Nº.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/05/2022.

HORÁRIO: 08H30MIN **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 18 de Maio de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

GABINETE
DECRETO Nº. 109/2022.

SÚMULA: "NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - COMMEAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.155/2019, reeditada pela Municipal n° 1.343/2022.

RESOLVE:

Artigo. 1° - Ficam nomeados os membros que comporão, nos termos do artigo 6° da Lei Municipal nº 1.155/2019, reeditada pela Lei Municipal n° 1. 343/2022, oCONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, para o período de Maio/2022 a Maio/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, INDÚSTRIA COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Titular: Ivonete Salete Jacques- **1° Secretário Executivo**

Suplente: Erica Marcieli Furlan de Pedri de Campos

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Titular: Odair Marques Neves

Suplente: Odilio Pereira Lacerda

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Titular: Valdivino Silva de Oliveira Pereira

Suplente: José Rodrigues Dias

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Titular: Manoel Rodrigues de Sousa- **Vice- Presidente**

Suplente: Claudemir Aparecido Berion

INDEA - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Titular: Cassiano Rodrigo Ceriolli

Suplente: Madeline Franciele Schreiber Goveia

EMPAER – EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL

Titular: Vivliane Sachi Passos- **2° Secretário**

Suplente: Antônio Carlos Pedro Carneiro

SINDICATO RURAL DE CARLINDA

Titular: Júlio Cesar Borges de Souza- **Presidente**

Suplente: Magali de Souza Mendonça Oliveira

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA PINHEIRO VELHO

Titular: Eronildo Ferreira de Oliveira

Suplente: Enos Eler

ASSOCIAÇÃO DOS CHACAREIROS DA COMUNIDADE MARAVILHA

Titular: José Roberto Lisboa

Suplente: Rosedalva Benicio Ferreira

COOPERATIVA COMPASC – COOPERATIVA MISTA DE PEQUENOS AGRICULTORES DO SETOR CANÁ

Titular: Francisco Severino de Oliveira

Suplente: Luiz Severino de Oliveira

CDL – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CARLINDA

Titular: Francisco Gomes

Suplente: Pamela Daniely de Deus Bento

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES ACAMPADOS NOVA CONQUISTA

Titular: José Severino de Oliveira

Suplente: Sirlene de Souza e Silva Machado

Artigo. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 209/2019.

Artigo. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de maio de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/05/2022.

HORÁRIO: 14H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no sítio www.carlinda.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/ ou na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 18 de Maio de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 301 DE 18 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora IVONI MORTELLE DA SILVA matricula nº 120, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo, na data 17 de maio de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 16 de maio de 2022 ao dia 17 de maio de 2022, totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 200/2022.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 505/2022, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº 016/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Classe e Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Servidor Classe/Nível Anterior Classe/Nível Atual

ALCEDINA DE SOUZA LELES B – I C - II

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 17 de maio de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
RETIFICA - PORTARIA-DRH Nº 292 DE 12 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria de Educação, na data 12 de Maio de 2022, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula Servidor Cargo Ente Familiar Período da Licença Total

Inicio Termino Dia

4213 Tatiana dos Santos Professora Filha: Iasmyn dos Santos Ramos 11/05/2022 12/05/2022 02

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 201/2022

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDA PARCIALMENTE EM PECUNIA A SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Artigo 125º da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Artigo1º- Fica convertido em pecúnia 30 dias da LICENÇA PRÊMIO da Servidora ANA LUCIA DA SILVA DO PRADO efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Assistência Social, referente ao Quinquênio 2016/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de maio de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 008/2017

LOCATARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

LOCADOR: FLAVIO DAVID PEREZ

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR:**R$700,00**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 26/2022

A Pregoeira torna público que fará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2022,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 31/05/2022 às 08hr:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 18 de maio de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 27/2022

A Pregoeira torna público que fará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2022,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELMUSÃO ASFALTICA RC1C-E, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 01/06/2022 às 08hr:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 18 de maio de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2022

DECRETO Nº 021, DE 16 DE MAIO DE 2022.

DECRETO Nº 021, DE 16 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a alteração da Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Castanheira/MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº 599/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Castanheira/MT, os seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Titular: Sonia Maria da Silva - CPF: 670.181.496.49

Suplente: Rosana Knupp - CPF: 013.493.391.56

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE, SENDO DA ÁREA DA SAÚDE:

Titular: Marisa Aparecida Jardini - CPF: 004.401.551-85

Suplente: Rosangela Marina - CPF: 616.938.801-30

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SENDO DA ÁREA DE PROMOÇÃO SOCIAL:

Titular: Amaziles Eleto Vilarino - CPF: 556.455.776-04

Suplente: Claudineia Elizabete da Silva Hubner - CPF: 825.446.541-04

IV – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE FINANÇAS:

Titular: Sonia Aparecida Pereira - CPF: 622.012.391-34

Suplente: Solange Aparecida Lopes - CPF: 840.416.251-49

V – REPRESENTANTES DA ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL:

Titular: Elton Antonio Rauber - CPF: 580.969.571-04

Suplente: Cauane da Silva Gonçalves - CPF: 704.005.481-78

VI – REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL:

Titular: Edna Maria Soares - CPF: 929.379.831-34

Suplente: Wesley dos anjos Borges - CPF: 002.550.851-25

VII - REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes de Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titulares: Neusa Maria Graeff – CPF: 703.407.061-04

Elizete Teófilo da Silva - CPF: 046.113.531-09

Suplente: Maria José de Souza Santos – CPF: 020.464.651-05

b) Representantes de Entidades de Atendimento à Criança:

Titulares: Marilene Batista - CPF: 093.805.937-83

Sueli Carmo da Cruz - CPF: 945.451.461-04

Suplente: Daiane de Oliveira Beger - CPF: 031.795.541-18

c) Representantes de Movimentos ou organizações Populares:

Titulares: Roberta Ferreira de Morais - CPF: 067.991.516-83

Juliana Vieira Rios - CPF: 015.379.841-60

Suplente: Maria Elena da Cruz da Silva – CPF: 780.037.091-72

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Castanheira/MT, a teor do Artigo 12, §2°, da Lei Municipal n° 599/2008, deverão, em Assembleia, eleger o Coordenador Geral, o Vice coordenador e o Secretário Geral, no prazo Máximo de 10 (dez) dias após a posse.

Art. 3º - Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Municipal nº 599/2008, atendendo o que estabelece a Legislação Estadual e Federal.

Art. 4º - Os membros do Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, ora nomeados, exercerão um mandato de 02(dois) anos.

Art. 5º - Os membros do Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância pública.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 16 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº002/2022

No Extrato de Contrato n. 037/2022 da Tomada de Preços n. 002/2022, de 17 de maio de 2022, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, n. 3.982 na página 137 que tem por objeto: **"Contratação de empresa de engenharia para serviço de ampliação de duas salas e reforma geral da Escola Municipal Jacondino Bezerra, localizada na comunidade João Carro, no município de Chapada dos Guimarães-MT, com a seguinte coordenada: 15°05'09.0"S 55°39'29.0"W".**

Onde se lê GVO ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇOES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **15.805.460/0001-64.**

Leia-se CONSTRUTORA SUL MATOGROSSENSSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.829.275/0001-32.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS RH

Portaria nº 213/GP/2022

Em, 17 de maio de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º HIPOLITO RODRIGUES DE SOUZA**, portador do RG nº 12065188 e CPF nº 931.818.251-15, na função de AGENTE DE SEGURANCA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, **30** (trinta) dias de afastamento do trabalho para acompanhar familiar, estando de acordo com o ***Relatório Social*** realizado pela Assistente Social KATHELLYN DA CRUZ MEIRA e conforme o artigo 94 da Lei Municipal 581/91 –parágrafo 1º e 2º, protocolo nº 4978/2022.

Terá início em 09/05/2022 e término em 07/06/2022, devendo o servidor apresentar- se ao trabalho em 08/06/2022.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/05/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 17 de maio de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 215/GP/2022

Em, 18 de maio de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

I - CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª FATIMA MARIA DE OLIVEIRA,** portadora do RG nº 02505770 SSP/MT e CPF nº 314.480.701-04, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **transposição de Cargo**, conforme termo de adesão conferida pela Lei Municipal nº 069/2015 de 25/08/2015, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 041/2010 de outubro de 2010, nos artigos 42,43,44 que dispõe sobre a carreira dos profissionais da Educação Básica do Município de Chapada dos Guimarães – MT.

II – A transposição do cargo se deu por ter concluído o curso profissionalizante Técnico em Secretaria Escolar, Eixo Tecnológico Apoio Educacional, pelo Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica do Programa Profuncionário, Cooperação IFMT/SEDUC-MT, com o cumprimento de 30 horas semanais de acordo com a determinação da Lei Complementar nº 069/2015.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de maio de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
HORTO FLORESTAL

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – MT torna público que requereu junto à SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente o Cadastro de Captação Insignificante de Água Superficial do Horto Florestal, localizado no perímetro urbano do município de Chapada dos Guimarães, estado do Mato Grosso, para consumo da população local e turistas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2021, REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA TRIFÁSICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT E A EMPRESA RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI ME.

– Fica prorrogadoo prazo para execução total da obra em mais 60 (sessenta) dias, com encerramento previsto para o dia 27 de JUNHO de 2022, prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

Cláudia - MT, 28 de ABRIL de 2022.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2021, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA GLEBA ZUMBI DOS PALMARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GARCIA EIRELI EPP,

Fica prorrogado o prazo de Execução das obras e serviços do presente contrato, com encerramento previsto para o dia 16 de julho de 2022, prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

Cláudia - MT, 17 de maio de 2022.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2021, REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA TRIFÁSICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT E A EMPRESA RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI ME.

Fica prorrogadoo prazo de vigência do presente contrato em **mais 60 (sessenta) dias,** com encerramento previsto para o dia **16 de julho de 2022,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

Cláudia - MT, 15 de maio de 2022.

CONVÊNIOS
DECRETO Nº 713, DE 17 DE MAIO DE 2022

DECRETO Nº 713, DE 17 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê de Investimento dos Recursos do Previ-Cláudia, para o período de 17/05/2022 a 17/05/2026.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando as disposições da Lei nº 897, de 15 de dezembro de 2021 e do artigo 112 e seguintes da Lei Complementar nº 084, de 16 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a composição do Comitê de Investimento dos Recursos do Previ-Cláudia, órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, com os membros qualificados nos incisos deste artigo, para o quadriênio de 17/05/2022 a 17/05/2026.

I - Everson Ceser Konzen - Matrícula nº 2462

CPF sob nº 945.010.251-15

E-mail: eversonkonzen@hotmail.com

Endereço: Rua Venceslau Brás, nº 1.250

Bairro: Campo Verde – Cláudia - MT;

II - Sheila Yotzchetz - Matrícula nº 431

CPF sob nº 033.243.079-02

E-mail: sheilayotzchetz@hotmail.com

Endereço: Rua Arthur Bernardes, nº 1.617

Bairro: Campo Verde – Cláudia - MT;

III - Valdenice Galelli - Matrícula nº 2164

CPF sob nº 720.408.740-20

E-mail: valdenicegalelli@hotmail.com

Endereço: Rua Hermes da Fonseca, nº 1.270

Bairro: Centro – Cláudia - MT;

Art. 2º Os membros do Comitê de Investimentos deverão observar, além dos requisitos previstos nos incisos I e II, do art. 111, da Lei Complementar nº 084, de 16 de fevereiro de 2022, as seguintes condições:

a) não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação previdenciária, ou como servidor público; e

b) outras sanções previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal, ou determinações nas demais legislações federais.

Art. 3º O Comitê de Investimentos terá uma reunião ordinária trimestral e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

§ 1º O Comitê de Investimentos se reunirá com a presença da totalidade seus membros, sendo obrigatória a presença do Gestor de Investimentos.

§ 2º O Comitê de Investimentos deverá realizar no mínimo 6 (seis) e no máximo 12 (doze) reuniões ordinárias ou extraordinárias ao ano, gratificadas por meio de Jeton de Presença e sem limite de reuniões sem gratificação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 511, de 13 de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 17 de maio de 2022.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONVÊNIOS
TERMO DE FOMENTO Nº. 001/2022

TERMO DE FOMENTO nº. 001/2022

TERMO DE FOMENTO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA E A ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS – ASR.

E**ntre si celebram, como CONCEDENTE, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/n, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ALTAMIR KURTEN, e como PROPONENTE** a **ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS,** inscrita no CNPJ nº 00.650.941/0001-70, neste ato representada pela Sr.ª **ANA MARIA TALAU DELLANI** , portadora da cédula de identidade sob nº 12605921 SSP/MT e do CPF nº 580.800.661-91, denominado de **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Termo, em conformidade com o Art. 24 da Lei nº 890, de 10 de novembro de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO) e Lei nº 909, de 27 de abril de 2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objetivo o repasse financeiro à Associação De Senhoras De Rotarianos – ASR para a confecção e montagem de 50 (cinquenta) composteiras de reciclagem de resíduos orgânicos residenciais, que serão doadas às participantes do Projeto “Mulheres que Inspiram, Transformam e Compartilham”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será até 31 julho de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

Para as despesas decorrentes do presente Termo serão utilizados os valores da seguinte dotação orçamentária:

10.001.18.122.0002.2057.3350.41.00 – Contribuições - R$ 7.800,00

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO REPASSE

O valor do recurso financeiro a ser repassado é de **R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)**, sendo pago em parcela única no mês de maio de 2022;

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES Caso sejam necessárias alterações do presente Termo de Fomento, somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo a ser celebrado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Associação de Senhoras de Rotarianos - ASR - prestará contas a Prefeitura Municipal da aplicação dos recursos repassados, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência que se referir o Termo de Fomento, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas; **b)** Balancete Financeiro; **c)** Extrato Bancário de Conta Especial e Conciliação de Saldo, se houver; **d)** Demonstrativo dos Pagamentos Efetuados; **e)** Cópia dos documentos suportes de despesa; **f)** Declarações do lançamento contábil, ratificando o ingresso dos valores, na receita orçamentária da entidade; **g)** Relatório de execução do objeto, elaborado pela entidade, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto estabelecido no Plano de Trabalho; **h)** Relatório de execução financeira do Termo de Convênio, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

Parágrafo Único: A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos recebidos, deverão estar, obrigatoriamente, assinados pelo presidente e pelo tesoureiro da Associação, sendo que cópia da prestação de contas deverá ser encaminhada ao legislativo municipal para acompanhamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente de acordo com os interesses da Concedente, mediante notificação prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cláudia – MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

Por estarem às partes de comum acordo, assinam o presente Termo de Fomento em três vias de igual teor e forma na presença 02 (duas) testemunhas.

Cláudia/MT, 09 de maio de 2022.

_____

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

_____

ANA MARIA TALAU DELLANI

Associação De Senhoras De Rotarianos - ASR

Testemunhas:

_____ _____

ADEMILSON CUSTÓDIO SHIRLEY YOTZCHETZ

CPF: 968.570.051-68 CPF: 018.905.239-25

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2022 (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2022 (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

Objeto**: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Consultoria em Saúde Pública, no âmbito da Gestão do SUS, compreendendo as áreas de Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde e Gestão Financeira e Contábil, garantindo aporte técnico em regulação, programação, controle, avaliação, sistemas de informação, contratualização, controle social, elaboração de projetos, instrumentos de gestão, qualificação dos serviços, aquisições, gerenciamento financeiro, reprogramações financeiras, financiamento do SUS, Planejamento, auditoria, implantação de serviços, entre outros, através de pareceres técnicos, treinamentos, capacitações e apoio técnico de forma presencial e à distância no munícipio de Claudia-MT.** A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **01 de Junho de 2022,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 18 de Maio de 2022.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2020, REFERENTE AOSSERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA EM RUAS E AVENIDAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT E A EMPRESA BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO Nº 062/2020, POR MAIS 180 DIAS , ENCERRANDO-SE, ASSIM, EM 24 DE OUTUBRO DE 2022.

Cláudia - MT, 26 de ABRIL de 2022

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2021, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA GLEBA ZUMBI DOS PALMARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GARCIA EIRELI EPP,

Fica prorrogado o prazo de vigência das obras e serviços do presente contrato, com encerramento previsto para o dia 11 de julho de 2022, prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

Cláudia - MT, 10 de maio de 2022.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DIVERSOS PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT E A EMPRESA PLC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

O presente Termo Aditivo tem por objetivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos itens previstos na tabela abaixo:

Item	Produto	Preço Atual	Preço Suprimido	Valor Acrescido	Valor Reequilibrado
01	DIESEL COMUM	**R$ 6,83**		**R$ 0,07**	**R$ 6,90**
03	DIESEL S10	*R$ 7,05*		**R$ 0,28**	**R$ 7,33**
05	GASOLINA COMUM	*R$ 7,35*		*R$ 0,04*	**R$ 7,39**

A justificativa da supressão e do acréscimo ocorre em face da breve redução e a recente alta sobre os combustíveis, conforme demonstrado através de Notas Fiscais anexadas no requerimento, bem como nos termos da notícia veiculada pela Petrobrás.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.155, DE 18 DE MAIO DE 2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.155, DE 18 DE MAIO DE 2022

“Dispõe sobre Composição da Junta Médica do Município de Cocalinho – MT e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 504, de 17 de outubro de 2005 c/c Lei Municipal nº. 532, de 05 de julho de 2006 e Lei Orgânica do Município:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída a Junta Médica do Município de Cocalinho e do PREVI-COCALINHO, composta pelos prestadores de serviços do Município de Cocalinho – MT, com reputação ilibada e notório conhecimento médicos, devidamente inscritos no Conselho de Medicina, assim descritos:

a) Dr. ALMIRO PONTES GREGÓRIO, brasileiro, médico, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina – Estado de Mato Grosso sob o nº. 6002, portador da cédula de identidade RG nº. 2.296.738 SSP – GO, e do CPF nº. 429.064.079-68. **b) Dra. JESSICA GAMA LUZ,** brasileira, médica, devidamente inscrita no Conselho Regional de Medicina- Estado de Mato Grosso sob o nº. 6699, portadora da cédula de identidade RG nº. 5782844 2º VIA-SSP-GO, e do CPF nº. 755.281.261-34. **c) Dra. NICOLE GABRIELLE SILVA**, brasileira, médica, devidamente inscrita no Conselho Regional de Medicina- Estado de Mato Grosso sob o nº. 13293, portadora da cédula de identidade RG nº. 2296738 SSP-GO, e do CPF nº. 429.064.079-68.

Parágrafo Único. O exercício do mandato dos membros da Junta Médica será considerado de relevante serviço público, não sendo remunerado, uma vez que os médicos ora nomeados já recebem pelo exercício legal de suas funções junto ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado do Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.156, DE 18 DE MAIO DE 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.156, DE 18 DE MAIO DE 2022.

“Rescindo Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 042/2021”.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando resultado de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado com a nomeação da comissão pela Portaria nº 003/2022 e com fulcro no inciso III do art. 142 da Lei Municipal nº 056, e 28 de fevereiro de 1991 e ainda o estabelecido na cláusula oitava inciso I, alínea “a” do Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 042/2021,

D E C R E T A:

Art. Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 042/2021, celebrado entre o Município de Cocalinho e a Srta. Elaine Aparecida Aguiar Galdino, portadora da CI RG nº 1350231-0 e inscrita no CPF sob o nº 931.794.051-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado do Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RESULTADO DO PE 027 2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que do julgamento do certame Licitatório sob Modalidade **Pregão Eletrônico nº 027/2022**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO PARA O PSF BOM JESUS E 01 (UM) VEÍCULO PICK-UP PARA O PSF NOVA GALILEIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT - CONVENIO MS Nº 13861.**

260000/1210-03, deliberou-se por julgar **DESERTA** o presente certame licitatório, tendo em vista não haver propostas que atenda o exigido na data designada.

Colider/MT, 18 de maio de 2022.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 057/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratada: **BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA. Instrumento Vinculante**: Dispensa de Licitação nº 005/2022. Objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REVISÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEICULO CHEVROLET S10 CD LTZ BRANCO PLACA RAY2D03, CHASSI: 9BG148MK0NC413229 LOTADO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. **ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Código: 531 - Valor: R$ 466,00 e Código: 525 - Valor: R$ 818,99 da Secretaria Municipal de Saúde. Data de assinatura: 06/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2022

Os candidatos convocados deverão observar o anexo III (Requisitos e descrição das atribuições dos cargos) do Edital n° 01/2022, assimficam convocados os aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2022 que deverão APRESENTAR-SE ATÉ O DIA 30/05/2022 na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, munidos dos seguintes documentos:

2.1 Original e uma cópia legível:

a) Certificado devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação ou a declaração de conclusão, para o cargo que se candidatou (quando for o caso);

b) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE (www.tse.gov.br);

c) Título de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) Carteira de Identidade;

f) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

g) Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

h) Carteira de Trabalho;

i) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

j) CNIS (retirado no INSS);

k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

l) CPF filhos (0 anos até idade dependente)

m) CPF pai e mãe (se for caso, certidão óbito, declaração do falecido);

n) Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

o) Conta corrente (Banco Bradesco);

p) Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

q) Carteira de vacinação atualizada;

2.2 Originais:

a) 01 foto 3x4 atual e colorida;

b) Carteira de Trabalho;

c) Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos (www.tjmt.jus.br);

d) Atestado Médico de Capacidade Física emitido por profissionais do SUS;

e) Atestado de Sanidade Mental emitido por profissionais do SUS;

f) Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária; **(MODELO ANEXO I)**

g) Declaração de Bens; **(MODELO ANEXO II)**

h) Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no cargo fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no cargo ao qual se habilitou.

Os candidatos convocados são:

	300 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
120	DIOGO GONÇALVES CORREA	100	**1º.**	**APROVADO**
34	ALTIVIA DA SILVA	90	**2º.**	**APROVADO**
135	MARINEZ MARTINS RODRIGUES	90	**3º.**	**APROVADO**
131	LUZIA PAULINA DOS REIS SANTOS	90	**4º.**	**APROVADO**
271	ROSELAINE APARECIDA DE MORAES SILVA	90	**5º.**	**APROVADO**
273	ROSIMERE FABRIN JOLLI	90	**6º.**	**APROVADO**
140	MARILDA ALVES DE SOUZA	90	**7º.**	**APROVADO**
245	ADRIANA VIANA DOS SANTOS	90	**8º.**	**APROVADO**
306	FLORENTINA LOPES DOS SANTOS	90	**9º.**	**APROVADO**
104	CELIA LUZIA SOARES SILVA	90	**10º.**	**APROVADO**
244	LIDIO LOPES FIRMINO	90	**11º.**	**APROVADO**
41	ELIANA CRISTINA DE SOUZA SANCHES	90	**12º.**	**APROVADO**
22	ANA LUCIA ALVES DOS SANTOS	90	**13º.**	**APROVADO**
25	GREYCE KELY VIEIRA SILVA	90	**14º.**	**APROVADO**
30	LUCILENE ELIZA DE SOUZA	90	**15º.**	**APROVADO**
11	MERIAN RODRIGUES	90	**16º.**	**APROVADO**
92	ANDREINA KAROLAINE APARECIDA DOS SANTOS	90	**17º.**	**APROVADO**
288	CLEONICE APARECIDA MATEUS	70	**18º.**	**APROVADO**
275	IRINEIDE GOMES DA CRUZ	70	**19º.**	**APROVADO**
215	MARILUCIA ALVES DOS SANTOS	70	**20º.**	**APROVADO**
24	TATIANE FERREIRA SALDINO	70	**21º.**	**APROVADO**
235	VERA LUCIA DIAS DA SILVA	60	**22º.**	**APROVADO**
79	FLAVIA APARECIDA DOS SANTOS	60	**23º.**	**APROVADO**
16	ANDREIA CAMARA DE SOUZA	60	**24º.**	**APROVADO**
17	SIDINEIA DE CASTRO SILVA	60	**25º.**	**APROVADO**
51	RAFAELLA ALVES DE CHAVES	60	**26º.**	**APROVADO**
105	MARINALVA SOUZA NORTE SILVA	50	**27º.**	**APROVADO**

13	SELMA ROCHA	50	**28º.**	**APROVADO**
97	GRACIELE ALVES DA SILVA SANTOS	50	**29º.**	**APROVADO**
18	ANGELA DA SILVA LIMA	50	**30º.**	**APROVADO**
150	SILVANA CRISTINA DA ROCHA	50	**31º.**	**APROVADO**
156	ZENILDA DA SILVA VIEIRA	45	**32º.**	**APROVADO**
56	MARIA DE JESUS PEDRORO	40	**33º.**	**APROVADO**
9	ELIZANGELA DO NASCIMENTO	40	**34º.**	**APROVADO**
318	IVONETE NUNES DA SILVA	40	**35º.**	**APROVADO**
300	JANETE GAIO SGOTI	40	**36º.**	**APROVADO**
151	LUCIANA APARECIDA URSULINO ALVES	40	**37º.**	**APROVADO**
297	GILMAR DA SILVA	40	**38º.**	**APROVADO**
246	LETICIA ALVES DA COSTA	40	**39º.**	**APROVADO**
58	ADRIANA GARCIA SOARES	40	**40º.**	**APROVADO**
72	EDIVANDRO BARBOSA DOS SANTOS	30	**41º.**	**APROVADO**
62	LUCAS SANTIAGO DA SILVA	30	**42º.**	**APROVADO**
299	ROSANGELA APARECIDA BARBOSA DA SILVA OLIVEIRA	30	**43º.**	**APROVADO**
317	VALDIRENE LIMA FERREIRA MORAES	30	**44º.**	**APROVADO**
250	ELIANE FERREIRA DA SILVA ALBERGHINI	30	**45º.**	**APROVADO**
89	LIDIANE SILVA DOS SANTOS	30	**46º.**	**APROVADO**
206	LIDIO HENRIQUE GOMES BARBOSA	30	**47º.**	**APROVADO**
152	FRANCIELE DE CARVALHO RODRIGUES	30	**48º.**	**APROVADO**
29	ANA PAULA LEMES DE SOUZA	30	**49º.**	**APROVADO**
121	PAMELA VIEIRA CARFI	30	**50º.**	**APROVADO**
49	ANGELA TAMIRES RIBEIRO DA SILVA ALVES	30	**51º.**	**APROVADO**
132	NAYARA ROSA DORINI PRADO	30	**52º.**	**APROVADO**
133	BIANCA CAROLINE ARAUJO DE OLIVEIRA BARBOSA	30	**53º.**	**APROVADO**
242	MATHEUS BUENO RODRIGUES DO NASCIMENTO	30		**APROVADO**
142	ISABEL LUCIA DE SOUZA	20		**APROVADO**
53	LEIDIMARA PIRES DE BARROS	20		**APROVADO**
320	LIOMAR MADRUGA DE OLIVEIRA	10		**APROVADO**

	300 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**(PCD)**		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
269	SUELEN CARLA DO CARMO DE OLIVEIRA	40	**1º.**	**APROVADO**

	316 - ELETRICISTA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
91	EDMAR MENDES DO AMARAL	70	**1º**	**APROVADO**

	317 – AGENTE ADMINISTRATIVO			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
267	EDICARLOS DA SILVA LEITE	100	**1º.**	**APROVADO**
10	MAYARA DOS SANTOS MADEIRA	95	**2º.**	**APROVADO**
1	AMABILLY NUNES CAMARGO DE ARAUJO	95	**3º.**	**APROVADO**
21	ISABEL CRISTINA ANTUNES	90	**4º.**	**APROVADO**
6	JOSE INACIO DOS SANTOS FILHO	90	**5º.**	**APROVADO**
90	CLEIDE PEREIRA DA SILVA	90	**6º.**	**APROVADO**
316	MARCIA PEREIRA DONZELLI	90	**7º.**	**APROVADO**
12	LISANDRA FELIPE AVALLONE	90	**8º.**	**APROVADO**
219	GISELE ALVES VALENTIN	90	**9º.**	**APROVADO**
221	SELMA BORGES TORRES	90	**10º.**	**APROVADO**
293	ANA PAULA MODENEZE RENOSTO	90	11º.	CLASSIFICADO
114	MARIA ISABEL FERREIRA MEDEIROS ARCENO	90	12º.	CLASSIFICADO
216	REQUIELEM DAIANE BERNARDO	90	13º.	CLASSIFICADO
138	RICARDO REBOUÇAS CAMARGO	90	14º.	CLASSIFICADO
40	DAIANE REGINA ANDRADE DIONISIO	90	15º.	CLASSIFICADO
303	VANESSA ALVES PEREIRA DIOLA	90	16º.	CLASSIFICADO
8	ALINE TARGA	90	17º.	CLASSIFICADO
19	LILIANE LEILA DA SILVA	90	18º.	CLASSIFICADO
281	RAYELE DE OLIVEIRA DA SILVA	90	19º.	CLASSIFICADO
225	PAULA INGRIDY FERREIRA TRAMARIN	90	20º.	CLASSIFICADO
187	GRAZIELLI BISPO PINHEIRO	90	21º.	CLASSIFICADO
74	PAULA KAOMA SALVALAGIO	90	22º.	CLASSIFICADO
174	NATALIA ZORZO DONADIA	90	23º.	CLASSIFICADO
199	JULIO CESAR MELO BOTEGA	80	24º.	CLASSIFICADO
54	PAULO HENRIQUE DE SOZA FERNANDES	75	25º.	CLASSIFICADO
66	SIMONE FERREIRA DOS SANTOS	75	26º.	CLASSIFICADO
67	MARILENE FERNANDA MILANSKI	70	27º.	CLASSIFICADO
290	FERNANDA SOTO	70	28º.	CLASSIFICADO
326	MISLENE ALENCAR DE ARAUJO	70	29º.	CLASSIFICADO
23	MURILO FELIPE ROCATO SILVA	70	30º.	CLASSIFICADO
182	ANNA CAROLINE NUNES DA SILVA	70	31º.	CLASSIFICADO
76	PAMELA APARECIDA MARTINS BITTENCOURT	70	32º.	CLASSIFICADO

	377 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
26	MARIA SANTINA DE SOUZA	95	**1º.**	**APROVADO**
43	DEBORA NAYARA DAPPER PASSOS	90	**2º.**	**APROVADO**
28	ISABEL CAETANO MARTINS	80	**3º.**	**APROVADO**
45	GISELI RODRIGUES DE OLIVEIRA	70	**4º.**	**APROVADO**
44	CRISLEIDE COSTA DA SILVA	70	**5º.**	**APROVADO**
228	ITALO DOS SANTOS ARAÚJO	60	**6º.**	**APROVADO**
85	RAI BEZERRA DE OLIVEIRA	50	**7º.**	**APROVADO**
86	RENAN BEZERRA DE OLIVEIRA	30	**8º.**	**APROVADO**
328	VALDIRENE DA SILVA SANTOS	30	**9º.**	**APROVADO**
78	JACIRA JOSÉ LOMBARDI	30	**10º.**	**APROVADO**

	307 - MECÂNICO DE MAQUINAS PESADAS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
118	ODAIR JOSÉ DOS SANTOS	90	**1º**	**APROVADO**
302	MARCOS ANTONIO DA SILVA	60	**2º**	**APROVADO**

	309 - OPERADOR DE MÁQUINAS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
169	JOSE CARLOS DOS SANTOS	60	**1º**	**APROVADO**
168	JORGE FERREIRA DOS SANTOS	50	**2º**	**APROVADO**

	313 - OPERADOR DE MOTONIVELADORA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
202	BRUNO ALISON FERMINIANO DE SOUZA	30	**1º**	**APROVADO**

	311 - OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
93	MARCELINO PEDRO DA SILVA	30	**1º**	**APROVADO**

	303 - PEDREIRO			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
111	JAMIRO JOÃO DE SOUZA	50	**1º**	**APROVADO**
146	FRANSCISCO MARÇAL DOS SANTOS	50	**2º**	**APROVADO**
189	APARECIDO VALENTIM LONGO	30	**3º**	**APROVADO**
266	TIAGO LUCAS LONGO	30	**4º**	**APROVADO**

	306 - MOTORISTA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
287	VALDEMIR VIEIRA DOS ANJOS	90	**1º**	**APROVADO**
166	VALDECIR ROYER	90	**2º**	**APROVADO**
144	EMERSON BETSCH	90	**3º**	**APROVADO**
170	ROGELIO GOMES OLIVEIRA	90	**4º**	**APROVADO**
83	LENIRCIA FERRAZ BARBOSA	80	**5º**	**APROVADO**
52	ELOIR BARRETO	80	**6º**	**APROVADO**
100	GERALDO PEREIRA DA CRUZ	70	**7º**	**APROVADO**
147	JEFFERSON ALVES PEREIRA	70	**8º**	**APROVADO**
197	EVANDRO SANTOS BONIN	70	**9º**	**APROVADO**
149	JOSIMAR MARIOTTI	70	**10º**	**APROVADO**
179	GENTIL SMIDT	60	**11º**	**APROVADO**
254	SAULO DIAS	60	**12º**	**APROVADO**
143	LUIZ GALLI	60	**13º**	**APROVADO**
39	CLAUDECIR MARCELINO FERREIRA	60	**14º**	**APROVADO**
117	MARCOS PLACIDO JACOVOZZI	60	**15º**	**APROVADO**
50	LUIZ SIQUEIRA DA SILVA	60	**16º**	**APROVADO**
124	JOÃO FERNANDES DA SILVA	60	**17º**	**APROVADO**
329	JOVAGNE DE OLIVEIRA	60	**18º**	**APROVADO**
110	WELINTON HENRIQUE LOPES DOS SANTOS	50	**19º**	**APROVADO**
167	PEDRO PEREIRA	50	**20º**	**APROVADO**
226	JOSE SILVEIRA SERGIO	50	**21º**	**APROVADO**
69	JOSÉ LUCIANO DE CASTRO	30	**22º**	**APROVADO**
116	FRANCISCO ALVES CARDOSO	30	**23º**	**APROVADO**
141	IVO MARIANO PRADO	30	**24º**	**APROVADO**
84	ERNANI ALVES	30	**25º**	**APROVADO**
255	ELIAS JOSE TARIFA	30	**26º**	**APROVADO**

Colíder/MT, 18 de maio de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

MODELO ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua/Av _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que:

1) Não possuo vínculo empregatício com outro Órgão Público, assim como declaro ter a disponibilidade de tempo para cumprimento de carga horária, sendo de 40 (quarenta) horas semanais para o cargo de _____ no Município de Colíder - MT.

2) Que não tenho relação familiar ou de parentesco consanguíneo em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, com autoridade nomeante, bem como, detentor de mandato eletivo municipal (vereadores e vice-prefeito) ou de servidor ocupante de direção, chefia ou assessoramento do respectivo órgão ao qual estou sendo nomeado (a).

3) Estar ciente de que pela inexatidão, omissão, ou qualquer outro vício na presente declaração estarei sujeito(a) aos procedimentos e cominações legais cabíveis à espécie.

Sendo expressão da verdade, firmo a presente para todos os efeitos legais de direito.

Colíder/MT, _____ de _____ de 2022.

_____

Nome:

CPF:

MODELO ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) na _____, nº_____, Bairro _____, Setor _____, neste Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, portador(a) do RG Nº. _____/_____ CPF: Nº._____ declaro para devidos fins que ( )possuo ( )não possuo bens em meu nome até a presente data.

_____

_____

_____

_____

_____

E, por ser expressão da verdade, dato e assino.

Colíder - MT, _____de _____ de 2022.

_____

Nome:

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 164/GP/2022

PORTARIA Nº164/GP/2022, DE 09 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Maicla Rafaela da Silva,** matricula nº. 7329-1, Concursada no Cargo de Agente Administrativo, 40 horas semanais**, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 09 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/GP/2022

PORTARIA Nº168/GP/2022, DE 10 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Alterar parcialmente o Artigo 1º. da Portaria nº. 140/GP/2021, de 15 de fevereiro de 2021, revogando a verba indenizatória de locomoção concedida ao Servidores:

1. Claudemir Coelho dos Santos, matricula nº. 6915-4 e

2. Agnaldo Moreira da Silva, matricula nº. 111-6.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da Portaria nº. 140/ADM/2021, de 15 de fevereiro de 2021.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 10 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 165/GP/2022

PORTARIA Nº165/GP/2022, DE 09 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Raiane Pereira da Silva,** matricula nº. 7359-2, Concursada no Cargo de Agente Administrativo, 40 horas semanais**, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos no dia 19 de maio de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 09 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 183/ADM/2022

PORTARIA Nº 183/ADM/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **OSANE DE LIMA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6442, partir do dia **06 de maio a 04 de junho do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **06 de maio de 2022**, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 18 de maio de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 170/GP/2022

PORTARIA Nº170/GP/2022, DE 17 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Michely Dias Tomazi,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2218411-2 SSP/MT e CPF n° 035.396.571-50, para exercer o Cargo em Comissão de **Diretor Executivo,** vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 17 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 17 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 166/GP/2022

PORTARIA Nº166/GP/2022, DE 10 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar no seu inteiro teor a Portaria nº. 149/GP/2021 de 01 de março de 2021, que concedeu verba indenizatória de locomoção ao Servidor Elson Laia do Nascimento, matrícula nº. 1082-1

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 10 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/GP/2022

PORTARIA Nº169/GP/2022, DE 12 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder verba indenizatória de locomoção de **50%** (cinquenta por cento) sobre o salário base inicial do respectivo cargo para o Servidor **Fernando da Cruz Lima**, matricula nº. 4552-2, Concursado no Cargo de Motorista de Veículo Pesado, para o transporte de pacientes em ambulâncias para localidades fora do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 12 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/GP/2022

PORTARIA Nº167/GP/2022, DE 10 DE MAIO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar no seu inteiro teor a Portaria nº. 242/GP/2021 de 01 de junho de 2021, que concedeu verba indenizatória de locomoção ao Servidor Sidnei Gonçalves de Barros, matrícula nº. 6437-1

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 10 de maio de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de maio de 2022.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2022 DE 17/05/2022

"Dispõe sobre o julgamento das Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal de Comodoro/MT, referente ao exercício de 2020, e dá outras providências."

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Comodoro, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** e eu **GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO**, Presidente, **PROMULGO** o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam **APROVADAS** as **Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal de Comodoro/MT, relativas ao exercício de 2020**, devendo o atual Chefe do Executivo Municipal cumprir as recomendações e determinações apontadas no Parecer Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, como medidas corretivas e adequadas a serem implementadas.

Art. 2º A fundamentação desta aprovação é baseada no teor do Parecer Prévio nº 205/2021-TP do TCE/MT, referente ao Processo nº 10. 089-7/2020 e seus apensos.

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

***Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.*

Gleyscler Belussi Ribeiro
Presidente

Registra-se e publica-se,

Wender Bier de Souza

1º Secretário

PORTARIA Nº. 406/2022DE: 17.05.2022

PORTARIA Nº. 406/2022

DE: 17.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS proporcionais de 20 (vinte) dias, aos servidores municipais abaixo relacionados, nesta municipalidade.

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1480	Alexmar Dos Santos Pereira	Vigia	01/08/2020 a 31/07/2021	01/06/2022 a 20/06/2022
1449	Jorge Calisto De Gois	Fiscal De Tributos Municipal	01/12/2020 a 30/11/2021	01/06/2022 a 20/06/2022
2338	Lenice Ribeiro Filomena	Gari	15/05/2021 a 14/05/2022	01/06/2022 a 20/06/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar a 1° de junho de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de maio do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 039/2022 de 28/03/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que ***realizará no próximo dia 19 de maio de 2022 às 9:30horas, Processo Licitatório nº 003/2022, Processo Administrativo nº 003/2022 na Modalidade Dispensa nº 001/2022 – tipo Menor Preço Global, para*** **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA, INCLUINDO PERMISSÃO DO DIREITO DE USO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO,** conforme especificações integrantes do ***Termo de Referência.***

Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855; Emails:diretoria@comodoro.mt.leg.br; licitacao@comodoro.mt.leg.br; Site: https://www.comodoro.mt.leg.br/ Comodoro/MT, 18 de maio de 2022.

Matheus Batista Silva

Presidente da CPL

Rosa Adriana Dourado Freitas

Secretária da CPL

EDITAL N.º 029/2022 DE: 11.05.2022

EDITAL n.º 029/2022

De: 11.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA,Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Fica revogada a convocação no **Edital 028/2022** de 05/05/2022 da candidata **IZABEL MARTINS DA SILVA**, Classificada em 14º Lugar para o Cargo de Merendeira, tendo em vista que a mesma já havia sido convocada no **Edital nº. 023/2022** de 19/04/2022. Permanecem inalterados os demais candidatos convocados no Edital 028/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de maio de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 407/2022DE: 17.05.2022

PORTARIA Nº. 407/2022

DE: 17.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias, a servidora municipal abaixo relacionada, nesta municipalidade.

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO	CARGO
4304	Alexandre João Brugnera	15/01/2020 a 14/01/2021	01/06/2022 a 30/06/2022	Ouvidor
2333	Edvaldo Francisco Da Silva	15/05/2021 a 14/05/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	Gari
4462	Laura Dos Santos Almeida	10/01/2021 a 09/01/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	Conselheira Tutelar
4279	Marcelo Neves Santana	15/10/2020 a 14/10/2021	01/06/2022 a 30/06/2022	Agente Comunitário De Saúde
4282	Renato Rondon Arteaga	15/10/2020 a 14/10/2021	01/06/2022 a 30/06/2022	Agente Comunitário De Saúde
3598	Renilda De Azevedo Da Silva	01/07/2020 a 30/06/2021	01/06/2022 a 30/06/2022	Auxiliar De Serviços Gerais
4396	Rosecler Cine Belussi	20/03/2021 a 19/03/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	Técnico Em Documentação Escolar
295	Silvana Aparecida Lourenço Ferreira Weschenfelder	01/12/2020 a 30/11/2021	01/06/2022 a 30/06/2022	Professor PII
3175	Simone Felix Da Silva	01/01/2019 a 31/12/2019	01/06/2022 a 30/06/2022	Professor PII
3651	Sirlei Resende Teixeira	01/01/2020 a 31/12/2020	01/06/2022 a 30/06/2022	Agente De Combate As Endemias
4417	Wegslei Simão Alves	06/05/2021 a 05/05/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	Operador De Escavadeira Hidráulica – PC

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar de 1° de junho de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de maio do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EDITAL N.º 030/2022 DE: 11.05.2022

EDITAL n.º 030/2022

De: 11.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA,Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Fica convocado o candidato abaixo relacionado classificado e aprovado no Concurso Público Municipal, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos para a efetiva nomeação na função em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001, de 28 de maio de 2018, Anexo Único do Edital Complementar n.º 024, de 30 de agosto de 2018, e Decreto de Homologação n.º 034, de 30 de agosto de 2018, para os cargos de:

MERENDEIRA - ESCOLAS DA ÁREA URBANA

Nome	Classificação
SANDRA DANTAS DE SOUZA	16º Lugar

Art. 2º. Os documentos para a Nomeação e Posse de cada candidato deverão ser apresentados conforme consta do **item 7.4, do Edital n.º 001, de 28 de maio de 2018 (Click aqui)**, do Concurso Público, e **Ficha Cadastral (Click aqui)**.

Art. 3º. A não entrega de todos os exames e documentos exigidos no edital de abertura, bem como o não comparecimento no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de maio de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

DOCUMENTAÇÃO

CÓPIAS AUTENTICADAS

1.Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2.Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3.Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

4. Titulo de eleitor;

5.PIS/PASEP;

6.CPF e RG Esposa (o) quando houver (exigência TCE-MT);

7.Certidão de Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável ou Escritura Pública de União Estável ou certidão de nascimento;

8.Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino);

9.Comprovante de endereço atualizado;

10.Declaração de endereço com assinatura reconhecida em cartório (**SOMENTE PARA CARGOS DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**);

11.Carteira de Trabalho;

12.Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista);

13.Comprovante de titularidade de conta bancaria no Banco Bradesco Agencia de Comodoro 1887-2

14.Certidão de nascimento, RG e CPF dos filhos quando dependente (de 08 a anos trazer comprovante de freqüência escolar junto com a certidão de nascimento, RG e CPF, acima de 14 anos cópia do CPF e RG);

17.Comprovante de escolaridade (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico) de acordo com o nível exigido para o cargo;

18.Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico);

19.Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) Mãe e Pai.

20.Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

DOCUMENTOS ORIGINAIS

21.Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal

https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-214/contrib...;

22.Declaração junto ao INSS - Extrato Previdenciário (qualquer agencia do INSS);

23.Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

24.Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

25.Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal; **(Anexo I)**

26.Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; **(Anexo II)**

27.Certidão de quitação eleitoral **(Cartório Eleitoral)** ou pela Internet**https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-...**;

28.Declarações de Bens Móveis e/ou Imóveis, com firma reconhecida em cartório (se não houver, emitir declaração de que não possui bens); **(Anexo III)**

29.Cópia do pedido de vacância ou pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo inacumulável.

Exames Laboratoriais

1. Hemograma completo em jejum

2. Glicemia em jejum (GLICOSE)

3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L) (sifilis)

4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase)

5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides)

6. VHS.

7. Ácido Úrico.

8. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista

9.ultrassom pélvica (sexo feminino)

10. Parasitológico de fezes.

11. Exame Anti-HCV.

12. Exame de urina tipo I (E.A.S)

13.Teste ergométrico

14. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrasonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial

15. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente)

16. Avaliação de médico ortopedista quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total)

17. Atestado de saúde mental emitido por médico (psiquiatra) com indicação no Conselho Federal de Medicina.

18. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica) com laudo e métodos utilizados na avaliação.

19. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para **homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos**

20. Colpocitologia Oncotica - Papanicolau para **mulheres com idade igual ou acima de 40 anos**

21. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A **para homens com idade igual ou acima de 40 anos**

22. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista **para cargo de Professor.**

23.Declaração do candidato ou laudo que possui algum tipo de alergia de qualquer forma(GIZ,PRODUTOS DE LIMPEZA ETC..) **para os cargos de Professor e Auxiliar de serviços Gerais**

ANEXO I

Eu, **NOME DO CANDIDATO**, portador (a) da cédula de identidade n°. 000000000 SSP/MT e do CPF n°. 00000000000000, **declaro** para fins de posse na carreira de **COLOCAR O CARGO DO CANDIDATO**na **Prefeitura Municipal de Comodoro no Mato Grosso**, **que não exerço** qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja **inacumulável** com a carreira em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, outrossim, **que não Recebo** proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com a carreira em que tomarei posse.

DECLARO, mais, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar de que tratam os artigos 133 e 148 da Lei 8112/90.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

Comodoro-MT, 10 de Janeiro de 2019. Local e Data

_____

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DE

JORNADA DE TRABALHO

Eu **xxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro (a), portador da Carteira de Identidade RG nº. xxxxxxxxxxx SSP/MT e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aprovado (a) no Concurso Público Municipal de Comodoro n°. 001/2018, para o cargo de **PSICÓLOGO**, declaro que possuo disponibilidade para cumprir a carga horária de 40h, exigida para o cargo para o qual estou sendo nomeado.

Configurando-se a não veracidade da declaração prestada, como crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299, do Código Penal.

Comodoro - MT, 15 de Outubro de 2018.

NOME DO CANDIDATO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu **XXXXXXXXXXXXXX,** portador (a) do RG n°.XXXXXXX SSP/RO e o CPF n°. XXXXXXXXXXX, residente nesta Cidade de Comodoro-MT, declaro para os devidos fins que, **NÃO ou Possuo (se possuir deve ser informado os bens)** possuo bens moveis e imóveis em meu nome.

Comodoro-MT, 04 de Setembro de 2018.

NOME DO CANDIDATO

CPF n°. XXXXXXXXXXXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO-MT	**FICHA CADASTRAL**

FOTO 3x4	**IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**					
	1. Nome:					
	2. Sexo:	**3. Est. Civil:**		**4. Data nascimento:**		
	5. Local nascimento / UF:			**6. N°. CPF:**		
	7. N°. Identidade:	**8. Orgão e UF:**		**9. Data de emissão:**		
10. N°. Cart. Profissional de Trabalho:	**11. Série e UF:**	**12. Data emissão:**	**13. N°. Do titulo:**			
14. Zona eleitoral:	**15. Seção:**	**16. CNH:**	**17. Categoria:**	**18. Vencimento. CNH:**	**19. Data 1ª habilitação:**	
20. Data Emissão CNH:	**21. Reservista:**	**22. E-mail:**				
23. Nome do pai:		**24.CPF do Pai:**				
25. Nome da mãe:		**26. CPF da Mãe:**				
27. Nome do Conjugue/Companheiro (se houver)		**28. CPF do Conjugue/Companheiro**				
29. Raça	**30. Cor Olhos**	**31. Peso (KG)**	**32. Estatura (M)**	**33. Doador**	**34. Grupo Sang**	**35. Fator RH**

ENDEREÇO PESSOAL			
36. Rua:			
37. Número:	**38. Complemento:**	**39. Bairro:**	**40. CEP:**
41. Município:	**42. UF:**	**43. Fone:**	**44. Celular:**

CADASTRO DE DEPENDENTES				
NOME:	**SEXO:**	**DATA NASC.:**	**PARENTESCO:**	**CPF:**
	F M			
	F M			
	F M			
	F M			
	F M			
	F M			

PORTARIA Nº. 393/2022DE: 12.05.2022

PORTARIA Nº. 393/2022

DE: 12.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 18, e anexo III da Lei Municipal n.º 1.327/2011 de 29 de julho de 2011**, e artigo 22-B acrescentado pela Lei nº 1.849/2019, bem como suas alterações, passando de nível Fundamental** para nível **Médio**, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	N. Processo	Classe	Nível a Progredir
965	Alex Dos Santos	Agente Comunitário De Saúde	1024.001.008.0000259	A	03

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 12 dias do mês de maio do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2022

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO – **EDITAL n° 018/2022**, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA PARA FRETE PARA TRANSPORTES DE MÁQUINAS EM VIAS FEDERAIS E ESTADUAIS ENTRE AS LOCALIDADES DOS MUNICIPIOS DE CUIABA-MT A COMODORO-MT**,** cuja abertura ocorrerá às **09:00** horas do **dia 19/05/2022**, na sala de licitação, situada na Rua das Pitangueiras nº 4775 – Bairro Tertúlia – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 18 de Maio de 2022.

JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO

Presidente da Comissão

PORTARIA Nº. 404/2022DE: 17.05.2022

PORTARIA Nº. 404/2022

DE: 17.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS proporcionais de 20 (vinte) dias, aos servidores municipais abaixo relacionados, nesta municipalidade.

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
971	Ana Cristina Rodrigues P. Da Silva	Auxiliar De Laboratório	20/02/2020 a 19/02/2021	13/06/2022 a 30/06/2022
4343	Luiz Roberto Ruz	Diretor De Departamento	12/03/2020 a 11/03/2021	13/06/2022 a 30/06/2022
3780	Marcelo Dos Santos Souza	Agente De Combate As Endemias	01/01/2021 a 31/12/2021	13/06/2022 a 30/06/2022
4403	Mauri Valdir Deifeld	Auxiliar De Serviços Gerais	01/04/2021 a 31/03/2022	13/06/2022 a 30/06/2022
2485	Nilva Valadares Graciani Menaldi	Merendeira	02/12/2020 a 01/12/2021	13/06/2022 a 30/06/2022
3750	Rafael Vasconcelos	Procurador Jurídico	14/04/2021 a 13/04/2022	13/06/2022 a 30/06/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar a 13 de junho de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de maio do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 405/2022 DE: 17.05.2022

PORTARIA Nº. 405/2022

DE: 17.05.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. ADQUIRIR 10 (dez) dias de férias dos servidores abaixo relacionados, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Abono
971	Ana Cristina Rodrigues P. Da Silva	Auxiliar De Laboratório	20/02/2020 a 19/02/2021	01/06/2022 a 10/06/2022
4343	Luiz Roberto Ruz	Diretor De Departamento	12/03/2020 a 11/03/2021	01/06/2022 a 10/06/2022
3780	Marcelo Dos Santos Souza	Agente De Combate As Endemias	01/01/2021 a 31/12/2021	01/06/2022 a 10/06/2022
4403	Mauri Valdir Deifeld	Auxiliar De Serviços Gerais	01/04/2021 a 31/03/2022	01/06/2022 a 10/06/2022
2485	Nilva Valadares Graciani Menaldi	Merendeira	02/12/2020 a 01/12/2021	01/06/2022 a 10/06/2022
3750	Rafael Vasconcelos	Procurador Jurídico	14/04/2021 a 13/04/2022	01/06/2022 a 10/06/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar de 1° de junho de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de maio do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA FINANCEIRA PARA ELABORAÇÃO DE ALM, ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS, E COMPLIANCE, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DESTE RPPS E MELHORIA DA GESTÃO INCLUSIVE EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO. PARA ATENDER O COMODORO-PREVI,** cuja abertura ocorrerá às **08:00** horas do **dia 19/05/2022**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 18 de Maio de 2022.

JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 064/2022 PREGÃO ELETRONICO – SRP N° 017/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 064/2022

PREGÃO ELETRONICO – SRP N° 017/2022

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N° 017/2022, conforme segue:

OBJETO:PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DESTE MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2022, JUNTAMENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONFRESA – MT.

HOMOLOGADO/ADJUDICADO para as empresas:

TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI

CNPJ: 29.858.443/0001-08

ENDEREÇO: AV AYRTON SENNA, CENTRO.

CIDADE: CONFRESA-MT

CEP: 78.652-000

FONE: (66) 8412-8448 (66)35642173

EMAIL: MARCIO.EXATTA@HOTMAIL.COM

Vencedora dos itens 4, 3, 16, 2, 27, 9, 23, 28, 30, 22, 33, 34, 35 e 41 do Certame no valor global de R$257.726,10 (duzentos e cinquenta e sete mil e setecentos e vinte e seis reais e dez centavos).

COMERCIAL LUAR EIRELI EPP

CNPJ: 02.545.557/0001-33

ENDEREÇO: AV. RAD. EDSON LUIS DA SILVA, N° 1037, TIJUCAL, SETOR II.

CIDADE: CUIABÁ-MT

CEP: 78088-000

FONE: (65) 3665-5311/(65) 3665-6663/(65) 9966-19432

EMAIL: comercial.luar@hotmail.com

Vencedora dos itens 5, 7, 1, 6, 8, 10, 11, 12, 15, 13, 14, 19, 18, 20, 17, 25, 21, 26, 24, 32, 31, 29, 40, 38, 37, 36, 43, 48, 44, 39, 46, 42, 47 e 45 do Certame no valor global de R$623.552,00 (seiscentos e vinte e três mil e quinhentos e cinquenta e dois reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa- MT, 18 de maio de 2022.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 003/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2022

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2022

A Prefeitura de CONFRESA-MT, **DECLARA** que aderiu a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº036/2022 DO PREGÃO ELETRONICO Nº047/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA - MT,** cuja a detentora da ARP é a empresa:**REAVEL VEICULOS EIRELI CNPJ: 30.260.538/0001-04,** e tem como objeto**: AQUISIÇÃO DE VEICULO – TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA 4X4, ZERO KM, ANO/MODELO ATUAL, NA COR BRANCO, MOTOR DIESEL, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 2.8, POTENCIA MÍNIMA 204 CV, CAMBIO MANUAL DE NO MÍNIMO 6 VELOCIDADES (CINCO À FRENTE E UMA A RÉ), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA. (E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL ORIGINAL)**, **POR MEIO DE ADESÃO A ARP Nº036/2022 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº047/2022 DO MUNICIPIO DE VILA RICA – MT.**

SENDO A PRESENTE ADESÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

Conforme quantidade abaixo relacionada, com um Valor Global de **R$ 294.000,00 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil Reais).**

REAVEL VEICULOS EIRELI
CNPJ: 30.260.538/0001-04
ENDEREÇO: Rua C 180, Quadra 617, lotes 19 e 20, Nº176
Setor Nova Suiça, SALA 04

CIDADE: GOIANIA-GO
CEP:74.280-090
FONE: (62) 3434-0877/0879
Representante: SINOMAR VAZ DE OLIVEIRA JUNIOR
EMAIL: reavelveiculos@gmail.com

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	V. UNI	V. TOTAL
01	UND	01	Caminhonete nova, zero km, com no mínimo os seguintes itens:Tração 4x4, de fabricação nacional, cabine dupla com 4 (quatro) portas; versão mais atual; cor branca; motor com potência mínima de 204CV, cilindrada mínima do motor 2.8, capacidade mínima para 05(cinco) lugares, movido à diesel; direção hidráulica; ar condicionado original de fábrica; 7 air bags (frontais, laterais, cortina e joelhos para motorista); hodômetro digital (total e parcial), vidros elétricos e travas elétricas para todas as portas originais de fábrica; distancia mínima entre eixos de 3085mm, chave com telecomando para abertura e fechamento das portas; bancos com regulagem em altura; tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros; transmissão manual com no mínimo 05 marchas à frente e 1 a ré; freios ABS ; no mínimo com 05 (cinco) airbag (motorista e passageiro); rodas de no mínimo 265/65 R17 original de fábrica; película de proteção solar nos vidros exceto no dianteiro; protetor de caçamba; capacidade de carga útil de no mínimo 1000 quilos, e demais equipamentos de série e os exigidos pelo código brasileiro de transito (CONTRAN), garantia mínima de 5 anos direto do fabricante. Emplacamento e taxas pertinentes ao emplacamento fica de responsabilidade da Contratante. MARCA: TOYOTA HILLUXSTAND POWER PACK 4X4 MANUAL	R$ 294.000,00	R$ 294.000.00

VALOR R$ 294.000,00 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil Reais).

Confresa-MT, 18 de MAIO de 2022

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 003/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2022

Processo Licitatório n° 083/2022, na Modalidade **Pregão Presencial nº 028/2022 Homologado 17/05/2022**

Objeto:ADESÃO A ARP Nº09B/2022, ORINDA DO PREGÃO Nº 04/2022 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA, PARA AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA 16 DISCOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, JUNTAMENTE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº853442/23017-CAIXA.

VALOR PREVISTO: R$ R$ 68.750,00 (Duzentos Mil e Trezentos e Sessenta e Quatro Reais)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADA: AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI EPP

Data:18 de maio de 2022.

Foro: Porto Alegre do Norte - MT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º272/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N.º272/2022, de 18 de maio de 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA/MT"

O Prefeito do Município de Confresa, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a necessidade da instituição de designar um Responsável pela gestão dos Recursos do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Confresa/MT, em atenção ao disposto na Portaria do MPS no 519, de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora Jessyca Vilela Guimarães, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n°. 24514543 SSP/MT e inscrita no CPF sob n° 054.100.731-93, para exercer a função de Responsável pela gestão dos Recursos do RPPS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais para 01 de março de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa/MT, 18 de maio de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 106/2022

ERRATA DE PUBLICAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 106/2022

NA EDIÇÃO Nº 3.983, do Jornal Oficial dos Municípios no dia 18 de maio de 2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVII | N° 3.983, Páginas 360 e 364 do dia 18 de maio de 2022.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETÁRIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

ONDE LÊ SE:

ITENS	COD. BETHA	COD. TCE	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
276	395	162143-2	UND	236	REGUA **30CM EM ACRILICO TRANSPARENTE,** COM ESPESSURA MINIMA DE3MM. MEDIDAS EM CENTÍMETROS E MILÍMETROS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE.	1,91	450,76
VALOR TOTAL:							**R$ 5.111,81**

LER -SE:

ITENS	COD. BETHA	COD. TCE	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
276	395	162143-2	UND	236	REGUA **30CM EM ACRILICO TRANSPARENTE,** COM ESPESSURA MINIMA DE3MM. MEDIDAS EM CENTÍMETROS E MILÍMETROS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE.	0,95	224,20
VALOR TOTAL:							**R$ 5.111,81**

Confresa-MT, 18 de maio de 2022.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
ERRATA AO AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022

CONFORME PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS – MT DO DIA 18 DE MAIO DE 2022, PAGINAS 385 E 386 E NO DIARIO OFICIAL DE CONTAS NO DIA 18 DE MAIO DE 2022, PAGINA 41

1. **Onde se lê:**

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022

2. A Prefeitura de CONFRESA-MT, **DECLARA** que aderiu a **ADESÃO A ARP Nº09B/2022, ORINDA DO PREGÃO Nº 04/2022 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA,** cuja a detentora da ARP é a empresa: **AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI – EPP,** inscrita no **CNPJ: 22.825872/0001-21,** e tem como objeto**: ADESÃO A ARP Nº09B/2022, ORINDA DO PREGÃO Nº 04/2022 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA, PARA AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA 16 DISCOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, JUNTAMENTE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº853442/23017-CAIXA.**

3. **SENDO A PRESENTE ADESÃO PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.**

4. Conforme quantidade abaixo relacionada, com um Valor Global de **R$ 68.750,00 (Duzentos Mil e Trezentos e Sessenta e Quatro Reais).**

AGRIMAQ. COMERCIAL EIRELI- EPP
CNPJ: 22.825.872/0001-21
ENDEREÇO: AV. XV DE NOVEMBRO, Nº 333 A
BAIRRO CIDADE JARDIM
MONTE CARMELO- MG
CEP: 38.500-000
TELEFONE: 34-3842-5365 OU 3842-1065
E-MAIL: jhc@veloxmail.com.br OU AGRIMAQ@OUTLOOK.COM.BR
Representante: AGUINALDO JOSE PIRES

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Unitário	Total
02	UNID	01	GRADE ARADORA, com no mínimo de 16 discos de 28 polegadas, com controle remoto.	Puma Agricula-pgacr	R$ 68. 750,00	R$ 68. 750,00
TOTAL R$ 68.750,00						

VALOR R$ 68.750,00 (Duzentos Mil e Trezentos e Sessenta e Quatro Reais).

Confresa-MT, 17 de MAIO de 2022.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 003/2022

Leia-se:

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022

5. A Prefeitura de CONFRESA-MT, **DECLARA** que aderiu a **ADESÃO A ARP Nº09B/2022, ORIUNDA DO PREGÃO Nº 04/2022 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA,** cuja a detentora da ARP é a empresa: **AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI – EPP,** inscrita no **CNPJ: 22.825872/0001-21,** e tem como objeto**: ADESÃO A ARP Nº09B/2022, ORIUNDA DO PREGÃO Nº 04/2022 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA, PARA AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA 16 DISCOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, JUNTAMENTE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº853442/23017-CAIXA.**

6. **SENDO A PRESENTE ADESÃO PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.**

7. Conforme quantidade abaixo relacionada, com um Valor Global de **R$ 68.750,00 (Sessenta e Oito Mil e Setecentos e Cinquenta Reais).**

AGRIMAQ. COMERCIAL EIRELI- EPP
CNPJ: 22.825.872/0001-21
ENDEREÇO: AV. XV DE NOVEMBRO, Nº 333 A
BAIRRO CIDADE JARDIM
MONTE CARMELO- MG
CEP: 38.500-000
TELEFONE: 34-3842-5365 OU 3842-1065
E-MAIL: jhc@veloxmail.com.br OU AGRIMAQ@OUTLOOK.COM.BR
Representante: AGUINALDO JOSE PIRES

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Unitário	Total
02	UNID	01	GRADE ARADORA, com no mínimo de 16 discos de 28 polegadas, com controle remoto.	Puma Agricula-pgacr	R$ 68. 750,00	R$ 68. 750,00
TOTAL R$ 68.750,00						

VALOR R$ 68.750,00 (Sessenta e Oito Mil e Setecentos e Cinquenta Reais).

Confresa-MT, 18 de MAIO de 2022.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 003/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO N°066/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°066/2022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022**, conforme segue:

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE INDÍGENA - URUBU BRANCO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

HOMOLOGADO

Para a empresa:

M A CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 35.991.738/0001-42

END: AV. MATO GROSSO, SN, QD.106 LOTE 04

JARDIM DO EDEN

FONE: (66) 98408-4587 OU 66-98441-0491

CIDADE: CONFRESA-MT CEP: 78.652-000

EMAIL:MACONSTRUCOESEIRELI@GMAIL.COM

REPRESENTANTE: CRISTIANA FERREIRA DA SILVA RODRIGUES

Vencedora do único item do certame, no valor global de **R$ 566.671,80 (Quinhentos Sessenta e Seis Mil e Seiscentos Setenta Um Reais e Oitenta Centavos).**

Confresa-MT, 18 de MAO de 2022.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente Comissão de Licitação.

Portaria nº002/2022.

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA AO DECRETO MUNICIPAL N.º004/2022.

ERRATA AO DECRETO MUNICIPAL N.º004/2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte ERRATA:

No anexo I, tabela de diárias do Decreto Municipal n.º 004/2022, onde se lê:

CARGOS	VALORES DAS DÍARIAS EM UPF´S
Prefeito (Dentro do Estado)	25
Prefeito (Fora do Estado)	30
Vice-Prefeito (Dentro do Estado)	12
Vice-Prefeito (Fora do Estado)	12,5
Secretários Municipais/Chefe de Gabinete, Procuradoria/ Assessoria Jurídica/Contábil/Controladoria (Dentro do Estado)	10
Secretários Municipais/Chefe de Gabinete, Procuradoria/ Assessoria Jurídica/Contábil/Controladoria (Fora do Estado)	11
Chefes de Departamento (Dentro do Estado)	6
Chefes de Departamento (Fora do Estado)	7
Demais Servidores (Dentro do Estado)	6
Demais Servidores (Fora do Estado)	7
Agentes e Servidores Públicos (Municípios Circunvizinhos)	1

Leia-se:

CARGOS	VALORES DAS DÍARIAS EM UPF´S
Prefeito (Dentro do Estado)	25
Prefeito (Fora do Estado)	30

Vice-Prefeito (Dentro do Estado)	12
Vice-Prefeito (Fora do Estado)	12,5
Secretários Municipais/Chefe de Gabinete, Procuradoria/ Assessoria Jurídica/Contábil/Controladoria/Planejamento (Dentro do Estado)	10
Secretários Municipais/Chefe de Gabinete, Procuradoria/ Assessoria Jurídica/Contábil/Controladoria/Planejamento(Fora do Estado)	11
Chefes de Departamento (Dentro do Estado)	6
Chefes de Departamento (Fora do Estado)	7
Demais Servidores (Dentro do Estado)	6
Demais Servidores (Fora do Estado)	7
Agentes e Servidores Públicos (Municípios Circunvizinhos)	1

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa/MT, 18 de maio de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 98/2022 ADM DE 18 DE MAIO DE 2022.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras públicas municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

UNIDADE	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA DE OBRAS	RAFAEL SCHIO	J UNIOR MACIEL LINS	

CONTRATO	52/2022	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI EPP	22.825.872/0001-21	R$ 68.750,00
OBJETO	ADESÃO A ARP Nº09B/2022, ORINDA DO PREGÃO Nº 04/2022 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA, PARA AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA 16 DISCOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, JUNTAMENTE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº853442/23017-CAIXA.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	3 MESES – 18/05/2022 A 18/08/2022.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de maio de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO 098/2022

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Complementar nº 003/2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para exercer, o cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL, o Sr. RIVELINO FERNANDES LEITE, portador da Cédula de Identidade nº 720*** SSP/MT e do CPF: 385.***.***.34, aprovado no Concurso Público nº 001/2021. Conforme interesse da Administração Municipal e opção do servidor, este ficará afastado do Cargo em que foi empossado para continuar exercendo o Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo (Nomeado pela Portaria nº 043/2022), tendo o servidor optado pelas remunerações dos cargos efetivos de acordo com a Lei Complementar nº 106/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de maio de 2022.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
EXTRATO DE CONTRATO 035/2022

OBJETO: INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA, PARA ATUAR COMO **FAMACEUTICA/BIOQUIMICA**, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, APROVADO NO TESTE SELETIVO 003/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 585/2021

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2022

VIGENCIA: 31/08/2022

CONTRATADO(A): KATYUSKY LORRANY MOREIRA OTT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D’OESTE

VALOR: R$ 7.336,73(MENSAIS)

Conquista D’Oeste, 17 de Maio de 2022.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 106/2022

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sr. ARI RODRIGUES MAGALHÃES**, servidor efetivo deste município."

A Secretária Municipal de Administração do Município de Conquista D'Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar nesta Prefeitura para fins de aposentadoria o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pelo servidor **Sr. ARI RODRIGUES MAGALHÃES**, inscrito no CPF nº 408.263.256-53, efetivo no cargo de Motorista, matriculado sob o nº. 472, conforme certidão de tempo de contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 23001240. 1.03258/19-3, perfazendo 2919 (**Dois mil, Novecentos e Dezenove**) dias líquidos, ou seja, 07 anos, 11 meses, 29 dias.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se

Conquista D'Oeste/MT, 17 de maio de 2022.

NEIDIANE ALMEIDA ARRUDA

Secretária Municipal de Administração

Homologo:

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 044/2022

PROC. ADM. 908/2021.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO N° 042/2021 – ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 042/2021.

OBJETO: ADITAMENTO DE VALOR – ACRÉSCIMO.

BASE LEGAL: O presente termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME

DO VALOR: ACRÉSCIMO de R$ 996,25 (novecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), referente ao aumento dos quantitativos de itens e serviços contratados.

O valor do contrato, após acréscimo, passa a ser de **R$ 61.917,24 (sessenta e hum mil, novecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos).**

O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato é de **R$ 996,25 (novecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).**

DATA DE ASSINATURA: 11 de maio de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e ANDREITE SPADA PELA CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 010/2022 PROCESSO Nº 035/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP nº 010/2022, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, DESTINADO A CONSTRUÇÃO DE MUROS, INCLUINDO AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS"**. Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **02 de junho de 2022 às 08h30min,** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são: Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/. Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Covid-19/Pregao/. Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 18 de maio de 2022

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 005-2022
PROCESSO 038-2022

DO RESULTADO:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que TOMADA DE PREÇO 005-2022 teve o seguinte resultado.

A empresa: ÁLVARO TEIXEIRA DE ALCANTRA BENTO CNPJ 45.816. 552/0001-00 única empresa participante do certame, foi declarada inabilitada, sendo assim a licitação declarada fracassada.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 005/2022 PROCESSO Nº 038/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a Reabertura de licitação declarada fracassada na modalidade TOMADA DE PREÇO nº 005/2022, forma de julgamento**: MENOR PREÇO POR ITEM,** com a finalidade de selecionar propostas para: ***"REABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) EM OURO VERDE DOS PIONEIROS (AGROVILA)".*** Cujas especificações detalhadas encontram-se no edital de licitação e seus anexos, regem a presente licitação a Lei nº 8.666/93, e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorreu as 08h30min (oito horas e trinta minutos) do dia 16 de maio de 2022, onde foi declarada fracassada.

A reabertura desta licitação ocorrerá as **08h30min (oito horas e trinta minutos) do dia 06 de junho de 2022, no setor de licitações e contratos, localizado no endereço Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, CEP 78330-000, Cotriguaçu-MT.**

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo e seus anexos, poderá ser solicitado pelos interessados em dias úteis, no horário de 07:00 às 11:00 e das às 13:00 ás 17:00 horas (horário de mato grosso) pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br, ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 18 de maio de 2022.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeitura Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO DO PREGÃO ELETRONICO 21/2021 DO PROCESSO 076/2021 DA ATA DE RIGISTRO DE PREÇO Nº 47-2021.

A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, CNPJ 37.465.309/0001-67, com sede e foro nesta Cidade de Cotriguaçu/MT, doravante denominada simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, portador(a) nº **90347-* SSP/MT, e inscrito no CPF/MF nº 115.***.***.06, resolve TRANSFERIR SALDO do **Processo N° 076/2021 referente a Ata de Registro de Preço Nº 47-2021**, pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJET1.1 O presente termo de apostilamento tem como objetivo transferir saldo do ITENS 41 e 55. A modificação foi solicitada conforme memorando nº 107/DC/SMEC/2022 pela Secretaria Municipal De Educação e Cultura, para suprir a necessidade da secretaria. Autorizado através dos Ofício OF. GP 331/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM

2.1. Para que possa suprir a necessidade de atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nas quantidades de:

Item Descrição Quantidade

41	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 12.000 BTUS INVERTER	2
55	FRAGMENTADORA – FRAGMENTADORA DE PAPEL CARTÃO/CD/DVD, COM CA	1

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES

3.1. As dotações orçamentarias inclusas: Dotação **789.**

Cotriguaçu-MT, 18 de maio de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeitura de Cotriguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N° 006/2022/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, a **CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS,** das empresas **HABILITADAS** referente **TOMADA DE PREÇO N° 006/2022/PMC**, processo administrativo nº 035.932/2021, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: **LOTE 1 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DR. FÁBIO I, LOTE 2 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DOM AQUINO E LOTE 3 - REFORMA DO CENTRO COMUNITÁRIO GRANDE TERCEIRO**, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

DATA DA SESSÃO: Abertura dos envelopes das **Propostas de Preços**, será no dia **23/05/2022 às 09h00min**.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: **Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/SAELC**, localizada no 5º andar da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/ Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Telefone: (65) 3645-6241. Atendimento: das 08:00 as 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs. E-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br.

.

Cuiabá/MT, 18 de Maio de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050.975/2021

CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 001/2022/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMGE

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DEVIDAMENTE AUTORIZADAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, PARA ATUAR COMO OPERADORA DE BENEFÍCIOS, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR, FISIOTERÁPICA, PSICOLÓGICA E FARMACÊUTICA NA INTERNAÇÃO, COMPREENDENDO PARTOS E TRATAMENTOS REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE NO PAÍS, COM PADRÃO DE ENFERMARIA, APARTAMENTO INDIVIDUAL, CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA, OU SIMILAR, QUANDO NECESSÁRIA A INTERNAÇÃO HOSPITALAR, PARA TRATAMENTO DAS DOENÇAS LISTADAS NA CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS COM A SAÚDE, DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA DE, NO MÍNIMO, 1 (UM) PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA A SER PRESTADA AOS SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS E INATIVOS, CONTRATOS TEMPORÁRIOS, COMISSIONADOS E ELETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ, SEUS DEPENDENTES, E PENSIONISTAS, PARA COBERTURA, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, DE ATENDIMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E AMBULATORIAIS, CONFORME ESTE EDITAL E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

PRAZO DO CREDENCIAMENTO: À partir da publicação deste aviso até às 16:00h do dia 19 de maio de 2023 (fuso horário de Cuiabá).

INFORMAÇÕES: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Fone: (65)3645-6241 ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar, no calendário à esquerda, na data final do prazo do credenciamento (19/05/2023).

Cuiabá/MT, 18 de Maio de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052.010/2021)

TOMADA DE PREÇO N° 009/2022/PMC

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE **DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA TAPIRÉ, RUA TERENA (RUA 09), RUA UMUTINA (RUA10), RUA CINTA LARGA, NO BAIRRO ITAPAJÉ** NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, CONFORME, EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA E HORA: Às 09h00min. (nove horas) do dia 06 de junho de 2022 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/ Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Telefone: (65) 3645-6241. Atendimento: das 08:00 as 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs. E-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital e seus anexos estarão disponíveis por meio do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 18 de Maio de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

I RETIFICAÇÃO - AVISO DE RESULTADO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 052/2021/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074.299/2021)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SADHPD

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA* ***SERVIÇOS DE CONFECÇÃO/EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS*** *DIVERSOS, DE ACORDO COM A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ."*

(...)

ONDE SE LÊ:

B. A. EDITORA LTDA - CNPJ: 39.639.898/0001-88						
ITEM	**COD. TCE**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
10	1064 **EXCLUSIVO ME/EPP**	CAPA DE PROCESSO: IMPRESSÃO EM OFFSET FORMATO: ABERTA 460X330MM E FECHADA DE 330X230MM MATERIAL: CARTOLINA BRANCA CERT. FSC 240 G COR: 4X0 ACABAMENTO: SAÍDA CTP, VINCO, DOBRA PARALELA, COM ARTE TIRAGEM: MÍNIMA 2000 UNIDADES	UND	10.000	**R$ 75,00**	**R$ 37.500,00**
VALOR TOTAL R$ 37.500,00						

LEIA-SE:

B. A. EDITORA LTDA - CNPJ: 39.639.898/0001-88						
ITEM	**COD. TCE**	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
10	1064 **EXCLUSIVO ME/EPP**	CAPA DE PROCESSO: IMPRESSÃO EM OFFSET FORMATO: ABERTA 460X330MM E FECHADA DE 330X230MM MATERIAL: CARTOLINA BRANCA CERT. FSC 240 G COR: 4X0 ACABAMENTO: SAÍDA CTP, VINCO, DOBRA PARALELA, COM ARTE TIRAGEM: MÍNIMA 2000 UNIDADES	UND	10.000	**R$ 0,90**	**R$ 9.000,00**
VALOR TOTAL R$ R$ 9.000,00						

(...)

***Ficam mantidos os demais itens inalterados**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 EDITAL
CONVOCAÇÃO Nº 022/2022

JADILSON ALVES DE SOUZA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 553/2021, dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovado no Processo Seletivo 001/2021, para comparecer no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07:30 h às 11 h ou das 13:00 ás 16:30 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos **seguintes documentos(com xerox)**: Carteira de Identidade, CPF, Cartão de PIS/PASEP ou (Declaração que não possui), Título de Eleitor, Certidão de casamento (se for o caso) CPF e RG do Esposa ou Esposo, Documentar militar (se homem), Comprovante de quitação eleitoral, Certidões Negativas Cível e Criminal de 1° e 2° Grau da Justiça Estadual/ Justiça Federal /TRF 1, Carteira de habilitação (para cargos de motorista e operador de máquinas, Documento de escolaridade (certificado de conclusão, ou diploma ou atestado que demonstre escolaridade), Comprovante de registro perante o respectivo Conselho Profissional (para os cargos de nível superior), Comprovante de Endereço, Conta bancária – Banco do Sicredi, declaração de bens, declaração de não acúmulo ilegal de cargos, declaração de não penalidade, Atestado Médico expedido por Médico do Trabalho. **Para Receber Salário Família: certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e ou declaração de matricula dos filhos de 06 a 14 anos. Para declarar dependentes no IRRF**: Certidão de Nascimento/Casamento, **CPF dos dependentes maiores de 08 anos,**

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: PROFESSOR II - GEOGRAFIA

2° - Maxwell de Souza Rodrigues

Curvelândia – MT, 18 de maio de 2022.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 064/2021

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 064/2021

DISTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

DISTRADADA: LUCIENE DE SOUZA GOLDINHO – 015.126.641-70 - MEI

CNPJ Nº 43.067.193/0001-00

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços na função de facilitadora de oficina de Artesanato para a Secretaria de Assistência Social, desempenhando atividades com os grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV, ofertado pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, do município de Curvelândia/MT.

DATA DE ASSINATURA: 13/05/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte DISTRATADA Sra. LUCIENE DE SOUZA GOLDINHO.

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 029/2022

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 029/2022

DISTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

DISTRADADA: ZILDA XAVIER DOS SANTOS – 013.814.591-10 - MEI

CNPJ Nº 44.949.024/0001-67

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL NA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT.

DATA DE ASSINATURA: 12/05/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte DISTRATADA Sra. ZILDA XAVIER DOS SANTOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, de 18 de Maio de 2022. Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR) EUGENIO CARLOS QUEIROZ 928.432.988-49 9069 /00015/2022 HELIO EMERICH 332.000.259-72 9069 /00044/2022 HELIO EMERICH 332.000. 259-72 9069 /00045/2022 ZEFERINO CORREA LUBER 025.792.869-34 9069 /00063/2022 JOSE LUIZ PEREIRA 011.270.719-04 9069 /00066/ 2022 JOSE LUIZ PEREIRA 011.270.719-04 9069 /00071/2022 JOSE LUIZ PEREIRA 011.270.719-04 9069 /00072/2022 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTARIO / 6 Assinatura:

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00020

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00020, de 18 de Maio de 2022. Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e Intimação (ITR) NELSON AMERICO ABEGG 171.729.421-91 9069/ 00275/2021 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTARIO / 6 Assinatura:

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2022

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES**

VALOR: **R$ 39.990,20 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos).**

CONTRATADO: **LYGIA DA ROCHA OLIVEIRA**, CPF nº **017.959.501-61.**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE MAIO DE 2022.

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO – CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2022

O Município de Diamantino/MT, através do Presidente da CPL e seus Membros, torna público para quem possa interessar que em relação à **PUBLICAÇÃO DE RESULTADO da CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2022**, veiculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 16 de maio de 2022, Edição nº 3.981, Pág. 405, que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE**, fica retificado o seguinte:

ONDE SE LÊ:

(...) sagraram-se vencedores os fornecedores: ***LYGIA DA ROCHA OLIVEIRA,*** *perfazendo o valor total de R$ 39.990,20 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos),* ***COOPERCAETE - COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO,*** *perfazendo um valor total de R$ 195.372,31 (Cento e noventa e cinco mil,*

trezentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), ***ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL DE POLICULTURA - CEIBA,*** *perfazendo o valor total de R$ 36.916,17 (Trinta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos),* ***COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH - COAIT,*** *perfazendo um valor total de R$ 420.386,58 (Quatrocentos e vinte mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)*.

LEIA-SE:

(...) sagraram-se vencedores os fornecedores: **LYGIA DA ROCHA OLIVEIRA,** perfazendo o valor total de R$ 39.990,20 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos), **COOPERCAETE - COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO,** perfazendo um valor total de R$ 175.720,37 (Cento e setenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e trinta e sete centavos), **ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL DE POLICULTURA - CEIBA,** perfazendo o valor total de R$ 56.568,11 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e onze centavos), **COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH - COAIT,** perfazendo um valor total de R$ 420.386,58 (Quatrocentos e vinte mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Diamantino/MT, 02 de maio de 2022.

JOÃO PAULO LIMA

Presidente CPL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2022

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES**

VALOR: **R$ 36.916,17 (Trinta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos).**

CONTRATADO: **COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH - COAIT**, CNPJ nº **02.950.701/0001-17.**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE MAIO DE 2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2022

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES**

VALOR: **R$ 56.568,11 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e onze centavos).**

CONTRATADO: **ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL DE POLICULTURA - CEIBA**, CNPJ nº **19.207.029/0001-77.**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE MAIO DE 2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2022

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES**

VALOR: **R$ 175.720,37 (Cento e setenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e trinta e sete centavos).**

CONTRATADO: **COOPERCAETE - COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO**, CPF nº **09.002.553/0001-58.**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE MAIO DE 2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2022

A Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 026/2022 tendo por objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA ACOMODAR AS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**, em consonância ao disposto com base na Lei nº 8.666/1993, tendo como vencedora Sra. **LEDA FALCÃO MOREIRA DA SILVA**, inscrita sob o **CPF 021.700.431-87**, ao valor global de **R$ 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais)**, Diamantino-MT, 18 de maio de 2022

JOÃO PAULO LIMA

Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2022

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT, torna público que o Pregão Eletrônico n° 010/2022, que tem como objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços de telefonia fixa e móvel, de acordo com a agência nacional de telecomunicações – Anatel, para atender as necessidades das secretarias municipais e entidades da prefeitura municipal de Diamantino – MT.

Considerando que o pregoeiro abriu a sessão no dia 03/05/2022, às 08:00 horas, a qual, pela inexistência de proposta, foi encerrada, também, por caracterizar-se **"LICITAÇÃO DESERTA**", não houve nenhum licitante participante do certame, ficando assim deserta.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 03 de maio de 2022.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO REFERENTE A ARP Nº 090/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO REFERENTE A ARP Nº 090/2021.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS (PROTETORES SOLAR E MEDICAMENTOS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**.

REALINHAMENTO:

DISCRIMINAÇÃO DO ITEM	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
PROPOFOL 10MG/20ML INJETAVEL	**9,63**	**11,56**

CONTRATADO: **ATIVA MEDICO CIRURGICA EIRELI**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 12 DE MAIO DE 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO REFERENTE A ARP Nº 035/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO REFERENTE A ARP Nº 035/2021.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO**

REALINHAMENTO:

ITEM	DISCRIMICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR REGISTRADO	VALOR ATUAL
38012	APARELHO DE TELEFONE COM FIO, COR PRETO, POSIÇÃO DE USO MESA OU PAREDE.	**55,00**	**71,00**
38021	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 75W RMS USB, CANAIS: 03	**483,00**	**627,00**
38067	CONDICIONADOR DE AR SPLIT HI WALL 18.000 BTUS	**2.234,00**	**2. 904,00**
38653	FOGÃO 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO - LINHA BRANCA - FG2	**639,00**	**805,00**
46557	MESA DE ESCRITÓRIO. BASE: AÇO/FERRO PINTADO, UNIDADE VANDAFLEX / LIGHT 155,00 349,0000 54.095,00 COMPOSIÇÃO: SIMPLES, DIVISÕES: DE 01 A 02 GAVETAS, MATERIAL DE CONFECÇÃO: MADEIRA/MDP/MDF SIMILAR	**349,00**	**453,00**
47763	CENTRIFUGA DE ROUPAS	**461,00**	**576,00**
47773	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS COM FORNO.	**1.707,00**	**2. 219,00**
47777	GELADEIRA/REFRIGERADOR. CAPACIDADE: DE 275LTS	**1.819,00**	**2. 364,00**
47800	VENTILADOR DE TETO COMERCIAL.	**133,00**	**250,00**
48683	UMIDIFICADOR DE AR ULTRASSÔNICO. CAPACIDADE DE 2 LITROS	**159,00**	**200,00**
50572	COMPUTADOR DESKTOP - I7 9ª GERAÇÃO - 250\256GB SSD - 8GB RAM - LEITOR CD\DVD - WINDOWS 10	**3.998,00**	**4. 997,00**
50629	DESKTOP I - MICROCOMPUTADOR ESTAÇÃO DE TRABALHO – PROCESSADOR COM AS CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS NECESSÁRIAS PARA ATENDER O EDITAL DE CADA PROCESSADOR: DEVE CONTER NO MÍNIMO, PROCESSADOR DE 06 (SEIS) NÚCLEOS FÍSICOS, SENDO IGUAL OU SUPERIOR A 8ª GERAÇÃO.	**6.200,00**	**8. 060,00**
50777	PROJETOR MULTIMIDIA	**2.398,00**	**3021,00**
50778	NOBREAK 600V A	**400,00**	**500,00**
50900	DESKTOP II - MICROCOMPUTADOR ESTAÇÃO DE TRABALHO	**6.768,00**	**8. 460,00**

CONTRATADO: **OLMI INFORMATICA LTDA**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE MAIO DE 2022.

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 114/2022

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 e 1.451/2021.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) relacionado (a) na tabela anexa de acordo com a Lei Nº 1.451/2021.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/04/2022, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 17, Maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito de Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA							
MAT.	**SERVIDOR**	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE NV. ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SALÁRIO ATUALIZADO**
3542-1	RAFAEL V. BRAMBATI	AG. PUB. MUNICIPAL	ATENDENTE DE CIDADANIA	D-03	D-04	2.387,79	2.515,68
3547-1	FERNANDO ROCHA PAIXÃO	AG. PUB. MUNICIPAL	ATENDENTE DE CIDADANIA	C-02	C-04	2.026,13	2.225,44
1000-1	TANIA MARIA F. DA SILVA	AG. COM. SAÚDE	AG. COM. SAÚDE	C-03	D-04	2.282,60	2.682,38
241-1	OSVALDINO GOMES	AG. ADMINISTRATIVO	AG. ADMINISTRATIVO	A-07	B-07	4.435,52	2.800,83
3653-1	EUNICE FLAUZINO PEÇANHA	AG. PUB. MUNICIPAL	ATENDENTE DE CIDADANIA	D-03	D-04	2.387,79	2.515,68
1387-1	NILTON MAMENDES DA SILVA	AG. SAUDE AMBIENTAL	AG. SAUDE AMBIENTAL	C-06	D-06	2.649,48	2.955,15
2393-1	IVONE JOANA BRAGHIN	AG. PUB. MUNICIPAL	SERVENTE	B-04	B-05	1.955,24	2.096,65
3543-1	DAIANY DE PAULA PACHECO	TEC. NÍVEL SUPERIOR	ENFERMEIRA	C-03	C-04	8.179,93	8.618,09
2349-1	ELISA T. DA SILVA	AG. COM. SAÚDE	AG. COM. SAÚDE	C-05	D-05	2.527,17	2.818,76
3064-1	AUZILENE LOPES MARTINS	TÉC. NÍVEL MÉDIO	TECNICO EM ENFERMAGEM	B-04	C-04	2.899,25	3.277,31
3545-1	MARCIA C. ELEBROK	AG. PUB. MUNICIPAL	ATENDENTE DE CIDADANIA	D-03	D-04	2.387,79	2.515,68
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA							
MAT.	**SERVIDOR**	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE NV. ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SALÁRIO ATUALIZADO**
78-1	DEVANIR DE SOUZA	AG. PUB. MUNICIPAL	SERVIÇOS GERAIS	C-08	D-08	2.714,24	3.027,35
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
MAT.	**SERVIDOR**	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE NV. ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SALÁRIO ATUALIZADO**
2398-1	GONÇALINA AP. DE SOUZA	AG. PUB. MUNICIPAL	SERVENTE	C-04	C-05	2.255,48	2,370,12

PORTARIA Nº 315, DE 13 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 315, DE 13 DE MAIO DE 2022

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão para Acompanhamento da Elaboração do Estatuto do Servidor Público Municipal e dá outras providências".

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas abaixo relacionadas, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Proposta de Reforma Administrativa, da Prefeitura Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso.

Presidente: **Evanilda Martins de Almeida Alessio** – Secretaria Municipal de Administração

Membro: **Ramon de Oliveira Martins** – Procurador Municipal

Membro: **Marineides Nogueira Leite de Araújo**- Secretaria Municipal de Fazenda

Membro: **Lucas Adolfo Rosa** – Presidente do Sispund

Membro: **Carlos Henrique Loureiro Granja** – Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Membro: **Erick Thiago de Siqueira** - Representante dos Servidores Públicos

Membro: Adriano Chinotti – Representante do Sintep – CPF nº 891.017. 901-54 – e-mail: adriano_chinoti@hotmail.com

Membro: **Aline Simony Stella** – Representante da Câmara Municipal

SUPLENTES: 1) **Sr**. **ODAIR DE SOUZA BARBOSA,** portador do RG sob nº 962399 SSP/MT e CPF sob nº 651.860.791-20;

2) Sr.**RICARDO AUGUSTO MENDES SILVA,** portador do RG nº 0928. 143-6 SJ/MT, inscrito no CPF nº 805.195.551-04;

3) Sra. **MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS,** portadora do RG nº 0740994-0 SSP/MT, inscrita no CPF nº 468.483.551.00;

4) **MICHELE GRAZIELA DE OLIVEIRA NOBILE,** portadora do RG sob nº 77278745 SSP/MT e CPF sob nº 007.138.519-37;

5) Salete Luiz Zucchi – CPF nº 742.598.739-20 – e-mail: saleteluiza@hotmail.com

6) Fabio Tomikiti Fukushima – CPF nº 622.616.491-34, RG nº 750.817 – SSP/MT Controlador Interno da Prefeitura Municipal, Sr**. Eduardo Antônio Oliveira Martins**, no uso de suas atribuições, também acompanhará os trabalhos realizados pela **Comissão Organizadora da Elaboração do Estatuto do Servidor Público.**

Art. 3º - A Comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do acompanhamento da elaboração do Estatuto do Servidor Público do município de Diamantino, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino - MT, 13 de maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA ACOMODAR AS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES**

VALOR TOTAL: **26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais).**

CONTRATADO: **LEDA FACÃO MOREIRA DA SILVA**, CPF nº **021.700. 431-87**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 18 DE MAIO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

FINANCEIRO
EDITAL Nº 003/2022 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 003/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, no uso de suas atribuições, com fulcro no Parágrafo único, artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, faz saber que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2022 E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º BIMESTRE DE 2022 (RREO).

Local: Plenário da Câmara Municipal

Data: 30 de maio de 2022 (segunda-feira)

Horário: 19h00min

Assim, todos ficam devidamente convocados para participarem desta Audiência Pública.

Dom Aquino-MT, 18 de maio de 2022.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 5º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021 PREGÃO Nº. 012/2021

CONTRATADA: AUTO POSTO BORDAS DO LAGO, CNPJ: 28.082.503/ 0002-53

OBJETO: O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021, originada pelo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2021, conforme requerido pela empresa AUTO POSTO BORDAS DO LAGO.

DATA DE ASSINATURA: 18/05/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 222/2022

DATA: 18 DE MAIO DE 2022

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2018 e o disposto no Artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público n° 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n° 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n° 010/2019;

Considerando a existência de vagas nos órgãos de Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de candidato n° 021/2022 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Artigo 1º - Empossar em caráter efetivo:

§1° - O Sr. **DEIVID GOMES CAPINAN,** para exercer o cargo de**OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS IV**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal – FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2º - Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2022.

_____

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n° 010/2019;

Considerando a existência de vagas nos órgãos de Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de candidato n° 020/2022 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Artigo 1º - Empossar em caráter efetivo:

§1° - O Sr. **VITOR FAQUIR DE OLIVEIRA,** para exercer o cargo de**VIGIA - ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal – FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2º - Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2022.

_____

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 008/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 008/2021

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **AG CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA-EP LTDA**

DATA ASSINATURA: **03/05/2022**

VIGENCIA: **03/05/2023**

VALOR GLOBAL: R$ 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais), pagos e 12 (doze) parcelas de R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)

OBJETO: Prestação de serviço na área previdenciária, administrativa, contábil, orçamentária, financeira e patrimonial para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal/MT.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 220/2022

DATA: 18 DE MAIO DE 2022

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2018 e o disposto no Artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público n° 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n° 001/2018;

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2022

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 18 de maio de 2022, o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2022,** tendo como objeto ao **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, NOVA, ANO E MODELO 2022 OU SUPERIOR, COM ZERO HORA DE USO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.**

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa **ALFA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** foi vencedora do item 0001, com valor final de R$ 1.069.000,00 (um milhão e sessenta e nove mil reais).

_____

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 156/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LRF

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT, realizará na próxima **sexta-feira (27/05/2022), às 14h**, Audiência Pública para a prestação de contas referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2022,

em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tendo como objetivo a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Poder Executivo, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

A audiência acontecera no Plenário da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte em 27/05/2022 as 14:00 horas, com endereço na Avenida Brasil, Quadra 110 – Lote 01, Centro de Gaúcha do Norte-MT, CEP: 78. 875-000.

Contamos com a participação de todos.

Gaúcha do Norte-MT, 17 de maio de 2.022.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ADESÃO N.º 10/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 21/2022

RATIFICAÇÃO

RATIFICO, nos termos do artigo 26 Lei Federal N.º 8.666/93, Decreto Municipal N.º 810/2019 a Adesão N.º 10/2022, proveniente da Ata de Registro de Preços n.º 003/2022 Pregão Presencial n.º 002/2021 gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, baseado na Justificativa da Secretaria Municipal Obras, Parecer Jurídico favorável e bem como toda a documentação da empresa abaixo especificada que compõe este processo.

EMPRESA: SOLUÇÃO TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

VALOR: R$ 323.969,28 (trezentos e vilte e três mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)

OBJETO: Adesão a ata de registro de preços n.º 003/2022 do pregão presencial n.º 002/2021 consórcio intermunicipal de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico do complexo nascentes do pantanal –contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de mão-de-obra de apoio administrativo e operacional com subordinação e dedicação exclusiva para atender às necessidades das secretarias do município de Glória D´Oeste - MT, de acordo com especificações e condições constantes no edital, seus anexos e documentos da proponente fornecedora.

Glória D´Oeste – MT, 11 de Maio de 2022

Gheysa Maria Bonfim Borgato

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 123 DE 17 DE MAIO DE /2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Sra. Aparecida Rabelo Savoine***

O Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 120, de 12 de maio de 2022 – GLÓRIA-PREVI, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 13 de maio de 2022, que concedeu o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora **Sra. Aparecida Rabelo Savoine,** conforme processo administrativo do **GLÓRIA-PREVI n.º 2022.04.0001P,** a partir de **01/09/2021.**

Onde se Lê:conforme processo administrativo do **GLÓRIA-PREVI**, **n.º 2022.04.00001P**, a partir da data de **01.09.2021**, até posterior deliberação (...).

Lêia-se: conforme processo administrativo do **GLÓRIA-PREVI**, n.º **2022. 04.00001P**, a partir da data **de 01.05.2022**, até posterior deliberação (...).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01/05/2022**, revogados as disposições em contrário.

Gloria D'Oeste, 17 de maio de 2022.

SIDINEI DA SILVA

Gestor do GLÓRIA-PREVI

Homologo:

GHEYSA MARIA BOFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PORTARIA N. º 122 DE 16 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – Conceder as férias referente ao período aquisitivo 02/07/2019 a 31/10/2020 portaria 131 de 26 de novembro de 2021, assinada, recebida e não gozada, de acordo com a portaria nº 135 de 04 de dezembro de 2021, solicitando retorno ao trabalho ao servidor abaixo relacionado;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	DATA SAIDA	DATA RETORNO
01	LISIANE VIERA PALUDETTI	BIOQUIMICA/ FARMACEUTICA	24/01/2022	08/02/2022

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de janeiro de 2022.

Artigo III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE,

ESTADO DE MATO GROSSO EM 16 DE MAIO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N. º 121 DE 16 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – Conceder as férias referente ao período aquisitivo 02/07/2019 a 31/10/2020 portaria 131 de 26 de novembro de 2021, assinada, recebida e não gozada, de acordo com a portaria nº 135 de 04 de dezembro de 2021, solicitando retorno ao trabalho ao servidor abaixo relacionado;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	DATA SAIDA	DATA RETORNO
01	LISIANE VIERA PALUDETTI	BIOQUIMICA/ FARMACEUTICA	16/05/2022	30/05/2022

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE,

ESTADO DE MATO GROSSO EM 16 DE MAIO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 017 /2022

O Prefeito Municipal, Sr. Sidnei Marques Lopes, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, para atender ao Show Artístico Musical em razão do 36º aniversário do Município de Indiavaí, Resolve contratar a empresa **KAROLINA KAILLER M. DE OLIVEIRA LTDA ME**, para a apresentação com a cantora KAROL KAILLER, onde compreende se em show para o dia 27 de maio de 2022, por ocasião do 36º aniversário de Indiavaí, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 18 de maio de 2022.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente CPL

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 011/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 011/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: W.F OLIVEIRA COM. DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA.

Objetivo: Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Maquinas.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 010/2022.

Vigência: 04/05/2022 – 04/05/2023.

Valor: por maior percentual de desconto, item 3 - 12,40% e item 19 - 20,10%.

Fiscal do Contrato: Maurício Soares de Oliveira.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 013/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 013/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Anual de Gestão - RAG, referente ao ano de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão - RAG, referente ao ano de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 010/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 010/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Segundo Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Segundo Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 012/2022

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro Municipal, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial SRP 012/2022, cujo Objeto é: Registro de preços para futura Prestação de serviços de **Licenciamento de Soluções de Tecnologia da Informação para Software de Gestão de Assistência Social, Software de Gestão**

de Backup com Serviço de acompanhamento, marcado a abertura dia 05/05/2022, às 08:00 horas foi ADJUDICADO o certame para a empresa **JRP TECNOLOGIA EIRELI**, CNPJ: 05.409.467/0001-03, vencedora dos itens 1, 2 e 3, sagrou se vencedor apor atender as exigências do edital e p menor preço. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9. 648/98).

Indiavaí – MT, 11 de maio de 2022.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 09/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 019 /2022

O Prefeito Municipal, Sr. Sidnei Marques Lopes, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, para atender ao Show Artístico Musical em razão do 36º aniversário do Município de Indiavaí, Resolve contratar a empresa **L.B DA SILVA EIRELI**, para a apresentação com a BANDA OFICINA DO FORRÓ, onde compreende se em show para o dia 27 e 28 de maio de 2022, por ocasião do 36º aniversário de Indiavaí, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 18 de maio de 2022.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente CPL

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 014/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 014/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Anual de Gestão - RAG, referente ao ano de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão - RAG, referente ao ano de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 04/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Segundo Quadrimestre de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, às 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Segundo Quadrimestre de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ - MT - RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SRP 013/2022

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que o pregão presencial SRP 013/ 2022, cujo Objeto é: Aquisição de Carnes de origem animal/aves e derivados, para atender as necessidades das secretarias municipais,com julgamento 16/05/2022, foi adjudicado e homologado as Empresas: M. DAS GRAÇAS ESTEVÃO INÁCIO – ME, vencedora dos itens: 1, 9, 10 e 11. E. VIEGAS DE SOUZA DOS ANJOS EIRELI, vencedora dos itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. Para maiores Informações no endereço rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, ou pelo e-mail (**pmindiavailicitacao@gmail.com**). Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 18 de maio de 2022.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 08/2022 -CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 08/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2022 -CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 07/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Segundo Quadrimestre de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Segundo Quadrimestre de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 06/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: BMQ PARTS E RENTAL LTDA.

Objetivo: Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Maquinas.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 010/2022.

Vigência: 04/05/2022 – 04/05/2023.

Valor: por maior percentual de desconto item 7 – 12,30% e item 9 – 12,30%.

Fiscal do Contrato: Maurício Soares de Oliveira.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 015/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 015/2022

Dispõe sobre a Aprovação da Programação Anual de Saúde 2022 – PAS 2022 da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a Programação Anual de Saúde 2022 – PAS 2022 da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 03/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, às 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/ Indiavai-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 05/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/ Indiavai-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 018 /2022

O Prefeito Municipal, Sr. Sidnei Marques Lopes, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, para atender ao Show Artístico Musical em razão do 36º aniversário do Município de Indiavaí, Resolve contratar a empresa **JOAO CRISTINO DE FRANCA & NARA REGINA MACIEL LTDA ME**, para a apresentação com a BANDAALTO ASTRAL, onde compreende se em show com BANDA REGIONAL para o dia 28 e 29 de maio de 2022, por ocasião do 36º aniversário de Indiavaí, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 18 de maio de 2022.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente CPL

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 012/2022 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO Nº 012/2022

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária, nesta data, 12 de maio de 2022, ás 09:00 horas, conforme Ata nº 05/2022.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Indiavaí - MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Indiavaí - MT, 12 de maio de 2022.

_____

LUCAS BUENO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS/Indiavai-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 016/2022

O Prefeito Municipal, Sr. Sidnei Marques Lopes, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, para atender ao Show Artístico Musical Nacional em razão do 36º aniversário do Município de Indiavaí, Resolve contratar a empresa **Planos Produções Artísticas LTDA ME**, para a apresentação de um show com a Dupla BRUNO & BARRETTO, onde compreende se em show com Dupla de nível Nacional para o dia 29 de maio de 2022, por ocasião do 36º aniversário de Indiavaí, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 18 de maio de 2022.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Itanhangá MT.

CONTRATADO: Ágili Software Brasil Ltda.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar as disposições contratuais das Cláusulas Segunda 2.1, Quarta 4.1, Quinta 5.1 do Contrato nº 05/2021 de 12 de maio de 2021 realizado entre os Contratantes.:

VIGÊNCIA: 13 de maio de 2022 a 13 de maio de 2023.

VALOR TOTAL: De *R$ 44.077,92 (quarenta e quatro mil e setenta e sete reais e noventa e dois centavos).*

VALOR MENSAL: De *R$ 3.673,16 (três mil e seiscentos e setenta e três reais e dezesseis centavos),*

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 001/2021, Ata de Registro de Preços nº 001/2021.

Itanhangá MT, 09 de maio 2022.

Publique-se.

Celeni Gehm

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 069/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: D. W. CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA – ME– CNPJ: 09.572.621/0001-14

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTES, BUEIROS E PASSARELAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV. PÚBLICOS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO

DE ITANHANGÁ – MT"

VALOR: R$ 164.694,80 (cento e sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/05/2022

VIGÊNCIA: 18/12/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 122/2022

PORTARIA N°122/2022

SÚMULA: "Dispõe Sobre a Nomeação da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2022 e dá Outras Providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a necessidade da realização do Processo Seletivo Simplificado para o provimento de cargos:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para efetuar procedimentos relacionados com vistas ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT.

Nome	Mat	Função	Cargo
RAFAEL VARGAS NAUER	269	Presidente	Prof. Lic. Educação Física
JANETE JURIATTI MODESTI	565	Secretária	Prof. Pedagogia/Coordenadora
JANETTE MACEDO ZAFFALON	323	Membro	Prof. Pedagogia/Diretora
DANIELA COLOMBO	1773	Membro	Diretora de Departamento
JOCELIA CRISTINA ALBARELLO	321	Membro	Fisioterapeuta

Art. 2º Para cumprimento do presente deverá ser observado as determinações legais, em especial as disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2022.

Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 13 de maio de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2022

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. MIRIAN MARLI SCHONINGER.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***MIRIAN MARLI SCHONINGER****, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **7566** SESP/PR e do CPF Nº. ***.*87.491.**, residente e domiciliada na Rua Buritis, Nova Conquista, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$** R$ 26.886,79 (vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), para **R$ 43.293,53 (quarenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MIRIAN MARLI SCHONINGER

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. ROSENARA HELENA HINTZ DE CARVALHO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***ROSENARA HELENA HINTZ DE CARVALHO****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **3939** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*40.700.**, residente e domiciliada na Avenida Rio Borges, Centro, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$** R$ 26.886,79 (vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), para **R$ 43.293,53 (quarenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ROSENARA HELENA HINTZ DE CARVALHO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. QUEIDIMARA LIMA DE OLIVEIRA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***QUEIDIMARA LIMA DE OLIVEIRA****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **8518** SEJSP/MT e do CPF Nº. ***.*57.671.**, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, Loteamento do Osorio, Centro, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de R$ 26.886,79 (vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), para **R$ 43.293,53 (quarenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos).**

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

QUEIDIMARA LIMA DE OLIVEIRA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. SOLANGE PEREIRA ROSA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***SOLANGE PEREIRA ROSA***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **4805** SESP/MT e do CPF Nº. ***.*56.201.**, residente e domiciliada na Rua Santo Antônio, Loteamento do Osorio, Município

de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de R$ 26.972,69 (vinte e seis mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos), para **R$ 43.379,43 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SOLANGE PEREIRA ROSA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 003/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 003/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. LUZIMAR BRAGA MALVINO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***LUZIMAR BRAGA MALVINO***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **077.83** VL SSP/PB e do CPF Nº. ***.*38.914.**, residente e domiciliada na Estrada Rural, Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 003/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 003/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de R$ 26.972,69 (vinte e seis mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos) para **R$ 43.379,43 (quarenta e três mi, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUZIMAR BRAGA MALVINO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 010/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 010/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. KARINE OHANA PACHECO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***KARINE OHANA PACHECO***, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **8680** SSP/MT e do CPF nº. ***.*95.041.**, residente e domiciliada na Rua Passo Fundo, bairro pioneiro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 010/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 010/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

KARINE OHANA PACHECO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 085/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 085/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. CIDIONE DA SILVA ZENARO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***CIDIONE DA SILVA ZENARO****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. Nº **13614** SESPAP/PR e do CPF Nº. ***.*88.381.**, residente e domiciliada na Avenida Rio Arinos, Centro, Quadra 16, Lote 01, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 085/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 085/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CIDIONE DA SILVA ZENARO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 069/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 069/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. CLEUZA ASSUNCAO PINTO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **CLEUZA ASSUNCAO PINTO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **8615** SESP/MT e do CPF Nº. ***.*25.691.**, residente e domiciliada na Rua Tapurah, Centro, Quadra 106, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 069/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 069/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CLEUZA ASSUNCAO PINTO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 065/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 065/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. JOICE FRAPORTTI PASTRO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***JOICE FRAPORTTI PASTRO***, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **.513.66** SESP/PR e do CPF nº. ***.*22.049.**, residente e domiciliada na Rua das Flores, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 065/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 065/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JOICE FRAPORTTI PASTRO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 062/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 062/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. ROSANA RODRIGUES DA SILVA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.269.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***ROSANA RODRIGUES DA SILVA****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **7126** SESP/MT e do CPF nº. ***.343.171.**, residente e domiciliada na Rodovia MT 338, Zona Rural, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 062/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 062/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ROSANA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 001/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 001/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. GISELE COELHO CRUZ SCHEWE.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***GISELE COELHO CRUZ SCHEWE****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **2369** SESP/PR e do CPF nº. ****02.829.**, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, S/N, Loteamento Ozorio, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 001/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 001/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GISELE COELHO CRUZ SCHEWE

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 061/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 061/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. DAIANI BATISTA BONFIM.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.269.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **DAIANI BATISTA BONFIM**, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **7976** SEJSP/MT e do CPF Nº. ***.637.961.**, residente e domiciliada na Avenida das Oliveiras, Agrovila Simione, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 061/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 061/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DAIANI BATISTA BONFIM

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 025/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 025/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. GISELE PRISCILA MACIEL DE ALENCAR.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***GISELE PRISCILA MACIEL DE ALENCAR,*** *brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **9977** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*47.981.**, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora Aparecida, Simione, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 025/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 025/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 25.426,49 (vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos)**, para **R$ 41.833,23 (quarenta e um mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GISELE PRISCILA MACIEL DE ALENCAR

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 043/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 043/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. BRUNA BATISTA GALAN DE SOUZA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.269.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **BRUNA BATISTA GALAN DE SOUZA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **42.51** SSP/MT e do CPF Nº. ***.793.511.**, residente e domiciliada na Avenida Rio Grande do Sul, Lote 01, Quadra 01, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 043/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 043/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BRUNA BATISTA GALAN DE SOUZA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 011/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 011/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. JOSELAINE VAIS TUSSET.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***JOSELAINE VAIS TUSSET***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **4431** SESP/MT e do CPF Nº. ***.*83.381.**, residente e domiciliada no LOTE 36 - FAZ. SÃO FRANCISCO, zona rural, Município de Porto dos Gaúchos (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 011/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 011/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JOSELAINE VAIS TUSSET

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 002/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 002/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA****, brasileira, casada, portadora da Cédula*

*de Identidade R.G. nº **48893** SSP/SP e do CPF nº. ***.*75.568.**, residente e domiciliada na Rua Nova Maringá, Rural, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 002/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 002/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 069/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: D. W. CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA – ME– CNPJ: 09.572.621/0001-14

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTES, BUEIROS E

PASSARELAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV. PÚBLICOS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO

DE ITANHANGÁ – MT”

VALOR: R$ 164.694,80 (cento e sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/05/2022

VIGÊNCIA: 18/12/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 024/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 024/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. PATRICIA DE PAULA DIAS.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **“CONTRATANTE”**, e, de outro lado, a Sra. ***PATRICIA DE PAULA DIAS,*** *brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **18636** SEJSP/MS e do CPF Nº. ***.*24.391.**, residente e domiciliada na Rua Tapurah, Cohab, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 024/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 024/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 25.855,99 (vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos),** para **R$ 42.262,73 (quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PATRICIA DE PAULA DIAS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 170/2022

DATA: 18 de maio de 2022.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Aline Berti, inscrita no CPF n° 029.962. 321-19, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 069/2022**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **D. W. CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.572.621/0001-14, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTES, BUEIROS E PASSARELAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV. PÚBLICOS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar o servidor Edivaldo Caminski, portador do CPF n° 024. 858.151-19, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 18 de maio de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

JEFERSON DA SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 021/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 021/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. ADELE FRANCIOSI.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***ADELE FRANCIOSI,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **2603** SESP/MT e do CPF Nº. ***.*38.099.**, residente e domiciliada na Rua Santo Antônio, Nº 153, Loteamento do Osorio, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 021/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 021/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 25.941,89 (vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos)**, para **R$ 42.348,63 (quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ADELE FRANCIOSI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 042/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 042/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. LUCIANI PIRAN DENARDI.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **LUCIANI PIRAN DENARDI**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **42.51** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*93.511.**, residente e domiciliada na Avenida Rio Grande do Sul, Lote 01, Quadra 01, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 042/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 042/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUCIANI PIRAN DENARDI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 041/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 041/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. LONI IRENE DE OLIVEIRA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **LONI IRENE DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **9969** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*75.769.**, residente e domiciliada na Rua dos Trabalhadores, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 041/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 041/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LONI IRENE DE OLIVEIRA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 040/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 040/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. VANESSA TEIXEIRA DE MIRANDA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **VANESSA TEIXEIRA DE MIRANDA**, brasileira, casada, portadora da Cédula

de Identidade R.G. nº **7761** SESP/MT e do CPF Nº. ***.*08.392.**, residente e domiciliada na Rua Jandira Comaretto Selzein, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 040/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 040/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANESSA TEIXEIRA DE MIRANDA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 045/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: PELEGRINO & CIA LTDA – EPP – CNPJ: 13.147.054/0001-26

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato e aditar o valor da contratação, em razão da necessidade de

continuação dos serviços de locação de software para a gestão educacional, alterando as cláusulas quarta e quinta, respectivamente, do Contrato nº 045/2021.

VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2022.

VIGÊNCIA: 19 de maio de 2022 até a data 18 de maio de 2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 039/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 039/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. ELLEN DIANNA LEITE DA CONCEIÇÃO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. **ELLEN DIANNA LEITE DA CONCEIÇÃO***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **7256** SESP/MT e do CPF Nº. ***.*59.612.**, residente e domiciliada na Rua Rio Borges, Centro,* Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 039/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 039/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ELLEN DIANNA LEITE DA CONCEIÇÃO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. ROSANE MARIA RECH BARON.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***ROSANE MARIA RECH BARON****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **946** SESP/SC e do CPF nº. ***.*33.289.**, residente e domiciliada na Rua dos Canários, quadra 73, lote 21, centro, Município de Ipiranga do Norte* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ROSANE MARIA RECH BARON

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

A Prefeitura Municipal de ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 267/2011, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas e em substituição a servidores afastados de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da Constituição Federal, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1 . DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. Este Processo Seletivo Simplificado – PSS - consistirá em prova de títulos referentes à escolaridade, aperfeiçoamento profissional, conforme disposto no **ITEM 7** e no **Anexo II** deste Edital. **1.2.** Processo Seletivo Simplificado 001/2022 a que se refere o presente Edital será realizado pela Prefeitura Municipal de Itanhangá e supervisionado pela Comissão Organizadora do Certame, nomeados pelos termos da Portaria nº 122 de 13 de maio de 2022. **1.3. DAS VAGAS E DA DIVULGAÇÃO: 1.3.1.** Segue abaixo relação das vagas, descrição dos cargos, local de trabalho para provimento de cargos temporários:

Denominação do Cargo	Nº Vaga	Vencimento	C. H.	Requisito Básico	Local de Trabalho
Agente de Combate a Endemias	CR	R$ 1. 707,48	40	Ensino Médio Completo	Secretaria Municipal de Saúde
Auxiliar de Serviços Gerais	CR	R$ 1. 487,16	40	Ensino Fundamental Completo	Secretaria Municipal de Saúde - Agrovila Simione
Auxiliar de Serviços Gerais	CR	R$ 1. 487,16	40	Ensino Fundamental Completo	Secretaria Municipais em Geral
Auxiliar de Serviços Gerais - Educação	CR	R$ 1. 377,00	30	Ensino Fundamental Completo	Escolas Sede do Município
Fonoaudiólogo	1	R$ 4. 406,40	40	Ensino Superior Completo + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Saúde
Merendeira - Educação	CR	R$ 1. 377,00	30	Ensino Fundamental Completo	Escola Municipal Cecília Meireles – Agrovila Monte Alto
Motorista de Caminhão I	CR	R$ 2. 368,44	40	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “C”	Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Agricultura
Motorista de Ônibus	CR	R$ 2. 423,52	40	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “D”	Secretaria Municipal de Saúde
Motorista de Transporte Escolares	CR	R$ 2. 423,52	40	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “D”	Secretaria de Educação e Cultura para linhas (rotas) que for necessário
Nutricionista	CR	R$ 4. 406,40	40	Ensino Superior Completo + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Todas Escolas do Município - Secretaria Municipal de Saúde PSF
Odontólogo	CR	R$ 5. 556,47	40	Ensino Superior Completo + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Saúde
Operador de Maquinas I	CR	R$ 2. 533,68	40	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “C”	Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Agricultura
Professor Licenciatura Plena	CR	R$ 4. 292,00	30	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolas Sede do Município e Escola Municipal Cecília Meireles – Agrovila Monte Alto
Psicólogo	CR	R$ 4. 406,40	40	Ensino Superior Completo + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Saúde
Psicólogo	CR	R$ 4. 406,40	40	Ensino Superior Completo + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Todas Escolas do Município
Técnico de Desenvolvimento Infantil	CR	R$ 1. 597,32	40	Ensino Médio Completo	Escolas Sede do Município
Técnico de Desenvolvimento Infantil	CR	R$ 1. 597,32	40	Ensino Médio Completo	Escola Municipal Cecília Meireles – Agrovila Monte Alto
Técnico de Desenvolvimento Infantil	CR	R$ 1. 597,32	40	Ensino Médio Completo	CEI – Cantinho do Saber – Agrovila Simione
Técnico em Enfermagem	CR	R$ 2. 313,36	40	Ensino Técnico + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Saúde

Técnico em Enfermagem	CR	R$ 2.313,36	40	Ensino Técnico + Registro no Órgão/Conselho de Classe Competente	Secretaria Municipal de Saúde – PSF Agrovila Simione

2.DA ESPECIFICAÇÃO

2.2. As atribuições dos cargos para a contratação temporária do presente Processo Seletivo Simplificado, está definido no **ANEXO I** deste Edital.

2.3. O Candidato classificado poderá ser chamado conforme a necessidade da demanda da Administração, durante a vigência do Edital, respeitando a ordem de classificação.

2.4. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado 001/2022 para os Cargos de Professor Licenciatura Plena, Merendeira, Auxiliar de Serviço Gerais, Motorista de Transporte Escolar, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Psicólogo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, será somente para o ano letivo de 2022, que corresponde ao período de 01 de fevereiro de 2022 até 16 de dezembro de 2022.

2.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado 001/2022 para os Cargos de Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente de Combate a Endemias, Motorista de Ônibus, Psicólogo, Nutricionista, Odontólogo Fonoaudiólogo, Operador de Maquinas I, Motorista de Caminhão I, lotados nas Secretarias Municipais, exceto a Secretaria Municipal de Educação, terá a validade de 1 (um) ano a contar da data de homologação deste certame, podendo ser prorrogado por igual período.

3. DA REMUNERAÇÃO E VAGAS

3.1. A remuneração dar-se-á pelo nível inicial da classe bem como a carga horária e o número de vagas serão de acordo com o **ITEM 1.3.1** deste Edital.

4.DAS VAGAS DESTINADAS ÀS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD

4.1. Para a comprovação de atendimento à condição de Pessoa com Deficiência (PCD), o candidato inscrito nesta condição deverá anexar, laudo médico do Serviço de Medicina do Trabalho, que declare compatibilidade com a atribuição do cargo, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

4.2. Para comprovação da condição, o candidato deverá anexar junto a sua inscrição no endereço eletrônico https://www.itanhanga.mt.gov.br o laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, na opção “Pessoa com Deficiência – PCD”.

4.3. A inobservância do disposto nos **ITENS 4.1 E 4.2** acarretarão a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

4.4. A convocação será de acordo com que regulamenta o Artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298.

5. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

5.1 São requisitos para a inscrição:

a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado; **b)** Ter, na data de inscrição, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos; **c)** Estar quite com a Justiça Eleitoral; **d)** Estar inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e encontrar-se em situação regular junto a Secretaria da Receita Federal; **e)** Possuir requisitos exigidos para o cargo e demais qualificações requeridas no processo seletivo simplificado; **f)** Não enquadrar-se na vedação contida Artigo 4º. **§2º**, da Lei Complementar Municipal 97/2018, que trata do acúmulo ilegal de cargo público, respeitando a carga horária máxima de 48 (quarenta) horas semanais de trabalho; **g)** Conhecer as exigências estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal nº 267/2011, Lei Complementar Municipal 120/2022, Lei Complementar Municipal 121/2022, e Lei Complementar 88/2017. Estar de acordo com elas; **h)** Estar quite no serviço militar;

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições poderão ser realizadas no período de **19/05/2022 às 9:00 horas até o dia 01/06/2022 às 23:59 horas**, exclusivamente pela internet, conforme cronograma apresentado no **ANEXO IV.**

6.2. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.itanhanga.mt.gov.br

durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Processo Seletivo Simplificado e efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos nos itens a seguir.

6.3. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o teor deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos estabelecidos; a inscrição implica compromisso expresso, por parte do candidato, de aceitar as normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento ou discordância.

6.4. Será admitida somente uma inscrição por participante, no caso de inscrição realizada pelo mesmo candidato para mais de um cargo e observados todos os procedimentos, valerá somente a última inscrição efetivada.

6.5. O ato de inscrição é único e o candidato deverá informar, cargo, nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano), CPF, carteira de identidade, endereço residencial completo, telefone, e-mail, grau de escolaridade.

6.6. O candidato deverá no ato da inscrição anexar em arquivo PDF, cópia legível, frente e verso, sem rasuras, emendas ou ressalvas, não pode estar faltando páginas ou verso dos documentos que exigem o **ITEM 7. DOCUMENTAÇÕES OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO e** os títulos que possuir, sendo estes, comprovante de escolaridade e comprovante de experiência profissional conforme cada cargo, para a contagem de pontos onde irá concorrer a vaga.

6.7. O candidato poderá imprimir o comprovante de sua inscrição após confirmar sua inscrição.

6.8. Não serão aceitas inscrições fora do prazo fixado no **ITEM 6.1**, e ainda inscrições condicionais, via correspondências ou e-mail.

6.9.O candidato é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas no ato de inscrição, assim como em qualquer fase do processo seletivo.

6.10 A Prefeitura Municipal de Itanhangá não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo candidato, também não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica ou organizacional que impossibilitem a transferência de dados.

6.11. Estão impedidos de participar deste processo seletivo os integrantes da Comissão do Processo Seletivo Simplificado e, profissionais que estejam ligados diretamente a execução desse Processo Seletivo Simplificado.

6.12. A vedação constante no subitem anterior se estende a seus cônjuges, conviventes, pais, irmãos e filhos, ficando ciente o candidato que será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

7. DOCUMENTAÇÕES OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO

Fonoaudiólogo 40h **Psicólogo 40** **Nutricionista 40h** **Odontólogo 40H** **Professor Licenciatura Plena 30h**
Cédula de Identidade ou documento equivalente válido em todo o território nacional; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Diploma, devidamente registrado de conclusão de curso nível superior na área do cargo, fornecido por Instituição de Ensino superior reconhecida pelo MEC e Histórico da Graduação (quando não possuir o Diploma poderá ser substituído pela Certidão de Conclusão);
Técnico de Desenvolvimento Infantil 40h **Agente de Combate a Endemias 40h**
• Cédula de Identidade ou documento equivalente válido em todo o território nacional; • Cadastro de Pessoa Física – CPF; • Diploma, devidamente registrado de conclusão do Ensino Médio, fornecido por Instituição de Ensino superior reconhecida pelo MEC e Histórico da Graduação (quando não possuir o Diploma poderá ser substituído pelo Histórico do Ensino Médio);
Técnico em Enfermagem 40h
Cédula de Identidade ou documento equivalente válido em todo o território nacional; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Diploma, devidamente registrado de conclusão de curso nível técnico na área do cargo, fornecido por Instituição de Ensino superior reconhecida pelo MEC e Histórico da Graduação (quando não possuir o Diploma poderá ser substituído pela Certidão de Conclusão);
Merendeira 30h **Auxiliar de Serviços Gerais 30h** **Auxiliar de Serviços Gerais 40h**
Cédula de Identidade ou documento equivalente válido em todo o território nacional; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Diploma de conclusão do Ensino Fundamental Completo ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental Completo;
Motorista de Transporte Escolares 40h **Motorista de Ônibus 40h**
CNH Categoria “D” Cadastro de Pessoa Física – CPF; Diploma de conclusão do Ensino Fundamental Completo ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental Completo;
Operador de Maquinas I **Motorista de Caminhão I**
CNH Categoria “C” Cadastro de Pessoa Física – CPF; Diploma de conclusão do Ensino Fundamental Completo ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental Completo;

7.1. DOCUMENTOS FACULTADOS AO CANDIDATO PARA CONTAGEM DE PONTOS:

7.1.1. Para o cargo de Professor Licenciatura Plena:

a) Certificado de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) e Stricto Sensu (Doutorado e Mestrado) na área da educação.

Certificados de formação continuada devidamente reconhecido por órgãos credenciados pelo MEC e **b)** Certificados de Cursos na área de docência ou afim do cargo da inscrição, realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.

c) Para Tempo de Experiência Profissional, exercício de atividade no cargo, deverá ser apresentado: Certidão de tempo de serviço referente aos últimos 3 anos, emitida pela chefia competente da instituição ou empresa, que informe o período (início e fim, ou até a data da expedição da certidão) na área do cargo, também podendo ser a Carteira de trabalho e Previdência Social, devidamente assinada referente a área do cargo, com o período (início e fim) referente aos últimos 3 anos.

7.1.2. Para os Cargos de Ensino Superior (Fonoaudiólogo- Psicólogo - Odontólogo - Nutricionista):

a) Certificado de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) e Stricto Sensu (Doutorado e Mestrado) na área do cargo.

b) Certificados de formação continuada devidamente reconhecido por órgãos credenciados pelo MEC e Certificados de Cursos na área do cargo, realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.

c) Para Tempo de Experiência Profissional, exercício de atividade no cargo, deverá ser apresentado: Certidão de tempo de serviço referente aos últimos 3 anos, emitida pela chefia competente da instituição ou empresa, que informe o período (início e fim, ou até a data da expedição da certidão) na área do cargo, também podendo ser a Carteira de trabalho e Previdência Social, devidamente assinada referente a área do cargo, com o período (início e fim) referente aos últimos 3 anos.

7.1.3. Para os Cargos de Ensino Médio e Ensino Técnico (Técnico de Desenvolvimento Infantil - Técnico em Enfermagem, Agente de Combate a Endemias:

a) Certificados de formação continuada devidamente reconhecido por órgãos credenciados pelo MEC e Certificados de Cursos na área do cargo, realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.

b) Para Tempo de Experiência Profissional, exercício de atividade no cargo, deverá ser apresentado: Certidão de tempo de serviço referente aos últimos 3 anos, emitida pela chefia competente da instituição ou empresa, que informe o período (início e fim, ou até a data da expedição da certidão) na área do cargo, também podendo ser a Carteira de trabalho e Previdência Social, devidamente assinada referente a área do cargo, com o período (início e fim) referente aos últimos 3 anos.

7.1.4. Para os Cargos de Ensino Fundamental Completo (Auxiliar de Serviços Gerais- Merendeira- Motorista de Transporte Escolar - Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão I, Operador de Maquinas I) :

a) Certificados de formação continuada devidamente reconhecido por órgãos credenciados pelo MEC e Certificados de Cursos na área do cargo, realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.

b) Para Tempo de Experiência Profissional, exercício de atividade no cargo, deverá ser apresentado: Certidão de tempo de serviço referente aos últimos 3 anos, emitida pela chefia competente da instituição ou empresa, que informe o período (início e fim, ou até a data da expedição da certidão) na área do cargo, também podendo ser a Carteira de trabalho e Previdência Social, devidamente assinada referente a área do cargo, com o período (início e fim) referente aos últimos 3 anos.

7.2. Será eliminado do processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que, em qualquer tempo:

a) Não apresentar a documentação exigida conforme o **ITEM 7**;

b) Anexar na sua inscrição, cópia inelegível, faltando frente e verso de documentos, com rasuras, emendas ou ressalvas, faltando páginas ou verso dos documentos que exigem o **ITEM 7** e **ITEM 7.1**

c) Cometer falsidade ideológica com prova documental;

d) Utilizar-se de procedimentos ilícitos, devidamente comprovados por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico;

e) Burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;

f) Não preencher completamente os dados de sua inscrição incluindo anexar os documentos exigidos no **ITEM 7**;

g) Apresentar sem assinatura do concluinte ou da autoridade competente certificados, diplomas ou declaração que certifique a conclusão do curso com o diploma ainda a emitir acompanhado do histórico escolar, entre outros documentos que necessitam de assinaturas;

h) Cometer falsidade documental envolvendo diplomas, histórico escolar, declarações ou certificados, dentre outros documentos apresentados;

7.3. Não será homologada a inscrição, no Processo Seletivo Simplificado 001/2022, do candidato que não anexar na página de inscrição todos os documentos exigidos no ato da inscrição e que não atender ao perfil pretendido.

7.4. Não haverá taxa de inscrição para os candidatos aos perfis especificados neste Edital.

8. DA CONTAGEM DE PONTOS

8.1. A seleção dos candidatos será feita a partir da pontuação dos títulos.

8.1.1. A pontuação se dará conforme **ANEXO II** deste Edital.

8.2.A contagem de pontos terá caráter classificatório, e será realizada pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, que fará a contagem observando a formação, titulação, e cursos específicos, conforme **ANEXO II**;

9. DOS RESULTADOS

9.1. O resultado preliminar e o resultado final do Processo Seletivo serão divulgados no órgão de imprensa oficial do município **https://diariomunicipal.org/mt/amm/,** no site da prefeitura no endereço eletrônico **http://www.itanhanga.mt.gov.br**e mural da Prefeitura Municipal de Itanhangá.

9.2. Ocorrendo empate entre candidatos na classificação final, serão observados os seguintes critérios de desempate, pela ordem:

a) Maior pontuação de experiência profissional;

b) Maior pontuação de escolaridade;

c) Maior idade;

10. DOS RECURSOS

10.1. A Comissão do Processo Seletivo tem plena autoridade na apreciação dos recursos.

10.2 Caberá ao candidato interposição de recursos devidamente fundamentados.

10.3. Será indeferido o recurso interposto fora do prazo.

10.4. O pedido de recurso deverá ser endereçado à Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado e encaminhado via e-mail, rh@itanhanga.mt.gov.br, no prazo, conforme Cronograma do **ANEXO IV**.

11. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação dar-se-á nos parâmetros estabelecidos pela Lei Ordinária Municipal

267/2011, e Lei Complementar Municipal 120/2022 e Lei Complementar Municipal 121/2022 e suas alterações.

11.2. Após a homologação do Resultado Final, os candidatos, poderão ser convocados mediante Edital de Convocação, sendo este publicado no órgão de imprensa oficial do município **https://diariomunicipal.org/mt/amm/,** no site da prefeitura no endereço eletrônico **http://www.itanhanga.mt.gov.br** e mural da Prefeitura Municipal de Itanhangá e contratados conforme necessidade da Administração, para atendimento as vagas de natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público.

11.3. A contratação do candidato aprovado está condicionada ao atendimento e apresentação da documentação exigida em Edital de Convocação, conforme **ANEXO III.**

12-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Não serão fornecidas declarações relativas à habilitação, classificação e nota dos candidatos, valendo para tanto o Ato de homologação que será publicado no órgão de imprensa oficial do município **https://diariomunicipal.org/mt/amm/,** no site da prefeitura no endereço eletrônico **http://www.itanhanga.mt.gov.br**e mural da Prefeitura Municipal de Itanhangá.

12.2. Após o prazo de 03(três) dias úteis, após a data de publicação da convocação para assumir o cargo, o candidato que não comparecer perderá sua vaga sendo convocado o próximo da lista.

12.3. A inexatidão das informações ou irregularidades nos documentos apresentados, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

12.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

12.5. Este Edital poderá ser alterado ou complementado mediante aditamento ou Edital complementar.

Itanhangá -MT, 18 de maio de 2022.

RAFAEL VARGAS NAUER

Presidente da Comissão Organizadora

Portaria 122/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO
Auxiliar de Serviços Gerais 30 horas – Secretaria de Educação e Cultura
ATRIBUIÇÃO
Quando no exercício de tarefas de copa e cozinha: Preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor; *Lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha, arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas;* *Lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas, manter limpo os utensílios de copa e cozinha, auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos;* *Efetuar a limpeza dos materiais utilizados, auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos, verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição.* *Quando no exercício de tarefas de limpeza e zeladoria:* *Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;* *Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;* *Realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos prédios municipais;* *Esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os prédios municipais;* *Aplicar cera e lustrar chão e móveis, conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico;* *Auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor;* *Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações, coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior;* *utilizar EPI's que deverão ser disponibilizados pela administração.* *Quando no exercício de tarefas de manutenção Escolar:* *Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, realizando serviços de manutenção, correções e pequenas reformas necessárias a boa utilização das unidades escolares.* *Execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria;* *Realizar, em prédios e obras do município, trabalhos de manutenção e reforma, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças e bases danificadas, reconstruindo tais estruturas;* *Zelar e responsabilizar-se pela limpeza, conservação, manutenção e funcionamento das máquinas e equipamentos de seu uso;* *Preparar massas, misturando cimento, areia e água, dosando as quantidades de forma adequada, para obter a argamassa;* *Atender a pequenos serviços como construção de paredes, desentupimentos de redes sanitárias, feitura de pisos para ralos;* *Tomar medidas, serrar, cortar, dobrar, conectar e vedar tubos e canos por meio de roscas, colas e chumbados para instalação de água e esgoto;* *Executar outras atribuições afins.*
CARGO
Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas – Secretarias em Geral
ATRIBUIÇÃO
Quando no exercício de tarefas de copa e cozinha: *Preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor, lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha, arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas, lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas, manter limpo os utensílios de copa e cozinha, auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados, auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos, verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição.* *Quando no exercício de tarefas de limpeza e zeladoria:* *Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos, limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas, realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as unidades de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior, esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais, aplicar cera e lustrar chão e móveis, conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico, auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraçaria – frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor; - auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor, recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações, coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior, coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida, utilizar EPI's que deverão ser disponibilizados pela administração.* *Quando no exercício de tarefas de lavanderia:* *lavar e passar roupas, observando o estado de conservação das mesmas, bem como proceder ao controle da entrada e saída das peças, selecionar as peças a serem lavadas, separando-as segundo o tipo, a cor e a natureza do tecido, para dar-lhes o tratamento correto e evitar que manchem ou se deformem, enxaguar a roupa, passando-a em água limpa, para retirar os resíduos de sabão e outros solventes, proceder à secagem da roupa, utilizando máquina própria ou dependurando-a em local ventilado, para permitir sua utilização, utilizar os produtos químicos adequados aos materiais, evitando danos, verificar se há peças descoloridas, manchadas ou rasgadas, separando-as para entrega à chefia para providências, realizar pequenos consertos nas roupas como cerzidos, costuras simples, recolocação de botões ou alças e outros, definidos pela chefia, apresentar, diariamente, relatório das peças recebidas para lavagem e passagem e das peças entregues, limpas e passadas, comunicar à chefia imediata a ocorrência de defeitos nos equipamentos e máquinas, bem como solicitar a reposição dos produtos utilizados na execução das tarefas;*

Quando no exercício de tarefas em obras e serviços públicos:
Varrer ruas, praças, parques e jardins do Município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito, percorrer os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para aparar o gramado de ruas, vias expressas, praças e demais logradouros públicos municipais, recolhendo e acondicionando a grama em latões, sacos plásticos, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados, limpar ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo e raspar meios-fios, fazer abertura e limpeza de valas, limpeza de galerias, fossas sépticas, esgotos, caixas de areias, poços e tanques bem como capinar e roçar terrenos, quebrar pedras e pavimentos, auxiliar no nivelamento de superfícies a serem pavimentadas e nos serviços de obras de calçadas, auxiliar na fabricação de tijolos, manilhas, tubos, telhas e outros artefatos de cimento ou barro, auxiliar no preparo de argamassa, concreto, redes de esgoto pluvial e cloacal, caixas de redes de inspeção, bocas-de-lobo e executar outras tarefas auxiliares de obras, moldar blocos, mourões, placas e outros artefatos pré-moldados, utilizando a fôrma e o material adequado, seguindo instruções predeterminadas, colocar e retirar correntes e lonas nas caixas estacionárias bem como descarregá-las em aterro sanitário, auxiliar na construção de palanques e andaimes e outras obras, transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas e carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados, limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais, observar as medidas de segurança na execução das tarefas, usando equipamentos de proteção e tomando precauções para não causar danos a terceiros, atuar na coleta de lixo e entulhos; executar outras atribuições afins.

CARGO

Fonoaudiólogo 40H

ATRIBUIÇÃO

Descrição Resumida: Identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral dos usuários da rede municipal de ensino, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo, de dicção, empostação de voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala.
Descrição Detalhada: Planejar, organizar, orientar, supervisionar e avaliar a assistência prestada em fonoaudiologia; observar a clientela no que se refere ao desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala, articulação e audição; realizar triagem, avaliação, orientação acompanhamento fonoaudiológico, no que se refere a linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição; - realizar avaliação audiológica; realizar terapia fonoaudiológica individual ou em grupo conforme indicação; desenvolver ou assessorar oficinas terapêuticas com enfoque na área de fonoaudiologia; solicitar, durante consulta fonoaudiológica a realização de exames complementares; propiciar a complementação do atendimento, sempre que necessário, por meio de encaminhamento a outros profissionais ou modalidades de atendimento disponíveis na comunidade; realizar assessoria fonoaudiológica a profissionais de saúde e educação; desenvolver atividades educativas de promoção de saúde individual e coletiva, enfocando o desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala, articulação e audição; realizar visitas a pacientes em hospitais, instituições educativas, domicílios, sempre que necessário; identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo de dicção, empostação da voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala; avaliar as deficiências do paciente realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; prestar orientações aos pais de crianças que apresentem fissuras quanto a forma adequada de alimentação; selecionar e indicar aparelhos de amplificação sonora individuais, próteses auditivas; habilitar e reabilitar indivíduos portadores de deficiência auditiva; emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico; trabalhar em parceria com instituições educativas, hospitais, e outras equipes multidisciplinares, estudando casos e contribuindo na sua área de atuação, preventiva e corretivamente; elaborar relatórios individuais sobre as intervenções efetuadas, para fins de registro, intercâmbio com outros profissionais, avaliação e planejamento de ações coletivas; participar de programas de formação continuada na sua área de atuação, quando convocado; conhecer e divulgar, entre outras atividades, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS aos portadores de deficiência auditiva; desempenhar outras atribuições compatíveis com seu cargo.

Merendeira 30 horas

ATRIBUIÇÃO

Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a higiene na elaboração dos alimentos, cafés e chás, estética e apresentação do local, atender os cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-los.
Executar serviços de limpeza na unidade de trabalho, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores.
Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado.
Verificar o estado de conservação dos alimentos, separando os que não estejam em condições adequadas de utilização, a fim de assegurar a qualidade das refeições preparadas;
Preparar refeições, selecionando, lavando, cortando, temperando e cozinhando os alimentos, de acordo com orientação recebida;
Distribuir as refeições preparadas, servindo-as conforme rotina predeterminada, para atender aos comensais;
Registrar, em formulários específicos, o número de refeições servidas, bem como a aceitabilidade dos alimentos oferecidos, para efeito de controle;
Receber e armazenar os gêneros alimentícios, de acordo com normas e instruções estabelecidas, a fim de atender aos requisitos de conservação e higiene;
Proceder a limpeza, lavagem e guarda de pratos, panelas, garfos, facas e demais utensílios de copa e cozinha;
Dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos; - receber e controlar estoques de diversos gêneros alimentícios;
Responsabilizar-se pelos prazos de validade dos gêneros alimentícios;
Zelar pela conservação e limpeza do local de trabalho, bem como dos instrumentos e equipamentos que utiliza;
Observar as normas de Higiene no Trabalho e no Manual da Merendeira, utilizando uniformes, toucas para cobrir os cabelos, luvas para preparo e manuseio de alimentos e calçado fechado e lavando as mãos antes e após o preparo dos alimentos;
Seguir cardápio estabelecido para as faixas etárias;
Seguir a orientação das dietas estabelecidas para pacientes que necessitam de dieta especial;
Participar de cursos de formação, oficinas práticas e teóricas quando convocados;
Registrar, em formulários específicos, a saída diária de gêneros para o preparo de refeições;
Informar ao Setor de Nutrição, qualquer irregularidade com os alimentos que coloquem em risco os comensais;
Executar outras atribuições afins.

CARGO

Motorista de Ônibus 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Ao dirigir ônibus para transporte de passageiros, além de verificar diariamente as condições normais de funcionamento do veículo, verificar as condições especiais para o transporte de pessoas, (exemplos cintos de segurança, bancos, portas, travas) a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos transportados, bem como, deverá observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura, fazer pequenos reparos de urgência, manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário, Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação, observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do caminhão, anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências, recolher ao local apropriado o caminhão, ônibus, ambulância ou automóveis após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado. Executar outras atribuições afins.

CARGO

Motorista de Caminhão I 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Atua em atividades relativas à área de transporte de materiais e documentos a locais predestinados, dirige e conserva os caminhões da frota da Administração Pública, manipulando os comandos de marcha, direção e demais mecanismos, conduzindo-os e operando-os em programas determinados de acordo com as normas de trânsito e segurança do trabalho e as instruções recebidas, para efetuar o transporte de materiais; Inspeciona o veículo antes da saída, verificando o estado dos pneus, os níveis de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Dirige o veículo, obedecendo o Código de Trânsito Brasileiro, seguindo mapas, itinerários ou programas estabelecidos, para conduzir os materiais aos locais solicitados ou determinados; Zela pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar o seu perfeito estado; Pode efetuar reparos de emergência no veículo, para garantir o seu funcionamento; Mantém a limpeza do veículo, deixando-o em condições adequadas de uso; Transporta materiais de construção em geral como ferramentas, equipamentos e materiais para obras em andamento, assegurando a execução dos trabalhos; Opera os mecanismos específicos dos caminhões, tais como basculante, muck, coleta de lixo, etc., obedecendo as normas de segurança no trabalho. Zela pela documentação da carga do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes transportados, para apresentá-la às autoridades competentes, quando solicitada nos postos de fiscalização; Controla a carga e descarga do material transportável, comparando-o aos documentos recebidos para atender corretamente ao usuário; Recolhe o veículo após o serviço, conduzindo-o até a garagem da prefeitura, para possibilitar sua manutenção e abastecimento; Comunica a chefia imediata a necessidade de reparos no veículo. Orienta e auxiliar na carga e descarga de materiais.
Registra dados, preestabelecidos, sobre a utilização diária do veículo; Mantém organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

CARGO

Motorista de Transporte Escolar 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Realizar o transporte de materiais, documentos e outros itens relacionados, de acordo com as normas e orientações do superior imediato e em observância e cumprimento às regras de trânsito e do Código Trânsito Brasileiro;
Fazer com que os ocupantes do veículo que estiver conduzindo observem a legislação pertinente; verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, amperímetro, sinaleiros, freios, embreagem, lâmpadas e faróis, abastecimento de combustível, cinto de segurança e demais itens de segurança, etc.;
Zelar pela segurança pessoal, dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos;
Verificar o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança do motorista e de todos os passageiros, zelar pela documentação veículo, orientar e auxiliar as pessoas transportadas na entrada e saída do veículo;
Orientar e verificar o correto carregamento e descarregamento de materiais, fazer pequenos reparos de urgência, manter o veículo limpo, interna e externamente, e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário, observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, anotar e comunicar ao chefe imediato quaisquer defeitos que necessitem dos serviços de mecânica, para reparos ou conserto;
Comunicar à chefia imediata, tão imediatamente quanto possível, qualquer enguiço ou ocorrência extraordinária, registrar a quilometragem do veículo no começo e no final do serviço, anotando as horas de saída e chegada, preencher mapas e formulários sobre a utilização diária do veículo, assim como o abastecimento de combustível, recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado, observar, rigorosamente, as normas de trânsito;
Manter atualizada a sua Carteira Nacional de Habilitação, observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do caminhão, anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências, recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;
Realizar outras atividades profissionais correlatas e inerentes ao cargo exercido, conforme orientação e/ou solicitação do superior imediato.

CARGO

Nutricionista 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Atuação em unidades de alimentação e nutrição:
Planejar cardápios de acordo com as necessidades da população-alvo, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de seleção, compra e armazenamento de alimentos, planejar, implementar, coordenar e supervisionar atividades de preparo e distribuição de alimentos em cozinhas comunitárias, coordenar e executar os cálculos de valor nutritivo, rendimento e custo das refeições/preparações culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição de refeições e/ou preparações culinárias, avaliar tecnicamente preparações culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios, estabelecer e implantar formas e métodos de controle de qualidade de alimentos, de acordo com a legislação vigente, coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes a informações nutricionais, apoiar a Comissão de Licitação quanto às descrições específicas dos produtos, administrar os serviços relativos a nutrição nas atividades de fornecimento das refeições adequadas, realizar atividades de planejamento e elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar; realizar supervisão operacional e fiscalização, bem como a elaboração e ajustes dos cardápios de acordo com a necessidade do serviço e revisão periódica dos mesmos, realizar inspeção das mercadorias e gêneros na entrega e recepção das mesmas; assumir a educação continuada da equipe de nutrição, executar outras atividades afins.
Atuação em Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas:
Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição, programar, elaborar e avaliar os cardápios, adequando-os as faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares, planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observadas as boas praticas higiênicas e sanitárias, identificar crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para o atendimento nutricional adequado, planejar e supervisionar a execução da adequação de instalações físicas, equipamentos e utensílios, de acordo com as inovações tecnológicas, elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, avaliando e atualizando os procedimentos operacionais padronizados sempre que necessário, desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental, coordenar o desenvolvimento de receituários e respectivas fichas técnicas, avaliando periodicamente as preparações culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições/preparações culinárias, colaborar e/ou participar das ações relativas ao diagnóstico, avaliação e monitoramento nutricional do escolar, efetuar controle periódico dos trabalhos executados, colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária, coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar, participar em equipes multidisciplinares destinadas a planejar, articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição, participar da definição do perfil, do dimensionamento, do recrutamento, da seleção e capacitação dos colaboradores da UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição), coordenar e executar os cálculos de valor nutritivo, rendimento e custo das refeições e/ou preparação culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transportes de alimentos, equipamentos e utensílios, apoiar a Comissão de Licitação quanto às descrições específicas dos produtos, analisar amostra e emitir parecer técnico, executar o controle de número de refeições/dia e enviar para o FNDE, integrar a equipe e participar das Ações do CAE, executar outras atividades afins.
Atuação em área de saúde:
Proceder à avaliação do estado nutricional de indivíduos com doenças que necessitem de orientação alimentar em especial diabéticos, hipertensos e obesos com as orientações necessárias e acompanhamento devido, realizar atividades educativas com a população preferencialmente integradas à Estratégia Saúde da Família, realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local, garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis, promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social, fazer a contra-referência dos paciente com as USF de forma matricial e encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência, identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação, participar das atividades de educação permanente, realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF, Pronto-Socorro, NASF, Unidades Especializadas e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários, (escolas, associações, etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano, infância, adolescência, idade adulta e terceira idade, participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família, Pronto Socorro, NASF ou Unidade Especializada em que estiver lotado, atuar no Programa de Educação em Diabetes e SISVAN (Vigilância Nutricional), executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão..

CARGO

Professor Licenciatura Plena 30 horas

ATRIBUIÇÃO

Atuar na educação infantil regular e educação especial;
Organizar e promover as atividades educativas, levando as crianças a se expressarem através de desenhos, pintura, conversação, canto ou por outros meios e ajudando-as nestas atividades, para desenvolver física, mental, emotiva e socialmente os educandos em idade de creche e pré-escolar;
Atuar nas séries iniciais do ensino fundamental regular, educação de jovens e adultos e educação especial;
Ministrar aulas das matérias que compõem as faixas de comunicação e expressão, integração social e iniciação às ciências, nos anos iniciais do ensino fundamental, transmitindo os conteúdos pertinentes de forma integrada e através de atividades, para proporcionar aos alunos os meios elementares de comunicação e instruí-los sobre os princípios básicos da conduta científica social;
Promover a educação de crianças portadoras de necessidades especiais, aplicando técnicas especiais e adaptando métodos regulares de ensino, para levá-los a uma integração social satisfatória e realização profissional em ocupações compatíveis com suas possibilidades e aptidões;
Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;
Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
Desenvolver a regência efetiva;
Controlar e avaliar o rendimento escolar;
Executar tarefa de recuperação de alunos;
Participar de reuniões de trabalho;
Desenvolver pesquisa educacional;
Manter o planejamento em dia, cumprindo os direitos de aprendizagens, as competências e os objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC;
Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;
Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;
Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;
Cumprir a hora-atividade, conforme PPP da unidade escolar.

Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Municipal da Educação básica e da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

CARGO

Psicóloga 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Presta assistência à saúde mental, bem como atende e orienta a área educacional e organizacional de recursos humanos, elaborando e aplicando técnicas psicológicas para possibilitar a orientação e o diagnóstico clínico.
Desenvolver atividades relacionadas com o comportamento humano e a dinâmica da personalidade do aluno, com vistas à orientação psicopedagógico e ao ajustamento individual e coletivo;
Intervir em relação às necessidades educacionais dos alunos: deve se encarregar de estudar e prever as necessidades educacionais dos alunos com objetivo de melhorar a experiência educacional dos alunos.
Desenvolver ações vinculadas à orientação, aconselhamento profissional e vocacional: colaborando no desenvolvimento das competências das pessoas, através do esclarecimento dos seus projetos pessoais, vocacionais e profissionais de modo que possam dirigir sua própria formação e sua tomada de decisões.
Desenvolver Funções preventivas: para intervir na aplicação das medidas necessárias evitando os possíveis problemas na experiência educacional, com ações sobre todos os agentes educacionais (pais, professores, filhos, orientadores).
Intervir na melhoria do ato educacional: prestando atenção à instrução aplicada pelos educadores; estudar e aplicar as melhores técnicas educacionais necessárias para que o aprendizado e o desenvolvimento do aluno sejam ideais.
Formação e aconselhamento familiar: através do estudo da família visando alcançar modelos educacionais familiares eficientes.
Encarregar do estudo de como o sistema social influencia a educação para, assim, tentar intervir naqueles aspectos que são passíveis de melhorias;
Outras atribuições relacionadas ao desempenho do cargo.

CARGO

Técnico em Enfermagem 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Descrição Detalhada: Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas. Executar ações de tratamento simples. Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente. Prestar cuidados integrais a pacientes em unidades de maior complexidade técnica, sob a supervisão do Enfermeiro como: Centro Cirúrgico, Emergência, Hematologia, Hemodinâmica, Hemodiálise, Neonatologia, Obstetrícia, Oncologia, Sala de Recuperação Pós Anestésica, Urgência, Unidades de Terapia Intensiva e Unidade Intermediária. Executar tratamentos prescritos e de rotina, nas unidades de internação sob a supervisão do Enfermeiro. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras tarefas correlatas à sua Unidade Funcional e a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata; Preparar e esterilizar os instrumentos de trabalho utilizados na enfermaria e nos gabinetes médicos, acondicionando-os em lugar adequado, para assegurar sua utilização; Preparar os pacientes para consultas e exames, acomodando-os adequadamente, para facilitar sua realização; Orientar o paciente sobre a medicação e sequência do tratamento prescrito, instruindo sobre o uso de medicamentos material adequado ao tipo de tratamento, para reduzir a incidência de acidentes. Efetuar a coleta de material para exames de laboratório e a instrumentação em intervenção cirúrgicas, atuando sob a supervisão do enfermeiro ou médico, para facilitar o desenvolvimento das tarefas de cada membro da equipe. Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade. Orientar mães e gestantes quanto aleitamento, alimentação e higiene das crianças; Prestar os primeiros socorros aos pacientes que chegarem às unidades de saúde em situação de emergência, preparando-os para o socorro médico; Auxiliar o Enfermeiro na confecção de materiais institucionais para participar de educação em saúde nas campanhas e programas de saúde; Seguir as Instruções normativas regulamentadas pela Prefeitura; executar outras atribuições afins

CARGO

Técnico de Desenvolvimento Infantil 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Receber afetivamente as crianças na Escola de Educação Infantil, dentro de um ambiente acolhedor;
Realizar atividades lúdicas e dirigidas, que proporcionem o desenvolvimento integral da criança, visando potencializar aspectos corporais, afetivas, emocionais, estéticos e éticos na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis;
Participar da execução de projetos e atividades que proporcionem a ampliação do universo cognitivo da criança;
Garantir a segurança das crianças na Instituição;
Comunicar à equipe diretiva do estabelecimento os fatos e acontecimentos relevantes do dia e, se necessário, juntamente com a direção, informar aos pais;
Proceder e orientar as crianças no que se refere à higiene pessoal, atendendo a faixa etária de atuação;
Servir refeições e auxiliar na alimentação, deixando o ambiente limpo e organizado, após seu uso;
Promover e zelar pelo horário de repouso;
Manter disciplinadas as crianças quando sob sua responsabilidade;
Zelar pelos objetos pertencentes à Escola de Educação Infantil e pertencente às crianças;
Zelar pelas crianças durante as atividades livres no pátio;
Ministrar medicamentos conforme prescrição médica;
Acompanhar as crianças em suas atividades educacionais como passeios, visitas, festas;
Participar das reuniões de pais promovidas pela escola;
Participar de reuniões pedagógicas e administrativas, seminários, encontros, palestras, sessões de estudo e eventos relacionados à educação;
Colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
Executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil.

CARGO

Odontólogo 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Descrição Resumida: Prestar serviços odontológicos, realizando exames de cavidade oral, efetuando restaurações, extrações, limpeza dentarias e demais procedimentos necessários ao tratamento, prevenção e promoção da saúde oral; Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicados em odontologia; Diagnosticar e avaliar clientes e planejar tratamento; Atender, orientar e executar tratamento odontológico; Administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança.
Descrição detalhada: Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; realizar a atenção em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade; realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar: realizar supervisão técnica do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliar em Saúde Bucal (ASB); e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil.

CARGO

Operador de Maquinas I 40 horas

ATRIBUIÇÃO

Regula os dispositivos de conexão, para possibilitar a acoplagem dos implementos mecânicos; Seleciona os implementos desejados, separando os diversos tipos de acordo com a textura do solo e a espécie de cultura, para acoplá-los ao trator; Engata as peças ao sistema mecanizado, acionando os dispositivos do veículo, para proceder à lavra da terra; Abastece os dispositivos do trator com adubos, sementes e outras substâncias, dosando-as nas quantidades determinadas, para distribuí-las no solo durante as operações de preparo e plantio; Testa a regulagem do veículo na área de trabalho, acionando os controles do sistema mecânico, para verificar o funcionamento da máquina; Executa as etapas do cultivo do solo, como aração, adubação, plantio e outros tratos culturais, acionando os dispositivos de comando do trator e controle e manobrando-o pelas áreas determinadas, para possibilitar o plantio e assegurar a germinação e o desenvolvimento normal das plantas; Manobra a máquina pelas áreas cultivadas, movimentando-a dentro das técnicas exigidas e observando as linhas de cultura, as irregularidades do terreno e as curvas de nível; Faz a manutenção do trator e dos implementos utilizados, abastecendo o veículo com combustível, limpando e lubrificando seus componentes e executando outras operações necessárias ao seu funcionamento, para conservá-lo em condições de uso; Registra as operações realizadas, anotando em um diário os tipos e os períodos de trabalho, tipos e processos utiliza-

dos, para permitir o controle dos resultados. Pode efetuar pequenos reparos nos equipamentos. Zela pelo patrimônio público. Tem noções de prevenção de acidentes de trabalho, conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade. Estando indisponível o trator ou inexistindo demanda de serviço para o mesmo, o operador poderá ser deslocado para funções de qualquer outro cargo da administração pública municipal, desde que não exijam habilitações específicas que o impeçam. Executar outras atividades afins;

ANEXO II

DA PONTUAÇÃO

Fonoaudiólogo 40h - Psicólogo 40 - Nutricionista 40h – Odontólogo 40h - Professor Licenciatura Plena 30h	
PONTUAÇÃO POR ESCOLARIDADE CONFORME ITEM 7. (Pontuação Não Cumulativa)	**PONTOS**
Doutorado Stricto Sensu.	75
Mestrado Stricto Sensu.	70
Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização).	55
Curso de Ensino Superior.	50
PONTUAÇÃO POR TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL CONFORME ITEM 7. (Pontuação Cumulativa)	**PONTOS**
Para cada 40 horas de Curso na área do cargo, (não ultrapassando o total de 7 pontos) serão considerados apenas, os realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.	1
Para cada quatro meses de atuação na área do cargo, (não ultrapassando o total de 18 pontos) nos últimos 3 anos de atuação.	2
Técnico em Enfermagem 40h - Técnico De Desenvolvimento Infantil 40h – Agente de Combate a Endemias 40h	
PONTUAÇÃO POR ESCOLARIDADE CONFORME ITEM 7. (Pontuação Não Cumulativa)	**PONTOS**
Ensino Técnico/Ensino Médio	50
PONTUAÇÃO POR TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL CONFORME ITEM 7. (Pontuação Cumulativa)	**PONTOS**
Para cada 40 horas de Curso na área do cargo, (não ultrapassando o total de 14 pontos) serão considerados apenas, os realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.	1
Para cada quatro meses de atuação na área do cargo, (não ultrapassando o total de 36 pontos) nos últimos 3 anos de atuação.	4

Merendeira 30h - Auxiliar de Serviços Gerais 30h/40h Motorista De Ônibus 40h -Motorista de Transporte Escolares 40h – Motorista de Caminhão I 40h – Operador de Maquinas I 40h.	
PONTUAÇÃO POR ESCOLARIDADE CONFORME ITEM 7. (Pontuação Não Cumulativa)	**PONTOS**
Ensino Fundamental Completo	50
PONTUAÇÃO POR TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL CONFORME ITEM 7. (Pontuação Cumulativa)	**PONTOS**
Para cada 40 horas de Curso na área do cargo, (não ultrapassando o total de 14 pontos) serão considerados apenas, os realizados nos últimos 3 anos e finalizados com 30 (trinta) dias de antecedência à data de publicação deste edital.	1
Para cada quatro meses de atuação na área do cargo, (não ultrapassando o total de 36 pontos) nos últimos 3 anos de atuação.	4

ANEXO III

DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma Registrado no Órgão Competente;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Título de eleitor;

8. Certificado de Alistamento Militar

9. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

10. CTPS (Carteira de Trabalho);

11. Registro no respectivo Conselho de Classe, exigido no Edital do Processo Seletivo 001/2022.

12. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

13. CPF dos dependentes;

14. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

15. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

16. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

17. FOTO 3X4 (atual, colorida);

18. Consulta Situação Cadastral CPF;

19. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

20. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

21. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

22. Certidão de Quitação Eleitoral;

23. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM (do município de Itanhangá – MT);

24. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

25. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

26. Declaração para IRFF e salário família

27. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

28. Exame médico Admissional.

ANEXO IV

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022	
Descrição	**Data Prevista**
Período Geral de Realização das Inscrições.	19/05/2022 até 01/06/2022
Divulgação da Relação de Inscrições Preliminar.	06/06/2022
Divulgação do Resultado Preliminar.	06/06/2022
Prazo para Recurso Sobre as Inscrições Preliminar.	08/06/2022
Prazo para Recurso contra o Resultado Preliminar	08/06/2022
Publicação do Julgamento de Recursos Contra o Relação de Inscrições Final.	09/06/2022
Publicação do Julgamento de Recursos Contra o Resultado Preliminar.	09/06/2022
Divulgação da Relação de Inscrições Final.	09/06/2022
Publicação do Resultado Final.	09/06/2022
Homologação do Certame.	10/06/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 037/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 037/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. JAQUELINE SILVA DE PAULA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***JAQUELINE SILVA DE PAULA****, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **8688** SSP/MT e do CPF Nº. ***.298.821.**, residente e domiciliada na Rua das Flores, Centro, lote 17, quadra 28, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 037/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar a forma e regime de prestação serviço, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 037/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JAQUELINE SILVA DE PAULA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 005/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 005/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. GISSELI IZOTON BINI.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***GISSELI IZOTON BINI***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **0790** SESP/PR e do CPF nº. ***.*47.979.**, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, , quadra 45, lote 14, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 005/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 005/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GISSELI IZOTON BINI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 018/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 018/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA. O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA,*** *brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **3174** SEJS/SC e do CPF Nº. ***.*11.701.**, residente e domiciliada na Avenida Rio Grande do Sul, Centro, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 018/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:1.1.** O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 018/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta. 3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ R$ 26.027,79 (vinte e seis mil, vinte e sete reais e setenta e nove centavos)**, para **R$ 42.434,53 (quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos)**.**CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**4. 1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2.1.** As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:Dotação Orçamentária:**Fundeb 70% Fundamental**04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076**Fundeb 70% Creche**04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099**Fundeb 70% Pré-Escola**04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119**CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:3.1.** O presente Termo Aditivo está

amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.**CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:4.1.** Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**Edu Laudi Pascoski – Prefeito MunicipalCONTRATANTE**JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA**CONTRATADA**ELISA MARIA DINIZ**ASSESSORA JURÍDICOTestemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. SABRINA EICHELT SCHWEIG.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***SABRINA EICHELT SCHWEIG****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **8029*-* SSP/MT e do CPF nº. ***.*42.971.**, residente e domiciliada na Rua São Jorge do Oeste, quadra 08, lote 16, centro, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SABRINA EICHELT SCHWEIG

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. JENNIFER KAUANE PRESTES DA SILVA.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***JENNIFER KAUANE PRESTES DA SILVA****, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **4859** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*25.991.**, residente e domiciliada na Avenida Espirito Santo, Rio Verde, Município de Lucas do Rio Verde* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JENNIFER KAUANE PRESTES DA SILVA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 015/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 015/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. HAYDEE SAYURI JACONI.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***HAYDEE SAYURI JACONI***, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **0821** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*11.241.**, residente e domiciliada na Estrada Rural, Zona Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 015/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 015/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

HAYDEE SAYURI JACONI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 012/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 012/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. JULLY ANNE ALVES DE BRITO CLEMENTINO.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***JULLY ANNE ALVES DE BRITO CLEMENTINO****, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **8070** SEJSP/MT e do CPF Nº. ***.*76.431.**, residente e domiciliada na Rua Murici, centro, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 012/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 012/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JULLY ANNE ALVES DE BRITO CLEMENTINO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2022/DRH/PMI

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2022/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. HAYDEE SAYURI JACONI.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***HAYDEE SAYURI JACONI***, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **0821** SSP/MT e do CPF Nº. ***.*11.241.**, residente e domiciliada na Estrada Rural, Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2022/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2022/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ R$ 26.543,19 (vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e dezenove centavos)**, para **R$ 42.949,93 (quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove e noventa e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

HAYDEE SAYURI JACONI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. INDIANARIA EROTILDES ANDRADE.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***INDIANARIA EROTILDES ANDRADE****, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **2880*-* SSP/MT e do CPF nº. ***.*10.131.**, residente e domiciliada na Avenida Rio Borges, Loteamento do Tonhão, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INDIANARIA EROTILDES ANDRADE

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 004/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 055/2022 de 21 de março de 2022, torna Público para conhecimento os interessados, a **PRORROGAÇÃO** da **Tomada de Preços nº 004/2022**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO TREVO DO ENTRONCAMENTO DA MT-338 E MT-242 COM EXTENSÃO DE 0,392KM NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 017/2022 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFRA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ".** A data do certame será no dia **07 de junho de 2022 às 08H00MIN (oito horas),** sendo que não compareceu nenhum licitante para o presente certame**.** Os interessados poderão consultar o Edital e obter informações bem como o edital, poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br e do site oficial www.itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá – MT, 18 de maio de 2022.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. LUIZA MODESTI.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***LUIZA MODESTI***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **053017** SJS/RS e do CPF nº. ***.*89.170.**, residente e domiciliada na Rua Passo Fundo, centro, lote 12, quadra 26, Município de Itanhangá (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUIZA MODESTI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 009/2021/DRH/PMI

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 009/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. EDIELI CLEICI DOS SANTOS.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **8.8** SSP/MS e inscrito no CPF: ***.*69.551-** residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***EDIELI CLEICI DOS SANTOS****, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº **7313** SESP/MT e do CPF nº. ***.*29.621.**, residente e domiciliada na Rua dos Trabalhadores, centro, quadra 29, lote 01, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 009/2021/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar *a forma e regime de prestação serviço*, bem como o valor da contratação, alterando o previsto nas Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 009/2021/DRH/PMI, que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1. O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor do presente aditivo é de R$ 16.406,74 (dezesseis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo o acréscimo nas parcelas mensais pagos conforme disposto na Cláusula quarta.

3.2. O Valor total do contrato e seus aditivos passa de **R$ 58.154,52 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)**, para **R$ 74.561,26 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor do presente aditivo previsto na Cláusula Terceira, será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 70% Fundamental

04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.04.00.00.00 Red. 076

Fundeb 70% Creche

04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.04.00.00.00 Red. 099

Fundeb 70% Pré-Escola

04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.04.00.00.00 Red. 119

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EDIELI CLEICI DOS SANTOS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 235, DE 18 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 235, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"Homologa o enquadramento de progressão por classe dos Servidores Públicos Municipais, realizado pela comissão de enquadramento, conforme determinação da lei nº 827, de 07 de maio de 2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município e art. 134 e seguintes da Lei Municipal nº 379, de 3 de março de 1999,

CONSIDERANDO o advento da Lei n° 827, de 07 de maio de 2014, que dispôs sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira, entre outras providências;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal nº 827/2014, bem como, a edição do Decreto Municipal nº 13, de 04 de fevereiro de 2022, que "*Estabelece critérios para a análise dos requerimentos de enquadramento funcional, atingidos pela LC 173/2020, e dá outras providências"*;

CONSIDERANDO termos do art. 28 e § seguintes da Lei Municipal nº 827/2014 *"A promoção do servidor público, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo"*

CONSIDERANDO a necessidade de enquadramento dos Servidores Públicos Municipais, conforme rege a Lei;

CONSIDERANDO a análise e posterior Parecer emitido pela Comissão de Enquadramento, constituída pela Portaria Municipal nº 049/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica homologado o resultado da análise do enquadramento dos Servidores Públicos Municipais, em consonância com o previsto na Lei Municipal nº 827/2014, conforme segue:

MAT	NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	ADMISSÃO	CLASSE	ENQUADRAMENTO
290	MARIA JOSÉ DE FREITAS ARAÚJO	ARTIFICE COPA E COZINHA	29/04/1994	C	CLASSE D
204	VALDINÉIA VELACO DE MATOS WINK	RECEPCIONISTA	11/04/2002	B	CLASSE C
108	ROSIMAR RAMOS DE CAMPOS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS	01/04/2002	B	CLASSE C
1434	ARNALDO RIBEIRO DA CRUZ	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	28/06/2016	A	CLASSE B
771	GERALDA FRANCISCA DA SILVA	ARTIFICE COPA E COZINHA	25/03/2008	C	CLASSE D
789	ELINDA MARIA APARECIDA VANSAN RODRIGUES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS	03/04/2008	C	CLASSE D
575	MARIA APARECIDA BATISTA DA SILVA	AUX. DE BIBLIOTECÁRIO	29/02/2008	C	CLASSE D
1199	ANDRÉ BARROS DE ARAÚJO	PSICÓLOGO	25/08/2015	B	CLASSE C
756	ANDERSON MENDES DE OLIVEIRA	MOTORISTA	25/03/2008	C	CLASSE D
499	MARCOS PAULO QUIRINO	GUARDA	02/01/2013	B	CLASSE C
139	ADEMIR DAL-BERT	FISCAL DE TRIBUTOS	10/04/2002	C	CLASSE D
011	AILTON NEVES DA MAIA	MOTORISTA	02/04/2002	A	CLASSE B

Art. 2º O servidor que se julgar prejudicado com o enquadramento por considerá-lo em desacordo com as normas desta lei, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação dos atos de enquadramento, dirigir-se ao Prefeito Municipal com requerimento fundamentado solicitando revisão do ato em que o enquadrou.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 18 de Maio de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

(Jornal Eletrônico da AMM)

Processo Administrativo de Sindicância nº 004.2102/2022.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Requerido: Celso Aparecido de Oliveira

Intimação resultado relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (parte final), que assim dispõe: "ANTE A TODO EXPOSTO E FUNDAMENTADO, a presente Comissão, por UNANIMIDADE, OPINA sobre o ARQUIVAMENTO e RECOMENDA à AUTORIDADE COMPETENTE, que determine ao Departamento de Recursos Humanos que proceda as baixas de estilo".

Itiquira/MT, aos 18 de Maio de 2022.

ELIANE NEUBERT

Presidente da Comissão.

QUEILA LEMES DE FREITAS

Relatora/Secretária da Comissão

CRISTINA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA

Membro Suplente da Comissão

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

A Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, situada no endereço acima mencionado, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivandoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E PRODUTOS DESCARTÁVEIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**,do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **VALDO DIONISIO RIBEIRO, CNPJ nº 14.924.283/0001-72** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 679.610,00**(seiscentos e setenta e nove mil seiscentos e dez reais);**ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇO**, **CNPJ nº 05.774.463/0001-24** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 185.149,08** (cento e oitenta e cinco mil cento e quarenta e nove reais e oito centavos); **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOSEIRELI**, **CNPJ nº 26.148.070/0001-85**, sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 336.967,91** (trezentos e trinta e seis mil novecentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos); **MARCO ANTONIO MIRANDA ROCHA, CNPJ nº 27.406.855/0001-73** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 809.272,62** (oitocentos e nove mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos); **J SODRE DOS SANTOS SILVA, CNPJ nº03.349.265/0001-98** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 554.572,57** (quinhentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos); **CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DESUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA, CNPJ nº37.200.096/0001-41** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 278.640,96** (duzentos e setenta e oito mil seiscentos e quarenta reais e noventa e seis centavos); **P GOBBI COMERCIO, CNPJ nº19.770.425/0001-08** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 80.699,00** (oitenta mil seiscentos e noventa e nove reais); **L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, CNPJ nº 10.448.902/0001-49** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 142.904,72** (cento e quarenta e dois mil novecentos e quatro reais e setenta e dois centavos); **COMERCIAL LUAR EIRELI, CNPJ nº 02.545.557/0001-33** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$**153. 501,89 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e um reais e oitenta e nove centavos); **NONATO DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ nº 11.753.137/0001-33** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 57.126,92; CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, CNPJ nº 21.058.617/0001-38** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 51.037,63** (cinquenta e um mil trinta e sete reais e sessenta e três centavos); **N CARRER EIRELI, CNPJ nº 33.105.231/0001-19** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 17.049,10** (dezessete mil quarenta e nove reais e dez centavos); **CBA FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DEPRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ nº 07.944.844/0001-30** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 144.695,00** (cento e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais); **MULTIPLICAR COMPRAS E COMERCIO EIRELI, CNPJ nº 07.508.571/0001-80** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 29.793,00**(vinte e nove mil setecentos e noventa e três reais); **VILLERSON BOLDRIN DA COSTA PAISAGISTICAS EIRELI, CNPJ nº 14.880.423/0001-58** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 29.464,40 (vinte e nove mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos); DAMIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARESLTDA, CNPJ nº27.250.886/0001-88** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 31.092,50**(trinta e um mil noventa e dois reais e cinquenta centavos); **BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº28.719.518/0001-07** sagrou-se vencedora com o valor total de**R$ 14.812,08 (quatorze mil oitocentos e doze reais e oito centavos)** e **UP DENT IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIALLTDA**, **CNPJ nº** 20.306.488/0001-97 sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 20.890,70** (vinte mil oitocentos e noventa reais e setenta centavos).

Itiquira/MT, em 18 de maio de 2022.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 015/2022

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2022**, que tem por objeto o **"Registro de preços para aquisições de Materiais de Consumo, Equipamentos e Materiais Permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com repasse fundo a fundo do incentivo financeiro Estadual ao Programa Imuniza Mais MT (Programa Imuniza Mais MT, campanha de vacinação influenza e COVID-19 - avaliação de outubro 2021), conforme Portaria n° 924 e 949/2021/GBSES, Resolução CIB/MT n° 125 de 15 de Julho de 2021",** onde foram vencedoras as empresas **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** ao valor global de **R$ 35.910,00** (Trinta e cinco mil novecentos e dez reais), **OQ QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI ME** ao valor global de **R$ 86.750,00** (Oitenta seis mil setecentos e cinquenta reais), **CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI** ao valor global de **R$ 14.658,00** (Quatorze mil seiscentos e cinquenta oito reais).

Jaciara-MT, 18 de maio de 2022.

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

2º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS DE 2022

2º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS DE 2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021 e 21/2021

PREGÃO PRESENCIAL SRP 02/2021; e PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2021

O MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Tancredo Neves n. 5659, Bairro São José, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 03.755.477/0001-75, representado neste ato pelo PREFEITO, VALDECI JOSÉ DE SOUZA, RG nº 579.262 SSP/MT e CPF nº 415.991.251-34, brasileiro, casado, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, e a Empresa AUTO POSTO SÃO DOMINGOS LTDA, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 04.809.649/0001-09 estabelecida na Av Tancredo Neves, nº 27 – Centro, Vale de São Domingos MT, PROMITENTE CONTRATADA, pactuam nos termos da legislação vigente, 1º Termo de Realinhamento de Preços, conforme cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1 O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 08/2021 e nº 021/2021, originada do Pregão Presencial SRP nº02/2021 e nº011/2021, conforme requerido pela Empresa AUTO POSTO SÃO DOMINGOS LTDA.

Cláusula Segunda – Da Justificativa

2.1 Justifica-se o presente realinhamento de preços o pedido encaminhado pela Empresa, acompanhado de notas fiscais, demonstrando o aumento significativo dos medicamentos na base de custo na sua composição.

Cláusula Terceira – Do Fundamento Legal

3.1 O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo 65, inciso II, 'd', da Lei nº 8.666/93 e na Ata de Registro de Preços, Parágrafo Único da Cláusula Décima Terceira, bem como no Parecer Jurídico que opinou pela possibilidade do Realinhamento;

Cláusula Quarta – Do Realinhamento

4.1 Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das Atas de Registro, fica alterado realinhado o preço de acordo com parecer contábil, conforme tabela a seguir:

ITEM	VALOR ATUAL	VALOR REALINHADO
DIESEL S10	R$ 7,61	R$ 8,09
DIESEL COMUM	R$ 7,38	R$ 7,61

Cláusula Quinta – Da Ratificação das Cláusulas

4.1 Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas nas Atas de Registro de Preço supracitadas, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo de Realinhamento de Preços como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

Jauru MT, 16 de maio de 2022

_____ VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU

_____ NILSON ELIAS NOGUEIRA

AUTO POSTO SÃO DOMINGOS LTDA

PORTARIA Nº117/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

PRORROGAR , o período de afastamento concedido através da Portaria nº101 de 02 de maio de 2022, para até o dia 15 de abril de 2024 da **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, aservidora **ELIZANGELA APARECIDA MARTINS ,** brasileira,conforme laudo médico concedido pelos médicos peritos previdenciários Dr. **ANDRÉ ALVARENGA FERNANDES CRM MT 4383 e Dr. FLÁVIA GATTASS DE OLIVIEIRA CRM MT 8451**, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição.

Em conformidade com art. 145 da Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru – MT, 18 de maio de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2022

REGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022

No dia 07 de abril **do ano de 2022**, compareceram, de um lado a (o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU, Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, com sede administrativa localizada na RUA DO COMÉRCIO, 480, bairro CENTRO, CEP nº. 78255-000, nesta cidade de Jauru/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Valdeci José de Souza,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12694908 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 985.374.821-53, residente e domiciliado a Avenida Rui Barbosa, nº 300, Bairro Boa Esperança, na cidade de Jauru – MT, CEP: 78.255-000, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, visando a eventual contratação de empresa (s), para atender as necessidades da Administração Pública, como Órgão Gerenciador, e como Órgãos Participantes, das empresas abaixo qualificadas, no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022, tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as especificações constantes no Edital e seus anexos, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 (Registro de Preços) **de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014** subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

QUALIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS:

EMPRESA VENCEDORA: A.A. COMERCIO DE VARIEDADES E SERVIÇOS LTDA, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29. 714.475/0001-21, com endereço profissional na Rua Ex Prefeito João da Silva, Quadra 03, Lote 19, nº 595, Bairro Setor Central, município de Mossamedes/GO, CEP 76.150-000, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. PEDRO HENRIQUE BORGES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 4146956 DGPC/GO, e do CPF 963.745.431-49, residente e domiciliado na Rua Lago 12, s/n, Qd-11, Lt-28, setor Condomínio do Lago, cidade de Goiânia/GO, CEP 74.461-140.

EMPRESA VENCEDORA: ARUANAS INFORMATICA LTDA, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.735.739/0001-66, com endereço profissional na Av. V-2, Quadra 01, Etapa 3, nº 10, Bairro Jardim Industriário, município de Cuiabá/MT, CEP 78.099-357, neste ato representada pela sócia administradora Sra. ARUANA THAIS FERREIRA DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, casada, empresária, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 2193213-1 SEJUSP/MT, e do CPF 037.345.831-28, residente e domiciliada na Rua Avenida V-2, nº 10, Lot Prq N Esperança II, Quadra 01, 3ª Etapa, Bairro Jardim Industriário, cidade de Cuiabá/MT, CEP 78099-357.

EMPRESA VENCEDORA: GOMES COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.607.429/0001-68, com endereço profissional na Rua das Margaridas, Quadra 30, Lote 14, nº 319, Bairro Jardim Cuiabá, município de Cuiabá/MT, CEP 78.043-108, neste ato representada mediante procuração pelo Sr. MARCOS PINHEIRO DE SOUZA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 1947689-2 SSP/MT, e do CPF 924.377.452-20, residente e domiciliado na Rua Jangada, nº 11, Bairro Jardim Esmeralda, cidade de Várzea Grande/MT.

EMPRESA VENCEDORA: L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES - EPP, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.328.534/0001/84, com endereço profissional na Rua Duzentos, nº 94, Bairro Jardim Imperial, município de Cuiabá/MT,

CEP 78.075-648, neste ato representada pelos sócios administradores Sra. FLÁVIA PALERMO FERNANDES, brasileira, solteira, empresária, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 26592037 SEJSP/MT, e do CPF 056.247.611-39, residente e domiciliada na Rua C, Residencial Ana Paula, nº 6, município de Cáceres/MT, CEP 78200-000 e Sr. JOSÉ LUIZ BATISTA DA SILVA DAMASCENO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 10466126 SJS-MT, e do CPF 688.596.351-87, residente e domiciliado na Rua Vinte e Cinco, nº 5, Quadra 3, Jardim Universitário, Cuiabá/MT, CEP 78.070-000.

EMPRESA VENCEDORA: LEILA ALVES CORDEIRO LUSA, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.227.505/0001-69, com endereço profissional na Rua das Castanheiras, nº 1001, Setor Comercial, município de Sinop/MT, CEP 78.550-290, neste ato representada pela sócia administradora Sra. Leila Alves Cordeiro Lusa, brasileira, casada, empresária, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 19213301- SSP/MT, e do CPF: 023.239.261-79, residente e domiciliada na Rua dos Lírios, Bairro Modulo 04, nº 190A, município de Juína/MT, CEP 78320-000.

EMPRESA VENCEDORA: MAXXI COMERCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS EIRELI, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.162.981/0001-40, com endereço profissional na Rua Padre Fiorentino, nº 305, Bairro Centro, município de Araci/BA, CEP 48.760-000, neste ato representada pela sócio administrador Sr. JACIANO CARVALHO MOREIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 721718639- SSP/BA, e do CPF: 730.834.965-91, residente e domiciliado na Rua Margarida, nº 10, Bairro Vaquejada, município de Serrinha/BA, CEP 48700-000.

EMPRESA VENCEDORA: MIPA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-ME, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.872.648/0001-81, com endereço profissional na AV. Zeca Ferreira, S/N, Bairro Vila Nova, município de Santa Rita do Araguaia/GO, CEP 75.840-000, neste ato representada pela sócia administradora Sra. CARLA ADRIANA FEREIRA MAROLLA, brasileira, casada, empresária, inscrita na Carteira de Identidade sob o nº 697.723- SSP/MS, e do CPF 582.333.421-49, residente e domiciliado na Rua Margarida, nº 10, Bairro Vaquejada, município de Serrinha/BA, CEP 48700-000.

EMPRESA VENCEDORA: NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.820.186/0001-89, com endereço profissional na Rua Goiás, nº 862, SLJ, Bairro Higienopolis, município de Catanduva/SP, CEP 15.804-010, neste ato representada pelo sócio administradora Sr. DANIEL NICOLA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 29440676-SSP/SP, e do CPF 216.721.888-57, residente e domiciliado na Rua César Sancinetti, nº 200, Jardim Parati, município de Jaú/SP, CEP 17210-752.

EMPRESA VENCEDORA: OLMI INFORMATICA LTDA, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.789.321/0001-17, com endereço profissional na AV. Mato Grosso, nº 92-N, Lote RC1C, Bairro Modulo 02, município de Juina/MT, CEP 78.320-000, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. ANDREY RICARDO IORIS, brasileiro, casado, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 12107875- SJ/MT, e do CPF 907.910.101-04, residente e domiciliado na Rua Altemar Dutra, nº 205, Modulo 02, município de Juina/MT, CEP 78.320-000.

EMPRESA VENCEDORA: V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA-ME, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.808.979/0001-42, com endereço profissional na Rua Antônio Olímpio, nº 32, Bairro Vila Aurora, município de São José do Rio Preto/SP, CEP 15.014-410, neste ato representada pela sócia administradora Sra. VANESSA CORRÊA DA ROCHA, brasileira, casada, empresário, inscrito na Carteira de Identidade sob o nº 33.322.218-0 SSP/MT, e do CPF 295.979.838-42, residente e domiciliado na Rua Altemar Dutra, nº 205, Modulo 02, município de Juina/MT, CEP 78.320-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presenta Ata tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tendo como objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA;**

1.2. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O valor total desta Ata de Registro de Preços é de **R$ 725.468,24 (Setecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos)**;

2.1.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: A.A. COMERCIO DE VARIEDADES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 29.714.475/0001-21:

Item	Quan	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
2	15,00	UN	FONTE DE ALIMENTACAO PARANOTEBOOK - UNIVERSAL, 90W, COM 10-PINOS, BIVOLT	FORTREK	90W 10 PINOS	R$120,00	R$1.800,00
5	18,00	UN	COMPUTADOR DESKTOP C/ MONITOR19 - I3, 8GB, SSD 480 WINDWOS 10.	BRAZILPC	I3/8GB/480/MONITOR19/MOUSE-FONTEDE ALIMENTACAO PARA NOTEBOOK - UNIVERSAL, 90W, COM 10 PINOS,BIVOLT TECLADO	R$2.500,00	R$45.000,00
6	88,00	UN	FONTE DE ALIMENTACAO PARAMICROCOMPUTADOR - PADRAO ATXCOM TENSAO DE 110V E 220V 300WATTS	BRAZILPC	TRS-325EZ	R$80,00	R$7.040,00

9	191,00	UN	TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR -TECLADO PARA MICROCOMPUTADORPADRAO ABNT2 COM FILEIRAS IDIOMAPORTUGUES GARANTIA DE 6 MESESCONFORME 104 TECLAS COMCONECTOR DE SAIDA TIPO USB	BRAZILPC	8160	R$27,00	R$5.157,00
11	109,00	UN	PEN DRIVE - 32GB, USB	ADATA	C906	R$25,00	R$2.725,00
14	62,00	UN	HEADSET - FONE DE OUVIDO +MICROFONE, EXTRA AURICULAR, COMHASTE DO MICROFONE FLEXIVEL,CONEXAO TIPO P2	MULTILASER	PH002	R$50,00	R$3.100,00
15	74,00	UN	ADAPTADOR WIRELESS - TIPO DEINTERFACE: USBVELOCIDADE DECOMUNICACAO: REDE WIRELESS ATE300 MBPSALCANCE: MINIMO 200METROSANTENAINTERNAFREQUENCIA DE OPERACAO:24 A 24835 GHZPROTOCOLO DECOMUNICACAO: IP MAC TCPUDP64128-BIT WEP WPAWPA2 WPA-PSKWPA2-PSK FILTRAGEM MACWIRELESSPADRAO DECONFORMIDADE: 80211G 80211N80211BTIPO DE REDE SUPORTADA: AD-HOC - ESTRELA INFRAESTRUTURALEDDE SINALIZACAO: POWERACOMPANHA: CD DE RECURSOS GUIADE INSTALACAO RAPIDA	TP-LINK	WN823	R$48,00	R$3.552,00
18	10,00	UN	PLACA DE REDE LOCAL - INTERFACEDE COMUNICACAO DE REDE LOCALPADRAO PCI 32 BITS COM TAXA DETRANSMISSAO DE 54 MBPS COMPADRAO DOS CONECTORESWIRELESS VIA RADIO FREQUENCIACOM ANTENA DE 5DBI COM MANUALTECNICO SOFTWARES E DRIVERS DEINSTALACAO	ENCORE	PCI WIR	R$150,00	R$1.500,00
20	37,00	UN	MEMORIA DDR3 1333MHZCAPACIDADE: 4GB; LATENCIA: CL = 9;VELOCIDADE: DDR3 1333MHZ; T 1.5V;(240 PINOS).	BRAZILPC	4GB DDR3 1333MHZ	R$140,00	R$5.180,00
21	17,00	UN	MEMORIA DDR4 2133MHZCAPACIDADE: 4GB; LATENCIA: CL =14;VELOCIDADE: DDR4 2133MHZ; T 1.2V;(288 PINOS).	BRAZILPC	4GB DDR4 2133MHZ	R$143,00	R$2.431,00
23	94,00	UN	BATERIA PARA NO-BREAK - PARABANCO DE BATERIAS DO NOBREAK,SELADA, VRLA, TENSAO: 12V,AMPERAGEM: 5A GARANTIA DE 12MESES	ELGIN	BAT NOBREAK 12V 5A	R$100,00	R$9.400,00
27	10,00	UN	CONECTORES - PARA PLACA DE REDE, MODELO RJ45, SEM CAPA (PACOTECOM	SECOON	CONEC RJ 45	R$	R$ 300,00
28	16,00	UN	CASE PARA HD - CASE EXTERNADISPOSITIVO TIPO GAVETA, PARATRANSPORTE DE HD, DE 3.5 ULTRAS ESATA, INTERFACE EXTERNA USB 3,0,TAXA DE TRANSFERENCIA 5GBPS	KNUP	CASE HD USB 3.0	R$70,00	R$1.120,00
29	10,00	UN	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL -MULTIFUNCIONAL ECOTANK IMPRIMEATE 4.500 PAGINAS EM PRETO E 7.500COLORIDAS. TANQUE FRONTAL ERECARREGAVEL COM GARRAFAS DETINTA. ACOMPANHA 4 TUBOS DETINTA. UM TUBO PRETO, CIANO,AMARELO E MAGENTA. COM SCANNERE CABO.	Canon	g3111	R$1.250,00	R$12.500,00
30	106,00	UN	TINTA PARA IMPRESSORA - TIPO KITREFIL PRETO E COLORIDOS PARAIMPRESSORA ECOTANK. CONTENDO 1CIANO, 1 MAGENTA, 1 AMARELO, 3PRETO. COM 65 ML CADA.	aston	kit 4/65ml	R$45,00	R$4.770,00
37	5,00	UN	REFIL PARA CARTUCHO DEIMPRESSORA - EPSON, COMPATIVELCOM OS MODELOS L110 - L120 - L200 -L210 - L220 - L300 - L350 - L355 - L365 -L375 - L380 - L385 - L395 - L455 - L465 -L475 - L555 - L565 – L575 (BULK INK)COM 4 CORES	aston	kit epson 4 50 ml	R$50,00	R$ 250,00
38	4,00	UN	PROJETOR MULTIMIDIA - PROJETORPORTATIL, 3600 LUMENS 3 LCD WIFIHDMI, ALTO FALANTES INTEGRADO DE1.2 WATTS, DISTANCIA DA PROJEÇAO0.89, 10.95 METROS, RESOLUCAONATIVA XGA 1024 X 768P, EMBALAGEMAPROPRIADA	tomate	mpr 203	R$2.700,00	R$10.800,00
43	5,00	UN	HD EXTERNO 1TB - USB 3.0 - CORPRETO	seagate	expansion 1tb	R$410,00	R$2.050,00
45	19,00	UN	CARREGADOR DE PILHA - TAMANHOAA - AAA - BIVOLT, ACOMPANHA 4PILHAS AAA ARMAZENAMENTO ATE3.200, ACOMPANHA PLUG EMBUTIDOPORTATIL.	mox	cp51	R$90,00	R$1.710,00
54	15,00	UN	MEMORIA RAM DDR 3, 8 GB,FREQUENCIA 1866 MHZ	BRAZILPC	8GB DDR3 1866	R$240,00	R$3.600,00
72	4,00	UN	PLACA MAE - PLACA MAE,PROCESSADOR: INTEL CORE 13/15/17/PENTIUM/ CELERON; SOQUETE: LGA1151; MEMORIA; SUPORTAR 64GBDDR4 2133MHZ; CHIPSET: INTEL H110EXPRESS; VIDEO: INTEL GRAPHICS; 3X PORTA(S) SATA 3GB/S; AUDIO HDREALTEK ALC662; AMPLIFICADOR DEAUDIO EMBUTIDO NA PLACA MAE COMSAIDA PARA ALTO FALANTE INTERNONO GABINTE COM POTENCIA DE 1WRMS; REDE:)	BRAZILPC	MBH110	R$499,00	R$1.996,00
Total R$ 125.981,00 (CENTO E VINTE CINCO MIL NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS)							

FORNECEDOR: ARUANAS INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 40.735.739/0001-66:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
1	10,00	UN	NOTEBOOK 14 - I5, SSD 240, 4 GB RAM, WINDOWS 10.	Acer	Aspire 5A514-54-54LT	R$4.030,00	R$40.300,00
3	96,00	UN	SSD - UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD, CAPACIDADE DE 240 GB,SATA	ADATA	ADATA	R$189,00	R$18.144,00
4	60,00	UN	COMPTADOR DESKTOP - C/ MONITOR DE 19”, I5 , 16GB, SSD 480GB,WINDOWS 10.	AruanasPC	Intel I510ºGeração	R$2.986,00	R$179.160,00
88	2,00	UN	MONITOR DE VIDEO HDMI ULTRAWIDE 34 110/220V.	Lg	34WP550	R$2.910,00	R$5.820,00
89	5,00	UN	MONITOR DE VIDEO HDMI ULTRAWIDE 29 110/220V.	Lg	29WL500	R$1.690,00	R$8.450,00
Total R$ 251.874,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS)							

FORNECEDOR: GOMES COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ sob o nº 11.607.429/0001-68:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
56	160,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - COMPATIVEL PARA IMPRESSORAS HPLASERJET, CF258A, 58A, M428DW COM CHIP	RHB	RHB	R$65,00	R$10.400,00
58	52,00	UN	KIT FOTOCONDUTOR – PARA IMPRESSORA LEXMARK MS310DN, MS312DN,MS315DN, MS410DE, MD410DN, MS415DN, MS610DN, MS610DE, MS611DFE,MX310DN REF.(50F0ZA0)	RHB	RHB	R$299,00	R$15.548,00

67	3,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - CARTUCHO CIANO HP 954XL - L0S62AB - HP OFFICEJET PRO 8210	SMARTCOLOR	SMARTCOLOR	R$129,00	R$ 387,00
103	20,00	UN	TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1120MFP, PRETO CB436A 36A,ORIGINAL DO FABRICANTE	SMARTCOLOR	SMARTCOLOR	R$52,00	R$1. 040,00
118	20,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - PRETOREF ML 2851 NDPARA IMPRESSORA-SAMSUNGORIGINAL NOVO DO FABRICANTE DA IMPRESSORAVALIDADE: 12MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGAACONDICIONADO EM EMBALA-GEMAPROPRIADA DE FORMA A GARANTIR AS PERFEITAS CONDICOES DAENTREGA	RHB	RHB	R$123,00	R$2. 460,00
Total R$ 29.835,00 (VINTE E NOVE MIL OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)							

FORNECEDOR: L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES – EPP, CNPJ sob o nº 22.328.534/0001/84:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	086. 004. 472	NO-BREAK-ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE TENSÃO, 600 VA, TENSÃO DE ENTRADA: 110 AUTO-MÁTICO, TENSÃO DE SAI DA 110V, CIRCUITO DESMAGNETIZADOR	UN	75	R$ 345,00	R$ 28. 875,00
44	086. 019. 162	MOUSE - DE PLASTICO ANATOMICO, SEM FIO, 24 GHZ 1200 DPI, PLUG & PLAY, ALCANCE DE 10 METROS ALIMENTACAO POR BATERIA INTERNA COM RECARGA VIA CABO USB INCLUSO, SEN-SOR OPTICO.	UN	38	R$ 40,00	R$ 1. 520,00
46	086. 017. 274	ADAPTADOR DE CONECTOR - TIPO CONVERSOR DE HDMI PARA VGA PORTATILENTRADA HDMI E SAIDA VGA MAIS SAIDA DE AUDIO STERREO CIRCUITO ELETRONICO INTERNO RESISTENTE A IMPACTOS	UN	18	R$ 65,00	R$ 1. 170,00
47	086. 019. 163	CABO - HDMI BLINDADO 2.0 4K 3D , 15 METROS	UN	5	R$ 140,00	R$ 700,00
48	086. 019. 164	CABO - HDMI BLINDADO 2.0 4K 3D , 20 METROS	UN	5	R$ 260,00	R$ 1. 300,00
50	086. 004. 457	SWITCH - COMUTADOR PARA REDE LOCAL ETHERNET 10/100, TIPO SWITCH DE 24 PORTAS MO-DELO TE1 MODULOTEIOO-SFXM COM MODULO DE FIBRA OTICA, REDUNDANTE, 24 PORTAS, CABO ELETRICO SUPO MANUAIS TECNICOS.	UN	11	R$ 1. 500,00	R$ 16. 500,00
51	086. 019. 165	REPETIDOR WI-FI - REPETIDOR DE SINAL WI-FI COM 1 PORTA ETHERNET (RJ45) 10/100M,2 AN-TENAS INTERNAS,PADROES WIRELESS: IEEE 802.11N, IEEE 802.11G, IEEE 802.11B,FREQUENCIA 2,4 - 2,4835GHZ,TAXA DE SINAL 11N ATE 300MBPS, 11G ATE 54MBPS, 11B ATE 11MBPS,SEGURANCA WIRELESS: WEP DE 64/128/152-BIT, WPA-PSK/WPA2-PSK,ACOMPANHA: CABO ETHERNET RJ-45, CD DE INSTALACAO, GUIA DE INSTALACAO RAPIDA,GARANTIA MINIMA DE 03 MESES, ASSISTENCIA TECNICA.	UN	12	R$ 100,00	R$ 1. 200,00
62	086. 019. 078	CABO PARA IMPRESSORA - PARA CONEXAO MICROI MPRESSORA PADRAO USB MEDINDO 1,8M	UN	20	R$ 18,00	R$ 360,00
63	086. 019. 080	CABO PARA IMPRESSORA - PARA CONEXAO MICROIMPRESSORAPADRAO USB PARA PARALE-LOMEDINDO 3M	UN	10	R$ 22,00	R$ 220,00
64	086. 022. 444	PASTA TERMICA - PARA COOLER 50 GR	UN	5	R$ 29,00	R$ 145,00
73	086. 019. 167	MONITOR DE VIDEO - LED 21,5´ WIDESCREEN, FULL HD, HDMI/DVI/DISPLAYPORT, 144HZ, 1MS, ALTURA AJUSTAVEL - COM CABOS DE LIGAÇÃO	UN	15	R$ 1. 297,00	R$ 19. 455,00
75	086. 007. 170	LEITOR DE CODIGO DE BARRA - TIPO: MAOFEIXE SIMPLES LASER5 VOLTSUSB200 SCANS POR SEGUNDOATIVACAO DE CURTO E LONGO ALCANCEGATILHO AUTOMATICO DECODIFICA OS CODIGOS DE BARRAS 1DGS1NO MAXIMO DE 60MM X 168 MM X 74MM CXLXA	UN	2	R$ 450,00	R$ 900,00
85	086. 019. 170	HEADSET SEM FIO - C/ MICROFONE E UM PAR DE AUTO FALANTES EXTRA AURICULAR, SEM FIO, VIA BLUETOOTH COM ADAPTADOR BLUETOOTH USB. Bateria recarregável de seis horas. Res-posta de frequência (fone de ouvido): Largura: 30 Hz a 15 KHz, faixa estreita: 40 Hz a 3,2 KHz. Resposta de frequência (microfone): 100 Hz a 6.500 Hz	UN	3	R$ 1. 280,00	R$ 3. 840,00
86	086. 004. 534	SUPORTE - PLASTICO, MOVEL, PARA NOTEBOOK - SUPORTE NOTEBOOK ERGONÔMICO	UN	5	R$ 56,00	R$ 280,00
90	086. 019. 173	SUPORTE DE MESA COM BRAÇO DUPLO PARA MONITOR E NOTEBOOK, FIXAÇAO EM MESA POR MORSA OU PERFURAÇAO. COR PRETO.	UN	2	R$ 580,00	R$ 1. 160,00
91	086. 019. 169	FONTE DE ALIMENTACAO PARA NOTEBOOK DELL 40WH	UN	2	R$ 210,00	R$ 420,00
92	086. 018. 345	FONTE DE ALIMENTACAO PARA MICROCOMPUTADOR - ATX SLIM MINI PARA PC SLIM COMPATI-VEL COM POSITIVO HP DELL MODELO SS-300TFX ACTIVE PFC300 W BIVOLT	UN	5	R$ 240,00	R$ 1. 200,00
93	086. 008. 541	BATERIA PARA NO-BREAK 9AH - PARA BANCO DE BATERIAS DE NOBREAKTIPO: ESTACIONARIA SELADA DE CHUMBO ACIDADIMENSOES MAXIMA: ALTURA: 93MM LARGURA: 150MM PROFUNDI-DADE: 64MMAPRESENTACAO: MONOBLOCO LIVRETENSAO: 12VVIDA UTIL: MINIMA 3-5 ANOSCA-PACIDADE DE RETENÇAO MINIMA: 9AH432VGARANTIA: 12 MESES	UN	10	R$ 167,00	R$ 1. 670,00
94	086. 017. 802	BATERIA PARA MICROCOMPUTADOR - PC MODELO CMOS 2032 TIPO LITIUM TENSAO NOMINAL DE 35 V INTENSIDADE DA CORRENTE 45 A COM GARANTIA DE GARANTIA DE 12 MESES	UN	40	R$ 9,00	R$ 360,00
R$ 78.275,00 (CENTO E OITENTA MIL E DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)						

FORNECEDOR: LEILA ALVES CORDEIRO LUSA, CNPJ sob o nº 44.227.505/0001-69:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
7	77,00	UN	FONTE DE ALIMENTACAO PARA MICROCOMPUTADOR - ATXGABINETE HORIZONTAL 500 W 220110VOLTS COM CABOSMANUAIS DE ACOR-DO COM NORMAS ABNT GARANTIA 12MESES	FONENG	HDW-0002	R$127,00	R$9. 779,00
8	208,00	UN	MOUSE - DE PLASTICO OPTICO 2 BOTOES COM SCROLLCONEXAO USB EM EMBALAGEM APROPRIADA	KNUP	KP-M611	R$8,00	R$1. 664,00
12	17,00	UN	CABO - CABO HDMI HIGH DEFINITION MULTIMEDIAINTERFACE TIPO HDMI MACHO X MACHO COMPRIMENTO DE1,5 METRO PARA TRANS-	FORTREK	FORTREK HD201	R$11,00	R$ 187,00

			MISSAO DE DADOS DE VIDEODIGITAL E AUDIO DIGITAL MULTI-CANAL DE ALTADEFINICAOGARANTIA DE 6 MESES				
13	68,00	UN	CAIXA DE SOM PARA MULTIMIDIA - PARA COMPUTADOR COM20W DE POTENCIA	KNUP	KP-6039	R$72,58	R$4.935,44
16	41,00	UN	SWITCH - COMPUTADOR DE REDE LOCAL TIPO SWITCHWORKGROUP GERENCIAVEL COM 8 PORTAS POE O SWITCHSF 800 Q+ POSSUI 8 PORTAS FAST ETHERNET 10/100 MBPSPARA COMPARTILHAMENTO DE INTERNET COM OSDISPOSITIVOS CONECTADOS, ENQUANTO SUA PORTA LAN 1POSSUI SUPORTE A POE PASSIVO, QUE PERMITE AALIMENTACAO DO SWITCH ATRAVES DO CABO DE REDE NAPRESENCA DE UM INJETOR POE PASSIVO.8 PORTAS FASTETHERNETQOS PARA A PRIORIZACAO DO TRAFEGO DE VOZE VIDEO POSSIBILIDADE DE SER ALIMENTADO POR POEPASSIVO PELA LAN 1 DESIGN COMPACTO PLUG & PLAY	INTELBRAS	SF 800 Q+	R$74,00	R$3.034,00
17	37,00	UN	ROTEADOR - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO DE DADOSTIPO WIRELESSTIPO EXTERNOPADRAO 80211GBA 300MBPSCOM PROTOCOLOS WAN E ETHERNETCOM 1INTERFACE WAN RJ45 WIFI - COM FONTE BIVOLT	TENDA	W308R N300	R$77,00	R$2.849,00
19	22,00	UN	MEMORIA RAM - MEMORIA DDR2 DE FREQUENCIA 667MHZ240 VIAS2 GBGARANTIA DE 12 MESES	MACROVIP	MV800N6/2	R$81,00	R$1.782,00
24	78,00	UN	BATERIA PARA NO-BREAK - NO-BREAKTIPO: CHUMBO-ACIDOESTACIONARIA SELADA REGULADA POR VALVULAVRLA E AGMPEQUENA NECESSIDADE DE MANUTENCAO ESEM NECESSIDADE DE AGUA E ELETROLITO12VEXPECTATIVA SUPERIOR A 5 ANOS 7 AMPERESHORAGARANTIA MINIMA: 01 ANO	POWERTEK	EN012	R$83,00	R$6.474,00
25	12,00	UN	BATERIA PARA NO-BREAK - PARA BANCO DE BATERIAS DONOBREAK-TIPO: ESTACIONARIA SELADA DE CHUMBOACIDADIMENSOES MAXIMAS: ALTURA 93MM LARGURA161MM PROFUNDIDADE 148MMAPRESENTACAO:MONOBLOCO LIVRETENSAO: 12VVIDA UTIL: MINIMA DE 3-5ANOSCAPACIDADE DE RETENCAO MINIMA: 9AH432VGARANTIA: 12 MESES	POWERTEK	EN012	R$94,00	R$1.128,00
42	5,00	UN	WEBCAM - CAMERA WEBCAM COM MINIMO 0,5 MEGA PIXELCOM COMPENSACAO DE ILUMINACAO TRASEIRA, 1/30QUADROS POR SEGUNDO, 640 X 480 OU 320 X 240FO NTEALIMENTACAO EXTERNA DE 12V CA, CONECTOR RS-232,CONECTOR DE REDE ETHERNET 10/100SERVIDORINTERFACE WEB INTERNO, COMPATIVEL COM SISTEMAOPERACIONAL WINDOWS 9X NTWI NDOWS XP E LINUXPROTOCOLOS:TCP/IP,HTTP E OUTROS	GENERICOFULL HD1080P USB2.0	GENERICO FULLHD 1080P USB2.0	R$274,00	R$1.370,00
49	15,00	UN	SWITCH - COMUTADOR PARA REDE LOCAL ETHERNET10/100, TIPO WORKGROUP, 16 PORTAS, IAÇ ELETRICOSUPORTE E MANUAIS TECNICOS.	TENDA	TENDA S16	R$149,00	R$2.235,00
52	37,00	UN	PLACA DE REDE LOCAL - INTERFACE DE COMUNICACAO DEREDE LOCAL PADRAO PCI COM TAXA DE TRANSMISSAO DE10854 MBPS COM PADRAO DOS CONECTORES WIRELESSVIA RADIO FREQUENCIA COM ANTENA COM MANUALTECNICO SOFTWARES E DRIVERS DE INSTALACAO	MAYMAX	MGLANE-JEN	R$104,30	R$3.859,10
53	20,00	UN	PLACA DE REDE LOCAL - PADRAO ETHERNIT PCI X1,10/100/1000 - COM TAXA DE TRANSMISSAO DE 1000 BASE TXETHERNET (GIGABITE), COM PADRAO DOS CONECTORESRJ45 (UTP), COM DRIVES.	MAYMAX	MGLANE-JEN	R$89,16	R$1.783,20
65	20,00	UN	COMPUTADOR DE MAO - TIPO TABLET, COM PROCESSADOROCTA CORE 2.0GHZ, TAMANHO DO DISPLAY DE 10.4POLEGADAS, RESOLUCAO MINIMA DE 1200X2000, MEMORIAINTERNA DE 64GB, POSSIBILIDADE DE EXPANSAO PARAMICROSD DE ATE 1000GB, MEMORIA RAM DE 3GB,CONEXOES WIFI E 4G, DIMENSOES APROXIMADAS (AXLXP)15,7X24,76X0,7CM, DEVE CONTER: TABLET, CARREGADOR,CABO DE DADOS	Hyundai	Maestro HDT-1064GS	R$1.368,00	R$27.360,00
71	22,00	UN	TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR - TIPO SEM FIOWIRELESS: 24GHZ ALFANUMERICO 107 TECLASPOSICAOHORIZONTALPADRAO ABNT2	SCHIP SCE	015-0081	R$65,00	R$1.430,00
76	4,00	UN	PLACA DE VIDEO - RECURSO DE SAIDA PARAAPRESENTACAO DE VIDEOPADRAO PCI-EXPRESSMEMORIADE VIDEO CAPACIDADE DE 1 GBCOMPATIVEL COM OPADRAO SVGA 2048X1536 RESOLUCAO DIGITAL2560X1600ACOMPANHA: MANUAL E CDS DE INSTALACAO	PC YES	PA210G6401D3LP	R$229,00	R$916,00
Total R$ 70.785,74 (SETENTA MIL SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)							

FORNECEDOR: MAXXI COMERCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS EIRELI, CNPJ sob o nº 15.162.981/0001-40:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
26	086.004.476	CABO PAR TRANCADO - PARA CONEXÃO DE REDE, UTP ETHERNET, CATEGORIA 5E OU SUPERIOR - CX C/ 100 METROS	CX	10	R$ 140,00	R$ 1.400,00
74	086.019.168	SUPORTE PARA MONITOR - SUPORTE PARA 2 MONITORE DE 17 A 27, BRACOS ARTICULADOS, SEM BASE, PARA FIXAR NA MESA POR MEIO DE MORCA, COM PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DOS MONITORES.	UN	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
TOTAL R$ 4.900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS)						

FORNECEDOR: MIPA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-ME, CNPJ sob o nº 31.872.648/0001-81

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
10	32,00	UN	MONITOR DE VIDEO - TAMANHO: 19¨SUPORTE A RESOLUCAO MINIMA DE1920X1080 A 60HZ OU SUPERIORTIPO: TFT LCD DE MATRIZ ATIVATEMPO DERESPOSTA DE NO MAXIMO 5 MS-COM TELA PLANACONTROLE DE AJUSTEPARA: COR CONTRASTE BRILHO POSICAO AUTO AJUSTE FREQUENCIA DEVARREDURA MINIMA DE HORIZONTAL KHZ: 30 - 80 VERTICAL HZ: 55 - 75:POSSUIR CARACTERISTICAS ANTI-REFLEXIVA E ANTI-ESTATICA ACOMPANHA:CABOS PARA INTERFACES SUPORTADAS ALIMENTACAO 110/220 VOLTS COMCOMUTACAO AUTOMATICA DE VOLTAGEMPOSSUIR CERTIFICACAO ENERGYSTAR GARANTIA DO FABRICANTE MINIMA DE 36 MESES	PRIZI	PRIZI	R$930,00	R$29.760,00
Total R$ 29.760,00 (VINTE E NOVE MIM SETECENTOS E SESSENTA REAIS)							

FORNECEDOR: NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o nº 10.820.186/0001-89:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
32	340,00	UN	TONER - PARA IMPORESSORA - PRETO, HP ORIGINAL CE285A 85A1102	FASTPRINTER	CE285A	R$27,00	R$9.180,00
33	157,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORA BROTHER/TN-2370 DCP-L2540DW (CORPRETA)	FASTPRINTER	TN2370	R$27,00	R$4.239,00
34	105,00	UN	CILINDRO PARA IMPRESSORA - CILINDRO FOTOCONDUTOR DR2340	FASTPRINTER	DR2340	R$49,00	R$5.145,00
36	59,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - PRETO, PARA USO EM IMPRESSORASBROTHER DCP-8080DN 8080, DCP- , 8085DN 8085, HL-5340D 5340,HL-5370DW 5370, MFC-8480DN 8480, HL5370DWT HL-5370DWT, [J	FASTPRINTER	DCP-8080	R$35,00	R$2.065,00
39	25,00	UN	TONER - PRETO TN660, PARA IMPRESSORA BROTHER, VALIDADEMINIMA 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	FASTPRINTER	TN660	R$26,00	R$ 650,00
40	5,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORA BROTHER DCP - MFC L2740 DW,UNIDADE.	FASTPRINTER	MFC-L2740	R$63,00	R$ 315,00
41	5,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - COR PRETO, PARA IMPRESSORA HPCB-435 (35A)	FASTPRINTER	CB435A	R$79,50	R$ 397,50
55	42,00	UN	TONER - 83A- PARA IMPRESSORA HP MODELO M125A, PRETO	FASTPRINTER	CF283A	R$27,00	R$1.134,00
60	40,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET 1010 /1012 / 1015 / 1018 / 1020 PLUS / 1022 / 3015 / 3020 / 3050 / 3050Z / 3052/ 3055 / M1005MFP / M-1005MFP / M1319MFP / M-1319MFP,REF. DOTONER Q2612AB (12A),PRETO,RENDIMENTO MEDIO 2.000PAGINAS,COMPATIVEL	FASTPRINTER	Q2612A	R$27,00	R$1.080,00
66	6,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - CARTUCHO PRETO HP954XL - L0S71AB - HP OFFICEJET PRO 8710	FASTPRINTER	L0S71AB	R$92,00	R$ 552,00
68	3,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - CARTUCHO MAGENTAHP 954XL - L0S65AB - HP OFFICEJET PRO 8210	FASTPRINTER	L0S65AB	R$129,00	R$ 387,00
69	3,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - CARTUCHO AMARELOHP 954XL - L0S68AB - HP OFFICEJET PRO 8210	FASTPRINTER	L0S68AB	R$129,00	R$ 387,00
70	3,00	UN	KIT CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - KIT CARTUCHO,PARA PLOT-TER HP 711, COMPOSTO POR QUATRO CARTUCHOS:CIANO, MAGENTA, AMA-RELO E PRETO.	FASTPRINTER	KIT 711	R$349,00	R$1.047,00
78	15,00	UN	CILINDRO PARA IMPRESSORA - DO TIPO UNIDADE DE CILINDROPARA IM-PRESSORA BROTHER ORIGINAL, MODELO DR 3440	FASTPRINTER	DR3440	R$182,00	R$2.730,00
79	20,00	00001	TONER TN3472 - PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL,MARCABROTHER, MO-DELO BROTHER HL- L6202DW, BROTHER HL-L5102DW, BROTHER HL-L5202DW, BROTHER HL-L6402DW, BROTHERDCP- L5502DN, BROTHER DCP-L5602DN, BROTHER DCP-L5652DN,BROTHER MFC-LS902DW, BROTHER MFC-L5702DW, BROTHER MFC-L6702DW, B4BROTHER MFC-L5802DW, BROTHER MFC-L6902DW.TONER BROTHER COM RENDIMENTO MEDIO DE 12.000 PAGI-NASCONSIDERANDO 5% DE COBERTURA DO PAPEL A4, MARCA:BROTHER, ORIGINAL	FASTPRINTER	TN3472	R$68,00	R$1.360,00
80	4,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA -AMARELO, ORIGINAL,CZ129A, PA-RA IMPRESSORA PLOTTER HP- T120.	FASTPRINTER	CZ132A	R$148,00	R$ 592,00
81	4,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - CIANO, ORIGINAL,CZ129A, PARA IMPRESSORA PLOTTER HP- T120	FASTPRINTER	CZ130A	R$144,00	R$ 576,00
82	8,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETA, ORIGINAL,CZ129A, PARA IMPRESSORA PLOTTER HP- T120.	FASTPRINTER	CZ129A	R$245,00	R$1.960,00
83	4,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - MAGENTA, ORIGINAL,CZ129A, PA-RA IMPRESSORA PLOTTER HP- T120	FASTPRINTER	CZ131A	R$179,00	R$ 716,00
84	12,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETA_96 PARAIMPRESSORA HP 9800_REF C8767W VALIDADE 6 MESES	FASTPRINTER	C8767W	R$255,00	R$3.060,00
87	5,00	00001	CILINDRO PARA IMPRESSORA - DO TIPO UNIDADE DE CILINDRODR3440, BROTHER HL-6202DW	FASTPRINTER	DR3440	R$64,00	R$ 320,00
96	40,00	UN	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - TONER TN 650 PARABROTHER 8085-DN	FASTPRINTER	TN650	R$33,00	R$1.320,00
97	15,00	UN	CONJUNTO CILINDRO IMPRESSORA BROTHER, MODELO DR620	FASTPRINTER	PB-211EV	R$770,00	R$11.550,00
98	30,00	UN	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - PARA REPRODUCAO DECOPI-AS,TONNER BROTHER ORIGINAL HL 6182DW/6182DWT DCP -8157DN, REF. TN3392	FASTPRINTER	TN3392	R$68,00	R$2.040,00
99	3,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - PRETO,REF. CF350A (HP 130A),PARAIMPRESSORA HP M176, M177, M176N,INM177FW,NOVO,COMPATIVEL,VALIDADE 12 MESES A PARTIR DA DA-TA DEENTREGA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FASTPRINTER	CF350A	R$47,00	R$ 141,00
100	3,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - CIANO,REF. CF351A (HP 130A),PARAIMPRESSORA HP M176, M177, M176N, M177FW,NOVO,COMPATIVEL,VALIDADE 12 MESES A PARTIR DA DATA DEEN-TREGA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FASTPRINTER	CF351A	R$148,00	R$ 444,00
101	3,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - AMARELO,REF. CF352A (HP 130A),PARAIMPRESSORA HP M176, M177, M176N, M177FW,NOVO,COMPATIVEL,VALIDADE 12 MESES A PARTIR DA DATA DEEN-TREGA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FASTPRINTER	CF352A	R$175,00	R$ 525,00
102	3,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - MAGENTA,REF. CF353A ((HP130A),PARA IMPRES-SORA HP M176, M177, M176N, M177FW,NOVO,COMPATIVEL,VALIDADE 12 ME-SES A PARTIR DA DATA DEENTREGA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FASTPRINTER	CF353A	R$175,00	R$ 525,00
104	10,00	UN	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - COMPATIVEL COM MODELOD203U IM-PRESSORA SAMSUNG SL- M4020ND / M4020 / SL-M4070FR /M4070 CAPACIDA-DE IMPRESSAO MINIMA 15.000 PAGINAS.	FASTPRINTER	MLT-D203U	R$55,00	R$ 550,00
106	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - COLORIDOREF HPCZ104ALHP 662-PARA IMPRESSORA HP 3516ORIGINALNOVOVALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	FASTPRINTER	CZ104AB	R$110,00	R$ 550,00
107	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA – PRETO, PARA IMPRESSORA HP DESKJET SERIE 662. PRODUTO NOVO ECOMPATIVEL	FASTPRINTER	CZ103AB	R$68,00	R$ 340,00
108	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETOREF 122CH561HB- HP 2050 CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA -PRETO NOVO ORIGINAL DO FABRI-CANTE DO EQUIPAMENTO NAORECARREGADO E NAO REMANUFATURADO A	FASTPRINTER	CH561HB	R$145,00	R$ 725,00

			EMBALAGEM DEVERACONTER ETIQUETA INDICANDO A PROCEDENCIA DO ITEMPARAIMPRESSORA HP-2050VALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA-ENTREGA				
109	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA -TRICOLORREF122CH562HB - HP 2050 ORIGINAL DO FABRICANTE DOEQUIPAMENTO NAO RECARREGADO E NAO REMANUFATURADO AEMBALAGEM DEVERA CONTER ETIQUETA INDI-CANDO APROCEDENCIA DO ITEMPARA IMPRESSORA HP-2050VALIDADE 12-MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	FASTPRINTER	CH562HB	R$174,00	R$ 870,00
110	15,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - NA COR PRETO, PARAIMPRESSO-RA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555	FASTPRINTER	L365	R$30,00	R$ 450,00
111	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - NA COR AMARELO,PARA IMPRES-SORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555	FASTPRINTER	L365	R$48,00	R$ 240,00
112	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - NA COR CIANO, PARAIMPRESSO-RA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555	FASTPRINTER	L365	R$29,00	R$ 145,00
113	5,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - NA COR MAGENTA,PARA IMPRES-SORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555	FASTPRINTER	L365	R$39,00	R$ 195,00
115	10,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - COLORIDO PARAIMPRESSORA HP 9800 A3 C8165 A REFERENCIA C9363W VALIDADE 1ANO	FASTPRINTER	C9363W	R$77,00	R$ 770,00
116	30,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONALMARCABROTHERMODELO HL-5452DN HL-5472DWT DCP-8112DN DCP-8152DN MFC-8512DN DCP-8157DN MFC-8712DW MFC-8912DW HL-6182DW MFC-8952DWTREF DO TONER TN-3332PRETORENDIMENTOMEDIO 3000 PAGINASORIGINAL	FASTPRINTER	TN3332	R$49,00	R$1. 470,00
117	5,00	UN	CILINDRO PARA IMPRESSORA - BROTHER DCP 8112 8112DN DCP-8112DN 8152 8152DN 8157 8157DN 5452 HL 5472DW 5472DWT 6182HL6182DW HL6182DWT 8512 MFC8512DN MFC8712DW MFC8912DW8912 MFC8	FASTPRINTER	DCP-8112	R$228,00	R$1. 140,00
119	25,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORAMARCA HPMODELO LASERJET PROMFP M177FW M176NREF DO TONER CF350A HP 130ACORPRETARENDIMENTO MEDIO DE 1300 PAGINASORIGINAL	FASTPRINTER	CF350A	R$49,00	R$1. 225,00
Total R$ 63.107,50 (sessenta e três mil cento e sete reais e cinquenta centavos)							

FORNECEDOR: OLMI INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 00.789.321/0001-17:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
31	12,00	UN	IMPRESSORA LASER - MULTIFUNCIONA,L ALIMENTADORAUTOMATICO DE DOCU-MENTOS PARA 35 FOLHAS, BANDEJA DEPAPEL COM CAPACIDADE PARA 250 FO-LHAS, IMPRESSAO A LASER DEATE 2400 X 600 DPI, CONEXAO USB 2.0 DE ALTA VE-LOCIDADE, REDEETHERNET E WIRELESS, VELOCIDADE DE IMPRESSAO 30PPM,IMPRESSAO DUPLEX, RESOLUÇAO DE IMPRESSAO ATE 2400 X 600DPI, RESO-LUÇAO DA IMPRESSAO 10.000 PAGINAS, CAPACIDADE DESAIDA DO PAPEL 100 FO-LHAS, TAMANHOS DO PAPEL A4, TAMANHODO VIDRO DE EXPOSIÇAO 21,6 X 27,9 CM, CARTA RESOLUÇAO DECOPIA 600 X 600 DPI, RESOLUÇAO INTERPOLADA ATE 19200 X 19200DPI DIGITALIZA PARA EMAIL IMAGEM OCR ARQUIVO MICROSOFTSHARE-POINT FORMATOS DE ARQUIVO TIFF BMP MAX JPG PDF PNGXPS, TIPO DE SCANNER MESA PLANA COLORIDA COM ALIMENTADORAUTOMATICO DE DOCUMENTOS ADF, GARANTIA DE 1 ANO.	BROTHER/ B7535DW	BROTHER/ B7535DW	R$3. 650,00	R$43. 800,00
Total R$ 43.800,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS)							

FORNECEDOR: V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA-ME, CNPJ sob o nº 05.808.979/0001-42:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
57	100,00	00001	TONER - PARA IMPRESSORA BROTHER/TN-2370 DCP-L2540DW (CORPRETA).	DSI	TN-2370	R$80,00	R$8. 000,00
61	110,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORAMARCA LEXMARKMODELO MX310DN MX410DEMX511-DEMX611DHE 611DHEREF DO TONER 60FBH00604HPRETORENDIMENTO MEDIO 10000 PAGINASORIGINAL	DSI	60FBH00	R$109,00	R$11. 990,00
77	80,00	UN	TONER - PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, MARCA BROTHER, PARAMODELOS HLL5102, DCPL5652, DCPL5502, MFCL6702, HL-L6402, HL-L6202,HL-L5202, DCP-L5602, MFC-L5802, MFC-L6902, MFC-L5902, MFC-L5702, HL-L5102DW, REF. DO TONER TN 3472, RENDIMENTO MEDIO 12.000 PAGINAS,COMPATIVEL	DSI	TN-3472	R$42,00	R$3. 360,00
95	40,00	UN	TONER PARA IMPRESSORA - NA COR PRETAREF ML-D2850APARAIMPRESSORA SAM-SUNG ML-2851NDORIGINAL NOVOVALIDADE 12 MESES APARTIR DA ENTREGAACONDI-CIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	DSI	MLD2850B	R$39,00	R$1. 560,00
120	20,00	UN	CILINDRO CF 234A PARA IMPRESSORA LASERJET ULTRA M134A	DSI	CF234A	R$112,00	R$2. 240,00
Total R$ 27.150,00 (VINTE E SETE MIL CENTO E CINQUENTA REAIS)							

TABELA DE ITENS VENCIDOS

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço;

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sétima, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido;

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração;

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo;

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação;

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação;

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor em ordem de classificação, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes;

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1.As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos a seguinte forma:

ORGÃOS PARTICIPANTES	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA DE SAÚDE	Ficha: 524 – 4.4.90.52.00 – MATERIAL PERMANENTE Ficha: 433 – 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO .
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Ficha: 172- 4.4.90.52.00- MATERIAL PERMANENTE Ficha:166- 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ficha: 86- 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO Ficha: 93- 4.4.90.52.00- MATERIAL PERMANENTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	Ficha: 257- 4.4.90.52.00- MATERIAL PERMANENTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	Ficha: 259- 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	Ficha: 341- 4.4.90.52.00- MATERIAL PERMANENTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	Ficha: 316- 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DESENVO. URBANO E RURAL	Ficha: 405- 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO
SECRETARIA DE OBRAS	Ficha: 193- 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de publicação no Diário Oficial dos Municípios do Mato Grosso, conforme dispõe o art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;

4.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS, DA ADESÃO

5.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

5.1.1. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão:

a) Apresentar solicitação/requisição ao setor de compras da PMJ/MT, que procederá diretamente a solicitação ao fornecedor em conformidade com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação dos itens adjudicados;

5.2. A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso estará sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais**, **Estaduais ou Distritais**, **à Ata de Registro de Preços a ser firmada**, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SEXTA– DA COMPETÊNCIA DOS ORGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E DETENTORES DA ATA DE RP.

6.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

a) Acompanhar periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

b) Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

c) Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

d) Emitir a autorização de compra no setor competente da PMJ/MT;

e) Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

6.2. Compete aos órgãos ou entidades participantes da Administração Pública:

a) Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

b) Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

c) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

6.3. Compete ao Detentor da Ata:

a) Entregar os objetos/itens nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

b) Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) Substituir os objetos/itens recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

d) Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

e) Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

f) Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

g) Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

h) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

i) Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

7.1.1. Pelo Órgão Gerenciador, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

7.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

7.2. Nas hipóteses previstas no subitem 7.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

7.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

7.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

7.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

8.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável;

8.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;

8.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento;

8.5. Os fornecedores classificados ficarão obrigados a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento;

8.5.1. O local de entrega dos materiais ou execução dos serviços será na sede da PMJ/MT, salvo em casos que necessitem ser entregue aos órgãos participantes diretamente, sob a responsabilidade do mesmo, o município não se responsabiliza pelo frete dos objetos/itens;

8.5.2. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

8.5.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento;

8.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado;

8.7. As despesas relativas à entrega dos objetos/itens correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata;

8.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os objetos/itens, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações;

8.8.1. Serão recusados os objetos/itens inutilizáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

8.8.2. Os objetos/itens deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega;

8.9. Independente de aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade e segurança dos objetos/itens licitados em casos de defeitos de fabricação, pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo em casos de uso indevido, acidente e desgaste natural.

8.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos/itens, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jauru para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de RP em duas vias, de igual teor.

Jauru, 18 de maio de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

A.A. COMERCIO DE VARIEDADES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ sob o nº 29.714.475/0001-21

ARUANAS INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o nº 40.735.739/0001-66

GOMES COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI

CNPJ sob o nº 11.607.429/0001-68

L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES - EPP

CNPJ sob o nº 22.328.534/0001/84

LEILA ALVES CORDEIRO LUSA

CNPJ sob o nº 44.227.505/0001-69

MAXXI COMERCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS EIRELI,

CNPJ sob o nº 15.162.981/0001-40

MIPA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-ME

CNPJ sob o nº 31.872.648/0001-81

NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o nº 10.820.186/0001-89

OLMI INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o nº 00.789.321/0001-17

V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA-ME

CNPJ sob o nº 05.808.979/0001-42

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022

No dia 18 de maiodo ano de 2022, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU, Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **Valdeci José de Souza**, resolve **ADJUDICAR,** bem como **HOMOLOGAR** o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022, tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme informações abaixo:

FORNECEDOR: A.A. COMERCIO DE VARIEDADES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 29.714.475/0001-21: Total R$ 125.981,00 (CENTO E VINTE CINCO MIL NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS)

FORNECEDOR: ARUANAS INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 40. 735.739/0001-66: Total R$ 251.874,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS)

FORNECEDOR: GOMES COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ sob o nº 11.607.429/0001-68: **Total R$ 29.835,00 (VINTE E NOVE MIL OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)**

FORNECEDOR: L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES – EPP, CNPJ sob o nº 22.328.534/0001/84: R$ 78.275,00 (CENTO E OITENTA MIL E DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)

FORNECEDOR: LEILA ALVES CORDEIRO LUSA, CNPJ sob o nº 44. 227.505/0001-69: Total R$ 70.785,74 (SETENTA MIL SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

FORNECEDOR: MAXXI COMERCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS EIRELI, CNPJ sob o nº 15.162.981/0001-40: TOTAL R$ 4. 900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS)

FORNECEDOR: MIPA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-ME, CNPJ sob o nº 31.872.648/0001-81: Total R$ 29.760,00 (VINTE E NOVE MIM SETECENTOS E SESSENTA REAIS)

FORNECEDOR: NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o nº 10.820.186/0001-89: Total R$ 63.107,50 (sessenta e três mil cento e sete reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: OLMI INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 00.789. 321/0001-17: Total R$ 43.800,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS)

FORNECEDOR: V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA-ME, CNPJ sob o nº 05.808.979/0001-42: Total R$ 27.150,00 (VINTE E SETE MIL CENTO E CINQUENTA REAIS)

Jauru, 18 de maio de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 192/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominada CONTRATANTE e de outro lado o Srª. **JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 28.447.559-2 SSP/SP, e CPF nº 294.944. 908-51, residente e domiciliada na Rua Jose Olavo Gonçalves, n°391 N – Centro, nesta cidade de JUARA-MT, a seguir chamada de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **ESPECIALISTA EM SAUDE/ODONTOLOGO** na qualidade de servidor temporário regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Muni-

cípio de Juara, Lei Municipal n°2.552/2015 e Lei Municipal n°2.914/2021, que dispõe sobre contratação;

1.2 - Os serviços serão prestados no **ESF JARDIM AMERICA,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Saúde;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações do contratado

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 07/04/2022 a 31/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias;

2.2 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso da contratada descumprir quaisquer de suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 3.980,62 (três mil novecentos e oitenta reais e sessenta dois centavos) mensais, a serem pagos na mesma época dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 (quarenta) horas semanais;

4.2 – Os serviços deverão ser prestados nos horários das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas;

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em LEI a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

09.	- Secretaria Municipal de Saúde
09.03 09.03.04 09.03.04.07	- Departamento Gestão Administrativa - Divisão de Saúde Coletiva - Setor de Unidade de ESF – Estratégia Saúde da Família
2365 - **517**	- Ampliação, Acesso e Melhorias – Atenção Primaria/ESFs
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos ao Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 - São obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 07 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA

Prefeito Municipal Contratada

Márcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº196/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **LEIDYLAINE DA SILVA CLEMENTE BARROS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2588803-0 SSP/MT, e CPF nº 041.768.481-97 residente e domiciliada na Rua Uruguai, n°471 N – Jardim América, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Jardim Califórnia,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 14/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica- Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 14 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA LEIDYLAINE DA SILVA CLEMENTE BARROS

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº197/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **LUCIANA VINUTO LIMA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1600973-8 SSP/MT, e CPF nº 007.421.421-75 residente e domiciliada na Rua Monteiro Lobato, n°756 N – Jardim Itália, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Presidente Costa e Silva,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 14/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica- Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 14 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA LUCIANA VINUTO LIMA

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº198/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **LEILIANE MARQUES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 166227962 SSP/MT, e CPF nº 012.142.351-40 residente e domiciliada na Rua Santa Helena, n°90 S – Jardim Santa Helena, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na Creche **Municipal Inácio Luiz do Nascimento,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 14/04/2022 a 22/05/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. Creche
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 14 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA LEILIANE MARQUES

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº199/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **ELAINE DE FATIMA GONÇALVES CORREA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2076756-0 SSP/MT, e CPF nº 036.031.931-99 residente e domiciliada na Rua Costa Rica, n°651 N – Jardim América, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Cantinho Mágico,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 14/04/2022 a 17/05/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. Creche
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 14 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA ELAINE DE FATIMA GONÇALVES CORREA

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº200/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **AMANDA PIERETTI SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3318534-4 SSP/MT, e CPF nº 060.578.771-95 residente e domiciliada na Estrada Pedro Damião, KM15 – zona rural, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 14/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica- Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 14 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA AMANDA PIERETTI SILVA

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº201/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **VALERIA GREIN,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2297300-1 SSP/MT, e CPF nº 039.869.451-64 residente e domiciliada na Rua Porangaba, n°1219 E – Residencial Bandeirantes, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Jardim California,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 14/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica- Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 14 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA VALERIA GREIN

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº202/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **FRANCIELE DE SOUSA NASCIMENTO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2570952-6 SSP/MT, e CPF nº 047.291.901-65 residente e domiciliada na Rua Paraguaçu Paulista, lote 17, quadra 01 – Parque Alvorada, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal

2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2.807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 18/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica- Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 18 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA FRANCIELE DE SOUSA NASCIMENTO

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº204/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **ROSA GONÇALVES ZANELLA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1450720-0 SSP/SP, e CPF nº 836.419.801-78 residente e domiciliada na Rua Riva, n°202 – Jardim Paranaguá, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor Nível Superior/Pedagogia** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2. 807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Maria Malfacini Riva,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 18/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/Pre-Escola
2308 -368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. Pre Escola
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 18 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA ROSA GONÇALVES ZANELLA

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº205/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **MARIA APARECIDA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1650530-1 SSP/MT, e CPF nº 910.313.541-15 residente e domiciliada na Rua Canopus, n°2337 S – Cruzeiro do Sul, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor Nível Superior/Pedagogia** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2. 807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 18/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 18 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA MARIA APARECIDA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº206/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **EDLEIA NOVAIS DE SOUZA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2439458-0 SSP/BA, e CPF nº 757.128.301-91 residente e domiciliada na Rua Deovanis de Siqueira, n°222 – Jardim Eldorado, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor Nível Superior/Pedagogia** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2. 807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Pingo de Gente,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 18/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/Pre-Escola
2308 -368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. Pre Escola
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 18 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA EDLEIA NOVAIS DE SOUZA

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº207/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **GRACI APARECIDA IGNACIO SOARES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1200430-8 SSP/MT, e CPF nº 311.930.991-53 residente e domiciliada na Rua Riva, n°206 S – Jardim Paranaguá, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor Nível Superior/Pedagogia** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2. 807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Rui Barbosa,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 18/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/Pre-Escola
2308 -368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. Pre Escola
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 18 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA GRACI APARECIDA IGNACIO SOARES

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº208/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sra. **ELIANE TEREZINHA KLEIN,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1035482-4 SSP/MT, e CPF nº 935.382.781-72 residente e domiciliada no Sitio São Luiz, KM45 – Estrada Rodolfo Ferro, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADA na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor Nível Superior/Pedagogia** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.720 de 14/11/2018 e Lei Municipal nº 2. 807 de 16/12/2019, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Escola Municipal Santo Antonio,** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 18/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 (trinta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 18 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA ELIANE TEREZINHA KLEIN

Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº211/2022

Contrato de trabalho por prazo determinado que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N, Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o Sr. **ROBSON FERNANDO CACCIA,** brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 2685198-9 SSP/MT, e CPF nº 056.857.781-71 residente e domiciliado na Rua João Pessoa, n°516 N - Aeroporto, na cidade de Juara, a seguir chamada de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Técnico em Informática** na qualidade de servidor temporário regido pela Lei Municipal 2.983 de 29/03/2022, que dispõe sobre contratação temporária de excepcional interesse público;

1.2 - Os serviços serão prestados na **Secretaria Municipal de Educação (sede Administrativa/Recursos Humanos),** sob a coordenação e determinação da Secretaria Municipal de Educação;

1.3 – Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância às Cláusulas deste contrato, principalmente no tocante às obrigações da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

2.1 – O prazo do presente contrato é de 26/04/2022 a 16/12/2022, e em hipótese alguma cria vínculo empregatício entre contratante e contratada, inclusive verbas rescisórias, nos termos do §13 do artigo 40 da Constituição Federal;

2.2 – Não se aplica estabilidade ao contratado oriundo deste termo, (art. 6º, Lei 2720 de 14/11/2018);

2.3 – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo contratante no caso de o contratado descumprir quaisquer de suas cláusulas, ou caso desnecessário o serviço, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público e os ditames da Legislação pertinente a contratação temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.842,68 (um mil oitocentos e quarenta dois reais e sessenta oito centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados nos horários determinados pela Secretaria de Educação, nos limites legais; nos turnos Matutino ou Vespertino conforme organização e atendimento da Proposta da Unidade Escolar.

4.2 – A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 (quarenta) horas semanais, devendo para os efeitos contratuais e legais, a critério da Secretaria de Educação, serem considerados conforme a necessidade dos serviços.

4.3 - Desempenharão suas funções no Ano Letivo de 2022 em conformidade com Calendário Escolar em atendimento a Proposta Pedagógica da Unidade a qual está contratado (a).

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 – A contratante deverá efetuar sobre a remuneração da contratada todos os descontos previstos em Lei a favor do Regime Geral de Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.01	Departamento de Recursos Humanos
2326 -275	Gestão Administrativa da Secretaria de Educação/ Recurso Humanos
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 – Fica a parte contratada desde já obrigado ao exercício da Função Pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Efetivos, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos na legislação correspondente aos servidores efetivos (PCCS e Estatuto dos Servidores);

7.1.1 – São ainda obrigações da contratada para a execução do presente contrato:

7.1.1.2 – Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho.

7.1.1.3 – Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado.

7.1.1.4 - Comunicar com antecedência ao Chefe imediato, a falta ao trabalho com justificativa fundamentada:

7.1.1.5 – Seguir as orientações emanadas da contratante por intermédio do Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro da comarca do Município de Juara, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Juara-MT., 26 de Abril de 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA ROBSON FERNANDO CACCIA

Prefeito Municipal Contratado

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Mun. de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2022.

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2022.

A Câmara Municipal de Juara, através da Comissão Permanente de Licitação, informa que o Presidente deste Poder Legislativo **Ratifica** a Dispensa nº 003/2022 para Contratação da empresa MPX Brasil Soluções Web Ei-

reli, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 14.728.0004/0001-03, com sede na Rua Guanabara nº 256, Bairro Residencial Ipanema, Sinop/MT, Cep 78.555-563. **Objeto:** 1. Serviço de desenvolvimento, treinamento e implantação da Carta de Serviços ao Usuário, conforme Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 e da Ouvidoria online para o Poder Legislativo. 2. Prestação de serviços de manutenção, hospedagem e suporte técnico para a Carta de Serviços ao Usuário e da Ouvidoria online do Poder Legislativo. Com valor global estimado de R$ R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). De acordo com o disposto no art. 24, inciso II da Lei Federal n 8. 666, de 21 de junho de 1993 c/c artigo 1º do Decreto Federal nº 9.412/ 2018 e os artigos 1º e 2º da Lei Municipal 2.716, de 10 de outubro de 2018.

Maiores informações pelo telefone (66) 3556-1260.

Juara-MT, 17 de maio de 2022.

Fabiane Pereira

Presidente Comissão de Licitação

Poder Legislativo – Juara-MT

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 033/2022 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 204/2022, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 204/2022, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 033/2022, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 17/05/2022, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futuro e Eventual Aquisição de Materiais de Pinturas, em atendimento a Secretaria Municipal de Cidades,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedora** a empresa: **PIOVEZAN DE SOUZA E CIA LTDA - EPP,** inscrita com CNPJ nº 09.248.454/0001-50, sendo vencedora com Valor Global de **R$ 45.884,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais).**

Juara –MT, 18 de maio de 2022.

Luís Carlos Correia Valdinei Holanda Moraes

Pregoeiro Oficial Prefeito Interino

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
RESUMO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N.º 001/2022

Resumo do Segundo Termo de Apostilamento do Contrato N.º 001/ 2022

Contratante: **Câmara Municipal de Juar**a situada na **Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S**, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.476.682/0001-00, na cidade de Juara, no Estado de Mato Grosso.

Contratado: **AUTO POSTO ARINOS LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.798.923/0001-54, com sede na Avenida Rio Arinos, n.º 968-W, Centro, CEP: 78.575-000, na cidade de Juara – Estado de Mato Grosso

Objeto: A presente apostila refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro com alteração de valor dos itens contidos no Contrato 001/2022 com empresa especializada em fornecimento do Combustível (Diesel S10 e Gasolina Comum) para os Veículos que compõe a frota do Poder Legislativo Municipal, pactuado em Contrato, devidamente autorizado pelo Presidente.

Data Inicio do Reajuste de Preço : 18/05/2022.

ITEM REEQUILIBRADO:

Gasolina Comum - Litro R$ 7,55 - Petrobrás

Diesel S10 - Litro R$ 7,33 - Petrobrás

ADMINISTRAÇÃO
DISTRATOS/2022

DISTRATO Nº. 019/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado o Sr. **MAIRO BERNARDI SERRA,** brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 2200711-3 SSP/MT e CPF nº 043.459. 051-76, que exercia a função de **ESPECIALISTA SAUDE/ODONTOLOGO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, residente e domiciliado na Rua Antonio Schwab, n°342 N – São João, nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°001/2022, datado em 03/01/2022, que o mesmo, torna-se rescindido por parte do contratado a partir de 01/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

MAIRO BERNARDI SERRA

Contratado

DISTRATO Nº. 020/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado a Sra. **SONIA LIMA FERNANDES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1060808-7 SJ/MS e CPF nº 837.121. 351-49, que exercia a função de **PROFESSOR,** junto a Secretaria Municipal de Educação, residente e domiciliada na Rua Araçuaí, n°214 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°070/2022, datado em 07/02/2022, que o mesmo, torna-se rescindido por parte do contratado a partir de 01/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

SONIA LIMA FERNANDES

Contratada

DISTRATO Nº. 021/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Cen-

tro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado a Sra. **JULIANA NUNES PEDRO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 001.745.447 SSP/MS e CPF nº 036. 021.991-85, que exercia a função de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, residente e domiciliada na Rua Marilia, n°354 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°099/2022, datado em 10/02/2022, que o mesmo, torna-se rescindido por parte da contratante a partir de 01/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

JULIANA NUNES PEDRO

Contratada

DISTRATO Nº. 022/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado a Sra. **ANA CLAUDIA DOS SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1930491-9 SSP/MT e CPF nº 022. 244.491-60, que exercia a função de **PROFESSOR,** junto a Secretaria Municipal de Educação, residente e domiciliada na Rua Marilia – Jardim Planalto, nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°072/2022, datado em 07/02/2022, que o mesmo, torna-se rescindido por parte do contratado a partir de 05/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 05 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA DOS SANTOS

Contratada

DISTRATO Nº. 023/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado a Sra. **ADELAINE MELOTTO TABORDA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 19953496 SSP/MT e CPF nº 030. 357.371-69, que exercia a função de **PROFESSOR,** junto a Secretaria Municipal de Educação, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu Paulista, n°2103 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°071/2022, datado em 07/02/2022, que o mesmo, torna-se rescindido por parte do contratado a partir de 11/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 11 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

ADELAINE MELOTTO TABORDA

Contratada

DISTRATO Nº. 024/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado a Sra. **ANA MARIA DANTAS DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1475663-3 SSP/MT e CPF nº 003. 186.911-40, que exercia a função de **PROFESSOR,** junto a Secretaria Municipal de Educação, residente e domiciliada na Rua das Acácias, n°424 – Jardim Floresta, nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°100/2022, datado em 10/02/2022, que o mesmo, torna-se rescindido por parte do contratado a partir de 12/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 12 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

ANA MARIA DANTAS DA SILVA

Contratada

DISTRATO Nº. 025/2022

Pelo presente instrumento particular de Distrato, entre a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Niterói Nº 81 N - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **CARLOS AMADEU SIRENA** e do outro lado a Sra. **IZABEL DAS DORES DE OLIVEIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2267089-0 SSP/MT e CPF nº 041.299.931-51, que exercia a função de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, residente e domiciliada na Rua Argentina, n°482 – Jardim América nesta cidade de Juara-MT.

Resolvem: de acordo com a segunda clausula do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n°124/2021, datado em 01/12/2021, que o mesmo, torna-se rescindido por parte do contratado partir de 18/04/2022.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Juara-MT, 18 de Abril de 2022

MARCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

IZABEL DAS DORES DE OLIVEIRA

Contratada

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVOS ABRIL/2022

T E R M O A D I T I V O Nº 070/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº071/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ADELAINE MELOTTO TABORDA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 19953496 SSP/MT e CPF 030.357.371-69, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu Paulista, n°2103 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 071/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ADELAINE MELOTTO TABORDA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 071/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº135/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ADELIANE TOMAZ DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 001400677 SSP/MS e CPF 011.263.431-10, residente e domiciliada na Rua Helio Muchalak, n°495 E – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 135/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ADELIANE TOMAZ DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 072/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº072/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANA CLAUDIA DOS SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1930491-9 SSP/MT e CPF 022.244.491-60, residente e domiciliada na Rua Marilia – Jardim Planalto, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 072/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANA CLAUDIA DOS SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 073/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº085/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANA CRISTINA WIEBBELLING DE OLIVEIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 24124001-0 SSP/MT e CPF 047.270.141-06, residente e domiciliada na Rua Otaviano de Oliveira – Santa Antonieta, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum

acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 073/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANA CRISTINA WIEBBELLING DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 074/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº100/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANA MARIA DANTAS DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1475663-3 SSP/MT e CPF 003.186.911-40, residente e domiciliada na Rua das Acácias, n°424 – Jardim Floresta, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 100/2022 firmado em 10/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANA MARIA DANTAS DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 075/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº064/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANNY CAROLINE BELLEZE,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2576219-2 SSP/MT e CPF 054.011.541-00, residente e domiciliada na Rua Costa Rica n°401 N – Jardim América, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 064/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANNY CAROLINE BELLEZE Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 076/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº141/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ARIANNE ROSSETE GONÇALVES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2467022-7 SSP/MT e CPF 049.639.281-67, residente e domiciliada na Rua Chapuri, n°272 N – Porto Seguro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 141/2022 firmado em 04/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ARIANNE ROSSETE GONÇALVES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 077/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº142/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CARMEN CANDIDO**, brasileira, portadora da cédula de

Identidade nº 3378605-4 SSP/MT e CPF 581.001.721-53, residente e domiciliada na Rua Dez, s/n° – Jardim Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 142/2022 firmado em 07/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CARMEN CANDIDO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 078/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº073/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CAROLINA BARBOSA DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2703879-3 SSP/MT e CPF 054.530.071-17, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, n°259 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 073/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CAROLINA BARBOSA DE SOUZA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

E R M O A D I T I V O Nº 079/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº139/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2430155-8 SSP/MT e CPF 047.570.701-01, residente e domiciliada na Rua Vitoria, n°2123 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 139/2022 firmado em 04/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLAUDIA DE OLIVEIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 080/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº086/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLAUDIANE DA SILVA BUENO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1417114-7 SSP/MT e CPF 028.702.291-94, residente e domiciliada na Rua Alpha, n°2148 S – Cruzeiro do Sul, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 086/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLAUDIANE DA SILVA BUENO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 081/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº133/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita

à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLEIDE FERREIRA DE ASSUNÇAO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1434634-6 SSP/MT e CPF 924.012.521-34, residente e domiciliada na Rua Bauru, n°719 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 133/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLEIDE FERREIRA ASSUNÇÃO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

E R M O A D I T I V O Nº 082/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº087/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ELISA MARIA RODRIGUES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2057162-3 SSP/MT e CPF 900.092.071-04, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, n°670 N – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 087/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ELISA MARIA RODRIGUES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 083/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº074/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **EMILLY ANDRESSA DA SILVA TOMADON**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2807630-3 SSP/MT SSP/MT e CPF 061.092.471-03, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu, n°1568 S – Jardim Primavera, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 074/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA EMILLY ANDRESSA DA SILVA TOMADON Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 084/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº088/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **FABIANA APARECIDA MACHADO GUIMARAES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1499301-5 SSP/MT SSP/MT e CPF 980.579.441-53, residente e domiciliada na Rua das Oliveiras – Distrito de Aguas Claras, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 088/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA FABIANA APARECIDA MACHADO GUIMARAES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 085/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº101/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **FERNANDA CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2301699-0 SSP/MT e CPF 042.263.281-32, residente e domiciliada na Rua Bari, n°726 N – Jardim Itália, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 101/2022 firmado em 10/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA FERNANDA CRISTINA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 086/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº089/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2267468-3 SSP/MT e CPF 045.821.561-93, residente e domiciliada na Rua Xapori, n°199 N – Porto Seguro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 089/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 087/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº090/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sr. **GIOVANO GOTARDO**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 3527538-3 SSP/MT e CPF 935.897.191-68, residente e domiciliado na Estrada Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratado para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 090/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará ao contratado pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA GIOVANO GOTARDO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 088/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº092/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JESSICA NAIARA DA SILVA NOGUEIRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2513203-23 SSP/MT e CPF 051.278.261-00, residente e domiciliada na Rua Monteiro Lobato, n°782 N – Jardim Itália, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 092/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JESSICA NAIARA DA SILVA NOGUEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 089/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº160/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JESSICA TORRES RODRIGUES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2298561-1 SSP/MT e CPF 041.768.271-90, residente e domiciliada na Estrada do Guri, KM 02 – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 160/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JESSICA TORRES RODRIGUES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 090/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº075/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JOANIELE PEDRO DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2413515-1 SSP/MT e CPF 050.130.191-02, residente e domiciliada na Estrada Antônio Julião dos Santos – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 075/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JOANIELE PEDRO DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 091/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº093/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JOICE TEODORO DE ASSUNÇÃO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1013161-2 SSP/MT e CPF 761.030.131-00, residente e domiciliada na Rua da Vitoria, n°2147 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 093/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JOICE TEODORO DE ASSUNÇAO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 092/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº134/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LETICIA APARECIDA FIGUEIRA PELEGRINI,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2410766-2 SSP/MT e CPF 042.070.791-30, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro – Distrato de Paranorte, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 134/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LETICIA APARECIDA FIGUEIRA PELEGRINI Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 093/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº138/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LETICIA DAHIANE BERTON OLIVEIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2301600-0 SSP/MT e CPF 041.765.931-80, residente e domiciliada na Rua Orivaldo Alves dos Santos n°144 E – Jardim Califórnia, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 138/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LETICIA DAHIANE BERTON OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 094/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº107/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LUCINETE BATISTA DA CUNHA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1819844-9 SSP/MT e CPF 016.940.711-03, residente e domiciliada na Estrada do Barbosinha – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 107/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LUCINETE BATISTA DA CUNHA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 095/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº137/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARCIELI VENANCIO PINHEIRO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1680345-0 SSP/MT e CPF 011.630.381-64, residente e domiciliada na Avenida Vitoria, n°221 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 137/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARCIELI VENANCIO PINHEIRO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 096/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº066/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARIA CASSIA SOARES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2629988-7 SSP/MT e CPF 053.743.585-96, residente e domiciliada na Avenida Brasil – Distrito Paranorte – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 066/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARIA CASSIA SOARES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 097/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº150/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARIANA DA SILVA TOMADON,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2588777-7 SSP/MT e CPF 054.496.101-30, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu Paulista, n°1568 – Jardim Santa Maria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 150/2022 firmado em 14/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARIANA DA SILVA TOMADON Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 098/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº136/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **NADIA MARIA DE SOUSA MILESKI,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2369570-6 SSP/MT e CPF 596.840.382-91, residente e domiciliada na Rua Rio Branco, n°1281 E – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 150/2022 firmado em 14/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA NADIA MARIA DE SOUSA MILESKI Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 099/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº094/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sr. **REGINALDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 15942490 SSP/MT e CPF 009.609.231-95, residente e domiciliado na Rua Corumbá, n°89 W - Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratado para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 094/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará ao contratado pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA REGINALDO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 100/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº067/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **RENATA DILENBURG DELGADO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2557865-0 SSP/MT e CPF 053.190.521-70, residente e domiciliada no Distrito Paranorte – Zona Rural, nesta cidade de

Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 067/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA RENATA DILENBURG DELGADO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 101/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº068/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 17794820 SSP/MT e CPF 031.494.891-05, residente e domiciliada na Rua Helio Sguario Muchalak, Q7 LT18 – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 068/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 102/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº069/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSELI LIMA DE OLIVEIRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1513994-8 SSP/MT e CPF 000.492.771-03, residente e domiciliada no Sitio Shalom Adonai, KM 178 – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 069/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSELI LIMA DE OLIVEIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 103/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº102/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSENILDA APARECIDA CORREIA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 16566449-1 SSP/MT e CPF 011.253.161-01, residente e domiciliada na Fazenda Dona Florentina – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 102/2022 firmado em 10/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSENILDA APARECIDA CORREIA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 104/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº095/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/

0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROZI MARCIA PEREIRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1662581-1 SSP/MT e CPF 016.069.521-02, residente e domiciliada na Rua Uruguai, n°200 N – Jardim América, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 095/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROZI MARCIA PEREIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 105/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº113/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SANDRA APARECIDA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1417383-2 SSP/MT e CPF 001.858.221-42, residente e domiciliada na Rua Tancredo Neves, n°32 S – Jardim Planalto, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 113/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SANDRA APARECIDA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 106/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº114/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SILVIA JURACI NOVACOWKSI DE ANDRADE,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 13100928-6 SSP/MT e CPF 013.123.701-22, residente e domiciliada na Rua Brasil – Distrito de Paranorte – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 114/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SILVIA JURACI GATTI NOVACOWSKI DE ANDRADE Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 107/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº132/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SIMONI SANTOS DO NASCIMENTO ROCHA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 20766204-6 SSP/MT e CPF 038.617.541-18, residente e domiciliada na Rua Felicidade, n°336 S, Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 132/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SIMONI SANTOS DO NASCIMENTO ROCHA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 108/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº070/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SONIA LIMA FERNANDES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1060808-7 SJ/MS e CPF 837.121.351-49, residente e domiciliada na Rua Araçuaí, n°214 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 070/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SONIA LIMA FERNANDES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 109/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº096/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **VERINALDA DE QUEIROZ LIMA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2134938-0 SSP/MT e CPF 033.459.231-30, residente e domiciliada na Estrada Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 096/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA VERINALDA DE QUEIROZ LIMA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 110/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº115/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **WILMA GOMES DA SILVA SOUZA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1335881-2 SSP/MT e CPF 875.541.861-91, residente e domiciliada na Rua Fragnam, n°324 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 115/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: A contratante pagará a contratada pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$4.326,33 (quatro mil trezentos e vinte seis reais e trinta três centavos) mensais, a serem pagos de acordo com a disponibilidade financeira mensal do município, podendo ser paga na mesma data dos demais servidores.

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 01 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA WILMA GOMES DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 111/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº108/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ALDENICE FERNANDA GOMES DOS SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1852184-3 SSP/MT e CPF 018.657.361-80, residente e domiciliada na Estrada Pantaneira, KM05 – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 108/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ALDENICE FERNANDA GOMES DOS SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 112/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº116/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ALEXIA HARROTE RECH,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2698358-3 SSP/MT e CPF 059.386.381-00, residente e domiciliada na Rua João Pessoa, n°289 N – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 116/2022 firmado em 15/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ALEXIA HARROTE RECH Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 113/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº023/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 336207104 SSP/SP e CPF 019.842.231-86, residente e domiciliada na Rua Jorge Amado, n°477 N – São João, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 023/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 114/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº041/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **DANIELLE REIFUR SCHORNOBAY,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3119848-1 SSP/MT e CPF 060.563.681-81, residente e domiciliada na Rua Emerstino Cecílio, n°140 W – Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 041/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA DANIELLE REIFUR SCHORNOBAY Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 115/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº036/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **DANIELLY VIVIAN BEZERRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2917737-5 SSP/MT e CPF 060.797.161-43, residente e domiciliada na Fazenda Monte Azul, KM 72 – Estrada da Balsa, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 036/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA DANIELLY VIVIAN BEZERRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 116/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº043/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **DENIZE NARCISO DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2247426-9 SSP/MT e CPF 039.098.501-54, residente e domiciliada na Rua Estrela Dalva – Cruzeiro do Sul, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 043/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA DENIZE NARCISO DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 117/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº044/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **DIVINA DOS SANTOS CARVALHO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1215230-7 SSP/MT e CPF 983.202.381-53, residente e domiciliada na Rua Margaridas, n°422 N – Portal das Flores, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 044/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA DIVINA DOS SANTOS CARVALHO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 118/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº033/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **EDENILZA DA SILVA SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1215890-9 SSP/MT e CPF 977.897.471-34, residente e domiciliada na Sitio Estrela, KM 150 - Estrada Rural Juara/Juruena – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta

do Contrato de Trabalho Nº 033/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA EDENILZA DA SILVA SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 119/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº034/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **IAILA OLIVEIRA DE ARAUJO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 488911-8 SSP/MT e CPF 045.989.142-11, residente e domiciliada na Catuai – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 034/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA IAILA OLIVEIRA DE ARAUJO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 120/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº054/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARIA ANGELICA WEIS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1198756-1 SSP/MT e CPF 010.103.901-80, residente e domiciliada na Rua Coimbra, n°33 W – Jardim Vitoria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 054/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARIA ANGELICA WEIS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 121/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº056/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MICHELE DA SILVA RODRIGUES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2382864-1 SSP/MT e CPF 051.169.771-61, residente e domiciliada na Rua Taruma, n°1644 E – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 056/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MICHELE DA SILVA RODRIGUES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 122/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº117/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MICHELE FERNANDA GOVEA CAMARA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1310875-1 SSP/MT e CPF 913.160.491-91, residente e domiciliada na Rua 6, n°368 W – Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 117/2022 firmado em 15/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MICHELE FERNANDA GOVEA CAMARA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 123/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº057/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **NAIANI BELARMINO FREITAS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2993725-6 SSP/MT e CPF 070.307.291-96, residente e domiciliada na Rua 07, n°127 W – Jardim Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 057/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA NAIANI BELARMINO FREITAS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 124/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº030/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **PATRICIA MARIA DE QUEIROZ,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 62.398.867-7 SSP/SP e CPF 043.117.691-48, residente e domiciliada na Rua da Gloria, n°1693 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 030/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA PATRICIA MARIA DE QUEIROZ Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 125/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº122/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **POLIANA SIQUEIRA DOS ANJOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2728468-9 SSP/MT e CPF 061.019.541-70, residente e domiciliada na Rua Adelino Ferreira Rocha, n°354 S – Jardim Paranaguá, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 122/2022 firmado em 15/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA POLIANA SIQUEIRA DOS ANJOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 126/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº035/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **REGEENE BRAZ DOS SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3122226-9 SSP/MT e CPF 005.810.725-88, residente e domiciliada na Chácara Olivia do Vale – Estrada Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 035/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA REGEENE BRAZ DOS SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 127/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº112/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **REGIANE TORRENTE PINTO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1142972 SSP/RO e CPF 011.448.742-11, residente e domiciliada no Sitio Arco Iris, KM84, Lote 44 - Estrada Rio dos Peixes – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 112/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA REGIANE TORRENTE PINTO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 128/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº032/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ULIANI CRIS BELARMINO DO PRADO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2161145-9 SSP/MT e CPF 042.244.411-10, residente e domiciliada na Estrada Rural – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 032/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ULIANI CRIS BELARMINO DO PRADO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 129/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº063/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **VANIA EZIDIO DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade 6482547 PC/PA e CPF 017.261.472-40, residente e domiciliada na Rua Barbosa, n°462 N – São João, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 063/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA VANIA EZIDIO DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 130/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº064/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANNY CAROLINE BELLEZE,** brasileira, portadora da cédula de Identidade 2576219-2 SSP/MT e CPF 054.011.541-00, residente e domiciliada na Rua Costa Rica n°401 N – Jardim América, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 064/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANNY CAROLINE BELLEZE Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 131/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº101/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **FERNANDA CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2301699-0 SSP/MT e CPF 042.263.281-32, residente e domiciliada na Rua Bari, n°726 N – Jardim Itália, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 101/2022 firmado em 10/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA FERNANDA CRISTINA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 132/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº093/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JOICE TEODORO DE ASSUNÇÃO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1013161-2 SSP/MT e CPF 761.030.131-00, residente e domiciliada na Rua da Vitoria, n°2147 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 093/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JOICE TEODORO DE ASSUNÇAO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 133/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº066/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARIA CASSIA SOARES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2629988-7 SSP/MT e CPF 053.743.585-96, residente e domiciliada na Avenida Brasil – Distrito Paranorte – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 066/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARIA CASSIA SOARES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 134/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº094/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Sr. **REGINALDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 15942490 SSP/MT e CPF 009.609.231-95, residente e domiciliado na Rua Corumbá, n°89 W - Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratado para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 094/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA REGINALDO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratado

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 135/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº067/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/

0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **RENATA DILENBURG DELGADO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2557865-0 SSP/MT e CPF 053.190.521-70, residente e domiciliada no Distrito Paranorte – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 067/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA RENATA DILENBURG DELGADO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 136/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº068/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 17794820 SSP/MT e CPF 031.494.891-05, residente e domiciliada na Rua Helio Sguario Muchalak, Q7 LT18 – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 068/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 137/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº069/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSELI LIMA DE OLIVEIRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1513994-8 SSP/MT e CPF 000.492.771-03, residente e domiciliada no Sitio Shalom Adonai, KM 178 – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 069/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSELI LIMA DE OLIVEIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 138/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº102/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSENILDA APARECIDA CORREIA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 16566449-1 SSP/MT e CPF 011.253.161-01, residente e domiciliada na Fazenda Dona Florentina – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 102/2022 firmado em 10/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSENILDA APARECIDA CORREIA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 139/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº114/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SILVIA JURACI NOVACOWKSI DE ANDRADE,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 13100928-6 SSP/MT e CPF 013.123.701-22, residente e domiciliada na Rua Brasil – Distrito de Paranorte – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 114/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SILVIA JURACI GATTI NOVACOWSKI DE ANDRADE Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 140/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº096/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **VERINALDA DE QUEIROZ LIMA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2134938-0 SSP/MT e CPF 033.459.231-30, residente e domiciliada na Estrada Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 096/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA VERINALDA DE QUEIROZ LIMA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 141/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº115/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **WILMA GOMES DA SILVA SOUZA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1335881-2 SSP/MT e CPF 875.541.861-91, residente e domiciliada na Rua Fragnam, n°324 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Segunda do Contrato de Trabalho Nº 115/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA WILMA GOMES DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 142/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº037/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANA CLAUDIA NASCIMENTO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2495935-9 SSP/MT e CPF 060.735.631-67, residente e domiciliada na Rua Chile, n°609 N – Jardim América, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 037/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANA CLAUDIA NASCIMENTO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 143/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº038/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANA PAULA PIERETTI DOS SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2308025-6 SSP/MT e CPF 049.418.131-11, residente e domiciliada na Avenida Jose Alves Bezerra, n°374 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 038/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANA PAULA PIERETTI DOS SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 144/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº019/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **BENEDITA ROSA CRUZ VELLO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 0909177-7 SSP/MT e CPF 594.310.591-34, residente e domiciliada na Rua Bandeirantes, n°258 W – Jardim Santa Clara, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 019/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA BENEDITA ROSA DA CRUZ VELLO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 145/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº124/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **BRUNA MARIANO SCHMITZ,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2520164-6 SSP/MT e CPF 060.577.731-44, residen-

te e domiciliada na Rua Minas Gerais – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 124/2022 firmado em 21/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA BRUNA MARIANO SCHMITZ Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 146/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº086/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLAUDIANE DA SILVA BUENO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1417114-7 SSP/MT e CPF 028.702.291-94, residente e domiciliada na Rua Alpha, n°2148 S – Cruzeiro do Sul, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 086/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLAUDIANE DA SILVA BUENO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 147/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº020/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CARINA RAQUEL SANTANA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1.308.293 SSP/MT e CPF 720.085.125-68, residente e domiciliada na Rua Bauru, n°8 – Jardim Santa Maria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 020/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CARINA RAQUEL SANTANA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 148/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº022/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CECILIA GOMES DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 001353824 SSP/MS e CPF 005.649.941-89, residente e domiciliada na Rua São Geraldo, n°2201 S – Parque Kennedy, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 022/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CECILIA GOMES DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 149/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº125/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CINTIA SOARES SERRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2154233-3 SSP/MT e CPF 041.311.451-11, residente e domiciliada na Rua Milão, n°971 N – Jardim Itália, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura ou nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 125/2022 firmado em 21/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CINTIA SOARES SERRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 150/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº042/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **DANIELE FERNANDA NORONHA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2841738-0 SSP/MT e CPF 060.619.601-31, residente e domiciliada na Linha Barbosa - , Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 042/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA DANIELE FERNANDA NORONHA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 151/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº109/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **EDNA MARIA DE SOUZA SANTANA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1578226-3 SSP/MT e CPF 721.496.471-68, residente e domiciliada na Rua Vanderlei Rodrigues Furtado, n°2257 S – Cruzeiro do Sul, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 109/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA EDNA MARIA DE SOUZA SANTANA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 152/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº024/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ELIANDRA BENTO DA SILVA LIMA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2497219-3 SSP/SP e CPF 065.512.871-90, residente e domiciliada na Rua Fragnan, n°388 N – Jardim São João, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 024/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ELIANDRA BENTO DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 153/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº025/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ELIZA DE SOUSA REZENDE**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 18414680 SSP/MT e CPF 020.719.511-07, residente e domiciliada na Rua Tupinamba n°279 S – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 025/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ELIZA DE SOUSA REZENDE Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 154/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº110/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ENI APARECIDA PEREIRA ARAUJO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1215410-5 SSP/MT e CPF 987.956.191-00, residente e domiciliada na Rua Fragnan, n°254 N – São João, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 110/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ENI APARECIDA PEREIRA ARAUJO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 155/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº047/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **GENEVA INACIO DA SILVA COLINSQUE**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1713226-6 SSP/MT e CPF 013.215.191-09, residente e domiciliada na Rua Mauricio Venâncio da Silva, n°613 W – Jardim Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 047/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA GENEVA INACIA DA SILVA COLINSQUE Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 156/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº048/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **GISELE APARECIDA CALMON**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1417150-3 SSP/MT e CPF 898.920.461-53, residente e domiciliada na Rua Helio Sguario Muchalak, n°237 E, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 048/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA GISELE APARECIDA CALMON Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 157/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº050/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ISABELA MASSIMO MORAES DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3016586-5 SSP/MT e CPF 054.835.621-19, residente e domiciliada na Rua das Itaubas, n°515 E – Jardim Floresta, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 050/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ISABELA MASSIMO MORAES DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 158/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº026/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **IVANI CAIRES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1582513-2 SSP/MT e CPF 009.648.051-38, residente e domiciliada na Rua Dona Maria Leopoldina – Jardim São João, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 026/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA IVANI CAIRES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 159/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº049/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **IZABEL CAIRES SANTINONI**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1417179-1 SSP/MT e CPF 013.294.111-29, residente e domiciliada na Rua Porto Alegre, n°573 – Jardim Primavera, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 049/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA IZABEL CAIRES SANTINONI Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 160/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº121/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª.**JAQUELINE APARECIDA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1945199-7 SSP/MT e CPF 018.098.501-93, residente e domiciliada na Rua 10 – Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 121/2022 firmado em 15/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JAQUELINE APARECIDA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 161/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº120/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JHULLY MILLENY DE ALMEIDA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2010899-0 SSP/MT e CPF 023.944.871-51, residente e domiciliada na Rua Tocantins n°389 N – Porto Seguro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil I**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 120/2022 firmado em 15/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JHULLY MILLENY DE ALMEIDA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 162/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº123/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita

à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **KATIA LETICIA CAVALCANTE DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2463997-4 SSP/MT e CPF 039.704.081-48, residente e domiciliada na Rua Mogno, n°328 E – Jardim Flamboyant, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil I**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 123/2022 firmado em 21/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA KATIA LETICIA CAVALCANTE DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 163/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº051/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LETICIA FRANCICHINI TONDIM**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2666915-3 SSP/MT e CPF 058.189.991-14, residente e domiciliada na Rua Corumbá, n°90 W – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil I**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 051/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LETICIA FRANCISCHINI TONDIM Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 164/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº052/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LUANA ALVES DE ASSUNÇÃO FARIAS**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2717946-0 SSP/MT e CPF 027.550.511-16, residente e domiciliada na Rua das Guianas, n°350 N – Jardim América, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil I**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 052/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LUANA ALVES DE ASSUNÇÃO FARIAS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 165/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº027/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARICELIA DO NASCIMENTO FERREIRA DE ALMEIDA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1434512-9 SSP/MT e CPF 016.031.891-22, residente e domiciliada na Rua Concordia, n°1290 S – Jardim Santa Maria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 027/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARICELIA DO NASCIMENTO FERREIRA DE ALMEIDA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 166/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº055/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARLENE ZANOVELLO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1434747-4 SSP/MT e CPF 945.695.921-04, residente e domiciliada na Rua Orivaldo Alves dos Santos, n°157 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 055/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARLENE ZANOVELLO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 167/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº028/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª**MELLYANE CRISTINA PEREIRA AMSTALDEN**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 7.372.596-8 SSP/PR e CPF 044.708.849-10, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, n°144 N – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 028/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MELLYANE CRISTINA PEREIRA AMSTALDEN Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 168/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº111/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **PAMELA DA SILVA KELLER COELHO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1907648-7 SSP/MT e CPF 030.441.381-08, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu Paulista – Jardim Santa Maria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 111/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA PAMELA DA SILVA KELLER COELHO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 169/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº029/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª**PATRICIA CRISTINA PINHEIRO DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2840902-7 SSP/MT e CPF 060.667.071-83, residente e domiciliada na Rua Capinaua – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 029/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA PATRICIA CRISTINA PINHEIRO DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 170/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº118/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **PATRICIA MARTINS HORNICH**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1841701-9 SSP/MT e CPF 024.639.511-76, residente e domiciliada na Rua Deovanis de Siqueira, n°312 e – Jardim Eldorado, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 118/2022 firmado em 15/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA PATRICIA MARTINS HORNICH Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 171/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº031/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **PATRICIA OLIVEIRA COLARES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2200170-0 SSP/MT e CPF 036.700.461-51, residente e domiciliada na Rua 8 – Jardim Santa Terezinha, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 031/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA PATRICIA OLIVEIRA COLARES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 172/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº076/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROSA MARIA BARBOSA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1413635-0 SSP/MT e CPF 939.635.211-04, residente e domiciliada na Rua Chapori – Porto Seguro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 076/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROSA MARIA BARBOSA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 173/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº060/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SAMARA PINTO DOS REIS**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2060536-6 SSP/MT e CPF 029.281.091-10, residente e domiciliada na Rua Porangaba, n°1150 E – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 060/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SAMARA PINTO DOS REIS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 174/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº061/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **TALITHA CRISTINI COSTA DOS SANTOS**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3243259-3 SSP/MT e CPF 067.555.461-60, residente e domiciliada na Rua Mauricio Venâncio da Silva, n°640 W – Jardim Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 061/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA TALITHA CRISTINI COSTA DOS SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 175/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº062/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **VANESSA FRIZZERA DAS CHAGAS**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2734681-1 SSP/MT e CPF 060.579.741-23, residente e domiciliada na Rua São Luiz, n°222 E – Jardim Califórnia, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 062/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA VANESSA FRIZZERA DAS CHAGAS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 176/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº085/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANA CRISTINA WIEBBELLING DE OLIVEIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 24124001-0 SSP/MT e CPF 047. 270.141-06, residente e domiciliada na Rua Otaviano de Oliveira – Santa Antonieta, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 073/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANA CRISTINA WIEBBELLING DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 178/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº087/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ELISA MARIA RODRIGUES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2057162-3 SSP/MT e CPF 900.092.071-04, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, n°670 N – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 087/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ELISA MARIA RODRIGUES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 179/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº088/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **FABIANA APARECIDA MACHADO GUIMARAES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1499301-5 SSP/MT SSP/MT e CPF 980.579.441-53, residente e domiciliada na Rua das Oliveiras – Distrito de Aguas Claras, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 088/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA FABIANA APARECIDA MACHADO GUIMARAES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 180/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº089/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2267468-3 SSP/MT e CPF 045.821.561-93, residente e domiciliada na Rua Xapori, n°199 N – Porto Seguro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 089/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 181/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº095/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ROZI MARCIA PEREIRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1662581-1 SSP/MT e CPF 016.069.521-02, residente e domiciliada na Rua Uruguai, n°200 N – Jardim América, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 095/2022 firmado em 09/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ROZI MARCIA PEREIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 182/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº021/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CARLA FURLANETO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1059773-5 SSP/MT e CPF 778.285.341-91, residente e domiciliada na Rua Sorocaba, n°274 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 021/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CARLA FURLANETO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 183/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº073/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CAROLINA BARBOSA DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2703879-3 SSP/MT e CPF 054.530.071-17, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, n°259 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 073/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CAROLINA BARBOSA DE SOUZA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 184/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº039/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CRISTIANA APARECIDA DA COSTA BEZERRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1927800-4 SSP/MT e CPF 026.251.281-51, residente e domiciliada na Rua Claudio Rodrigues Barbosa, n°2106 E – São Gabriel, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 039/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CRISTIANA APARECIDA DA COSTA BEZERRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 185/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº074/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **EMILLY ANDRESSA DA SILVA TOMADON**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2807630-3 SSP/MT SSP/MT e CPF 061.092.471-03, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu, n°1568 S – Jardim Primavera, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 074/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA EMILLY ANDRESSA DA SILVA TOMADON Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 186/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº046/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **FLAVIA DOS SANTOS NEVES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2685892-4 SSP/MT e CPF 057.055.981-22, residente e domiciliada na Rua Juda, n°41 W – Jardim Vitoria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as

partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 046/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA FLAVIA DOS SANTOS NEVES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 187/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº053/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LUANA EZIDIO BENTO DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3070378-6 SSP/MT e CPF 083.762.431-28, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, n°462 W – São Joao, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 053/2022 firmado em 07/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LUANA EZIDIO BENTO DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 188/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº158/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ANNA KAROLYNA JOAQUIM DOS SANTOS,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2440520-5 SSP/MT e CPF 054.499.671-28, residente e domiciliada na Rua Maria Silvia Botelho, n°193 E – Jardim São Gabriel,, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 158/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ANNA KAROLYNA JOAQUIM DOS SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 189/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº129/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA COSTA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1327896-7 SSP/MT e CPF 901.978.011-53, residente e domiciliada na Rua das Orquídeas, n°411 N – Residencial Portal das Flores, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 129/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil

08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA ELAINE CRISTINA OLIVEIRA COSTA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 190/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº130/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LUZIA PAULA DE OLIVEIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1529309-2 SSP/MT e CPF 038.636.881-39, residente e domiciliada na Rua São Paulo, n°277 N – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 130/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LUZIA PAULA DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 191/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº159/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARIA REGINA DE AGUIAR PEREIRA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1402113-7 SSP/MT e CPF 932.703.211-04, residente e domiciliada na Rua Mauricio Venâncio da Silva, quadra 17, lote 17 – Jardim Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 159/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARIA REGINA DE AGUIAR PEREIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 192/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº143/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **NAYANE YASMYN MAGALHAES ALVES,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2591962-8 SSP/MT e CPF 053.390.621-27, residente e domiciliada na Rua Guaraci, n°780 – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo **Apoio Administrativo Educacional Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 143/2022 firmado em 07/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA NAYANE IASMYN MAGALHAES ALVES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 193/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº128/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **NEDINA FERREIRA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1637981-0 SSP/MT e CPF 010.571.921-80, residente e domiciliada na Rua João Pessoa, n°346 N – bairro Aeroporto, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 128/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.03	Setor de Educação Infantil/CRECHE
2307 -355	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. CRECHE
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA NEDINA FERREIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 194/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº142/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CARMEN CANDIDO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3378605-4 SSP/MT e CPF 581.001.721-53, residente e domiciliada na Rua Dez, s/n° – Jardim Santa Cruz, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 142/2022 firmado em 07/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CARMEN CANDIDO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 195/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº156/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLARICE PEREIRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 689266-3 SSP/MT e CPF 456.515.231-20, residente e domiciliada na Rua Marilia, n°22 S - Jardim Santa Maria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 156/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLARICE PEREIRA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 196/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº139/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2430155-8 SSP/MT e CPF 047.570.701-01, residente e domiciliada na Rua Vitoria, n°2123 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Pro-**

fessor Nível Superior/Pedagogia, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 139/2022 firmado em 04/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLAUDIA DE OLIVEIRA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 197/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº133/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **CLEIDE FERREIRA DE ASSUNÇAO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1434634-6 SSP/MT e CPF 924.012.521-34, residente e domiciliada na Rua Bauru, n°719 S – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 133/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA CLEIDE FERREIRA ASSUNÇÃO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 198/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº157/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **GISLAINE GARANHANI SANTOS**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2074077-8 SSP/MT e CPF 030.641.061-39, residente e domiciliada na Rua Marilia, n°1961 S – Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 157/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA GISLAINE GARANHANI SANTOS Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 199/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº162/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **HELENA DA SILVA BARCELLO**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2856721-8 SSP/MT e CPF 066.754.131-47, residente e domiciliada no Sitio Coração Sertanejo, KM 170 – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil,** as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 162/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA HELENA DA SILVA BARCELLO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 200/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº160/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JESSICA TORRES RODRIGUES**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2298561-1 SSP/MT e CPF 041.768.271-90, residente e domiciliada na Estrada do Guri, KM 02 – Zona Rural, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 160/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JESSICA TORRES RODRIGUES Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 201/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº161/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **JOCELIA GOMES DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1364887-0 SSP/MT e CPF 918.910.001-87, residente e domiciliada na Rua Joaçaba, n°48 Jardim Primavera, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de Professor Educação Infantil**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 161/2022 firmado em 18/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA JOCELIA GOMES DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 202/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº134/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **LETICIA APARECIDA FIGUEIRA PELEGRINI,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2410766-2 SSP/MT e CPF 042.070.791-30, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro – Distrato de Paranorte, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 134/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA LETICIA APARECIDA FIGUEIRA PELEGRINI Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 204/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº137/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARCIELI VENANCIO PINHEIRO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1680345-0 SSP/MT e CPF 011.630.381-64, residente e domiciliada na Avenida Vitoria, n°221 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 137/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARCIELI VENANCIO PINHEIRO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 204/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº137/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARCIELI VENANCIO PINHEIRO,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1680345-0 SSP/MT e CPF 011.630.381-64, residente e domiciliada na Avenida Vitoria, n°221 E – Centro, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 137/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARCIELI VENANCIO PINHEIRO Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 205/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº136/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **NADIA MARIA DE SOUSA MILESKI,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2369570-6 SSP/MT e CPF 596.840.382-91, residente e domiciliada na Rua Rio Branco, n°1281 E – Residencial Bandeirantes, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 150/2022 firmado em 14/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA NADIA MARIA DE SOUSA MILESKI Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 206/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº132/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SIMONI SANTOS DO NASCIMENTO ROCHA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 20766204-6 SSP/MT e CPF 038.617.541-18, residente e domiciliada na Rua Felicidade, n°336 S, Parque Alvorada, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 132/2022 firmado em 02/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.05	Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais
08.05.02	Setor de Ensino Fundamental
2306 -313	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Ensino Fundamental
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SIMONI SANTOS DO NASCIMENTO ROCHA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 207/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº150/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **MARIANA DA SILVA TOMADON,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 2588777-7 SSP/MT e CPF 054.496.101-30, residente e domiciliada na Rua Paraguaçu Paulista, n°1568 – Jardim Santa Maria, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 150/2022 firmado em 14/03/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA MARIANA DA SILVA TOMADON Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

T E R M O A D I T I V O Nº 208/2022

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº113/2022

Pelo Presente instrumento de Termo Aditivo que firmam, de um lado a Prefeitura Municipal de Juara, com sede administrativa nesta cidade, sita à Rua Niterói nº 81 N - Centro, inscrita no CGC sob o nº 15.072.663/0001-99, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS AMADEU SIRENA**, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Srª **SANDRA APARECIDA DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1417383-2 SSP/MT e CPF 001.858.221-42, residente e domiciliada na Rua Tancredo Neves, n°32 S – Jardim Planalto, nesta cidade de Juara-MT, a seguir chamada de Contratada para o cargo de **Professor Nível Superior/Pedagogia**, as partes em comum acordam para alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho Nº 113/2022 firmado em 14/02/2022, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do município, na seguinte rubrica:

08	Secretaria Municipal de Educação
08.06	Divisão de Educação Infantil
08.06.04	Setor de Educação Infantil/PRE ESCOLA
2308 - 368	Acesso/Permanência a Educ. Básica/Educ. Inf. PRE ESCOLA
31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas

Todas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Juara-MT, 13 de Abril de 2022

CARLOS AMADEU SIRENA SANDRA APARECIDA DA SILVA Prefeito Municipal Contratada

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

Testemunhas:

Patrícia Alves da Silva Norma Jaqueline de Oliveira

CPF nº 025.087.051-79 CPF nº 853.593.601-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LEI Nº. 1.423, DE 17 DE MAIO DE 2.022.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A **ASSOCIAÇÃO MINISTÉRIO DA ESPERANÇA DE JURUENA/MT - AMEJUR,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A **ASSOCIAÇÃO MINISTÉRIO DA ESPERANÇA DE JURUENA/MT - AMEJUR**,inscrita no CNPJ sob o nº **35.561.879/0001-25**, com sede na Avenida 04 de Julho, esquina com a Rua Presidente Ernesto Gêiser, Bairro Nobre, CEP: 78.340-000, no Município de Juruena/MT, Estatuto Social devidamente registrado no 2º Ofício Registro Civil Pessoa Jurídica de Cotriguaçu/MT, sob o nº. **699**, Livro **A-02**, em **30 de setembro de 2021**.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT 17 de Maio de 2022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena/MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 108/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 043/2022, Processo Administrativo n° 108/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO** DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 18 de MAIO de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.419, DE 17 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DÉBITOS OU OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JURUENA/MT, NOS TERMOS DO ART. 100, §§ 3º, E 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, CONSIDERADOS DE PEQUENO VALOR (RPV)".

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O pagamento de débitos ou obrigações do Município de Juruena, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de **pequeno valor**, nos termos do art. 100, §§ 3º, e 4º da Constituição Federal, será feito diretamente pela Secretaria da Finanças, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente (Requisição de Pequeno Valor - RPV).

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações de até 10 (dez) Salários Mínimos Nacionais.

Art. 2º Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolizados na Secretaria da Finanças.

Art. 3º Os titulares de crédito com a Fazenda Pública Municipal, de natureza alimentar, que tenham 60 (sessenta) anos ou mais ou sejam portadores de doença grave, assim definidos na forma da Lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos

Art. 4º A Procuradoria do Município velará para que, nos autos dos processos respectivos, não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, vedados no § 8º do art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 5º Não se aplicam as disposições desta Lei ao cessionário de crédito de precatório devido pela Fazenda Pública Municipal.

Art. 6º Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juruena – MT, 17 de maio de 2.022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 108/2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 043/2022, Processo Administrativo n° 108/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

FORNECEDOR:

IGOR COELHO MEURER 05272692128

CNPJ – 34.246.200/0001-40

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 7.184,00 (Sete mil cento e oitenta e quatro reais).

Juruena - MT, 18 de MAIO de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LEI Nº. 1.420 DE 12 DE MAIO DE 2.022.

"**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER, POR PRAZO DETERMINADO, ANISTIA TOTAL OU PARCIAL DE MULTAS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA E O PAGAMENTO PARCELADO RECAÍDOS SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PENDENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**."

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia total ou parcial de multas, juros e correção monetária incidentes sobre os créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos – ITBI, Taxas do Departamento de Água e Esgoto de Juruena - DAEJUR e a Alienação de Imóveis Urbanos já lançados e pendentes de pagamentos, inscritos ou não na dívida ativa, independentemente de estar ou não ajuizada a competente ação de execução fiscal.

§ 1º - No caso de haver a competente ação de execução fiscal, as custas e demais despesas processuais, bem como honorários advocatícios serão de responsabilidade do executado.

§ 2º - O Município de Juruena requererá a suspensão do processo de execução fiscal, para os casos de dívidas já ajuizadas, pelo prazo de pagamento das parcelas.

§ 3º - A anistia prevista nesta Lei não abrange os créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

ART. 2º - Caso o contribuinte tenha parcelado as dívidas anteriormente e o mesmo não tenha quitado as parcelas, poderá o contribuinte, parcelar novamente as referidas dívidas conforme disposições transcritas nesta Lei.

ART. 3º - As obrigações oriundas dos créditos tributários previstas no Artigo 1º poderão ser adimplidas com anistia total ou parcial, conforme descrito no Artigo mencionado, desde que o pagamento seja requerido entre os dias 01 de junho de 2022 à 31 de agosto de 2022, à vista ou em parcelas mensais, iguais e sucessivas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os interessados nos benefícios desta Lei terão até o dia 31 de agosto de 2022, para a assinatura do termo de compromisso respectivo.

ART. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar o pagamento dos débitos inscritos ou não em dívida ativa até a data desta Lei, relativos aos impostos descritos no artigo 1º desta Lei, bem como conceder anistia total ou parcial sobre multa, juros e correção monetária aos contribuintes, na data da confissão, mediante requerimento por escrito no prazo previsto no *caput* do Artigo 3º., obedecendo o seguinte critério:

NÚMERO DE PARCELAS	ANISTIA: MULTA, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA
À VISTA	95%
02 PARCELAS	90%
03 PARCELAS	85%
04 PARCELAS	80%

ART. 5º - O parcelamento de que trata esta Lei será feito em parcelas mensais e iguais da data de assinatura do termo de compromisso, sendo que a primeira parcela deverá ser adimplida na data de assinatura do referido termo e não poderão ultrapassar o Exercício de 2022.

ART. 6º - O parcelamento de que trata esta Lei, estender-se-á às dívidas ativas já executadas em procedimento judicial, devendo o termo de compromisso ser juntado aos autos do processo, quando, então, solicitar-se-á a suspensão do mesmo até o pagamento integral das parcelas.

ART. 7º - A concessão do parcelamento constará da assinatura de um termo de compromisso que, acarretando o atraso em três parcelas, na anulação do benefício e a cobrança em uma só vez, através de procedimento judicial específico, com todos os ônus decorrentes desde o fato gerador.

ART. 8º - Se durante a vigência da presente Lei for disponibilizado serviço de cartão de crédito pelo Departamento Tributário este será aceito como meio válido de parcelamento nas mesmas diretrizes do §1º, sendo que todas as taxas relacionadas ao serviço de cartão deverão ser suportadas pelo contribuinte.

ART. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, aos 17 de maio de 2.022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI N.º 1.421, DE 17 DE MAIO DE 2.022.

"*DISPÕE SOBRE A DESCARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS, TORNANDO OS RURAIS PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*."

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Torna os imóveis objeto das matriculas nº 3.229, 107,108, 665, 910, 3301, 3468, 3469, 4931, 5180, 5221, 6515 e 6889 do RGI da Comarca de COTRIGUAÇU - MT e Matriculas nº. 58.384, 58.397, 63.093 e 75. 400 do 6º Serviço Notarial e Registro de Imóveis de CUIABÁ – MT, totalizando 572,5650 há (quinhentos e setenta e dois hectares, cinquenta e seis ares e cinquenta centiares), que ora passa a ser considerado como imóveis rurais, ampliando o perímetro rural do Município de Juruena-MT.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juruena – MT, 17 de maio de 2022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.422, DE 17 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, ALTERANDO O PPA – PLANO PLURIANUAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2022 A 2025, A LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022 E A LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2022 NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) E ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO (CONTRAPARTIDA) NO VALOR DE R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS) E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, adicionando recursos no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e por superavit finaceiro do exercicio anterior de contrapartida no valor de R$ 35. 000,00 (trinta e cinco mil reais).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.372 de 13 de dezembro de 2021 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.373, de 13 de dezembro de 2021, para o exercício financeiro de 2022.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso I – Superavit financeiro e II – excesso de arrecadação, oriundos do convênio nº **0775/2022.**

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2022, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001-COORDENADORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade: 1153 Aquisição de veículo PICK-UP

17.605.0023.1153.4.4.90.52.00-Equipamento e Material Permanente..... .....R$ 115.000,00

Fonte de Recursos: 1.7.01.000000-Outras TransferÊncias de Convênios Ou Instrumentos Congêneres dos Estados……R$ 80.000,00

Fonte de Recursos: 2.5.01.000000-Outros Recursos não Vinculados……R$ 35.000,00

ARTIGO 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 17 de Maio de 2022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 174/2022, 09 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre alteração de referencia salarial por classe do Servidor Efetivo Srº **MOIZES FRANCISCO SANTANA JUNIOR** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a referencia salarial por classe do servidor publico municipal Srº **MOIZES FRANCISCO SANTANA JUNIOR**, matricula 2856-1, lotado na Secretaria de Saúde, alterando da classe/nível A-04 para B-04, conforme Capitulo II – DA PROGRESSÃO HORIZONTAL da Lei 1031/2016 de 31 de Março de 2016.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Maio de 2022.

Nassin El Din Farah

Secretário de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2022, 03 MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio ao Servidor Efetivo Srº Neuton Sodré Mascarenhas e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 60 (trinta) dias de Licença Premio ao servidor público municipal Srº **NEUTON SODRÉ MASCARENHAS**, Matricula nº 1603.1, efetivo no cargo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria de Fazenda e Finanças do município de Juscimeira-Mt., com gozo no período de 08/05/2022 a 06/07/2022 com retorno no dia 07/07/2022, referente ao período aquisitivo de 19/09/2008 à 18/09/2013.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Maio de 2022.

José Junior Alves

Secretária de Fazenda e Finanças

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2022, 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio à Servidora Efetiva Srª Maria de Lourdes de Souza e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (noventa) dias de Licença Premio à servidora público municipal Srª **EDIVANIA ALVES DOS SANTOS**, Matricula nº 2447-1, efetiva no cargo de ADI – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria de Educação, do município de Juscimeira-Mt., com gozo nos períodos de 17/05/2022 à 15/06/2022 referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 à 31/01/2022.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Maio de 2022.

Brunna Martins dos Santos Marinho

Secretário de Educação

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2022, 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre alteração da referencia salarial por classe da Servidora Efetiva **Srª LUZIA LOPES DE ASSUNÇÃO SILVA** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a referencia salarial por classe da servidora publico municipal Srª **LUZIA LOPES DE ASSUNÇÃO SILVA**, matricula nº 2391-1, efetiva no cargo de ADI – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil , lotada na Secretaria de Educação , alterando da classe/nível B-03 para C-03, conforme Plano de cargos, carreiras e salários dos profissionais da educação do município de Juscimeira Lei nº 860/2012 de 17 de fevereiro de 2012.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Maio de 2022.

BRUNNA MARTINS DOS SANTOS MARINHO

Secretario de Educação

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 173/2022, 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre alteração da referencia salarial por classe da Servidora Efetiva **Srª MARINEZ BEZERRA DA SILVA** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a referencia salarial por classe da servidora publico municipal Srª **MARINEZ BEZERRA DA SILVA**, matricula nº 2394-1, efetiva no cargo de ADI – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil , lotada na Secretaria de Educação , alterando da classe/nível B-03 para C-03, conforme Plano de cargos, carreiras e salários dos profissionais da educação do município de Juscimeira Lei nº 860/2012 de 17 de fevereiro de 2012.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Maio de 2022.

BRUNNA MARTINS DOS SANTOS MARINHO

Secretario de Educação

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2022, 17 DE MAIO DE 2022

.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE GERENTE DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO o Srº. ANTONIO OTAVIO DE SOUZA – Matricula nº 16, brasileiro, casado, portador do RG nº 02819988 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Campos Sales S/Nº, Bairro Centro, Juscimeira-MT, do **Cargo de Gerente do DTJ – DEPARTAMENTO DE TRANSITO DE JUSCIMEIRA ,** lotado na Secretaria de Fazenda e Finanças.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Maio de 2022.

CELSO KIITIRO FUJII

Secretário de Infraestrutura

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 168/2022, 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre alteração de referencia salarial por classe do Servidor Efetivo Srº **MARCELO FERNANDO MASCARENHAS** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a referencia salarial por classe do servidor publico municipal Srº **MARCELO FERNANDO MASCARENHAS**, lotado na Secretaria de Saúde, alterando da classe/nível A-04 para B-04, conforme Capitulo II – DA PROGRESSÃO HORIZONTAL da Lei 1031/2016 de 31 de Março de 2016.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Maio de 2022.

Nassin El Din Farah

Secretário de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2022, 13 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio ao Servidor Efetivo Srº Manoel Fagundes de Souza e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 180 (Cento e Oitenta) dias de Licença Premio ao servidor público municipal Srº **MANOEL FAGUNDES DE SOUZA**, Matricula nº 1632.1, efetivo no cargo de Técnico em Prótese, lotado na Secretaria de Saúde do município de Juscimeira-Mt., com gozo no período de 13/05/2022 a 08/11/2022 com retorno do dia 09/11/2022, referente aos períodos aquisitivo de 01/11/2008 à 31/10/2013 e 01/11/2013 à 31/10/2018.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Maio de 2022.

Nassin El Din Farah

Secretário de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166/2022, 02 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre alteração de Referência Salarial por Nível de Servidores Efetivos, da Prefeitura Municipal de Juscimeira, da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a Referencia Salarial por Nível de Servidores Efetivos**,** da Prefeitura Municipal de Juscimeira, conforme Lei 1,031/2016, Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos da Administração Pública do Município de Juscimeira.

Matricula	Nome do Servidor	Cargo	Data Admissão	Classe/Nível Atual
431-1	Adão Alves Arrais	Oficial Administrativo	04/05/2000	D-23
362-1	Ademar Francisco da Silva	Serviços Gerais	04/05/2000	A-23
388-1	Agnado Gomes dos Santos	Serviços Gerais	04/05/2022	D-23
432-1	Aldo Almir Teixeira Costa	Serviços Gerais	04/05/2022	A-23
22-1	Cesarina Ramos Marinho	Serviços Gerais	02/05/1990	A-33
343-1	Creuza Quirino dos Santos	Fiscal Sanitário	04/05/2000	D-23
348-0	Delçon dos Santos	Serviços Gerais	04/05/2000	B-23
354-1	Elias Rodrigues Bastos	Oficial Administrativo	05/05/2000	D-23
340-1	Elisangela dos Santos	Auxiliar Consultório Dentário	04/05/2000	B-23
430-1	Fabio Soares Araujo	Serviços Gerais	04/05/2000	B-23
398-1	Francisco das Chagas Vasconcelos	Fiscal de Postura	04/05/2000	D-23
336-1	Francisco Eduardo de Oliveira	Motorista de Veiculos Grande	04/05/2000	A-23
389-1	Francisco Valter Alves do Carmo	Motorista de Veiculos Grande	04/05/2000	A-23
370-1	Janio Rosa Elias Florentino	Fiscal de Tributos	04/05/2000	D-23
365-1	João Alves Euzébio	Serviços Gerais	04/05/2000	A-23
223-1	José Aparecido de Souza Lima	Agente de Saúde PSF	17/05/1993	C-30
378-1	José Rodrigues Filho	Serviços Gerais	04/05/2000	A-23
387-1	Lindmarcia Pereira dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-22
2855-1	Marcelo Fernando Mascarenhas	Motorista	02/05/2019	A-04
225-1	Marcio Luiz Alves	Agente de Saúde PSF	17/05/1993	C-30
338-1	Maria do Carmo Martins Duarte	Auxiliar Laboratório	04/05/2000	D-23
308-1	Maria Neide Lopes de Assunção	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-23
350-1	Mariano Baptista de Souza	Vigia	04/05/2000	A-23
294-1	Marilza dos Reis Franco	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-23
135-1	Marta Vicente Jerônimo Silva	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-23
2856-1	Moizes Francisco Santana Junior	Motorista	02/05/2019	A-04
399-1	Nelson Taveira Filho	Oficial Administrativo	04/05/2000	B-23
382-1	Olcedir Otávio de Souza	Vigia	04/05/2000	A-23
341-1	Raimundo Carlos Correa	Oficial Administrativo	04/05/2000	D-23
342-1	Rosangela Lopes Ribas Cruz	Oficial Administrativo	04/05/2000	D-23
355-1	Rosimeire Antonia Soares de Souza	Serviços Gerais	04/05/2000	B-23
577-1	Telma Frizzeira da Silva	Serviços Gerais	18/05/2000	B-23
346-1	Terezinha Pereira Brandão	Serviços Gerais	04/05/2000	B-23

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Maio de 2022.

LEANDRO CARDOSO LEITÃO

Secretário de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2022, 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio à Servidora Efetiva Srª Maria de Lourdes de Souza e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença Premio à servidora público municipal Srª **MARIA DE LOURDES DE SOUZA**, Matricula nº 415-1, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do município de Juscimeira-Mt., com gozo nos períodos de 16/05/2022 à 13/08/2022 referente ao período aquisitivo de 29/03/2015 à 28/03/2020.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Maio de 2022.

Brunna Martins dos Santos Marinho

Secretário de Educação

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2022, 12 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre concessão de Licença por motivo de doença em pessoa da família da Servidora Efetiva Srª **GLORIA ALVES DA CRUZ** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora publica municipal efetiva Srª **Gloria Alves da Cruz**, matricula 1500-1, lotada na Secretaria de Administração no cargo de Vigia, em conformidade com Seção II, artigo 104, parágrafo e 1 e 2 da Lei 199, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Juscimeira, com inicio no dia 20/04/2022 e termino no dia 19/05/2022, conforme parecer social.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Maio de 2022.

Leandro Cardoso Leitão

Secretária de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2022

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2022

TIPO: MENOR PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT, através da Pregoeira, torna público que não houve licitante habilitado/classificado na sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 004/2022, realizada no dia 03/05/2022, às 09:30h, horário de Brasília, cujo objeto é a " Aquisição de Veículo Sob Emenda Parlamentar para a Secretaria Municipal de Saúde de Luciara-MT. A licitação foi declarada **FRACASSADA.**

Luciara-MT, em 18 de Maio de 2022.

_____

Steffany Galvão Barros

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2022 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2022 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022.

O Exmo. Senhor **Celso Luiz Padovani**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nos termos do Edital 001/2022 e homologado pelo Decreto de nº 045/2022 de 25 de abril de 2022, convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados e Classificados, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horária	Classificação
91	Maria Edineusa Teixeira de Almeida	Zeladora	40 horas	10ª Classificado

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 10 (dez) dias a contar desta data, 18 de maio de 2022, para entrega de documentos e nomeação do referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 18 de maio de 2022.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Alvaneu Navarro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

Documento de Identidade (original) e I (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia);	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico de Sanidade Física e Mental; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes;

Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Carteira de vacina atualizada (obrigatória vacina Covid-19); Certidão de nascimento dos filhos (dependentes) (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0138/2021

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes abaixo identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na Cláusula Quarta e Quinta, aditar o valor mencionado na Clausula Segunda do contrato administrativo nº 0138/2021, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de empresa especializada na locação de veículos do tipo popular para atender a demanda da secretaria municipal de administração e finanças do município de Marcelândia Mt.

CONTRATADA: LG LOCADORA DE VEICULOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA ADIÇÃO: R$ 5.000,00

DATA ASSINATURA: 11/05/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.091/2022

Autoria: Poder Legislativo

Súmula: "Dispõe sobre a denominação de Rua Pedro Martineli Pinheiro.

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de **Rua Pedro Martineli Pinheiro**, a rua principal, ainda sem denominação, da Comunidade do Assentamento Bom Jaguar, localizada na zona rural deste município de Marcelândia/MT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Marcelândia-MT, em 17 de maio de 2022

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal de Marcelândia-MT

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2022 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2022 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021.

O Exmo. Senhor **Celso Luiz Padovani**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nos termos do Edital 002/2021 e homologado pelo Decreto de nº 005/2022 de 05 de janeiro de 2022, convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados e Classificados para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horária	Classificação
189	Sirlei Azevedo	Merendeira	40 horas	3ª Classificada
119	Jenifer Micaela Marques Candido	Assistente Técnico Adm. I	40 horas	11ª Classificada

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 10 (dez) dias a contar desta data, 18 de maio de 2022, para entrega de documentos e nomeação do referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 18 de maio de 2022.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Alvaneu Navarro

Secretário Mun. de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

Documento de Identidade (original) e I (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Carteira de vacina atualizada (obrigatória vacina Covid-19); Certidão de nascimento dos filhos (dependentes) (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico de Sanidade Física e Mental; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 1.092/2022

Autoria: Poder Executivo

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE MARCELÂNDIA, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTERCORRELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º -Esta lei regula no município de Marcelândia e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º - A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Município de Marcelândia, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º - A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Marcelândia.

Art. 4º - A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Marcelândia.

Art. 5º - É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Marcelândia e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º - Cabe ao Poder Público do Município de Marcelândia planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º - A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º - A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º - Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10º - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo:

a) livre criação e expressão;

b) livre acesso;

c) livre difusão;

d) livre participação nas decisões de política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art.11º - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura.

Seção I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art.12º - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Marcelândia, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art.13º - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14º - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15º - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coe-

são, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16º - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Marcelândia.

Art. 17º - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18º - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19º - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20º - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21º - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

Seção III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22º - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23º - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24º - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25º - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26º - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Marcelândia deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27º - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28º - O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29º - O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30º - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 31º - Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32º - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Seção I

Dos Componentes

Art. 33º - Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Coordenação:

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - Instrumentos de Gestão:

a) Plano Municipal de Cultura - PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - FUNCULTURA;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

Seção II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura – Sedes

Art. 34º - A Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35º - Integram a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I - Coordenadoria de Administração e Planejamento;

II – Coordenadoria do CRAS

a) Proteção Social Básica

b) Gestão do SUAS

III – Vigilância Socioassistencial;

IV – Coordenadoria de Habitação;

V - Coordenadoria de Cultura e Economia Criativa;

a) Núcleo de Promoção de Atividades Culturais de Políticas Culturais para a Inclusão Social

VI - outras que venham a ser constituídas.

Art. 36º - São atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES, além das já previstas em lei especifica que trata da estrutura da Administração Pública Municipal:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37º - À Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual de Cultura - SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Seção III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38º - Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

II - Conferência Municipal de Cultura - CMC;

SUBSEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39º - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§ 4º A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Marcelândia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40º - O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa, 01 representante;

b) Secretaria de Educação, 01 representante;

c) Secretaria de Saúde, 01 representante;

d) Secretaria de Planejamento, 01 representante;

e) Secretaria de Esporte e Lazer, 01 representante;

f) Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, 01 representante;

g) Secretaria de Gabinete, 01 representante;

h) Secretaria de Administração e Finanças, 01 representante.

II – 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) Setorial de Artes Visuais, 01 representante;

b) Setorial de Artesanato, 01 representante;

c) Setorial de Música, 01 representante;

e) Setorial de Teatro, 01 representante;

f) Setorial de Dança, 01 representante;

g) Setorial de Cultura Popular, 01 representante

h) Setorial de Empresas e Produtores Culturais, 01 representante;

i) Setorial de Literatura, 01 representante.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão indicados entre os setores culturais que representam.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é detentor do voto de Minerva.

§ 4º A participação no Conselho Municipal de Política Cultural é considerada função pública relevante, vedada qualquer remuneração.

§ 5º O membro representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa, deverá ser o Secretário de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa.

Art. 41º - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Colegiados Setoriais;

III - Comissões Temáticas;

IV - Grupos de Trabalho;

Art. 42º - Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura - PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - acompanhar a integração do município de Marcelândia ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

XII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XIV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XV - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVI - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC.

XVII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 43º - Compete ao CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 44º - Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45º - Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46º - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

SUBSEÇÃO II

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Art. 47ª - A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa – SEDES, convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

Seção IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 48º - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro.

SUBSEÇÃO I

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 49º - O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 50º - A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

a) diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

b) diretrizes e prioridades;

c) objetivos gerais e específicos;

d) estratégias, metas e ações;

e) prazos de execução;

f) resultados e impactos esperados;

g) recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

h) mecanismos e fontes de financiamento; e

i) indicadores de monitoramento e avaliação.

SUBSEÇÃO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 51º - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Marcelândia, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Marcelândia:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

II - Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA, definido nesta lei;

III - outros que venham a ser criados.

Art. 52º - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 53º - O Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 54º - São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA:

I - dotações consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Marcelândia e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA;

III - contribuições de mantenedores;

IV - doações e legados nos termos da legislação vigente;

V - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VI - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

IX - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

X - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XI - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XII - saldos de exercícios anteriores;

XIII - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 55º - As disponibilidades do FUNCULTURA serão aplicadas exclusivamente em projetos que visem fomentar e estimular a produção artístico-cultural no Município de Marcelândia.

Parágrafo único. Os recursos do fundo somente serão aplicados em projetos culturais após aprovados, com parecer técnico e analisados pela Comissão de Avaliação de Projetos-CAP e pelo Secretário de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa.

Art. 56º - O gestor e ordenador de despesas do FMC será o titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa.

Parágrafo único. A Fiscalização da aplicação dos recursos do FMC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 57º - Os projetos culturais apresentados à Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa na forma, prazo e condições estabelecidas em regulamento próprio, serão avaliados em 03 (três) etapas, a saber:

I - Enquadramento Prévio;

II - Parecer Técnico;

III - Homologação e seleção pela CAP.

§ 1º Os critérios de inscrição e seleção dos representantes das entidades associativas de setores culturais interessados em participar da CAP serão definidos por resolução do Secretário de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa

§ 2º O Poder Executivo poderá, a seu exclusivo critério, contratar pareceristas externos entre profissionais de notória capacidade, para analisar os projetos culturais na realização da etapa prevista no inciso II deste artigo.

§ 3º Após a emissão de parecer técnico o projeto será homologado pela Comissão de Avaliação de Projetos - CAP.

§ 4º A etapa de homologação do projeto cultural será de responsabilidade da Comissão de Aprovação de Projetos (CAP), cujo julgamento deverá ser realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - interesse público;

II - pontuação e pareceres obtidos pelo projeto na etapa de Parecer Técnico;

III - relevância do projeto para a área cultural e para a região do Estado a que se destina;

IV - compatibilidade do valor de incentivo pleiteado pelo projeto em relação ao valor da renúncia fiscal disponível;

V - capacidade efetiva do projeto de alcançar os resultados pretendidos;

VI - perspectivas de continuidade, regularidade e sustentabilidade do projeto;

VII - comparação em relação a projetos da mesma natureza apresentados ou anteriormente aprovados;

VIII - quantidade de projetos apresentados por um mesmo proponente.

§ 5º Após a seleção feita pela CAP os projetos passarão pela aprovação do Secretário de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa

Art. 58º - Fica autorizada a criação de uma Comissão de Avaliação de Projetos - CAP, que ficará incumbida da avaliação e seleção dos projetos a serem apoiados.

§ 1º A CAP, será composta por 04 (quatro) membros e nomeada pelo Prefeito, através de portaria, sendo:

I - 02 (dois) representantes do setor artístico-cultural e seus respectivos suplentes, escolhidos em assembleia do Conselho Municipal de Política Cultural.

II - 02 (dois) representantes da administração municipal e seus respectivos suplentes, indicados pelo Prefeito, sendo um representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES e outro representante da Secretaria de Finanças.

§ 2º O mandato será a cada Edital, não sendo permitida a apresentação de projetos durante o período do mandato.

SUBSEÇÃO IV

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS - SMIIC

Art. 59º - Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa - SEDES desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 60º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art.61º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 62º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com outros meios de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e continua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

SUBSEÇÃO V

DA FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA

Art. 63º - Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa promover articulação com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central promover a qualificação e capacitação em política cultural, gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população, formação nas áreas técnicas e artísticas.

TÍTULO III DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS

Art. 64º - O Fundo Municipal da Cultura - FUNCULTURA e o orçamento do Departamento de Cultura são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 65º - O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura - FUNCULTURA.

Art. 66º - O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos previstos no caput serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 67º - Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO FINANCEIRA

Art.68º - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FUNCULTURA serão administrados pela Secretaria de Desporto e Cultura.

§ 2º A Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art.69º - O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art.70º - O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art.71º - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Art.72º - As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.73º - O Município de Marcelândia deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura - SNC na forma do regulamento.

Art.74º - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art.75º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Marcelândia-MT, em 17 de maio de 2022

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal de Marcelândia-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **M. TESTA CONFECÇÃO - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 23.829.339/0001-09, Inscrição Estadual nº 90747485-27, com sede na Avenida Genei Uehara, nº 1263, Bairro Residencial Nova Itália, na Cidade de Cianorte - PR, CEP. 87.203-196, e-mail: financeiro.odg@hotmail.com / testaesala@hotmail.com / licitacoesmtesta@gmail.com, Telefone (44) 9 9809-1413 / (44) 9 9723-3337 / (44) 3629-1275, neste ato representada pela Senhora **MARINA TESTA,** portadora do R. G. nº 95359833 SESP/PR e do CPF nº 064.458.499-89, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL EM TECIDO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital do respectivo **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

2 - LOTE 02 no valor de 13.000,00

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
376821	MASCARA DE PROTECAO MODELO 3D, LAVAVEL COM TRIPLA CAMADA DE TECIDO TRICOLINE COM ELASTICO E COM PREGAS QUE POSSIBILITEM AJUSTE NO ROSTO, TAMANHO 12,5CM ALTURA 18CM LARGURA NAS CORES VARIADAS	UNIDADE	PROPRIA	1470	2,65	3.895,50
376822	MASCARA DE PROTECAO MODELO 3D, LAVAVEL COM TRIPLA CAMADA DE TECIDO TRICOLINE COM ELASTICO E COM PREGAS QUE POSSIBILITEM AJUSTE NO ROSTO, TAMANHO 13,5CM ALTURA 20CM LARGURA NAS CORES VARIADAS	UNIDADE	PROPRIA	1460	2,665	3.890,90

376823	MASCARA DE PROTECAO MODELO 3D, LAVAVEL COM TRIPLA CAMADA DE TECIDO TRICOLINE COM ELASTICO E COM PREGAS QUE POSSIBILITEM AJUSTE NO ROSTO, TAMANHO 14CM ALTURA 23CM LARGURA NAS CORES VARIADAS	UNIDADE	PROPRIA	1960	2,66	5.213,60
TOTAL DO FORNECEDOR					**R$ 13.000,00**	

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (10) dez dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 05 (dias) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Para fins de avaliação técnica dos produtos serão analisados o seguinte:

Falhas na fabricação –costura torta ou incompleta, pontos de costura soltos; Cor - (Verificação, através da análise das peças, se as mesmas apresentam as cores solicitadas e mantêm um padrão para todos os itens); Qualidade do tecido (Verificação através da comparação com produtos de qualidade, para comprovar a similaridade, a fim de obter produtos de melhor qualidade); Qualidade do acabamento (Verificação através da análise das peças, se as mesmas apresentam resistência no acabamento, bem como qualidade e boa aparência); Dimensões, Peso e Tamanhos.

6.15 - Os produtos deverão ser embalados individualmente em saco plástico transparente e posteriormente acondicionadas em caixas de papelão fechadas resistentes ao transporte e armazenamento, deverá constar etiqueta informativa com a descrição do item e tamanhos e deverá constar nas caixas de papelão quantidades, bem como, a qual lugar se destinam. As embalagens devem proteger contra umidade e vazamentos na armazenagem, de modo que não danifiquem;

6.16 - O conteúdo interno dos sacos deverá corresponder exatamente ao adesivo informativo que consta na embalagem para a numeração dos tamanhos.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: SICOOB, Agência nº 4340, Conta Corrente nº 255.075-0 em nome de M. TESTA CONFECÇÃO - ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL:08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Secretaria de Saúde / PSFs	Ana Paula Siqueira da Cruz	10780/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de maio de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

M. TESTA CONFECÇÃO - ME

CNPJ sob o nº. 23.829.339/0001-09

MARINA TESTA

CPF nº 064.458.499-89

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO- TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARAIMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINÁRIAS DE LED NA AVENIDA INTERPENISULAR DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, aonde sagrou-se vencedor o Licitante: **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI**, com valor total de R$ 979.127,47 (Novecentos e setenta e nove mil, cento e vinte sete reais e quarenta e sete centavos).Matupá – MT, 1***8*** de ***maio*** de 2022. **ALEXSANDRA TOSTA BATISTA-** Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11212 DE 13 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS A SEREM REALIZADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores municipais, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Municipal para recebimento provisório e definitivo das obras, nos moldes estabelecidos no Art. 73, Inciso I, Alínea B, da Lei nº 8.666/93 - Licitações e Contratos:

- Tuellen Karine Teruel - Engenheira Civil.

- Elywd Pereira da Silva – Secretário de Obras, Urbanismo e Transportes.

- Juliana Fátima Carbonera – Secretária de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, em especial a Portaria nº 10492 de 25/08/2021.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11211 DE 13 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS A SEREM REALIZADAS NA SECRETARIA DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores municipais, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Municipal para recebimento provisório e definitivo das obras, nos moldes estabelecidos no Art. 73, Inciso I, Alínea B, da Lei nº 8.666/93 - Licitações e Contratos:

- João Luiz da Silva Sobrinho - Engenheiro Civil.

- Thierry Clemente Dias Guerra Semensato – Engenheiro Civil.

- Elywd Pereira da Silva – Secretário de Obras, Urbanismo e Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, em especial a Portaria nº 10493 de 25/08/2021.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 60.000 KM COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO SPRINTER PLACA RAN5C15 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL, onde contratou-se a Empresa RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A. devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 59.970.624/0029-85 com um valor total de R$ 1.825,44. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 17 de maio de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

---

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 60.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 QCC 2909 ADQUIRIDO NO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2019 PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, onde contratou-se a Empresa BRESSAN, LAMONATTO & CIA. LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.512.021/0001-84 com um valor total de R$ 5.334,56. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.Matupá – MT, 17 de maio de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4165 DE 18 DE MAIO DE 2022

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CONCURSO MISS MATUPÁ 2022"

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Nomear os servidores abaixo para compor a Comissão Organizadora para Realização do Concurso Miss Matupá 2022:

Presidente – Rosa Maria Surubi da Silva– Portaria n° 10508/2021

Membro – Simone Dos Santos Zanfonato – Portaria n° 10928/2022

Membro – Larissa Zafonato – Decreto n° 3919/2022

Membro – Edna Zanette Giusti – Decreto n° 3985/2022

Membro – Yasmin de Oliveira Santiago de Freitas – Portaria n° 11114/2022

Art. 2º A Comissão Organizadora fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para organização e realização do Concurso Miss Matupá 2022**, obedecendo fielmente às ordens legais pertinentes.**

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 4127/2022.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 128/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **CARVALHO & NICOLINI INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 35.281.585/0001-40, Inscrição Estadual nº 003578059.00-52, com sede na Avenida Francisco Feliciano Pereira, nº 260, Bairro parque Industrial, na Cidade de São Sebastião do Paraíso - MG, CEP. 37.950-000, e-mail: licitacoesmoldbem@gmail.com, Telefone (35) 9 8834-0151, neste ato representada pela Senhora **DANIELA CHRISTINA NICOLINI,** portadora do R.G. nº 11.332.337 SSP/MG e do CPF nº 043.350.416-16, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL EM TECIDO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital do respectivo **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

1 - LOTE 01 no valor de 750,00

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
374323	MÁSCARA DE PROTEÇÃO EM MALHA PV DUPLA FIO 30, MODELO BICO DE PATO, GRAMATURA DE 175 DUPLA CORES VARIADAS, PADRÃO SEMI OFICIAL COM ELÁSTICO PARA FIXAÇÃO, LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL - ADULTO	UNIDADE	MB	500	1,50	750,00

3 - LOTE 03 no valor de 1.500,00

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
376825	MASCARA FACIAL - EM MALHA DE ALGODAO, DUPLA CAMADA, RIBANA EM POLIVISCOSE COM 4% DE ELASTANO CONTORNO TODAS MASCARAS, PASSANDO POR TRAS DAS ORELHAS PARA SUSTENTAÇAO FACIAL DE TECIDO LAVAVEL, EMBALADAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	MB	600	2,50	1.500,00

TOTAL DO FORNECEDOR	R$ 2.250,00

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (10) dez dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 05 (dias) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Para fins de avaliação técnica dos produtos serão analisados o seguinte:

Falhas na fabricação –costura torta ou incompleta, pontos de costura soltos; Cor - (Verificação, através da análise das peças, se as mesmas apresentam as cores solicitadas e mantêm um padrão para todos os itens); Qualidade do tecido (Verificação através da comparação com produtos de qualidade, para comprovar a similaridade, a fim de obter produtos de melhor qualidade); Qualidade do acabamento (Verificação através da análise das peças, se as mesmas apresentam resistência no acabamento, bem como qualidade e boa aparência); Dimensões, Peso e Tamanhos.

6.15 - Os produtos deverão ser embalados individualmente em saco plástico transparente e posteriormente acondicionadas em caixas de papelão fechadas resistentes ao transporte e armazenamento, deverá constar etiqueta informativa com a descrição do item e tamanhos e deverá constar nas caixas de papelão quantidades, bem como, a qual lugar se destinam. As embalagens devem proteger contra umidade e vazamentos na armazenagem, de modo que não danifiquem;

6.16 - O conteúdo interno dos sacos deverá corresponder exatamente ao adesivo informativo que consta na embalagem para a numeração dos tamanhos.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: SICOOB 756, Agência nº 3172, Conta Corrente nº 11.662-9 em nome de CARVALHO & NICOLINI INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL:08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria de Educação	Elaine Rocha Tussi	10657/2021
Secretaria de Saúde / PSFs	Ana Paula Siqueira da Cruz	10780/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 18 de maio de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

CARVALHO & NICOLINI INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ sob o nº. 35.281.585/0001-40

DANIELA CHRISTINA NICOLINI

CPF nº 043.350.416-16

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11210 DE 13 DE MAIO DE 2022

"Dispõe sobre nomeação de Profissional Habilitado para Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **JOÃO LUIZ DA SILVA SOBRINHO**, Engenheiro Civil, CREA MT 039748, para acompanhamento e fiscalização do seguinte serviço de engenharia:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS URBANAS DO BAIRRO INDUSTRIAL ZI-001, ZI-002 E ZI-003 NO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT COM UM TOTAL DE 71.613,63 m²", contidas nos anexos do Edital 147/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços;

Art.2º O **presenteprofissional promoverá o acompanhamento e fiscalização** dos serviços**, onde emitirá parecer sobre o andamento dos serviços quando solicitado, efetuará medições para pagamento e** assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, em especial a Portaria nº **11203** de 12/05/2022.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11214 DE 13 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS A SEREM REALIZADAS NA SECRETARIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores municipais, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Municipal para recebimento provisório e definitivo das obras, nos moldes estabelecidos no Art. 73, Inciso I, Alínea B, da Lei nº 8.666/93 - Licitações e Contratos:

- Thierry Clemente Dias Guerra Semensato - Engenheiro Civil.

- João Luiz da Silva Sobrinho - Engenheiro Civil.

- Leticia Fonseca Mendes – Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, em especial a Portaria nº 8790 de 04/01/2021.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11213 DE 13 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS A SEREM REALIZADAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores municipais, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Municipal para recebimento provisório e definitivo das obras, nos moldes estabelecidos no Art. 73, Inciso I, Alínea B, da Lei nº 8.666/93 - Licitações e Contratos:

- Eder dos Santos - Arquiteto.

- Elywd Pereira da Silva – Secretário de Obras, Urbanismo e Transportes.

- Cleusi Hintz – Secretária de Educação e Desporto.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, em especial a Portaria nº 10491 de 25/08/2021.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 271/2022

PORTARIA Nº 271 DE 18 DE MAIO DE 2022.

EXONERA DO CARGO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando o requerimento, protocolo nº 2986/2022.

RESOLVE

Artigo 1º -Exonerar, a pedido, a partir 20/05/2022, do cargo de **GERENTE DE SAÚDE-ATENÇÃO ESPECIALIZADA,** a servidora **ANA PAULA DE ALMEIDA,** lotada na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 18 de maio de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2022 - REGULAMENTAÇÃO DO FMDCA
MIRASSOL D'OESTE - MT

Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Mirassol d'Oeste.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições, com fulcro no artigo 18 da Lei Complementar Municipal n.º 56, de 11 de dezembro de 2006, considerando deliberação unânime da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, concretizada em reunião ordinária realizada em 11 de maio de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Esta resolução regulamenta os arts. 16 a 18 da Lei Municipal nº 056, de 11 de dezembro de 2006, que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

Art. 2º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA está vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Mirassol d'Oeste, ao qual recai a responsabilidade de formular, deliberar e controlar as ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, sendo responsável por gerir o fundo, fixar critérios de utilização e instituir o plano de aplicação

dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei n° 8. 069, de 1990.

Parágrafo único. A sede do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, onde constará a documentação necessária à sua organização, implementação, gestão e fiscalização, ficará situada à Rua Antônio Tavares, nº 3310, CEP: 78.280-000, no Centro do Município de Mirassol d'Oeste.

Art. 3º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, tem por objetivo facilitar a captação, o repasse, a destinação e a aplicação de recursos afetos ao desenvolvimento das ações de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei Municipal nº 56, de 11 de dezembro de 2006, que regula a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mirassol d'Oeste.

Parágrafo único. As ações de que trata o *caput* referem-se, prioritariamente, aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

Art. 4º Os recursos captados pelo Fundo para a Infância e Adolescência servirão de mero complemento ao orçamento público dos mais diversos setores de governo, que por força do disposto no artigo 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "c" e "d", artigo 87, incisos I e II, artigo 90, §2º e artigo 259, parágrafo único, todos da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como artigo 227, *caput*, da Constituição da República, devem priorizar a criança e o adolescente em seus planos, projetos e ações.

Art. 5º O Poder Executivo deverá designar o servidor público que atuará como ordenador de despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo, nos termos do artigo 8º da Resolução n.º 137, de 21 de janeiro de 2010, do CONANDA.

§ 1º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá estar vinculado ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município que deve ficar responsável pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

§ 2º O Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município deverá ter um registro próprio dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que a disponibilidade de caixa, receita e despesa, fique identificada de forma individualizada e transparente.

§ 3º A destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação da plenária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.

§ 4º As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos, após a deliberação do Conselho, deverão observar o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

Art. 6º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, será constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para o atendimento à criança e ao adolescente;

II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual – CEDCA e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações cíveis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990;

V - por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

VII - por outras fontes de recursos previstas em lei.

Parágrafo único. As contribuições efetuadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, previstas no inciso III, poderão ser deduzidas do Imposto de Renda, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –FMDCA serão destinados para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

I – desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II – incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes em programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

III – programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV – programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI – ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII – financiamento das ações previstas na Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Lei do Sinase), em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação dos programas de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade e de Liberdade Assistida.

Art. 8º. Fica vedada a utilização dos recursos do FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, previstas em lei, devidamente aprovadas pelo CMDCA.

§ 1º. Além do disposto no *caput* deste artigo, deve ser vedada a utilização dos recursos do FMDCA para:

I – a transferência sem a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III – manutenção e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente – CMDCA;

IV - para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, caput, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, podendo ser destinados apenas

aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei; e

V – financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

§ 2º. Os recursos do FMDCA poderão ser utilizados para investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, desde que para uso exclusivo da política da infância e da adolescência, observada a legislação de regência.

Art. 9º. A gestão do FMDCA será exercida pelo CMDCA em conjunto com o Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município, ao qual competirá:

I - registrar os recursos orçamentários oriundos do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou de doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do CMDCA;

IV - autorizar a aplicação dos recursos em benefícios da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do CMDCA;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do CMDCA.

Art. 10. As deliberações concernentes à gestão e administração do FMDCA, que não digam respeito à competência da Plenária do CMDCA, serão executadas pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município, sendo este o responsável pela prestação de contas.

Art. 11. Compete ao Presidente do CMDCA, na qualidade de gestor do FMDCA, ser responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos, elaborado e aprovado pelo CMDCA;

II - acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas;

III - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o titular da Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município, para dar a quitação da operação;

IV - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano-calendário anterior;

V - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VI - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo CMDCA, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do FMDCA, através de balancetes e relatórios de gestão;

VII – certificar do arquivamento, pelo prazo previsto em lei, dos documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

VIII - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alínea 'b', da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e no art. 227, *caput*, da Constituição da República.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do FMDCA, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Art. 12. Em consonância com o disposto no art. 260-I, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, o CMDCA, por intermédio do Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município dará ampla divulgação à comunidade:

I - das ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

II - dos requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do FMDCA;

III - da relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

IV - do total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e

V - da avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do FMDCA.

Art. 13. Na gestão e fiscalização do FMDCA serão, ainda, observadas as disposições contidas nos arts. 260-C a 260-G, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e na Resolução nº. 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 14. Revogadas as disposições contrárias, este Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mirassol d'Oeste, 11 de maio de 2022.

LETÍCIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS

PRESIDENTE DO CMDCA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000021/2022 - DISPENSA Nº 013/2022 CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE, CNPJ: 17.683.906/0001-50

CONTRATADO: EPSET - SERVIÇOS ELÉTRICOS E SEGURANÇA DO TRABALHO EIRELIinscrita no CNPJ sob nº 26.737.693/0001-93.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PSCIP) E ELABORAÇÃO DE PROJETO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) COM TODOS OS DESENHOS ARQUITETÔNICOS

PRAZO DE EXECUÇÃO: ENTREGA UMA PARCELA, VALOR GLOBAL R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). RESPALDO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Mirassol D'Oeste – MT, 04 de maio de 2022.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

MATEUS VIEIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA 048/2021

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº. 032/2022

PORTARIA Nº. 032 DE 18 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – Conceder, a requerimento, 05 (CINCO) dias de FÉRIAS, a Servidora MARIA DA SILVA, Mat. 20 lotada no departamento de contabilidade da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no Cargo de Auxiliar Parlamentar Administrativo, conforme abaixo descrito:

• fica concedido os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, 05 (cinco) DIAS RESTANTES DE FÉRIAS referente ao período aquisitivo de set/2019 a set/2020, para serem gozados no período de 23 a 27 de maio de 2022.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 18 (DEZOITO) DE MAIO DE 2022 (DOIS MIL E VINTE E DOIS).

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO
COMUNICADO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

COMUNICADO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY COM GRAMA SINTÉTICA (TAMANHO OFICIAL). A CPL comunica que na sessão de abertura na data de hoje sagrou-se vencedora a licitante PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, considerando estar enquadrada como Microempresa e ter coberto a proposta ofertada pela licitante ENGETELA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, nos termos da Lei 123/2006, artigos 44 e 45. Fica aberto prazo para interposição de recurso em relação à fase de proposta de preço, cujo prazo final é **26/05/22** às **23h59min**, considerando a possibilidade de envio através do e-mail licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br. Finalizado o prazo para apresentação de recurso, inicia-se o mesmo prazo para o exercício da faculdade de apresentação das Contrarrazões findando em **02/06/2022** no mesmo horário mencionado. Célia Regina de Mattos Prado. Presidente da Comissão. M. D' Oeste, 18/05/2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA N° 013/2022

DISPENSA N° 013/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação n° 013/2022 fundamentada no art. 24, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, objetivando a Contratação de empresa especializada na Elaboração de Projeto Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) e Elaboração de Projeto contra Descargas Atmosféricas (SPDA) com todos os desenhos arquitetônicos**,**na Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. MATEUS VIEIRA DA SILVA, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Mirassol D'Oeste – MT, 04 de maio de 2022.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

MATEUS VIEIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA Nº 048/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 01/2022

NOTIFICAÇÃO 01/2022

NOTIFICAÇÃO 01/2022

EMPRESA NOTIFICADA:

CERTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Inscrita no CNPJ N° 03.652.030/0001-70.

OBJETO: Notificação da empresa **LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n° 22.328.534/0001-84, situada à Rua Duzentos, nº 94, Bairro: Jardim Imperial, CEP: 78.075-648, Cuiabá/MT, Fone: (65) 3634-0804, e-mail: licitacao01@rmmicro.com.br neste ato representada por seu procurador o Sr. Fagner de Almeida Ramos, portador do CI/RG n.º 1186055-3 SSP/MT, e inscrito no CPF n.º 695.609.271-91, contratada através da Ata de Registro de Preços 81/2021, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 28/2021, para Registro de Preços.

Dos Motivos da Notificação:

Foi encaminhado ao setor de licitações e contratos, solicitação da secretaria municipal de Assistência Social, para que notifique a empresa por não cumprir com o prazo de entrega dos produtos especificados na Ordem de Fornecimento N° 1695/2022, emitida em 11 de abril de 2022.

Venho por meio desta, notificar a empresa acima citada**,** pelo descumprimento do prazo de entrega dos produtos solicitados, com base na ata de Registro de Preço firmada com o município de Nobres/MT que diz:

4.1. O prazo de fornecimento dos produtos/serviços, serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 10 (dez) dias corridos, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

Destarte informar, que inexiste justificativa apresentada formalmente pela empresa para não entrega dos itens solicitados.

A priori a de se destacar no presente instrumento contratual que:

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8. 1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Portanto a partir desta data fica a empresa acima Notificada, a entregar os itens solicitados no prazo **Máximo de 05 (cinco) dias uteis**. Caso os itens não sejam entregues em tempo hábil esta administração tomará as providencias cabíveis quanto a multas contratuais e suspensão temporária de participar de licitação conforme Lei 8.666/93.

Nobres, 04 de maio de 2022.

Leidinete Santana Maria Cecília Botini Hanel

Gerente de Sec. de ADM Sec. Munic. De Assistência Social

Patrícia Pereira

Fiscal de Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022

Processo: 002393/2022

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Hospedagem, alimentação e locação de Sala de reunião para atender a equipe de assessores e coordenadores que irão participar de reunião estratégica da Secretaria Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. TR nº 015/2022.

RECONHEÇO E RATIFICO Ato de Dispensa de Licitação **nº 33.2022,** para contratação da **Pessoa Jurídica:** POUSADA PENHASCO EIRELI CNPJ: 03.794.556/0001-95**,** cujo Contratação de empresa especializada para fornecimento de Hospedagem, alimentação e locação de Sala de reunião para atender a equipe de assessores e coordenadores que irão participar de reunião estratégica da Secretaria Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. TR nº 015/2022. Sendo o valor apresentado de R$12.129,50 **(doze mil cento e vinte e nove reais e cinqüenta centavos)**, conforme legislação vigente aplica-se a Dispensa de Licitação fundamentado na Lei 8. 666/93, Art. 24, inciso II, Decreto Federal 9.412/2018 – art. 1º inciso II e em consonância parecer jurídico acostado aos autos.

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Saúde	Próprio	2030 – Manutenção Encargos da Saúde	258	3.3.90.39.00	1.1.500	R$ 12.129,50
Total R$ 12.129,50						

E autorizo o empenho da despesa, no valor **R$12.129,50(doze mil cento e vinte e nove reais e cinqüenta centavos)**, em favor da **Pessoa Jurídica:** POUSADA PENHASCO EIRELI CNPJ: 03.794.556/0001-95**,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 015/2022.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Sra. Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Nossa Senhora do Livramento/ MT, 18 de Maio de 2022.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 16/2022

Fica rescindido a partir de 19 de Maio de 2022, o Contrato Temporário nº **16/2022**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **a Sra. Luana de Matos Ferreira Albuquerque – Odontologa,**

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de Maio de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ALTERAÇÃO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: **JOSIANE APARECIDA DO PRADO**

OBJETO: Aditivo de Valor e Carga Horária

Cargo: Professora

DOTAÇÃO: **005.005006.31.90.04.1.540 – FICHA 151.**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: **IVANETE CLARINDA DA GUIA MAGALHÃES**

OBJETO: Aditivo de Valor e Carga Horária

Cargo: Professora

DOTAÇÃO: **005.005006.31.90.04.1.540 – FICHA 151.**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: **CLAUDINEIA DO PRADO MONTEIRO DA SILVA**

OBJETO: Aditivo de Valor e Carga Horária

Cargo: Professora

DOTAÇÃO: **005.005006.31.90.04.1.540 – FICHA 176.**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de Maio de 2022.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO DA LDO/2023

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO LDO 2023

REALIZADA EM 17/05/2022

Local: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

As dezessete horas e vinte minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e dois, na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes, para apresentar em audiência pública a proposta do Projeto de Lei da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2023. Em continuidade à sessão da audiência pública de prestação de contas do RGF 1º quadrimestre/2022 e RREO 2º bimestre/2022, os convites foram publicados no site oficial do município de Nova Bandeirantes, no Jornal Oficial dos Municípios AMM, em data de 11/05/2022, edição nº 3.978, página 234, foram convidados ainda, todo o secretariado e instituições municipais, e representantes dos partidos políticos, e ainda, afixado em mural para conhecimento geral dos servidores municipais e demais visitantes. Com a participação de servidores, secretários e alguns populares, o Sr. Sidney Oribes, da assessoria de planejamento, deu continuidade à sessão, falando da obrigatoriedade legal e da necessidade de realização das audiências públicas, aos processos que antecedem PPA, LDO, LOA, RGF e RREO, e no caso em tela trata-se de discussão da LDO/2023. Inicialmente apresentou alguns artigos do anteprojeto de Lei, citou a extensa complexidade dessa modalidade de Lei, no entanto, esclareceu com palavras simples para o entendimento dos presentes a importância da LDO. É uma peça que extrai do PPA as metas e prioridades dos exercícios propostos, 2022-2025, no caso em tela 2023 e traz para a montagem e determinação das regras do Orçamento/2023. Ou seja, a LDO é uma peça de planejamento que é o elo de ligação entre o Plano Plurianual e o Orçamento. Detalhou informações acerca dos Anexos que compõem a LDO/2023: I - as Metas Fiscais; II - as Prioridades da Administração Municipal; III - a Estrutura dos Orçamentos; IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município; **V** - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal; VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal; VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e **VIII** - as Disposições Gerais. Apresentou a estrutura administrativa detalhadamente e em seguida os valores que compõem o detalhamento da receita e despesa contida na LDO/2023, utilizando-se como base o princípio histórico do município com base nos últimos três anos, uma das condicionantes legal para elaboração da peça orçamentária para 2023. Apresentou aos presentes a estrutura administrativa do município e dentro dela todos os órgãos e unidades orçamentárias, as quais promoverão as despesas orçamentária no decorrer do curso do exercício de 2023. Apresentou a natureza das receitas estimadas em R$ 70.000.000,00 para 2023, distribuidos em Receitas Correntes R$ 61.500.000,00; sendo: Impostos e Taxas R$ 5.500.000,00; Contribuições e Receitas Patrimoniais R$ 800.000,00; Receitas de Serviços R$ 1.150.000,00; Transferências Correntes R$ 54.000.000,00 e Outras Receitas Correntes R$ 50.000,00 e Receitas de Capital R$ 8.500.000,00; Operações de Crédito R$ 1.500.000,00; Alienação de Bens R$ 100.000,00; Transferência de Convênios R$ 6.900.000,00. Bem como, o mesmo valor para as despesas, detalhando como serão distribuidos em cada unidade orçamentária, conforme segue: Despesas Correntes R$ 58.700.000,00; Pessoal e Encargos R$ 33.000.000,00; Juros e Encargos R$ 300.000,00; Despesas de Manutenção R$ 25.400.000,00; **Despesas Capital R$ 11.150.000,00;** Investimentos R$ 10.500.000,00; Amortização de Dívidas R$ 650.000,00 e Reserva de Contingência R$ 150.000,00, Falou ainda acerca da publicação desse material no site da prefeitura para conhecimento da população em geral em: www.novabandeirantes.mt.gov.br/Transparencia e ratificou que esse projeto estará em discussão na câmara de Vereadores até final de junho, e que, qualquer pessoa poderá fazer recomendação e sugestão nessa fase antes da aprovação do Projeto de Lei. Na sequência abriu a palavra aos presentes que não se manifestaram, então deu-se por encerrada a sessão de audiência pública as 18:05hs. E, eu _____ Edineide Ribeiro Marcolino Corrêa, lavrei a presente ata que vai por mim e os presentes assinada e pelos presentes em lista anexa.

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º RGF E 2º RREO/2022

ATA DE APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO 2º BIMESTRE 2022 E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL RGF 1º QUADRIMESTRE 2022

REALIZADA EM 17/05/2022

Local: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

As dezesseis horas e trinta e cinco minutos, do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e dois, na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes, para apresentar em audiência pública de prestação de contas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do segundo bimestre/2022 e o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre/2022. Os convites foram publicados no site oficial do município de Nova Bandeirantes, no Jornal Oficial dos Municípios AMM, em data de 11/05/2022, edição nº 3.978, página 234, foram convidados ainda, todo o secretariado e instituições municipais, e representantes dos partidos políticos, e ainda, afixado em mural para conhecimento geral dos servidores municipais e demais visitantes. Iniciando a apresentação, com a participação de servidores, secretários e alguns populares, o Sr. Sidney Oribes, da assessoria de planejamento, agradeceu a presença dos presentes, deu as boas-vindas e iniciou a apresentação falando da obrigatoriedade legal e da necessidade de realização das audiências públicas, para que os munícipes conheçam a aplicação dos recursos públicos e participem das indicações das ações municipais quando da montagem das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), e iniciou a apresentação demonstrando o Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2º quadrimestre/2022, das execuções orçamentárias, Receitas: Receita Estimada 2022 R$ 60.000.000,00, arrecadou o valor de R$ **21.496.683,80**, perfazendo o percentual de 35,85%, no quadrimestre, subdivididos em Receita Corrente R$ 19.127.166,77, 36,83%, e Receita de Capital R$ 2.369.517,03 com 32,43%. Apresentou o quadro dos valores estimados de receitas próprias de R$ 6.451.200,00 e arrecadado o montante de R$ 2.208.557,00, perfazendo o percentual de 34,23%, no período. Do montante das Receitas da União o valor estimado de R$ 18.766.000,00 já deduzidos os valores de contribuição ao Fundeb de R$ 3.260.000,00, arrecadou-se o valor de R$ 7.130.155,00, desta forma, apresentou um índice de 38,00%. Do montante das Receitas do Estado o valor estimado de R$ 15.435.000,00 já deduzidos os valores de contribuição ao Fundeb de R$ 2.800.000,00, arrecadou-se o valor de R$ 5.588.539,00, desta forma atingiu o objetivo de 36,21% do valor previsto. Quanto aos valores do Fundeb, a receita estimada está prevista em R$ 10.000.000,00 e arrecadado o valor de R$ **3.778.366,80**, portanto, 37,78% do montante estimado. A contribuição do município ao Fundeb até o período do encerramento do quadrimestre, foi de R$ 2.364.119,59, perfazendo uma vantagem entre recebimento e contribuição de R$ 1.414.246,00. Com relação ao Despesas Fixada na Lei Orçamentária nº 1.348/2021, a despesa da prefeitura é fixada para 2022 em R$ 60.000.000,00, e até o momento, Créditos Suplementares no montante de R$ 120.000,00, tornando a despesa fixada em R$ 60.120.000,00. E para a Câmara Municipal de Vereadores, um valor orçado de R$ 1.967.000,00. Desse montante, despesa empenhada R$ 25.121.318,17; Liquidada R$ 17.725.463,55 e Paga o montante de R$ 16.321.158,97, permanecendo no período o resto a pagar processado R$ 1.404.304,58. O resultado orçamentário no período se deu da seguinte forma: Receita Arrecada R$ 21.496.683,80 e um déficit orçamentário de (R$ 3.624.634,37), e um superávit financeiro de R$ 5.175.524,83. Quanto à Câmara de Vereadores, o orçamento está estimado em R$ 1.967.000,00 e recebeu de duodécimo o valor de R$ 655.666,68, ou seja, R$ 163.916,67 mensais, e a despesa liquidada e paga apresentada em detalhes soma o montante de R$ 533.808,77. A Receita Corrente Líquida soma nos últimos 12 meses o valor de R$ 61.469.561,60. O resultado das Metas Fiscais apresentadas ficou na seguinte ordem: Receita Primária Total R$ 20.996.691,60; Despesa Primária Paga R$ 16.174.426,85; Restos a Pagar Processados Pagos R$ 284.810,06 e Restos a Pagar não Processados Pagos R$ 689.669,20, perfazendo um Resultado Primário no quadrimestre de R$ 3.847.785,49; Meta do Resultado Primário previsto na LDO/2022 R$ (2.613.200,03), e o Resultado Nominal, na seguinte ordem: Soma da Receita Primária Total R$ 20.996.691,60; Soma da Despesa Primária Paga R$ 16.174.426,85; Restos a Pagar Processados Pagos R$ 284.810,06 e Restos a Pagar não Processados Pagos R$ 689.669,20, Juros Ativos (recebidos) (+) R$ 311.232,65 e Juros Passivos (pagos) (-) R$ 21.958,68 e Amortização de Dívidas (-) R$ 124.773,44, perfazendo um Resultado Nominal no quadrimestre de R$ 4.012.286,02; Meta do Resultado Nominal previsto na LDO/2022 R$ (2.566.655,24). Na sequência foi apresentado as despesas por órgão e unidade, com o detalhamento dos valores fixados e as despesas empenhadas. O apresentador falou ainda que essas informações estão disponibilizadas no site da prefeitura no Portal Transparência, acessível a todo e qualquer pessoa. E na sequencia iniciou a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre/2021. Apresentando os índices constitucionais da Saúde, Educação, Fundeb e Pessoal e encargos. A Base de cálculo oriundo de recursos de impostos e transferências é R$ 13.269.590,73, e os gastos mínimos obrigatórias, ficam assim subdivididos: Saúde 15%, representa o valor de R$ 1.990.438,61 e Educação os 25%, representa o valor de R$ 3.317.397,68. Quanto ao Fundeb, os valores recebidos somam R$ 3.778.366,80; o montante efetivamente gasto soma R$ 2.762.728,39, perfazendo o percentual de 73,12%. Na Educação o montante dos gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foi de R$ 3.317.397,68, representando o percentual de 26,84%, assim distribuídos: Contribuição ao Fundeb R$ 2.364.119,59 e Recurso Próprio Despesa Liquidada R$ 1.197.418,43. A Saúde liquidou em despesas o valor de R$ **3.396.865,30** perfazendo um percentual de 25,60%. O valor da RCL R$ 61.469.561,60, Gastos com Pessoal e Encargos R$ 26.695.564,33, atingindo o percentual de 43,43%, nos últimos doze meses. A Câmara Municipal no mesmo período gastou com pessoal e encargos o montante de R$ 1.068.790,55, perfazendo o índice de 1,74%, em relação a RCL dos últimos doze meses. A RCL do período relativo ao 1º Quadrimestre soma o valor de R$ 19.138.494,01; Gastos com Pessoal e Encargos R$ 8.804.673,10 e percentual atingido no período é de 46,01%. A Câmara Municipal no mesmo período gastou com pessoal e encargos o montante de R$ **356.137,24, perfazendo o índice de 1,86%, em relação a RCL do mesmo período.** Diante das informações prestadas, foi informado aos presentes que o site www.novabandeirantes.mt.gov.br/Transparencia está disponível para acesso público e que, caso não se consiga alcançar o objetivo da pesquisa, pode-se fazer e-mail a Ouvidoria do município através do site www.novabandeirantes.mt.gov.br/Ouvidoria para dirimir todas as dúvidas. E, ainda, falou aos presentes acerca da disponibilização desses slides e de todo o processo de contas postados do Portal Transparência para acesso público, e ainda, da disponibilização dos relatórios apresentados no site Portal Transparência para apreciação da população. Falou ainda, que tão logo termine essa apresentação, entraremos em discussão da LDO 2023, abriu em seguida a palavra aos presentes, o qual, um membro do conselho da agricultura, pediu detalhamento da despesa da pasta, o que foi informado que o mesmo poderá entrar em contato com o Secretário da pasta, ou mesmo com a contabilidade da prefeitura, ou ainda, se preferir, calmamente poderá acessar as informações do Portal Transparência, o qual dispõe das notas de empenha, valores, históricos dos empenhos, eventuais processos licitatório para acesso e, se mesmo assim, não se der por satisfeito, poderá enviar o pedido de esclarecimentos à ouvidoria, a qual, dentro do prazo legal irá atender a demanda. O apresentador Sr. Sidney falou ainda aos presentes da carta de serviços ao cidadão que foi recentemente disponibilizada, para acesso público, a qual orienta os interessados nas pesquisas de informações dos serviços disponibilizados pelo município. Como não houve outras manifestações, as 17:20hs, deu-se por encerrada a sessão. E, eu _____ Edineide Ribeiro Marcolino Corrêa, lavrei a presente ata que vai por mim e os presentes assinada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°113/2021

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°113/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS - ME**

CNPJ: 13.236.496/0001- 49

OBJETO:Prorrogação de prazo de execução do contrato original por mais **120 (cento e vinte)** dias, com vigência a partir de **13 de fevereiro de 2022 a 13 de junho de 2022.**

ASSINATURA**: 11 de fevereiro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 127/ 2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 127/ 2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: CLAUDIMIR JOSE SCABENI-CLINICA EIRELI.**

CNPJ: 10.297.478/0001-15

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 30 (trinta) dias**,** vigorando a partir de 17 de abril de 2022 a 17 de maio de 2022.

ASSINATURA: **15 de abril de 2022.**

VIGENCIA: **17 de abril de 2022 a 17 de maio de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: CARMED CARE RESGATE LTDA**

CNPJ: 13.951.548/0001-69

OBJETO:ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°075/2021, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N°030/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO N°358/2021, PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA – MT E PROCESSO N° 035/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA EM AMBULÂNCIA TIPO UTI MÓVEL, SENDO VEÍCULO DEVIDAMENTE EQUIPADO COM ASSISTÊNCIA PROFISSIONAL MÉDICA E DE ENFERMAGEM PARA REMOÇÃO DE PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.

Valor Total R$ **127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais).**

ASSINATURA:**02 de maio de 2022.**

VIGENCIA: **02 de maio de 2022 a 02 de maio de 2023.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 021/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 021/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: AROLDO JOSÉ BATISTA LEITE ME**

CNPJ: **14.384.413/0001-21.**

OBJETO:Prorrogação do prazode duração do Contrato Original por mais 03 (três) meses**,** vigorando a partir de 09 de maio de 2022 a 09 de agosto de 2022,Pregão Presencial nº003/2021.

ASSINATURA: **06 de maio de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 033

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 033/2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Publico nº 001/2022 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 029/2022 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **18/05/2022 ao dia 16/06/2022, no horário das 07h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e ho-

rários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco Sicredi) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 18 de maio 2022.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR - EDUCAÇÃO**		
Candidato	Inscrição	Colocação
DEBORA ALCANTARA DE OLIVEIRA	011	1º
POLIANA APARECIDA DE LIMA CAMPOS	036	2º
MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS	207	3º
SUELI ELIDIA OLIVEIRA BORGES	145	4º

Cargo: **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - EDUCAÇÃO**		
Candidato	Inscrição	Colocação
ALINE CRYSTINA DA SILVA	062	1º

Cargo: **OPERADOR DE PA CARREGADEIRA - INFRAESTRUTURA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
CLEBER JOSE DE SOUZA	245	1º

Cargo: **OPERADOR DE MOTONIVELADORA - INFRAESTRUTURA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
CRISTIANO BADER	100	1º
EDER CARLOS LIMA SILVA	227	2º

Cargo: **MOTORISTA CATEGORIA D - AGRICULTURA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
DENNYS KENDY ARAUJO NAKANO	049	1º
Cargo: **MEDICO VETERINARIO - AGRICULTURA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
SABRINA LORRANA DOS SANTOS SILVA	168	1º

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 022/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 022/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JC BARBOSA PIMENTA – BOMBAS INJETORAS ME**

CNPJ: 08.657.312/0001-84

OBJETO:OBJETO:Prorrogação do prazode duração do Contrato Original por mais 03 (três) meses**,** vigorando a partir de 09 de maio de 2022 a 09 de agosto de 2022,Pregão Presencial nº003/2021.

ASSINATURA: **06 de maio de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
PORTARIA 235 POSSE

PORTARIA Nº 235/2022, DE 016 DE MAIO DE 2022

" ***Dispõe sobre a Posse para o cargo de Diretor Executivo da PREVBRAS - Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Brasilândia****". IZEL*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela, Lei Municipal nº 512, de 30 de Julho de 2013, Lei Municipal nº 690, de 21 de Fevereiro de 2018, o Regulamento nº 001/2022 da Eleição do Novo Diretor do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Brasilândia - MT.

R E S O L V E:

Artigo 1º - DAR POSSE, a Senhora ANA LUCIA NASCIMENTO CAMPOS – Agente Administrativo, Servidora Pública Municipal Efetiva, para o Cargo de Diretora Executiva do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Brasilândia – MT – PREVBRAS.

Artigo 2º - O presente Cargo terá mandato para a Gestão 2022/2024, conforme Eleição realizada no dia 13 de maio de 2022.

Artigo 3º - Sendo assim, a servidora acima ficará afastada do cargo efetivo durante o período que estiver exercendo a função

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Nova Brasilândia, aos 16 de maio de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°113/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°113/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS - ME**

CNPJ: 13.236.496/0001- 49

OBJETO:Prorrogação de prazo de vigência do contrato original por mais **60 (sessenta)** dias, com vigência a partir de **28 de abril de 2022 a 27 de junho de 2022**.

ASSINATURA**: 27 de abril de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
RETIFICAÇAO DA PORTARIA 2812021

PORTARIA N° 234/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 281/2021 DE EXONERAÇÃO DA SENHORA DARLI GRACIELLI ACOSTA CAMPOS IZELDO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL CHEFIA DE GABINETE".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido a senhora **DARLI GRACIELLI ACOSTA CAMPOS** do Cargo de em Comissão de **SECRETARIA MUNICIPAL CHEFIA DE GABINETE,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 11 de junho de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de maio de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

CONSIDERA COMO ATIVIDADE TRADICIONALISTA A "PROVA DE LAÇO" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 871/2022

Declara como bem integrante do Patrimônio cultural imaterial do Município de Nova Brasilândia-MT considera como atividade tradicionalista a "Prova de Laço" e da outras providências.

A SENHORA **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada como bem integrante do Patrimônio cultural imaterial do Município de Nova Brasilândia-MT e considerada como atividade tradicionalista "Prova de Laço".

Parágrafo único: A Prova de Laço é uma competição em que o laçador deve se apresentar com as indumentárias características do homem do campo de nossa região, utilizando-se o laço.

Art. 2º A Prova de laço considerada uma cultura e tradição por apresentar as seguintes características:

I - Trata-se de um jogo com regras previstas em regulamentos;

II - Trata-se de uma competição, com vencedore4s e perdedores e distribuição de premiação; III - Por seu conteúdo pedagógico, uma vez que envolve a manutenção das tradições, de NovaBrasilândia-MT, e por meio da demonstração de coragem exigida aos laçadores e dos ensinamentos, promovendo o respeito e a interação com as gerações mais experientes, o conhecimento da história do povo mato-grossense e a aprendizagem do trato e respeito com os animais.

Art. 3º Nos termos da Lei Federal n° 13.364, de 29 de novembro de 2016, a declaração da prova de laço como patrimônio cultural imaterial se justifica por seu relevante interesse como manifestação cultural.

Art. 4º De forma a garantir o bem-estar dos animais envolvidos na Prova de Laço, devem ser observadas em seu manejo as determinações da Lei Federal n° 10.519, de 17 de julho de 2002, e demais regulamentos e convenções pertinentes.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Nova Brasilândia 25 de novembro de 2021.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATO DE PESSOAL

CONTRATO: 018/2022/SMAF/PMNG

RECURSO: FUNDEB

PRAZO: 18/05/2022 a 18/05/2023

CONTRATADA: **LUZINETE ALVES DO NASCIMENTO**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR III (PEDAGOGIA), DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 3.110,62 (MENSAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO 31.90.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado 12.361.0013.2031 – Manutenção e Encargos com o FUNDEB 70% - Ensino Fundamental.

DATA: 17/05/2022

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 256/2022/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o Sr(ª). Maykow Filipy Vieira, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Oficina Mecânica, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agricultura Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 04.122.0001.2019 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021

CONTRATANTE : O **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA**

CONTRADA : **LORENA ELI FISCHER ME**

OBJETO:

ITEM	VALOR ANTERIOR	RAJUSTE %	VALOR REAJUSTE	VALOR ATUAL
1.REPARO AUTOMOTIVO – RESSOLAGEM DE PNEU 1000/20-RADIAL/ BORRACHUDO	R$ 690,00	6,00 %	R$ 41,40	R$ 731,40
3.REPARO AUTOMOTIVO – RESSOLAGEM DE PNEU 215/75, ARO 17,5/ RADIAL, BORRACHUDO	R$ 465,00	6,00 %	R$ 27,90	R$ 492,90

4.REPARO AUTOMOTIVO – VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X20	R$ 180,00	6,00 %	**R$ 10,80**	**R$ 190,80**
6.REPARO AUTOMOTIVO – VULCANIZA DE PNEU 215/75, 17 5R	R$ 155,00	6,00 %	**R$ 9,30**	**R$ 164,30**
12.REPARO AUTOMOTIVO – RESSOLAGEM DE PNEU 19.5X24 12 LONAS	R$ 2.165,00	6,00 %	**R$ 129,90**	**R$ 2.294,90**
13.REPARO AUTOMOTIVO – VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19.5L-24 12 LONAS	R$ 415,00	6,00 %	**R$ 24,90**	**R$ 439,90**

14.REPARO AUTOMOTIVO – DO TIPO DUPLAGEM DE PNEU 19.5X24 12 LONAS	R$ 1.530,00	6,00 %	**R$ 91,80**	**R$ 1.621,8**
26.REPARO AUTOMOTIVO – SERVIÇO DE RECAPAGEM/PNEU AGRICOLA, 34XDW16	R$ 2.338,00	6,00 %	**R$ 140,28**	**R$ 2.478,28**

Nova Lacerda – MT, 17 de maio de 2022.

PROCURADORIA JURÍDICA
CONTRATO N º 021/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: **MFM SOLUÇÕES AMBIENTAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**

OBJETO:

ITEM/SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
SERVIÇO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – DO TIPO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Tonelada	2.000,00	R$ 213,80	R$ 427.600,00
TRANSPORTE SERVIÇO DE REMOÇÃO DE MATERIAL – DE RESÍDUO SÓLIDO, EM CAÇMBA COM COLETA	Km	180.000,00	R$ 12,50	R$ 2.250.000,00
VALOR TOTAL				**R$ 2.677.600,00**

O valor total do contrato é de R$ 2.677.600,00 (dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos reais).

Nova Lacerda MT, 16 de maio de 2022.

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 116/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 021/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ROSINEIA DEZIDERIO ROCHA,** brasileira,servidora pública municipal, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.505. 721-78, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 021/2022.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 16 de maio de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°054/2022

CONTRATO N°054/2022 – **ASS**- 17/05/2022 – **VCTO** – 17/06/2022 - **R$** 7.630,00

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE UMA CAMERA CANON, LENTE E MICROFONE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT**.**

CONTRATADO (A): G. J. O SILVA FILHO “CAMERAS CUIABÁ” **CNPJ** 39.376.572/0001-05

Nova Marilândia-MT, 18 de Maio de 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°053/2022

CONTRATO N°053/2022 – **ASS**- 17/05/2022 – **VCTO** – 31/12/2022 - **R$** 2.160,00.

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CAPTAÇÃO, LEITURA E ENVIO DE RECORTES ELETRÔNICOS DE DIÁRIOS OFICIAIS, TANTO NO ÂMBITO ESTADUAL, QUANTO NO ÂMBITO FEDERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

CONTRATADO (A): GRIFON DIGITAL SERVIÇOS LTDA **CNPJ** 26.579. 777/0003-08

Nova Marilândia-MT, 18 de Maio de 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°052/2022

CONTRATO N°052/2022 – **ASS**- 17/05/2022 – **VCTO** – 31/12/2022 - **R$** 6.140,00.

OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DA CARTA DE SERVIÇO AO USUÁRIO E DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E DAS PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS NO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA-MT**.**

CONTRATADO (A): GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES - **CNPJ** 15.507.854/0001-36.

Nova Marilândia-MT, 18 de Maio de 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 003/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO BAIRRO JARDIM PLANALTO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, DE ACORDO COM O CONVENIO 886236/2019 DO MINISTÉRIO DA DEFESA.

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, através de sua CPL, torna público a todos os interessados que realizará às **08h00min**, do dia **06/06/2022**. Em sua sede na Av. Tiradentes, nº 329, Bairro Centro – Nova Marilândia-

MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 003/2022, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Demais informações e edital junto a comissão de licitações em horário de expediente, pelo site www.novamarilandia.mt.gov.br **ou e-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com**

NOVA MARILÂNDIA - MT, 18 de maio de 2022.

BRUNA C. P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO 075/2021.

EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.

INEXIGIBILIDADE 003/2021 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2021.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.831-xx e RG n.º 14009xx SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CLAUDINEI DE OLIVEIRA RAMALHO 02295623103**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Luiz Dada, s/nº - Bairro Seringal, Inscrito no CNPJ/MF sob nº **42.502.311/0001-07**, representado neste ato por Claudinei de Oliveira Ramalho, inscrito no CPF/MF sob nº 002.956.231-xx, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR** ao CONTRATO Nº 075/2021, nos termos da INEXIGIBILIDADE 003/2021 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2021, devidamente ratificado em 07/07/2021, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 02 (dois) meses o contrato nº. 075/2021 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Maio de 2022 e término em 20 de Julho de 2022.

ITEM	UND	QNT. PROF.	QNT HORAS P/ 2 MESES	DESCRIÇÃO	VALOR POR HORA	VALOR MÊS	VALOR TOTAL
04	HORAS	01	440	SERVENTE DE PEDREIRO MEDIA DE 44 HORAS SEMANAIS	R$ 14,25	R$ 3.135,00	R$ 6.270,00

01.2. A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n. º 075/2021 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §2°VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.1 As despesas com o presente Contrato correrão por conta dos recursos orçamentários do município de Nova Maringá - MT, dentro das seguintes especificações:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	RED	VALOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	06.001.04.122.0007.2037.339039.000000	397	R$ 6.270,00

CLÁUSULA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

03.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **AGUIAR JOSE DOS SANTOS**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

04.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá – MT, 18 de Maiode 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT/ CLAUDINEI DE OLIVEIRA RAMALHO

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE /CNPJ: 42.502.311/0001-07

Contratante/ Contratada

_____

AGUIAR JOSE DOS SANTOS

CPF: 767.260.021.xx

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

NOME: NILCEIA MORAIS EUGENIO ONO

CPF Nº.: 021.992.451.xx

NOME: GERSON VALENTIN CASARI

CPF Nº.: 593.145.591.xx

LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de seu Agente de Contratação e equipe de apoio, designado pela Portaria nº 190/2021/GAPRE de 04 de maio de 2021, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que realizará em sua sede Administrativa a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA MELHORIA DOS PROCESSOS E DE MONTAGEM DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO LATICINIO DE NOVA MARINGÁ - MT, através de processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação, a ser regida pela Lei n.º 14. 133/2021.

A INEXIGIBILIDADE de licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernadino Zanchet, nº 50E, neste Município de Nova Maringá-MT de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá/MT, 18 de Maio de 2022.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO - **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO 079/2021.

EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.

INEXIGIBILIDADE 003/2021 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2021.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.831-xx e RG n.º 14009xx SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **EDNA BARBOSA 62742116168**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua da Madeira, s/nº - Bairro Residencial Mario Duilio Henry, Inscrito no CNPJ/MF sob nº **42.502.639/0001-15**, representado neste ato por Edna Barbosa, inscrito no CPF/MF sob nº 627.421.161.xx, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR** ao CONTRATO Nº 079/2021, nos termos da INEXIGIBILIDADE 003/2021 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2021, devidamente ratificado em 07/07/2021, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 02 (dois) meses o contrato nº. 079/2021 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Maio de 2022 e término em 20 de Julho de 2022.

ITEM	UND	QNT. PROF.	QNT HORAS P/ 2 MESES	DESCRIÇÃO	VALOR POR HORA	VALOR MÊS	VALOR TOTAL
04	Horas	01	500	SERVENTE DE PEDREIRO, MEDIA DE 44 HORAS SEMANAIS	R$ 14,25	R$ 3.562,50	R$ 7.125,00

01.2. A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n. º 079/2021 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §2° VI, da Lei nº 8.666/93.

02. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas com o presente Contrato correrão por conta dos recursos orçamentários do município de Nova Maringá - MT, dentro das seguintes especificações:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	RED	VALOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	06.001.04.122.0007.2037.339039.000000	397	R$ 7.125,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

03.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **FATIMA FERNANDES GOLICZESKI**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

04.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá – MT, 18 de Maio de 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT/EDNA BARBOSA62742116168

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE /CNPJ: 42.502.639/0001-15

Contratante /Contratada

_____

FATIMA FERNANDES GOLICZESKI

CPF 016.181.541.xx

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

NOME: NILCEIA MORAIS EUGENIO ONO

CPF Nº.: 021.992.451.xx

NOME: GERSON VALENTIN CASARI

CPF Nº.: 593.145.591.xx

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO 078/2021.

EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.

INEXIGIBILIDADE 003/2021 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2021.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.831-xx e RG n.º 14009xx SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **JOSÉ CICERO DOS SANTOS 08037949168**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Edivane, s/nº - Bairro Jardim Mayra, Inscrito no CNPJ/MF sob nº **18.308.590/0001-80**, representado neste ato por João Pedro Campos, inscrito no CPF/MF sob nº 503.009.701.53, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR** ao CONTRATO Nº 078/2021, nos termos da INEXIGIBILIDADE 003/2021 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2021, devidamente ratificado em 07/07/2021, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 02 (dois) meses o contrato nº. 078/2021 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Maio de 2022 e término em 20 de Julho de 2022.

ITEM	UND	QNT. PROF.	QNT HORAS P/ 2 MESES	DESCRIÇÃO	VALOR POR HORA	VALOR MÊS	VALOR TOTAL
05	HORAS	01	480	MARCENEIRO MEDIA DE 44 HORAS SEMANAIS	R$ 18,50	R$ 4.440,00	R$ 8.880,00

01.2. A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n. º 078/2021 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §2° VI, da Lei nº 8.666/93.

02. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas com o presente Contrato correrão por conta dos recursos orçamentários do município de Nova Maringá - MT, dentro das seguintes especificações:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	RED	VALOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	06.001.04.122.0007.2037.339039.000000	397	R$ 8.88’0,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

03.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **CRISTIANE MARIA DE JESUS**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

04.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá-MT, 18 de Maio de 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT / JOSÉ CICERO DOS SANTOS08037949168

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE/ CNPJ: 18.308.590/0001-80

Contratante/ Contratada

_____

CRISTIANE MARIA DE JESUS

CPF 049.743.479.xx

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

NOME: NILCEIA MORAIS EUGENIO ONO

CPF Nº.: 021.992.451.xx

NOME: GERSON VALENTIN CASARI

CPF Nº.: 593.145.591.xx

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
PORTARIA N.º 150/2022 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2022

PORTARIA N.º 150/2022

18 de maio de 2022

SÚMULA: Nomeia fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preços Nº 19/2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo da Ata de Registro de Preços Nº 19/2022, referente a secretaria em que foi indicada, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e as empresas: **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI**; **E. C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI**; **EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA**; **SALVI, LOPES & CIA LTDA**; **NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**; **URSA COMERCIAL LTDA**; **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS;**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1528/2022

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERIODO DE 12 MESES.**

VALOR: **R$ 93.998,92** (noventa e três mil, novecentos e noventa e oito mil, noventa e dois centavos)

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: LUANA AUREA ANDRADE BAIA

RG Nº: 21368328 SSP

CPF Nº: 034.252.441-08

CARGO: ODONTOLOGO

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MATRICULA: 3672

SUPLENTE: LARA CRISTINA FERREIRA DA SILVA

RG Nº: 11183187 SSP/MT

CPF Nº: 986.904.261-91

CARGO: ODONTÓLOGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 2206

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 18 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

LICITACAO
RESUMO DO CONTRATO 48/2022

RESUMO DO CONTRATO 48/2022

CONTRATO Nº. 48/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a ContratadaEDUARDO DA SILVA FERNANDES EIRELI

2.OBJETO:*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GARAGEM COBERTA NA EMEIF FUTURO FELIZ, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 1076/2021 ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MTPROJETO, PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

3. DATA ASSINATURA: 16 de maio de 2022

4.VIGÊNCIA: 16 de maio de 2022 a 16 de maio de 2023

5.VALOR: R$ 42.933,31 (quarenta e dois mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e um centavos)

6.LICITAÇÃO: Tomada de Preço 01/2022

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2022.

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 002/2022 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA CIVIL A SEREM EXECUTADAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

CONTRATADO: VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA

CNPJ.: 13.765.712/0001-43

VALOR TOTAL PREVISTO R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT, 18 de maio de 2022.

Eder Fernandes da Silva

Presidente

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1769/2022

Pelo presente instrumento, nesta cidade de NOVA MONTE VERDE Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Ave-

nida Mato Grosso, nº. 51, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.465.556/0001-63, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na rua José Joaquim Vieira, nº. 101, Centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa: **JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.832.659/0001-51, estabelecida a Rua XV de Novembro, nº3131, bairro Jardim Ana Neusa, cidade de Marechal Candido de Rondon/PR, neste ato representada pelo Sra. Janai Meotti Vieira, portador do CIRG nº. 8384689-5. SESP/PR e CPF Nº. 051.052.869-44. doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA",** nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº. 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 0605/2021, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES, inscrita no CNPJ sob o nº 36.832.659/0001-51;

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
2	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO DE PAREDE ESPECIFICACOES TECNICA MINIMAS: VAZAO DE AR 50.000 M3/H , CONSUMO DE 1.2 KW/H, MOTOR 220 1,5 CV 4 POLO; DIMENSAO: LARG. 1,70 X ALT. 1,70 X PROF. 1,30; ABERTURA NA PAREDE 1,43 X 1,43 PESO (KG) 130; CUBO EM ALUMINIO;	UNIDADE	CLIMATTIZE	2	R$ 14.449,00	R$ 28.898,00
					Total	**R$ 28.898,00**

1.2. A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Federal nº. 10.520/02.

2.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.3. Os Órgãos ou Entidades da administração pública municipal não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na ata de registro de preços decorrente deste certame.

2.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.5. O Município de NOVA MONTE VERDE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, por meio da Secretaria de Administração e Finanças.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 18/05/2022 até 18/05/2023.

3.2. Nos termos do §4º, do artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de NOVA MONTE VERDE não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA QUARTA

DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do produto solicitado e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

4.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais das referidas certidões:

a) Certidão do FGTS/CRF;

b) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais;

c) Dívida Ativa da União;

d) Certidão negativa de débito, relativos às contribuições previdenciárias.

4.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1. A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente, conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.2. A entrega dos produtos deverá ser feita no local indicado na solicitação pela Secretaria competente, no prazo máximo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

5.3. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.3.1. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.3.2. No campo “Observação” da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.3.6. Se os itens forem fornecidos em caixas, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

5.3.7. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.3.8. No campo “Observação” da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.4. A PREFEITURA terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que o objeto deste Edital será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital e da proposta da Contratada;

b) Definitivamente, na forma do inciso I, alínea “b” do art. 73, da Lei nº. 8.666/93, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após a comprovação de adequação do objeto aos termos contratuais;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. A marca dos produtos cotados não poderá ser substituída no decorrer do contrato, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

5.7. O transporte e a descarga dos bens correrão por conta da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional a Prefeitura.

5.8. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

5.8.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Do Município:

6.1.1. Proceder ao pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.2. A fiscalização e acompanhamento do contrato serão de responsabilidade desta Prefeitura Municipal, através do fiscal de contrato responsável pelos produtos;

6.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.1.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.1.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado. Assim como não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato.

6.2. Da Detentora da Ata:

6.2.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

6.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na entrega sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93, sobre o valor do contrato/ARP.

8.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 8.2, “b”.

8.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento do produto, objeto desta licitação, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ARP;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002.

8.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

8.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos pelo município, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

8.5.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

8.5.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

8.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

8.7. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT.

8.8. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas (DOC TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM) as sanções administrativas previstas no item 8.2, “c” e “d”, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

8.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.9.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.9.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.9.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº. 9.784, de 1999.

8.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

8.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.15. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Durante o período de validade, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

9.3. A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

9.4. À contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão dos preços registrados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

9.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.7.1. Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas (DOC/TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO ORÇAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS COMUNICAÇÕES

14.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022** a proposta da empresa **JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.832.659/0001-51 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de NOVA MONTE VERDE – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

NOVA MONTE VERDE - MT, 18 de maio de 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES

CNPJ sob o nº 36.832.659/0001-51

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1769/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 0605/2021, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº. 19/2022 sagra-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 27 de abril de 2022, na Plataforma da BLL, às 08:30 horas as seguintes:
EMPRESA:
Ø **JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36. 832.659/0001-51, para um Valor Total de R$ 28.898,00 (vinte e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais);
Compromissos estes assumidos para os produtos a serem fornecidos, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 18 de maio de 2022.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Publique-se.

LICITACAO
PORTARIA N.º 151/2022 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2022

PORTARIA N.º 151/2022

18 de maio de 2022

SÚMULA: Nomeia fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preços Nº 20/2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo da Ata de Registro de Preços Nº 20/2022, referente a secretaria em que foi indicada, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa: **JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA;**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 19/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1769/2022

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 0605/2021, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

VALOR: **R$ 28.898,00** (vinte e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais)

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

TITULAR: MARLENE JOSEFA KELM

RG Nº: 50675122

CPF Nº: 543.434.611-49

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MATRICULA: 202

SUPLENTE: VANIA MARIA DOS SANTOS

RG Nº: 18011730-4

CPF Nº: 020.967.921-26

CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MATRICULA: 2216

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 18 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

CAMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2022.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 002/2022** Adjudicando o contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA** pelo valor global de **R$ R$ 6.000,00 (Seis mil reais)** o objeto da presente dispensa de licitação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Monte Verde-MT, 18 de maio de 2022.

Eder Fernandes da Silva

Presidente

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1528/2022

Pelo presente instrumento, nesta cidade de NOVA MONTE VERDE Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.465.556/0001-63, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na rua José Joaquim Vieira, nº. 101, Centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado as empresas: **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 25.341.162/0001-14 estabelecida a Rua John Fitzgerald Kennedy, nº299, bairro Recreio, cidade de Londrina/PR, neste ato representada pelo Sra. Caroline de Fatima Teresa Ladeira, portador do CIRG nº. 7.071. 551-1 SSP/PR e CPF Nº. 038.549.009-70; **E. C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.136.854/0001-25 estabelecida a Rua Anesia Nunes Matarazzo, nº 60, bairro Vila Rubi, cidade de São José dos Campos/SP, neste ato representada pelo Sra. Erica Cristine dos Santos, portador do CIRG nº. 22.659.061-6 SSP/SP e CPF Nº. 141.697.458-09; **EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 71. 505.564/0001-24 estabelecida a Rua Ere, nº 34, bairro Prado, cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Sra. Tarciane Vilaça Figueiredo, portador do CIRG nº. 6.608.612 SSP/MG e CPF Nº. 871.200.116-34; **SALVI, LOPES & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 82.478.140/0001-34 estabelecida a Avenida Gaturamo, nº 100, bairro Centro, cidade de Arapongas/PR, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos SAlvi, portador do CIRG nº. 4.502.096-7 IIP/PR e CPF Nº. 619.057.639-72; **NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.095.582/ 0001-16 estabelecida a Rua Castro, nº 145, bairro Vila Vera Cruz, cidade de Apucarana/PR, neste ato representada pelo Sr. Rafael Machado, portador do CIRG nº. 9.45.740-0 SSP/PR e CPF Nº. 050.247.779-21; **URSA COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.628.908/0001-38 estabelecida a Rua Vicente Negri, nº 15, bairro Vila Operaria, cidade de Assis/SP, neste ato representada pelo Sra. Marcia Valeria Oliveira Santos Nakanishi, portador do CIRG nº. 12.647.524-6 SSP/SP e CPF Nº. 252.393.468-01; **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.897. 039/0001-00 estabelecida a Rua Antônio Gravata, nº 136, bairro Betânia, cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Sr. Antônio Tadeu Penido Silva Junior, portador do CIRG nº. MG-11.611.868 SSP/MG e CPF Nº. 063.640.696-22; doravante denominadas **"PROMITENTE FORNECEDORA",** nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº. 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2022**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERIODO DE 12 MESES.

MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº25.341.162/ 0001-14

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA ESPATULA SUBLIGUAL EM MADEIRA PC C/100 UND	PACOTE	THEOTO	15	R$ 6,00	R$ 90,00
2	ABRIDOR DE BOCA ANATOMICO: EM KIT (1 UNIDADE TAMANHOH ADULTO DE 1 UNIDADE TAMANHO INFANTIL); FORMATO TRAPEZOIDAL COM RANHURAS LATERAIS; EM SILICONE ATOXICO; ESTERIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UNIDADE	IMPLA	10	R$ 6,46	R$ 64,60
3	ACIDO FOSFORICO 37%, GEL DE BASE AQUOSA. CONTENDO ACIDO FOSFORICO 37 DE BAIXA VISCOSIDADE E COM PROPRIEDADE TIXOTROPICA COM CORANTE AZUL-CLARO, PARA CONDICIONAMENTO DE ESMALTE E DENTINA, SERINGA 3G. PACOTE C/ 3 UND	UNIDADE	IMPLA	60	R$ 4,16	R$ 249,60
4	ADESIVO 2.1 FRASCO UNICO (5º GERACAO), FRASCO COM 6 GRAMAS	UNIDADE	MAQUIRA	20	R$ 64,55	R$ 1. 291,00
6	AGULHA GENGIVAL EXTRA-CURTA 30G BISEL TRIFACETADO CX C/ 100 UND	CAIXA	INJECTA	15	R$ 40,37	R$ 605,55
9	ALAVANCA RETA N 301	UNIDADE	IMPLA	6	R$ 23,82	R$ 142,92
10	ALAVANCA SELDIN ADULTO 1L	UNIDADE	IMPLA	4	R$ 23,82	R$ 95,28
11	ALAVANCA SELDIN ADULTO 1R	UNIDADE	IMPLA	4	R$ 23,82	R$ 95,28
12	ALGODAO ROLETE PACOTE C/ 100 UND	PACOTE	APOLLO	150	R$ 2,58	R$ 387,00
16	ANESTESICO TOPICO 5% SABOR TUTI-FRUTI POTE C/ 12 G	UNIDADE	DFL	20	R$ 10,29	R$ 205,80
17	ANTISSEPTICO BUCAL; COMPOSTO POR DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12%, ADOCADO COM XILITOL; SABOR MENTA, ISENTO DE ALCOOL E DE LAURIL SULFATODE SODIO; EMBALADO EM FRASCO PLASTICO; PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES E INSTRUCOES; VALIDADE MINIMA D	UNIDADE	DENTAL CLEAN	50	R$ 23,02	R$ 1. 151,00
18	APLICADOR DESCARTAVEL FINO C/ 100 UNI	CAIXA	FGM	27	R$ 9,77	R$ 263,79
19	APLICADOR PARA HIDROXIDO DE CALCIO	UNIDADE	IMPLA	4	R$ 8,42	R$ 33,68
20	BABADOR DESCARTAVEL, IMPERMEAVEL, COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORCAO, PRODUZIDO EM PAPEL PLASTIFICADO (1 CAMADA DE PAPEL E 1 DE PLASTICO)	PACOTE	BIODINAMICA	100	R$ 15,45	R$ 1. 545,00
22	BANDEJA DE ACO INOX 22X12 P. 1,5CM	UNIDADE	AÇONOX	6	R$ 22,43	R$ 134,58

30	BROCA CHAMA DE VELA 4138	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	10	R$ 2,47	R$ 24,70
41	BROCA ESFERICA 1012	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	60	R$ 2,45	R$ 147,00
42	BROCA ESFERICA 1013	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	60	R$ 2,45	R$ 147,00
43	BROCA ESFERICA 1014	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	60	R$ 2,45	R$ 147,00
44	BROCA ESFERICA 1015	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	60	R$ 2,45	R$ 147,00
45	BROCA ESFERICA 1016	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	60	R$ 2,45	R$ 147,00
46	BROCA ZEKRYA 28MM ALTA ROTACAO HASTE CURTA	UNIDADE	IMPLA	100	R$ 12,49	R$ 1.249,00
47	BROCA ZEKRYA 28MM ALTA ROTACAO HASTE LONGA	UNIDADE	IMPLA	100	R$ 12,49	R$ 1.249,00
48	CABO PARA ESPELHO	UNIDADE	IMPLA	50	R$ 2,30	R$ 115,00
49	CAIXA PARA ESTERILIZAR MATERIAL PERFURADAS PARA AUTOCLAVE 20X10X05CM	UNIDADE	AÇONOX	5	R$ 63,30	R$ 316,50
53	CARIOSTATICO A 12 %. COMPOSICAO: DIAMINO FLUORETO DE PRATA A 12% EM MEIO AMONIACAL. DESCRICAO: PRODUTO DE USO ODONTOLOGICO COM ACAO BACTERICIDA (PRATA). ACAO PREVENTIVA E REMINERALIZANTE (FLUOR)	UNIDADE	IODONTOSUL	2	R$ 31,64	R$ 63,28
54	CARIOSTOP 30% C/ 5ML	UNIDADE	IODONTOSUL	6	R$ 31,64	R$ 189,84
55	CIMENTO A BASE DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO PARA CAPIAMENTO PULPAR E FORRAMENTO PROTETOR CONTENDO UM TUBO DE PASTA BASE COM 13G E UM TUBO DE PASTA CATALISADORA COM 11G (DESEJAVEL QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A HYDCAL)	UNIDADE	DENTSPLY	15	R$ 19,28	R$ 289,20
57	CIMENTO RESTAURADOR PROVISORIO - COMPOSICAO: CIMENTO A BASE DE OXIDO DE ZINCO/SULFATO DE ZINCO. DESCRICAO: MATERIAL PARA PREENCHIMENTO TEMPORARIO DAS CAVIDADES DENTARIAS, DE ENDURECIMENTO QUIMICO, COM COLORACAO SEMELHANTE A DO DENTE, RADIOPACO. POTE	UNIDADE	BIODINAMICA	30	R$ 6,77	R$ 203,10
58	COLGADURA INDIVIDUAL: COMPOSICAO/DESCRICAO:PARA REVELACAO DE FILME RADIOGRAFICO PERIAPICAL. METAL CROMADO.	UNIDADE	IMPLA	20	R$ 4,82	R$ 96,40
61	CUNHA DE MADEIRA PCT C/ 100 UND	PACOTE	IMPLA	5	R$ 6,72	R$ 33,60
62	CURETA ALVEOLARES Nº 86 (TIPO LUCAS)	UNIDADE	IMPLA	8	R$ 8,18	R$ 65,44
69	CURETA PARA CIRURGIA TAMANHO MEDIO	UNIDADE	IMPLA	8	R$ 11,50	R$ 92,00
70	DISCOS DE LIXA- DISCOS DE POLIESTER, ADESIVO, ABRASIVO E BORRACHA DE SILICONE CX C/ 56 DISCOS NAS GRANULACOES GROSSO, MEDIO. FINO E EXTRAFINO	CAIXA	FGM	15	R$ 69,10	R$ 1.036,50
71	EMBALAGEM PAPEL GRAU CIRURGICO 10 CM X 100 M - BOBINA PARA ESTERILIZACAO COM INDICADORES QUIMICOS PARA USO EM ESTERILIZACAO A VAPOR OU GAS OXIDO DE ETILENO. COMPOSICAO: PAPEL GRAU CIRURGICO + FILME PLASTICO 04C. USO UNICO. REG. ANVISA. VALIDADE 24 M	UNIDADE	POLLITEX	15	R$ 55,57	R$ 833,55
72	EMBALAGEM PAPEL GRAU CIRURGICO 20 CM X 100 M - BOBINA PARA ESTERILIZACAO COM INDICADORES QUIMICOS PARA USO EM ESTERILIZACAO A VAPOR OU GAS OXIDO DE ETILENO. COMPOSICAO: PAPEL GRAU CIRURGICO + FILME PLASTICO 04C. USO UNICO. REG. ANVISA. VALIDADE 24 M	UNIDADE	POLLITEX	15	R$ 116,97	R$ 1.754,55
74	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 11,5	UNIDADE	IMPLA	10	R$ 8,18	R$ 81,80
75	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 5	UNIDADE	IMPLA	10	R$ 6,51	R$ 65,10
76	ESCOVA DE ROBSON PARA PROFILAXIA	UNIDADE	3R/MICRO-DONT	800	R$ 1,19	R$ 952,00
77	ESCOVA DENTAL ADULTA	UNIDADE	ULTRA	1500	R$ 0,73	R$ 1.095,00
80	ESPATULA DE RESINA THOMPSON SILICATO Nº 04 CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, AUTOCLAVAVEL, RESISTENTE A CORROSAO, PASSIVEL A ESTERELIZACAO	UNIDADE	IMPLA	60	R$ 38,35	R$ 2.301,00
82	ESPATULA ODONTOLOGICA; SIMPLES NUMERO 24F FLEXIVEL; CABO CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA; EXTREMIDADE DE SUPERFICIE IRREGULAR; CONFECCIONADA CONFORME NBR 7153-1 EM ACO INOX COM ACABAMENTO E POLIMENTO PERFEITO; PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS	UNIDADE	IMPLA	3	R$ 11,03	R$ 33,09
84	ESPATULA TITANIO DUPLA N° 01: COMPOSICAO/DESCRICAO: AÇO INOX. AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 57,90	R$ 289,50
87	EUGENOL VIDRO C/20ml	UNIDADE	MAQUIRA	3	R$ 9,54	R$ 28,62
88	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA, MASTIGAVEL, FRASCO C/ 100 UNIDADES	UNIDADE	BIODINAMICA	5	R$ 18,73	R$ 93,65
89	EXTRATOR DE TARTARO 1/10	UNIDADE	IMPLA	3	R$ 11,80	R$ 35,40
92	FIO DE SUTURA EM SEDA, AGULHADO 5.0 CX C/ 24 UND ODONTOLÓGICO	CAIXA	TECHNEW	25	R$ 54,90	R$ 1.372,50
94	FLUOR GEL 200ml P/ USO ODONTOLOGICO SABOR NEUTRO	UNIDADE	IMPLA	40	R$ 3,60	R$ 144,00
95	FORCEPS AD 150	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 70,27	R$ 351,35
96	FORCEPS AD 151	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 70,01	R$ 350,05
97	FORCEPS AD 17	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 69,91	R$ 349,55
98	FORCEPS AD 18 L	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 69,09	R$ 345,45
99	FORCEPS AD 18 R	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 69,47	R$ 347,35
100	FORCEPS ADULTO Nº 65	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 69,17	R$ 345,85

101	FORCEPS ADULTO Nº 69	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 68,99	R$ 344,95
102	FORCEPS ADULTO Nº01	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 69,98	R$ 349,90
103	FORCEPS ADULTO Nº16	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 69,15	R$ 345,75
105	FORCEPS INFANTIL Nº 02	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 68,45	R$ 342,25
106	FORCEPS INFANTIL Nº 101	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 78,74	R$ 393,70
108	FORCEPS INFANTIL Nº 44	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 68,40	R$ 342,00
109	FORCEPS INFANTIL Nº01	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 67,27	R$ 336,35
110	FORCEPS INFANTIL Nº03	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 68,12	R$ 340,60
111	FORMOCRESOL- COMPOSICAO: FORMALDEIDO, ÁCIDO CRESCILICO (CRESOL) E VEICULOS, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS	UNIDADE	MAQUIRA	3	R$ 3,93	R$ 11,79
112	HIDROXIDO DE CALCIO PA- PO PARA A BASE DE CAVIDADES, POLPOTOMIAS E CAPEAMENTO	UNIDADE	MAQUIRA	15	R$ 3,86	R$ 57,90
116	LIMA OSSEA Nº 11	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 33,64	R$ 168,20
119	MEPIVACAINA 3% SEM VASOCONSTRITOR. FRASCO AMPOLA UNICAMENTE EM VIDRO EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES.	UNIDADE	DFL	15	R$ 136,93	R$ 2.053,95
120	MEPIVACAINA ANESTESICO 2% COM VASOCONSTRITOR. FRASCO AMPOLA UNICAMENTE EM VIDRO EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES	UNIDADE	DFL	40	R$ 136,93	R$ 5.477,20
124	OCULOS PROTECAO INCOLOR	UNIDADE	KALIPSO	20	R$ 4,68	R$ 93,60
125	OLEO LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS DE ALTA E BAIXA ROTACAO C/200ML	UNIDADE	IMPLA	10	R$ 15,66	R$ 156,60
126	PAPEL CARBONO DUPLA FACE, PRETO E VERMELHO, COM 0,02 MILÍMETROS DE ESPESSURA. CADA EMBALAGEM CONTENDO 280 UNIDADES.	UNIDADE	ANGELUS	10	R$ 154,67	R$ 1.546,70
127	PASTA PROFILATICA COMPOSTA DE AGUA E ESPESSANTE, LAURIL SULFATO DE SODIO, CARBONATO DE CALCIO, PEDRA POMES, AROMA ARTIFICIAL E FLUORETO DE SODIO A 2%. BISNAGA DE 90GR. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO EM PORTUGUES: Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDA	UNIDADE	MAQUIRA	30	R$ 3,63	R$ 108,90
130	PELICULA OCLUSA PARA RAIO-X PERIAPICAL	UNIDADE	AGFA	100	R$ 199,90	R$ 19.990,00
132	PINCA ALVEOLOTOMO 16CM	UNIDADE	IMPLA	5	R$ 101,02	R$ 505,10
133	PINCA CLINICA ODONTOLOGICA DE ALGODAO	UNIDADE	IMPLA	30	R$ 5,51	R$ 165,30
134	PINCA CLINICA: COMPOSICAO/DESCRICAO: ACO INOX. AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	IMPLA	20	R$ 6,79	R$ 135,80
136	PLACA DE VIDRO RETANGULAR, POSSUI 6 MM DE ESPESSURA.	UNIDADE	IMPLA	10	R$ 11,15	R$ 111,50
138	POSICIONADOR UNIVERSAL DE FILME RADIOGRAFICO ADULTO/INFANTIL. COMPOSICAO/DESCRICAO: POSICIONADOR RADIOGRAFICO PARA RADIOGRAFIAS PERIAPICAIS E INTERPROXIMAIS COM MORDEDOR DE SILICONE. AUTOCLAVAVEL. CONTEM 1 CONJUNTO ADULTO/INFANTIL (CAIXA PARA ESTEREL	UNIDADE	MAQUIRA	6	R$ 78,65	R$ 471,90
140	PRENDEDOR BABADOR CORRENTE (JACARE): COMPOSICAO/DESCRICAO: PARA SEGURAR O BABADOR DE PROTECAO NO PACIENTE. METAL CROMADO. UNIDADE	UNIDADE	IMPLA	20	R$ 2,91	R$ 58,20
142	RESINA FLUIDA (FLOW). COMPOSICAO/DESCRICAO: COMPOSTO HIBRIDO FOTOATIVADO DE BAIXA VISCOSIDADE INDICADO PARA RESTAURACOES EM CLASSE III, V. COR A2 E A3. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE COM 2,4 G E PONTAS APLICADORAS	UNIDADE	MAQUIRA	10	R$ 23,52	R$ 235,20
143	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL TPH REFIL A1	UNIDADE	BIODINAMICA	15	R$ 11,58	R$ 173,70
144	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL TPH REFIL A2	UNIDADE	BIODINAMICA	15	R$ 11,36	R$ 170,40
145	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL TPH REFIL A3	UNIDADE	BIODINAMICA	30	R$ 11,55	R$ 346,50
147	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL TPH REFIL B 1	UNIDADE	BIODINAMICA	10	R$ 11,12	R$ 111,20
148	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL TPH REFIL B2	UNIDADE	BIODINAMICA	10	R$ 11,30	R$ 113,00
149	RESTAURADOR PROVISORIO (COTOSOL)	UNIDADE	BIODINAMICA	10	R$ 6,67	R$ 66,70
152	SELANTE DE FOSSULAS E FISSURAS MATIZADO REFIL 2 G	UNIDADE	BIODINAMICA	50	R$ 10,92	R$ 546,00
153	SERINGA CARPULE COM REFLUXO	UNIDADE	IMPLA	8	R$ 29,99	R$ 239,92
154	SOLUCAO FIXADORA PARA RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICAS PRONTA P/ USO EM PRECESSO MANUAL FRASCO C/ 500ML	UNIDADE	IMPLA	25	R$ 12,55	R$ 313,75
155	SOLUCAO REVELADORA PARA RADIOGRAFIA ODONTOLOGICA PRONTA PARA USO MANUAL C/ ATE 500ML	UNIDADE	IMPLA	25	R$ 11,68	R$ 292,00
164	TESTE DE VITALIDADE SPRAY -50°C: COMPOSICAO/DESCRICAO: PRODUTO PARA TESTE DE VITALIDADE NOS DENTES. A BASE DE AGUA -50°C. FRASCO COM 200ML.	UNIDADE	IODONTOSUL	8	R$ 31,25	R$ 250,00
165	TIRA DE LIXA DE METAL TAMANHO DE 4MMX6MM PCT C/ 12 UND	PACOTE	IMPLA	110	R$ 3,50	R$ 385,00
166	TIRA DE LIXA PARA RESINA 3MM C/ 150 UND	PACOTE	IMPLA	20	R$ 8,09	R$ 161,80
167	TIRA MATRIZ DE METAL 5 MM. MARCA IGUAL OU QUALIDADE SUPERIOR A PREVEN, FAVA, TDV E MICRODONT.	UNIDADE	IMPLA	80	R$ 1,14	R$ 91,20
168	TIRA MATRIZ DE METAL 7 MM. MARCA IGUAL OU QUALIDADE SUPERIOR A PREVEN, FAVA, TDV E MICRODONT.	UNIDADE	IMPLA	30	R$ 1,14	R$ 34,20
169	TIRAS DE POLIESTER C/ 50 UNIDADES	PACOTE	IMPLA	25	R$ 1,14	R$ 28,50

171	TRICRESOL FORMALINA; COMPOSTA BASICAMENTE POR FORMOL 38%, CRESOL 38%, VEICULO Q.S.P.; SOLUCAO EM FRASCO; EMBALADA INDIVIDUALMENTE; VALIDADE MINIMA DE 01 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA;	UNIDADE	MAQUIRA	15	R$ 3,70	R$ 55,50
174	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES COM FLUOR - CONTENDO 5% DE FLUORETO DE SODIO EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS. DURANTE O TEMPO EM QUE O VERNIZ PERMANECE EM CONTATO COM O ESMALTE A LIBERACAO DE FLUORETOS. ESTOJO CONTENDO UM FRASCO COM 10ML DE FLUO	UNIDADE	FGM	25	R$ 22,00	R$ 550,00
					Total	**R$ 61. 355,71**

E. C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 02.136.854/0001-25

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
5	AGULHA GENGIVAL CURTA 30G BISEL TRIFACETADO CX C/ 100 UND	CAIXA	LAMEDID	30	R$ 40,38	R$ 1. 211,40
7	AGULHA GENGIVAL LONGA 27G CX. C/100 UND	CAIXA	LAMEDID	10	R$ 40,38	R$ 403,80
23	BROCA CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 02	UNIDADE	PERFECT	20	R$ 4,50	R$ 90,00
24	BROCA CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 04	UNIDADE	PERFECT	40	R$ 4,50	R$ 180,00
25	BROCA CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 329	UNIDADE	PERFECT	20	R$ 4,50	R$ 90,00
26	BROCA CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 330	UNIDADE	PERFECT	20	R$ 4,50	R$ 90,00
27	BROCA CARBIDE PARA BAIXA ROTACAO Nº 02	UNIDADE	PERFECT	30	R$ 4,50	R$ 135,00
28	BROCA CARBIDE PARA BAIXA ROTACAO Nº 03	UNIDADE	PERFECT	30	R$ 4,50	R$ 135,00
29	BROCA CARBIDE PARA BAIXA ROTACAO Nº 04	UNIDADE	PERFECT	30	R$ 4,27	R$ 128,10
32	BROCA CIRURGICA CARBIDE CONICA LONGA FG25MM	UNIDADE	PERFECT	60	R$ 7,21	R$ 432,60
33	BROCA CIRURGICA FG 702 HL	UNIDADE	PERFECT	60	R$ 6,77	R$ 406,20
36	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT. COMPOSICAO/DESCRICAO: CORTE CRUZADO; GROSSO; 15" - 3.000RPM.	UNIDADE	PERFECT	3	R$ 47,59	R$ 142,77
37	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT. COMPOSICAO/DESCRICAO: CORTE CRUZADO; TARJA AMARELA: EXTRA FINO; TARJA VERMELHA: FINO; 15" - 3.000RPM.	UNIDADE	PERFECT	3	R$ 47,59	R$ 142,77
90	FIO DE SUTURA EM NYLON Nº. 05 ODONTOLOGICO	UNIDADE	TECHNEW	20	R$ 31,72	R$ 634,40
91	FIO DE SUTURA EM SEDA, AGULHADO 4.0 CX C/ 24 UND ODONTOLOGICO	CAIXA	TECHNEW	20	R$ 31,72	R$ 634,40
104	FORCEPS CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL N.16 (TIPO CHIFRE DE TOURO)	UNIDADE	6B IN-VENT	5	R$ 70,77	R$ 353,85
129	PEDRA POMES, GRANULACAO EXTRAFINA; FRASCO C/ 100G EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO EM PORTUGUES: Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, DESCRICAO DO MATERIAL E DO MODO DE UTILIZACAO. PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS A PARTIR DA	UNIDADE	MAQUIRA	20	R$ 3,32	R$ 66,40
137	PORTA MATRIZ UNIVERSAL	UNIDADE	6B IN-VENT	20	R$ 25,73	R$ 514,60
173	VERNIZ COM FLUORETO DE SODIO A 5%; VIDRO COM 10ML	UNIDADE	SSWHITE	10	R$ 32,20	R$ 322,00
					Total	**R$ 6. 113,29**

EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 71.505.564/0001-24

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
8	ALAVANCA INOX INFANTIL	UNIDADE	GOLGRAN	4	R$ 28,48	R$ 113,92
31	BROCA CILINDRICA 3070	UNIDADE	CHAMPION	10	R$ 2,48	R$ 24,80
34	BROCA CONE INVERTIDO 1034	UNIDADE	CHAMPION	10	R$ 2,48	R$ 24,80
35	BROCA CONE INVERTIDO 1035	UNIDADE	CHAMPION	10	R$ 2,48	R$ 24,80
38	BROCA DIAMANTADA Nº 1090	UNIDADE	CHAMPION	10	R$ 2,48	R$ 24,80
39	BROCA DIAMANTADA Nº 1091	UNIDADE	CHAMPION	10	R$ 2,48	R$ 24,80
40	BROCA ESFERICA 1011	UNIDADE	CHAMPION	60	R$ 2,48	R$ 148,80
78	ESCOVA DENTAL INFANTIL	UNIDADE	ULTRA	2500	R$ 0,58	R$ 1.450,00
114	KIT BROCAS PARA ACABAMENTO DE RESINA	UNIDADE	MICRODONT	15	R$ 35,33	R$ 529,95
118	MANDRIL PARA CANETA DE BAIXA ROTACAO	UNIDADE	MICRODONT	5	R$ 3,88	R$ 19,40
139	POTE DAPPEN DE PLASTICO	UNIDADE	MAQUIRA	35	R$ 1,90	R$ 66,50
					Total	**R$ 2.452,57**

SALVI, LOPES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.478.140/0001-34

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
13	ALMOTOLIA DE PLASTICO TRANSPARENTE BICO RETO CAPACIDADE 250 ML	UNIDADE	JPROLAB	10	R$ 4,49	R$ 44,90
14	ALMOTOLIA DE PLASTICO TRANSPARENTE BICO RETO CAPACIDADE 500 ML	UNIDADE	JPROLAB	10	R$ 9,43	R$ 94,30
21	BACIA EM ACO INOX 35 CM CAPACIDADE 4700 ML	UNIDADE	FORTINOX	10	R$ 209,00	R$ 2. 090,00
63	CURETA DE GRACY Nº 11	UNIDADE	CASSIFLEX	2	R$ 14,49	R$ 28,98

64	CURETA DE GRACY Nº 12	UNIDADE	CASSIFLEX	2	R$ 14,49	R$ 28,98
65	CURETA DE GRACY Nº 5	UNIDADE	CASSIFLEX	2	R$ 14,49	R$ 28,98
66	CURETA DE GRACY Nº 6	UNIDADE	CASSIFLEX	2	R$ 14,49	R$ 28,98
67	CURETA DE GRACY Nº 7	UNIDADE	CASSIFLEX	2	R$ 14,49	R$ 28,98
68	CURETA DE GRACY Nº 8	UNIDADE	CASSIFLEX	2	R$ 14,49	R$ 28,98
81	ESPATULA DOURADA PARA RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL	UNIDADE	CASSIFLEX	10	R$ 77,41	R$ 774,10
115	LIMA OSSEA Nº 03	UNIDADE	CASSIFLEX	5	R$ 55,09	R$ 275,45
117	LIXEIRA DE BANCADA PARA RESIDUOS INOXIDAVEL, CILINDRICA, TAMPA BASCULANTE. CAPACIDADE DE ATÉE 5 LITROS.	UNIDADE	BRINOX	8	R$ 141,90	R$ 1. 135,20
135	PINCEIS DE ACABAMENTO PARA RESINA EM DENTES ANTERIORES PREFERENCIALMENTE PEQUENOS	UNIDADE	PREVEN	20	R$ 129,64	R$ 2. 592,80
156	SUGADOR DESCARTAVEL PARA CIRURGIA ESTERIL	UNIDADE	SSPLUS	550	R$ 14,75	R$ 8. 112,50
160	TESOURA CIRURGICA DE PONTA ROMBA 10 CM	UNIDADE	CASSIFLEX	30	R$ 38,99	R$ 1. 169,70
170	TOALHEIRO INTERFOLHAS FECHAMENTO C/ CHAVE PARA PAPEL TOALHA DE 2 OU 3 DOBRAS	UNIDADE	JSN	8	R$ 72,94	R$ 583,52
					Total	**R$ 17. 046,35**

NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.095.582/0001-16

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
50	CAMARA ESCURA REVELACAO RAIO - X ODONTOLOGICO	UNIDADE	ESSENCE DENTAL	10	R$ 199,50	R$ 1. 995,00
51	CANETA DE ALTA ROTACAO COM REMOVEDOR DE BROCAS	UNIDADE	DENTEMED	5	R$ 518,90	R$ 2. 594,50
52	CANETA DE BAIXA ROTACAO COM REMOVEDOR DE BROCAS	UNIDADE	DENTEMED	5	R$ 444,99	R$ 2. 224,95
128	PECA DE MAO RETA. COMPOSICAO/DESCRICAO: PARA SER USADA COM MICROMOTOR DE ENCAIXE BORDEN (2 FUROS): SPRAY PARA REFRIGERACAO POR CONDUCAO INTERNA; SISTEMA DE ENCAIXE DA PECA RETA UNIVERSAL INTRA; ESTERILIZAVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C; ACOPLAMENTO BORDEN	UNIDADE	DENTEMED	6	R$ 529,90	R$ 3. 179,40
					Total	**R$ 9. 993,85**

URSA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.628.908/0001-38

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
59	CUBA DE ULTRASSOM DIGITAL - CRISTOFoLI	UNIDADE	BIOTRON	1	R$ 867,00	R$ 867,00
123	NEGATOSCOPIO ODONTOLOGICO COM LUPA: COMPOSICAO/DESCRICAO: PODE SER UTILIZADA EM CIMA DE MESAS E EQUIPOS. PAINEL AMPLO E NIVELADO. PERMITE A FIXACAO NA PAREDE. REATOR ELETRONICO. LEVE. PERMITE 3 POSICOES DE TRABALHO. BIVOLT 110/220V. LUPA EM CRISTAL C	UNIDADE	BIOTRON	6	R$ 481,00	R$ 2. 886,00
159	TESOURA CIRURGICA CURVA 15CM	UNIDADE	SEC URSA	6	R$ 28,00	R$ 168,00
161	TESOURA CIRURGICA DE PONTA ROMBA 15 CM	UNIDADE	SEC URSA	20	R$ 26,00	R$ 520,00
162	TESOURA CIRURGICA PONTA RETA 10 CM	UNIDADE	SEC URSA	30	R$ 17,00	R$ 510,00
163	TESOURA CIRURGICA RETA 15CM	UNIDADE	SEC URSA	15	R$ 26,00	R$ 390,00
					Total	**R$ 5. 341,00**

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.897.039/0001-00

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
172	ULTRASSOM COM JATO BICARBONATO ODONTOLOGICO ALT SONIC-JET CERAMIC ALT	UNIDADE	DENTEMED	1	R$ 1. 690,00	R$ 1. 690,00
					Total	**R$ 1.690,00**

1.2. A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Federal nº. 10.520/02.

2.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.3. Os Órgãos ou Entidades da administração pública municipal não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na ata de registro de preços decorrente deste certame.

2.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.5. O Município de NOVA MONTE VERDE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, por meio da Secretaria de Administração e Finanças.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de ____/____/____ até ____/____/____.

3.2. Nos termos do §4º, do artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de NOVA MONTE VERDE não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2022**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA QUARTA

DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do produto solicitado e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

4.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais das referidas certidões:

a) Certidão do FGTS/CRF;

b) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais;

c) Dívida Ativa da União;

d) Certidão negativa de débito, relativos às contribuições previdenciárias.

4.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1. A entrega dos produtos deverá ser feita no Município de Nova Monte Verde/MT no local indicado na solicitação pela Secretaria competente, no prazo máximo de até **10 (dez) dias corridos**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

5.1.1. Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até **05 (CINCO) dias corridos**.

5.2. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.2.1. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.2.2. No campo “Observação” da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.2.3. Serão recusados os materiais/produtos imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

5.2.4. Os materiais/produtos ofertados deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

5.2.5. A contratada deverá fornecer, no momento da entrega, ao responsável pelo recebimento dos produtos/materiais ofertados, cópia do Alvará ou Certificado de Licença Sanitária do veículo que os transportou, pertinente com os objetos licitados e expedido pelo órgão competente da sua respectiva esfera Federal, Estadual ou Municipal, salvo se a legislação do ente dispensar o veículo de licença, ocasião em que deverá comprovar a isenção ao responsável pelo recebimento.

5.2.6. Os materiais/produtos ofertados deverão ter no mínimo 50 % do prazo de validade, por exemplo, medicamentos com 2 anos de validade deverão ser entregues com no mínimo 1 ano para o vencimento.

5.2.7 Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos produtos/materiais ofertados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.2.8. Terá preferência para o fornecimento dos produtos, a empresa detentora da cota reservada.

5.2.9. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda a sua correção no prazo de até 15(quinze) dias corridos.

5.2.10. Não serão aceitos materiais/produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal n. 6.437/77 e crime, previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

5.2.11. Os materiais ofertados, oriundos desta licitação devem-se fazer acompanhados da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega.

5.2.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. A marca dos produtos cotados não poderá ser substituída no decorrer do contrato, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

5.4. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

5.4.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Do Município:

6.1.1. Proceder ao pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.2. A fiscalização e acompanhamento do contrato serão de responsabilidade desta Prefeitura Municipal, através do fiscal de contrato responsável pelos produtos;

6.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.1.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.1.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado. Assim como não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato.

6.2. Da Detentora da Ata:

6.2.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

6.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na entrega sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93, sobre o valor do contrato/ARP.

8.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 8.2, “b”.

8.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento do produto, objeto desta licitação, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ARP;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002.

8.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

8.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos pelo município, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

8.5.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

8.5.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

8.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

8.7. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT.

8.8. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas (DOC TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM) as sanções administrativas previstas no item 8.2, “c” e “d”, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

8.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.9.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.9.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.9.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº. 9.784, de 1999.

8.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

8.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.15. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Durante o período de validade, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

9.3. A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

9.4. À contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão dos preços registrados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

9.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.7.1. Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas (DOC/TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO ORÇAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2022**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS COMUNICAÇÕES

14.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2022** as propostas das empresas: **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI**; **E. C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI**; **EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA**; **SALVI, LOPES & CIA LTDA**; **NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**; **URSA COMERCIAL LTDA**; **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS;** classificadas no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de NOVA MONTE VERDE – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

NOVA MONTE VERDE - MT, 18 de maio de 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI

CNPJ sob o nº25.341.162/0001-14

E. C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI

CNPJ sob o nº 02.136.854/0001-25

EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA

CNPJ sob o nº 71.505.564/0001-24

SALVI, LOPES & CIA LTDA

CNPJ sob o nº 82.478.140/0001-34

NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

CNPJ sob o nº 12.095.582/0001-16

URSA COMERCIAL LTDA

CNPJ sob o nº 26.628.908/0001-38

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS

CNPJ sob o nº 07.897.039/0001-00

LICITACAO
PORTARIA N.º 145/2022 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA O CONTRATO Nº 48/2022

PORTARIA N.º 145/2022

16 de maio de 2022

SÚMULA: Nomeia fiscal Administrativo para o Contrato Nº 48/2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo do Contrato Nº 48/2022, referente a secretaria em que foi indicada, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa **EDUARDO DA SILVA FERNANDES EIRELI.**

TOMADA DE PREÇO nº 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2557/2022

OBJETO**:** ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GARAGEM COBERTA NA EMEIF FUTURO FELIZ, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 1076/2021 ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MTPROJETO, PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.***

VALOR: **R$ 42.933,31** (quarenta e dois mil, novecentos e trinta e três mil e trinta e um centavos)

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FISCAL: ANDREA ALVES DA SILVA COELHO

RG Nº: 14422204 SSP/MT

CPF Nº: 990.562.081-87

CARGO: PROFESSORA PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 2204

FISCAL: LUCIMAR BARBOSA MARTINS

RG Nº: 333614835 SSP/MT

CPF Nº: 272.748.508-57

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA:1393

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 16 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1528/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERIODO DE 12 MESES.

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº. 17/2022 sagra-se vencedoras do Certame Licitatório realizado no dia 25 de abril de 2022 às 08:30 horas, na Plataforma da BLL, as seguintes:
EMPRESAS:
Ø **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.897.039/0001-00, para um Valor Total de R$ 1.690,00 (hum mil, seiscentos e noventa reais);
Ø **E.C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 02.136.854/0001-25, para um Valor Total de R$ 6.113,29 (seis mil, cento e treze reais e vinte e nove centavos);
Ø **EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 71.505.564/0001-24, para um Valor Total de R$ 2.452,57 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos);
Ø **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº25.341.162/0001-14, para um Valor Total de R$ 61.355,71 (sessenta e um mil, trezentos cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos);
Ø **NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.095.582/0001-16, para um Valor Total de R$ 9.993,85 (nove mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos);
Ø **SALVI, LOPES & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 82.478.140/0001-34, para um Valor Total de R$ 17.046,35 (dezessete mil, quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos);
Ø **URSA COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.628.908/0001-38, para um Valor Total de R$ 5.341,00 (cinco mil, trezentos e quarenta e um reais);
Compromissos estes assumidos para os produtos a serem fornecidos, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 18 de maio de 2022.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 4152 DE 17 DE MAIO DE 2022

" Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público".

JOAO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4136 de 18 de abril de 2.022 que dispõem sobre a convocação dos candidatos aprovados;

CONSIDERANDO que os Candidatos ora nomeados preenchem todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo referido Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, os candidatos com a respectiva função abaixo relacionada.

CARGO NOME DO CANDIDATO

OPERADOR DE MAQUINAS	**ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO JÚNIOR**

GUARDA	**JANETE ELISABETH HUBNER**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se; Cumpra-se;

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Nova Nazaré-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 4153 DE 18 DE MAIO DE 2022

" Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público".

JOAO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4136 de 18 de abril de 2.022 que dispõem sobre a convocação dos candidatos aprovados;

CONSIDERANDO que os Candidatos ora nomeados preenchem todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo referido Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, os candidatos com a respectiva função abaixo relacionada.

CARGO NOME DO CANDIDATO

ATENDENTE	**INGRIDE FERREIRA DA SILVA**
ENGENHEIRO CIVIL	**ANDRE PEREIRA DIAS**
GUARDA	**LEONAM ALLEN DA SILVA**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se; Cumpra-se;

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Nova Nazaré-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 4154 DE 18 DE MAIO DE 2022

" Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público".

JOAO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4145 de 05 de maio de 2.022 que dispõem sobre a convocação dos candidatos aprovados;

CONSIDERANDO que os Candidatos ora nomeados preenchem todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo referido Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, os candidatos com a respectiva função abaixo relacionada.

CARGO NOME DO CANDIDATO

ATENDENTE	**KENIA DE FREITAS BORGES**
GUARDA	**CLAUDIA COSTA DE OLIVEIRA**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se; Cumpra-se;

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Nova Nazaré-MT

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 1578 DE 17 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 1578 DE 17 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre a exoneração do cargo em Comissão de Gerente de Tributação e dá outras providências".

O Senhor ***JOÃO TEODORO FILHO*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º – Exonerar a pedido o Senhora***KENIA DE FREITAS BORGES*,** inscrito no CPF sob o nº **550.239.241-49**,do cargo em comissão de ***GERENTE DE TRIBUTAÇÃO***, junto a Secretaria de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia 17/05/2022.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de maio de 2022.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 1577 DE 13 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 1577 DE 13 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre a exoneração do cargo em Comissão de Secretário de Finanças e dá outras providências".

O Senhor ***JOÃO TEODORO FILHO*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º – Exonerar a pedido o Senhor***ELIZIARIO LUIS DA COSTA JUNIOR*,** inscrito no CPF sob o nº **433.924.071-00**,do cargo em comissão de ***SECRETÁRIO DE FINANÇAS***, junto a Secretaria de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia 13/05/2022.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de maio de 2022.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO Nº 045/2022/PMNO

PROCESSO ADMNISTRATIVO Nº 107/2022/PMNO.

REF: AO CONTRATO 041/2020, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. º 020/2020. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS VAGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT. SEGUNDO** TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO, AO CONTRATO 041/2020/PMNO, QUE CELEBRAM ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA **METODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.817.081/0001-50, FUNDAMENTADO ART.57 INCISO II da lei nº 8.666/93. DOTAÇÃO ORCAMENTARIA: 03.030.0.1.04.128.0003.2024.3.3.90.39.00.00.015000000000

VIGENCIA: 20/05/2022 ATÉ 20/05/2023.

Nova Olímpia-MT, 18 de maio de 2022.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº020/2022/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 020/2022/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE ORDEM JUDICIAL, ATENÇAO BASICA E UNIDADE MISTA DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **30 de maio de 2022**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 18 de maio de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 281/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
Praça João Alberto Zaneti, s/nº - Centro.
Cep: 78.548-000 – Nova Santa Helena - MT
Telefone: (66) 3523-1035/1036
E-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2022

Onde se lê: "EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 044/2022"

Leia-se: "EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2022"

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 032/2022
VALIDADE12 (DOZE) MESES
VIGÊNCIA: **18/05/2022 ATÉ 18/05/2023**

Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos, Mobiliário e Eletrodomésticos em atendimento às demandas das diversas Secretarias do Município de Nova Santa Helena – MT.

EMPRESA VENCEDORA: NVF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI
CNPJ nº 41.401.446/0001-05

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	238118	BATEDEIRA - PLANETARIA, POTENCIA MINIMA DE 300 W, 3 TIPOS DE BATEDORES, PARA MASSAS LEVES, MEDIAS E PESADAS, EM METAL COM DUPLO MOVIMENTO SIMULTANEO (MOVIMENTO DE ROTACAO SOBRE O EIXO E PLANETARIO), TIGELA EM PLASTICO COM TRAVA NA BASE E BOCAL ALIMENTADOR COM CAPACIDADE MINIMA DE 3,5 LITROS, MINIMO 06 VELOCIDADES, 110 VOLTS.	PHILCO	UNIDADE	10	425,00	4.250,00
2	509283	BEBEDOURO - BEBEDOURO DE MESA, 110 VOLTS, PARA GARRAFOES DE 20 LITROS, REGULAGEM AUTOMATICA, ,,, COM 02 TORNEIRAS, PLASTICO	LIBELL	UNIDADE	6	772,00	4.632,00
3	509357	BEBEDOURO - BEBEDOURO TIPO COLUNA, 110 VOLTS, PARA GARRAFOES DE 20 LITROS, REGULAGEM AUTOMATICA, COM 02 TORNEIRAS, PARA AGUA GELADA E AGUA NATURAL., ACO ESMALTADO NA COR BRANCA.	LIBELL	UNIDADE	4	920,00	3.680,00
4	238116	CONDICIONADOR DE AR - CAPACIDADE DE 24.000 BTUS, TIPO SPLIT, NA VOLTAGEM DE 220 V, GARANTIA TOTAL DE 02 ANOS COM CONTROLE REMOTO, SELO PROCEL CLASSE A, SEM INSTALAÇÃO	ELGIN	UNIDADE	15	3.775,00	56.625,00
5	509285	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT CASSETE 48000 BTUS CORRENTE NOMINAL DE 220V/3~/60HZ E VAZAO DE AR DE 2.067M³,COMPRESSOR HERMETICO ROTATIVO BAIXO NIVEL DE RUIDO,NA VOLTAGEM DE 220 V, TRIFASICO,GARANTIA DE 03 ANOS PARA DEFEITO DE FABRICACAO E 03 ANOS PARA DEFEITOS NO COMPRESSOR,COM SELO PROCEL CLASSE A,COM INSTALACAO	ELGIN	UNIDADE	5	9.287,00	46.435,00
6	509345	FOGAO INDUSTRIAL - EM CHAPA PINTADA, A GAS, 04 BOCAS, SENDO 02 SIMPLES E 02 DUPLAS, 30X30, 5CM, EM FERRO, COM FORNO, 80CMX76CMX76CM	TRON	UNIDADE	2	1.670,00	3.340,00
7	509291	LIQUIDIFICADOR - DO TIPO INDUSTRIAL EM ACO, COMPATIVEL, INOX, BASE EXECUTADA EM ALUMINIO FUNDIDO, COM CAPACIDADE PARA 08 LITROS,MOTOR 1.1/2 CV, MONOFASICO, VOLTAGEM	FAK	UNIDADE	11	800,00	8.800,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
Praça João Alberto Zaneti, s/nº - Centro.
Cep: 78.548-000 – Nova Santa Helena - MT
Telefone: (66) 3523-1035/1036
E-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

		110/220V, FREQUENCIA 50/60 HZ,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA NAO DANIFICAR O EQUIPAMENTO					
8	509289	LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMESTICO, COM 05 VELOCIDADES, COPO EM ACRILICO, COM CAPACIDADE PARA 1,5 L, 110V	BRITANIA	UNIDADE	5	209,00	1.045,00
9	509297	MAQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM ACO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, COM PES NIVELADORES FRONTAIS, MODELO VERTICAL DOMESTICO PARA LAVAR ROUPAS, COM 04 CICLOS, LAVAGEM, MOLHO, ENXAGUE E CENTRIFUGACAO, COM NO MINIMO 04 NIVEIS DE AGUA, CAPACIDADE PARA **15 KG**, CESTO EM POLIPROPILENO, CENTRIFUGAO MINIMA DE 750 RPM,NA VOLTAGEM 110V, 60HZ,NA COR BRANCA,NORMAS ABNT COM GARANTIA DE 01 ANO E MANUAL EM PORTUGUES	COLORMAQ	UNIDADE	10	2.950,00	29.500,00
10	509339	PURIFICADOR DE AGUA - EM GABINETE EM ACO CARBONO, NATURAL / GELADA, PARA VOLTAGEM DE 110 VOLTS, COM DIMENSOES DE 48 X 28,5 X 30,5 CM	LIBELL	UNIDADE	2	738,00	1.476,00
11	509348	REFRIGERADOR - GELADEIRA LINHA BRANCA FROSTFREE 410L - RF2-NOVO (PROINFANCIA) REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA, SISTEMA DE REFRIGERACAO “FROSTFREE” (DEGELO AUTOMATICO) COM CAPACIDADE MINIMA DE 410 LITROS. GABINETE TIPO "DUPLEX" COM DUAS PORTAS (FREEZER E REFRIGERADOR). GABINETE EXTERNO DO TIPO MONOBLOCO E PORTAS REVESTIDAS EM CHAPA DE ACO COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA (EM PO), NA COR BRANCA. PARTES INTERNAS REVESTIDAS COM PAINEIS PLASTICOS MOLDADOS COM RELEVOS PARA SUPORTE DAS PRATELEIRAS INTERNAS DESLIZANTES. CONJUNTO DE PRATELEIRAS REMOVIVEIS E REGULAVEIS, DE MATERIAL RESISTENTE. PRATELEIRAS DA PORTA E CESTOS EM MATERIAL RESISTENTE, REMOVIVEIS E REGULAVEIS. GAVETA EM MATERIAL RESISTENTE PARA ACONDICIONAMENTO DE FRUTAS, VERDURAS OU LEGUMES. SISTEMA DE FECHAMENTO HERMETICO. BATENTES DAS PORTAS DOTADOS DE SISTEMA ANTITRANSPIRANTE. DOBRADICAS METALICAS	CONTINENTAL	UNIDADE	5	3.795,00	18.975,00
12	509352	VENTILADOR - DE COLUNA, 4 PAS DE PLASTICO, COM (03) VELOCIDADES E 50CM DE DIAMETRO, NA VOLTAGEM 110V-60HZ	VENTISOL	UNIDADE	10	228,00	2.280,00
13	508794	VENTILADOR - DE PAREDE, COM 3 PAS, 4 VELOCIDADES, 60CM DE DIAMETRO, NA VOLTAGEM 110V	VENTISOL	UNIDADE	2	280,00	560,00
						VALOR TOTAL R$	**181.598,00**

Nova Santa Helena – MT, 18 de Maio de 2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através do seu Prefeito Municipal, informa a quem possa interessar que fica PRORROGADA a licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2022, com nova data de abertura prevista para o dia 02 de Junho de 2022, às 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no site da Prefeitura Municipal, www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: SIC – Serviço de Informação ao Cidadão-Licitações e Contratos-Editais e/ou Pregão Presencial).

Nova Santa Helena/MT, 18 de maio de 2022.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 030/2022

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **REAVEL VEICULOS EIRELI**, Inscrito no **CNPJ n.º 30.260.538/0001-04**. O presente contrato tem por objeto a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 012/2022, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, QUE TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍCIPIO DE NOVA XAVANTINA-MT.**Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato é deR$ 574.000,00 (quinhentos e setenta e quatro mil reais).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ARP N° 184/2.021

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **06.065.614/0001-38**, resolvem fazer o equilíbrio econômico-financeiro previsto no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desta forma a Ata de Registro de Preços nº 184/2.021, passa a vigorar com o seguinte valor: **item 298008**– dexametasona - concentração/dosagem 4 mg/ml, forma de apresentação ampola 2,5 ml, forma farmacêutica solução injetável, via de administração parenteral de R$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) para R$ 4,17 (quatro reais e dezessete centavos), **item 15984 -** metaraminol, hemitartarato - concentração/dosagem 10 mg/ml, forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação ampola 1 ml, via de administração parenteral, de R$ 6,62 (seis reais e sessenta e dois centavos) para R$ 7,08 (sete reais e oito centavos), **item 298024** - hidroxido férrico, sacarato - concentração/dosagem 20 mg/ml, forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação ampola 5 ml, via de administração intravenosa de R$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) para R$ 13,17 (treze reais e dezessete centavos), **item 29955 -** tenoxicam - concentração/dosagem 20 mg, forma farmacêutica pó liofilizado para solução injetável, forma de apresentação frasco-ampola, via de administração parenteral, de R$ 7,00 (sete reais) para R$ 9,24 (nove reais e vinte e quatro centavos).

Nova Xavantina - MT, 18 de maio de 2.022.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 017/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 020/2022

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria n° 153/2021, de acordo com a Lei 10.520/02 e 8.666/93, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Lote, cujo **objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços médicos para atendimentos no Hospital municipal, Unidades Básicas de Saúde e plantões** conforme especificações e condições do edital e seus anexos. **Início da sessão dia 31/05/2022,** ás **08h00min**, horário local, na sala de licitações desta prefeitura. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão solicitar informações no fone (66) 3559-1137 ou endereços de e-mail licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br, disponível também no site oficial deste município, www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 18 de maio de 2022.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 029/2022

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Eduarda Ramos Tinti

Objetivo: Prestação de serviços na função de Recepcionista Lotado na Secretaria Municipal de Administração**.**

Vínculo Legal: 1.374/2022

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Recepcionista

Valor Global R$: **R$ 16.908,09 (Dezesseis mil novecentos e oito reais e nove centavos**).

Data assinatura: 18/05/2022

Vigência: DE 18/05/2022 A 19/05/2023.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Eduarda Ramos Tinti**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 030/2022

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Karollaine Renata Rodrigues de Oliveira

Objetivo: Prestação de serviços na função de Professora Lotado na Secretaria Municipal de Educação**.**

Vínculo Legal: 1.374/2022

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Professora

Valor Global R$: **R$ 49.664,94 (Quarenta e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos**).

Data assinatura: 18/05/2022

Vigência: DE 18/05/2022 A 19/05/2023.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Karollaine Renata Rodrigues de Oliveira**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

FINANCAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, DE 18 DE MAIO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, de 18 de Maio de 2022.Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratarde assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos dortigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.1962005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionados], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária destemunicípio para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
LUIZ DELA JUSTINA	015.863.199-49	1044 /00147/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EMERSON DOS SANTOS Matrícula: 00003795Cargo: SECRETARIA DE FINANÇAS / 2202021 Assinatura:

FINANCAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 18 DE MAIO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 18 de Maio de 2022.Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratarde assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos doartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.1962005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionados], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária destemunicípio para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
MARIO MARQUES DE TOLEDO	103.443.748-82	1044/00001/2022
OTACILIO BELMONTE DA SILVA	325.181.611-04	1044/00002/2022
ERNANI SOUZA PEDRO	842.763.551-68	1044/00009/2022
SEBASTIAO CANDIDO BRANDAO NETP	114.919.146-53	1044/00010/2022
JONAS DA SILVA LIMA	312.952.828-87	1044/00011/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EMERSON DOS SANTOS Matrícula: 00003795Cargo: SECRETARIA DE FINANÇAS / 2202021 Assinatura:

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 146/2022

De 18 de maio de 2022.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias,

e dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art.1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 aos servidores:

OSEAS DE OLIVEIRA COSTA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 373903479 SSP/SP e do CPF sob o nº. 452.389.791-34, servidor no cargo de **MECÂNICO**, matriculado no DRH sob o nº 119, referente ao período aquisitivo de 02/03/2021 – 01/03/2022, a partir do dia 01/05/2022 a 30/05/2022.

PEDRO CELIO RODRIGUES MORAGAS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.940.957 SSP/SP e do CPF sob o nº. 148.589.326-72, servidor no cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS**, matriculado no DRH sob o nº 36, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 – 01/07/2020, a partir do dia 13/05/2022 a 01/06/2022.

TACIANE SALVI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1019767-2 SSP/MT e do CPF sob o nº. 818.165.881.72, servidora no cargo de **BIOQUIMICA/FARMACEUTICA**, matriculada no DRH sob o nº 943, referente ao período aquisitivo de 22/10/2020 – 21/10/2021, a partir do dia 01/05/2022 a 30/05/2022.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de maio de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 145/2022

De 18 de maio de 2022.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. **TRANSFERIR** de lotação o servidor abaixo relacionado, conforme descrito:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
2202	Lucidalva Evangelista Barbosa	Sec. De Saúde/ Fundo Mun. Alta e Média Complexidade	Sec. De Saúde/Gabinete do Secretário

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de maio de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 584/2022 - CONSELHO E FUNDO MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVO MUNDO

LEI Nº 584/2022

De 17 de maio de 2022

(revoga as leis n.º 278/2009 e 469/2019)

"INSTITUI A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP E O FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FUMSEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Ficam reestruturados o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – **COMSEP** e o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – **FUMSEP** do Município de Novo Mundo/MT.

Art. 2° - O Conselho Municipal de Segurança Pública, composto de representantes indicados pelo Poder Público e pela sociedade civil tem a seguinte recomposição:

I. Um representante do Poder Executivo Municipal, indicado pelo Chefe do Executivo;

II. Um representante da Polícia Militar;

III. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

IV. Um representante das Entidades Religiosas

V. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

VI. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

V. Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

VI. Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Novo Mundo –CDL

VII. Um representante da Sociedade Civil Organizada convidados/indicados pelos órgãos representantes supramencionados.

§ 1° - Cada membro do Conselho terá um suplente também indicado que o substituirá em sua ausência e nos seus impedimentos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7° desta Lei.

§ 2° - Os membros do Conselho e seus Suplentes são nomeados pelo Prefeito Municipal para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, por igual período.

§ 3° - Somente poderá participar como membro do Conselho maiores de dezoito anos que não possuam antecedentes criminais, com reputação ilibada e comprovado interesse pelos problemas de Segurança Pública e defesa social.

Art. 3º - O Presidente do COMSEP e demais membros da Diretoria serão indicados por seus pares em votação por maioria dos votos dos presentes, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Parágrafo Único: A composição da Diretoria será de um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário e Segundo Secretário, um Tesoureiro e Segundo Tesoureiro.

Art. 4° - Cabe ao Poder Executivo fornecer a estrutura necessária para os trabalhos do Conselho, vedada a criação de cargos ou funções comissionadas com estas atribuições.

Art. 5° - Compete ao COMSEP:

I. Analisar e sugerir medidas para elaboração da política municipal de segurança pública;

II. Zelar pela efetivação de ações voltadas para a prevenção da violência e para o combate da criminalidade;

III. Gerir, fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo Municipal de Segurança Pública – FUMSEP;

IV. Realizar as diligências necessárias ao esclarecimento de dúvida quanto à correta utilização de recursos do FUMSEP, por parte das entidades beneficiárias;

V. Propor critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais na área de segurança pública;

VI. Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de segurança pública no âmbito do Município;

VII. Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação;

VIII. Dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação;

IX. Articular-se com organizações privadas e governamentais, nacionais e estrangeiras, e propor intercâmbio, celebração de convênio ou outro meio, com vista à superação de problemas de segurança pública do Município;

X. Exercer outras atribuições correlatas à segurança pública, definidas em lei ou no seu Regimento Interno.

Parágrafo Único:O COMSEP, em audiência pública, amplamente divulgada nos meios de comunicação do Município, promoverá no mínimo semestralmente debates com a população, com vistas a informar sobre ações e projetos municipais, na sua área de atuação e receber sugestões e reclamações de qualquer interessado.

Art. 6° - Serão encaminhadas ao Conselho, para exame preliminar e parecer, as minutas de convênios a serem celebradas entre o Poder Público e órgãos, entidades públicas e privadas, municipais, estaduais e federais, que tenham como objeto ações na área de segurança pública.

Parágrafo Único:Incluem-se no artigo os convênios celebrados com a Polícia Militar, Politec e Polícia Civil do Estado do Mato Grosso, com vistas à aquisição e ao custeio de bens e serviços relativos à atuação deste órgão.

Art. 7° - O Conselho reúne-se em sessão ordinária uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do COMSEP ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único:Perde o mandato o membro que faltar, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas do Conselho, no período de um ano, assumindo, neste caso, o seu suplente, para completar o mandato original.

Art. 8° - Presente a maioria dos membros, o Conselho delibera pela maioria dos presentes.

Parágrafo Único:A aprovação e a alteração do Regimento Interno dar-se-ão por maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 9° - O Fundo Municipal de Segurança – FUMSEP é uma entidade contábil, sem personalidade jurídica, destinado a financiar:

I. Ações e projetos que visem à adequação, a modernização de entidades e a aquisição de equipamentos diretamente relacionados com atividades de segurança pública;

II. Promover campanhas voltadas para a Segurança Pública Municipal;

III. Fazer avaliações de alvarás de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas para consumo imediato, Lan houses e congêneres nos termos da Lei.

§ 1° -Os recursos do FUMSEP podem ser utilizados mediante convênios, em projetos de entidades públicas municipais, estaduais e federais: de entidades privadas sem fins lucrativos ou em organizações não-governamentais com ações no Município, que tenham como objetivo atuação na prevenção e no combate a violência e a criminalidade, podendo ser estendido ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco.

§ 2° -É vedado o repasse de recursos do FUMSEP para a realização de despesas com pessoal, incluindo-se concessão de remunerações, gratificações, adicionais ou qualquer forma de complementação de remuneração.

Art. 10 - São beneficiárias do FUMSEP entidades públicas ou privadas e organizações não governamentais mediante convênios, nos termos do artigo anterior.

Parágrafo Único: É vedado o repasse direto de recursos do FUMSEP as pessoas físicas, sob qualquer modalidade de contratação.

Art. 11 - São recursos do FUMSEP:

I. Dotações consignadas anualmente no orçamento do Município;

II. Transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

III. Recursos de repasses de Fundo Federal e Estadual de Segurança Pública;

IV. Doações, auxílios, contribuições e legados destinados por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V. Receitas decorrentes de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, firmadas com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VI. Recursos de qualquer origem, desde que não onerosos aos cofres públicos.

Art. 12 - As receitas e despesas do FUMSEP são discriminadas na Lei Orçamentária, na correspondente categoria e programação.

Art. 13 - Os demonstrativos financeiros do FUMSEP obedecerão ao disposto na Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964 e as normas do Tribunal de Contas do Estado e serão atualizados mensalmente, além de colocados à disposição para consulta pública.

Parágrafo Único:Os demonstrativos financeiros do FUMSEP são de responsabilidade do Conselho Municipal de Segurança Pública e deverão ser encaminhados aos órgãos públicos competentes, nos prazos e de acordo com a legislação aplicável.

Art. 14 - O FUMSEP tem prazo de duração indeterminado.

Art. 15 - O FUMSEP somente poderá ser extinto por determinação legal ou judicial.

Parágrafo Único:O patrimônio apurado na extinção do FUMSEP e receitas decorrentes de seus direitos creditórios serão absorvidos pelo Município, na forma da Lei.

Art. 16 – Revogam-se as Leis nº 278/2009 e 469/2019.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo - MT, 17 de maio de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
PORTARIA Nº 145/2022

PORTARIA Nº 145/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO POR 30 (TRINTA) DIAS, DA SERVIDORA SAMANTHA PORTO DA SILVA, CONFORME RELATÓRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender por 30 (trinta) dias, a servidora **SAMANTHA PORTO DA SILVA**, Portador da Cédula de Identidade nº 166626-4 SSP - MT, e inscrito no CPF sob o nº 024.096.651-10, lotada na Secretária Municipal de Saúde, no cargo efetivo de Farmacêutica.

Art. 2º - Durante o período da pena, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

Paragrafo Único – Devendo a respectiva servidora ficar suspensa a partir de 01 de junho de 2022 e retornar para sua atividade funcional em 01 de Julho de 2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de Maio de 2022.

Art. 4º - Revogam –se as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 18 de maio de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

PROCESSO Nº 021/2022

TIPO: Menor Preço Por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial 04/2022**, cuja abertura ocorreu às 14h00min do dia **11 de Abril de 2022**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÕES E HORAS MÁQUINAS, (ESCAVADEIRA, TRATOR SOBRE ESTEIRA, ROLO COMPACTADOR) A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT.**

Sagrando vencedora a empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
F MARQUES	11.501.241/ 0001-30	1	R$: 810. 000,00
JONATHAN SILVA LUZ -ME	30.709.546/ 0001-87	1	R$: 274. 800,00
ROBERIO FLORIANO DE FREITAS	45.423.745/ 0001-00	1	R$: 299. 750,00

VALOR TOTAL: 1.384.500,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, 19 de Maio de 2022.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE

LICITAÇÃO Nº 07/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM A “BANDA CORUJÃO”, DURANTE O EVENTO “57º FESTEJOS DE SANTO ANTÔNIO” QUE SERÁ REALIZADO NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO NO PERÍODO DE 04/06/2022 À 13/06/2022. O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 09/06/2022.

Fundamentação legal: Artigo 25, inciso III, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Empresa: FRANCISCO VIEIRA DOS SANTOS - ME, inscrita no **CNPJ: 37.008.448/0001-61,** com sede na Rua Antônio Damaso da Silva, nº 13, Bairro: Centro, CEP: 75.420-000, Cidade Damolandia-GO.

Valor total: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Justificativa: Anexa nos autos.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Novo Santo Antônio, 18 de Maio de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 10/2022

ADESÃO A ARP Nº 036/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2021

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: FLORESTAL LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2021 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT, VISANDO A AQUISIÇÃO DE PLACAS DE GRAMA ESMERALDA, ATENDENDO A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM – MT, conforme especificações contidas no termo de referência e ARP nº 036/2021.

VALOR TOTAL R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais)

VIGÊNCIA: 12 meses.

Novo São Joaquim – MT, 17 de maio de 2.022.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 08/2022

ADESÃO A ATA DE REGISTRO 57/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2021

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: MIX AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2021 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2021 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS/MT, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE MÍDIAS EM TEXTO, ÁUDIO E VÍDEO E ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO DE MARKETING PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, conforme especificações contidas no termo de referência e ARP nº 57/2021.

VALOR TOTAL R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

VIGÊNCIA: 12 meses.

Novo São Joaquim – MT, 19 de maio de 2.022.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2022.

Processo: Dispensa de Licitação nº 38/2022.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: SAGA PANTANAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA CNPJ: 08.860.168/0001-89.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada nos **SERVIÇOS DE REVISÃO DE 20.000 KM DO VEÍCULO RENAULT DUSTER 1.6 PLACA RCL9C72,** em atendimento daSecretaria Municipal de Municipal de Meio Ambiente, Industria e Comércio, Turismo e Regularização Fundiária**,** com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

Do prazo do contrato: 06/05/2022 até o dia 06/07/2022.

Do valor global: R$: 4.816,24 (quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	997101	REVISA 20000KM	UND	1,00	R$ 555,0000	555,00
2	997102	ALINHAMENTO DE DIRECAO	UND	1,00	R$ 120,0000	120,00
3	997112	LIMPA BICO FLEX 500ML	UND	1,00	R$ 50,0000	50,00
4	997113	OIL TREATMENT 500ML	UND	1,00	R$ 81,0000	81,00
5	997099	SUBSTITUICAO LAMPA LUZ	UND	1,00	R$ 63,0000	63,00
6	997100	SUBSTITUICAO LAMPADA DE	UND	1,00	R$ 63,0000	63,00
7	997103	SUBSTITUICAO X2 AMORTECEDOR	UND	1,00	R$ 357,0000	357,00
8	997104	EXTR/REP CONJUNTO DO PARA-	UND	1,00	R$ 210,0000	210,00
9	997105	LIMPEZA DO BICO	UND	1,00	R$ 200,0000	200,00

10	997106	LIMPEZA CAIXA EVAPORADORA	UND	1,00	R$ 200,0000	200,00
11	997107	LIMPEZA DO SISTEMA DE FREIOS	UND	1,00	R$ 210,0000	210,00
12	997108	ARRUELA DE COBRE DO SISTEMA	UND	1,00	R$ 14,1300	14,13
13	997109	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE	UND	1,00	R$ 70,1800	70,18
14	997115	DESCARBONIZANTE 250ML/160G	UND	1,00	R$ 50,0000	50,00
15	997116	LIMPA FREIO 300ML	UND	1,00	R$ 50,0000	50,00
16	997117	LIMPA EVAPORADOR DE AR	UND	1,00	R$ 150,0000	150,00
17	997119	DETERGENTE PARA LIMPEZA VIA	UND	1,00	R$ 50,0000	50,00
18	997121	LAMPADA INCENDESCENTE PARA	UND	1,00	R$ 387,3900	387,39
19	997123	FILTRO DE HABITACULOS DE	UND	1,00	R$ 81,7700	81,77
20	997126	AMORTECEDOR DA SUSPENSAO	UND	2,00	R$ 485,8300	971,66
21	997127	MOLDURA DO PARACHOQUE	UND	1,00	R$ 349,6400	349,64
22	997128	LAMPADA 12 V60/55WH4PARA U	UND	1,00	R$ 41,6200	41,62
23	997129	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	1,00	R$ 76,6500	76,65
24	997130	ESTRUTURA DO SISTEMA DA	UND	2,00	R$ 89,1000	178,20
25	997131	OLEO 10W40-1 LITRO	UND	4,00	R$ 38,0000	152,00
26	997136	ELEMENTO DO FILTRO DE AR PARA	UND	1,00	R$ 84,0000	84,00

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 054 de 11 de fevereiro de 2022,** a servidora **Pamela Priscila de Almeida Padilha** – Matricula: 6990, lotada e representando a Secretaria Municipal de Maio Ambiente, Indústria e Comércio, Turismo e Regularização Fundiária.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 18 de maio de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, Estado Mato Grosso, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48º da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 44 da Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001, informa à população que irá realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL**, no dia **24 de Maio (terça-feira) de 2022, com início ás 17:00 horas (horário de Cuiabá), para Discussão da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do exercício de 2023.**

Em razão da pandemia COVID 19, a audiência pública será realizada de forma virtual (online) e será transmitida via Facebook página: https://www.facebook.com/PrefeituraParanatinga.

Este Edital será publicado no site, https://www.paranatinga.mt.gov.br/ , portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

Paranatinga/MT, 17 de Maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeitura Municipal de Paranatinga

LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022.

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº **15.023.971/00001-24**, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 06/2022 - Pregão Eletrônico nº 004/2022 – Prefeitura Gestora Município de Barra do Garças/MT. **Objeto:** Registro de Preços Futura e Eventual **Aquisição de Veículo Tipo (MICRO-ONIBUS) VAN**, para atender a necessidade da Secretaria de Transportes do Município de Paranatinga/MT.

Empresa detentora: RODA BRASIL - REPRESENTAÇÃO COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP CNPJ: 15.332.890/0001-06.

Valor total:**R$:** 260.800,00 (duzentos e sessenta mil, oitocentos reais).

Presidente da CPL Devenilson da Silva.

Paranatinga – MT, em 18 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 106/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Anual do exercício de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1323/2021 de 23 de dezembro de 2021 decreta:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil reais), no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.13.000.0000.0.000. Cultura

09.001.13.392.0000.0.000. Difusão Cultural

09.001.13.392.0011.0.000. CULTURA E DESPORTO

09.001.13.392.0011.2.123. MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO, QUADRAS E CAMPOS

488 - 4.4.90.51.00.00 118 OBRAS E INSTALAÇÕES 100.000,00

Art. 2º atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro , de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 18 de Maio de 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2022 - FÉRIAS REGULARES LEONORA OLIVEIRA PINTO SCHAFFER

DE 18 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **10/01/2021 a 10/01/2022.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **Leonora Oliveira Pinto Schaffer**, lotada na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, funcionária eletiva no cargo de Conselheira Tutelar, a serem usufruídas no período de 31/05/2022 **à 29/06/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 261/2022 - LOTAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA JOSÉ SOUZA GONÇALVES

DE 18 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre lotação de servidora publica municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora Maria José Souza Gonçalves esteve, nos últimos anos, gozando de licença sem remuneração por um período e, além disso, a referida servidora figura em processo administrativo, ainda não concluso, para apurar possibilidade de abandono de cargo em virtude de não ter reassumido suas funções após o término da licença sem remuneração.

CONSIDERANDO o Oficio nº 230/2022/SME, e Ata de Reunião nº 040/2022.

RESOLVE:

Art.1º Lotar a servidora pública Senhora Maria José Souza Gonçalves, ocupante do Cargo de Professora 30h sob matrícula nº 4400, na CMEI Professor José Luiz Bárbara Filho.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

CONTRATO Nº 063/2022 - CONSTRUTORA AMIL LTDA

CONTRATO Nº 063/2022.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: CONSTRUTORA AMIL LTDA	
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 005/2022	**DATA: 17/05/2022**
OBJETO: O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: **Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem urbana, no Loteamento Casa Blanca.**	
VALOR: R$ 1.028.624,17 (um milhão vinte e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais e dezessete centavos).	
VIGÊNCIA: 17/05/2022 a 17/05/2023	
DOTAÇÃO: Dot. Orçamentária: Red: 95 Orgão/Unidade: 05.001 Secretaria de Viação e Obras Função/Subfunção: 15.452 Urbanismo/serviços urbanos Programa/Projeto Atividade: 1011 - PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2022 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

18 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 03/2022.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 234/2022/SME.

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022 realizada por meio do Decreto nº 089/2022, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO – SME EDUCAÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0007330	LAUDIA BORGES MENDONÇA DOS SANTOS	12º
0011380	ELIZANGIA DOS SANTOS MORENO	13º
0006700	ELIZABETE GUIMARÃES DA COSTA	14º
0011230	HÉLLIDE TÂNY PAIXÃO DE SOUZA	15º

Justificativa: *02 vagas* para atender a demanda na sala de atendimento educacional especializado/AEE em atendimento aos alunos PCDs, ressaltando que a quantidade se baseia no planejamento da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista que será aberta uma sala na Escola Municipal São Sebastião e outra sala na Escola Municipal Professora Ivonne Tramarim de Oliveira, sendo que as salas na Escola Profº Ivonne Tramarim de Oliveira terão atendimento nos períodos matutino e vespertino, já na Escola Municipal São Sebastião por ora somente no período vespertino, *01 vaga* para CMEI Adriana Susi Milhomem Figueiredo da Silva em substituição a professora Ana Ruthy Camargo Silva que entrará de licença prêmio, *01 vaga* para Escola São Sebastião devido a abertura de nova turma em virtude do número de alunos acima do estabelecido em Portaria/SME e resoluções do CEE/MT o que compromete o processo de ensino e

aprendizagem, e devido a unidade de ensino estar recebendo muitos alunos transferidos de outros municípios.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 107/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1323/2021 de 23 de dezembro de 2021 decreta:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

12.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

12.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

12.001.15.122.0000.0.000. Administração Geral

12.001.15.122.0001.0.000. GESTÃO, MANUTENÇÃO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E

FINANCEIRO

12.001.15.122.0001.2.024. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE

464 - 4.4.90.52.00.00 1 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

Art. 2º Em consonância com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, §1º, III, para cobertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação das Seguintes Dotações:

Redução

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

12.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

12.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

12.001.15.122.0000.0.000. Administração Geral

12.001.15.122.0001.0.000. GESTÃO, MANUTENÇÃO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E

FINANCEIRO

12.001.15.122.0001.2.024. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE

462 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 18 de Maio de 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital do Chamamento Público **001/2022.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Chamamento Público nº 001/2022, tem por Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços médicos especializados, de forma a dar a cobertura dos serviços médicos a ser oferecido pelo MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, nas áreas de Médico especialista: Cardiologista, Cirurgião Vascular, Cirurgião Dentista especialista em Endodontia (Canal), Endocrinologista, Fonoaudiologia, Neurologista, Pediatria, Terapeuta Ocupacional e Ortopedista**, **conforme especificações determinadas no edital Chamamento Público nº 001/2022**.

HOMOLOGAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão Social: **T.M.G. GUERREIRO LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 45.721.936/0001-40.**

LIS MOTA GONÇALVES VIANA, INSCRITA NO CPF: 090.543.526-55.

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
9	68384 - SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CONSULTA MEDICA ENDOCRINOLOGIA	1200	UND	147,77	177.324,00

Razão Social: **LUCIANA ABREU HORTA, INSCRITA NO CNPJ: 21.842.954/0001-11.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
7	58336 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CIRURGIAS: CIRURGIÃO VASCULAR	1296	UND	152,64	197.814,96

Razão Social: **LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
10	51375 - PRESTACÃO DE SERVICOS DE PROCEDIMENTOS MEDICOS- TIPO CONSULTA MEDICA: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA EM ENDODONTIA (CANAL)	1200	UND	615,00	738.000,00

Razão Social: **A P F TORTORA, INSCRITA NO CNPJ: 28.123.053/0001-19**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
4	53983 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE CARDIOLOGIA	1296	UND	135,80	176.001,08

Razão Social: **LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80.**

STEFANI JUNIOR DE ALMEIDA, INSCRITO NO CPF: 320.414.668-55.

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
1	63073 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE PEDIATRIA	1440	UND	159,94	230.313,60

Razão Social: **GISLAYNE CLAUDINO DA SILVA FERNANDES, INSCRITA NO CNPJ: 37.889.684/0001-34.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
5	67474 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE FONOAUDIÓLOGO	576	UND	213,67	123.072,02

Razão Social: **HFF SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, INSCRITA NO CNPJ: 41.197.863/0001-88.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
6	43780 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA NEUROLOGISTA	1200	UND	221,66	265.988,04

Razão Social: **A C S CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 20.292.508/0001-18.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
2	66829 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA NEUROLOGISTA	1440	UND	144,55	208.152,00

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
3	62810 – INFILTRAÇÕES EM ORTOPEDISTA	96	UND	675,00	64.800,00

Pedra Preta - MT, 18 de Maio de 2022.

_____

NELSON ANTONIO ORLATO

PREFEITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital do Chamamento Público **001/2022.**

RESOLVE:

ADJUDICAR: o procedimento licitatório na modalidade **Chamamento Público nº 001/2022, tem por Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e/ ou jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços médicos especializados, de forma a dar a cobertura dos serviços médicos a ser oferecido pelo MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, nas áreas de Médico especialista: Cardiologista, Cirurgião Vascular, Cirurgião Dentista especialista em Endodontia (Canal), Endocrinologista, Fonoaudiologia, Neurologista, Pediatria, Terapeuta Ocupacional e Ortopedista**, **conforme especificações determinadas no edital Chamamento Público nº 001/2022**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão Social: **T.M.G. GUERREIRO LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 45.721.936/0001-40.**

LIS MOTA GONÇALVES VIANA, INSCRITA NO CPF: 090.543.526-55.

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
9	68384 - SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CONSULTA MEDICA ENDOCRINOLOGIA	1200	UND	147,77	177.324,00

Razão Social: **LUCIANA ABREU HORTA, INSCRITA NO CNPJ: 21.842.954/0001-11.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
7	58336 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CIRURGIAS: CIRURGIÃO VASCULAR	1296	UND	152,64	197.814,96

Razão Social: **LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
10	51375 - PRESTACÃO DE SERVICOS DE PROCEDIMENTOS MEDICOS- TIPO CONSULTA MEDICA: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA EM ENDODONTIA (CANAL)	1200	UND	615,00	738.000,00

Razão Social: **A P F TORTORA, INSCRITA NO CNPJ: 28.123.053/0001-19**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
4	53983 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE CARDIOLOGIA	1296	UND	135,80	176.001,08

Razão Social: **LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80.**

STEFANI JUNIOR DE ALMEIDA, INSCRITO NO CPF: 320.414.668-55.

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
1	63073 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE PEDIATRIA	1440	UND	159,94	230.313,60

Razão Social: **GISLAYNE CLAUDINO DA SILVA FERNANDES, INSCRITA NO CNPJ: 37.889.684/0001-34.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
5	67474 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE FONOAUDIÓLOGO	576	UND	213,67	123.072,02

Razão Social: **HFF SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, INSCRITA NO CNPJ: 41.197.863/0001-88.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
6	43780 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA NEUROLOGISTA	1200	UND	221,66	265.988,04

Razão Social: **A C S CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 20.292.508/0001-18.**

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
2	66829 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA NEUROLOGISTA	1440	UND	144,55	208.152,00

Item	Código/ Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
3	62810 – INFILTRAÇÕES EM ORTOPEDISTA	96	UND	675,00	64.800,00

Pedra Preta - MT, 18 de Maio de 2022.

_____

NELSON ANTONIO ORLATO

PREFEITO

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

Às 10 horas do dia dezessete de maio do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato do Prefeito Municipal por meio da Portaria n° 206/2022 de 18 de abril de 2022. O objetivo da referida reunião é proceder a conferencia dos envelopes de documentações protocolados no Departamento de licitação relativos à **Chamamento Público , que tem por objetivo o Credenciamento de pessoas física e/ou jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços médicos especializados, de forma a dar a cobertura dos serviços médicos a ser oferecido pelo MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, nas áreas de Médico especialista: Cardiologista, Cirurgião Vascular, Cirurgião Dentista especialista em Endodontia (Canal), Endocrinologista, Fonoaudiologia, Neurologista, Pediatria, Terapeuta Ocupacional e Ortopedista**. O aviso para o credenciamento do **Chamamento Público nº 001 /2022** fora publicado no dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2022 no Site Oficial da Prefeitura www.pedrapreta.mt.gov.br/, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal e dia 27 (vinte e sete) de Abril de 2022 no Jornal AMM. Protocolaram no Departamento de Licitação os envelopes com os respectivos Credenciamentos as empresas: **1º T. M.G. GUERREIRO LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 45.721.936/0001-40, 2º LIS MOTA GONÇALVES VIANA, INSCRITA NO CPF: 090.543.526-55, 3º STEFANI JUNIOR DE ALMEIDA, INSCRITO NO CPF: 320.414.668-55, 4º LUCIANA ABREU HORTA, INSCRITA NO CNPJ: 21.842.954/0001-11, 5º LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, (MARCELO DA SILVA) INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80, 6º A P F TORTORA, INSCRITA NO CNPJ: 28.123.053/0001-19, 7º LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80, 8º GISLAYNE CLAUDINO DA SILVA FERNANDES, INSCRITA NO CNPJ: 37.889.684/0001-34, 9º HFF SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, INSCRITA NO CNPJ: 41.197.863/0001-88, 10º A C S CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 20.292.508/0001-18 Em seguida recolheu o envelope de "CREDENCIAMENTO" da empresa que protocolou seu respectivo credenciamento no Departamento de Licitação, que, após constatar sua integridade, à Comissão procedeu à rubrica dos mesmos. Que após a conferência da integridade do envelope, autorizou-se a abertura do envelope de "CREDENCIAMENTO". Aberto o envelope de "CREDENCIAMENTO" da empresa, foi dada a análise das documentações pela Comissão. Aberto o envelope de "CREDENCIAMENTO", foi verificada a documentação das Empresas que** apresentaram todos os documentos requeridos em Edital ficando assim credenciadas. Após a conferencia dos documentos iniciou a conferencia das Propostas de Preços**. Em ato contínuo, depois de analisada, conferida e avaliada a Proposta de Preço apresentada pelas empresas Credenciadas, constatou-se que as mesmas atenderam ao Edital do Chamamento Público nº 001/2022, e estão aptas a submeter-se ao julgamento. Utilizando dos critérios previstos no Edital, a Comissão de Licitação DECLARA vencedora as empresas:**

1º T.M.G. GUERREIRO LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 45.721.936/0001-40, SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CONSULTA MEDICA ENDOCRINOLOGIA, Valor da Proposta valor unitário R$ 147,75 (cento e quarenta e sete reais e setenta e setenta e cinco centavos).

2º LIS MOTA GONÇALVES VIANA, INSCRITA NO CPF: 090.543.526-55 - SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CONSULTA MEDICA ENDOCRINOLOGIA, Valor da Proposta valor unitário R$ 147,77 (cento e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos).

3º STEFANI JUNIOR DE ALMEIDA, INSCRITO NO CPF: 320.414.668-55 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE PEDIATRIA, Valor da Proposta R$ 159,94 (cento e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

4º LUCIANA ABREU HORTA, INSCRITA NO CNPJ: 21.842.954/0001-11 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CIRURGIAS: CIRUR-

GIÃO VASCULAR, Valor da Proposta R$ 142,64 (cento e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

5º LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, (MARCELO DA SILVA) INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80: PRESTACÃO DE SERVICOS DE PROCEDIMENTOS MEDICOS- TIPO

CONSULTA MEDICA: CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA EM ENDODONTIA (CANAL), Valor da Proposta R$ 615,00 (seiscentos e quinze reais).

6º A P F TORTORA, INSCRITA NO CNPJ: 28.123.053/0001-19 SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE CARDIOLOGIA, Valor da Proposta R$ 130,00 (cento e trinta reais)

7º LAURIANA DE SOUSA GUASTI & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 15.609.342/0001-80 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA DE PEDIATRIA, Valor da Proposta: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

8º GISLAYNE CLAUDINO DA SILVA FERNANDES, INSCRITA NO CNPJ: 37.889.684/0001-34 SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MÉDICA FONOAUDIOLOGO, Valor da Proposta: R$ 213,00(duzentos e treze reais)

9º HFF SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, INSCRITA NO CNPJ: 41.197.863/0001-88 SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO - TIPO CONSULTA MEDICA NEUROLOGISTA, Valor da Proposta: R$ 210,00 (duzentos e dez reais)

10º A C S CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 20.292.508/0001-18 SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO DO TIPO: CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, Valor da Proposta: R$ 144,55 (cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). INFILTRAÇÕES EM ORTOPEDISTA, Valor da Proposta: R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Nada mais havendo a ser tratado, dá-se por encerrada esta ATA, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão.

Pedra Preta - MT, 17 de Maio de 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

VANESSA SILVA REZENDE

Membro da CPL

LEDILMA APARECIDA DA SILVA JUSTINO

Membro da CPL

PORTARIA Nº 259/2022 - LICENÇA PRÊMIO GENEBALDO ALVES FERREIRA

DE 18 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de LICENÇA PRÊMIO protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **01/04/2013 à 01/04/2018.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO ao servidor **Genebaldo Alves Ferreira**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Agência de Vigilância, a serem usufruídas no período de **31/05/2022 a 28/08/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 027/2022.

DECRETO Nº 027, DE 17 DE MAIO DE 2022.

"DETERMINA O LANÇAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2.022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, e tendo em vista o superior e interesse público, e

Considerando as disposições legais contidas nos artigos 288 a 328da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2014, que Dispõe Sobre o Código Tributário Municipal,

D E C R E T A:

Art.1º - Determina o lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, referente ao exercício de 2.022.

Art.2º - O valor do lançamento de que trata o artigo anterior importa em R$ 2.350.051,17 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil, cinquenta e um reais e dezessete centavos) referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e R$ 517.047,29 (quinhentos e dezessete mil, quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) referente a coleta de lixo.

Parágrafo Único - O valor de que trata o caput do Art.1º, está sujeito a alterações por eventuais correções de lançamento.

Art.3º - Qualquer alteração que se fizer necessária em relação ao cadastro de imóvel ou valores deverá o contribuinte solicitar junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, as devidas retificações até o dia 20 de junho de 2.022.

Art.4º - Para o pagamento em cota única com vencimento em **20 de junho de 2.022**, será concedido desconto **de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor lançado.

Art.5º - Para o pagamento parcelado, fixam-se as seguintes datas de vencimento:

I - 1ª parcela, vencimento em 20 de junho de 2022;

II - 2ª parcela, vencimento em 20 de julho de 2022;

III - 3ª parcela, vencimento em 22 de agosto de 2022.

Art.6º - Quando o vencimento da parcela a ser paga ocorrer em dia que não haja expediente na Instituição recebedora, o prazo para o pagamento da mesma, passa a ser o primeiro dia útil subsequente ao do seu vencimento.

***Art.7º* - Ficam notificados do lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano do Município de Peixoto de Azevedo, relativo ao exercício de 2.022, todos os munícipes contribuintes, conforme relação de contribuintes que faz parte integrante deste Decreto, e que se encontra afixada no quadro mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal.**

Art.8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias de Maio de 2022.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N. 025/2022 PROCESSO Nº 046/2022.

O Município de Planalto da Serra/MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação PR SRP - nº 025/2022, aberta no dia 12/05/2022 ás 08h horário de Mato Grosso se sagraram vencedores no certame as empresas: PLANALTO IND. E COM. DE PRÉ-MOLDADOS – LTDA, CNPJ n. 28.488.348/0001-99 venceu o valor de R$ 426.000,00 e MARCILIO ASFALTO CONSTRUÇÃO-LTDA, CNPJ n. 09.082.622/0001-80, venceu o valor de R$ 25.130,00. Cláudia Márcia S. Rodrigues - Pregoeira. Processo Homologado por: Natal Alves de Assis Sobrinho- Prefeito Municipal.

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N. 026/2022 PROCESSO Nº 047/2022.

O Município de Planalto da Serra/MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação PR SRP - nº 026/2022, aberta no dia 13/05/2022 ás 08h horário de Mato Grosso se sagraram vencedores no certame as empresas: COTECONSTRO CONSTRUTORA DE REDES ELETRICAS LTDA, CNPJ n° 00.870.733/0001-87, valor de R$ 746.539,00 e ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ nº 00.226.324/0001-42 valor de R$ 207.249,00. Cláudia Márcia S. Rodrigues - Pregoeira. Processo Homologado por: Natal Alves de Assis Sobrinho- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

DECRETO Nº 005/2022

	Súmula: Abre Realocação de saldo entre fontes de recurso da dotação			
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:			
O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.				
DECRETA				
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	415	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.621.0000000	40.000,00	
Cód. red.:	416	07.002.10.301.0010.1042.4.4.90.51.1.500.1002000	500,00	
Cód. red.:	448	07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.601.0000000	100.000,00	
Sub-Total:			**140.500,00**	
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			
Unidade:	**003 - OBRAS PUBLICAS E TRANSPORTE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	726	12.003.26.782.0024.2126.3.3.90.30.1.750.0000000	1.000,00	
Sub-Total:			**1.000,00**	
Total Parcial Suplementado:			**141.500,00**	
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	415	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000	40.000,00	
Cód. red.:	416	07.002.10.301.0010.1042.4.4.90.51.1.601.0000000	500,00	
Cód. red.:	448	07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000	100.000,00	
Sub-Total:			**140.500,00**	
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			
Unidade:	**003 - OBRAS PUBLICAS E TRANSPORTE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	663	12.003.26.782.0024.2126.3.3.90.30.1.500.0000000	1.000,00	
Sub-Total:			**1.000,00**	
Total Parcial Reduzido:			**141.500,00**	
POCONÉ - MT, 11 de janeiro de 2022				
ATAIL MARQUES DO AMARAL CPF: 346.493.361-04 Prefeito				
Data: 18/05/2022 08:37:51		Página: 1 de 1		

DECRETO Nº 004/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	185	05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.93.1.500.0000000		5.225,00
Sub-Total:				**5.225,00**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	502	07.002.10.303.0012.2094.3.3.90.93.1.500.1002000		1.300,00
Sub-Total:				**1.300,00**
Total Parcial Suplementado:				**6.525,00**

Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	245	05.002.08.244.0007.2054.3.3.90.30.1.500.0000000		6.525,00
Sub-Total:				**6.525,00**
Total Parcial Reduzido:				**6.525,00**

POCONÉ - MT, 11 de janeiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:37:02 Página: 1 de 1

DECRETO Nº 003/2022

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	77	04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.36.1.500.0000000		3.000,00
Cód. red.:	87	04.001.28.843.0004.2017.3.2.90.21.1.500.0000000		500.000,00
Sub-Total:				**503.000,00**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	150	05.002.08.244.0006.2031.3.3.90.36.1.500.0000000		4.300,00
Cód. red.:	160	05.002.08.244.0006.2034.3.3.90.36.1.500.0000000		7.800,00
Sub-Total:				**12.100,00**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	412	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.39.1.500.1002000		100.000,00
Cód. red.:	502	07.002.10.303.0012.2094.3.3.90.93.1.500.1002000		19.285,54
Sub-Total:				**119.285,54**
Órgão:	**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**			
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	646	11.001.18.541.0022.2117.3.3.90.36.1.500.0000000		10.000,00
Sub-Total:				**10.000,00**
Órgão:	**13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOL URBANO E ECONOMIC**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECR MUN DE DESENVOL. URBANO E ECONOMI**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	716	13.001.23.691.0015.2098.4.4.90.61.1.500.0000000		52.000,00
Sub-Total:				**52.000,00**
Órgão:	**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**			
Unidade:	**001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	563	14.001.13.122.0026.2132.3.3.90.36.1.500.0000000		45.000,00
Sub-Total:				**45.000,00**
Total Parcial Suplementado:				**741.385,54**

Órgão:	**02 - GABINETE DO PREFEITO**
Unidade:	**001 - GABINETE DO PREFEITO**
Anulação parcial ou total de dotação	

Cód. red.:	25	02.001.04.122.0002.1006.3.3.90.39.1.500.0000000	52.000,00
Sub-Total:			**52.000,00**
Órgão:	**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	73	04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.14.1.500.0000000	3.000,00
Cód. red.:	88	04.001.28.843.0004.2017.4.6.90.71.1.500.0000000	500.000,00
Sub-Total:			**503.000,00**

Prefeitura Municipal de Poconé - MT
Praça da Matriz, S/N – Centro
CEP 78175-000
CNPJ – 03.162.872/0001-44

Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	131	05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000	12.100,00
Sub-Total:			**12.100,00**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	492	07.002.10.303.0012.1046.4.4.90.51.1.500.1002000	100.000,00
Cód. red.:	499	07.002.10.303.0012.2094.3.3.90.32.1.500.1002000	19.285,54
Sub-Total:			**119.285,54**
Órgão:	**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	643	11.001.18.541.0022.2116.3.3.90.36.1.500.0000000	10.000,00
Sub-Total:			**10.000,00**
Órgão:	**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**		
Unidade:	**001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	551	14.001.13.392.0026.2131.3.3.90.39.1.500.0000000	45.000,00
Sub-Total:			**45.000,00**
Total Parcial Reduzido:			**741.385,54**

POCONÉ - MT, 11 de janeiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

DECRETO Nº 19/2022

	Súmula: Abre Crédito especial
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2094/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**		
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**		
Excesso de arrecadação			
Cód. red.:	728	10.001.27.812.0017.1087.4.4.90.51.1.701.0000000	830.030,70
Sub-Total:			**830.030,70**
Total Parcial Suplementado:			**830.030,70**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

DECRETO Nº 17/2022

	Súmula: Abre Crédito especial
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2093/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**		
Superávit financeiro			
Cód. red.:	727	11.001.18.541.0022.2117.4.4.90.52.2.701.0000000	100.000,00
Sub-Total:			**100.000,00**
Total Parcial Suplementado:			**100.000,00**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:46:36 Página: 1 de 1

PORTARIA Nº 152/2022

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º- EXONERAR a pedidoa Senhora ONEIDE MIRANDA BARBOSA, inscrita no CPF nº 966.845.772-20 e RG nº 5503285 do cargo de Professora do Processo Seletivo Simplificado de n. 001/2021,desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2022.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 18 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 23/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Unidade:	**004 - FUNDEB - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACAO BASICA**		
Superávit financeiro			
Cód. red.:	360	06.004.12.361.0008.2080.3.3.90.30.2.540.0000000	159.163,41
Sub-Total:			**159.163,41**
Órgão:	**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**		
Unidade:	**001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**		
Superávit financeiro			
Cód. red.:	565	14.001.13.122.0026.2132.3.3.90.93.2.701.0000000	10.000,00
Cód. red.:	551	14.001.13.392.0026.2131.3.3.90.39.2.701.0000000	3.698,00
Sub-Total:			**13.698,00**
Total Parcial Suplementado:			**172.861,41**

POCONÉ - MT, 10 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:49:51 Página: 1 de 1

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2022

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 004/2022, de 17/01/2022, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, EM AMBIENTE WEB, INCLUINDO O SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DESTINADO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POCONÉ/MT. são:
Vencedores:
Licitante
AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA
POCONÉ, 18 de Maio de 2022
Erasmo Paulo de Lima Pregoeiro

PORTARIA Nº 151/2022

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º- EXONERAR a pedidoa Senhora ELYDIENE SOARES LAURENTINO SILVA, inscrita no CPF nº 006.405.831-05 **do** cargo de Merendeira do Processo Seletivo Simplificado de n. 001/2021,desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 18 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 15/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2092/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			
Unidade:	**002 - SERVICOS URBANOS E DISTRITAIS**			
Superávit financeiro				
Cód. red.:	688	12.002.15.451.0024.1075.4.4.90.51.2.701.0000000		400.000,00
Sub-Total:				**400.000,00**
Total Parcial Suplementado:				**400.000,00**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:44:31 Página: 1 de 1

DECRETO Nº 012/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAC**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	66	03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.40.1.500.0000000		125.360,00
Sub-Total:				**125.360,00**
Órgão:	**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	77	04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.36.1.500.0000000		20.000,00
Sub-Total:				**20.000,00**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	176	05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.39.1.500.0000000		7.000,00
Cód. red.:	150	05.002.08.244.0006.2031.3.3.90.36.1.500.0000000		8.300,00
Cód. red.:	160	05.002.08.244.0006.2034.3.3.90.36.1.500.0000000		16.000,00
Cód. red.:	236	05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.36.1.500.0000000		10.000,00
Sub-Total:				**41.300,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	273	06.002.12.306.0008.2066.3.3.90.30.1.500.0000000		124.500,00
Cód. red.:	273	06.002.12.306.0008.2066.3.3.90.30.1.552.0000000		139.650,00
Cód. red.:	305	06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.39.1.500.1001000		134.191,65
Sub-Total:				**398.341,65**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	390	07.002.10.122.0009.1039.4.4.90.51.1.500.1002000		123.082,75
Cód. red.:	445	07.002.10.301.0010.2086.3.3.90.39.1.500.1002000		50.000,00
Cód. red.:	425	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.39.1.600.0000000		250.000,00
Cód. red.:	464	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.30.1.500.1002000		200.000,00
Cód. red.:	488	07.002.10.302.0011.2093.3.3.90.30.1.500.1002000		50.000,00
Sub-Total:				**673.082,75**
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			
Unidade:	**002 - SERVICOS URBANOS E DISTRITAIS**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	692	12.002.15.451.0024.1078.4.4.90.51.1.500.0000000		200.000,00
Sub-Total:				**200.000,00**
Total Parcial Suplementado:				**1.458.084,40**
Órgão:	**03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAC**			

Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	54	03.001.04.122.0003.2011.3.3.90.39.1.500.0000000	125.360,00
Sub-Total:			**125.360,00**

Prefeitura Municipal de Poconé - MT
Praça da Matriz, S/N – Centro
CEP 78175-000
CNPJ – 03.162.872/0001-44

Órgão:	**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	89	04.001.04.122.0004.2018.3.3.50.41.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.:	90	04.001.04.122.0004.2018.3.3.70.41.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.:	91	04.001.04.122.0004.2018.3.3.71.41.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.:	92	04.001.04.122.0004.2018.3.3.90.93.1.500.0000000	5.000,00
Sub-Total:			**20.000,00**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	131	05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000	41.300,00
Sub-Total:			**41.300,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	271	06.002.12.361.0008.1035.4.4.90.52.1.500.1001000	71.400,00
Cód. red.:	303	06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.550.0000000	44.825,00
Cód. red.:	305	06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.39.1.550.0000000	44.825,00
Cód. red.:	311	06.002.12.365.0008.1030.4.4.90.51.1.500.1001000	44.191,65
Cód. red.:	339	06.002.12.365.0008.1038.4.4.90.51.1.500.1001000	143.100,00
Cód. red.:	292	06.002.12.365.0008.2062.3.3.90.32.1.550.0000000	20.000,00
Cód. red.:	324	06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.550.0000000	30.000,00
Sub-Total:			**398.341,65**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	443	07.002.10.301.0010.2086.3.3.90.30.1.500.1002000	50.000,00
Cód. red.:	424	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.36.1.500.1002000	250.000,00
Cód. red.:	465	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.36.1.500.1002000	200.000,00
Cód. red.:	489	07.002.10.302.0011.2093.3.3.90.32.1.500.1002000	50.000,00
Cód. red.:	492	07.002.10.303.0012.1046.4.4.90.51.1.500.1002000	123.082,75
Sub-Total:			**673.082,75**
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**		
Unidade:	**002 - SERVICOS URBANOS E DISTRITAIS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	684	12.002.15.451.0024.1074.4.4.90.51.1.500.0000000	100.000,00
Cód. red.:	689	12.002.15.451.0024.1076.4.4.90.51.1.500.0000000	50.000,00
Cód. red.:	693	12.002.15.451.0024.1079.3.3.90.30.1.500.0000000	50.000,00
Sub-Total:			**200.000,00**
Total Parcial Reduzido:			**1.458.084,40**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

DECRETO Nº 11/2022

Súmula: Abre Crédito suplementar	
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:	

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	479	07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.93.1.500.1002000	4.350,00
Cód. red.:	502	07.002.10.303.0012.2094.3.3.90.93.1.500.1002000	1.200,00
Sub-Total:			**5.550,00**
Total Parcial Suplementado:			**5.550,00**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		

Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	444	07.002.10.301.0010.2086.3.3.90.36.1.500.1002000	5.550,00
Sub-Total:			**5.550,00**
Total Parcial Reduzido:			**5.550,00**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:42:47 Página: 1 de 1

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2022

CONTRATO Nº 19/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: EUGÊNIO FELIPE MARTINS PEREIRA LEITE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ZONA URBANA PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO MUNICIPAL E O SETOR DE PATRIMÔNIO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT

DOTAÇÃO:

03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.36.0.1.500.000000 – Secretaria Municipal de Administração

Valor Global: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais),

Período: 12 meses

Poconé, 18 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 145/2022

CONTRATA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021.

SERVIÇOS GERAIS – ESCOLA M. ANTÔNIO MARIA DE ALMEIDA
ELEONORA MARIA DA COSTA SOUZA

Artigo 2º - As informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por tempo determinado.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2022.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 16 de maio de 2.022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

DECRETO Nº 067 DE 16 DE MAIO DE 2022

"CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º - Convocar os(as) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado homologado pelo **Decreto n. 076 de 15 de julho de 2021**, concernente ao **Edital n. 001/2021**, abaixo relacionados por ordem de classificação:

MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ÁREA URBANA

NOMES	**COLOCAÇÃO**
ELIZABETE MARIA SANTANA	19º

Art. 2º - Os convocados terão o prazo de até trinta dias, a contar da publicação deste decreto, para se apresentarem no setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Poconé/MT, no horário das 07h00min às 13h00min, munidos dos documentos descritos no **anexo I deste decreto.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 16 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

ANEXO I - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

( ) XEROX RG ( ) XEROX CPF ( ) XEROX TÍTULO ELEITORAL ( ) XEROX CARTEIRA DE RESERVISTA ( ) XEROX COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE PARA O CARGO ( ) XEROX DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DO CANDIDATO ( ) XEROX CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO - SE FOR CASADO(A) ( ) XEROX RG DO (A) ESPOSO(A) **OBS: OBRIGATÓRIO SE INFORMADO COMO CASADO(A) E SE DEPENDENTE PARA IRRF** ( ) XEROX CPF DO (A) ESPOSO(A) **OBS: OBRIGATÓRIO SE INFORMADO COMO CASADO(A) E SE DEPENDENTE PARA IRRF** ( ) XEROX CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE FILHOS (SE HOUVER FILHOS) ( ) XEROX RG DOS FILHOS(SE HOUVER FILHOS) **OBS: SE DEPENDENTE PARA IRRF OU SALARIO FAMILIA É OBRIGATÓRIO**? ( ) XEROX CPF DOS FILHOS(SE HOUVER FILHOS) **OBS: SE DEPENDENTE PARA IRRF OU SALARIO FAMILIA É OBRIGATÓRIO** ( ) CARTÃO DE VACINAÇÃO DOS FILHOS MENORES DE 05 ANOS ( ) DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE DOS FILHOS EM IDADE ESCOLAR ( ) XEROX CARTÃO CONTA BANCÁRIA (Banco do Brasil) ( ) XEROX COMPROVANTE DE ENDEREÇO ( ) XEROX DE REGISTRO EM CONSELHO DE CLASSE (para os cargos obrigatórios) ( ) XEROX DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO**(para o cargo de motorista e dentro do prazo de validade) ( ) XÉROX DA CARTEIRA DE TRABALHO** ( ) XÉROX DO CPF DOS PAIS OU ATESTADO DE ÓBITO **(NO CASO DE PAIS FALECIDOS)**

OBS. Todas as xérox tem que ser autenticadas.

ORIGINAL

. ATESTADO DE DISPONIBILIDADE PARA EXERCER O CARGO. DECLARAÇÃO DE BENS . CERTIDÃO DA JUSTIÇA FEDERAL(www.trf1.gov.br) ATESTADO MÉDICO CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL(DEP. DE TRIBUTOS - PREF.) CERTIDÃO CÍVEL E CRIMINAL (FÓRUM) ou www.tjmt.jus.br CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO CPF (www.receita.fazenda.gov.br) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL (CARTÓRIO ELEITORAL) 02 FOTOS 3X4 COLORIDA E RECENTE PREENCHER A FICHA CADASTRAL DO RH

DECRETO Nº 30/2022

		Súmula: Abre Crédito suplementar		
		NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:		
O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.				
DECRETA				
Órgão:	**02 - GABINETE DO PREFEITO**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO PREFEITO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	11	02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.30.1.500.0000000		10.000,00
Sub-Total:				**10.000,00**
Órgão:	**03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAC**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	62	03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.36.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.:	63	03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.39.1.500.0000000		204.640,00
Sub-Total:				**209.640,00**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	123	05.001.08.122.0005.2024.3.3.90.39.1.500.0000000		4.500,00
Sub-Total:				**4.500,00**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	150	05.002.08.244.0006.2031.3.3.90.36.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.:	235	05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.30.1.500.0000000		2.100,00
Sub-Total:				**7.100,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	283	06.002.12.361.0008.2069.3.3.90.39.1.500.1001000		500.000,00
Cód. red.:	318	06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.39.1.500.1001000		150.000,00
Sub-Total:				**650.000,00**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	412	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.39.1.500.1002000		240.000,00
Cód. red.:	478	07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.39.1.500.1002000		40.000,00
Sub-Total:				**280.000,00**
Órgão:	**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**			
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	647	11.001.18.541.0022.2117.3.3.90.39.1.500.0000000		100.000,00
Sub-Total:				**100.000,00**
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTUR**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	651	12.001.04.122.0024.2124.3.1.90.94.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.:	654	12.001.04.122.0024.2124.3.3.90.36.1.500.0000000		45.000,00
Cód. red.:	655	12.001.04.122.0024.2124.3.3.90.39.1.500.0000000		3.000,00
Sub-Total:				**58.000,00**

Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			
Unidade:	**002 - SERVICOS URBANOS E DISTRITAIS**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	674	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.39.1.500.0000000		175.000,00
Sub-Total:				**175.000,00**
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**			

Unidade:	**003 - OBRAS PUBLICAS E TRANSPORTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	663	12.003.26.782.0024.2126.3.3.90.30.1.500.0000000	90.000,00
Sub-Total:			**90.000,00**
Total Parcial Suplementado:			**1.584.240,00**
Órgão:	**02 - GABINETE DO PREFEITO**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO PREFEITO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	37	02.001.04.124.0002.2007.3.3.90.14.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.:	38	02.001.04.124.0002.2007.3.3.90.33.1.500.0000000	5.000,00
Sub-Total:			**10.000,00**
Órgão:	**03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAC**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	54	03.001.04.122.0003.2011.3.3.90.39.1.500.0000000	74.640,00
Cód. red.:	49	03.001.04.125.0003.1010.3.3.90.39.1.500.0000000	30.000,00
Cód. red.:	46	03.001.04.126.0003.2012.3.3.90.30.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.:	47	03.001.04.126.0003.2012.3.3.90.39.1.500.0000000	70.000,00
Cód. red.:	48	03.001.04.126.0003.2012.4.4.90.52.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.:	51	03.001.04.128.0003.2009.3.3.90.14.1.500.0000000	5.000,00
Sub-Total:			**209.640,00**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	131	05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000	11.600,00
Sub-Total:			**11.600,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Unidade:	**001 - GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	263	06.001.12.122.0008.2057.3.3.90.40.1.500.1001000	110.000,00
Sub-Total:			**110.000,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	271	06.002.12.361.0008.1035.4.4.90.52.1.500.1001000	300.000,00
Cód. red.:	291	06.002.12.364.0008.2070.3.3.90.18.1.500.1001000	150.000,00
Cód. red.:	331	06.002.12.367.0008.2074.3.3.90.30.1.500.1001000	40.000,00
Cód. red.:	333	06.002.12.367.0008.2074.3.3.90.39.1.500.1001000	50.000,00
Sub-Total:			**540.000,00**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	411	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.36.1.500.1002000	35.000,00
Cód. red.:	424	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.36.1.500.1002000	70.000,00
Cód. red.:	424	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.36.1.600.0000000	85.000,00
Cód. red.:	424	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.36.1.621.0000000	50.000,00
Cód. red.:	477	07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.36.1.500.1002000	40.000,00
Sub-Total:			**280.000,00**

Órgão:	**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**001 - GABINETE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	614	11.001.18.544.0018.2109.3.3.90.39.1.500.0000000	100.000,00
Sub-Total:			**100.000,00**
Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**		
Unidade:	**002 - SERVICOS URBANOS E DISTRITAIS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	683	12.002.15.451.0024.1074.3.3.90.39.1.500.0000000	35.000,00
Cód. red.:	684	12.002.15.451.0024.1074.4.4.90.51.1.500.0000000	50.000,00
Cód. red.:	686	12.002.15.451.0024.1075.3.3.90.36.1.500.0000000	1.000,00
Cód. red.:	689	12.002.15.451.0024.1076.4.4.90.51.1.500.0000000	50.000,00
Cód. red.:	690	12.002.15.451.0024.1077.3.3.90.30.1.500.0000000	30.000,00
Cód. red.:	691	12.002.15.451.0024.1077.3.3.90.39.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.:	693	12.002.15.451.0024.1079.3.3.90.30.1.500.0000000	70.000,00
Cód. red.:	694	12.002.15.451.0024.1079.3.3.90.36.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.:	695	12.002.15.451.0024.1079.3.3.90.39.1.500.0000000	25.000,00
Cód. red.:	696	12.002.15.451.0024.1079.4.4.90.51.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.:	679	12.002.15.452.0024.2123.4.4.90.51.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.:	671	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.14.1.500.0000000	2.000,00
Sub-Total:			**323.000,00**

Total Parcial Reduzido:	**1.584.240,00**

POCONÉ - MT, 1 de março de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 09:01:27 Página: 3 de 3

DECRETO Nº 31/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	466	07.002.10.302.0011.2089.3.3.50.41.1.600.0000000	400.000,00
Sub-Total:			**400.000,00**
Total Parcial Suplementado:			**400.000,00**

Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.:	466	07.002.10.302.0011.2089.3.3.50.41.1.621.0000000	400.000,00
Sub-Total:			**400.000,00**
Total Parcial Reduzido:			**400.000,00**

POCONÉ - MT, 1 de março de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 09:02:05 Página: 1 de 1

DECRETO Nº 37/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2102/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Excesso de arrecadação			
Cód. red.:	466	07.002.10.302.0011.2089.3.3.50.41.1.621.0000000	280.901,95
Sub-Total:			**280.901,95**
Total Parcial Suplementado:			**280.901,95**

POCONÉ - MT, 15 de março de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 09:02:42 Página: 1 de 1

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 041/2022

Ata de Registro de preço N° 041/2022 – Pregão Presencial Nº 15/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ/MF: 05.831.807/0001-90

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALContratação de serviços especializados em Planejamento Municipal com Gestão em Tributos, Regularização Cadastral, Gestão de dados das Atividades Comerciais , Educação e Saúde, interligados com dados do Cadastro Imobiliário com software integrado

DOTAÇÃO:

DOTAÇÕES: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

78 – 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.39.1.500.000000

Valor Registrado: R$ 809.800,00 (oitocentos e nove mil e oitocentos reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 18 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 16/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2092/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA**		
Unidade:	**002 - SERVICOS URBANOS E DISTRITAIS**		
Excesso de arrecadação			
Cód. red.:	688	12.002.15.451.0024.1075.4.4.90.51.1.701.0000000	4.055.008,91
Sub-Total:			**4.055.008,91**
Total Parcial Suplementado:			**4.055.008,91**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:46:03 Página: 1 de 1

DECRETO Nº 14/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2091/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Superávit financeiro			
Cód. red.:	415	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.2.621.0000000	174.000,00
Cód. red.:	424	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.36.2.621.0000000	26.000,00
Cód. red.:	448	07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.2.621.0000000	50.000,00
Cód. red.:	464	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.30.2.621.0000000	70.000,00
Cód. red.:	468	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.2.621.0000000	400.000,00
Sub-Total:			**720.000,00**
Total Parcial Suplementado:			**720.000,00**

POCONÉ - MT, 1 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:43:39 Página: 1 de 1

DECRETO Nº 27/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2097/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**		
Unidade:	**001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**		
Superávit financeiro			
Cód. red.:	565	14.001.13.122.0026.2132.3.3.90.93.2.899.0000000	30.563,14
Sub-Total:			**30.563,14**
Total Parcial Suplementado:			**30.563,14**

POCONÉ - MT, 24 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:50:39 Página: 1 de 1

DECRETO Nº 28/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2098/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOL URBANO E ECONOMIC**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECR MUN DE DESENVOL. URBANO E ECONOMI**			
Superávit financeiro				
Cód. red.:	716	13.001.23.691.0015.2098.4.4.90.61.2.500.0000000		420.000,00
Sub-Total:				**420.000,00**
Total Parcial Suplementado:				**420.000,00**

POCONÉ - MT, 24 de fevereiro de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 08:51:13 | Página: 1 de 1

DECRETO Nº 29/2022

	Súmula: Abre Crédito suplementar
	NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de POCONÉ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2086/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão:	**02 - GABINETE DO PREFEITO**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO PREFEITO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	32	02.001.04.124.0002.2006.3.3.90.93.1.500.0000000		2.539,67
Sub-Total:				**2.539,67**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	185	05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.93.1.500.0000000		5.125,00
Sub-Total:				**5.125,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Unidade:	**004 - FUNDEB - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACAO BASICA**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	364	06.004.12.365.0008.2075.3.1.90.04.1.540.1070000		82.929,15
Cód. red.:	366	06.004.12.365.0008.2075.3.1.90.13.1.540.1070000		137.429,21
Sub-Total:				**220.358,36**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	479	07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.93.1.500.1002000		3.250,00
Cód. red.:	502	07.002.10.303.0012.2094.3.3.90.93.1.500.1002000		1.200,00
Cód. red.:	513	07.002.10.305.0014.2096.3.1.90.13.1.600.0000000		13.493,77
Sub-Total:				**17.943,77**
Total Parcial Suplementado:				**245.966,80**
Órgão:	**02 - GABINETE DO PREFEITO**			
Unidade:	**001 - GABINETE DO PREFEITO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	33	02.001.04.124.0002.2006.4.4.90.52.1.500.0000000		2.539,67
Sub-Total:				**2.539,67**
Órgão:	**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EMPREGO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EMPREGO E R**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	126	05.002.08.244.0006.1016.4.4.90.52.1.500.0000000		5.125,00
Sub-Total:				**5.125,00**
Órgão:	**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	299	06.002.12.361.0008.2073.3.1.90.11.1.500.1001000		137.429,21
Cód. red.:	316	06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.500.1001000		53.000,00
Cód. red.:	324	06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.500.1001000		29.929,15
Sub-Total:				**220.358,36**
Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
Anulação parcial ou total de dotação				
Cód. red.:	507	07.002.10.304.0013.2095.3.3.90.30.1.500.1002000		4.450,00

Data: 18/05/2022 09:00:59 | Página: 1 de 2

		Prefeitura Municipal de Poconé - MT Praça da Matriz, S/N – Centro CEP 78175-000 **CNPJ – 03.162.872/0001-44**	

Cód. red.:	507	07.002.10.304.0013.2095.3.3.90.30.1.600.0000000	13.493,77
Sub-Total:			**17.943,77**
Total Parcial Reduzido:			**245.966,80**

POCONÉ - MT, 1 de março de 2022

ATAIL MARQUES DO AMARAL
CPF: 346.493.361-04
Prefeito

Data: 18/05/2022 09:01:00 Página: 2 de 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
LEI MUNICIPAL N.º 1065/2022

LEI MUNICIPAL N.º 1065/2022 DE 18 DE MAIO DE 2022

*"*Autoriza o município de Pontal do Araguaia, através do Poder Executivo, a criar o projeto "Minha Casa Meu Porto Seguro" e celebrar Termo de Cooperação/Parceria com entidades ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, bem como com pessoas físicas, para a execução do Projeto, e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, autorizado a criar o projeto "Minha Casa Meu Porto Seguro" e celebrar Termo de Cooperação/Parceria com entidades ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, bem como com pessoas físicas, desde que sejam cumpridas as exigências previstas nesta Lei.

Art. 2º. O Projeto "Minha Casa Meu Porto Seguro" será de cunho social, entre o Poder Executivo e os potenciais parceiros mencionados no artigo anterior, cuja finalidade é promover adequações em ambientes/espaços físicos residenciais, especialmente quarto e/ou banheiro, de idosos, pessoas portadoras de deficiências física e/ou cadeirantes residentes no município de Pontal do Araguaia.

Art. 3º. Fica responsável pela elaboração do Projeto a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Coordenação do CRAS – Centro de referência da Assistência Social.

Art. 4º. Incumbe ao Executivo Municipal, por meio de procedimento licitatório, a aquisição dos materiais/insumos necessários para a reforma/melhoria do espaço físico/ambiente residencial mencionado no artigo 2º desta Lei, enquanto que a mão-de-obra para a reforma/melhoria, ou os custos dela decorrentes, ficará a cargo dos potenciais parceiros mencionados no artigo 1º.

Parágrafo Único – Em caso de comprovada impossibilidade de execução, por parte dos potenciais parceiros, da mão-de-obra para a reforma/melhoria, ou os custos dela decorrentes, fica autorizado ao Executivo Municipal a execução ou a contratação de terceiros para o atingimento da finalidade prevista no artigo 2º.

Art. 5º. Para participar do Projeto "Minha Casa Meu Porto Seguro", idosos, pessoas portadoras de deficiências física e/ou cadeirantes deverão:

I. Residir em Pontal do Araguaia há pelo menos 03 (três) anos.

II. Ser beneficiário de programas Sociais da Política Pública de Assistência Social e inscrito no Programa Social do Governo Federal – Cadastro Único, cuja renda familiar seja igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

III. Ser dono do imóvel objeto da reforma e, caso seja proprietário de mais de um imóvel, somente poderá se beneficiar com o Programa apenas no imóvel em que residir.

§ 1º - Para o requerimento de participação no programa, o interessado deverá solicitar formulário fornecido pelo CRAS, obrigando-se a apresentar cópia dos documentos comprobatórios (NIS, RG, CPF, ou outro documento com identificação oficial com foto), comprovante da renda familiar total de até 03 salários mínimos, documento que comprove ser aposentado ou pensionista, comprovante de residência, e, aos portadores de necessidades especiais, apresentar, também, relatório/laudo médico que comprove sua condição.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia – MT, 18 de Maio de 2022.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
LEI MUNICIPAL N.º 1066/2022

LEI MUNICIPAL N.º 1066/2022 DE 18 DE MAIO DE 2022

"Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no Orçamento Vigente e dá outras providências.*"*

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por anulação de despesa, no orçamento vigente para o exercício de 2022, no valor de **R$ 850.500,00 (oitocentos e cinquenta mil e quinhentos reais**), para criar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE:	2182 – Manut. E Encargos com o PAIF		
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 200.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 240.000,00**

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social
Função:	08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária

PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2083 – Manut. E Encargos com o com Equipe Volante			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 70.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 10.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 10.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 100.000,00**

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2085 – Manut. E Encargos com o IGD - SUAS			
DOTAÇÃO:	3.3.90.14	DIARIAS - CIVIL	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 6.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 6.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 32.000,00**

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2084 – Manut. E Encargos com o IGD - PBF			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 15.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	4.4.90.52	Equipamento e Mat. Permanente	R$ 30.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 5.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 80.000,00**

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2099 – Manut. E Enc. Com SCFV – Serv. Conviv. E Fort. Vinc.			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 10.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.36	Outros Serv. De Terc. Pessoa Física	R$ 1.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 150.000,00
DOTAÇÃO:	4.4.90.52	Equipamento e Mat. Permanente	R$ 50.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.94	Indenização e Rest. Trabalhista	R$ 1.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 2.500,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 234.500,00**

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2070 – Manut. De Prog. Sociais – Criança Feliz			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 10.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	4.4.90.52	Equipamento e Mat. Permanente	R$ 15.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.36	Outros Serv. De Terc. Pessoa Física	R$ 35.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 100.000,00**

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Municipal de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244- Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2171 – Benefícios Eventuais			
DOTAÇÃO:	3.1.90.32	Material, Bem ou Serviços de Dist. Gratuita	R$ 64.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			R$ **64.000,00**

Art. 2.º - Será utilizado como fonte de recursos o valor total de **R$ 850.500,00 (oitocentos e cinquenta mil e quinhentos reais),** para crédito adicional Especial, aberto no art. 1º, com a Redução da seguinte dotação:

ÓRGÃO:	07 – Secret. Municipal de Saúde		
Unidade:	01- Secret. De Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	243- Assistência á criança e ao Adolescente		
PROGRAMA:	5008- Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2012 – Encargos e Atividades do Conselho Tutelar			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas 3.1.90.11 **Ficha 321**	R$ 850.500,00
DOTAÇÃO:			**R$ 850.500,00**

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder á inclusão das despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para os exercícios de 2022 a 2025.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia – MT, 18 de Maio de 2022.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
LEI MUNICIPAL N° 1067/2022

Lei Municipal n° 1067/2022 18 de maio de 2022

"*Dispõe sobre a remuneração dos cargos de Oficial Administrativo e Auxiliar de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, e dá outras providencias*".

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica instituído o salário inicial para os cargos de Oficial Administrativo e Auxiliar de Tesouraria no valor de R$ 2.295,00 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais).

Art. 2o. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pontal do Araguaia/MT, 18 de maio de 2022.

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA - 1º QUADRIMESTRE/2022

EDITAL CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso, em cumprimento a legislação federal em especial ao disposto no art. 9 § 4, da Lei Complementar n°101/2000. **CONVOCA**, à população em geral, para audiência pública a realizar-se no dia 25 de maio de 2022 às 10h:00min, no Plenário da Câmara Municipal, à Rua Gustavo Nogueira Silva, s/n, Centro, nesta cidade, ocasião em que será discutida e apresentada AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1° QUADRIMESTRE/2022, relativo ao período de janeiro a abril de 2022.

Ponte Branca – MT, 17 de maio de 2022

CLENEI PARREIRA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N° 30/2022 DE 16 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Branca - MT, Estado do Mato Grosso, Sr. Clenei Parreira da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 46, IV da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Considerando a Ata n° 04/2022, da reunião do Conselho Municipal de Saúde no dia 16 de Maio de 2022 onde Destina o Conselho Municipal de Saúde.

Considerando, o que dispõe a Lei Municipal n° 496/2013, alterada pela Lei de Nº 782/2022 de 01 de Abril de 2022, nomearmos os Membros do Conselho Municipal de Saúde para o período de 16 de Maio de 2022 a 16 de Maio de 2024.

Art. 1° - Ficam nomeados os Conselheiros e Titulares e Suplentes abaixo relacionados para compor o novo Conselho Municipal de Saúde do município de Ponte Branca - MT, com prazo de 02 (dois) anos:

1º Representando o Poder Executivo.

Titular: Terezinha de Jesus Nogueira;

Suplente: Mariene Batista do Nascimento;

Titular: Marcia Monteiro da Silva;

Suplente: Alessandra Dias Domingos;

2º Representando a Secretaria Municipal de Saúde, indicará entre os prestadores de serviços de saúde e trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde.

Titular: Eles Fernanda Martins Silva;

Suplente: Mayara Plácido Almeida;

Titular: Adriele Rodrigues Pereira;

Suplente: Thayriny Severino de Souza;

Titular: Camila de Sousa Lima;

Suplente: Isadora Nogueira Borges;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RESOLUÇÃO Nº11/CMS/2022- CONSELHO MUN. DE SAÚDE

RESOLUÇÃO: 11/CMS/2022

Aprova Ata de Nº 04/2022 de Sessão Extraordinária que aprova Proposta de Emenda Parlamentar Estadual de Nº 149.

.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE BRANCA-MT (CMS), no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 16 de maio de 2022, às 09:30min horas na Sala de reunião da Prefeitura Municipal de Ponte Branca.

RESOLVE:

Art. 1º **Aprova: Emenda Parlamentar Estadual de Nº 149, destinada para a Secretaria Municipal de Saúde para a contratação de pessoa Jurídica para realização de procedimentos Cirúrgicos.**

Art. 2º **Aprova: Contratação pessoa Jurídica realização de 20 (vinte) Plantões Médicos.**

Art. 3º **Aprova: Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Medicamentos.**

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando as disposições em contrário.

Registrada, Publicada e CUMPRA-SE.

Ponte Branca - MT, 16 de Maio de 2022.

Camila de Sousa Lima

Presidente do Conselho M. de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
CHAMAMENTO PUBLICO 01/2022

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2022

CHAMAMENTO PUBLICO 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº64 /2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte- MT, através da comissão permanente de licitações, torna publico o credenciamento e contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários através de convênio de arrecadação/recolhimento de tributos, impostos, taxas e demais receitas públicas de competência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte. Maiores informações no departamento de licitação e contratos, local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT. www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210

Porto Alegre do Norte – MT, 18 de Maio de 2022.

Valdisson dos Santos Barbosa

Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 19/2022

Processo Administrativo nº66 /2022

Respalda no inciso **II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.; **e no Parecer Jurídico, *AUTORIZO*** CONTRATAÇÃO EMPRESAS ESPECIALIZADA **PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE COLETA DE PROCESSAMENTO, COBERTURA AÉREA DE IMAGENS PARA EXECUÇÃO DA ORTOGOTO, COMRESOLUÇÃO DE 10 CM (AEROLEVANTAMENTO), DO PERIMETRO URBANO DA VILA, DE NOVA FLORESA PERFAZENDO UMA AREA TOTAL DE 37,8980 HÁ, NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE**. **Empresa** TOP VIP SERVICE**CNPJ:38.302.728/0001-40 Valor R$12.000,00 (Doze Mil Reais)** Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, Estado Mato Grosso, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. DANIEL ROSA DO LAGO, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48º da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 44 da Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001, informa à população que irá realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL**, no dia **24 de Maio (terça-feira) de 2022, com início ás 16:00 horas (horário de Brasília), para Discussão da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do exercício de 2023.**

Em razão da pandemia COVID 19, a audiência pública será realizada de forma virtual (online) e será transmitida via Facebook página: https://www.facebook.com/Prefeitura-Municipal-de-Porto-Alegre-do-Norte.

Este Edital será publicado no site, http://www.portoalegredonorte.mt.gov.br/, portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

Porto Alegre do Norte /MT, 17 de Maio de 2022.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR N.º 124/22 DE 16 DE MAIO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2022, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MF 464/2018 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele **SANCIONA** a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam alterados os incisos I, II, III e IV do artigo 44º da Lei n.º 020 de 14 de junho de 2005 que passa a vigorar nos termos seguintes:

Art.44.....
.....

I - A contribuição previdenciária de responsabilidade dos servidores ativos, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

II - A contribuição previdenciária de responsabilidade dos aposentados e pensionistas, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a parcela dos proventos concedidos pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

III - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 21,54% (Vinte e um inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído novo plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela anexo a esta Lei.

Art. 2º. A cobrança das contribuições previdenciárias relativas ao Ente prevista no artigo 44, inciso IV será exigida a partir do primeiro dia do mês subsequente, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação desta lei, conforme preceitua o § 6º do artigo 195 da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º. Fica homologado os resultados do Relatório da Reavaliação Atuarial nº 1.747/2022, data focal 31/12/2021, realizada em 31 de janeiro de 2022.

Art. 4º. Revoga-se neste ato, o artigo 1º da Lei nº 116 de 9 de julho de 2021.

Art. 5º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, 16 de maio de 2022.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 124/22 DE 16 DE MAIO DE 2022.

ANEXO I

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	CUSTO SUPLEMENTAR
0		(38.072.925,22)				
1	2022	(39.308.467,79)	(1.235.542,57)	1.857.958,75	622.416,18	5,90%
2	2023	(39.922.308,82)	(613.841,03)	1.918.253,23	1.304.412,20	12,23%
3	2024	(39.902.826,74)	19.482,09	1.948.208,67	1.967.690,76	18,27%
4	2025	(39.844.455,62)	58.371,12	1.947.257,94	2.005.629,06	18,44%
5	2026	(39.744.566,21)	99.889,41	1.944.409,43	2.044.298,84	18,61%
6	2027	(39.600.386,85)	144.179,36	1.939.534,83	2.083.714,20	18,78%
7	2028	(39.408.996,22)	191.390,63	1.932.498,88	2.123.889,50	18,95%

8	**2029**	**(39.167.315,82)**	241.680,40	1.923.159,02	**2.164.839,42**	**19,13%**
9	**2030**	**(38.872.101,96)**	295.213,86	1.911.365,01	**2.206.578,87**	**19,30%**
10	**2031**	**(38.519.937,45)**	352.164,51	1.896.958,58	**2.249.123,09**	**19,48%**
11	**2032**	**(38.107.222,81)**	412.714,64	1.879.772,95	**2.292.487,58**	**19,66%**
12	**2033**	**(37.630.167,11)**	477.055,70	1.859.632,47	**2.336.688,17**	**19,84%**
13	**2034**	**(37.084.778,29)**	545.388,82	1.836.352,16	**2.381.740,98**	**20,02%**
14	**2035**	**(36.466.853,04)**	617.925,25	1.809.737,18	**2.427.662,43**	**20,21%**
15	**2036**	**(35.771.966,20)**	694.886,84	1.779.582,43	**2.474.469,27**	**20,39%**
16	**2037**	**(34.995.459,56)**	776.506,63	1.745.671,95	**2.522.178,58**	**20,58%**
17	**2038**	**(34.132.430,23)**	863.029,33	1.707.778,43	**2.570.807,76**	**20,77%**
18	**2039**	**(33.177.718,29)**	954.711,94	1.665.662,60	**2.620.374,53**	**20,96%**
19	**2040**	**(32.125.893,96)**	1.051.824,34	1.619.072,65	**2.670.896,99**	**21,15%**
20	**2041**	**(30.971.244,03)**	1.154.649,92	1.567.743,63	**2.722.393,55**	**21,35%**
21	**2042**	**(29.707.757,75)**	1.263.486,28	1.511.396,71	**2.774.882,99**	**21,54%**
22	**2043**	**(28.329.111,86)**	1.378.645,89	1.449.738,58	**2.828.384,47**	**21,74%**
23	**2044**	**(26.828.655,04)**	1.500.456,82	1.382.460,66	**2.882.917,48**	**21,94%**
24	**2045**	**(25.199.391,48)**	1.629.263,56	1.309.238,37	**2.938.501,93**	**22,14%**
25	**2046**	**(23.433.963,71)**	1.765.427,77	1.229.730,30	**2.995.158,08**	**22,34%**
26	**2047**	**(21.524.634,54)**	1.909.329,16	1.143.577,43	**3.052.906,59**	**22,55%**
27	**2048**	**(19.463.268,17)**	2.061.366,37	1.050.402,17	**3.111.768,53**	**22,76%**
28	**2049**	**(17.241.310,29)**	2.221.957,88	949.807,49	**3.171.765,37**	**22,97%**
29	**2050**	**(14.849.767,25)**	2.391.543,04	841.375,94	**3.232.918,98**	**23,18%**
30	**2051**	**(12.279.184,21)**	2.570.583,04	724.668,64	**3.295.251,68**	**23,39%**
31	**2052**	**(9.519.622,22)**	2.759.561,99	599.224,19	**3.358.786,18**	**23,61%**
32	**2053**	**(6.560.634,11)**	2.958.988,11	464.557,56	**3.423.545,68**	**23,82%**
33	**2054**	**(3.391.239,28)**	3.169.394,83	320.158,94	**3.489.553,77**	**24,04%**
34	**2055**	102,79	3.391.342,07	165.492,48	**3.556.834,54**	**24,26%**
35	**2056**	-	-	-	**-**	**0,00%**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2022.

EDITAL 001/2019 - CMDCA DE 04 DE ABRIL DE 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, do Estado de Mato Grosso, torna público o presente edital, que resolve: **CONVOCAR O Senhor, DIOGO DA SILVA PEREIRA, CLASSIFICADO COMO SUPLENTE, NO CARGO CONSELHO TUTELAR,** referente ao Processo Eleitoral 001/2019 para preenchimentos de vagas em caráter temporário, destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar de Porto Esperidião – MT.

1º. Este Edital encontra – se a disposição dos interessados no Departamento do Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião – MT e no endereço eletrônico: www.portoesperidiao.mt.gov.br.

Porto Esperidião – MT, 18 de maio de 2022.

_____

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito.

PORTARIA Nº. 080/2022 DE 05 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº. 080/2022 DE 05 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **28 DE ABRIL DE 2022,** para fiscalizar contrato o senhor**: SAULO ALVES BARBOSA -** inscrito no CPF nº **468.350.671-87,** matrícula 721, lotado na Secretaria municipal de Cultura e Turismo no Município de Porto Esperidião/MT.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 029/2022	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CANÁ PRODUÇOES & MS LTDA-ME, CNPJ; 22. 518.056/001-75 PARA REALIZAÇÃO DE UM SHOW COM O PADRE "PADRE ANTONIO MARIA" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO 36º ANIVERSARIO DE EMACIPAÇÃO POLITICA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT 2022, RESPECTIVAMENTE NO dia 13 de maio de 2022.	CANÁ PRODUÇOES & MS LTDA-ME, CNPJ; 22. 518.056/001-75

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 05 de maio de 2022.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função. **Fiscal do contrato nº 029/2022**.

_____

SAULO ALVES BARBOSA

CPF nº **468.350.671-87.**

PORTARIA Nº. 079/2022 DE 05 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº. 079/2022 DE 05 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **28 DE ABRIL DE 2022,** para fiscalizar contrato o senhor**: SAULO ALVES BARBOSA -** inscrito no CPF nº

468.350.671-87, matrícula 721, lotado na Secretaria municipal de Cultura e Turismo no Município de Porto Esperidião/MT.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 028/2022	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA STHEFANY PRODUÇOES ARTISTICAS, PARA REALIZAÇÃO DE UM SHOW COM A BANDA "IR AO POVO" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO 36º ANIVERSARIO DE EMACIPAÇÃO POLITICA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT 2022, RESPECTIVAMENTE NO DIA 07 D MAIO DE 2022.	STHEFANY PRODUÇOES ARTISTICAS. CNPJ: 53. 481.123/ 0001-03.

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 05 de maio de 2022.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função. **Fiscal do contrato nº 028/2022**.

_____

SAULO ALVES BARBOSA

CPF nº **468.350.671-87.**

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de ALTERAÇÃO CONTRATUAL, que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado termos da lei 8.666/93. Em seu Art. 65, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/ 0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **O.L CESCON-ME CNPJ:04.746.377/0001-45, endereço Rua Nova Caledônia s/n – Cep: 78240.000 Porto Esperidião-MT. Neste Ato representado pelo senhor Sr. ORANDI LUIZ CESCON, portador da Carteira de Identidade nº. 355305 SSP-MT, CPF: 172.184.382-72** Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO ALTERAÇÃO AO CONTRATO 19/2021,** com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO.

CLÁUSULA SEGUNDA DA ALTERAÇÃO PACTUADAS ENTRE AS PARTES

As partes interessadas e devidamente qualificadas firmam o presente termo amparado pelo artigo 65 da lei 8666/93 institui a seguinte redação fica apartir desta data com recíproco interesse entre as duas partes a inclusão do Capítulo II Art. 43 da PI (Portaria Interministerial) Ministério da Defesa. Que menciona a seguinte redação:

CAPÍTULO II

DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Art. 43. Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo. Grifo nosso

CLAUSULA TERCEIRA DO ADITAMENTO e PUBLICIDADE

Todas as demais cláusulas do Contrato original, permanecerão inalterados e serão mantidas integralmente. A contratante fica responsável por dar publicidade ao presente termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais, em cumprimento ao Art. 61 **§ 1º** da lei 8666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil. Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião-MT, 27 de Abril de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

O. L. CESCON – ME

CNPJ 04.746.377/0001-45

JOSÉ DE BARROS NETO

Portaria n.º 58/12

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/ 2022

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/ 0001-48**, com sede administrativa na Av. 13 de Maio, Nº 555, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA-ME - CNPJ: 10.676.722/0001-14** e Inscrição Estadual sob n.º (**Isento**), estabelecida na Rua Pernambuco nº 736, Bairro: Centro, representada neste ato por seu Sócio Proprietário **ANTONIO AGNALDO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 726.442 SSP/MT e do CPF n.º 483.350.021-34, Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de PRORROGAÇÃO

DE PRAZO pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme clausulas abaixo estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo, tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual, de conformidade com a Cláusula 4.1 do contrato original.

CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo está amparado no Art. artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula 4.1 do Contrato Original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente termo aditivo será de 60(sessenta) dias, contados a partir de 22/05/2022 até 22/07/2022.

CLAUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas integralmente as demais cláusulas do Contrato original, firmado em 22 de Março de 2022.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões decorrente deste termo aditivo, que por ventura não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 11 de Maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA-ME

ANTONIO AGNALDO DA SILVA

Sócio Proprietário

TESTEMUNHA

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF: 883.928.801-53

LICITAÇÃO
1º TERMO DE APOSTILAMENTO ATA 01/2022.

1º TERMO DE APOSTILAMENTO ATA 01/2022.

Pelo presente instrumento de **TERMO DE APOSTILAMENTO**, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8.666/93 em seu Art. 65 Parágrafos **Art. 65 § 8º**.

Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **78.240-000, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa: EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA CNPJ: 04.420.916/0003-13, ENDEREÇO RODOVIA DOS IMIGRANTES BAIRRO CAPELA PISSARRÃO – VÁRZEA GRANDE MT**.

Doravante denominada CONTRATADA oriundo do Processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 01/2022,doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo APOSTILAMENTO para REAJUSTE a ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2022, que reger-se-á pela Lei 10.520/02 e lei Federal 8.666/93 Art. 65 Parágrafos Art. 65 § 8º e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REJUSTE DO PREÇO

O presente termo terá por finalidade O REAJUSTE DO VALOR firmado inicialmente. Com as devidas justificativas, CONFORME SEGUE ANEXO. Desta forma fica assim reajustado o preço inicial do contrato supra referenciado.

Todas as demais cláusulas do contrato original, permanecerão inalteradas e mantidas integralmente.

CLÁSUSULA QUARTA DA DOTAÇÃO

SECRETARIA	DOTAÇÃO
Secretaria de Obras Projeto Atividade: 1027 – Pavimentação Restauração e conservação Calçamento de Vias Urbanas.	**570** – 44.90.30.0000 – Material de consumo Fonte: 500 – Rec. Ordinários **571 -** 44.90.30.0000 – Material de consumo Fonte: 700 – Outras Transferencias de convenios da União **572** - 44.90.30.0000 – Material de consumo Fonte: 500 - Rec. Ordinários **573** - **572** - 44.90.30.0000 – Material de consumo Fonte: 700 - Outras Transferencias de convenios da União

O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste em diário oficial para que surta seus efeitos legais, conforme previsto em lei**.**

CLÁUSULA QUINTA DO PUBLICIDADE FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 25 de Abril de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 04.420.916/0003-13

Contratada

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 011/2022.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de Rateio nº 011/2022, que entre si celebram a Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o Município de Porto Esperidião - MT, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o CISOMT-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Avenida Presidente Tancredo Neves, nº. 5659, Salas 19, 20 e 21, Jardim São José, CEP 78.280-000, na cidade de Mirassol D'Oeste – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.870.663/0001-20, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. Mauto Teixeira

Espíndola, brasileiro, casado, professor, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Salto do Céu – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº M-4.503.432 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº. 609.632. 046-53, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 212, Centro, na cidade de Salto do Céu-MT, CEP 78.270-000, doravante denominado de CONTRATANTE, e o MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa a Rua Arnaldo Jorge da Cunha, n° 444, bairro centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03. 238.904/0001-48, neste ato representando pelo Sr° Martins Dias de Oliveira, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 377.970 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 299.631.761-00, residente e domiciliado Rua Ramon Lara Franco, n°. 68, bairro centro, na cidade de Porto Esperidião – MT, CEP: 78.240-000, denominado de CONTRATADO, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1. Termo Aditivo de Acréscimo ao valor contratual, referente ao repasse mensal do Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PAICI.

1.1.2. Indicação de recursos orçamentários para acobertarem as despesas oriundas do contrato nº 011/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A Administração se sentiu na obrigação de promover o acréscimo de valor, conforme **PORTARIA Nº 212/2022/GBSES DE 30 DE MARÇO DE 2022**, em decorrência da atualização dos Valores Financeiros do Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PAICI, para as Regiões de Saúde do Estado de Mato Grosso, exercício 2.022.

2.2. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 e no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO

3.1. O município de Porto Esperidião recebia do Fundo Estadual de Saúde, um montante mensal no valor de R$ 5.475,00 (Cinco Mil Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais), com a atualização contidas na PORTARIA Nº 212/ 2022/GBSES DE 30 DE MARÇO DE 2022, passará a receber o valor de R$ 12.097,00 (Doze Mil e Noventa e Sete Reais).

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2022, e correrão por conta da dotação orçamentária:

Rateio das Despesas do Programa 0008 - Aquisição de Serviços Médicos - Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (PAICI) REFERENCIA AO ANO DE 2022.

3.3.71.70.00

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2. Para dirimir qualquer questão decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Mirassol D'Oeste – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Porto Esperidião - MT, 30 de março de 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

CNPJ nº. 01.870.663/0001-20

Mauto Teixeira Espíndola

Presidente do CISOMT

Contratante

MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO

CNPJ: 03.238.904/0001-48

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 41/2018

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 41/2018

LOCATÁRIA: O Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, inscrita no CNPJ 03.238.904/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, casado, brasileiro, portador do **RG: 377790** e **CPF: 299.631.761.00,** residente e domiciliadonesta cidade de Porto Esperidião – MT; doravante denominado **CONTRATANTE e** a empresa. **LOCADOR: Srº. JOSÉ DAMIÃO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade **nº 721871 SSP-MT e do CPF: 420.221.421-87**, residente e domiciliado na Cidade de na Avenida 13 de maio, 757, Centro, Cep: 78240.000 Porto Esperidião-MT.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato n.º 41/2018, instruído no, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato de nº 41/2018 firmado entre as partes em 21 DE Março de 2018, nos termos previstos em sua Cláusula artigo 57 1°, e incisos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

1. Pelo presente termo aditivo, fica **PRORROGADA** a vigência do referido Contrato apartir do dia **30 de Março de 2022, com validade até 30 de Março de 2023. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

1. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 12 meses, é **R$: 1.400,00** (mil e quatrocentos reais) mensal. Com valor total de 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

1. 1. A despesa com este termo aditivo do corrente exercício, ocorrerá por conta da Secretaria Municipal de administração. No exercício 2022.

2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito do Município contratante, exarada no Presente, e encontra amparo legal no artigo 57, e inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO

1.Ficam inalterada todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLAUSULA SETIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica a cargo da secretaria de Administração para designar o fiscal do Presente Instrumento.

Cláusula OITAVA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião-MT, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato ou sua execução.

E por estarem de acordo entre as partes, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA e pelas testemunhas abaixo.

Porto Esperidião, em 29 de Março de 2022.

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT

CONTRATANTE

JOSÉ DAMIÃO DA SILVA

CPF: 420.221.421-87

CONTRATADO

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2021

Pelo presente instrumento de **TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR**, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8.666/93 em seu Art. 65 Parágrafos 1º e 2º.

Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238. 904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631. 761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa A.S DE FREITAS SERVIÇOS-ME CNPJ: 28.587.072/0001-04. Endereço Rua Rondonia- 173, Bairro: Jardim das Oliveiras III, Cep: 78285-000. Neste ato representado pelo senhor ALESSANDRO SILVEIRA FREITAS , Portador do RG: 90230 E CPF: 936.015.301-04. Denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR de acordo com **as seguintes cláusulas e condições.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REJUSTE DO PREÇO

O presente termo terá por finalidade O ACRÉSCIMO DE 25% DO CONTRATO ORIGINAL.

VALOR INICIAL DO CONTRATO	**105.000,00 (cento e cinco mil reais)**
PERCENTUAL ACRESCIDO	**25% (vinte e cinco por cento)**
TOTAL GERAL COM ACRÉSCIMO	**131.250,00 (cento e trinta e um mil e duzentos e cinquenta reais)**
VALOR ACRESCENTADO	**26.250,00 (vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais)**

Conforme previsto na cláusula oitava do referido contrato, conforme previsto, nos termos do artigo 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO.

SECRETARIA	DOTAÇÃO
06- Secretaria Municipal de Saúde 01-Gabinete do Secretário	**212 –** 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica. **Fonte: 3.1.500**
Proj/Ativ: 2004- Manutenção das Atividades da Secretaria.	

CLAUSULA TERCEIRA DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do contrato original, permanecerão inalteradas e mantidas integralmente.

CLÁSUSULA QUARTA DA PUBLICIDADE

O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste em diário oficial para que surta seus efeitos legais, conforme previsto em lei.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 05 de Maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

A.S DE FREITAS SERVIÇOS-ME

CNPJ: 28.587.072/0001-04

CONTRATADA

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Av. 13 de Maio, 555, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **EXITO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - CNPJ: 32.598.946/0001-98**, estabelecida na Rua Santa Catarina nº 840, Bairro: Centro, em São José dos Quatro Marcos-MT, representada neste ato por seu Sócio Proprietário **FABIANO DOS REIS LEOCARDIO**, brasileiro, portador do RG n.º 17148626 SSP/MT e do CPF n.º 013.997.571-30, Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de PRORROGAÇÃO DE PRAZO pelo período de 12 meses oriundo do processo licitatório na modalidade Adesão a Ata n.º 03/2021, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo, tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual, de conformidade com a Cláusula 6.1 do contrato original.

CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo está amparado no Art. artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula 6.1 do Contrato Original.

A Administração optou em promover a renovação do presente contrato por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para Administração, uma vez que os serviços prestados pela contratada são de qualidade e tem atendido a contendo as necessidades da Contratante, além do fato dos serviços não poderem sofrer interrupção, haja vista, que são essenciais para Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes com a aquisição futura do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos: **CÓD. REDUZIDO (133) – 33.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO VALOR

A vigência do presente termo aditivo será de 12(doze) meses, contados a partir de 04 de maio de 2022 á 04 de maio de 2023.

O valor total do presente aditivo permanecerá o mesmo do contrato original, sendo que para os doze meses o valor total perfaz o montante de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), sendo 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), mensais.

CLAUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas integralmente as demais cláusulas do Contrato original, firmado em 03 de maio de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões decorrente deste termo aditivo, que por ventura não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 04 de Maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

EXITO SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA

FABIANO DOS REIS LEOCARDIO

Sócio Proprietário

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO 11/2021

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **RETIFICAÇÃO** DA HOMOLOGAÇÃO DO

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO 11/2021. DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEICULOS COM ENTREGA NO POSTO DE ABASTECIMENTO DA SECRETARIA DE OBRAS DE PORTO ESPERIDIÃO - MT. PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3 ISSN 1677-7069, Nº 78, QUARTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2022. PÁG. 234.**

ONDE SE LÊ: R$: 2.737.900,00 (dois milhões, setecentos e trinta e sete mil e novecentos reais).

LEIA-SE: R$ 2.728.200,00 (**dois milhões setecentos e vinte oito mil e duzentos reais**).

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO: 38/2022

EXTRATO DE CONTRATO: **38/2022**

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS.

VIGÊNCIA: 12 DE MAIO DE 2022.

VALIDADE: 12 DE MAIO DE 2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: **LR TUR- CNPJ: 11.606.855/0001-87**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **R$ 95.040,00 (noventa e cinco mil e quarenta reais)**

FISCAL

MARCIA CRISTINA BATISTA

CPF: 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 12 de Maio de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO: 39/2022

EXTRATO DE CONTRATO: **39/2022**

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS SEM MOTORISTA, COM CAPACIDADE PARA 48 LUGARES PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO PERÍMETRO URBANO, ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO E EDUCAÇÃO INFANTIL E CRAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS SENTADOS. AS DESPESAS COM (MOTORISTA) MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO SERÁ POR CONTA DA CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: 12 DE MAIO DE 2022.

VALIDADE: 12 DE MAIO DE 2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: **A.F SOM E PUBLICIDADES- CNPJ: 27.429.106/0001-61**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)**

FISCAL

MARCIA CRISTINA BATISTA

CPF: 183.425.178-88

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 12 de Maio de 2022.

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 125/22 DE 16 DE MAIO DE 2022.

"REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO – MT, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR N.º 82/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA E PROMULGA a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 1º O serviço funerário no Município de Porto Esperidião, de caráter público e essencial, exercível sob o regime de concessão onerosa, por meio de licitação, consiste na prestação de serviços relativos à realização e organização de funerais, mediante cobrança de preço público.

Parágrafo único. A concessionária deverá possuir sede ou filial no Município de Porto Esperidião.

Art. 2º As atividades integrantes do serviço funerário classificam-se em:

I - de caráter obrigatório:

a) preparação de cadáveres, exceto tanatopraxia ou embalsamento;

b) venda de ataúdes;

c) transporte de cadáveres e restos humanos;

d) prestação de serviços públicos gratuitos, conforme art. 6º, inciso VI, desta Lei;

II - de caráter facultativo:

a) aluguel de altares e mesas;

b) locação de capela mortuária, banquetas, castiçais, velas e paramentos afins;

c) preparação de cadáveres, com realização de tanatopraxia ou embalsamento;

d) confecção de coroas de flores;

e) ornamentação de flores sobre o cadáver;

f) transporte de cadáveres exumados;

g) obtenção de documentação necessária ao sepultamento;

h) divulgação do falecimento nos meios de comunicação;

i) fornecimento de ônibus para transporte que acompanharem o féretro;

j) outros itens não constantes neste parágrafo, com valores ajustados entre as partes.

Art. 3º A prestação do serviço funerário obedecerá ao disposto nesta Lei e nos regulamentos expedidos pelos órgãos municipais competentes, ficando igualmente sujeita à sua fiscalização, devendo ser realizada de forma adequada para o pleno atendimento dos usuários.

Parágrafo único. Serviço adequado, para os fins desta Lei, é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nos preços públicos.

CAPÍTULO II

DO REGIME DAS CONCESSÕES

Art. 4º A concessão do serviço funerário no município será outorgada para uma ou mais concessionárias, não se admitindo consórcio.

§ 1º A outorga da concessão obedecerá às normas da legislação municipal e federal sobre licitações e contratos administrativos, bem como à lei federal que dispõe sobre as concessões e permissões de serviços públicos e os princípios básicos da seleção da proposta mais vantajosa para o interesse coletivo, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

§ 2º Será pressuposto da concessão da outorga, dentre outros previstos no edital de licitação específico, a construção e implantação, pela concessionária, de imóvel para funcionamento da capela mortuária municipal, em terreno de propriedade do município, cujo uso será concedido a tal concessionária, pelo período da concessão, revertendo-se tais benfeitorias, ao final do prazo, à municipalidade, sem a incidência de nenhuma espécie de ônus ou direito de retenção sobre tal imóvel, ou suas benfeitorias.

Art. 5º A concessão do serviço funerário será outorgada pelo Poder Executivo, mediante contrato, pelo prazo de quinze (15 anos) anos, improrrogáveis.

Parágrafo único. O Poder Público deverá promover nova licitação para a concessão do serviço disposto nesta Lei nos seis últimos meses do prazo de concessão.

SEÇÃO I

DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Art. 6º Constituem obrigações da empresa concessionária, sem prejuízo de outras estabelecidas no edital e em regulamentos:

I - sujeitar-se às normas e regulamentos expedidos pelo Poder Executivo e à fiscalização dos serviços prestados;

II - assegurar aos agentes fiscalizadores do Município o livre acesso às suas dependências;

III - manter os documentos contábeis e as despesas operacionais à disposição do Município;

IV - manter instalações adequadas à prestação dos serviços;

V - cumprir as ordens de serviços expedidas pelo Poder Executivo Municipal;

VI - prestar atendimento complementar ao usuário que for beneficiado pelo Auxílio Funeral;

VII - prestar atendimento gratuito quando se tratar de falecimento de indigente;

VIII - oferecer o serviço de tanatopraxia ou embalsamento para o preparo do corpo, exercido por profissional legalmente habilitado;

IX - manter estoques com os tipos de ataúdes previstos em regulamento;

X - fornecer a mão-de-obra necessária para a plena execução dos serviços, mantendo funcionários em número e especialização compatíveis com a natureza do serviço, responsabilizando-se perante o Poder Executivo por todos os atos de seus subordinados durante a sua execução, bem como por acidentes ou sinistros praticados ou sofridos por seus prepostos;

XI - assumir o ônus das despesas com serviços e obras de limpeza, segurança, fechamento de túmulos, energia elétrica, água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e comunicação nos cemitérios e capela mortuária administrada pelo poder concedente;

XII - arcar com todos os encargos sociais, seguros, uniformes, EPIs, alimentação e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, sindicais e securitárias, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, conforme determina o parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 8.987/95;

XIII - observar, na prestação dos serviços, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata, sob pena de revogação da concessão e rescisão do contrato, nos termos do art. 21 desta Lei;

XIV - responder por todos os prejuízos causados, em decorrência de suas atividades, ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelos órgãos municipais competentes exclua ou atenue essa responsabilidade;

XV - atender à solicitação da autoridade competente para o recolhimento de cadáveres em vias públicas, clínicas, hospitais, e o respectivo transporte e remoção de quaisquer desses locais até o Instituto Médico Legal, e deste até o velório ou cemitério, sempre dentro dos limites territoriais do Município;

XVI - manter permanentemente exposta ao público a tabela de preços dos serviços objeto da concessão;

XVII - ter sala apropriada para a preparação, ornamentação e tanatopraxia de cadáveres;

XVIII - manter escala de plantão diuturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

XIX - possuir veículos para remoção de cadáveres, transporte de corpos para sepultamento e outros serviços auxiliares, com as características e quantidades a serem estabelecidas no edital de licitação;

XX - obter alvarás de localização e sanitário para seu estabelecimento, nos termos da legislação vigente, mediante o pagamento dos tributos respectivos;

XXI - comunicar previamente ao poder concedente qualquer alteração contratual, mudança de endereço e modificações no seu quadro de pessoal;

XXII - manter rigoroso controle sobre o comportamento cívico, moral, social e funcional de seus empregados, que deverão agir com respeitabilidade, decência, honestidade e proteção à intimidade dos requerentes, aplicando-lhes as penalidades estabelecidas na legislação trabalhista em caso de não atendimento;

XXIII - observar, na prestação dos serviços, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata, sob pena de revogação da concessão e rescisão do contrato, nos termos do artigo 26, desta Lei;

XXIV - seguir o CEARF - Código de Ética e Auto-Regulamentação do Setor Funerário,

editado pela ABRADIF - Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários;

XXV – Manter os veículos funerários que não estiverem em serviço, estacionados nas funerárias ou sede da concessionária, utilizando-o para o exclusivo fim a que se destina;

XXVI - manter cadastro atualizado, onde conste o nome dos empregados, áreas de atuação, número de serviços mensalmente realizados e nomes dos usuários, com a causa mortis, endereço e estabelecimento de saúde em que se deu o óbito ou médico que o atestou;

XXVII - atender em tempo hábil os pedidos de informações e as instruções emanadas do poder concedente, apresentando os documentos que forem solicitados, realizando as ações determinadas e facilitando o exercício da fiscalização, permitindo aos encarregados desta, livre acesso, em qualquer época, às suas instalações, dependências e pertences, bem como a seus registros contábeis.

SEÇÃO II

COMPETÊNCIAS DO PODER CONCEDENTE

Art. 7º É da competência do poder concedente:

I - regulamentar, fiscalizar, expedir instruções operacionais e controlar permanentemente a prestação do serviço delegado, tendo no exercício de seu poder de polícia acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária;

II - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos requerentes, cientificando-os das providências tomadas;

III - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão, aplicando as penalidades legais e contratuais;

IV - intervir na prestação do serviço e extinguir a concessão, nos casos previstos legal e contratualmente;

V - autorizar inumações (enterros), traslados e exumações, bem como aprovar projetos e licenciar a construção de jazigos, mausoléus e congêneres, mediante o pagamento das respectivas taxas;

VI - cadastrar e triar os enterros gratuitos e encaminhá-los em sistema de rodízio para as funerárias, distribuindo-os equitativamente;

VII - efetuar pesquisas, levantamentos, estudos e avaliações e implementar melhorias com vistas a ampliar a qualidade na prestação do serviço funerário;

VIII - homologar, fixando em decreto as tarifas a serem praticadas pelas concessionárias pelos serviços prestados, bem como seus reajustes, mediante análise de planilhas de custos, revisando os valores em consonância com o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e considerando o caráter público e essencial do serviço;

IX - intermediar conflitos entre requerentes e concessionárias;

X - disciplinar o uso de salas velatórias (capelas mortuárias) e tanatórios e dos demais serviços funerários.

SEÇÃO III

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 8º Para efeitos desta Lei, usuário do serviço público é o parente da pessoa falecida ou seu preposto regularmente indicado.

Art. 9º São direitos dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber informações relativas ao Serviço Funerário Municipal e sua forma de execução;

III - receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis;

IV - ter garantia da oferta dos diversos padrões de produtos e materiais.

Art. 10 São obrigações dos usuários:

I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na execução dos serviços;

II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado;

III - firmar, quando solicitado, declarações e fornecer documentos relativos ao funeral, assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos;

IV - levar ao conhecimento do Poder Executivo e da empresa concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referente aos serviços prestados.

SEÇÃO IV

DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 11 A empresa concessionária será remunerada por intermédio de pagamento efetuado diretamente pelo contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela editada pelo município, para cada diferente serviço ou bem à venda.

Art. 12 As tarifas do serviço funerário municipal serão estabelecidas por ato do Chefe do Poder Executivo e atualizadas anualmente.

Parágrafo único. O Poder Concedente poderá proceder à revisão dos valores das tarifas, alterando-os para mais ou para menos, a cada cinco (05) anos de vigência do respectivo contrato de concessão, de modo a garantir a modicidade das tarifas.

Art. 13 O transporte de corpos dentro do município será feito somente por meio de veículos fúnebres devidamente autorizados e veículos do IML - Instituto Médico Legal, no exercício de suas atividades;

Art. 14 Nos casos de transporte por via aérea, observar-se-ão as determinações do DAC - Departamento de Aviação Civil do Governo Federal.

Art. 15 Na exceção prevista no caput, as funerárias deverão estar comprovadamente regularizadas nos municípios de origem, bem como previamente cadastradas no órgão municipal competente, além de ter que efetuar o recolhimento de tarifa à municipalidade, a ser regulamentada.

Art. 16 As funerárias de outros municípios deverão apresentar toda a documentação necessária para sua perfeita identificação e de verificação da regularidade de sua situação, bem como de seus empregados e contratados, a critério do órgão municipal competente.

SEÇÃO V

DOS SERVIÇOS SOCIAIS

Art. 17 A prestação de serviços a usuários carentes é fracionada, e constitui obrigação da concessionária complementar, quando for o caso, o auxílio funeral concedido pela Prefeitura Municipal nos termos desta Lei, ou qualquer outra legislação assistencial que venha a tratar da temática.

§ 1º Por usuário carente entende-se aquele abrangido pelo auxílio funeral.

§ 2º O padrão de atendimento ao usuário carente será simplificado, utilizando-se de serviços de modo estritamente indispensável para a garantia da dignidade da pessoa humana.

Art. 18 O corpo do indigente, assim considerado o cadáver não reclamado por familiares após o decurso de prazo legal, será inumado mediante solicitação do IML (Instituto de Medicina Legal) dirigida ao poder concedente, para as devidas providências, seguindo-se o disposto neste Capítulo.

Art. 19 O sepultamento de natimortos e recém nascidos seguirá, conforme o caso, a prescrição constante neste Capítulo, ressalvada a vontade em contrário da família.

Art. 20 O serviço de inumação de fetos e restos mortais, decorrentes de atendimento médico cirúrgico, solicitado por estabelecimentos hospitalares públicos ou filantrópicos será gratuito, seguindo-se as disposições estatuídas neste Capítulo.

Art. 21 A execução dos serviços especificados neste Capítulo implica na automática dispensa de taxas devidas aos cemitérios e tributos inerentes à prestação de serviços, sendo a nota fiscal emitida sem valor comercial.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 22 O descumprimento pela empresa concessionária de qualquer exigência contida nesta Lei ou em regulamento sujeitar-lhe-á à aplicação, separada ou cumulativa, pelo Poder Executivo, por meio do órgão municipal competente, das seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa no valor de R$1.000,00 (um mil reais), a ser aplicada em dobro no caso de reincidência, atualizada anualmente pelo INPC;

III - suspensão da atividade até correção da irregularidade;

IV - revogação da concessão e rescisão do contrato de concessão.

Art. 23 Constatado pelo órgão municipal competente o descumprimento das normas legais e regulamentares, sofrerá a concessionária a imposição da penalidade de advertência, mediante notificação escrita, que especificará o dispositivo desatendido, fixando prazo para a regularização.

Art. 24 Na continuidade do desatendimento das normas legais e regulamentares será aplicada ao infrator à multa estabelecida no art. 19, II desta Lei, e, no caso de reincidência, o dobro do respectivo valor.

§ 1º A multa deverá ser paga pela empresa concessionária no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da notificação ou do indeferimento do recurso.

Art. 25 Independentemente das penalidades pecuniárias, impostas à empresa concessionária, a concessão poderá ser revogada a qualquer tempo, sem quaisquer indenizações, além das hipóteses previstas nesta Lei, no caso de a concessionária incorrer nas seguintes situações:

I - perda da capacidade financeira, técnica ou administrativa;

II - paralisação dos serviços objeto da concessão;

III - subcontratação ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, dos serviços objeto da concessão;

IV - descumprimento de qualquer cláusula do instrumento de concessão.

Art. 26 A empresa concessionária poderá apresentar defesa por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data do recebimento da notificação das penalidades aplicadas, com efeito suspensivo em relação ao pagamento da multa aplicada.

Parágrafo único. Na hipótese de seu indeferimento, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação da decisão, recurso esse também com efeito suspensivo em relação ao pagamento da respectiva multa.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 A encampação, falência, extinção, desistência, fusão e incorporação de concessionária obriga a novo processo licitatório, caducando automaticamente a concessão anteriormente dada, rescindindo-se, em consequência, o termo contratual e cancelando-se o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 1º Considerar-se-á como desistência a constatação da cessação da operação da empresa, mesmo que documentalmente ativa.

§ 2º Entende-se como encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, na forma prevista legalmente.

§ 3º A inexecução total ou parcial do contrato de adesão poderá acarretar, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão, independentemente da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 28 Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário, no prazo de (90) dias, contados de sua publicação.

Art. 29 Aplicam-se às concessões disciplinadas pela presente Lei, as regras gerais previstas pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas respectivas alterações, no que não contrariem suas disposições.

Art. 30 As atuais autorizações, a título precário, para funcionamento de empresas funerárias cessam de pleno direito tão logo a vencedora do processo licitatório inicie a prestação do serviço.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 082/2014, de 20 maio de 2014.FF

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, 16 de maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 900/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião / MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial até o valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2022, nos termos da Lei Municipal 890/2021 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *05 – Secretaria Municipal de Obras*

Unidade: *01 – Gabinete do Secretário Municipal de Obras*

Função: *15 - Urbanismo*

Sub-Função: *451 – Infraestrutura Urbana*

Programa: *0025 – Edificações Públicas*

Ação: *1.024 – Construção / Construção e Reforma de Prédios Públicos*

Elemento: *4.4.90.00.00 – Obras e Instalações..... R$ 300.000,00*

Fonte de Recursos: *5.1.899. Outros Recursos Vinculados*

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

II – Até o valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), resultantes de excesso de arrecadação, em virtude do crédito de recursos específicos para financiamento da execução do objeto dos créditos especiais criados por esta lei, nos termos do Inciso II, § 1º e § 3º do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, em 18 de maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 901/22, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA INCLUSÃO DE AÇÃO (PROJETO/ATIVIDADE) NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 882/2021 – PPA 2022/2025 E LEI Nº 883/2021 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte LEI:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica incluído no Anexo de Ações, e demais anexos pertinentes, da Lei Municipal nº 882/2021 – Plano Plurianual, para o quadriênio 2022 a 2025, a seguinte ação:

Órgão: *04 – Secretaria Municipal de Administração*

Unidade: *01 – Gabinete do Secretário Municipal de Administração*

Função: *04 – Administração*

Sub-Função: *122 – Administração Geral*

Programa: *0025 – Edificações Públicas*

Código / Sigla	TIPO (Proj/ Ativ)	Descrição da Ação	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Quantidade do Ano em Curso (2020)	Valor em R$ do ano em Curso (2020)
1103 – CARBP	*01*	*Construção, Ampliação e Reforma de Bases Policiais*	*Secretaria Municipal de Administração*	*M2*	01	*1.402.498,27*

Art. 2º- Fica incluído no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 883/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2022, a seguinte ação:

Programa: *0025 – Edificações Públicas*

Órgão / Unidade	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	META FÍSICA	META FINANCEIRA
Órgão: *04 – Secretaria Municipal de Administração* **Unidade:** *01 – Gabinete do Secretário Municipal de Administração*	**Função:** *04 - Administração* **Sub-Função:** *122 – Administração Geral*	***1.103** – Construção, Ampliação e Reforma de Bases Policiais*	*Construção, reforma e ampliação realizada*	*M2*	*1,00*	*1.402.498,27*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, em 18 de maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 902/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião / MT, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial até o valor de R$ 1.402.498,27 (Um Milhão, Quatrocentos e Dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Sete Centavos), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2022, nos termos da Lei Municipal 890/2021 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Administração

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa : 0025 – Edificações Públicas

Ação: 1.103 – Construção, Ampliação e Reforma de Bases Policiais

Elemento: 4.4.90.00.00..... R$ 1.402. 498,27

Fonte de Recursos:

5.1.701. Outras Transf. de Convênios de Estado..... R$ 1.374. 448,27

1.1.500. Recursos Ordinários..... R$ 28. 050,00

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – Até o valor de R$ 28.050,00 (Vinte e Oito Mil e Cinquenta Reais), resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

II – Até o valor de R$ 1.374.448,27 (Um Milhão, Trezentos e Setenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Sete Centavos), resultantes de excesso de arrecadação, em virtude do crédito de recursosespecíficos para financiamento da execução do objeto dos créditos especiais criados por esta lei, não previstos na lei orçamentária, nos termos do Inciso II, § 1º e § 3º do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, em 18 de maio de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 004/2022.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, através de seu pregoeiro oficial nomeado pela portaria nº 090/2022, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO do tipo maior lance ou oferta, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa, para contratação Instituição Financeira para prestação de serviços de pagamento da folha de pagamento dos servidores eletivos, contratados, comissionados, bem como, concessão de crédito, mediante consignação para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, que **acontecerá no dia 31 de maio de 2022, às 09:30h na plataforma da ComprasBR**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, www.comprasbr.com ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente.

Porto Estrela – MT, 18 de maio de 2022.

Hiago Carlos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público aos interessados que no Processo Licitatório 058/2021, a empresa **G N A M BARBOSA EMPREENDIMENTOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.385.651/0001-01, estabelecida na Rua Dom Aquino, n.º 31, Sala Comercial, Jardim Novo Horizonte, Poxoréu/MT, CEP: 78800-000, renunciou o direito de interpor recurso no tocante a Tomada de Preços n.º 004/2022 realizada na data de 09/05/2022, cujo o seu julgamento ocorreu às 7h:30min, na Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitações, à Av. Brasília, n.º 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT. Portanto sagra-se vencedora do certame a Empresa: R$ 409. 552,13 (quatrocentos e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e treze centavos).**

Prefeitura de Poxoréu-MT, 09 de maio de 2022.

Tatianne Pereira da Silva Santos

Presidente da CPL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO N° 011/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2022

PREGÃO ELETRONICO N° 011/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2022

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT torna-se público aos interessados, que no PREGÃO ELETRONICO 011/2022, REGISTRO DE PREÇO 013/2022, tendo como Objeto **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA COMPOR OS ITENS DA CESTA BÁSICA, PARA A CONCESSÃO DE BENEFICIO EVENTUAL; AUXILIO ALIMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**, que na sessão pública do Pregão em epígrafe, realizada no dia 17/05/2022, às 09h00min (horário de Brasília). Sagrando vencedora a empresa:

1- MONTORO CARVALHO - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 37.674.131/0001-64, situada a AV PAULO CEZAR PEREIRA ARANDA N° 1233, na cidade de Primavera do Leste – MT, com a sua Proposta no valor Global de R$ 145.000,00;

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 18 de maio de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 010/2022.

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 010/2022

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que aderiu a**Adesão de Ata de Registro de Preço nº 055/2021 da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT oriundo ao Pregão Eletrônico nº 009/2021, Processo Administrativo n° 053/2021, atendendo Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, para AQUISIÇÃO DE UM ANALISADOR AUTOMÁTICO BIOQUÍMICO**, **COM VELOCIDADE DE PIPETAGEM DE 260 TESTES FOTOMÉTRICOS POR HO-**

RA, BANDEJA DE REAGENTES REFRIGERADA PARA ATÉ 80 POSIÇÕES SIMULTÂNEAS, COM SISTEMA DE DESLIGAMENTO INDEPENDENTE, MANTENDO OS REAGENTES REGRIGERADOS MESMO QUE A UNIDADE PRINCIPAL (EQUIPAMENTO) ESTEJA DESLIGADA. Com amparo no art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 e Cláusula quarta da Ata de Registro de Preço nº 001/2022, informando que essa adesão visa atender ao Município de Poxoréu, conforme especificação contidas no Termo de Referência parte integrante do processo acima mencionado.

Em Poxoréu/MT, 18 de maio de 2022.

NELSON ANTONIO PAIM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 578, DE 13 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 578, DE 13 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **JOSE NILTON PEREIRA DOS SANTOS,** matrícula 1446**,** do cargo de Secretário de Desenvolvimento e Agricultura a partir de 13/05/2022.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,13 de maio de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 579, DE 16 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 579, DE 16 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear o Sr. **PABULO DIEGO DE LARA FERREIRA,** para o cargo comissionado de Secretário de Desenvolvimento e Agricultura, a partir do dia 16/05/2022.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu- MT, 16 de maio de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 02/01/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONTRATO - ADESÃO N° 010/2022 - CONTRATO N° 112/2022.

Processo Licitatório 045//2022 – Adesão n° 010/2022.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 112/2022.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT**.

CONTRATADA: **MAX DIAGNOSTICA COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS LABORATORIAIS LTDA**. CNPJ n°: **07.776.581/0001-05**

REFERENTE A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 055/2021, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE/MT, ORIUNDO AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2021, ATENDENDO AO PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM ANALISADOR AUTOMÁTICO BIOQUÍMICO COM VELOCIDADE DE PIPETAGEM DE 260 TESTES FOTOMÉTRICOS POR HORA; BANDEJA DE REAGENTES REFRIGERADA PARA ATÉ 80 POSIÇÕES SIMULTÂNEAS COM SISTEMA DE DESLIGAMENTO.

VALOR GLOBAL: **R$ 77.916,50** (setenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM ANALISADOR AUTOMÁTICO BIOQUÍMICO COM VELOCIDADE DE PIPETAGEM DE 260 TESTES FOTOMÉTRICOS POR HORA; BANDEJA DE REAGENTES REFRIGERADA PARA ATÉ 80 POSIÇÕES SIMULTÂNEAS COM SISTEMA DE DESLIGAMENTO.

.

VIGENCIA: 12 (DOZE) meses

DATA: 18 de maio de 2022.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO DE POXORÉU

JURIDICO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DIVIDA ATIVA 04/2022

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DIVIDA ATIVA 04/2022

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 10 (DEZ) dias, promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 58 da Lei Complementar 101/2000, e art. 201 e seguintes da Lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e Artigo 295, inciso I da Lei Municipal 1738/2014 (Código Tributário Municipal) e art.4º e seguintes da Lei 1.979/2019.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 05(cinco) parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês e multa de 2% (dois), acrescidos de honorários advocatícios. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o Município de Poxoréu, não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da ação competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas e custas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Cadastro	Nome	CDA	Valor
3354	Lindomar Rodrigues de Souza	10568/2022	R$ 612,70

3555	Lindomar Rodrigues de Souza	10569/2022	R$ 1.155,02
3457	Maria Aparecida Rodrigues da Silva	10532/2022	R$ 1.080,36
3459	Silvio Oliveira Lima	10533/2022	R$ 1.193,35
3460	Silvio Oliveira Lima	10534/2022	R$ 582,78
3476	Laura Andreia Farias Oliveira	10542/2022	R$ 1.172,08
3485	Luzimar da Silva Pereira	10544/2022	R$ 1.127,29
3512	Davi Teles de Oliveira	10548/2022	R$ 837,50
3517	Ricardo Moacir do Nascimento	10550/2022	R$ 1.349,25
3526	Iranice Rodrigues de Melo	10554/2022	R$ 2.173,75
3748	Benedito de Assis Meira	10675/2022	R$ 519,17
3747	Benedito de Assis Meira	10674/2022	R$ 488,30
3746	Benedito de Assis Meira	10673/2022	R$ 488,30
3745	Benedito de Assis Meira	10672/2022	R$ 519,17
3744	Benedito de Assis Meira	10671/2022	R$ 488,30
3743	Benedito de Assis Meira	10670/2022	R$ 488,30
3742	Benedito de Assis Meira	10669/2022	R$ 488,30
3741	Benedito de Assis Meira	10668/2022	R$ 488,30
3719	Benedito de Assis Meira Junior	10661/2022	R$ 1.715,38
3734	Bendito de Assis Meira	10665/2022	R$ 488,30
3731	Bendito de Assis Meira	10663/2022	R$ 488,30
3312	Aminadalb Alves Souza	10465/2022	R$ 1.425,67
3318	Neuziely Bezerra de Souza	10468/2022	R$ 1.288,08
3319	Marina Bezerra Brito	10469/2022	R$ 1.278,50
3325	Edumingos Lopes do Reis	10470/2022	R$ 1.029,61
3352	Joarez Lino de Araújo	10476/2022	R$ 1.928,72
3354	Lourivaldo Macedo de Souza 91195098120	10477/2022	R$ 1.036,70
3373	Edite Rodrigues de Souza	10485/2022	R$ 832,79
3374	Edite Rodrigues de Souza	10486/2022	R$ 655,88
3393	Fernanda Nigro Antigo	10496/2022	R$ 805,70
3409	Maria Divina Lopes	10508/2022	R$ 1.030,12
3413	Antonia dos Reis Moreira	10510/2022	R$ 1.409,50
3418	Clarisse Santana Soares	10512/2022	R$ 1.127,42
3443	Nildo Henrique Rossi Zanbonini	10524/2022	R$ 892,84
3444	Nildo Henrique Rossi Zanbonini	10525/2022	R$ 892,84
3449	Djalma Souza Brito	10527/2022	R$ 920,34
3442	Robson Luis Sol	10523/2022	R$ 497,60
3447	Joao Vieira Guimaraes	10526/2022	R$ 725,37
3450	Robson Luis Sol	10528/2022	R$ 379,09
3451	Selma Rodrigues Melo	10529/2022	1.094,59
3452	Pedro Rubino	10530/2022	R$ 909,17
3453	Eustazio Barros Filho e Esposa	10531/2022	R$ 330,46
3773	Osorio Pereira Pinto	10690/2022	R$ 488,30
3777	Osorio Pereira Pinto	10691/2022	R$ 488,30
3778	Osorio Pereira Pinto	10692/2022	R$ 488,30
3695	Guilhermina Nogueira Barbosa	10644/2022	R$ 2.296,24
3696	Rander de Souza Ferreira	10645/2022	R$ 2.296,24
3698	Ildinete Silva Pereira	10646/2022	R$ 2.296,24
3715	Joao Batista de Oliveira Nery	10658/2022	R$ 1.041,81
3717	Aparecida Alves da Silva	10660/2022	R$ 842,91
3625	Maria Conceição Souza Pires	10608/2022	R$ 1.087,20
3626	Marli Anacleto da Silva	10609/2022	R$ 1.083,01
3627	Josemir Edison dos Santos	10610/2022	R$ 1.113,51
3639	Adalia Alves de Almeida	10613/2022	R$ 890,42
3662	Edite Rodrigues de Souza	10627/2022	R$ 1.438,42
3581	Robson Luis Sol	10584/2022	R$ 515,15
3590	Laurindo Alves Tremura	10589/2022	R$ 940,91
3597	Maria Aparecida P de S.M. da Silva	10592/2022	R$ 1.449,09
1084	Renata Jesus Dias	9495/2022	R$ 122,77
1087	Antonio Marcos Pereira da Conceição	9497/2022	R$ 117,44
1088	Ana Pereira Rodrigues	9498/2022	R$ 380,18
1089	Bruna Pereira de Souza	9499/2022	R$ 452,49
1090	Maria Elenice de Souza Santana	9500/2022	R$ 517,84
1091	Rosenilda Silva dos Santos	9501/2022	R$ 158,78
1092	Barbara Maria de Souza	9502/2022	R$ 151,74
1093	Carmindo Xavier de Arruda	9503/2022	R$ 627,25
1096	Maria Luiza Pereira	9504/2022	R$ 351,57
1100	Albertino Pereira dos Santos	9506/2022	R$ 402,67
1103	Espolio de Mauro de Souza Oliveira	9507/2022	R$ 450,38
1104	Alinor Alves Macedo	9508/2022	R$ 578,35
1105	Joao de Basto Leite	9509/2022	R$ 259,91
1106	Leidiane Aparecida Rosa da Silva	9510/2022	R$ 416,83
1108	Luzia Nascimento da Silva	9511/2022	R$ 561,58
1110	Lenivaldo Bernado da Silva	9512/2022	R$ 149,39
1112	Aureliano Bernardo da Silva	9513/2022	R$ 108,87
1113	Sebastião Alves	9514/2022	R$ 314,83
1117	Luzineide Rodrigues Araujo	9515/2022	R$ 137,34
1120	Cristiano Canival Correia	9516/2022	R$ 253,19
1121	Sidinalva Leite da Silva	9517/2022	R$ 491,03
1125	Vilson Pereira de Souza e Vania Bento Santos	9518/2022	R$ 76,68
1126	Jaciara Pereira da Silva	9519/2022	R$ 444,17
1127	Ailson Leite Galvão	9520/2022	R$ 561,32
1130	Juraci Batista dos Santos	9521/2022	R$ 156,25
1131	Natalino Jose Leonardo Conde	9522/2022	R$ 272,66
461	Juscelino Araujo Duraes	9202/2022	R$ 469,97
699	Edson Rodrigues da Silva	9305/2022	R$ 632,94
438	Jose do Carmo Rodrigues	9193/2022	R$ 470,60
469	Jose do Carmo Rodrigues	9208/2022	R$ 611,15
431	Manoel Pereira Pacheco	9189/2022	R$ 911,73

427	Teresinha Ferreira dos Anjos	9186/ 2022	R$ 904,03
441	Espolio Francisco M. Oliveira	9195/ 2022	R$ 549,66
467	Espolio Moises Barbosa de Oliveira	9207/ 2022	R$ 435,15
692	Valeria Juliana de Souza	9303/ 2022	R$ 563,22
687	Cecilio Rodrigues de Souza	9301/ 2022	R$ 502,60
682	Valter Murta Macedo	9297/ 2022	R$ 256,72
678	Elicelma Bento de O. dos Santos	9295/ 2022	R$ 793,38
676	Fidelcina Souza Ramos	9294/ 2022	R$ 415,57

Poxoréu-MT, 18 de maio de 2022.

Dayse Crystina de Oliveira Lima

Assessora Jurídica Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 562, DE 04 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 562, DE 04 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear o Sr. **Marcos Vinicius Moraes de Oliveira,** como atuante Fiscal Sanitário – farmacêutico.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de maio de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 005/ 2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 005/2022

REGISTRO DE PREÇOS 019/2022

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 005/2022, Registro de Preço n° 019/ 2022**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO ¾ PARA MANUTENÇÃO DESSA SECRETARIA NO TRANSPORTE DE ARTEFATOS E PARA TRANSPORTES DIVERSOS,** cuja a abertura ocorreu as 14h00min do dia 16 de maio de 2022, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – ELISABETE ALVES LEITE MOURA 94250987191, inscrita no CNPJ n° 14.836.838/0001-24, no Valor global de R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais);

2 – WALDECY CONCEIÇÃO DE FARIAS 65079256168, inscrita no CNPJ n° 21.998.242/0001-96, no Valor global de R$ 85.800,00 (oitenta e cinco mil e oitocentos reais);

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 18 de maio de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO N° 012/2022

LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2022

PREGÃO ELETRONICO N° 012/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT torna-se público aos interessados, que no PREGÃO ELETRONICO 012/2022, REGISTRO DE PREÇO 014/ 2022, tendo como Objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOM VOLANTE**, que na sessão pública do Pregão em epígrafe, realizada no dia 21/09/2021, às 09h00min (horário de Brasília). Sagrando vencedora a empresa:

1- MARCELO PANTALEÃO DELMONDES 03702475150, inscrita no CNPJ Nº 28.052.294/0001-14, situada a Rodovia MT 130, S/N, Bairro: Irantinopolis, na cidade de Poxoréu – MT, com a sua Proposta no valor Global de **R$ 32.580,50**;

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 18 de maio de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 006/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público aos interessados que no Processo Licitatório 036/2022, a empresa **G N A M BARBOSA EMPREENDIMENTOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.385.651/0001-01, estabelecida na Rua Dom Aquino, n.º 31, Sala Comercial, Jardim Novo Horizonte, Poxoréu/MT, CEP: 78800-000, renunciou o direito de interpor recurso no tocante a Tomada de Preços n.º 006/2022 realizada na data de 05/05/2022, cujo o seu julgamento ocorreu às 7h:30min, na Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitações, à Av. Brasília, n.º 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT. Portanto sagra-se vencedora do certame a Empresa: G N A M BARBOSA EMPREENDIMENTOS,** com o valor global de **R$ 1.191. 191,32** (um milhão, cento e noventa e um mil, cento e noventa e um reais e trinta e dois centavos).

Prefeitura de Poxoréu-MT, 18 de maio de 2022.

Tatianne Pereira da Silva Santos

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos com CPF e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

MONITOR DE CRECHE			
NOME	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**COLOCAÇÃO**
SANDRA RAQUEL SILVA SANTOS	**387812**	**68,0**	**24º**

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 18 de maio de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - ADESÃO N° 010/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2022.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2022 – ADESÃO N° 010/2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao processo Licitatório de Nº 045/2022, ADESÃO N° 010/2022, o qual possui como objeto: **Adesão a Ata de Registro de Preço N° 055/2021 da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, oriundo ao Pregão Eletrônico N° 009/2021**, atendendo pedido da Secretaria Municipal de Saúde para a futura e eventual **aquisição de um analisador automático bioquímico, com velocidade de pipetagem de 260**

testes fotométricos por hora; bandeja de reagentes refrigerada para até 80 pisoções simultânea, com sistema de desligamento. 1 – MAX DIAGNÓSTICA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS LABORATORIAIS EIRELLI - LTDA, portador do **CNPJ nº 07.776.581/0001-05**, com a sua Proposta no valor Global de **R$ 77.916,50** (setenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos); e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 18 de maio de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EXTRAORDINÁRIO /CONTAGEM DE PONTOS N.º 02/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO EXTRAORDINÁRIO / CONTAGEM DE PONTOS Nº 02/2022

O Prefeito Municipal **Nelson Antônio Paim,** em representação legal à **Prefeitura Municipal de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.228, de 09 de novembro de 2021, **RESOLVE HOMOLOGAR**, o EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EXTRAORDINÁRIO/ CONTAGEM DE PONTOS N.º 02/2022 na íntegra, o resultado definitivo do mesmo, para que surta os seus devidos efeitos jurídicos, passando a Administração Pública Municipal de Poxoréu/MT, a partir deste ato, a poder convocar, de acordo com a necessidade e interesse público, os cadastrados para que, no prazo legal, tomem posse do cargo de sua competência, sempre observando a ordem de classificação por nota.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, faz publicar o presente **EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EXTRAORDINÁRIO /CONTAGEM DE PONTOS N.º 02/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT**, que será afixado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, no site Oficial da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

Ressalte-se, por derradeiro, que o Processo Seletivo Simplificado Extraordinário /Contagem de Pontos n.º 02/2022 se presta à substituição de servidores de carreira do Município em casos de afastamentos, licenças e/ou vacância do cargo por qualquer razão, cabendo exclusivamente à Admin

istração Pública Municipal a identificação do interesse público em preenchimento de eventual vaga que possa vir a surgir no lapso temporal de vigência deste processo, inexistindo, em qualquer hipótese, direito líquido e certo à nomeação a qualquer candidato, independentemente de sua classificação.

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 04/05/2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito do Município de Poxoréu/MT

_____

Luciana Xavier Alves

Presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado extraordinário/contagem de pontos nº02/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº. 05/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº. 05/2022

Objeto: Adesão à ata de registro de preços n. 17/2022 da Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT, que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PMF.**

Valor Global: *R$ 186.250,00 (cento e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).*

Favorecido: SORTE CONSTRUTORA EIRELI-EPP,CNPJ: 07.344.422/0001-23, ENDEREÇO: Avenida Duque de Caxias, nº 1959, Conjunto Nova Esperança, Aragarças-GO, CEP: 76.240-000, **Fundamento Legal:** Decreto 7.892/2013, Decreto nº 1212/2011 “Pregão”, Leis n. 8.666/93 e n.10. 520/2002.

Justificativa: anexa nos autos do processo de Adesão n. 05/2022.

Publique-se conforme o disposto na Lei Orgânica do Município para eficácia do ato.

Ribeirão Cascalheira-MT, 18 de Maio de 2022.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

LEI N°. 957/2022, DATA DE 18 DE MAIO DE 2022. “AUTORIZA O REMANEJAMENTO, TRANSPOSIÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 932/2021 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERC

LEI N°. 957/2022,

DATA DE 18 DE MAIO DE 2022.

“AUTORIZA O REMANEJAMENTO, TRANSPOSIÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 932/2021 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, ATÉ O LIMITE DE 10% DE SUPLEMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o remanejamento, transposição e transferência de dotações consignadas na Lei Municipal nº. **932/2021**, até o limite de 10% (dez por cento), em conformidade com o disposto no artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal e artigo 66 da Lei Federal nº4. 320/64.

Art. 2º. Para os fins dessa lei, entende-se como:

I - Remanejamento: movimentação de dotações de um órgão para outro decorrente de reformas administrativas ou alteração na estrutura organizacional;

II-Transposição: autorização para transferências de saldo de dotações orçamentárias;

III - Transferências: autorizações para suplementações orçamentárias dentro da mesma categoria econômica, grupo de natureza da despesa, ou elemento econômico (desdobramento).

Art. 3º. A autorização contida no *caput* do artigo 1º dessa lei permitirá que o Chefe do Executivo Municipal, respeitadas as demais normas constitucionais, possa efetuar:

I - Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso III, do § 1º. do Art. 43 da Lei nº

4.320/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados;

II - Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias em caso de movimentação de pessoal de uma unidade orçamentária para outra;

III-Transferência de dotações, por decreto e resolução, respectivamente, às dotações atribuídas ao Executivo e ao Legislativo;

IV-Transposição de recursos de uma unidade orçamentária para outra, ou de uma categoria de programação para outra.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 18 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2022

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 07:30 horas do dia 02 de Junho de 2022, estará abrindo o pregão presencial, com a finalidade de registrar preços para futura e eventual prestação de serviços de transporte escolar referente ao ano 2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos.

O Edital e seus respectivos anexos poderá ser obtido no site www.prefeiturarc.com.br, no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com **com** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo no endereço Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro - Ribeirão Cascalheira-MT ou através do telefone (66) 3489- 1838 durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 de segunda a sexta-feira.

Ribeirão Cascalheira-MT, 18 de Maio de 2022.

GUSTAVO TIAGO DE QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 13/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada através do Decreto nº 123/GAB/PMR/2022, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 13/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.354/2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através de **menor preço global** objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COSNTRUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOCOS INTERTRAVADOS NA UNIDADE DE SAÚDE HUEVERTON BRUNO DA SILVA RABELO NO MUNICIPIO DE RONDOLANDIA-MT.**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **09h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 01/06/2022**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail pregoeiro@rondolandia.mt.gov.br. maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 18 de Maio de 2022.

Keila Taiane Nascimento Freire

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

O Departamento de Licitação, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 123/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, considerando a necessidade de retificar o critério de julgamento publicado no edital de chamada do Pregão Presencial com sistema de registro de preço de nº. 10/2022, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 259/2022, cujo Objeto: "**Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível Diesel Comum, Diesel S-10, Gasolina Comum e Gasolina Aditivada para atender as Necessidades das Secretarias Municipais**".

RETIFICAR, as publicações realizadas no Jornal oficial dos municípios do estado de mato grosso AMM dia 12/05/2022 ano XVII nº3.979, Diário Oficial da União dia 12/05/2022 nº89, Jornal Estadão de Mato Grosso dia 12/05/2022 pag 07, Diário Oficial do Estado dia 12/05/2022 nº 28.242 pag 275 e no site da prefeitura municipal de Rondolândia-MT, quanto critério de julgamento publicado no edital de chamada, considerando que o critério a ser utilizado é o que consta na minuta do edital:

30.7 - *A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica e que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, podendo ainda se necessário a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.*

Considerando um erro de digitação no edital de chamada, considerando que o critério de julgamento a ser adotado é o que consta na minuta do edital, Retifico como segue:

Onde se Lê: A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, por sua pregoeira Oficial, designada através do Decreto nº 123/GAB/PMR/2022, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação Na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com o Sistema de Registro de Preços do tipo ***MENOR PREÇO POR ITEM***, para futura e eventual Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível Diesel Comum, Diesel S-10, Gasolina Comum e Gasolina Aditivada para atender as Necessidades das Secretarias Municipais**.**

Leia-se: A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, por sua pregoeira Oficial, designada através do Decreto nº 123/GAB/PMR/2022, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com o Sistema de Registro de Preços do tipo ***MENOR PREÇO POR LOTE***, para futura e eventual Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível Diesel Comum, Diesel S-10, Gasolina Comum e Gasolina Aditivada para atender as Necessidades das Secretarias Municipais.

As demais informações permanecem inalteradas tal como a data de julgamento do certame.

Rondolândia - MT, 18 de Maio de 2022.

_____

Keila Taiane

Pregoeira

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 025/2022

(Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 122/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 025/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.353/2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **"Aquisição de Merenda Escolar Gêneros Alimentícios, Hortaliças, Frutas, Tubérculos e Legumes para atender as necessidades das Escolas da Rede Pública Municipal."**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: cpl@rondolandia.mt.gov.br no período de até 01(um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT,18 de Maio de 2022.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

TOMADA DE PREÇO N.º 36/2022

O Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com sede situada à Avenida Duque de Caxias, n.º1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados**,** que a licitação em epígrafe foi declarada DESERTA, pela ausência de interessados no presente certame licitatório, o qual se destinava a "Instalação de divisórias em drywall na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 2916, 2º andar, bairro Jardim Santa Marta, neste município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico enviado pela Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis anexo ao edital". Publique-se, no átrio desta Prefeitura, e no Diário Oficial do Município, e meios de comunicação para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 18 de maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 21 de Junho de 2022, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO SOBRE O CÓRREGO PATRIMÔNIO NA AVENIDA BANDEIRANTES E O PROLONGAMENTO DA REFERIDA AVENIDA, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA ANEXO AO EDITAL".

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através dos e-mails licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 18 de Maio de 2022.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2022"

A Prefeitura Municipal De Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de concorrência pública nº 06/2022, tendo como objeto: "Execução De Pavimentação E Drenagem, Ruas Diversas No Distrito Industrial Anézio, Neste Município, Conforme Projeto Básico, Justificativa De Qualificação Técnica E Justificativa De Qualificação Econômica Financeira Parte Integrante Do Projeto Básico Encaminhado Pela Secretaria Municipal De Infraestrutura Anexo Ao Edital", que após a análise detalhada da documentação e proposta apresentada pela empresa participante, foi considerada Habilitada, Classificada E Vencedora Deste Procedimento Licitatório, a empresa: Construtora Tripolo que apresentou o preço global de R$ 7.578.834,60 (sete milhões quinhentos e setenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos). Rondonópolis-MT, 18 de maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2.022

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a licitação em epígrafepara **O presente Termo de Referência tem como objeto a Contratação de Solução de Tecnologia da Informação (Ti) Integrada para Gestão de Saúde Pública (Gestão do SUS, Atenção Primária, Atenção Especializada, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica), incluindo disponibilização de uso de software on-line e intranet, serviços de treinamento, implantação, customização, parametrização, manutenção corretiva e evolutiva, integração com os sistemas disponibilizados pelo Ministério da Saúde e suporte técnico assistido (presencial e. remoto), em atendimento as demandas do município de RONDONÓPOLIS/MT. Conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência edital e seus anexos.** Os interessados poderão retirar o edital completo

gratuitamente no endereço eletrônico **www.rondonopolis.mt.gov.br**, menu: **Empresa**opção: **Licitações**, bem como no sítio: **https://bll.org.br/**, ou no endereço: Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, Rondonópolis-MT, CEP: 78.740-022, Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, Secretaria de Administração, Departamento de Compras, horário das 12h00min às 18h00min, telefone para contato (66) 3411-5741, **Abertura das Propostas: 30/05/2.022 às 09h30min (horário de Brasília)** em sessão pública no endereço eletrônico: **https://bll.org.br/**, nos termos do Edital e seus anexos. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico.

Rondonópolis-MT, 18 de maio de 2.022.

Filipe Santos Ciriaco

Pregoeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2022"

A Prefeitura Municipal De Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 29/2022, tendo como objeto: "Execução De Pavimentação, Drenagem E Sinalização, Distrito De Boa Vista, No Município De Rondonópolis - Mt, Conforme Projeto Básico, Justificativa De Qualificação Técnica E Justificativa De Qualificação Econômica Financeira Parte Integrante Do Projeto Básico Enviado Pela Secretaria Municipal De Infraestrutura De Rondonópolis Anexo Ao Edital", que após a análise detalhada das documentações e proposta apresentada pela empresa participante, foi considerada Habilitada, Classificada E Vencedora Deste Procedimento Licitatório, a empresa: A Empresa Construtora Amil Ltda, que apresentou o preço global de R$ 898.578,20 (oitocentos e noventa e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e vinte centavos).

Rondonópolis-MT, 18 de maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 46/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 03 (três) de junho de 2022, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO JARDIM MATO GROSSO, LOCALIZADA NA RUA RIO BRANCO, QUADRA 17, JARDIM MATO GROSSO – RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER/INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE RONDONÓPOLIS/MT - IPPUR ANEXO AO EDITAL".

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 18 de Maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRONICO 06/2022

A Prefeitura Municipal de Rosario Oeste , neste ato representado pelo Pregoeiro Oficial, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Eletronico 06/2022, com a **alteração no anexo I do Edital,** e alterar a data de realização do mesmo para o dia **27 de maio de 2022 às 14:00 horas(horario de brasilia)**. O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de rosario Oeste, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.rosariooeste.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3356-1209

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRONICO 07/2022

A Prefeitura Municipal de Rosario Oeste , neste ato representado pelo Pregoeiro Oficial, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Eletronico 07/2022, com a alteração no anexo I do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 27 de maio de 2022 às 09:00 horas(horario de brasilia). O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de rosario Oeste, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.rosariooeste.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3356-1209

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) – Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE E APLICADO A FRIO em atendimento Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Salto do Céu-MT; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) Processo: Nº 018/2022; e) Cobertura Orçamentária: 07.002.26.782.0088.1057.33.90.30.1.1.500.652; 07.002.26.782.0088.1057.33.90.30.9.1.700.653; 07.002.26.782.0088.1057.33.90.30.9.1.750.654; 07.002.26.782.0088.1057.33.90.30.9.1.759.655; f) Valor: **R$ 15.680,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS);** g) Contratada: MARCILIO ASFALTO CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 09.082.622/0001-80; h) Autorizado: em 12/05/2022, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; i) Ratificação: em 18/05/2022, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029-2022

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 029-2022

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. DOMANI PRIME DISTRIBUIDORA DE VEICULOS E PECAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 07.625.119/0001-07, Aquisição de veículo zero km, tipo SUV, para atender as necessidades do Gabinete da Prefeita do município de Santa Cruz do Xingu/ MT, O prazo de vigência Contratual será da data de assinatura do Contrato Administrativo até o último dia do ano corrente, podendo ser prorrogado na forma da lei. O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de R$ Valor de R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 030-2022

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 030-2022

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Empresa Favorita Comercio E Servicos Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 21.380.013/0001-03, O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE VAN (TETO ALTO), ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 271.900,00 (duzentos e setenta um mil novecentos reais). O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 17/05/2022 e encerramento em 17/05/2023, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Adesão de Ata de Registro de Preços

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, CNPJ nº 04.178.518/0001-70, vem a público ADERIR a Ata de Registro de Preços nº 001/2022 Pregão Presencial nº 001/2022 realizado pelo Consórcio Público de Saúde Vale Do Teles Pires De Sorriso-MT. Empresa Fornecedora: DOMANI PRIME DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.625.119/0001-07. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV AUTOMÁTICO, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, de acordo com as especificações constantes na Ata de Registro de Preços datada de 21/02/2022. Vigência por 12 meses. Adesão ao Item 01. Santa Cruz do Xingu – MT, 18 de Maio de 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA– Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2022

MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2022

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada, que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV AUTOMÁTICO, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. Vencedores: DOMANI PRIME DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.625.119/0001-07, valor: 172.990,00 (Cento e setenta e dois mil e novecentos e noventa reais) Santa Cruz do Xingu – MT, 18 de Maio de 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUZA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2022

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2022

(PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2022)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Objeto: Contratação de Empresa para Serviço de Implantação e Instalação das Aduelas de Concreto na Zona Rural e Rodovia MT-430, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Informações/Contato:

Setor de Licitações

Telefone: (66) 3594-1000.

Atendimento: 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas.

E-mail: licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br

Despacho: Devido à impugnação protocolada no dia 16 de Maio de 2022, pela empresa CONSTRUTORA JURUENA EIRELI, inscrita no CNPJ N.º 04.292.274/0001-52, a área técnica da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT apurou que deverão ser realizadas alterações em algumas informações técnicas e que, ao fim das alterações será realizada a retificação do Edital e republicação do Certame em nova data a ser definida posteriormente.

_____

WANDERCIDES DIVINO PEREIRA RAMOS

Pregoeiro Oficial

Santa Cruz do Xingu/MT, 18 de Maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 12/2022 DO PROCESSO SELETIVO 01/2022.

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2022**, realizado no dia 03/04/2022 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

m) CNH (motoristas e operador de maquinas)

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	CLAS
CRISTIANE GOMES TORRES	1º

ZELADOR DE LIMPEZA – ZONA RURAL	CLAS
ROSÂNGELA DOS SANTOS MATOS	1º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 18 de Maio de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0194/2022 DE 18 DE MAIO DE 2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA GISELE ATENIZA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º- Fica concedido licença maternidade a servidora **GISELE ATENIZA DA SILVA** portadora do RG nº: 2598118 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 032.455.041.36, lotada na Secretaria M1unicipal de Saúde no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, no período de: 16/05/2022 a 13/11/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE MAIO DE 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2022

AVISO ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 10/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINAS EM REDE AUTORIZADA PARA MANUTENÇAO DO CAMINHÃO BASCULANTE 1620 MERCEDES-BENZ EM SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE MOTOR COMPLETO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS**.**

FAVORECIDO:**TECAR CAMINHÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 02.058.744/0003-54

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação. IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICA: Nº 10/2022.

VALOR GLOBAL: **R$ 57.480,78** (cinquenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais e setenta e oito centavos).

Ratifico a dispensa de licitação em concordância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de contratação de empresa exclusiva para venda de peças genuínas em rede autorizada nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/93 e nas alterações posteriores.

Santa Terezinha, 18 de maio de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA PORTARIA 075/2022

ERRATA

A Portaria 075/2022, "D**ispõe sobre a aprovação do projeto de pavimentação asfáltica e sinalização viária em 35.458,30 m² de vias urbanas no município de Santa Terezinha/mt, e dá outras providências***".* Publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - AMM em 18/05/2022, Edição 3.983, Página 710.

Onde se lê:

"Pavimentação Asfáltica e Sinalização Viária em 35.503,30 m² de vias urbanas. "

Leia-se:

"Pavimentação Asfáltica e Sinalização Viária em 35.458,30 m² de vias urbanas. "

Santa Terezinha, 18 de maio de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS 004/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE 12.644,32 m² DE CONSERVAÇÃO ASFÁLTICA COM MICRORREVESTIMENTO CONFORME TERMO DE CONVÊNIO ESTADUAL SOB Nº 051/2022, EM DIVERSAS RUAS DO DISTRITO BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

A Presidente da comissão de licitação do Município de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação **modalidade tomada de preço n° 004/2022** cuja abertura ocorreu aos 18/05/2022 às 13h30min horas, sagrou-se vencedora a empresa **BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI,** inscrito no CNPJ: 25.220.650/0001-73, localizada na Rua dois, s/nº, bairro são josé, Cuiabá-mt, com valor total do item objeto desta licitação em **R$ 287.425,05 (duzentos e oitenta sete mil e quatrocentos e vinte cinco reais e cinco centavos)**.

Santo Afonso/MT, em 18 de maio de 2022.

Roseane Dias da Silva

Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO 003/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE 39. 882,67 m² DE CONSERVAÇÃO ASFÁLTICA COM MICRORREVESTIMENTO CONFORME TERMO DE CONVÊNIO ESTADUAL SOB Nº 052/ 2022, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

A Presidente da comissão de licitação do Município de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação **modalidade tomada de preço n° 003/2022** cuja abertura ocorreu aos 18/05/2022 às 09h00min horas, sagrou-se vencedora a empresa **BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI,** inscrito no CNPJ: 25.220.650/0001-73, localizada na Rua dois, s/nº, bairro são josé, Cuiabá-mt, com valor total do item objeto desta licitação em **R$ 890.089,11 (oitocentos e noventa mil e oitenta nove reais e onze centavos)**

Santo Afonso/MT, em 18 de maio de 2022.

Roseane Dias da Silva

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 029/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 029/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº.001/2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES, CONSOANTES AS NORMAS CONSTANTES DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado n°.001/2021, realizado para esta Municipalidade, constantes da relação abaixo discriminada, para comparecerem perante a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Setor Pessoal), da Prefeitura Municipal de Santo Afonso-MT, situado à Rua: Pedro Álvares Cabral nº. 155, nesta cidade, **até o dia 20 de Maio de 2022**, das 7:00hr às 11:00hr e das 13:00hr às 17:00hr, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho. Os candidatos convocados por este edital deverão estar munidos dos seguintes documentos:

Cédula de Identidade e (xerox)

CPF e (xerox).

Título de eleitor e (xerox).

Comprovante de residência e (xerox).

Carteira de trabalho e (xerox).

Certidão de Nascimento ou casamento e (xerox).

Certidão de Nascimento dos filhos menores e (xerox).

Cartão de PIS/PASEP.

Estar quites com as obrigações eleitorais.

Estar quites com as obrigações militares (sexo masculino).

Escolaridade mediante documento original (histórico escolar, atestado de conclusão do curso e/ou diploma) conforme exigência do cargo para qual concorreu e (xerox).

Carteira Nacional de Habilitação - CNH e (xerox)

Atestado de Saúde física e mental.

Declaração de Bens e Valores.

Declaração de que não exerce outro cargo ou função pública e nem exercício de cargo eletivo.

Número da conta em banco.

Registro no conselho de classe, conforme exigência do cargo para o qual concorreu e (xerox).

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

NOME	CPF	CARGO
JOSILENE DA COSTA	049.835. 171-89	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS
EDJA PINHEIRO DOS SANTOS	705.645. 944-74	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Afonso-MT convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANTO AFONSO-MT, 18 DE MAIO DE 2022.

_____

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

FLÁVIA RIBEIRO DA SILVA BRANDÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

EXTRATO DE CONTRATO 055/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE TOMADA DE PREÇO 002/2022

OBJETO CONTRATUAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE 10.801,70 m² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E SINALIZAÇÃO CONFORME TERMO DE CONVÊNIO ESTADUAL SOB Nº 050/2022, NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: NEXT CONSTRUÇOES LTDA

CNPJ: 42.373.512/0001-43

ASSINATURA: 10/05/2022

VENCIMENTO: 20/12/2022

VALOR TOTAL: R$ 1.880.334,96 (UM MILHÃO E OITOCENTOS E OITENTA MIL E TREZENTOS E TRINTA QUATRO REAIS E NOVENTA SEIS CENTAVOS).

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 056/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2022

OBJETO CONTRATUAL: CONTRATANTE, SERVIÇOS COM PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT EM JORNAL FISICO DE CIRCULAÇÃO LOCAL/ REGIONAL.

CONTRATADO: ELZA ERMITA – ME

CNPJ: 00.419.354/0001-75

ASSINATURA: 11/05/2022

VENCIMENTO: 11/05/2023

VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 057/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DISPENSA DE LICITAÇÃO 020/2022

OBJETO CONTRATUAL: CONTRATANTE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DO PROJETO DE MUSICAL SOCIAL SOM + EU COM ÊNFASE EM AULA DE BATERIA, 20 HORAS SEMANAIS REALIZANDO ATENDIMENTOS AOS ALUNOS DO SCFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS OFERTADOS NO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: FERDINANDO DE JESUS DUARTE

CPF: 027.926.620-00

ASSINATURA: 11/05/2022

VENCIMENTO: 11/12/2022

VALOR TOTAL: R$-14.000,00 (quatorze mil reais)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029 Á 031/2022PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2022PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029 Á 031/2022PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2022PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022*A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO***029 Á 031/2022** PARA O SEGUINTE OBJETO: **A CONTRATADA compromete-se a fornecer a "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UTENSILIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER -MT".Extrato da Ata de Registro de Preço nº 029/2022 - MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o n° 26.148.070/0001-85 Com valor total dos itens de R$ 373.138,80 (trezentos e setenta e três mil e cento e trinta e oito reais e oitenta centavos).**Extrato da Ata de Registro de Preço nº 030/2022 ALTERNATIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o n° 27.423.900/0001-06 Com valor total dos itens R$ 7.625,00 (sete mil e seiscentos e vinte e cinco reais).**Extrato da Ata de Registro de Preço nº 031/2022 ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n° 05.774.463/0001-24 Com valor total dos itens R$ 75.372,50 (setenta e cinco mil e trezentos e setenta e dois reais e cinqüenta centavos)CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.DATA DE ASSINATURA: 12/05/2022DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses.Santo Antônio de Leverger–MT, 12 de Maio de 2022.**Francieli Magalhães de Arruda Vieira PiresPrefeita Municipal.**

PORTARIA 075/GP/2022

PORTARIA 075/GP/2022

DESIGNAR O FISCAL DAS ATAS DE RESGITRO DE PREÇO Nº 029 Á 031/2022

A PREFEITA **Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires, no uso de suas atribuições legais;**

RESOLVE:

Designar Sr. CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA**, Portador do CPF 061.341.871-94** para exercer o encargo de Fiscal das Atas de Registro de Preço Nº 029 á 031/2022, firmado pelo Município de Santo Antônio do Leverger-MT.

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UTENSILIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER -MT.**

Contratada**: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 26.148.070/0001-85.

Contratada**: ALTERNATIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 27.423.900/0001-06.

Contratada**: ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS LTDA-ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.774.463/0001-24.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio do Leverger-MT, 12 de Maio de 2022.

_____

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

PORTARIA 074/GP/2022

PORTARIA 074/GP/2022

DESIGNAR O FISCAL DAS ATAS DE RESGITRO DE PREÇO Nº 025 Á 028/2022

A PREFEITA **Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires, no uso de suas atribuições legais;**

RESOLVE:

Designar Sr. CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA**,** Portador do CPF 061.341.871-94 para exercer o encargo de Fiscal das Atas de Registro de Preço Nº 025 á 028/2022, firmado pelo Município de Santo Antônio do Leverger-MT.

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT.**

Contratada**: INFINITY COMERCIO E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 23.019.538/0001-43.

Contratada**: OLMI INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 00.789.321/0001-17.

Contratada**: NVF COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 41.401.446/0001-05.

Contratada**: STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.870.717/0001-08.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio do Leverger-MT, 12 de Maio de 2022.

_____

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
EDITAL 02/2022/GS/SMEEL/MT

EDITAL 02/2022/GS/SMEEL/MT

Dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção e formação de cadastro de reserva para os cargos de Professor para tradução e interpretação de LIBRAS, TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil para tradução e interpretação de LIBRAS e à Inclusão da Educação Especial e demais providências.

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado e Atribuição (Contagem de Ponto) – **CPSSA** de Efetivo e Contrato da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022, e a Secretária Municipal de Educação Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais. **- Considerando** a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Lei Municipal 1.131/GP/2014 e Plano Municipal de Educação;

Considerando PORTARIA Nº 0023/2021- GS/SMEEL/LEVERGER-MT, Instituir Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Contagem de Pontos) e Atribuição de Efetivo e Contratado da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - O presente Processo Seletivo Simplificado será regido conforme as regras contidas neste Edital,

Art. 2º Este processo seletivo terá a fiscalização de sua execução pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado e Atribuição (Contagem de Ponto) – **CPSSA** de Efetivo e Contrato da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022. **Art. 3 º** O processo seletivo tem por objetivo a seleção de candidatos para atendimentos a educação especial aos cargos (NÃO PREENCHIDOS) da RETIFICAÇÃO Nº 01/2022/GS/SMEEL/MT AO EDITAL Nº 001/2022/GS/SMEEL/MT.

Art. 4 º O cadastro de reserva assegurará aos servidores selecionados classificados apenas a expectativa de direito à designação, condicionada à eventual e real necessidade da unidade, à rigorosa ordem de classificação, não havendo, portanto, dever legal de aproveitamento imediato ou futuro dos candidatos classificados;

Art. 5º - Sendo as seguintes Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Antônio de Leverger – MT onde haverá Processo Seletivo Simplificado (Contagem de Pontos):

I – EMEI Pingo de Ouro;

II – EMEB Pombinha Branca;

III – EMEB Cisne Azul;

IV – EMEB Lar Menino Jesus – responsável pelas Unidades: Antonio Ferreira da Silva Neto e Isabel da Silva e Santos;

V – EMEB José Maria da Costa - responsável pelas Unidades Escolares: EMEB Recanto do Laranjal, EMEB Olho D'Água, e pelas salas anexas na E.E. Maria Arruda Muller, E.E. Gustavo Dutra e E.E. Córrego do Ouro;

VI – EMEB Agrovila das Palmeiras – responsável pelas Unidades: Mocotéia, Gleba Resistência, EMEB Moquém, EMEB Boa Ventura e pelas salas anexas na E.E Pontal do Glória e E.E Santana do Taquaral;

VII – EMEB José Ferreira da Silva Morrinho – responsável pelas Unidades Escolares: EMEB Barra do Aricá, EMEB Valo Verde, EMEB Benjamina Maria de Amorim, EMEB Barreirinho e EMEB Barranco Alto;

VIII – EMEB Bartolomeu Gonçalves de Queiroz – responsável pelas Unidades: Fazenda, Pantanalzinho, Luiza Maria Pinto, Mimoso, Barreiro Grande, Brejinho, Celino Pimenta, Baia de São João, Fazenda Airton de Paula, EMEB Mato Verde e EMEB Cláudio de Almeida;

Parágrafo Único: A Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Contagem de Pontos) e Atribuição de Efetivo e Contratado da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022 definira a organização e acompanhamento nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Antônio de Leverger – MT ;

Art. 6º - O Processo Seletivo Simplificado e Atribuição (Contagem de Ponto) de efetivo da Rede Municipal de Ensino para ano letivo de 2022: Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2022, será realizada em etapas distintas:

. I - DAS INSCRIÇÕES

Art. 7º -A inscrição no processo seletivo simplificado implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos deverão certificar-se que preenchem todos os requisitos exigidos.

Art. 8º - A efetivação da inscrição dependerá obrigatoriamente de 2 (duas) fases. A primeira fase consiste no preenchimento de formulário eletrônico e a segunda fase consiste no envio de documentos para o endereço eletrônico smel_leverger@hotmail.com . O candidato terá a inscrição indeferida se não realizar os dois procedimentos. **Art. 9º -** As inscrições serão exclusivamente por meio do preenchimento de formulário eletrônico (Google Forms) disponibilizado através do endereço eletrônico https://www.leverger.mt.gov.br , a partir da 08h00min do dia 24 de maio de 2022 até às 23h59min do dia 26 de maio de 2022.

Art. 10 - O e-mail enviado com os documentos deverá conter como assunto o Cargo e Nome Completo do Candidato. No ato de envio da documentação, o candidato deverá anexar em arquivo único, em formato PDF (juntar todos os documentos com tamanho máximo de 10 MB), que serão analisados pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Contagem de Pontos) e Atribuição de Efetivo e Contratado da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022. O e-mail com os documentos deverá ser enviado até as 23h59min, do dia 26 de MAIO de 2022. **Art. 11 -** O envio de documentos em formato distinto daquele disposto no **Art. 8º -** terá sua inscrição indeferida.

Art. 12 - As informações prestadas na inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato podendo a A Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Contagem de Pontos) e Atribuição de Efetivo e Contratado da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022, indeferi-la caso o preenchimento tenha sido feito com dados incompletos, incorretos, bem como se constatados, a qualquer momento, serem inverídicos.

Art. 13 - Para cumprimento de suas fases e etapas, o horário utilizado é sempre o horário oficial do município de Santo Antonio de Leverger -MT.

II - DOS CRITÉRIOS BÁSICOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 14 - Para o exercício dos cargos deverá o candidato declarar atender aos seguintes requisitos: **I - PROFESSOR PARA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS** (Língua Brasileira de Sinais) – **Cadastro de Reserva** a) Curso de Licenciatura - Nível Superior Completo; b) Certificação de Pro Libras (MEC) ou ATESTO (CASIES/SEDUC); c) Comprovação de Formação continuada na área específica à que concorre com carga horária mínima de 120 horas; d) Comprovação de experiência no exercício específico da função junto ao público-alvo da educação especial, exceto período de estágio;

II - TDI - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL para tradução e interpretação de LIBRAS - Cadastro de Reservaa) Nível médio Completo;

b) Certificação de Pro Libras (MEC) ou ATESTO (CASIES/SEDUC); c) Comprovação de Formação continuada na área específica à que concorre com carga horária mínima de 120 horas; d) Comprovação de experiência no exercício específico da função junto ao público-alvo da educação especial, exceto período de estágio;

III - DAS ETAPAS

Art. 15 – Das Etapa I – Análise de documentos conforme os critérios básicos constantes no Inciso I e II do Art.14 de CARÁTER ELIMINATÓRIO;

Art. 16 - Das Etapa II - Análise de Currículo, de caráter classificatório; **I -** Documentos comprobatórios para análise de currículo, terá caráter eliminatório e classificatório, com a atribuição de pontos, seguindo os exatos parâmetros

II - Para Comprovação dos Títulos de Especialização, Mestrado e Doutorado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

Art. 17 - Das Etapa III – Entrevista, de caráter eliminatório e classificatório; **I -** A banca examinadora será composta pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Contagem de Pontos) e Atribuição de Efetivo e Contratado da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022. O candidato que não comparecer à entrevista, no dia e horário definidos, será eliminado deste Processo Seletivo;

II - A Entrevista estruturada de caráter eliminatório e classificatório, será realizada presencialmente na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer -SMEEL de Santo Antonio de Leverger -MT situado à rua de Benjamim Constant nº 99, Centro – Fone (65) 3341-1644, Santo Antonio de Leverger -MT junto à Escola Estadual Oswaldita Eliza Teixeira Couto. **III -** O cronograma para a Entrevista será publicado no site da Prefeitura, contendo o dia e horário da entrevista dos candidatos.

IV - DOS RECURSOS

Art. 18 - O Recurso requerido pelo candidato (a) deverá ser por e-mail protocolado na comissão antes de cada fase e etapa Considerando que as Etapas previstas neste Edital.

I - Compete a comissão de Processo Seletivo, deliberar sobre os requerimentos

a) O prazo para interposição do Recurso e para análise pela Comissão estão dispostos no Anexo deste Edital. b) O recurso poderá ser interposto no endereço eletrônico: smel_leverger@hotmail.com. No assunto do e-mail o candidato deverá escrever RECURSO – Cargo e Nome Completo. c) Todo Recurso deve conter descrição clara, sucinta e objetiva das razões do pedido de revisão do resultado. Caso não tenha os requisitos mencionados, será indeferido de plano. d) O recurso deve ser obrigatoriamente interposto pelo candidato sendo ele o único com legitimidade, e em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão dos resultados dos recursos. e) Não será permitida a interposição de recurso fora do prazo ou por outros meios.

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Art. 19 - Somente serão aceitos e pontuados os diplomas/certificados se contiverem, no mínimo as seguintes informações obrigatórias: período de realização do curso, com data de início e de finalização (data com dias, mês e anos), carga horária do curso realizado (em quantidade de horas), portaria ou ato administrativo de autorização para funcionamento a entidade emissora do documento (pessoa jurídica) e data de emissão do documento e do Conselho Municipal de Educação de Leverger.

I) Será considerada a pontuação das **Formação e Curso Especifica** Participação da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Publica de Educação Municipal da Politica Municipal de Educação no ano 2021: Audiência Pública, Assembleia das Escolas nas Comunidades escolar, Estudo Pedagógico Coletivo, Elaboração do Regimento Escolar, Elaboração dos Estatutos das Unidades Executora, Formação Continuada e Cursos na Unidade Escolar, de acordo com Ata do Conselho Deliberativo Escolar da referida escola e retificado pelo Conselho Municipal de Educação de Leverger.

II) Será considerada Certificados de palestras na **Formação e Curso Especifica e Feira Pedagógica** Participação da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Publica de Educação Municipal da Politica Municipal de Educação no ano 2021.

III) Será considerada a Formação continuada/capacitação e outros cursos apenas dos últimos 04 anos (2018, 2019, 2020 e 2021) emitidos por Centros Universitários, Faculdades (Credenciados e autorizados pelo MEC) e Órgãos Públicos (Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação e Conselhos Estaduais e Municipais de Educação).

a) Será Considerada a Pontuação máxima de 200 (duzentas) horas de Formação Continuada/capacitação e outros cursos.

b) Será considerada Certificados de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da Educação, com limite máximo de 1,0 pontos. Sendo 0,5 (meio) ponto para cada certificado dos últimos 04 anos, emitidos por Centros Universitários (Faculdade Credenciada e autorizada pelo MEC) e Órgãos Públicos (Secretarias Estadual de Educação, Secretarias Municipal de Educação)

c) Quando à Classificação Final, os profissionais serão listados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida no formulário de contagem de pontos e, em caso de empate, serão observados os seguintes critérios, para o desempate:

I) Formação e Curso Especifica na Participação da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Publica de Educação Municipal da Politica Municipal de Educação no ano 2021.

II) Maior Titulação;

III) Maior Idade.

Art. 20 - O Resultado do Processo Seletivo Simplificado complementar de Professor para tradução e interpretação de LIBRAS, TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil para tradução e interpretação de LIBRAS, será disponibilizado no dia 18/01/2021 (Efetivo) e 20/01/2021 (Contrato) Prefeitura e SMEEL;

Art. 21 - Caso haja disponibilidade de vagas livres e/ou em substituição, serão admitidos profissionais com contrato temporário na Rede Municipal de Educação Básica para exercer o cargo de Professor, Técnico Administrativo Educacional; Professor para tradução e interpretação de LIBRAS, TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil para tradução e interpretação de LIBRAS.

Art. 22 - Na atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades serão consideradas a carga horária do Professor Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo definida no PCCS Lei 1.131/GP/2014, conforme quadro abaixo e a carga horária anual da matriz curricular da escola e o Projeto Político Pedagógico.

I) REGIME/JORNADA DE TRABALHO	EM SALA DE AULA	EM HORA ATIVIDADE
30 horas	20 horas	10 horas

§ 1º - O professor deverá atribuir à carga horária de 20 horas semanais em sala e 10 horas atividades previstas no PCCS Lei 1.131/GP/2014.

§ 2º - Na falta de professor efetivo poderá ser contratado servidor temporário em situação de substituição e/ou cargo vago sendo-lhe atribuída a carga horária semanal de sala de aula prevista na matriz curricular, bem como a carga horária correspondente à hora atividade, proporcional ao total de carga horária semanal de aulas atribuídas, não ultrapassando o cômputo de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas entre regência e horas atividades. previstas no PCCS Lei 1.131/GP/2014.

II) REGIME/JORNADA DE TRABALHO	30 horas

§ 3º - Na falta de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo poderá ser contratado servidor temporário em situação de substituição e/ou cargo vago sendo-lhe atribuída a carga horária semana de 30 (trinta) horas semanais, previstas no PCCS Lei 1.131/GP/2014.

Art. 23 - Os casos omissos deverão ser solucionados pela Comissão Processo Seletivo Simplificado e Atribuição (Contagem de Ponto) de Efetivo e Contrato da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022.

Art. 24 - Este Edital entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência até o final do ano letivo de 2022.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado e Atribuição (Contagem de Ponto) – CPSSA de Efetivo e Contrato da Rede Municipal de Ensino para ano Letivo de 2022:

Adilza Benedita dos Santos Arruda

Antonio João da Silva

Josanea Aparecida de Souza Oliveira

Gonçalo Pereira Fontes Maia

Raquel Pinheiro de Arruda

Rafael da Silva Melo

Ana Celina dos Santos Costa

Eva Aparecida Rosa da Silva

Homologação

_____

Ms. Prof.ª. Caroline Maria de Lima

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Santo Antônio de Leverger – MT, 10 Maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA Nº. 203/2022. DE: 18 DE MAIO DE 2021.

DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA AMANDA CAMARGO FACCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES,

Prefeito Municipal em exercício de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 17/05/2022 em que atesta que a referida servidora encontra apta para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilita a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde da servidora que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidora pública efetiva AMANDA CAMARGO FACCO nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 17/05/2022, por prazo de 365 (trezentos e sessenta cinco) dias sendo o vencimento 11/05/2023.

Art. 2º - Fica a servidora readaptada, sem prejuízo de vencimento da servidora do cargo de Agente Comunitário de Saúde, devendo exercer sua função á disposição da Secretaria de Saúde.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, a servidora deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE MAIO DE 2022.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2022

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2022, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ROSANGELA RIBEIRO DE AMORIM, Brasileira, Casada, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 000.845.091-98 e Identidade 1. 556.070-8 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av dos Pescadores (Luiz Gonzaga de Souza), s/nº - CEP 78670-000 - Bairro Vila Alta, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 215/2022

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/05/2022

VIGÊNCIA: De 11/05/2022 a 16/12/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 7 meses e 5 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais)

FUNÇÃO: APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (LIMPEZA E NUTRIÇÃO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SMEC - Biblioteca Municipal e Salas da UNEMAT (Hilda Rocha)

DOTAÇÃO: 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura / 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB / 2.079 - Educação Infantil - FUNDEB 70% / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SEIS (06) APARELHOS TIPO TABLET's PARA ATENDER A DEMANDA DE TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE (ACS) QUE ALIMENTAM O SISTEMA DO E SUS EM VISITAS DOMICILIARES. "CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".**Processo Administrativo nº 044/2022. Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2022.**

CONTRATADA: EMPRESA GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, CNPJ: 77.941.490/0329-44, Avenida Severiano Neves, nº 481, Bairro Centro. CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – Mato Grosso. TEL.: (66) 3461-6007.

PRAZO DE VIGENCIA: 60 (sessenta) dias;

VALOR GLOBAL: R$ 11.394,00 (onze mil, trezentos e noventa e quatro reais)referente ao fornecimento do objeto desta Dispensa de Licitação. **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 24 inciso II, da Lei Nº 8.666/1993.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a Justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Contratos e o Parecer da Assessoria Jurídica e por se tratar de aquisição de tabletes, nos termos do artigo 26, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art.24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

São Félix do Araguaia - MT, em 18 de maio de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2022 DISPENSA Nº 014/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2022

DISPENSA Nº 014/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2022

OBJETO: **"Contratação Direta: Processo Administrativo nº XXX/2022. Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2022 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SEIS (06) APARELHOS TIPO TABLET's PARA ATENDER A DEMANDA DE TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE (ACS) QUE ALIMENTAM O SISTEMA DO E SUS EM VISITAS DOMICILIARES. "CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".**

Contratada: empresa: **GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA**

CNPJ: 77.941.490/0329-44

PRAZO DE VIGENCIA: 60 DIAS

VALOR GLOBAL**:R$ 11.394,00 (Onze mil, trezentos e noventa e quatro reais**).

Referente ao fornecimento do objeto desta dispensa 014/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso II, da Lei Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, em 18 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
PORTARIA N. º 549. 18 DE MAIO DE 2022

PORTARIA N. º 549. 18 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE SEIS (06) APARELHOS TIPO TABLET's PARA ATENDER A DEMANDA DE TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE (ACS) QUE ALIMENTAM O SISTEMA DO E SUS EM VISITAS DOMICILIARES. "CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n. ° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, **Sr: Leandro Barros Sousa**, contrato/matrícula: **4848-1,** para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 066/2022**, Processo Administrativo n. º 044 /2022, Dispensa n. º 014/2022

.

PARÁGRAFO ÚNICO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SEIS (06) APARELHOS TIPO TABLET's PARA ATENDER A DEMANDA DE TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE (ACS) QUE ALIMENTAM O SISTEMA DO E SUS EM VISITAS DOMICILIARES. "CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** Emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** Submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** Enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** Encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Félix do Araguaia - MT, 18 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
PORTARIA N. º 549. 18 DE MAIO DE 2022

PORTARIA N. º 549. 18 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO E PURIFICAÇÃO DE ÁGUA PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA – DAE, DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n. ° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, **Sra: Bruna Stéfany Pereira da Silva Souza**, contrato/matrícula: **4673-1,** para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 065/2022**, Processo Administrativo n. º038 /2022, Pregão Presencial n. º 014/2022

.

PARÁGRAFO ÚNICO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO E PURIFICAÇÃO DE ÁGUA PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA – DAE, DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** Emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** Submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** Enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** Encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Félix do Araguaia - MT, 18 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 PROCESSO ADM Nº 038/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022

PROCESSO ADM Nº 038/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO E PURIFICAÇÃO DE ÁGUA PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA – DAE, DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO.

EMPRESA:

CLORO MATO GROSSO LTDA EPP.

CNPJ: 33.687.278/0001-38.

INSC. ESTADUAL: 13.115.503-2.

Rua Cursino Francisco de Assis, nº 297, Bairro Ponte Nova.

CEP: 78.115-660 – Várzea Grande – Mato Grosso.

Vencedora dos itens 01 e 02 do Certame no valor global de **R$ 82.581,84 (Oitenta e Dois Mil, Quinhentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta e Quatro centavos).**

São Félix do Araguaia - MT, em 18 de maio de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 15/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2022 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 014/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 15/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 038/2022

PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 014/2022

Ao Décimo Oitavo dia do mês de maio de 2022, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA ,ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Avenida Araguaia 248,Centro nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 17/05/2022, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

CLORO MATO GROSSO LTDA EPP.

CNPJ: 33.687.278/0001-38.

INSC. ESTADUAL: 13.115.503-2.

Rua Cursino Francisco de Assis, nº 297, Bairro Ponte Nova.

CEP: 78.115-660 – Várzea Grande – Mato Grosso.

Vencedora dos itens 01 e 02 do Certame no valor global de **R$ 82.581,84 (Oitenta e Dois Mil, Quinhentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta e Quatro centavos).**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PREGAO PRESENCIAL PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO E PURIFICAÇÃO DE ÁGUA PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA – DAE, DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO."

DO PREÇO

O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor **Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Valor Total**: R$ 82.581,84 (Oitenta e Dois Mil, Quinhentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta e Quatro centavos).**

VIGÊNCIA: 18/05/2022 a 18/05/2023.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Órgão 02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

Unidade 05 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAE.

Projeto Atividade 2.024 – MANUTENÇÃO DE ENCARGOS C/ DPTO de ÁGUA E ESGOTO.

Despesa 086 – 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valores ofertados pela empresa vencedora do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizadas para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 18 de Maio de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, no uso de suas atribuições, torna pública a Contratação Direta: ***Processo Administrativo nº 044/2022.*** *Modalidade:* ***DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2022,TENDO COMO OBJETO:*****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SEIS (06) APARELHOS TIPO TABLET's PARA ATENDER A DEMANDA DE TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE (ACS) QUE ALIMENTAM O SISTEMA DO E SUS EM VISITAS DOMICILIARES. "CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".***Contratada: E***mpresa **GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, CNPJ: 77.941. 490/0329-44,** Avenida Severiano Neves, nº 481, Bairro Centro. CEP: 78. 670-000 – São Félix do Araguaia – Mato Grosso. TEL.: (66) 3461-6007. **PRAZO DE VIGENCIA:** 60 (sessenta) dias; **VALOR GLOBAL**: **R$ 11. 394,00 (onze mil, trezentos e noventa e quatro reais)** *referente ao fornecimento do objeto desta Dispensa de Licitação.* ***FUNDAMENTO LEGAL:*** *Artigo 24 inciso II, da Lei Nº 8.666/1993.*

São Félix do Araguaia - MT, em 18 de maio de 2022.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2022.

Autorizado por:

ROSANE DE FARIA MACIEL

Secretaria Municipal de Saúde.

Port. 482/2019.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
PORTARIA N. º 546. 17 DE MAIO DE 2022

PORTARIA N. º 546. 17 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n. ° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, **Sra: Karolina Antonio Gonçalves**, contrato/matrícula: **3079-4,** para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 064/2022**, Processo Administrativo n. º030 /2022, Pregão Presencial n. º 010/2022

.

PARÁGRAFO ÚNICO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve en-

caminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** Emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** Submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** Enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** Encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Félix do Araguaia - MT, 17 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
PORTARIA N. º 266, 09 DE MARÇO DE 2022 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA CIVIL – CONSTRUÇÃO DE MURO DA QUADRA COBERTA NO DISTRITO DE ESPIGAO DO LESTE

PORTARIA N. º 266, 09 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA CIVIL – CONSTRUÇÃO DE MURO DA QUADRA COBERTA NO DISTRITO DE ESPIGAO DO LESTE, MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT, COM EXTENSAO DE 157,68M.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor público da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sr. **LUIZ PAULO MOURA COSTA**, matrícula/contrato n.º 5003-2, CREA n.º 1013584961 DGO para exercer a função de Fiscal da execução do **Contrato n. º 031/2022, Processo Licitatório n. º 014/2022, Tomada de Preço n. º 002/2022**.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

CPF do Fiscal:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
ORDEM PARA INICIO DA OBRA - CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY DE GRAMA - EMPRESA NYOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

ORDEM PARA INICIO DA OBRA

O **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**, com sede à Av. Araguaia nº. 248 - Centro, São Félix do Araguaia - MT - Inscrito no CNPJ sob Nº 03.918.869/0001-08, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, com base no Processo Licitatório n. º 034/2022, Tomada de Preço n. º 03/2022, Contrato n. º 063/2022, **AUTORIZA** a Empresa **NYOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 21.569.426/0001-30, estabelecida a Rua I , Bairro Vila Santa Helena , CEP: 74.555-050 – Goiania – GO, representada neste ato por direto **FAUZI JABER NETO** portador do RG nº 06078467024 CPTC-GO e do CPF n.º 027.352.861-00, a dar início à execução da obra civil, sendo: CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY DE GRAMA SINTETICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL – CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY DE GRAMA SINTETICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, A CONSTRUÇÃO ABRANGERÁ UMA ÁREA TOTAL DE 1.219,05M². CONVÊNIO Nº 0996/2021 JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – FUNDED – MT E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO.

Ademais, o prazo previsto no contrato, contar-se-á desta data.

São Félix do Araguaia – MT, 18 de maio de 2022

PREFEITURA DE SAO FÉLIX DO ARAGUAIA- MT JANAILZA TAVEIRA LEITE	**NYOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** FAUZI JABER NETO

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 PROCESSO ADM Nº 030/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

PROCESSO ADM Nº 030/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, conforme especificações do ANEXO I do Edital do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2022.

EMPRESA:

M B R COUTINHO - SUPERMERCADO.

CNPJ: 32.490.863/0001-80.

Avenida Severiano Neves, s/nº, Bairro Centro.

CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT.

E-mail: p.coutinho.empresa@gmail.com

Vencedora do item 01 do certame no valor global de **R$ 87.300,00 (Oitenta e Sete Mil, Trezentos Reais).**

São Félix do Araguaia - MT, em 17 de maio de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 14/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 14/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 030/2022

PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2022

Ao Décimo Sétimo dia do mês de abril de 2022, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA ,ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Avenida Araguaia 248,Centro nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 16/05/2022, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

M B R COUTINHO - SUPERMERCADO.

CNPJ: 32.490.863/0001-80.

Avenida Severiano Neves, s/nº, Bairro Centro.

CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT.

E-mail: p.coutinho.empresa@gmail.com

Vencedora do item 01 do certame no valor global de **R$ 87.300,00 (Oitenta e Sete Mil, Trezentos Reais).**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, conforme especificações do ANEXO I do Edital do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2022.

.

DO PREÇO

O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor **Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Valor total: R$ 87.300,00 (Oitenta e Sete Mil, Trezentos Reais).

VIGÊNCIA: 17/05/2022 a 17/05/2023.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social;

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Assistência Social;

Projeto Atividade: *2064 – Distribuições de Cesta Básica;*

Elemento Despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita;

Despesa: 375 e 376;

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valores ofertados pela empresa vencedora do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizadas para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 17 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
PORTARIA N. º 548, 18 DE MAIO DE 2022 - EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO N. º 063/2022 - LUIZ PAULO MOURA COSTA

PORTARIA N. º 548, 18 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA CIVIL CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY DE GRAMA SINTETICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, A CONSTRUÇÃO ABRANGERÁ UMA ÁREA TOTAL DE 1.219,05M². CONVÊNIO Nº 0996/2021 JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – FUNDED – MT E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor público da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sr. **LUIZ PAULO MOURA COSTA**, matrícula/contrato n.º 5003-2, CREA n.º 1013584961 DGO para exercer a função de Fiscal da execução do **Contrato n. º 063/2022, Processo Licitatório n. º 034/2022, Tomada de Preço n. º 03/2022**.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

CPF do Fiscal:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PSS Nº 01/2021 - 34ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E/OU CLASSIFICADOS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 46 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

Dispõe sobre a **34ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, **considerando:**

I - o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

II - o interesse público e a necessidade da Administração;

III - a divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, via do Edital Complementar nº 10, de 10/01/2022;

IV - a publicação do Edital Complementar nº 10 no Diário Oficial Municipal em 11/01/2022, Edição 3.895 – ANO XVII – Páginas 507-616, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

V - o disposto no Decreto Municipal nº 4/2022, de 12/01/2022, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021; e

VI - a publicação do Decreto nº 4/2022 no Diário Oficial Municipal em 13/01/2022, Edição 3.897 – ANO XVII – Página 335, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, **até o dia 25 de maio de 2022 (25/05/2022)**, no horário oficial de Brasília, das 14h30min às 17h30min.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, que estão transcritos no **Anexo II** deste Edital.

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 4/2022 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 18 de maio de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 46 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
JENNIFER CURVINA ALMEIDA	Engenheiro Agrônomo	Secretaria Municipal de Agricultura	2ª

==========

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 46 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021

TRANSCRIÇÃO DO ITEM 11 DO EDITAL DE ABERTURA E DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. Por ocasião da contratação, serão **exigidos** do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado: **11.1.1.** Cumprir todas as determinações do presente Edital;

11.1.2. Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

11.1.3. Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

11.1.4. Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

11.1.5. Original de documento oficial de identificação com fotografia;

11.1.6. Original do Cadastro Pessoa Física (CPF);

11.1.7. Original de Título de Eleitor;

11.1.8. Original do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

11.1.9. Original do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

11.1.10. Original de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

11.1.11. Original do CPF, Identidade e Certidão de Nascimento dos **filhos**, ou no mínimo a Certidão de Nascimento, caso ainda não tenham Identidade e CPF;

11.1.12. Original do RG, CPF, Título de Eleitor e Certidão da Nascimento/Casamento do **cônjuge ou convivente**;

11.1.13. Original do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

11.1.14. Original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou arquivo impresso da Carteira de Trabalho Digital;

11.1.15. Original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em vigor, na categoria "D", para a função de Agente Operacional (Motorista de Transporte Escolar), ou a categoria mínima para outros condutores, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

11.1.16. Original de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

11.1.17. Original do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

11.1.18. Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

11.1.18.1. Original da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

11.1.18.2. Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

11.1.19. Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

11.1.19.1. Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

11.1.19.2. Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

11.1.20. Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

11.1.21. Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

11.1.22. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

11.1.23. Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

11.1.24. Documento que comprove conta corrente ou poupança, sendo:

11.1.24.1. Necessariamente no Banco do Brasil (Conta Corrente), para contratos a serem pagos com recursos do FUNDEB; e

11.1.24.2. Preferencialmente no Banco do Brasil, para os demais casos.

11.1.25. Apresentar Certidões Negativas Criminais de 1º e 2º graus das justiças estadual e federal, mantendo essa condição até o término do contrato ou seus eventuais aditivos, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

11.1.26. Para TODAS as funções previstas neste Edital, será obrigatório apresentar, no ato da contratação, o **"Passaporte da Vacina",** indicando estar imunizado contra a COVID-19, sendo que a recusa em apresentar tal documento implica na perda da vaga, ressalvados os casos com expressa recomendação médica, documentalmente comprovada.

11.1.26.1. O passaporte da vacina pode ser obtido no site do sistema SUS https://conectesus.saude.gov.br/home;

11.1.26.2. Caso o sistema não esteja atualizado, obter declaração junto à Secretaria de Saúde de sua cidade; ou

11.1.26.3. Apresentação da Carteira de Saúde (original e cópia), onde constem as vacinas recebidas para combate à Covid-19.

11.1.27. Para as funções de Motoristas de Ambulância, de Trator de Pneus, de Caminhão ou veículos menores, e ainda para Operadores de Máquinas Pesadas, além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.27.1. Comprovar experiência mínima de 1 (um) ano, através de apresentação de contrato assinado com empresas privadas ou com órgãos públicos, ou ainda com registro próprio na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não sendo aceitas simples declarações de terceiros; ou

11.1.27.2. Submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** que será regulamentada posteriormente, e aplicada por profissionais do próprio Município.

11.1.27.3. O Município, a seu critério, poderá submeter o profissional à prova prática, ainda que este comprove a experiência mínima exigida.

11.1.28. Para as funções de **Motoristas que transportem escolares** ou que transportem o **público usuário da assistência social** (cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos), além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.28.1. Comprovar experiência mínima de 1 (um) ano, através de apresentação de contrato assinado com empresas privadas ou com órgãos públicos, ou ainda com registro próprio na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não sendo aceitas simples declarações de terceiros; ou

11.1.28.2. Submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** que será regulamentada posteriormente, e aplicada por profissionais do próprio Município.

11.1.28.3. O Município, a seu critério, poderá submeter o profissional à prova prática, ainda que este comprove a experiência mínima exigida.

11.1.28.4. No caso do **Motorista de Transporte Escolar**, apresentar comprovante de Curso para Condutores de Transporte Escolar, dentro da validade.

11.1.28.5. Nas rotas de transporte escolar, no retorno dos alunos para suas residências, o veículo deverá permanecer no ponto final.

11.1.29. Para a função de **Apoio Administrativo Escolar (Nutrição),** deverão ser apresentados, previamente à contratação, os seguintes exames:

11.1.29.1. Exame de fezes (coprocultura e coproparasitológico), com Avaliação de Resultado **Negativo**;

11.1.29.2. Exame de sangue (hemograma e VDRL), com Avaliação de Resultado **Não Reagente**;

11.1.29.3. Carteira de Saúde emitida pela Vigilância Sanitária ou Atestado médico sobre as condições de saúde com Avaliação de Resultado **Apto**; e

11.1.29.4. Cópia da Carteira de Vacinação.

11.2. Entre 90 (noventa) e 180 (cento e oitenta) dias de transcurso do contrato decorrente deste Processo Seletivo Simplificado, o contratado será submetido à **Avaliação de Desempenho Funcional,** de forma análoga aos servidores efetivos, sendo que:

11.2.1. Haverá rescisão contratual antecipada imediata, por iniciativa da Administração, com pagamento das verbas rescisórias proporcionais ao tempo trabalhado, caso o contratado obtenha média inferior a 70% (setenta por cento) na referida avaliação; e

11.2.2. Todo o contratado estará sujeito à Avaliação de Desempenho Funcional, independentemente de ser ou não seu primeiro vínculo contratual com o Município.

11.3. A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 29/2022 - DE 18 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a Instauração de Processo de Sindicância Nº001/2022, Designa a respectiva Comissão e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Determinar a instauração de Processo de Sindicância Nº001/2022 em relação ao fato ocorrido no dia 18/04/2022, com o veículo Fiat UNO AT TRACTIVE da Prefeitura Municipal, conforme consta a C.I e B.O. em anexo.

ARTIGO 2º - Ficam designados a compor a comissão processante os servidores:

PRESIDENTE DA COMISSÃO:

Luciene Leite da Silva Freitas

SECRETÁRIO DA COMISSÃO:

Mara Cristina Moreira Cavalheiro

MEMBRO DA COMISSÃO:

Aristóteles Alves

ARTIGO 3º - Caberá a Comissão Sindicante, na forma de lei vigente, assegurar o princípio da ampla defesa e do contraditório, apurar os fatos e apresentar, no prazo de 30(trinta) dias, relatório que contenha a apreciação do fato ocorrido.

ARTIGO 4º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 18 de Maio de 2022

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 28/2022 - DE 18 DE MAIO DE 2022

Nomeia os membros para a Comissão de Aplicação e Execução de Teste Seletivo para a Contratação Temporária de BIBLIOTECÁRIO (A), JARDINEIRO(A), MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PROFESSOR - PEDAGOGO(A) E TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIP. DE INFORMÁTICA desta Prefeitura Municipal e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear os membros da Comissão de Aplicação e Execução de Teste Seletivo para a Contratação de da Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT. Conforme Edital nº001/2022- Seletivo nº001/2022.

ARTIGO 2º- A Comissão será composta de 01 (Presidente) e 05 membros, como segue.

PRESIDENTE:

Oldair José Tavares Pereira

MEMBROS:

I- Renata Leão Gomes

II- Julio Cesar de Souza Oliveira

III- Juliana da Silva dos Santos

COMISSÃO PARA PROVA PRÁTICA DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS:

I Allis Gonçalves de Souza

II Handerson Missias dos Santos

ARTIGO 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 18 de Maio de 2022;

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 30/2022

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **3/2022**, por ordem do Senhor **IVANILDO VILELA DA SILVA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8. 666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: J.L. GROSSI LTDA, CNPJ nº 36.902.153/0001-71, no valor GLOBAL de R$ 17.595,00 (Dezessete Mil, e Quinhentos e Noventa e Cinco Reais.)**.

Objeto: Prestação de serviços de limpa fossa para atender para atender a secretaria de obras e Infraestrutura .

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 18 de Maio de 2022.

Ivanildo Vilela da Silva

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

PCL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO ADESÃO Nº. 4/2022

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **2/2022**, por ordem do Senhor **IVANILDO VILELA DA SILVA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8. 666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: ATHOS TERCEIRIZAÇÕES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 32. 545.861/0001-41, no valor TOTAL de R$ 389.850,00 (Trezentos e Oitenta e Nove Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT,18 de Maio de 2022.

Ivanildo Vilela da Silva

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

PCL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2022 PARA DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL Nº. 01/2022

A Secretaria de Administração do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado pela Lei Municipal de nº. 517/2012 de 09 de abril de 2012, regidos pelas normas constantes neste Edital. Considerando-se a urgente necessidade temporária de se suprir demandas do serviço público municipal em suas diversas secretarias municipais, torna público a todos os interessados a realização de Teste Seletivo para preenchimento temporário.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O processo seletivo simplificado para contratação temporária será regido por este Edital e coordenado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

1.2 – O cargo, vagas disponíveis, carga horária, remunerações, pré-requisitos e atribuições dos cargos serão aqueles informados no Anexo I deste Edital.

1.3 – Os requisitos situados no item **2.0 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO** deste Edital deverão ser atendidos e comprovados na data da nomeação.

1.4 – Este Seletivo será realizado mediante aplicação de prova de caráter classificatório e eliminatório. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanharem as publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Seletivo, ao quais serão publicados no www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, www.saojosedopovo.mt.gov.br e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, Hospital Municipal e na Câmara Municipal.

1.5 – O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Povo, situada na Rua José Salmem Hanze – 924 Centro – São José do Povo - MT, **no horário das 12:00 ás 17:00hs**, informações pelo telefone **66 3494-1113** ou **66 3494-1137**.

1.6 – Integram a este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Das Vagas.

Anexo II – Cronograma.

Anexo III – Conteúdo Programático

Anexo IV – Planilha de Prova Prática

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2 – Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

2.3 – Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da designação e/ ou contratação;

2.4 – Apresentar os documentos pessoais e comprovantes de endereço atualizado;

2.5 – Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1 – A inscrição deverá ser efetuada por meio de entrega da ficha de inscrição que será preenchida no ato da inscrição pelo participante e entregue junto com cópia de documento pessoal com foto no período de **20 de Maio de 2022 a 26 de Maio de 2022** horas, **das 12:00 as 17:00 horas**, na Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT, situada na Rua: José Salmem Hanze – 924 Centro, São José do Povo-MT, na Secretaria de Administração.

3.2 – Será cobrado a título de inscrição de R$ 35,00 (Nível Superior) +Taxa de serviços a título de inscrição (R$ 4,10) e R$ 25,00 + Taxa de serviços a título de inscrição (R$ 4,10) para os demais cargos.

3.3 - Estão isentos do valor de inscrição e taxa as pessoas de baixa renda inscritas no CadÚnico.

3.4 - Não serão aceitas inscrições via fax e via postal.

3.5 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Processo Seletivo o direito de excluir do processo seletivo simplificado as fichas de inscrição que não estiverem de acordo, preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.6 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

3.7 - No ato da inscrição não serão verificados os comprovantes das condições da participação. No entanto, o candidato que não as satisfizer será eliminado do processo seletivo.

4 – DAS PROVAS:

4.1 - Os candidatos deverão apresentar-se para a realização das provas documento de identificação, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início, sendo considerado eliminado o candidato.

4.2 - A prova objetiva, será realizada no dia 21 de Maio de 2022, no período matutino, na Escola Municipal Prof. Sebastião Gomes de Oliveira, localizada à MT 470, nesta cidade, no horário das 08:00 às 11:00 horas, a prova será objetiva e será composta de 20 (vinte) questões de acordo com o conteúdo programático (anexo III), todas de múltipla escolha, contendo quatro alternativas do tipo (a, b, c, d) e somente uma correta, atribuindo-lhe o valor de 1,00 (um ponto), para cada questão correta, totalizando 20 (vinte) pontos.

4.3 – A prova de teste prático, nos termos do anexo IV, será composta de 03 testes com notas de 01 a 05 cada, onde será analisada a aptidão dos candidatos nos seguintes critérios: teste 01: verificação do veículo; teste 02: verificação do comando; teste 03: desempenho de serviço na área.

4.4 – Para classificação final serão somadas as notas da prova objetiva e prática.

4.5 Os candidatos ao cargo de Operador de máquinas pesadas deverão comparecer a Secretaria de Obras – para a realização da prova prática de direção veicular no dia 22 de Maio de 2022, as 09:00h, munidos de documento de identificação.

4.5.1. Não participará da prova prática o candidato que não realizar a prova objetiva.

4.5.2. Os candidatos inscritos serão chamados por ordem alfabética para a realização das provas práticas.

4.6.1. Os candidatos somente poderão acessar as dependências do local de realização de provas mediante a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação.

4.6.2. O acesso às dependências ao local de realização de provas somente será permitido: aos candidatos, Comissão Organizadora, Fiscais.

4.7.3. Nenhum candidato poderá adentrar o local de realização de provas se apresentar sinais de embriaguez.

4.7.4. Não será permitida a entrada do candidato que se apresentar após o horário determinado nos itens 4.2 e 4.3 deste Edital.

4.8. Fica terminantemente proibido aos candidatos, durante o período destinado a realização das provas objetivas, o uso de bonés, óculos de sol, chapéus, relógios, etc.

4.9.Os fiscais de provas não se responsabilizarão pela guarda de nenhum objeto dos candidatos.

4.10. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados neste Edital.

4.10.1.A ausência do candidato para a realização das provas objetivas implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado 01/2022, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade para sua realização.

4.11.Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 30 (trinta) minutos de seu início;

4.11.1.Às lactantes será permitida a amamentação, todavia, não será aumentado o tempo total para a realização das provas.

4.11.2.A candidata lactante deverá informar no ato da inscrição a sua condição para que a Comissão Organizadora providencie local apropriado para amamentação.

4.11.3.O período para a amamentação será acompanhado integralmente por uma coordenadora de ambiente e Fiscal de Sala.

4.11.4. A criança será conduzida do portão do local de realização de provas até a sala de amamentação por uma coordenadora de ambiente.

4.12 - Os candidatos deverão assinalar o cartão resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital, tais como, dupla marcação, marcação rasurada ou emenda.

Não será permitido o ingresso do candidato no local da prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

4.13 - Não será permitido o uso de qualquer material bibliográfico, celular ou congêneres durante a prova, nem qualquer comunicação com outro candidato.

4.14 – Em caso de empate na pontuação final, será considerado como critérios de desempate**:**

b) o candidato de maior idade;

c) quantidade de acertos na disciplina de português.

5 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

5.1 – Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no mural da Prefeitura Municipal de São José do Povo, no Site da Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT, no mural da Câmara Municipal de São Jose do Povo-MT e no diário oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso - AMM. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.

5.2 – A convocação para designação e/ou contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.

5.3 – O candidato que não comparecer no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente. Esse prazo poderá ser prorrogável uma única vez no interessa da Administração Pública.

6 – DOS RECURSOS

6.1 - Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, em impresso próprio, entregue sob protocolo pelo próprio candidato, ou procurador legalmente habilitado, devidamente fundamentado, constando o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.

6.2 - O prazo para interposição de recursos obedecerá ao disposto no anexo II deste edital.

6.3 - Admitido o recurso, caberá a Procuradoria Jurídica manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada ao candidato por telefone informado pelo candidato na inscrição, e disponibilizado cópia no prazo de 01 (um) dia útil nesta secretaria, sem prejuízo da publicação no mural da Prefeitura Municipal.

7 – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO

7.1 – Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

7.2 – O Regime Jurídico de contratação será por tempo determinado de **ATÉ 01 (UM) ANO**, podendo ser prorrogado pelo mesmo prazo (Lei Municipal n. 517/2012).

8 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

8.1 – A contratação dar-se-á com a assinatura do Prefeito Municipal.

8.2 -- Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

8.3 – Documentos autenticados a serem apresentados na convocação para a contratação:

Cópia do RG e CPF

Carteira Nacional de Habilitação (Cargo de Motorista e Operador de Máquinas Pesadas)

Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral,

Comprovante de escolaridade (diploma ou histórico acompanhando de declaração de conclusão pela entidade),

Declaração de não acúmulo ilegal de cargos ou empregos públicos,

Declaração de bens,

Número do Pis/Pasep,

Número de conta bancaria.

Comprovante de residência atual,

Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia do RG e CPF do cônjuge),

Certidão de Nascimento de dependentes se for o caso,

Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino,

Carteira de trabalho – CTPS (parte da foto e data de expedição) – (comprovante de experiência profissional, caso possua),

Exame médico admissional.

8.4 – São condições para a designação e/ou contratação:

a) Ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;

b) Apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 8.3 deste edital.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo simplificado contido neste Edital.

9.2 – A aprovação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de designação e/ ou contratação aos candidatos classificados, sendo obrigatória somente à contratação dos candidatos aprovados dentro do numero de vagas.

9.3 – É reservado a cada Secretaria Municipal o direito de proceder à designação e /ou contrato administrativo dos classificados, em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades.

9.4 – Os casos omissos no presente neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, se necessário, encaminhados a Assessoria Jurídica.

9.5 – Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no site da prefeitura e quadros de aviso.

9.6 – Os contratos regidos por este edital findam-se no prazo de 01 (um) ano, podendo ser renovado em igual prazo.

9.7 – O processo seletivo tem validade de 1(um) ano, contando a partir da data da homologação do presente processo seletivo.

São José do Povo-MT, 18 de Maio de 2022.

ANEXO I – DAS VAGAS

Nº	CARGOS	REQUESITOS	TIPOS DE PROVA	REMUNERAÇÃO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS
01	BIBLIOTECÁRIO (A)	Ensino superior completo em Biblioteconomia e registro no respectivo Conselho Profissional	PROVA OBJETIVA	R$ 2.413,36	35H	CR
02	JARDINEIRO(A)	Ensino Fundamental Completo	PROVA OBJETIVA	R$ 1.212,00	40H	CR

03	MOTORISTA	Ensino fundamental completo e carteira nacional de habilitação na categoria “C”, “D” ou “E”.	PROVA OBJETIVA	R$ 1.430,15	40H	CR
04	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	Ensino fundamental completo e carteira nacional de habilitação na categoria “C”,”D” ou “E”.	PROVA OBJETIVA + PRÁTICA	R$ 1.966,43	40H	CR
05	PROFESSOR - PEDAGOGO(A)	Ensino Superior Completo em Pedagogia.	PROVA OBJETIVA	R$ 3.388,34	30H	CR

OBS: NÃO PREVISÃO DE VAGAS PARA PNE, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 114/2002 (NÃO ATINGINDO PERCENTUAL MINIMO).

ATRIBUIÇÕES

BIBLIOTECÁRIO(A)	Difundir a importância da leitura e os benefícios do uso da informação. Formular e implementar políticas para o desenvolvimento de serviços da biblioteca. Promover treinamento da equipe da biblioteca. Orientar o usuário para leitura e pesquisa. Processar o acervo, através de técnicas biblioteconômicas. Oferecer orientação sobre o funcionamento da biblioteca. Prestar atendimento aos usuários. Executar a política de seleção e aquisição de acervo. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.
JARDINEIRO(A)	Preparar a terra, escavando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais. Efetuar a poda das plantas, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras apropriadas para assegurar o desenvolvimento das mesmas. Efetuar o plantio de sementes e mudas, colocando-as em covas previamente preparadas no canteiro, para obter a germinação e o enraizamento. Efetuar a formação de novos jardins e gramados, renovando-lhes as partes danificadas, transplantando mudas erradicando ervas daninhas e procedendo a limpeza dos mesmos, para mantê-los em bom estado de conservação; Preparar canteiros, colocando anteparos de madeira e de outros materiais, seguindo os contornos estabelecidos para manter a estética dos locais. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das demandas e necessidades internas e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.
MOTORISTA	Dirigir veículos motorizados na categoria carro e caminhão, utilizados para transporte de passageiros e de carga. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Informar-se sobre o itinerário. Abastecer os veículos, controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação de veículos, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Manter sua habilitação sempre em ordem. Restituir à Prefeitura os valores referentes à multas de trânsito ocasionadas, bem como ressarcir eventuais danos causados aos veículos. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das demandas e necessidades internas e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	Operar veículos motorizados especiais de pequeno e médio grande porte, tais como pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira, providos de caçamba móvel, pá de comando hidráulico, dispositivo escavador, lâmina frontal, rolo compressor, guindaste e outros. Operar veículos motorizados especiais, tais como trator de esteira e motoniveladora e providos de caçamba móvel, pá de comando hidráulico, dispositivo escavador, lâmina frontal, rolo compressor, guindaste e outros. Abrir valetas e cortar taludes. Proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes. Realizar trabalhos em terras agrícolas obedecendo às especificações técnicas. Realizar a remoção de entulhos em vias públicas. Efetuar a manutenção das máquinas, abastecendo e lubrificando-a. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Manter sua habilitação sempre em ordem. Restituir à Prefeitura os valores referentes à multas de trânsito ocasionadas, bem como ressarcir eventuais danos causados aos veículos. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das demandas e necessidades internas e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.
PROFESSOR - PEDAGOGO(A)	Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva, no caso específico de docência; Controlar e avaliar o rendimento escolar; Executar tarefas de reforço de aprendizagem de alunos. Participar de reuniões de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; e Participar das ações administrativas e das interações educativas com a comunidade.

Anexo II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESIGNAÇÃO E

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº

01/2022

ANEXO II – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2022

EVENTO	DATA
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	18 de Maio
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	20 de Maio a 26 de Maio
HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS	27 de Maio

PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS QUANTO A LISTA DE INSCRITOS	30 e 31 de Maio
DIVULGAÇÃO FINAL DA LISTA DE INSCRITOS	31 de Maio
APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA	04 de Junho (período matutino)
APLICAÇÃO DA PROVA PRATICA	04 de Junho (período vespertino)
DIVULGAÇÃO DO GABARITO	06 de Junho
RECURSO CONTRA O GABARITO	07 de Junho
DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL	08 de Junho
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E PRATICA	08 de Junho
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS QUANTO A CLASSIFICAÇÃO	09 de Junho
HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	10 de Junho

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARA TODAS AS VAGAS DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

BIBLIOTECÁRIO (A):

1. Conceitos básicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2. Ética profissional; 3. Biblioteca Pública, Biblioteca Escolar, Biblioteca Universitária, Biblioteca Especializada; 4. Planejamento do espaço físico; 5. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções: seleção, aquisição e descarte; 6. Avaliação de coleções; 7. Tipologia, fatores e critérios que afetam a formação e desenvolvimento dos acervos; 8. Intercâmbio entre bibliotecas; 9. Direitos autorais; 10. Conservação e restauração de documentos; 11. Tipologia e finalidade das fontes bibliográficas; 12. Critérios de avaliação de obras de referência em geral; 13. Utilização de fontes de informação: enciclopédias, dicionários, ementários, bibliografias, diretórios, anais, guias bibliográficos; 14. Normas técnicas para a área de documentação: referência bibliográfica (ABNT – NBR 6023); 15. Indexação: conceito, definição, linguagens documentárias, descritores, processos de indexação, tipos de indexação; 16. Resumos e índices: tipos e funções; 17. Classificação Decimal Universal (CDU): estrutura, princípios e índices principais e emprego das tabelas auxiliares. Catalogação (AACR-2), catalogação descritiva, entradas e cabeçalhos; catalogação de multimeios; 18. Planejamento e elaboração de bibliografia Técnicas de pesquisa, recuperação e disseminação da informação; 19. Comutação bibliográfica. ISBD; 20. Catalogação cooperativa: programas nacionais e internacionais. Controle Bibliográfico Universal. Conversão retrospectiva. Conceito do FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos; 21. Tipologia das Linguagens Documentárias: sistemas de classificação bibliográfica e classificações facetadas. CDD e CDU; 22. Indexação: conceitos, características e linguagens; 23. Descritores, cabeçalhos de assunto, vocabulário controlado e Tesaurus; 24. Leis de incentivo à Cultura: Rouanet, Audiovisual, Mendonça; 25. Bibliotecas digitais

PROFESSOR PEDAGOGIA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96. 2. Tendências Pedagógicas da Educação Liberais e Progressistas). 3. Psicologia Genética (Piaget). 4. Teoria Sócio-construtivista (Vygotsky). 5. Henri Wallon – O desenvolvimento infantil. 6. A Psicogênese da Escrita. 7. O Projeto Político Pedagógico da Escola. 8- Filosofia e Educação: As concepções da educação, Os grandes pensadores em educação, Pensadores modernos e pós-modernos da educação. 9- Sociologia da comunicação: pressupostos (paradigmas sociológicos: Marx, Durkheim, Weber. 10. Parâmetros Curriculares Nacionais (séries iniciais e referencias da educação infantil). 11. Prática Educativa Interdisciplinar e Transdisciplinar. 12. A Literatura Infantil na Escola. 13. Educação e Ludicidade. 14. Educação Inclusiva (aspectos étnicos, culturais e raciais). 15. Educação Inclusiva sob a perspectiva da Educação Especial. 16. Avaliação Escolar sob uma perspectiva construtivista. 17. Pedagogia Libertadora (Paulo Freire). 18. Tecnologias, Informática e Educação. 19. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. 20- Escola organizada por ciclos de formação humana; Escola em ciclos e avaliação da aprendizagem.

PARA TODOS OS DEMAIS CARGOS

LINGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Código de Trânsito Brasileiro: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regra de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias. Legislação de Trânsito: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; Dos equipamentos obrigatórios; Dos Documentos de Porte Obrigatório; Da Habilitação; Das Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Das Infrações. Sinalização de Trânsito: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto

de Sinais de Advertência; Placas de Indicação. Direção Defensiva: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes. Primeiros Socorros: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. Noções de Mecânica: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi. Conhecimentos Específicos - Conhecimentos Práticos da Máquina: Operação. Preparativos para funcionamento da Máquina; Parada do Motor; Painel de controle; Combustível, fluidos e lubrificantes; Compartimento do Operador; Principais controles de Operação; Controles da caixa de mudanças; Instruções para o manejo da máquina. Manutenção e Lubrificação: Principais pontos de lubrificação; Tabelas de manutenção periódica; Sistema de arrefecimento do motor; (radiador, correias, bomba d'água). Sistema de Combustível. Sistema Elétrico. Sistema de Frenagem. Sistema de Lubrificação do Motor. Sistema de Purificação de ar do motor. Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção da Máquina; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Direção; Freios; Pneus. Tipos de Máquinas Pesadas.

MOTORISTA

Código de Trânsito Brasileiro: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regra de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias. Legislação de Trânsito: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; Dos equipamentos obrigatórios; Dos Documentos de Porte Obrigatório; Da Habilitação; Das Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Das Infrações. Sinalização de Trânsito: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação. Direção Defensiva: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes. Primeiros Socorros: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. Noções de Mecânica: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi. Conhecimentos Específicos - Conhecimentos Práticos da Máquina: Operação. Preparativos para funcionamento da Máquina; Parada do Motor; Painel de controle; Combustível, fluidos e lubrificantes; Compartimento do Operador; Principais controles de Operação; Controles da caixa de mudanças; Instruções para o manejo da máquina. Manutenção e Lubrificação: Principais pontos de lubrificação; Tabelas de manutenção periódica; Sistema de arrefecimento do motor; (radiador, correias, bomba d'água). Sistema de Combustível. Sistema Elétrico. Sistema de Frenagem. Sistema de Lubrificação do Motor. Sistema de Purificação de ar do motor. Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção da Máquina; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Direção; Freios; Pneus..

ANEXO IV

PLANILHA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

1. Na Prova Prática será exigida CNH (carteira Nacional de Habilitação), conforme a categoria exigida no edital do Processo Seletivo do Município de São José do Povo (MT).

Não participará da prova prática o candidato que não realizar a prova objetiva em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados neste Edital. A ausência do candidato para a realização das provas objetivas implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado 01/2022, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade para sua realização.

A prova prática de direção veicular será realizada no dia **04 de Junho de 2022**, na Secretaria de Obras, localizada à MT 470, nesta cidade, no horário às 13h30min. Os candidatos deverão apresentar-se para a realização das provas 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início. Os candidatos somente poderão acessar as dependências do local de realização de provas mediante a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação.

Os candidatos inscritos serão chamados por ordem alfabética para a realização das provas práticas.

O acesso às dependências ao local de realização de provas somente será permitido: aos candidatos, Comissão Organizadora, Fiscais.

Nenhum candidato poderá adentrar o local de realização de provas apresentando sinais de embriaguez.

Não será permitida a entrada do candidato que se apresentar após o horário determinado.

2. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, com maquinário especifico tempo máximo de 40 (quarenta) minutos para a prova.

3. Na Prova Prática Para Motorista e Operador de Máquinas Pesadas:

Para definir a pontuação o avaliador tomará como referência o tempo de execução do teste, verificação do veículo e as habilidades ao dirigir ou operar, com observância nas possíveis faltas (eliminatórias, graves, médias e leves) a serem cometidas pelo candidato no percurso realizado. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste e não conclua satisfatoriamente referida prova, será considerado inapto.

4. Fatores a serem avaliados:

01	MUITO FRACO
02	FRACO
03	REGULAR
04	BOM
05	MUITO BOM

Teste 1 - Verificação do Veículo (pneus, água, óleo, bateria e painel).						
Notas atribuídas de 01 a 05 pontos:	01	02	03	04	05	
JUSTIFICATIVA DA NOTA:						

Teste 2 - (conhecimentos do comando)						
Notas atribuídas de 01 a 05 pontos:	01	02	03	04	05	
JUSTIFICATIVA DA NOTA:						

Teste 3 – (Desempenho de serviço na área)

Notas atribuídas de 01 a 05 pontos:	01	02	03	04	05	
JUSTIFICATIVA DA NOTA:						

*Observação – Habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito;

O candidato deve operar o veículo/maquina de forma adequada, partindo do local em que se encontra sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

De acordo:

_____

Assinatura do Candidato

Hora da Avaliação:_____

Avaliador 1: _____

Avaliador 2: _____

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2022 PARA DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 01/2022

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº. da Inscrição_____

CANDIDATO (A) AO CARGO DE: _____

Nome do Candidato: _____

Identidade:_____-_____Órgãoxpedidor:_____

C.P.F.: _____

Endereço:_____ Nº_____ Bairro: _____ Município _____ UF:____

Tel: ( ) _____Celular: ( )_____

Observações: Preencha, em letra legível, os campos destinados ao candidato. Se necessário, faça cópia desta folha para completar sua relação.

Anexar junto cópia de documento com foto.

SÃO JOSÉ DO POVO – MT;..... DE ..... DE 2022.

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 285/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 45/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS** e **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 17/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
45/ 2022	COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL LTDA	37.479.359/ 0001-01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 297/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 148/2021, 149/2021, 150/2021, 151/2021, 152/2021, 153/2021, 154/2021, 155/2021, 156/2021, 157/2021, 158/2021, 159/2021, 160/2021 e 161/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO e KELJA SILVA DE ASSIS**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 030/2021:

ATA	EMPRESA	CNPJ
148/ 2021	STUDIO COM. ATAC. DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	08.710.871/ 0001-00
149/ 2021	LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRE	22.328.534/ 0001-84
150/ 2021	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS	65.149.197/ 0002-51
151/ 2021	OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP	00.789.321/ 0001-17
152/ 2021	ANTONIA DE PAULA BONFIM	32.154.542/ 0001-05
153/ 2021	BRENDON DAMASCENO SIMOA	34.494.895/ 0001-80

154/2021	EGC COMERCIO E ATACADISTA DE INFORMÁTICA E ELETROELETRONICOS EIRELI	31.768.037/0001-98
155/2021	LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	13.201.732/0001-91
156/2021	LUCAS C. RUBEL	22.246.173/0001-27
157/2021	PABLO EDUARDO FERREIRA MAROLLA – MEI	41.994.171/0001-60
158/2021	R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS	54.561.071/0001-92
159/2021	SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	08.784.976/0002-95
160/2021	TECHNO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ELETRÔNICOS LTDA	41.011.821/0001-00
161/2021	MAXXI COMÉRCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS EIRELI	15.162.981/0001-40

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 298/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 142/2021, 143/2021, 144/2021 E 145/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS** e **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 018/2021:

ATA	EMPRESA	CNPJ
142/2021	4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA – ME	13.278.238/0001-25
143/2021	ELITON CARLOS ZARDO – ME	18.370.843/0001-45
144/2021	ALMIR HENRIQUE COIMBRA LIMA SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS	19.351.670/0001-80
145/2021	AGILIZA INDUSTRIA COM. GRÁFICA E EDITORA EIRELI	08.866.744/0001-03

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 294/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 076/20222.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS** e **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 02/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
076/2022	A. C. LOQUETI HOTEL LTDA	37.077.455/0001-15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 299/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 146/2021 E 147/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO** e **KELJA SILVA DE ASSIS**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 036/2021:

ATA	EMPRESA	CNPJ
146/2021	OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP	00.789.321/0001-17
147/2021	VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA	17.417.928/0001-79

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 296/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 105/2021, 106/2021, 107/2021, 108/2021, 109/2021, 110/2021, 111/2021, 112/2021, 113/2021, 114/2021, 115/201, 116/2021, 117/2021, 118/2021, 119/2021, 120/2021, 121/2021, 122/2021, 123/2021, 124/2021, 125/2021, 126/2021 E 127/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **ELIANE ALVES PEREIRA e KELJA SILVA DE ASSIS**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 022/2021:

ATA	EMPRESA	CNPJ
105/2021	COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL	37.479.359/0001-01
106/2021	COMERCIAL LUAR LTDA – ME	02.545.557/0001-33
107/2021	ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS – ME	05.774.463/0001-24
108/2021	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI – EPP	19.808.881/0001-08
109/2021	MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI	26.148.070/0001-85
110/2021	SINOMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	10.317.320/0001-23
111/2021	MUNDIAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI	34.837.660/0001-43
112/2021	FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	22.803.038/0001-35
113/2021	VALE DOS TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	36.960.961/0001-95
114/2021	AHS COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	37.152.127/0001-36
115/2021	ZOOM COMERCIAL EIRELI	39.518.890/0001-63
116/2021	JARDIM DISTRIBUIDORA DE COMÉSTICOS LTDA – ME	23.720.752/0001-22
117/2021	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA	37.200.096/0001-41
118/2021	UNHA & COR COSMÉTICOS – EIRELI	17.513.233/0002-71
119/2021	UP DENT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO COMERCIAL LTDA	20.306.488/0001-97
120/2021	NONATO DA SILVA E CIA LTDA	11.753.137/0001-33
121/2021	MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – EPP	12.811.487/0001-71
122/2021	SCAPOLE MALHAS LTDA	07.677.098/0001-65
123/2021	KARLA KAROLINE FONTES MENESES	37.937.325/0001-05
124/2021	SJ COMERCIO DE UTILIDADES LTDA	10.614.788/0001-80
125/2021	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	28.719.518/0001-07
126/2021	C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES	37.970.604/0001-70
127/2021	MR LICITAÇÕES LTDA	41.687.100/0001-15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 289/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 128/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS** e **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 24/2021:

ATA	EMPRESA	CNPJ
128/2021	M. TESTA CONFECÇÃO-ME	23.829.339/0001-09

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 282/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **MARCELO DA SILVA ARAÚJO** e **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico n.º 08/2022.

ATA	EMPRESA	CNPJ
033/2022	PRISMA SERVIÇOS EIRELI	10.754.461/0001-03

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 17 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 291/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 030/2022, 31/2022 E 32/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS** e **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 05/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ

30/2022	P. M. C. MORO – ME	02.361.156/0001-23
31/2022	COMERCIAL LUAR LTDA – ME	02.545.557/0001-33
32/2022	BFX COMÉRCIO DE GLP LTDA	06.304.408/0001-33

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 293/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 066/2022, 067/2022, 068/2022, 069/2022, 070/2022, 071/2022, 072/2022 E 073/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA** e **KELJA SILVA DE ASSIS**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 021/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
066/2022	FERRARI CELL LTDA – EPP	11.350.664/0001-05
067/2022	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS	65.149.197/0002-51
068/2022	S. D. C. VEREDIANO	42.115.708/0001-38
069/2022	SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	08.784.976/0002-95
070/2022	PLENITUDE ATACADISTA E VAREGISTA LTDA	36.838.236/0001-49
071/2022	AA COMERCIO DE VARIEDADES E SERVIÇOS LTDA	29.714.475/0001-21
072/2022	VIA NOVITA LTDA – ME	04.447.180/0001-05
073/2022	S & D COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	40.913.692/0001-83

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 281/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 044/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **MARCELO DA SILVA ARAÚJO** e **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 011/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
044/2022	G. V. DE ABREU SILVA EIRELI	25.191.599/0001-19

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 17 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 284/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **MARCELO DA SILVA ARAÚJO** e **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrito abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 06/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
02/2022	BRAVO MONITORAMENTO LTDA – ME	27.026.698/0001-70

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 17 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 290/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 28/2022 E 29/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **MARCELO DA SILVA ARAUJO** e **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 1/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
28/2022	IZAURA FERRO CARDOSO	18.339.708/0001-37
29/2022	WLADEMIR SOUZA GOMES	45.025.645/0001-17

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº080/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2022

O **Município de São José do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **LEVI RIBEIRO**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de Planejamento, no processo para Contratação da empresa **D'LUX PROJETOS E CONSULTORIAS LTDA,** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS LUMINOTÉCNICO PARA MELHORIA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO,** estima-se para a contratação o valor de **R$ 19.845,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais),** pagos conforme apresentação da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável, as despesas referente a esta contratação será paga com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Planejamento, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso I da lei 8.666/93, ‘’para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente’’, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 18 de maio de 2022.

Levi Ribeiro

Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 287/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 52/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **MARCELO DA SILVA ARAUJO** e **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 10/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
52/2022	J. B. SILVA – ME	33.449.754/0001-82

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 292/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 34/2022 E 35/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL** e **MARCELO DA SILVA ARAUJO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 01/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
34/2022	BRANDÃO AUTOMÓVEIS LTDA	42.066.831/0001-06
35/2022	ASCIA COMERCIO DE VEICULOS MITSUBISHI LTDA	35.335.350/0001-93

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 295/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 093/2021, 094/2021, 095/2021, 096/2021, 097/2021, 098/2021, 099/2021, 100/2021 E 101/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS e LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionados ao Pregão Eletrônico N.º 015/2021:

ATA	EMPRESA	CNPJ
093/2021	LIVRARIA E PAPELARIA KIEFER LTDA – ME	11.922.197/0001-32
094/2021	ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS – ME	05.774.463/0001-24
095/2021	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI – EPP	19.808.881/0001-08
096/2021	MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI	26.148.070/0001-85
097/2021	MARIA ALICE DA SILVA EIRELI	14.284.593/0001-70
098/2021	R M DOS REIS COMERCIAL – ME	33.947.168/0001-68
099/2021	J. F. A. KOCH & CIA LTDA	35.730.364/0001-01
100/2021	COMERCIAL ATITUDE EIRELI	19.705.786/0001-70
101/2021	PRIMUS MAGAZINE LTDA	42.165.422/0001-67

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 304/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOSINÉIA MEDEIROS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a inteligência do § 19 do art. 40 da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO a previsão na Lei Municipal nº 963/2013 essencialmente em seu art. Nº100;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Abono de Permanência nº 004/2022

RESOLVE:

Art. 1º conceder Abono de Permanência a Servidora **– JOSINÉIA MEDEIROS**, brasileira, inscrita no CPF nº 326.644.781-68 servidora pública Municipal, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** matrícula funcional nº 1690, por ter completado as exigências prevista no art. 12, III, "a", C/C art. 100 ambos da Lei nº 963/2013, para aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, tendo optado por permanecer em atividade até que complete as exigências para aposentadoria compulsória.

Art. 2º Ficará estipulado como valor do abono de permanência correspondente da contribuição previdenciária a aplicação da alíquota de 14% (quatorze por cento) sobre o vencimento da base atual da tabela salarial, Classe C referência III.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 288/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO TITULAR E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 75/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **MARCELO DA SILVA ARAUJO** e **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 26/2022:

ATA	EMPRESA	CNPJ
75/2022	O. G. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	26.440.125/0001-26

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS DIVERSOS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS DIVERSOS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Aos 18 dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, a Comissão Especial de Avaliação e Alienação em Leilão Público, nomeada pela Portaria nº 146/2021 e Portaria nº 115/2022, reuniu-se nesta data para decidir o que segue. Tendo em vista a autorização para realização de leilão público de bens móveis diversos de propriedade do município, a Comissão providenciou o levantamento dos bens disponibilizados para o certame, tendo apresentado a relação ao leiloeiro público oficial Kleiber Leite Pereira Junior, nomeado pela Portaria nº 123/2022, sendo que este, através de visita in-loco, e informações gerais, como estado físico e mecânico dos mesmos, registro fotográfico, análise não técnica, valor de mercado, despesas acessórias, depreciação pertinente e demais formalidades apropriadas, e tendo apresentado a formatação e descrição de bens em 16 (dezesseis) lotes para o leilão com a respectiva avaliação oficial, e face a experiência do leiloeiro público no mercado e em dezenas de leilões que realiza, e considerando todos esses fatores, a Comissão decidiu aprovar e homologar a avaliação apresentada pelo profissional, julgando-a boa, consistente e apropriada para atender o interesse de desfazimento dos bens do município. Assim sendo lavramos a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão para seus devidos fins e efeitos.

A comissão.

São José do Xingu-MT, 18 de maio de 2022

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LEILÃO

AVISO DE LEILÃO

LEILÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT

AVISO DE LEILÃO nº 001/2022 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leiloeiro Público Oficial Kleiber Leite Pereira Junior - Matricula 031/2015/Jucemat.

Leilão presencial e on-line simultaneamente pelo site: ***www.kleiberjrleiloes.com.br***

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGÚ/MT, comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão público para alienação de bens móveis diversos que serão vendidos no Estado em que se encontram, conforme Anexo I, e demais condições gerais dispostas no Edital.

Dia do leilão: 06 de junho de 2022 – 2ª feira – 09:00 horas

Local do leilão: Pátio da Secretaria Municipal de Obras – perímetro urbano da cidade.

- Participação presencial – preenchimento de ficha cadastral no dia e antes de iniciar o leilão.

- Participação on-line – cadastro/habilitação/liberação de senha de acesso, e deposito da caução até às 12:00 (doze) horas do dia 04/06/2022 (sábado), no site: **www.kleiberjrleiloes.com.br**.

- Descrição dos bens, fotos, etc, tem caráter meramente ilustrativos para publicidade e divulgação do leilão.

- Informações com a **Comissão (66) 3658.1349** ou com o Leiloeiro (65) 3028.1377 e 99289.8092.

- Edital completo no site do leiloeiro: **www.kleiberjrleiloes.com.br**, para conhecimento, leitura e impressão, também disponível **no site da Prefeitura, no** Portal da Transparência.

- Visitas e vistorias aos bens no local do leilão, a partir do dia 30/05/2022, das 08:00h as 12:00h e das 14:00h as 18:00h.

São José do Xingu/MT, 18/05/2022.

A Comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2022"**, Objeto: **"AQUISIÇÃO DE ESTANDARTE PARA FANFARRA"** Em favor da empresa: **BANDA ATIVA UNIFORMES LTDA; CNPJ: 20.147.887/0001-52, no valor de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 173 DE 18 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **AQUISIÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO ASFÁLTICO PARA AS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAMIS SILVA BOLANDIN, PREFEITO MUNICIPAL, DE **SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS/MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELAPRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **São José dos Quatro Marcos**/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE **AQUISIÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO ASFÁLTICO PARA AS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-DOS QUATRO MARCOS/MT,** conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	AQUISIÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO ASFÁLTICO PARA AS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉDOS QUATRO MARCOS/MT. ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO: 201.844,24	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: JOÃO GUSTAVO FARIA DOS SANTOS JUNIOR CREA: 5064045506

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: **LUIZ GUILHERME CADORE SILVA**

CREA-MT:041303

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

São José dos Quatro Marcos-MT, 18 de Maio de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

LUIZ GUILHERME CADORE SILVA

Engenheiro Civil

CREA-MT:041303

PROCURADORIA
LEI COMPLEMENTAR Nº 070, DE 18 DE MAIO DE 2022.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 005 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º – O §2º, do Artigo 19, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 .....

§ 2º - A posse dar-se-á no prazo de até trinta dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período."

Art. 2º – O Artigo 59, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59 - .....

"I.As Secretarias que em razão do interesse público ou das condições peculiares de certos tipos de atividades, observado o princípio da economicidade, poderão elaborar escala de 06 (seis) horas continuadas, equivalente a 30 (trinta) horas semanais, para servidores detentores de cargo cuja jornada seja de 40 (quarenta) horas semanais, devendo observar os seguintes requisitos:

a) Decreto do Prefeito municipal, estabelecendo a jornada de trabalho diferenciada;

b) O servidor detentor de cargo cuja jornada semanal de concurso seja 40 (quarenta) horas, que por determinação do Prefeito Municipal, tiver sua jornada diária reduzida na forma do caput deste artigo, ao servidor convocado, ou ainda, devido à necessidade do trabalho para execução das atividades além da jornada semanal de 30 (trinta) horas, fará jus ao recebimento de horas extras, sendo-lhe computadas apenas as horas excedentes à jornada semanal de seu cargo, ou seja, as acima de 40 (quarenta) horas semanais."

Art. 3º – O Artigo 95, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 - O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de quarenta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo."

Art. 4º – O Artigo 96, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96 - O adicional de periculosidade será, respectivamente, de trinta por cento do vencimento base, conforme laudo técnico pericial."

Art. 5º - Insere o Inciso IV, ao §1º, do Artigo 100, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 100** – Após cada cinco anos ininterruptos de serviço prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade de três meses de licença especial, podendo ser convertido em abono pecuniário de valor igual a 02 (duas) remunerações do seu cargo em exercício.

[...]

IV – O gozo da Licença Prêmio Assiduidade ocorrerá por três meses ininterruptos, ou divido em intervalos mensais, conforme requerimento do servidor, observado o requisito previsto no inciso I deste parágrafo."

[...]

§2º - Terá direito à remuneração do cargo em exercício, comissionado ou função gratificada, quando ocupado pelo lapso temporal de doze meses consecutivos.

Art. 6º – O Artigo 109, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 109** – É obrigatória a concessão e gozo das férias nos doze meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido, sendo facultada, em um só período ou dividida em dois períodos de quinze dias.

§1º - Sendo o gozo das férias dividida, será percebido o terço constitucional proporcionalmente ao período.

§2º - As férias somente poderão ser suspensas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de superior interesse público, por ato devidamente motivado."

Art. 7º - O Artigo 111, caput, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 111 -** Vencido o prazo mencionado no Art. 109, sem que a Administração tenha concedido as férias, incumbirá ao servidor requerer o gozo de férias."

Art. 8º - Insere o §3º, no Artigo 112, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 112** - .....

[...]

§3º - Será facultada a indenização parcial das férias, conforme necessidade da administração.

I – A indenização parcial será, exclusivamente, sobre 10 dias, sendo vinte dias para gozo do servidor, observadas as disposições do art. 109."

Art. 9º - O §1º, do Artigo 114, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 114** - ...

[...]

§1º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo nos casos dos incisos III, IV, V e VI."

Art. 10º - O Artigo 122, caput, da Lei Complementar nº 005 de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 122 - A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração."

Art. 11 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, 18 de maio de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MINUTA DO CONTRATO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRAT. TEMPORÁRIA			
ENTIDADE			
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT			
Nº CONTRATO	**ÓRGÃO**		**UNIDADE ADMINISTRATIVA**
062	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CONTRATADO (A)		
	LUZINETE MARTINS DE OLIVEIRA		
DATA INÍCIO	**DATA TÉRMINO**	**VALOR MENSAL**	**DOTAÇÃO**
16/05/2022	**23/12/2022**	**3.669,00**	3.1.90.04.00-CONT. T. DETERMINADO.
OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO			
A contratada trabalhará para o contratante, no cargo de **PROFESSORA II DE PEDAGOGIA**, **PARA ATENDER ALUNOS DA 3ª SÉRIE, DA ESCOLA MUNICIPAL REINALDO BOTELHO em SUBSTITUIÇAO A PROFESSORA ENICE APARECIDA DO CARMO, QUE SE ENCONTRA EM ATESTADO MEDICO.**			

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2022"**, Objeto: **"AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA"** Em favor da empresa: **BR PAVING CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI; CNPJ: 15.264.721/0001-86, no valor de R$ 23.460,00 (vinte e três mil e quatrocentos e sessenta reais);**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 172 DE 18 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE NOVA REDAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - O Artigo 1º da PORTARIA Nº 130 DE 17 DE MARÇO DE 2021, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - CONCEDER LICENÇA PARA DESENPENHO DE MANDATO CLASSISTA AO SERVIDOR JAIRO DE LIMA SOUZA, NO PERÍODO DE 16 DE MARÇO DE 2021 A 15 DE MARÇO DE 2024, COM ÔNUS PARA A PREFEITURA. "

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de março de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE MAIO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE LEILÃO Nº 001/2022

LEILÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA/MT

AVISO DE LEILÃO Nº 001/2022 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leiloeiro Público Oficial: Kleiber Leite Pereira Junior - Matricula 031/2015/Jucemat.

Leilão presencial e on-line simultaneamente pelo site: **www.kleiberjrleiloes.com.br**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA/MT, **comunica aos interessados que realizará, na forma da**

Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão público para alienação de bens móveis diversos que serão vendidos no

estado em que se encontram, conforme Anexo I, e demais condições gerais dispostas no Edital.

Dia do leilão: 09 de junho de 2022 – 5ª feira – 09:00 horas

Local do leilão: edifício sede da Prefeitura Municipal – perímetro urbano da cidade.

- Participação presencial – preenchimento de ficha cadastral no dia e antes de iniciar o leilão.

- Participação on-line – obrigatório cadastro para liberação de senha e deposito de caução.

- Descrição dos bens, fotos, etc., tem caráter meramente ilustrativos para publicidade e divulgação do leilão.

- Informações com a **Comissão (66) 3473.1010 ou com o Leiloeiro (65) 3028.1377 e 99289.8092.**

- Edital completo no site do leiloeiro: **www.kleiberjrleiloes.com.br**, para conhecimento, leitura e impressão,

também disponível **no site da Prefeitura, no** Portal da Transparência.

- Visitas e vistorias no local do leilão a partir do dia 30/05/2022, das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h.

Serra Nova Dourada/MT, 18/05/2022.

Aleandro da Silva Costa

Presidente da Comissão

Respeitosamente,

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada-MT

Gestão 2021/2024

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO ADM. Nº 004/2022

TOMADA DE PREÇO Nº002/2022

O **Município de Serra Nova Dourada - MT**, localizado à rua 03, s/n, Centro, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que através do seu Pregoeiro, nomeado através da Portaria 133/2021, declara **FRACASSADA** a licitação em epígrafe com objeto a **"Contratação de empresa para conclusão da exceção das pontes de concreto armado, referente ao processo 590050.000351/2012-10, junto a Defesa Civil, sendo elas: ponte sobre o córrego Xavantinho próximo ao senhor Emivaldo (comunidade Roncador), ponte sobre o córrego Xavantinho divisa SND/ABV, ponte sobre o córrego Xavantinho próximo ao senhor Elias Coutinho (comunidade Roncador), ponte sobre o córrego Xavantinho próximo ao senhor Raimundo Brito (comunidade Roncador), ponte sobre o córrego da onça (comunidade Riozinho) e ponte sobre a Vazante do Riozinho (comunidade Riozinho) no Serra Nova Dourada-MT, conforme Projeto básico e suas Planilhas e especificações do termo de referência do edital",** em razão de ter comparecido na sessão pública uma única empresa e a mesma não atendeu aos requisitos estabelecidos nos instrumento convocatório deste certame, desta feita não restou a esta comissão outra alternativa que não fracassar o certame.

Serra Nova Dourada - MT, 18 de maio de 2022.

Jean Everson Pereira Nascimento

Pregoeiro da Prefeitura Municipal

de Serra Nova Dourada - MT

Portaria nº 133/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022**,** para **"Contratação de empresa especializada para fornecimento de notebooks para atender a rede municipal de ensino através da emenda parlamentar processo: 182695/2021 de autoria do Deputado Drº João, conforme especificações do termo de referência de edital",** cuja abertura se deu às 09:00 horas (Horário oficial de Brasília - DF) do dia 13/05/2022, foi o que segue:

SAGRAROU-SE VENCEDORA A PESSOA JURÍDICA:

EMPRESA: MAURO DE JESUS E SILVA 19659482191

CNPJ: 42.775.543/0001-20

ENDEREÇO: R 15 de novembro, s/nº, Quadra T; Lote 07, Bairro Vila São Francisco – CEP: 74.553-015 – Goiânia – GO.

Serra Nova Dourada – MT, 18 de maio de 2022.

JEAN EVERSON PEREIRA NASCIMENTO

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-PORTARIA N° 036 DE 17 MAIO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Denominação pela Lei Municipal nº 2099/2003

Estrutura Organizacional pela Lei Complementar Municipal nº 141/2009

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N° 036 DE 17 MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARA **CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO O SETOR N – ETAPA 01** PERTENCENTES AO JARDIM TARUMÃ LOCALIZADO, tais vias **Rua 10 (João José Rodrigues), Rua 20 (João Pedro Garcia Parra), Rua 30, Av. das Palmeiras lado esquerdo e lado direito, Rua 40, Rua 50 (Altair Pereira Leite), Rua 60, Rua 70, Rua 80, Rua 90, Rua 100, Rua 110 (Antônio Rodrigues de Souza), Rua 120, Rua 130 (Luiz Fernandes de Moura), Rua 140, Rua 150, Rua 160, Rua 170, Rua 180, Av. Zelino Agostinho Lorenzetti lado esquerdo e lado direito, Rua 190, Rua D, Rua J, Rua L, Rua M (Ranulfo Rodrigues Cunha), Rua N, Rua O, Rua P,** NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VANDER ALBERTO MASSON, PREFEITO MUNICIPAL, DE TANGARÁ DA SERRA/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **Tangará da Serra-MT**, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO PARA **CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO O SETOR N – ETAPA 01,** conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APLICAÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO ÁREA = 191.405,27 m²	ALLAN HENRIQUE COELHO MORAES ENGENHEIRO CIVIL

		CREA: 121.804.393-4

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): **GABRIEL NUCCI BELOTE**

CREA-MT: 049656

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

TANGARÁ DA SERRA – MT, 17 de Maio de 2022.

Vander A. Masson

Prefeito

Gabriel Nucci Belote

Engenheiro Civil

CREA MT049656

ENCERRAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº106/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº106/ COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TELA SOMBRITE NYLON, através da empresa AGROPECUÁRIA DELLALIBERA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ N° 37.169.854/0001-06, cujo o valor é de R$ 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais). O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 18 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2022/ SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2022/ SAMAE**, cujo teor e objeto é a **AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA D' ÁGUA MONO 7,5CV PX-15/4 – PARA INSTALAÇÃO NO SISTEMA DE BOMBEAMENTO DE ÁGUA DA MINA D' ÁGUA LOCALIZADA NA REGIÃO DA COMUNIDADE GLEBA TRIÂNGULO – MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT**,pelo valor global de **R$ 11.700,00 (ONZE MIL E SETECENTOS REAIS),** para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: **CASA DAS BOMBAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ: 04.603.686/0001-66.** Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 18 de Maio de 2022.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Geral do SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 041/2022, do tipo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TURISMO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PARA DESENVOLVER O ETNOTURISMO EM 05 (CINCO) ALDEIAS LOCALIZADAS NA TERRA INDÍGENA PARECI, EMTANGARÁ DA SERRA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E EM CONSONÂNCIA COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2015 DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC/MT /CONVÊNIO Nº º 1918-2021,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 18.05.2022. Dalila Cristian F. Da Paz - Pregoeira.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.725, DE 16 DE MAIO DE 2022.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.725, DE **16** DE **MAIO DE 2022.**

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 5. 530/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.632/2021 – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 5.549/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.634/2021 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 74.400,00,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 5. 608/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.635/2021 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes nas tabelas abaixo, na Lei nº 5.530/2021 e sua alteração Lei nº 5. 632/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 5.549/2021 e sua alteração Lei nº 5.634/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilha abaixo:

De:

PROGRAMA: 0002 – GESTÃO HUMANIZADA E EFICIENTE		
Cód.	**Detalhamento**	**Meta Financeira**
2105	Manutenção da Assessoria de Comunicação e Imprensa	R$ 866. 600,00
2102	Assessorias Administrativas e Especial do Gabinete do Prefeito	R$ 1.359. 050,00

Para:

PROGRAMA: 0002 – GESTÃO HUMANIZADA E EFICIENTE		
Cód.	**Detalhamento**	**Meta Financeira**
2105	Manutenção da Assessoria de Comunicação e Imprensa	R$ 881. 000,00
2102	Assessorias Administrativas e Especial do Gabinete do Prefeito	R$ 1.344. 650,00

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito suplementar no valor de R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais), destinados a atender despesas previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	**CÓD**	**ESPECIF. DA MODALIDADE**	**CÓD. DA MODALIDADE**	**VALOR**
Manutenção do Aeroporto Municipal	**2910**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1. 5000000000	60. 000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**60.000,00**	

GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Manutenção da Assessoria de Comunicação e Imprensa	**2105**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.00.1.5000000000	14.400,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**14.400,00**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por redução da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Manutenção do Aeroporto Municipal	**2910**			
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.00.1.5000000000	60.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO:			**60.000,00**	

GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Assessorias Adm. e Especial do Gabinete do Prefeito	**2102**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.00.1.5000000000	14.400,00
TOTAL DA REDUÇÃO:			**14.400,00**	

Art. 4º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar visa readequar o orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para execução de serviço de estudo hidrogeológico e de permeabilidade do solo, em atendimento das pendências de licenciamento ambiental, bem como para contratação de empresa de assessoria e consultoria para auxiliar nas adequações do aeroporto municipal, pós auditoria da ANAC. Visa também a readequação orçamentária do Gabinete do Prefeito e Dependências, para convocação de um estagiário de jornalismo, para atender a Assessoria de Comunicação e Imprensa.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezesseis** dias do mês de **maio** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Magno César Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAMAE
CONTRATO N. 020/2022/SAMAE

CONTRATO N. 020/2022/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 020/2022/SAMAE – DISP. EM RAZÃO DO VALOR N. 1002/2022/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**IPNET SERVIÇOS EM NUVEM E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ: 32.578.382/0001-21,** estabelecida na Avenida Oscar Niemayer, n. 2000, Bloco 01 Sala 401, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.220-297, representada por **GUSTAVO RODRIGUES DE PAULA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE E-MAIL CORPORATIVO COM 30 GB DE ARMAZENAMENTO E MÓDULO GERENCIADOR PARA SER UTILIZADO POR SERVIDORES DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA-MT.** Com supedâneo na Lei 14.133/2021. **R$ 17.820,00 (Dezessete mil, oitocentos e vinte reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 16 de maio de 2022, ao dia 16 de maio de 2023.**

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº115/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº115/COMPRA-DIRETA/SAD/2022. OBJETO: FORNECIMENTO DE 10 LEITORES DE CÓDIGOS DE BARRAS LASER 1D/2D QRCODE, QUE FAÇA LEITURA NA TELA DE SMARTPHONES E COMPUTADORES., o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 18 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - PORTARIA N° 37 DE 17 MAIO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Denominação pela Lei Municipal nº 2099/2003

Estrutura Organizacional pela Lei Complementar Municipal nº 141/2009

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N° 37 DE 17 MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO SETOR W – ETAPA 01, TAIS VIAS **dos Bairros JD. Morada do Sol (Jd. Barcelona, Residencial Valência e Madri), bairro JD. Monte Líbano e bairro JD. Esmeralda (Residencial San Diego I e II): Rua 17-A (Pedro Camillo Zamparoni), Rua 19-A (Raimundo Dias Dos Santos), Travessa 19-A, Rua 21-A (João Martines Garcia), Travessa 21-A, Rua 23-A, Travessa 23-A, Rua 25-A (Valdemar dos Santos), Travessa 25-A, Rua 27-A (Waldomiro Miranda), Rua 29-A, Rua 31-A, Rua 33-A, Rua 48-A, Rua 46-A (Avenida Espanha) Lado direito e Lado esquerdo, Rua 44-A (Antelmo Wenceslau Martinelli), Rua 42-A, Rua 40-A, Rua 38-A, Travessa 38-A, Travessa 38-B, Rua 36-A (Marlene Campos Lopes), Travessa 36-A, Travessa 36-B, Rua 34-A (Atalíbio Correia Batista), Travessa 34-A, Travessa 34-B, Travessa 34-C, Rua 3 (Arlindo Lopes Da Silva), Rua 3-A (Rotary Internacional), Rua 5 (Benedito Pereira de Oliveira), Rua 5-A (Domingos Germano De Souza), Rua 7 (Antônio José da Silva), Rua 7-A (Arlindo Nogueira Gomes), Rua 9 (Antônio Hortolani), Rua 9-A (Antonio Ribeiro da Rocha), Rua 50-A, Rua 52 A, Rua 54-A, Rua 56-A, Rua 58-A, Rua 60-A, Rua 64-A, Rua 66-A, Rua 66-B, Rua 68-A, Rua 68-B, Rua 70-A, Rua 72-A, Rua 72B, Rua 74A,** NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VANDER ALBERTO MASSON, PREFEITO MUNICIPAL, DE TANGARÁ DA SERRA/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **Tangará da Serra-MT,** tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO PARA CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO SETOR W – ETAPA 01, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO SETOR W – ETAPA 01 ÁREA: 183.876,05 m²	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: **GABRIEL N. BELOTE** **CRA: 49656-MT**

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): **ALLAN H. COELHO DE MORAES**

CREA: 121.804.393-4

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

TANGARÁ DA SERRA-MT, 17 DE MAIO DE 2022

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ALLAN H. COELHO DE MORAES

CREA: 121.804.393-4

DECRETO N.º 148 DE 16 DE MAIO 2022.

DECRETO N.º 148 DE 16 DE MAIO 2022.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 74.400,00,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 5.608/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.635/2021 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, especialmente pela **Lei n.º 5.725** de **16 de maio de 2022.**

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito suplementar no valor de R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais), destinados a atender despesas previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Manutenção do Aeroporto Municipal	**2910**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1.5000000000	60.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**60.000,00**	

GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Manutenção da Assessoria de Comunicação e Imprensa	**2105**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1.5000000000	14.400,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**14.400,00**	

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por redução da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Manutenção do Aeroporto Municipal	**2910**			
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.5000000000	60.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO:			**60.000,00**	

GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Assessorias Adm. e Especial do Gabinete do Prefeito	**2102**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1.5000000000	14.400,00
TOTAL DA REDUÇÃO:			**14.400,00**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar visa readequar o orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para execução de serviço de estudo hidrogeológico e de permeabilidade do solo, em atendimento das pendências de licenciamento ambiental, bem como para contratação de empresa de assessoria e consultoria para auxiliar nas adequações do aeroporto municipal, pós auditoria da ANAC. Visa também a readequação orçamentária do Gabinete do Prefeito e Dependências, para convocação de um estagiário de jornalismo, para atender a Assessoria de Comunicação e Imprensa.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezesseis** dias do mês de **maio** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Magno César Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PE 005/2022

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 Processo Adm: Nº 052/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA AO AR LIVRE, PARA O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

Empresas vencedoras valor total: R$199.081,10 (cento e noventa e nove mil e oitenta e um reais e dez centavos): **A.A. CARNEIRO BRINQUEDOS** (31936978000193) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$34.781,10 (trinta e quatro mil e setecentos e oitenta e um reais e dez centavos). **METALURGICA SILLOTT LTDA** (42531033000108) com os lotes: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 no valor total de R$164.300,00 (cento e sessenta e quatro mil e trezentos reais).

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 16 de maio de 2022

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA CONDUTOR DE PROCESSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

PORTARIA 08/2022

PORTARIA N° 008 DE 23 de março de 2022

"*DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE TESOURO-MT".*

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de TESOURO/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO de substituição de pontes de madeiras em estradas não pavimentadas, por Bueiros Celulares de Concreto (ADUELAS), no município de Tesouro/MT, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	*Projeto Básico de Substituição de Pontes de Madeira por Bueiros Celulares de Concreto (Aduelas) em estradas não pavimentadas, contendo Estudo Hidrológico, Planilha Orçamentária estimativa de custos, Memorial Descritivo e Especificações Técnicas e Anotação de Responsabilidade Técnica de Técnica de Projeto, Estudo e Orçamento*	*ENGENHEIRO CIVIL: IGOR XAVIER NASCIMENTO CREA MT: 46207*

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL: ERNESTO DE SOUZA SILVA FILHO

CREA 036573

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se. Tesouro/MT,23 de março de 2022.

_____

ERNESTO DE SOUZA SILVA FILHO

ENG. CIVIL – CREA MT 036573

_____

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 04/2022

PORTARIA Nº 04/2.022 de 04 de fevereiro de 2022

"Dispõe sobre a Aprovação do Projeto de Aplicação de Conservação de Pavimento no Município de Tesouro/MT"

O Prefeito Municipal de Tesouro/MT, JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Tesouro/MT, tornar público a Aprovação do Projeto de APLICAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	APLICAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO ÁREA TOTAL DO PROJETO 54,183,62m²	EDUARDO C. SHIMBA JR. CREA: 1215690975

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: EDUARDO C. SHIMBA JR.

CREA: 121590975

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tesouro/MT, 04 de fevereiro de 2022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO ERNESTO DE SOUZA SILVA FILHO PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT CREA: 036573

ENGENHEIRO CIVIL

PORTARIA 03/2022

PORTARIA Nº 03 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Exoneração de ocupante de cargo em comissão, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

O Prefeito Municipal de Tesouro/MT, JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 36, I, da Lei orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, RODOLFO ALVES DE FREITAS, portador do CPF (MF) nº 036.405.801-33, a partir da data de 01 de fevereiro do cargo de DIRETOR GERAL DO DAETE - CC – 8.300, com supedâneo na lei Orgânica do Município.

Art. 2º - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tesouro/MT, a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tesouro/MT,01 de fevereiro de 2022.

_____

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO E EXTRATO CONTRATO 121/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Respaldado no Decreto nº 7.892/2013, em seu art. 22 e s/s, bem como na Lei nº 8.666/93, e nos Pareces técnicos pertinentes, objeto do Processo Licitatório 058/2022, para contratação da empresa especializada **QUEIROZ INDUSTRIA E COMERCIA DE PLANTAS LTDA – CNPJ 22.228.343/0001-40**, situada na Av dos Trabalhadores, nº 1.750, Chácaras-Perímetro Urbano, Primavera do Leste-MT, CEP 78.850-000, por meio de Adesão à Ata Registro de Preços advinda do Pregão Presencial 05/2022, realizada pelo município de General Carneiro-MT, no valor global de R$ 49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais), **tendo por objeto, a contratação de empresa especializada para fornecimento de grama visando atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos do Município, nos termos a seguir expostos.**

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 28 de abril de 2022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0121/2022

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 058/2022

ADESÃO À ATA REGISTRO DE PREÇOS ADVINDA DO PREGÃO PRESENCIAL 05/2022 REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT

OBJETO: "Contratação da empresa especializada QUEIROZ INDUSTRIA E COMERCIO DE PLANTAS LTDA, CNPJ 22.228.343/0001-40, situada na Av dos Trabalhadores, nº 1.750, Chacaras-Perímetro Urbano, Primavera do Leste-MT, CEP 78.850-000, por meio de Adesão ao item da Ata Registro de Preços nº 05/2022 advinda do Pregão Presencial 05/2022, advinda do município de General Carneiro– MT, no valor global de R$ 49. 500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos), tendo por objeto, o fornecimento de grama visando atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos".

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e Decreto nº 7.892/2013

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, com termo final em 31/12/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 17 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

Função: 15 - URBANISMO

Subfunção: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA

Programa: 4040 – CIDADE BONITA

Projeto/Atividade: 2013 – CONSERVACAO E MANUTENCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS

339030000000 **0498 MATERIAL DE CONSUMO**

Fonte: 1.5.00.000000

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADA: QUEIROZ INDUSTRIA E COMERCIO DE PLANTAS LTDA – CNPJ 22.228.343/0001-40

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA E EXTRATO DO CONTRATO 0113/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Respaldado no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e nos Pareceres Técnicos do Processo Licitatório 063/2022 – Dispensa de licitação nº 045/2022, **AUTORIZO** a Contratação direta da pessoa jurídica **JGB PRODUTOS PARA SAUDE E BEM ESTAR,** CNPJ 36.570.781/0001-05, com sede na Rua 52, nº 491, Jardim Goiás, cidade de Goiânia-GO, no valor global de R$ 2.279,70 (dois mil duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos), tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de um bisturi eletrônico para atender ao Hospital Municipal São João Bosco de Torixoréu-MT, bem como, garantir a continuidade na prestação dos serviços públicos de saúde de Torixoréu-MT.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 25 de abril de 2022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 0113/2022

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 063/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2022

OBJETO: "Contratação da pessoa jurídica **JGB PRODUTOS PARA SAUDE E BEM ESTAR,** CNPJ 36.570.781/0001-05, com sede na Rua 52, nº 491, Jardim Goiás, cidade de Goiânia-GO, no valor global de R$ 2.279,70 (dois mil duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos), através de dispensa de licitação, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de três balanças digitais pediátricas para atender ao Hospital Municipal São João Bosco de Torixoréu-MT, bem como, garantir a continuidade na prestação dos serviços públicos de saúde de Torixoréu-MT, conforme previsto na legislação.

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 2.279,70 (dois mil duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 25/04/2022 a 02/05/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Crédito Adicional Especial para Aquisição de Material Permanente – **dotação orçamentária 207, fonte 2.601. 000000**

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

PREFEITO: THIAGO TIMO OLIVEIRA

CONTRATADA: JGB PRODUTOS PARA SAUDE E BEM-ESTAR,CNPJ 36.570.781/0001-05

EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022

OBJETO: Este instrumento versa sobre a prorrogação do contrato indicado no preâmbulo pelo prazo de 30 (trinta dias), ou seja, 01 (um) mês, com vigência a partir de 10 de maio de 2022 e termo em 10 de junho, para atender as necessidades do município de Torixoréu-MT, cujo objeto é a contratação de profissional técnico habilitado, para prestação de serviços de engenheiro civil consistentes em responsabilidade técnica, análise e auxílio na realização e medição de obras, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Torixoréu-MT.

VALOR DA PRORROGAÇÃO: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 10/05/2022 a 10/06/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

49 03 001 04 122 3010 339036000000 Pessoa Física

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADO: ADEMILDO TEODORIO QUEIROZ JUNIOR – CREA 1016184786D-GO

TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO E EXTRATO CONTRATO 103/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Respaldado na Lei nº 8.666/93, bem como, no Decreto 7.892/13, legislações correlatas e nos Pareceres técnicos pertinentes, objeto do Processo Licitatório 051/2022, para contratação da empresa especializada **WR CALÇADOS EIRELI CNPJ 25.369.684/0001-24**, situada na Avenida Juliao Arbex nº 020, centro da cidade de Três Corações-MG, CEP 37. 410-109, no valor global de R$ 61.978,47 (Sessenta e um mil novecentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos), **tendo por objeto, a contratação de empresa especializada para fornecimento de vestuários escolares, visando atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Educação e de Secretaria de Assistência Social do Município.**

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 18 de abril de 2022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0103/2022

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 051/2022

ADESÃO AOS ITENS 03, 04, 05 E 08 DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021 ADVINDA DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2021, REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

OBJETO: "Contratação da empresa especializada WR CALÇADOS EIRELI – CNPJ 25.369.684/0001-24, situada na Avenida Juliao Arbex nº 020, centro da cidade de Três Corações-MG, CEP 37.410-109, tendo por objeto, a contratação de empresa especializada para fornecimento de vestuários escolares, visando atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município".

VALOR GLOBAL: R$ 61.978,47 (Sessenta e um mil novecentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos),

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, com termo final em 31/12/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCACAO Unidade: 002 - EDUCACAO BASICA

Função: 1 2 - EDUCACAO SubFunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 5010 - MANUTENCAO E REVITALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2020 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL

339030000000 0092 Material de Consumo

Fonte 2: 1.5.00.100100

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCACAO Unidade: 002 - EDUCACAO BASICA

Função: 1 2 - EDUCACAO SubFunção: 365 - EDUCACAO INFANTIL

Programa: 5020 - MANUTENCAO E REVITALIZACAO DO ENSINO INFANTIL

Projeto/Atividade: 2026 - MANUT.E ENCARGOS COM EDUCACAO INFANTIL

339030000000 0116 Material de Consumo

Fonte: 1.5.00.100100

Órgão: 10 - SEC. MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL Unidade: 001 - DIRETORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Função: 0 8 - ASSISTENCIA SOCIAL SubFunção: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

Programa: 6090 - GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 2051 - MANUT.DAS ATIVID DA SECRET DE ASSIST SOCIAL

339030000000 0398 Material de Consumo

Fonte: 1.5.00.000000

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADA: WR CALÇADOS EIRELI – CNPJ 25.369.684/0001-24

TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO E EXTRATO CONTRATO 102/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Respaldado no inciso I, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e nos Pareceres técnicos pertinentes, objeto do Processo Licitatório 052/2022, para contratação da empresa especializada **GRÁFICA MULTICOR LTDA, CNPJ 14. 931.018/0001-11**, situada na Rua Bandeirantes nº 263, centro, Barra do Garças-MT, CEP 78.600-000, por meio de Adesão ao item da Ata Registro de Preços nº 031/2021 advinda do Pregão Presencial 025/2021, advinda do município de Pontal do Araguaia– MT, no valor global de R$ 100. 999,00 (Cem mil novecentos e noventa e nove reais), **tendo por objeto, a contratação de empresa especializada em serviços gráficos visando atender as demandas e necessidades das secretarias municipais de Torixoréu-MT.**

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 13 de abril de 2022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 102/2022

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 052/2022

ADESÃO AO ITEM DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2021

ADVINDA DO PREGÃO PRESENCIAL 025/2021

ADVINDA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA– MT

OBJETO: "Contratação da empresa especializada GRÁFICA MULTICOR LTDA, CNPJ 14.931.018/0001-11, situada na Rua Bandeirantes nº 263, centro, Barra do Garças-MT, CEP 78.600-000, por meio de Adesão ao item da Ata Registro de Preços nº 031/2021 advinda do Pregão Presencial 025/2021, advinda do município de Pontal do Araguaia– MT, no valor global de R$ 100.999,00 (Cem mil novecentos e noventa e nove reais), tendo por objeto, a contratação de empresa especializada em serviços gráficos visando atender as demandas e necessidades das secretarias municipais de Torixoréu-MT".

FUNDAMENTO LEGAL: da Lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, com termo final em 31/12/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

– Secretaria de Educação: Ficha 078 | Fonte: 1.5.00.100100

Valor: **R$ 22.884,00 (vinte e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro reais);**

– Secretaria de Esporte e Lazer: Ficha 0530 | Fonte: 1.5.00.000000

Valor: **R$ 12.090,00 (Doze mil e noventa reais);**

– Secretaria de Saúde: Ficha 0306 | Fonte: 1.5.00.100200

Valor: **R$ 19.365,00 (Dezenove mil trezentos e sessenta e cincos reais);**

– Secretaria Municipal de Cultura: Ficha: 0447 | Fonte: 1.5.00.000000

Valor: R$ 20.645,00 (Vim mil seiscentos e quarenta e cinco reais);

– Secretaria Municipal de Administração: Ficha 050 | Fonte: 1.5.00.000000

Valor: **R$ 19.010,00 (Dezenove mil e dez reais);**

– Secretaria Municipal de Viação e Obras: Ficha 167 | Fonte: 1.5.00.000000

Valor: **R$ 7.005,00 (Sete mil e cinco reais).**

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADA: GRÁFICA MULTICOR LTD –, CNPJ 14.931.018/0001-11

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2022

Dispõe sobre convocação de candidata classificada no Concurso Público realizado em 2019 - Edital Nº 001/2019, da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas e Títulos, cujo início deu-se com a edição e publicação do Edital de Concurso Público Nº 001/2019 de 23/10/2019 e com a homologação do mencionado concurso em 30 de dezembro de 2019;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2019;

I. Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata classificada, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO:ZELADORA (PCCR ADMINISTRAÇÃO).

NOME	Nº INSCRIÇÃO	POSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IZABEL RANDO	220	16º	14ª CLASSIFICADA

II. A candidata convocada por este Edital terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação/afixação deste Edital, para ser nomeada e tomar posse no respectivo cargo.

III. A candidata deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, devendo apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade;

2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6 - Certidão de Nascimento e/ou CPF dos filhos;

7 - Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 - Título de Eleitor e Certidão de regularidade eleitoral;

10 - Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15 - Carteira de Habilitação categoria "D ou E" (cargo motorista/condutor);

16 - Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

17 - Declaração constando endereço residencial;

18 - Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

19 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público, ou, para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20 - Cópia do CPF e RG do cônjuge;

21 - Cópia ou número de inscrição do CPF e RG de pai e mãe;

22 - Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico, conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

23 - Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

IV. Todos os exames correrão às expensas do(a) candidato(a).

V. Os exames admissionais realizados devem ser apresentados em cópia autenticada ou no original.

VI. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 18 de maio de 2022.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2022

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, CNPJ: 04.215.993/0001-70, **CONTRATADO SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP inscrita no CNPJ nº. 07.461.414/0001-67, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NO DISTRITO DE MAQUINA QUEIMADO, PELO MENOR PREÇO, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, em conformidade com o projeto apresentado. **VALOR CONTRATO:** R$ 435.885,71 **DATA EMISSÃO:** 18/05/2022, **DATA VENCIMENTO:** 18/05/2023, **TIPO LICITAÇÃO:** TOMADA DE PREÇO 04/2022. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal

LEI Nº 674/2022, DE 18 DE MAIO DE 2022.

"Cria o distrito administrativo de Adrianópolis, município de Vale de São Domingos/MT".

Autoria: Roberto Carlos Rodrigues de Carvalho, Ronaldo Carneiro Cruz, Francisco de Assis Mota da Silva, Aldo Gonçalves Reis Lopes, José Antônio Lopes, Lucimar Jesus de Melo, Sônia Rubio da Rocha, Fábio dos Santos Bezerra e Leandro Azevedo da Cunha

A Câmara de Vereadores de Vale de São Domingos **DECRETA e**:

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Distrito Administrativo de Adrianópolis, no município de Adrianópolis, município de Vale de São Domingos/MT, com os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01 na BR-174 (59º 6' 08,015"O 15º 26' 48,862" S); deste ponto, em linha reta e seca sentido noroeste dentro de propriedade particular por 639,31 metros até encontrar o ponto P02 (59º 5' 47,805"O 15º 26' 41,921" S); deste ponto, segue em linha reta com 208,78 metros sentido sudeste até alcançar o ponto P03 (59º 5' 41,912"O 15º 26' 45,587" S); deste segue 653,74 metros por cerca entre propriedades particulares e cruzando o "córrego dos Bagres" até o ponto P04 (59º 5' 27,041"O 15º 26' 29,963" S); deste segue em linha reta por 453,54 metros cruzando a estrada sem nome até alcançar o ponto P05 (59º 5' 13,609"O 15º 26' 36,884" S); deste segue em linha reta por 771,32 metros cruzando estrada vicinal sem nome até o ponto P06 (59º 5' 33,403"O 15º 26' 53,036" S); deste segue sentido sudeste a 68,15 metros até o ponto P07 (59º 5' 35,414"O 15º 26' 54,089" S); deste segue 75,54 metros até o ponto P08 (59º 5' 36,661"O 15º 26' 56,228" S); deste segue 66,93 metros até o ponto P09 (59º 5' 37,021"O 15º 26' 58,376" S); deste segue 172,13 metros até o pontoP10 (59º 5' 36,980"O 15º 27' 03,975" S); deste segue 50,33 metros até o ponto P11 (59º 5' 36,524"O 15º 27' 05,551" S); deste segue 401,48 metros até o ponto P12 (59º 5' 31,899"O 15º 27' 17,816" S); deste segue 293,39 metros até o ponto P13 (59º 5' 28,549"O 15º 27' 26,789" S); deste segue 391,80 metros até o ponto P14 (59º 5' 22,474"O 15º 27' 38,089" S); deste segue 66,73 metros até o ponto P15 (59º 5' 21,781"O 15º 27' 40,152" S); deste segue 87,19 metros até o ponto P16 (59º 5'21,226"O 15º 27' 42,937" S); deste segue 68,94 metros até o ponto P17 (59º 5' 20,787"O 15º 27' 45,139" S); deste segue 87,85 metros até o ponto P18 (59º 5' 20,709"O 15º 27' 47,995" S); deste segue sentido sul a 49,93 metros até o ponto P19 (59º 5' 20,665"O 15º 27' 49,618" S); deste ponto segue sentido sudoeste a 96,03 metros até o ponto P20 (59º 5' 22,631"O 15º 27' 52,093" S); deste ponto segue 112,90 metros até o ponto P21 (59º 5' 24,687"O 15º 27' 55,176" S); deste ponto segue 151,13 metros até o ponto P22 (59º 5' 27,598"O 15º 27' 57,393" S); deste ponto segue 206,22 metros, no sentido Oeste até atingir o Marco Ponto 0010 (59º 5' 33,5102"O 15º 28' 00,0985" S); deste segue 50,857 metros sentido Oeste até o ponto P23 localizado na BR-174 (59º 5' 35,130"O 15º 28' 00,619" S); deste segue 2.414,19 metros em linha reta sobre a BR-174 até o Ponto P01, perfazendo a área total do perímetro urbano de 1.871.320,00 m² (um milhão oitocentos e setenta e um mil e trezentos e vinte metros quadrados).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos/MT, em 18 de maio de 2022.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2022

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, inscrita no CNPJ 04.215.993/0001-70, **CONTRATADO a empresa AUTOCAR COMERCIO DE VEICULOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 07.137.068/0001-66, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** AQUISIÇÃO VEICULO NOVO, TIPO CAMIONETE CABINE DUPLA, 0KM, COR BRANCO, ANO/MODELO 2021/2021 OU SUPERIOR, PICK-UP, TRAÇÃO 4X4, MOTOR A DIESEL DE NO MÍNIMO 2.4 LITROS TURBO, COM NO MÍNIMO 16 VÁLVULAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 190CV COM CÂMBIO AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 06 (SEIS) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) MARCHA RÉ, COM AR CONDICIONADO INSTALADO DE FÁBRICA, CAÇAMBA NORMAL, CAPACIDADE DE CARGA DO VEICULO DE NO MÍNIMO 1.000KG, COM PINTURA ORIGINAL DE FÁBRICA, RODAS DE LIGA LEVE, ARO 17, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 70 LITROS, TRAVAS E VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, ALARME COM CONTROLE REMOTO, AIR BAG FRONTAIS, LATERAIS E DE CORTINA, FREIOS ABS E EBD, COM CONTROLE DE ESTABILIDADE, BANCOS COM REVESTIMENTO EM COURO, FARÓIS DE NEBLINA, JOGO DE TAPETES, PROTETOR DE CARTES, KIT MULTIMÍDIA OU TECNOLOGIA SUPERIOR ORIGINAL DE FÁBRICA, CÂMERA DE RÉ, ESTEPE PROTETOR CAÇAMBA, ESTRIBO LATERAIS CAPOTA (LONA) MARÍTIMA, PROTETOR DE BORDAS E DEMAIS ACESSÓRIOS E ITENS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN , COM GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES NADA PELO FABRICANTE. VEICULO A SER ENTREGUE E EMPLACADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS_MT, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME O TERMO DE CONVENIO Nº 0015/2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEDUC) E O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT., através de Adesão à Ata de Registro de Preços. **VALOR CONTRATO:** R$ *268.500,00* **DATA EMISSÃO:** 18/05/2022, **DATA VENCIMENTO:** 18/05/2023, **TIPO LICITAÇÃO:** ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 102/2021, DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2021. MUNICIPIO DE ITANHANGÁ-MT, INSCRITO NO CNPJ: 07. 209.225/0001-00.

Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 04/2022

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna publico aos interessados que Adjudicou e homologou as seguintes licitação na modalidade **Tomada de Preço nº 04/2022**, **objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NO DISTRITO DE MAQUINA QUEIMADO, PELO MENOR PREÇO, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO ENGENHEIRO.**, e sagrou vencedora a empresa SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 07.461.414/0001-67, vencedor no valor global de R$ 435.885,71. Vale de São Domingos-MT, 18 de Maio de 2022. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº 234/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR André Fellipe da Silva Ferreira,no cargo em Comissão de Subsecretário-DNS 02, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação,com efeito a partir de 03 de maio de 2022.

.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº34/2022 – TERMO DE FOMENTO

Processo nº 807325/2022.Termo de Fomento para execução do **Projeto "Dança e Música**" por meio da realização de aulas de música, canto, dança e alfabetização, além de artes lúdicas para 90 (noventa) crianças com idade entre 02 e 05 anos no contraturno escolar em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, pelo período de 06 (seis) meses, a partir da data de assinatura no valor global de valor global de R$ 16.660,00 (dezesseis mil e seiscentos e sessenta reais), que será repassado em 1 (uma) única parcela conforme plano de ação 2022, via Dispensa de Licitaçãocom a**Instituição Filantrópica Educacional O Pequeno Galileu - CNPJ n° 06.237.492/0001-10**, conforme plano de trabalho. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 18 demaio de 2022. **Ana Cristina Vieira e Silva**-Secretária Municipal de Assistência Social.

EXTRATO CONTRATO N. 130/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa SELPROM TECNOLOGIA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 11.644.806/0001-39. *FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:* Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS n. 08/2022, que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 794882/2022. *OBJETO: O presente Termo de Contrato tem por objeto a seleção e contratação de empresa de engenharia para execução de obra de Instalação Elétrica Predial de Baixa Tensão e a Construção de Posto de Transformação de 112,5kVA e Rede de Derivação em Média Tensão 15KV na unidade escolar CMEI "WILSON SODRÉ FARIAS" localizado na Rua A, S/ Nº. Bairro: José Carlos Guimarães, para Alimentação das Instalações Elétricas com Segurança e Confiabilidade das na unidade escolar, no Município de Várzea Grande/Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 154.317,55 (cento e cinquenta e quatro mil trezentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos).* U*O: SECRETÁRIA DE EDUCAÇAO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que se iniciará a partir da data da sua assinatura. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, o servidor – Engenheiro Eletricista – Israel Rosberg Costa - CREA MT 048484, inscrito no CPF n. 058.884.021-17.*

DATA DE ASSINATURA: 17.05.2022.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação

Contratante

SELPROM TECNOLOGIA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI-EPP

Contratada

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

PROCESSO Nº. 014/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022

TIPO: Menor Preço Global por Lote

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de software, CHATTERBOT, com os serviços e integração ao Sistema GSAN licitado, nas plataformas Facebook Messenger, Instagram, Telegram, WhatsApp e Web, com serviços de apresentação de visões e dashboards em tempo real com hospedagem, operação e processamento do sistema, impressão de documentos e Gestão Técnica e Operacional de Ambientes, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

EMPRESA VENCEDORA:

LOTE ÚNICO

A empresa **LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIRO LTDA** CNPJ: 17.211.387/0001-44, foi a **VENCEDORA,** para o lote, fechou com valor total de **R$ 49.500,00 (quarenta nove mil, quinhentos reais).**

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a analise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 18 de maio 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

Processo Administrativo Disciplinar nº 048/2019

Investigado: ROBERTO MAZAROPPE DE ALMEIDA

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

De acordo com o disposto no § 1º do artigo 179 da Lei Complementar nº 1.164/91 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 048/2019, conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância

e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021 de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, de 11 de junho de 2021, página 502, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, fica Vossa Senhoria **CITADO** para no prazo legal **de 20 (vinte) dias,** apresentar **DEFESA ESCRITA**,**nos autos do PAD 048/2019,** contados a partir da última publicação deste Edital,devendo tomar ciência de todos os seus atos pessoalmente ou através de advogado legalmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, consoante o Art. 165, e § 1º do Art. 170 da Lei Municipal 1.164/1991, permanecendo os autos à sua disposição para obtenção de vista na sala da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, com sede localizada na Av. Castelo Branco, nº 2.500, Bairro Água Limpa, Paço Municipal "Couto de Magalhães" nesta cidade, de segunda a sexta-feira, das 12h00 às 17h00, sob pena de lhe ser decretada a Revelia.

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e

Processos Administrativos Disciplinares

Matrícula nº 31.375

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 57, DE 12 DE MAIO DE 2.022.

Designa servidor para exercer a função de Fiscalao 4º termo aditivo do Contrato N° 071/2018 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -Designar o servidor**WALTER BARROS DA SILVA**, brasileiro, Gerente de Educação e Saúde, portador da Cédula de Identidade RG nº 14933466 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 705.204.701-25, matricula 43030 em substituição a servidora ÉRIKA WALLESKA SANTANA DA CRUZ, inscrita no CPF nº 004.402.471-10 como**FISCAL DE CONTRATO** para atender as necessidades da Atenção Primária de Saúde/VGa partir da data 01/03/2022 referente ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do **4º Termo Aditivo aoCONTRATO N° 071/2018**firmado com a Empresa**MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.657.198/0001-20, cujo objeto Contratação de empresa capacitada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde classificados dos grupos: "A" "B" e "E", para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, Unidades de Atenção Secundária, Centro Odontológico de Várzea Grande, CADIM, Vigilância em Saúde (Centro de Zoonoses) e Unidades Básicas de Saúde.

Art. 2º - Caberá ao fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhes:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - Oservidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data da assinatura do Contrato.

Várzea Grande, 12 de maio de 2022.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

PAUTA DE JULGAMENTO DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 15/06/2022

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, faz saber que a 38ª Sessão Ordinária será realizada dia 15/06/2022, às 09h00min, na Secretaria de Gestão Fazendária, sala de reunião, com a seguinte pauta:

1 - Processo CMRF n° 100 - Selprom Tecnologia Ltda - Epp (gespro 752744/21) x Fisco Municipal – ISS – Conselheira Relatora AdrianaSchlitter;

2 – Processo CMRF n° 103–MRV Prime Projetos MT O Incorporações SPE Ltda (gespro 800226/22) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro Relator Rodrigo Yawata Chagas;

Nos termos da PORTARIA Nº 03/CMRF/2020:

a) o pedido de sustentação oral deverá ser encaminhado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscais@varzeagrande.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento, o requerente e o número do seu telefone;

b) o envio de memorial poderá ser realizado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscais@varzeagrande.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento e o requerente.

Várzea Grande; 18 de maiode 2022.

MAXWEL SILVA ALVES

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, através do Processo nº 8085271/2022, comunica a contratação de empresa capacitada para a disponibilização de CURSO contratação via Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto trata do contratação de curso de capacitação de pessoal por meio de

curso com ênfase na área tributária, ministrada pela empresa CIAP Projetos, com o tema "Modernização da Administração Tributária, utilizando 03 (três) ferramentas especializadas, singulares e próprias, a FCF – Filosofia Cientifica de Fiscalização, o MRA – Mecanismo Racional de Arrecadação e o SDC - Sistema Dinâmico de Cadastro, com adoção da oficina prática de levantamento de ISS, do últimos 05 (cinco) anos de 13 (treze) agências bancárias e 02(duas) cooperativas de crédito" para os servidores da carreira fiscal do Município de Várzea Grande, através da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022**, com a empresa **CIAP PROJETO LTDA -** CNPJ: 08.266.798/0001-20, valor global de R$ 17.590,00 (dezessete mil, quinhentos e noventa reais), com vigência do prazo de treinamento, estimado para (23 a 27) de maio. O presente documento encontra-se disponível no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/3965. Várzea Grande-MT, 18 de maio de 2022. **LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA.**

ATO Nº226/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Iago Marcelo Mineiro da Silvado cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7,da Secretaria Municipal de Viação e Obras,com efeito a partir de 02 de maio de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 129/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.710.871/0001-00. *FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: *Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 21/ 2021, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n.132/2021, no Termo de Referência n. 17/2021 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 808803/2022. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL:* Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 207.310,00 (duzentos e sete mil, trezentos e dez reais). U*O: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA FONTE: 0150. VIGÊNCIA O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação.FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:* A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que designa neste ato, o servidor WANDERSON GONÇALVES DE CARVALHO, inscrito no CPF n. 827.085.681-91; e como suplente fiscal, o servidor ROSANE VIEIRO VEIGA, inscrito no CPF n. 504.961.070-20.

DATA DE ASSINATURA: 17.05.2022.

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria De Gestão Fazendária

Contratante

STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI

Contratada

PORTARIA N°.143/2022

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar o Servidor do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horária	Classe/ Nível
Maciel Rodrigues de Arruda	560	Agente de Saneamento	01/06/2012	Sim	40 horas	B/08

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 17/05/2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Aostrezedias do mês deabrildo ano de dois mil e vinte e dois, no Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, localizado no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 09hs13min, o Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, Senhor Maxwel Silva Alves, após conferir o quórum deu início às atividades declarando aberta a 36ª Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Recursos Fiscais. Comunicou que pelo fato do Conselheiro Dr. JomasFulgêncio de Lima Junior estar em gozo de férias e este ter solicitado vistas ao processo da Selprom Tecnologia Ltda - Epp na sessão anterior, estes autos serão analisados na próxima sessão.Em seguida, foi realizada a leitura e apreciação dos seguintes Acórdãos:**1 - Processo CMRF n°81- Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA – Sicredi Sudoeste MT/PA (Gespro 575677/19) x Fisco Municipal – ISS – Conselheira Relatora Adriana Schlitter; 2 – Processo CMRF n°92- A C Almeida & Cia Ltda (Gespro 722016/21) x Fisco Municipal – Taxa de Alvará de Localização e Funcionamento – Conselheira Relatora Milva Alessandra Cavalheiro ; 3 – Embargos de Declaração Processo CMRF n°80 – Abelha Táxi Aéreo e Manutenção Ltda x Fisco Municipal – ISS – Conselheiro Washington Luiz Lopes Filho;** os quais foram objetos de apreciação, conferência, aprovação e assinatura dos demais Conselheiros. O Sr. Presidente esclareceu que será providenciada a publicidade dos citados acórdãoscom a publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, após isso, será dada ciência as partes integrantes da lide processual. Ato contínuo, foirealizada a leitura da Ata da 35ª Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, a qual foi devidamente aprovada por todos os Conselheiros.A seguir, passou-se à apreciação da ordem do dia iniciando os julgamentos dos seguintes processos:**1) Processo CMRF n° 95 – Betania Empreendimentos Imobiliários Ltda.x Fisco Municipal - IPTU– Conselheiro Relator Vando Faustino de Araújo;**O Sr. Conselheiro Relator procedeu a exposição do relatórioe voto, dando conhecimento ao recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no mérito negou provimento ao pedido. O voto do Sr. Conselheiro Relator foi acompanhado pelos demais conselheiros, os quais foram proferidos verbalmente, de forma alternada entre os Representantes classistas e servidores do município. O conselheiro Dr. Thiago Coelho da Cunha pediu que constasse em ata a necessidade de elaboração de súmula ou alteração do artigo 14 da lei do contencioso, pois já foi questionado algumas vezes se o julgamento de 1° instância deve ser realizado pelo julgador de forma individual ou em conjunto. **2)Processo CMRF n° 97 – GincoPltinum Incorporações Ltda (Gespro 745088/21) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro relator Dr. Thiago Coelho da Cunha;**O Sr. Conselheiro Relatorprocedeu a exposição do relatório e voto, dando conhecimento do recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no mérito negou provimento ao pedido, mantendo o julgamento de 1° estância, entretanto o conselheiro Vicente Gomes de Lacerda, solicitou vistas do processo.**3) Processo CMRF n° 98 – Várzea Grande Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda (Gespro 750252/21) x Fisco Municipal – IPTU- Conselheiro Relator Pablo Gustavo Moraes Pereira**; O Sr. Conselheiro Relator procedeu a exposição do relatório e voto, dando conhecimento ao recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no mérito negou provimento ao pedido. O voto do Sr. ConselheiroRelator foi acompanhado pelos demais conselheiros, os quais foram proferidos verbalmente, de forma alternada entre os Representantes classistas e servidores do município. Após a apreciação da ordem do dia, o Sr. Presidente mencionou que os acórdãos serão lavrados pelos Relatores ou, se vencido, pelo Conselheiro que proferiu o primeiro voto no sentido que prevaleceu até a próxima sessão de julgamento, para conferência e assinatura dos demais conselheiros, conforme cita o artigo 46 do Decreto 85/2018(Regimento Interno).Em seguida, procedeu a distribuição dos processospara a próxima sessão na seguinte ordem: 1**)Processo CMRF n° 99 – Várzea Grande Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda (Gespro 745940/21) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro Relator Maxwel Silva Alves; 2) Processo CMRF n° 101 – Marcel Dias de Almeida (Gespro nº 753627/21) x Fisco Municipal – IPTU- Conselheira Relatora Milva Alessandra Cavalheiro;.**Ato contínuo, oSr. Presidente indagou acerca da existência de impedimento para o exercício da função de julgamento relacionado aos processos anteriormente distribuídos, não houve declaração de impedimento. Por último, foi designada para o dia 18/05/2022, às 9:00 horas, a 37ª sessão ordinária e facultada a palavra aos demais conselheiros. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 11h15min e, eu, Maxwel Silva Alves, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada pelo Pleno do Conselho Municipal de Recursos Fiscais será assinada por todos os presentes e publicada em Diário Oficial. Várzea Grande-MT, 13 deabril de 2022.

CONSELHEIRO	ASSINATURA
MAXWEL SILVA ALVES	
WASHINGTON LUIZ LOPES FILHO	
JOSIVANIA FRANCA SANTOS	
VICENTE GOMES DE LACERDA	
ADRIANA SCHLITTER	
MILVA ALESSANDRA CAVALHEIRO	
RODRIGO YAWATA CHAGAS	
JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR	
THIAGO COELHO DA CUNHA	
VANDO FAUSTINO DE ARAÚJO	
BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA	
PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA	

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2022

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 006/2022, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Eletrônico n.º 005/2022** regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Realizado no dia: 13/05/2022

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de software, CHATTERBOT, com os serviços e integração ao Sistema GSAN licitado, nas plataformas Facebook Messenger, Instagram, Telegram, WhatsApp e Web, com serviços de apresentação de visões e dashboards em tempo real com hospedagem, operação e processamento do sistema, impressão de documentos e Gestão Técnica e Operacional de Ambientes, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

RESULTADO:

LOTE ÚNICO

A empresa **LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIRO LTDA** CNPJ: 17.211.387/0001-44, foi a **VENCEDORA,** para o lote, fechou com valor total de **R$ 49.500,00 (quarenta nove mil, quinhentos reais).**

Várzea Grande, 18 de maio de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA- DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA 79/2022

Dispõe sobre a EXONERAÇÃO A PEDIDO da servidora **KARINE RAQUEL FRANCISCA METELO** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar a pedido a servidora **KARINE RAQUEL FRANCISCA METELO**, do cargo de Chefe de Departamento, DGA 7, do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande –**PREVIVAG**, a partir de **18/05/2022**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 18 de maio de 2022.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 017/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Data da sessão: **02 de junho de 2022, às 09:00 hrs (horário Oficial de Mato Grosso - MT).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.dae.varzeagrande.mt.gov.br

Várzea Grande-MT, 18 de maio de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA **PREGOEIRA - DAE/VG**	CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA **DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG**

PORTARIA N° 142/2022

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar a Servidora do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horária	Classe/ Nível
Daniela Arruda de Oliveira	710	Agente de Saneamento	02/05/2019	Não	40 horas	B/02

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 16/05/2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Processos: CMRF 725342/21 e 750252/21

Recorrente: Várzea Grande Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA.

Endereço: Rua 72, n.º 783, Ed. Trend Office Home, Jardim Goiás, Goiânia/GO.

Assunto: Impugnação de IPTU referente ao Processo n.º 718277/2021.

Relator: Conselheiro - Pablo Gustavo Moraes Pereira

RELATÓRIO

Trata-se de recurso proposto pela empresa Várzea Grande Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, inconformada com a decisão de 1ª Instancia, que indeferiu o pedido da mesma em relação a suspensão da cobrança do IPTU da inscrição n.º 175720 e a competente expedição de certidão negativa, revisão do valor venal, vistoria in loco, recadastramento do imóvel para as bases reais e suspensão da cobrança e de emissão de carne de cobrança ate o julgamento final do requerimento.

Após impugnação apresentada pela recorrente, fora feita vistoria in loco pela equipe responsável, determinada pelo Auditor Fiscal Tributário Júlio Leite Junior, o qual atestou não haver quaisquer divergências em relação ao cadastro, não sendo passível de qualquer alteração ou atualização relacionada ao imóvel, bem como discorreu em suas contrarrazoes, rebatendo todos os pontos elencados pela defesa da recorrente, fls. 76 a 81.

Posteriormente, foram submetidos os autos a analise da julgadora de 1ª Instancia, Sra. Stefania Borges, que entendeu por manter o lançamento do IPTU relacionado ao imóvel referente aos anos de 2020 e 2021, apresentando suas razoes legais, bem como devolveu os autos para ciência das partes e futuras providencias.

Inconformada com a decisão de primeiro grau, a recorrente apresentou o presente recurso, que passamos adiante a analisar:

DAS ALEGACOES DA RECORRENTE

1 - Aduz a recorrente, que não merece guarida a imposição de reconhecimento de firma para devida representação em sua procuração, apontada pela julgadora de primeira instancia, uma vez que trata-se de Procuração Ad Judicia Et Extra.

Nesse sentido, razão assiste a recorrente, uma vez que encontra-se pacificada tal matéria em nosso ordenamento jurídico, tratando-se de representação por advogado constituído, dispensável se torna o reconhecimento de firma em cartório, como dispõe o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lei n.º 8.906/1994.

O STF, a mais alta corte da Justiça brasileira, é clara: "Tendo a Lei nº 8.952, de 13.12.94, suprimido a expressão "estando com firma reconhecida" do art. 38 do Código de Processo Civil, tal formalidade, (...), não mais se exige do advogado, nas procurações ad judicia, prevalecendo a norma de caráter especial (...)".

O STJ também decidiu: "A atual redação do art. 38 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei 8.952/94, passou a dispensar o reconhecimento de firma para as procurações ad judicia et extra, o que vale dizer que mesmo os instrumentos com poderes especiais estão acobertados pela dispensa legal".

2 – Afirma ainda a recorrente, que existe discrepância em relação ao valor do mercado atual do imóvel, que serve como base de cálculo para o IPTU, apontando erro da administração e requerendo a revisão de tais valores.

O valor venal é o valor da propriedade imóvel resultante de avaliação realizada, normalmente, pela prefeitura do município onde o bem fica localizado. Vale dizer ainda que essa avaliação tem como base critérios objetivos e previstos em lei, e não em estipulações contratuais das quais podem surgir aleatórios preços de negócio

Pois bem, consta nos autos pedido por parte da recorrente de vistoria *in loco*, que fora devidamente realizada pela administração pública, não constatando qualquer motivo para quaisquer alterações em relação do imóvel, que pudesse causar variação em seu valor venal, utilizado como base de calculo para resultar no valor do IPTU, estando os valores estabelecidos em conformidade com a legislação vigente, sendo matéria superada em nossa legislação.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. TUTELA DE URGÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA COBRANÇA DE IPTU. SUPOSTA SUPERVALORIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO METRO QUADRADO NA REGIÃO ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS IMÓVEIS TRIBUTADOS. CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE IBIRITÉ. CRITÉRIOS OBJETIVOS. PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE E LEGITMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. - No âmbito do Município de Ibirité, o Código Tributário Municipal prevê critérios objetivos para o cálculo do valor devido a título do IPTU, entre os quais se inclui o valor do metro quadrado do terreno - Ausente a demonstração de plano da incorreção no valor venal dos imóveis tributados, deve ser indeferido o pretendido sobrestamento da cobrança do imposto, em privilégio da presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo - Recurso a que se nega provimento. (TJ-MG - AI: 10000204501704001 MG, Relator: Corrêa Junior, Data de Julgamento: 20/10/2020, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/10/2020)

Ademais, a juntada de avaliação feita por terceiros não merece prosperar, pois a avaliação legal, que produz os efeitos jurídicos, realizada pelo ente público e imperativa, uma vez que este tem plena responsabilidade pelos seus atos, bem como seus gestores.

Sem maiores delongas, razão não assiste as alegações da recorrente, pugnando desde já pelo seu indeferimento.

3 – Pedido de suspensão da cobrança do IPTU até o julgamento do mérito do Processo n.º 586808/2019.

De maneira suscinta, entendemos totalmente improcedente o pedido, face a intempestividade do mesmo, razão pela qual desnecessário adentrar o mérito de tal questão.

4 – Referente a alegação que carece de decisão final nos autos 586808/2019, sobre as áreas verdes.

Sem maiores delongas, já fora objeto de discussão não só naquele processo, como nos autos de primeira instancia, o não reconhecimento de tais áreas de proteção ambiental, conforme artigo 31 da Lei n.º 3.349/2009, frisando ainda que tal realização se deu pelo Auditor Maxwell Silva Alves, as fls. 26 do Processo n.º 593255/2019, não existindo ainda qualquer averbação no documento de propriedade do imóvel.

5 – Disparidades injustificáveis de métricas com imóveis semelhantes/vizinhos, pleiteando pela reavaliação dos parâmetros de cobrança para não haver tratamento diferenciado a contribuintes na mesma situação.

Não há o que se falar sobre tal assunto, uma vez que não e livre a determinação de tais métricas, e sim, embasadas pela legislação vigente, cabendo simplesmente ao gestor aplica-las. Qualquer alteração deve ser acompanhada de legislação vigente.

6/7 – Por fim, aduz a recorrente a suspeição do julgamento por auditores fiscais tributários, face a suposto interesse econômico ou financeiro.

Trazendo a este tema a legislação vigente, totalmente improcedente se torna as alegações da recorrente, uma vez que investidos em fé pública, compromissados perante a Lei, resguardados ainda pelo Código Tributário Municipal, onde dispõe sobre suas prerrogativas e atribuições, não podendo se falar em momento algum em qualquer parcialidade por tais agentes públicos, vejamos.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL E ORIENTAÇÃO DOS CONTRIBUINTES

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

Da Administração Fiscal

Art. 227. Todas as Fundações referentes ao cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelo órgão fazendário e repartições a ele subordinadas, segundo respectivo regimento.

Art. 228. Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância das Leis Fiscais.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.

§ 2º As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Art. 229. Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Art. 230. São autoridades fiscais, para efeito deste Código, as que tem jurisdição e competência definidas em Leis e Regulamentos.

Ademais, com relação ao pedido da recorrente em relação aos auditores fiscais tributários julgarem seus pedidos, frise-se que o presente relator é advogado, vereador, integrante do Conselho Municipal de Recursos Fiscais de Várzea Grande/MT, tendo assento pela Câmara Municipal, tendo ampla independência e livre de quaisquer suspeições ou benesses de qualquer natureza, julgando imparcialmente toda a matéria que lhe for concedida analise legal.

Com o exposto, entendo improcedente tais alegações.

CONSIDERACOES FINAIS

Por fim, a empresa citada não apresentou fatos novos, capazes de ensejar entendimento favorável a suas alegações, mesmo o órgão recebedor dando-lhe todas as oportunidades para apresentações de elementos convincente e novos fatos, onde poderia rever sobre decisões anteriormente tomadas.

Importante salientar, que foram devidamente respeitados os princípios do contraditório da ampla defesa, uma vez que o recorrente teve ciência de todos os atos processuais.

Interposto o recurso voluntário para a reforma da decisão de piso, nesse moldes não existem razões para reforma da decisão de origem, uma vez que não comprovou nos autos justificativa plausível para reforma da decisão de tela .

VOTO

Ante o exposto, **CONHECO** do presente recurso, desde já reconhecendo a legalidade da representação processual da recorrente, porem voto para **NEGAR PROVIMENTO** ao mesmo, uma vez que existe as razoes legais, tempestivas e devidas para a constituição, lançamento e cobrança do IPTU em tela, bem como pelas provas acostadas aos autos, pugnando pela manutenção da decisão de primeira instancia, devendo ser mantida a cobrança do IPTU.

Várzea Grande, 05 de Abril de 2022.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

CONSELHEIRO RELATOR

EXTRATO CONTRATO N. 124/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ n. 06.201.820/0001-28. *FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:* Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS N. 02/2022, que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 785621/2022. *OBJETO: O presente Termo de Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem na Rua Nova Esperança, localizada no Bairro Nova Esperança, no Município de Várzea Grande – MT, de acordo com as especificações descritas neste Projeto e seus anexos. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 881.790,23 (oitocentos e oitenta e um mil setecentos e noventa reais e vinte e três centavos).* U*O: SECRETÁRIA DE VIAÇÃO E ÓBRAS FONTE: 0150/1701. VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Viação e Obras que designa os seguintes servidores: Felipe Augusto Tezolin, Engenheira Civil, CREA n. MT41090, Alberto Alves Nazário Junior, Engenheiro Civil, CREA n. MT35488..*

DATA DE ASSINATURA: 16.05.2022.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria De Viação De Obras

Contratante

MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA

Contratada

PORTARIA N° 141/2022

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar o Servidor do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horária	Classe/ Nível
Willian Duardo Ferreira	671	Agente de Saneamento	04/12/2018	Não	40 horas	B/02

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 16/05/2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº35/2022 – TERMO DE FOMENTO

Processo nº 807788/2022.Termo de Fomento para execução do Projeto "A Arte de Conviver com a Diversidade" por meio da realização de oficinas lúdicas e participativas, três vezes por semana, com duração de 1h, através de temas com foco nas relações familiares, comunitárias e sócio emocionais, para 30 (trinta) crianças com idade entre 07 e 18 anos no contra turno escolar em situação de risco e/ou vulnerabilidade social,04 (quatro) meses, cujo repasse financeiro, será repassado em 1 (uma) única parcela conforme Plano de Ação 2022, no valor global de valor total de R$ 16.660.00 (dezesseis mil e seiscentos e sessenta reais), conforme plano de ação

2022, via Dispensa de Licitaçãocom a**ASSOCIAÇÃO NATIVO – CNPJ n° 36.924.942/0001-03**, conforme plano de trabalho. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 18 demaio de 2022. **Ana Cristina Vieira e Silva**-Secretária Municipal de Assistência Social.

ATO Nº 240/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Camylla Fernanda Rodrigues Arruda,no cargo em Comissão de Secretário Escolar-DNS 06, EMEB Irenice Godoy de Campos Silvana Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,com efeito a partir de 19 de maio de 2022.

.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº239/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Claudete do Espirito Santo Padilha do cargo em Comissão de Secretário Escolar – DNS 6,EMEB Irenice Godoy de Campos Silvada Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,com efeito a partir de 18 de maio de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 17/2022/CMDCA/VG

Dispõe sobrea alteração da lista dos Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes eleitos para o quadriênio-2020 a 2023.

.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes-CMDCA/VG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela LeiFederal 8069/90 e Lei Municipal 4095/2015 e,

Considerando o Pleito Eleitoral que elegeu os Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes, eleitos para a Gestão de 2020 a 2023;

Considerando a RESOLUÇÃO Nº.09/2022/CMDCA/VG/MT;

Considerando o ATO Nº 159/2022;

Resolve:

Artigo 1º- Dar Publicidade a nova lista de colocação dosConselheiros Titulares e Suplentes eleitos para o quadriênio-2020 a 2023, que tomaram posse na data de 10/01/2020 no município de Várzea Grande.

Quais sejam:

Conselheiros Titulares

1	277	Leidy Vania	585	**2,67**
2	286	Felipe Almeida	520	**2,37**
3	249	Jurandir Rodrigues Bento	507	**2,31**
4	245	Jovenil da Saúde	444	**2,03**
5	221	Silvia Solon	420	**1,92**
6	283	Victor Miranda	393	**1,79**
7	311	Benedita Bom Conselho	375	**1,71**
8	256	Alyson	359	**1,64**
9	239	Néia Almeida	346	**1,58**
10	316	Meire Cezar	325	**1,48**
11	253	Paulo X	325	**1,48**
12	276	Luzia	315	**1,44**
13	260	Carol Curvo Piovezan	315	**1,44**
14	205	Graciele Moraes	313	**1,43**
15	294	Vanda da Saúde	306	**1,40**

Conselheiros Suplentes

16	243	Benedita (Tuca)	294	**1,34**
17	324	Renata Gonçales Rodrigues	267	**1,22**
18	246	Claudionor Mano	265	**1,21**
19	313	Gislene Kelly	265	**1,21**
20	204	Prof.ª Alda Figueiredo	258	**1,18**
21	271	Alcione Brito	256	**1,17**
22	273	Solange Benção	252	**1,15**
23	335	Divina	252	**1,15**
24	361	Keila Barros	249	**1,14**
25	292	Silvio C. de A. Junior	242	**1,10**
26	305	Alciclei Santos	230	**1,05**
27	220	Ciele Silva	227	**1,04**
28	248	Marileide Souza	222	**1,01**
29	340	Olizete da Rosa Ponadt	213	**0,97**
30	358	ProfªJaira	212	**0,97**
31	268	Rosenil Silva	205	**0,94**
32	217	Elaine da Capoeira	204	**0,93**
33	272	Luciene Miranda	200	**0,91**
34	304	Edna Melo	198	**0,90**
35	288	Celio Ortiz	192	**0,88**
36	278	Thiago L. Rondon	187	**0,85**
37	263	Sandra Tabosa	186	**0,85**
38	211	Pastor Mário	177	**0,81**
39	349	Rodrigo do Hélio Ponce	172	**0,78**
40	223	Ademilson da Saúde	171	**0,78**
41	229	Rosana Giripoca	166	**0,76**
42	234	Eduardo Cerqueira	160	**0,73**
43	308	Lidio Lopes	157	**0,72**
44	244	Nany Filha do Marião	156	**0,71**
45	356	Lúcia Maria Gonçalves	155	**0,71**
46	219	Prof.ª Shirley	148	**0,68**
47	337	Benedito Abel	146	**0,67**
48	270	Nena	141	**0,64**
49	330	Leo Almeida	138	**0,63**
50	236	Eder Pereira Costa	138	**0,63**
51	226	Marcia Melo	134	**0,61**
52	336	Luiz Bananinha	131	**0,60**
53	261	Eliana Aparecida Bess	131	**0,60**
54	210	Jane Proença	129	**0,59**
55	295	Francisbene M. Mayer	127	**0,58**
56	206	Mike	126	**0,57**
57	202	Ilda Campos	125	**0,57**
58	318	Irmão Loyola	123	**0,56**
59	363	Joanita Gonçalves	122	**0,56**
60	306	Ellen Mineiro	122	**0,56**
61	252	Adriana Alves	119	**0,54**
62	233	Carlos Folles	116	**0,53**
63	227	Val Santos (Nega)	109	**0,50**
64	321	Sara Basualdo	109	**0,50**
65	255	Taís Pardinho	104	**0,47**
66	215	Jéssica Campos	101	**0,46**
67	359	Cristiane D. de O. Arruda	98	**0,45**
68	232	Reinaldo Gomes	93	**0,42**
69	334	Gracinha Formigueiro	92	**0,42**

70	259	Roseli M. Silva	88	**0,40**
71	214	Ivanete Barbosa da Silva	87	**0,40**
72	298	Izabel Morais	87	**0,40**
73	242	Marilce (Mary)	86	**0,39**
74	237	Dito Souza Filho	85	**0,39**
75	228	Janaina	85	**0,39**
76	344	Jackeline Lima Venâncio	81	**0,37**
77	299	Professora Renita	80	**0,37**
78	319	João Albuquerque	79	**0,36**
79	341	Pryscilla Moreira	77	**0,35**
80	302	Laura Auxiliadora	76	**0,35**
81	315	Venicius N. da Costa	74	**0,34**
82	353	Leize Magalhães	73	**0,33**
83	231	Legiane Magalhães	64	**0,29**
84	325	Fernanda de Paula Catulé	63	**0,29**
85	279	Camila Matos	56	**0,26**
86	343	Willian Mattos Folles	54	**0,25**
87	293	Jessica Santos	52	**0,24**
88	322	Vera Amorim	51	**0,23**
89	312	Tati	45	**0,21**
90	348	Marlene Transporte	43	**0,20**
91	264	Jucimara Lemes	41	**0,19**
92	339	Celina A. de Souza	40	**0,18**
93	347	Vanessa Aparecida Felix	40	**0,18**
94	203	Ritinha	40	**0,18**
95	287	Beth	36	**0,16**
96	323	Leidiana Silva	32	**0,15**
97	201	Marcos Silva	27	**0,12**
98	266	Gauchinho	27	**0,12**
99	254	Alessandra Moraes	26	**0,12**
100	241	Daniel Monge	24	**0,11**
101	258	Elisiane Moraes	23	**0,10**
102	297	Jobson Santos	21	**0,10**
103	291	Fernanda Santos	20	**0,09**
104	269	Lourdes Eugenia de A. Arruda	18	**0,08**
105	320	Dulcineia Melo	18	**0,08**
106	274	Fabrício Duarte	17	**0,08**
107	331	Silvana Santos	17	**0,08**
108	285	Aquelino Ferreira Gomes Neto	13	**0,06**
109	346	ProfªCristhina	10	**0,05**
110	225	Joziane Santiago	5	**0,02**
111	362	Erick D'elia	4	**0,02**
112	213	Ana Maria da Guia	4	**0,02**
113	247	Prof.ª Jairdes "Shige"	3	**0,01**
114	216	Marizeth Maria de Campos Martins	1	**0,00**
115	317	Adeilce M. Miranda	1	**0,00**
116	309	Manoel Gonçalo da Silva	0	**0,00**
117	207	Ricardo Tucano	298	**1,36**
118	212	Marlene Nunes	283	**1,29**
119	289	Evanil Barros	280	**1,28**
120	208	Neila	302	**1,38**

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Várzea Grande MT, 16de maio de 2022.

DIANE MARIA DE ALMEIDA MENDES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes

ATO Nº 241/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR João Victor da Silva Mota,no cargo em Comissão de Secretário Escolar-DNS 06, EMEB Professora Salvelina Ferreira da Silvana Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,com efeito a partir de 19 de maio de 2022.

.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2022

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2020 – HIDROGERON TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO LTDA.

Objeto: Locação, instalação e manutenção preventiva/corretiva de 02(dois) sistemas de gerador e dosador de solução oxidante a base de Hipoclorito de Sódio com capacidade produtiva de 100Kg de cloro ativo por dia cada, junto com 02 (dois) sistema completo para saturação e dosagem do fluossilicato de sódio.

Fiscal: Calmiro Francisco Ferreira

RG N.º 376130 SSP/MT CPF N.º 384.174.211-49

END.º: Rua Maranguá n.º 65 Bairro: Pedregal Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 525

Suplente de Fiscal: Benedito Justiniano Pedraça

RG N.º 112072 SSP/MT CPF N.º 047.980151-72

END.º: Rua Teofilo de Arruda n.º 429 Bairro: Duque de Caxias

Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 2.342

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 18 de maio de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

ATO Nº238/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Graciele Gonçalina Costa Souza do cargo em Comissão de Secretário Escolar – DNS 6,EMEB Salvelina Ferreira da Silva da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,com efeito a partir de 18 de maio de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Processos: CMRF/VG 95

Recorrente: BETANIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Endereço: Rua América do Sul, s/n Jardim dos Estados, Várzea Grande - MT.

Assunto: Impugnação de IPTU 2021 Inscrição Imóvel 31974.

Relator: Conselheiro – Vando Faustino de Araujo.

EMENTA: NULIDADE DE JULGAMENTO. VALOR VENAL A MAIOR. ÍNDICE INCORRETO. CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO DE IPTU 2021. PROVIMENTO DE RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.

RELATÓRIO

Recurso Administrativo Voluntário proposto pela empresa BETANIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 01.376.144/0001-00, contra decisão de 1ª Instancia pela manutenção do lançamento do IPTU do ano de 2021 relativo ao imóvel sob inscrição de nº 31974, inconformada com a decisão alegando que o julgamento foi feito em desacordo com o artigo 14 da lei Complementar 4354/2018 e quanto ao valor da base de calculo do IPTU de 2021 que quintuplicou no decorrer do ano de 2016 até 2021, solicitou que o valor da base de cálculo do IPTU seja o valor venal do imóvel constante na avaliação apresentada pelo recorrente de R$ 8. 470.900,00 e não o que consta no lançamento de R$ 45.925.477,84, além da atualização cadastral feita sem a devida notificação ao contribuinte.

DAS ALEGACOES DA RECORRENTE

1 – A recorrente questiona a nulidade da decisão por ter sido julgado a impugnação somente pela Auditora Fiscal STEFANIA BORGES DA SILVA – Mat. 86421, conforme preceitua o artigo 14 da Lei Complementar 4354/2018.

Artigo 14 - O julgamento do processo compete:

I - Em primeira instância: por 03 (três) servidores efetivos no cargos de Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal, devidamente anuentes de Termo de Responsabilidade, designados por ato da (o) Prefeita (o), com mandato de 01 (um) ano, permito uma recondução e aplicando-se o previsto no art. 51 desta Lei Complementar, e;

Não consta na lei que o julgamento será efetuado pelos 03 servidores.

2 – A recorrente alega que o valor Venal do imóvel quintuplicou em relação ano de 2016 que era de R$ 8.636.636,51 passando em 2021 para 45.925. 477,84 e diante de tal majoração fez duas avaliações do imóvel sendo a maior de R$ 8.470.900,00.

Quanto ao valor do aumento é de destacar que o contribuinte tem ciência do valor e busca enumerar o aumento de cinco vezes maior, mas ele tem sabe que o valor do aumento em relação ao ano anterior é de 4,28% quando o IPCA (IBGE) foi de 4,52%, ficando abaixo da inflação.

Informa ainda que o cadastro foi atualizado sem a devida notificação ao contribuinte e que o mesmo deveria ser notificado.

O Recorrente não verificou que no IPTU de 2020 já consta os mesmos dados que estão no de 2021 conforme comparação das folhas 36 e 44 do processo GESPRO 722058, portanto não há atualização de dados.

Questiona quanto a atualização do valor Venal do imóvel sendo que a planta genérica não foi atualizada, relatado pela Auditora Fiscal.

A atualização de acordo com a lei 3349/2009.

Afirma ainda que o valor foi atualizado por um índice que não possui amparo legal, comparando o valor acima da inflação no período.

O próprio recorrente admite que o valor deveria ser o da inflação do período por ele elencado a folha 7 do processo GESPRO 722058.

.

CONSIDERACOES FINAIS

A empresa recorrente não apresentou fatos novos, capaz de ensejar entendimento favorável a sua impugnação ao valor do IPTU lançado no ano de 2021 e demais alegações, a qual poderia ser revistos as decisões anteriores a manutenção do Crédito Tributário.

Importante salientar, que foram devidamente respeitados os princípios do contraditório da ampla defesa, uma vez que o recorrente teve ciência de todos os atos processuais.

VOTO

Ante o exposto, **CONHECO** do presente recurso, desde já reconhecendo a legalidade da representação processual da recorrente, porém voto para **NEGAR PROVIMENTO** ao mesmo, uma vez que existe as razoes legais, tempestivas e devidas para a constituição, lançamento e cobrança do IPTU em do ano de 2021, bem como pelas provas acostadas aos autos, pugnando pela manutenção da decisão de primeira instancia, devendo ser mantida a cobrança do IPTU.

Várzea Grande, 12 de Abril de 2022.

VANDO FAUSTINO DE ARAUJO

CONSELHEIRO RELATOR

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, o Conselho Municipal de Recursos Fiscais proferiu a seguinte decisão:

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão do voto do relator, pela manutenção do lançamento do crédito tributário do IPTU do exercício de 2021/2021, nº de lançamento 7463379/2021, no valor de R$ 229.627,39 (Duzentos e vinte e nove mil seiscentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos).

Participaram da sessão de julgamento, os Conselheiros: Srs. Maxwel Silva Alves- Presidente, Washigton Luiz Lopes Filho- Suplente, Josivania Franca Santos, Adriana Schlitter, Vicente Gomes de Lacerda, representantes da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, Jomas Fulgêncio de Lima Junior-representante da Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande-MT, Benedito Odário Conceição e Silva-representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI, Rodrigo Yawata Chagas, representante do Conselho Regional de Administração-CRA, Pablo Gustavo Moraes Pereira, representante Poder Legislativo Municipal de Várzea Grande-MT-Camará Municipal.

Várzea Grande-MT, 12 de Abril de 2022.

VANDO FAUSTINO DE ARAUJO

Conselheiro Relator

MAXWEL SILVA ALVES

Presidente

WASHIGTON LUIZ LOPES FILHO CONSELHEIRA

Suplente

JOSIVANIA FRANCA SANTOS

Conselheira

VICENTE GOMES DE LACERDA

Conselheiro

ADRIANA SCHLITTER

Conselheira

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR

Conselheiro

BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA

Conselheiro

RODRIGO YAWATA CHAGAS

Conselheiro

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Conselheiro

MILVA ALESSANDRA CAVALHEIRO

Conselheira

ATO Nº233/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Hermes Gonçalo Ferreira do cargo em Comissão de Subsecretário – DNS 2,da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano,Regularização Fundiária e Habitação, efeito a partir de 02 de maio de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 006/2022, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Presencial n.º 006/2022** regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global por Item

Realizado no dia: 11/04/2022

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção/fabricação e fornecimento de uniformes, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

RESULTADO:

SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP

A empresa **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP**, CNPJ: 08.711.005/0001-34, foi a **VENCEDORA,** para os **Itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12 e 13**, fechou com valor de **R$ 584.002,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil, dois reais)**.

Várzea Grande, 18 de maio de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA- DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ATO Nº 228/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Camilly Albuquerque de Almeida,no cargo em Comissão de Assistente Técnico-DNS 07, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana,com efeito a partir de 28 de abril de 2022.

.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA 80/2022

Dispõe sobre a NOMEAÇÃOdoSr.**VITOR NERI DAMASCENO**e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEARoSr.**VITOR NERI DAMASCENO**, do cargo de Chefe de Departamento, DGA 7, do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande –**PREVIVAG**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 18 de maio de 2022.

***Juarez Toledo Pizza* Presidente**

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 054/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.555.766/0001-32. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este contrato decorre da Adesão na Ata de Registro de Preços n. 232/2020-SEL, da licitação realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 080/2020- SRP, da Prefeitura do Município de Aparecida de Goiânia/GO, em conformidade com o disposto nas Leis 10.520/02, 8.666/93 e demais legislações pertinentes, tudo constante do processo administrativo n. 720212/2021, do qual faz parte o presente instrumento contratual. OBJETO: O presente instrumento contratual tem por objeto aditar, a CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO, a CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE e a CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO

ORÇAMENTÁRIA, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento e de segurança eletrônica integrada e manutenção, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos. VIGÊNCIA: O contrato para prestação de serviço terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante consenso entre as partes, nos termos dispostos no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações. VALOR O valor mensal do LOTE 01 é de R$ 111.360,65 (Cento e onze mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos); e, o valor único do LOTE 02 é de R$ 40.563,55 (quarenta mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), totalizando um valor global anual de R$ 1.376.891,35 (hum milhão trezentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos), b) O valor da instalação será pago em parcela única, sob demanda, totalizando a quantia de R$ 40.563,55 (quarenta mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 01500. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização da execução do objeto contratada é de responsabilidade da Contratante, que designa neste ato, na função de titular, o servidor DIEGO LUIZ COCCO DE BARROS, inscrito no CPF n. 123.959.979-84; e, na função de suplente, o servidor EDUARDO H. L. ZONATTO, inscrito no CPF n. 860.649.591-34.

DATA DE ASSINATURA: 13.05.2022.

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria Municipal De Educação

Contratante

NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA

Contratada

PORTARIA N° 140/2022

“Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias”.

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que “Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências”.

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar a Servidora do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horária	Classe/ Nível
Diony Marcislaine de Souza Dutra	708	Agente de Saneamento	25/04/2019	Não	40 horas	B/02

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 16/05/2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ATO Nº 242/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Graciele Gonçalina Costa Souza,no cargo em Comissão de Secretário Escolar-DNS 06, EMEB Professor Demétrio de Souza na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,com efeito a partir de 19 de maio de 2022.

.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Maio de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2022

O Município de Várzea, por intermédio **Fundo Municipal de Saúde,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.364.895/0001-60 neste ato sendo representado pelo Secretário **Gonçalo Aparecido de Barros**, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA,** modo de disputa **“ABERTO”** com critério de julgamento **MENOR PREÇOPOR ITEM**, Compra de Materiais e bens comuns, através de Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº. 25/2022, conforme descrição contida no Edital Nº. **19/2022** e seus Anexos.REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVÉISADULTO E INFANTIL** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT.Abertura prevista para o **dia 31 de maio de 2022**, às **10h00min** (horário Brasília - DF), Foi **PRORROGADOpara dia 03 de junho de 2022 às 10h00min** (horário de Brasília) O Edital completo está à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Saúde, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, sito à Avenida da FEB, nº 2.138, Bairro da Manga, Várzea Grande – MT – 78.115-904 – Fone (65) 3632-1500, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande – MT, 18

de maio de 2022.**Gonçalo Aparecido de Barros - Secretário Municipal de Saúde /SMSVG**

JULGAMENTO

Processo nº 0203

Sindicância nº 003/2022

Denunciado: B. L.A.H.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015; e

Considerando o termino dos trabalhos realizados pela comissão de Procedimentos Administrativos nomeada pela Portaria 094/CORREG.GERAL/2021, de 30 de novembro de 2021, conforme **PORTARIA Nº 094/CORREG.GERAL/2020, DE ABERTURA;**

Considerando os autos da Sindicância nº 003/2022 instaurada para apurar possíveis responsabilidades sobre os atos e fatos narrados na "Parte" protocolada sob nº 0095/22 (fl.05) protocolada nesta Corregedoria;

Considerando que durante a os trabalhos da comissão foram realizadas diligências, tomadas de declaração, interrogatório, obedecendo ao principio do contraditório e assegurado ao acusado a ampla defesa, com todos os meios legais admitidos;

A Comissão com base no conjunto probatório ENCONTROU elementos suficientes para INDICIAR a GM B.L.A.H..matricula 100609, por prática de transgressão disciplinar, tendo em vista a mesma infringir o Artigo 4º,I; da Lei 4.180/2016, Código de Ética e Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande;

Considerando todos os elementos trazidos aos autos, bem como o relatório final da Comissão de Procedimentos Administrativos da Corregedoria Geral da Guarda Municipal e ainda todo o exposto acima;

DECIDO:

ACATAR integralmente o Relatório final do Membro da Comissão da Sindicância, indicado a apurar os fatos, com fulcro no Art. 103 da LC 4.180/2016 c/c Artigo.177 da Lei 1.164/91, por entender que **RESTOU COMPROVADO** a existência de transgressão disciplinar a ser atribuída a servidora da Guarda Municipal B. L. A. H., matricula funcional nº 100609, a pena de ADVERTENCIA, tendo em vista a mesma infringir o Artigo 4º, inc. I da Lei Complementar nº 4.180/2016, Código de Ética e Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, vindo desta maneira a **COMETER TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR**;

1- **JULGAR,** com fundamento no Art.7º, inc. X, da LC nº 4.108/15, o servidor Guarda Municipal B. L. A. H., matricula funcional nº 100609, **RESPONSÁVEL** pelo cometimento de **TRANSGRESSÃO** disciplinar capituladas nos Artigos 4º,I; da Lei 4.180/2016, Código de Ética e Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande;

2- **APLICAR** com fundamento legal no Art. 95, inc. IV, da LC 4.180/2016 a servidora Guarda Municipal B. L. A. H., matricula funcional nº 100609, a sanção disciplinar de **ADVERTÊNCIA** prevista no Art. 87, inc. I da Lei Complementar nº 4.180/2016;

3- **DAR CIÊNCIA** a servidora do referido JULGAMENTO Auto da Sindicância nº 003/2022, Processo Corregedoria Geral nº 0203, nos termos do Art. 61, do Dec. 80/2015;

4- **APÓS O PRAZO, EXTINGUE-SE** a presente Sindicância nº 003/2022 com Julgamento de Mérito nos termos do Art. 92, Parágrafo Único, do Dec. Nº 80/2015;

5- **OFICIAR**, o Departamento de Recursos Humanos, para as necessárias anotações na ficha funcional da servidora e o devido arquivamento, conforme previsto no Art. 92, § Único, do Dec. Nº 80/2015.

Publique-se no Diário oficial e no Boletim Interno da GMVG;

Intime-se a parte interessada fornecendo cópia do julgamento,

Cumpra-se;

Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2022

Evandro Homero Dias

Corregedor Geral – GMVG

RE - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, através do Processo nº 808511/2022, comunica a contratação de empresa capacitada para a disponibilização de CURSO IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD, para capacitar servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, através da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022, com a empresa CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTOS EIRELI - CNPJ: 31.825.56/0001-40, cujo valor contratado totaliza a importância global de R$ 2.847,00 (dois mil e oitocentos e quarenta e sete reais), com vigência do prazo de treinamento, estimado para 02 dias (09 e 10 de junho/2022). O presente documento encontra-se disponível no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/3965. Várzea Grande-MT, 13 de maio de 2022. ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA N°134/2022

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar o Servidor do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horária	Classe/ Nível
Rodrigo Gomes da Cruz	698	Agente de Saneamento	19/02/2019	Não	40 horas	B/02

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 18/05/2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial

PROCESSO Nº. 013/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022

TIPO: Menor Preço Global por Item

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção/fabricação e fornecimento de uniformes, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

EMPRESA VENCEDORA:

SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP

A empresa **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP**, CNPJ: 08. 711.005/0001-34, foi a **VENCEDORA,** para os **Itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12 e 13**, fechou com valor de **R$ 584. 002,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil, dois reais)**.

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a analise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 18 de maio 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA N°0159/2022/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n/º3.797/2012.

EXERCÍCIO – 2017/2018					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
13397	ELIANY MARIA OLIVEIRA DE SILVA	TSAE- TSM	EMEB RUTH MARTINS SANTANA	16/05/22 A 14/06/22	**30**
EXERCÍCIO – 2018/2019					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
23915	JOSE LUIZ DA SILVA	TSAE- TSM	CMEI JOSE DE MENDONCA	30/04/22 A 29/05/22	**30**
EXERCÍCIO – 2019/2020					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
23915	JOSE LUIZ DA SILVA	TSAE- TSM	CMEI JOSE DE MENDONCA	30/05/22 A 28/06/22	**30**
82142	WALDESON ALVES RONDON	TSAE- TSM	EMEB EDNILSON FRANCISCO KOLLING	01/05/22 A 30/05/22	**30**
EXERCÍCIO – 2020/2021					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
7519	CELSO ALMEIDA DE JESUS	TSAE- TSM	EMEB PROF. MARIA JOANA DA S. ALMEIDA	01/06/22 A 30/06/22	**30**
23570	JOSE AUGUSTO SOMBRA VERISSIMO	TSAE- TSM	EMEB ANTONIO LINO DE CAMPOS	03/04/22 A 02/05/22	**30**
26748	LAURENÇA AUXILIADORA VIEIRA DE MATOS	PROFESSOR	CASA DE ARTE E CULTURA	16/05/22 A 25/05/22	**10**
26747	LAURENÇA AUXILIADORA VIEIRA DE MATOS	PROFESSOR	CASA DE ARTE E CULTURA	16/05/22 A 25/05/22	**10**
32358	MARIA DE FATIMA FERREIRA DE SANTANA	PROFESSOR	EMEB LENINE C. POVOAS	16/05/22 A 20/05/22	**5**
86159	MARIA OLGA DE BARROS CAMPOS	PROFESSOR	EMEB JUVENILIA MONTEIRO OLIVEIRA	04/05/22 A 16/05/22	**13**
35035	MATEUS DE SOUZA FILHO	TSAE- TSM	EMEB ANTONIO LINO DE CAMPOS	02/05/22 A 31/05/22	**30**
38169	OZIEL ALBERTINO DE CAMPOS	TSAE- TSM	EMEB HONORATO PEDROSO DE BARROS	01/05/22 A 30/05/22	**30**
84397	REGIANE HORSTMANN	TSAE- TSM	EMEB PROF. LIBIA COSTA RONDON	02/05/22 A 31/05/22	**30**
EXERCÍCIO – 2021/2022					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
98263	ALIETE DE JESUS DA SILVA	TSAE - TN	EMEB NAPOLEAO JOSE DA COSTA	10/05/22 A 08/06/22	**30**
82049	BENEDITA LOADIR PEREIRA LEITE	PROFESSOR	CMAEAI JOAO RIBEIRO FILHO - JOAO MULETA	17/05/22 A 19/05/22	**3**
82115	CESAR MURILO MOURAO LOPES	TSAE- TSM	CMEI AURELIA CORREA DE ALMEIDA	16/05/22 A 14/06/22	**30**
10547	DEVANIL LOPES DA COSTA	PROFESSOR	EMEB PROFESSOR PAULO FREIRE	04/05/22 A 02/06/22	**30**
12565	EDSON REZENDE DA SILVA	TSAE- TSM	EMEB PADRE LUIZ MARIA GHISONI	01/06/22 A 30/06/22	**30**
82020	ELIANE WINCK	PROFESSOR	EMEB PROF. MARIA BARBOSA MARTINS	02/05/22 A 31/05/22	**30**

82174	FABIULA DA SILVA SANTOS	TSAE - THM	EMEB JAYME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR	01/06/22 A 30/06/22	**30**
20665	IZABEL CONCEICAO VITALINO	PROFESSOR	CMEI PROFª. LUCIA HELENA DE CAMPOS	02/05/22 A 06/05/22	**5**
84067	JANICE JESUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA	PROFESSOR	CMEI PROF. ANTONIO AMORIM DE CAMPOS	20/06/22 A 24/06/22	**5**
84211	JARBAS DE SOUZA FREITAS	TSAE- TSM	CMEI SAO DOMINGOS SAVIO	15/06/22 A 14/07/22	**30**
24823	JOZINETE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	TAE	EMEB PROF. ANGELA JARDIM BOTELHO	02/05/22 A 31/05/22	**30**
84427	LEONARDO LIMA FRAZAO	TSAE- TSM	EMEB APOLONIO FRUTUOSO DA SILVA	01/05/22 A 30/05/22	**30**
138885	MARCELO FABIANO DOS SANTOS MOREIRA	TSAE- TSM	CMEI PROF EDSON REVELES PEREIRA	01/06/22 A 30/06/22	**30**
30982	MARCIA RODRIGUES MACEDO	PROFESSOR	EMEB ALINO FERREIRA DE MAGALHAES	16/05/22 A 23/05/22	**8**
30981	MARCIA RODRIGUES MACEDO	PROFESSOR	EMEB ALINO FERREIRA DE MAGALHAES	16/05/22 A 23/05/22	**8**
143724	NEYVA RIBEIRO DE OLIVEIRA SOUZA	GERENTE - DNS 06	CASA DE ARTE E CULTURA	16/05/22 A 25/05/22	**10**
84415	ROZANGELA FERREIRA DA SILVA	TSAE- TSM	CMEI NAIR SACRE	05/05/22 A 03/06/22	**30**
43197	SIBELE AUXILIADORA DE OLIVEIRA	TAE	EMEB HONORATO PEDROSO DE BARROS	10/06/22 A 09/07/22	**30**
84075	SILAS RODRIGO DA SILVA FAUSTINO	TSAE- TSM	CMEI PROF. JAYR LUIZA DE CAMPOS UNTAR	06/05/22 A 04/06/22	**30**
82145	WALLDEMIR NETO RIBEIRO	TSAE- TSM	EMEB TENENTE WALDEMIRO DELGADO BERTULIO	27/04/22 A 26/05/22	**30**

Várzea Grande,18demaio de 2022.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Assessor Especial/SMECEL-RH

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 005/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS DA LINHA MITSUBISHI EM GARANTIA.

CONTRATADO:AUTOVEMA MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA, CNPJ: 35.266.554/0001-10.

VALOR TOTAL: R$ 39.172,49 (trinta e nove mil cento e setenta e dois reais e quarenta nove centavos).

SUELY PEREIRA DA SILVA- Presidente da Comissão de Licitação.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 020/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 020/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA GL COMÉRCIO DE GASES LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do Contrato Original para fornecimento ininterrupto de gases medicinais, concessão em regime de comodato de tanques/cilindros, com base na Clausula terceira, com **inicio em 29 de abril de 2022 a 28 de abril de 2023**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 27 de abril de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	**GL COMÉRCIO DE GASES LTDA – ME** CNPJ Nº 12.520.836/0001-04 Sr. Isaías Lopes de Oliveira, CPF N. 798.593.561-49 **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1	2.
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF: 024.962.811-29	CPF: 972.790.991-49
R.G.: 2.012.051-6 SSP/MT	R.G: 14.6053-76 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 218/2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 069/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** ao servidor **MARCOS DOUGLAS FERREIRA SILVA,** matricula nº 2321, cargo de **AGENTE SAUDE AMBIENTAL**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 211/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 063/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **LUCIA VIEIRA GUIMARAES,** matricula nº 161, cargo de Agente de Nutrição Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 179/2022

DE 28 DE ABRIL DE 2022

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FABRICIO LINDON SILVA, inscrito no CPF sob o nº 580.805.461-34, para atuar como fiscal do contrato Nº 041/2022, celebrado pelo Município de Vila Rica–MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais realizados para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em atividade de segurança e vigilância que atenderá a realização do 36º aniversário do município.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 229/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 080/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **LUCELIA TEREZINHA ANCHESKY,** matricula nº 995, cargo de Agente Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 214/2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 066/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **LELIA MARIANO BARBOZA CARDOSO,** matricula nº 151, cargo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
DESCONSIDERAÇÃO

DESCONSIDERA-SE A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 176/2022 PUBLICADO NO DIA 05 DE MAIO DE 2022 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVII | N° 3.974 – paginas 503.

Departamento de Administração.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 230/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 081/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **ELANY RODRIGUES DE MELO,** matricula nº 2483, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 209/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 061/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **NOEMI DA SILVA CASALI,** matricula nº 436, cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 231/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 082/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **GENEOCI FERREIRA DOS SANTOS,** matricula nº 1288, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2022

Vila Rica MT, 18 de maio de 2.022

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 001/2021, a comparecem, no prazo máximo de 10 **(dez)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

PROFESSOR I A IV **ESCOLAS MUNICIPAIS – SEDE**
PATRICIA APARECIDA ASSUNCAO DE PAULA LOPES

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida

( ) cópia - Cédula de Identidade;

( ) cópia - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

( ) cópia - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) cópia - Cartão do PIS/PASEP;

( ) cópia - Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados

( ) Certidão de quitação eleitoral **(Cartório Eleitoral)** ou pela Internetwww.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

( ) cópia - Título de Eleitor;

( ) cópia - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) CPF dos dependentes;

( ) CPF do Pai e Mãe (vivos);

( ) Declaração negativa de acumulo de cargo publico;

( ) Comprovante de endereço residencial;

( ) Declarações de Bens (caso não houver, deverá fazer uma **declaração** de que não possui bens **móveis ou imóveis em seu nome**):

( ) Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico

( ) Declaração de que não é aposentado por invalidez;

( ) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital (conforme o caso;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

( ) Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

( ) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **66 98474-1793 Drª Zilda Oliveira Borres**

( ) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

( ) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade (quando exigido);

( ) Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital

( ) Comprovante Da CNH de acordo com o estabelecido no Edital quando exigir

Informações: WhatsApp 35541151

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 075/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 932163

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Pregão Eletrônico nº 045/2022, Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção de uniformes e bandeiras oficiais do Brasil, Mato Grosso e do Município de Vila Rica, para atender as necessidades das Secretarias Municipais desta Urbe, onde foram **declaradas vencedoras as empresas:**

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA (08.711.005/0001-34)	R$ 169. 998,17
CAON EMPREENDIMENTOS LTDA (31.323.870/0001-25)	R$ 260. 614,51
CBF – COMÉRCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRAS LTDA (17. 365.274/0001-87)	R$ 5.670,00

Vila Rica – MT, 18 de Maio de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 215/2022

de 18 de maio de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar a pedido** a srª **PATRICIA APARECIDA ASSUNCAO DE PAULA LOPES,** matricula 4107,portadora do CPF sob o nº 987.551. 701-10 do cargo de **Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 16/05/2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção de uniformes e bandeiras oficiais do Brasil, Mato Grosso e do Município de Vila Rica, para atender as necessidades das Secretarias Municipais desta Urbe.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 18 de Maio de 2022.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

S M GIUSTTI ARRUDA & CIA LTDA (08.711.005/0001-34) - R$ 169. 998,17 - Contratada.

CAON EMPREENDIMENTOS LTDA (31.323.870/0001-25) – R$ 260. 614,51 – Contratada.

CBF – COMÉRCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRAS LTDA (17.365.274/ 0001-87) – R$ 5.670,00 - Contratada.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 207/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/ 02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 054/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **FERNANDA RODRIGUES DE MELO,** matricula nº 769, cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 232/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/ 2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 083/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **CONCEICAO APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS,** matricula nº 1169, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 233/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 084/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** ao servidor **ELI MIRANDA MARTINS,** matricula nº 136, cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 216/2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 067/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** ao servidor **ADEMILSON DE MELO,** matricula nº 2305, cargo de Fiscal Sanitário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 217/2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 068/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **JOVIANE RAVANELLI,** matricula nº 1620, cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 082/2022

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município (LOA nº 1.865/2021), inserindo meta no Plano Plurianual Quadriênio de 2022-2025 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de nº 1.861/2021, Exercício 2022, no Orçamento do Instituto Municipal de Previdência Social, por Anulação de Dotação e dá Outras Providências"

O Sr. **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1.º - Abre Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.865/2021 – Exercício 2022, no orçamento vigente o valor de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**, por anulação parcial de recursos, com a seguinte funcional programática:

Órgão – Instituto Municipal de Previdência Social de Vila Rica	**Valores**
Unidade - Previdência Municipal	
P.A: – Aposentadorias e Reformas do RPPS - Legislativo	
3.1.90.01.00.00.00.00.0800 – Aposentadorias do RPPS, Reserva rem. e Ref. Mil (Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R$ 100.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00.0800 – Pensões do RPPS e do Militar (Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R$ 30.000,00
TOTAL GERAL	***R$ 130.000,00***

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial autorizado no Artigo 1º desta Lei, serão anulados o valor de de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**, será anulado da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão – Instituto Municipal de Previdência Social de Vila Rica	**Valores**
Unidade - Previdência Municipal	
P.A: 2.118 – Aposentadorias e Reformas do RPPS	
3.1.90.01.00.00.00.00.0800 – Aposentadorias do RPPS, Reserva rem. e Ref. Mil (Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R$ 100.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00.0800 – Pensões do RPPS e do Militar (Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R$ 30.000,00
Total do Crédito Adicional	***R$ 130.000,00***

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de 10 de maio de 2022, publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de maio de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 205/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 057/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **ELISANGELA QUEIROS MARTINS LAIKOVSKI,** matricula nº 3081, cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 217/2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 068/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **JOVIANE RAVANELLI,** matricula nº 1620, cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 234/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 085/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** ao servidor **PEDRO BELLE,** matricula nº 238, cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2022/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.728.675,80	10.728.675,80	1.143.926,11	10,66
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.096.500,00	3.096.500,00	194.924,18	6,29
IPTU	1.690.000,00	1.690.000,00	18.284,15	1,08
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU	1.406.500,00	1.406.500,00	176.640,03	12,56
Receita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	202.299,66	13,49
ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	202.299,66	13,49
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.459.882,50	3.459.882,50	479.025,06	13,85
ISS	3.314.442,50	3.314.442,50	449.165,34	13,55
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS	145.440,00	145.440,00	29.859,72	20,53
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.672.293,30	2.672.293,30	267.677,21	10,02
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	48.542.856,00	48.542.856,00	8.634.306,10	17,79
Cota-Parte FPM	21.200.000,00	21.200.000,00	4.997.087,86	23,57
Cota-Parte ITR	2.387.500,00	2.387.500,00	293.210,99	12,28
Cota-Parte IPVA	1.420.000,00	1.420.000,00	269.319,28	18,97
Cota-Parte ICMS	23.519.000,00	23.519.000,00	3.057.993,06	13,00
Cota-Parte IPI-Exportação	67.050,00	67.050,00	17.310,98	25,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-50.694,00	-50.694,00	-616,07	1,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	-50.694,00	-50.694,00	-616,07	1,22
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II	**59.271.531,80**	**59.271.531,80**	**9.778.232,21**	**16,50**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.259.235,00	5.024.415,00	1.255.414,42	24,99	977.516,56	19,46	895.740,06	17,83	-
Despesas Correntes	5.170.060,00	4.935.240,00	1.246.250,56	25,25	972.413,56	19,70	890.637,06	18,05	-
Despesas de Capital	89.175,00	89.175,00	9.163,86	10,28	5.103,00	5,72	5.103,00	5,72	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	8.313.481,00	8.390.481,00	2.532.368,65	30,18	1.615.088,04	19,25	1.548.198,69	18,45	-
Despesas Correntes	7.686.201,50	7.465.201,50	2.194.231,03	29,39	1.615.088,04	21,63	1.548.198,69	20,74	-
Despesas de Capital	627.279,50	925.279,50	338.137,62	36,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	538.075,00	538.075,00	130.199,85	24,20	52.065,75	9,68	51.997,26	9,66	-
Despesas Correntes	529.500,00	529.500,00	125.549,85	23,71	52.065,75	9,83	51.997,26	9,82	-
Despesas de Capital	8.575,00	8.575,00	4.650,00	54,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	345.500,00	343.120,00	37.297,45	10,87	32.023,84	9,33	26.824,12	7,82	-
Despesas Correntes	335.500,00	337.120,00	37.297,45	11,06	32.023,84	9,50	26.824,12	7,96	-
Despesas de Capital	10.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	375.000,00	385.200,00	91.893,35	23,86	64.499,70	16,74	64.499,70	16,74	-
Despesas Correntes	365.000,00	379.200,00	91.893,35	24,23	64.499,70	17,01	64.499,70	17,01	-
Despesas de Capital	10.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

19 de Maio de 2022 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVII | Nº 3.984

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2022/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIFAL DE VILA RICA

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.672.000,00	1.972.000,00	886.171,95	44,94	435.780,66	22,10	424.170,55	21,51	-
Despesas Correntes	1.575.000,00	1.855.000,00	825.651,15	44,51	402.648,51	21,71	391.038,40	21,08	-
Despesas de Capital	97.000,00	117.000,00	60.520,80	51,73	33.132,15	28,32	33.132,15	28,32	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**16.503.291,00**	**16.653.291,00**	**4.933.345,67**	**29,62**	**3.176.974,55**	**19,08**	**3.011.430,38**	**18,08**	**-**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.933.345,67	3.176.974,55	3.011.430,38
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**4.933.345,67**	**3.176.974,55**	**3.011.430,38**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			1.662.299,48
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	3.271.046,19	1.514.675,07	-
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 17% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**50,45**	**32,49**	**-**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l= h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadaas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2022	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2021	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2022/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total Inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, etnão (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w -(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a compensar(XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS FARA A SAÚDE (XXVIII)	6.196.085,00	6.196.085,00	1.010.665,41	16,31
Proveniente da União - Fundo a Fundo	5.262.085,00	5.262.085,00	917.379,52	17,43
Proveniente dos Estados	934.000,00	934.000,00	93.285,89	9,99
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	4.672,00	4.672,00	6.390,42	136,78
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.200.757,00**	**6.200.757,00**	**1.017.055,83**	**16,40**

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2022/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIFAL DE VILA RICA

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS FAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2022/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIFAL DE VILA RICA

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.259.235,00	5.024.415,00	1.255.414,42	24,99	977.516,56	19,46	895.740,06	17,83	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.313.481,00	8.390.481,00	2.532.368,65	30,18	1.615.088,04	19,25	1.548.198,69	18,45	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	538.075,00	538.075,00	130.199,85	24,20	52.065,75	9,68	51.997,26	9,66	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	345.500,00	343.120,00	37.297,45	10,87	32.023,84	9,33	26.824,12	7,82	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	375.000,00	385.200,00	91.893,35	23,86	64.499,70	16,74	64.499,70	16,74	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.672.000,00	1.972.000,00	886.171,95	44,94	435.780,66	22,10	424.170,55	21,51	-
									-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**16.503.291,00**	**16.653.291,00**	**4.933.345,67**	**29,62**	**3.176.974,55**	**19,08**	**3.011.430,38**	**18,08**	-
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes [3]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS(XLVIII)	**16.503.291,00**	**16.653.291,00**	**4.933.345,67**	**29,62**	**3.176.974,55**	**19,08**	**3.011.430,38**	**18,08**	-

FONTE:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 203/2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 054/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **LEDENIR DE FATIMA SIQUEIRA COSTA,** matricula nº 526, cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 203/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 054/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **LEDENIR DE FATIMA SIQUEIRA COSTA,** matricula nº 526, cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 236/2022

de 18 de Maio de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora PATRICIA RODRIGUES PINTO SOBRAL, matrícula nº 1358 lotado na Secretaria de Saúde cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 16/05/2022 a 08/08/2022 conforme resultado de perícia médica em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n.º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 16/05/2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 213/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 065/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **EVA BRITO DE CARVALHO,** matricula nº 1096, cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 235/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 086/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "B"**, para a **Classe "C"** a servidora **CECILIA ZALESKI KOVALSKI,** matricula nº 520, cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 219/2022.

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 071/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "C"**, para a **Classe "D"** a servidora **MARCIA ANDREIA THEVES,** matricula nº 2321, cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2022

Vila Rica MT, 18 de maio de 2.022

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 001/2021, a comparecem, no prazo máximo de 05 **(cinco)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO
MARIA HELENA ALVES DOS SANTOS
ANA PAULA LUCIO DE AGUIAR

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida

( ) cópia - Cédula de Identidade;

( ) cópia - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

( ) cópia - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) cópia - Cartão do PIS/PASEP;

( ) cópia - Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados

( ) Certidão de quitação eleitoral **(Cartório Eleitoral)** ou pela Internetwww.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

( ) cópia - Título de Eleitor;

( ) cópia - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) CPF dos dependentes;

( ) CPF do Pai e Mãe (vivos);

( ) Declaração negativa de acumulo de cargo publico;

( ) Comprovante de endereço residencial;

( ) Declarações de Bens (caso não houver, deverá fazer uma **declaração** de que não possui bens **móveis ou imóveis em seu nome**):

( ) Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico

( ) Declaração de que não é aposentado por invalidez;

( ) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital (conforme o caso;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

( ) Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

( ) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **66 98474-1793 Drª Zilda Oliveira Borres**

( ) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

( ) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade (quando exigido);

( ) Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital

( ) Comprovante Da CNH de acordo com o estabelecido no Edital quando exigir

Informações: WhatsApp 35541151

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 201/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 053/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** ao servidor **ANILTON JARDIM DE MELLO,** matricula nº 1304, cargo de Trabalhador Braçal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 202/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 055/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** ao servidor **SEBASTIAO SOUZA COSTA,** matricula nº 880, cargo de Trabalhador Braçal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 212/2022.

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 07 a 09 parágrafos 1° inciso V da lei n.º 748/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 064/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "C"**, para a **Classe "D"** ao servidor **MARCELO DOS REIS PINTO SOUZA,** matricula nº 2541, cargo de Agente de Vigilância Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 204/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 056/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** ao servidor **RAIMUNDO NONATO AGAIPE SOUSA,** matricula nº 2313, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 206/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 058/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** ao servidor **FABRICIO GOMES,** matricula nº 1334, cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 208/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 060/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **CLEIDE MENDES DE CARVALHO,** matricula nº 1284, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 210/2022

DE 17 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 062/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **IVONE TEREZINHA DOMBROWSKI LEWANDOWSKI,** matricula nº 2476, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 220/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 070/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **ELIENE PEREIRA SIRINO,** matricula nº 552, cargo de Agente Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 221/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 072/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **ERLY PEREIRA SIRINO,** matricula nº 461, cargo de Agente Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 222/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 073/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **EDITE INES ROHDEN MASKE,** matricula nº 1261, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 222/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 073/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **EDITE INES ROHDEN MASKE,** matricula nº 1261, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 223/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 074/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **MARLI VALDEVINA SIMAO,** matricula nº 1103, cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 224/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 075/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **CLEONICE KRAEMER FRARE,** matricula nº 1104, cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 225/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 076/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **GENESSY CONCEICAO DOS SANTOS,** matricula nº 1122, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 226/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 077/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **MARIA DE LOURDES DA CONCEICAO,** matricula nº 2482, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 227/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 078/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **JEZUITA DE SOUZA CARVALHO,** matricula nº 1287, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 228/2022

DE 18 DE MAIO DE 2022.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais,

Considerandoo Art. 30 parágrafo 3° **inciso** IV da lei n.º 749/08 de 22/02/2008,

Considerandoo parecer favorável da CASEP n° 079/2022 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"**, para a **Classe "B"** a servidora **ROSALIA SOUSA REIS,** matricula nº 1303, cargo de Gari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de maio de 2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

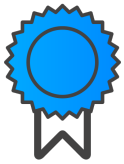
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed May 18 22:32:22 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)